HAL
open science

A AGRICULTURA ECOLOGICA SOB O ANGULO DA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES: Abordagem comparativa entre duas regiões metropolitanas na França e no Brasil

Renata Souza-Seidl

To cite this version:

Renata Souza-Seidl. A AGRICULTURA ECOLOGICA SOB O ANGULO DA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES: Abordagem comparativa entre duas regiões metropolitanas na França e no Brasil. Sociology. UNIVERSITE PARIS NANTERRE; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2016. Portuguese. NNT : 2016PA100103 . tel-03438811

HAL Id: tel-03438811

https://hal.science/tel-03438811

Submitted on 21 Nov 2021

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

UNIVERSITE PARIS NANTERRE
Ecole doctorale Economie, Organisation et Société
Laboratoire Dynamiques et Recomposition des Espaces
UMR CNRS 7533

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Geociências

Renata Aparecida de SOUZA SEIDL

Thèse de doctorat
Résumé en français

L'agriculture écologique comme Qualité de Vie des agriculteurs

Approche comparative entre deux régions métropolitaines en France et au Brésil

Thèse présentée et soutenue publiquement le 16 novembre 2016

en vue de l'obtention du Doctorat en Sociologie et Geographie
de l'Université Paris Ouest Nanterre La Défense
en cotutelle avec l'Universidade Federal de Minas Gerais

Sous la direction de M. Jean-Paul Billaud (Université Paris Nanterre)
et de Madame Maria Aparecida dos Santos Tubaldini (l'UFMG)

Jury de soutenance:

Michel Streith	Directeur de recherche, CNRS/LAPSCO	Rapporteur
Osmar Tomaz de Souza	Professeur Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Puc/RS)	Rapporteur
Christophe Bénavent	Professeur Université Paris Nanterre	Examinateur
José Antônio Souza de Deus	Professeur IGC/Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Examinateur

Renata Aparecida de Souza Seidl

A AGRICULTURA ECOLOGICA SOB O ANGULO DA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES:

abordagem comparativa entre duas regiões metropolitanas na França e no Brasil

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Économie, Organisations, Société (EOS, ED 396) / Université Paris Ouest Nanterre La Défense, e Organização do Espaço / Instituto de Geociências-UFMG

Sob orientação em co-tutela de:
Jean-Paul Billaud - Directeur de recherche LADYSS, CNRS
Profa. Dra. Maria Aparecida dos Santos Tubaldini – Profa. no Instituto de Geociências da UFMG.

Nanterre, França
2016

- LADYSS - Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des espaces, UMR 7533, CNRS Bâtiment T 1er étage, 200, avenue de la République. 92001 Nanterre cedex, France.

- Programa de Pos-Graduação em Geografia - Instituto de Geociências / UFMG. Av. Antônio Carlos, 6627 - Bairro Pampulha Caixa Postal 719 Belo Horizonte – MG; CEP 31270-901

Aos agricultores familiares e paysans, que nos alimentam.....
À minha querida avó Juracy Maria, in memoria

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força interior.

À minha família: companheiro Martin, pelo carinho, paciência e apoio incondicional e ao meu filho Mory, que nasceu e evolui na mesma temporariedade dessa tese (minha eterna gratidão).

À minha mãe Helenice, ao meu pai Antônio e aos meus irmãos Julia e Ricardo, pelo apoio nos momentos difíceis. E a toda minha família que esteve todo o tempo torcendo por mim.

Ao professor Jean-Paul, pela orientação, paciência, compreensão, incentivo, carisma e amizade.

À Professora Doutora Maria Aparecida dos Santos Tubaldini, pela orientação, incentivo e envolvimento.

Ao Governo de Minas Gerais, na pessoa de Manoel Costa, ex Secretário do Instituto de Terras de Minas Gerais, por me conceder a licença para desenvolver a tese com o devido apoio.

Ao Secretário de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais, Dr. Helvecio Magalhães, e toda a equipe do gabinete, que me apoiaram na finalização dessa pesquisa.

Ao Taioba, extesionista da Emater-MG, do município de Capim Branco; à Zoraia, gestora da Prefeitura de Belo Horizonte; ao Altivo Cunha, pesquisador doutor, consultor da FAO no Ceasa e amigo. Pessoas que contribuíram imensamente para essa tese e que me colocaram em contato com os agricultores da RMBH.

À Professora Heloisa Costa do IGC/UFMG, por contribuir para minha formação acadêmica no programa de Pós-Graduação e na evolução dessa tese.

Ao Marciel Jolivet, Nicole Mathieu, Michel Streith, Raouf Saïdi, Alfio Brandenburg, Stéphane Bellon, Lucimar Abreu, Luciano Almeida, Osmar Tomas e Cimone Souza, renomados Doutores e pesquisadores, pelo carinho, pela conversa e pela oportunidade de convivência.

Ao grupo Bio da IDF, em especial ao Julian Blanc e Benoit Leroux, pelo acolhimento, pela conversa, pelas trocas de informações e pela oportunidade de fazer parte de um projeto comum, materializado no livro *Dynamiques des agricultures biologiques Agriculture Bio : Effets de contexte et appropriations - 2014*.

Ao grupo Groupe Petites Paysanneries, pelo acolhimento, pela conversa, pelas trocas de informações e pela oportunidade de fazer parte de um projeto comum que contribuiu enormemente para qualidade da pesquisa.

Ao Jean-luc, agricultor ecológico da IDF, pelo apoio, disponibilidade, amizade e carinho imensuráveis.

Ao Marconi, agricultor ecológico da RMBH, pelo apoio, disponibilidade, amizade e confiança imensuráveis.

A todos agricultores da RMBH e IDF, pela gentileza e confiança e disponibilidade para participar dessa pesquisa.

À Mob-doc Aide à la mobilité internationale des doctorants - IDF, pela concessão de financiamento complementar à pesquisa.

À equipe do SNCF TRANSILIEN, pelo apoio nas entrevistas realizadas na rede RER-IDF do programa Panier Fraicheur.

Aos amigos do laboratório Ladyss, pelo acolhimento, carinho, amizade e solidariedade imensuráveis.

À Beatrice Moelic e Isabelle Trippet, pelo acolhimento, apoio, profissionalismo, orientação, carinho e amizade.

Ao Jean Legroux, amigo de sempre, que me apoiou e foi responsável pela tradução, correção do francês e que deu contribuições significativas para essa tese.

Ao Moises, amigo-irmão, pesquisador, gestor e compadre, que me colocou em contato com pessoas chaves para acessar os agricultores da RMBH e pela conversa ao longo da pesquisa.

À Mariela, amiga-irmã e professora de Português e Literatura, que, além de me apoiar todo o tempo, fez a correção gramatical e deu contribuições significativas para essa tese.

À Manoela e Magda, queridas amigas-irmãs de longo tempo, que leram os capítulos da tese e deram contribuições significativas.

Aos meus amigos de sempre, que me deram apoio e foram solidários durante toda a jornada de desenvolvimento da tese: Reinaldo Freitas, Fernanda Braga, Joselaine Filgueira, Erlon Filgueira, Rodrigo Liberal, Nando Trindade, Kelly Cristina, Prof. Maurinho, Ana Nabuco, Rafael Diniz, Anne Bebeloc, Carina Reyder, Daniela Adil e Luisa Melgaço.

Aos doutorandos do Ladyss - Nanterre, de longa data, os quais firmamos grande amizade: Manuelle (Brasil), Narciss (Iran), Bassem (Síria), Kader (Buquina faso); Rhoda (Camarão). E aos amigos doutorandos que passaram rapidamente pelo Ladyss e que contribuíram para o meu percurso profissional e pessoal, cuja semente da amizade foi plantada.

A todos aqueles que por ventura me esqueci de mencionar e peço antecipadamente desculpas, mas agradeço enormemente pela contribuição e participação dessa experiência tão importante para minha vida pessoal e profissional.

RESUMO

Após a Revolução Verde, iniciada na década de 1960, a agricultura tomou novos rumos graças à introdução de tecnologias e práticas agrícolas modernas (modificação genética de sementes, uso intensivo de insumos industriais, mecanização e redução de custo de manejo) que permitiram intensificar a produção e a produtividade agrícola. Esse modelo de produção conformou-se na agricultura convencional. No entanto, a menos de meio século de seu desenvolvimento, este tipo de agricultura tem causado preocupações sobre o seu impacto no meio ambiente e na saúde da população. Como uma proposta alternativa à agricultura convencional, a agricultura ecológica, sob diversos nomes (Orgânica, Agroecológica, *Biologique*, dentre outras) tem-se destacado no âmbito dos sistemas agroalimentares locais e globais, tanto em termos de produção quanto de área e comercialização. Seu desenvolvimento tem se sustentado por um mercado de investimentos econômicos, representado por grandes empresas agroalimentares e por pequenos agricultores, que converteram suas áreas para uma maneira ecológica de produção. Diante desse contexto, a inclusão ou adesão dos pequenos agricultores a esse tipo de agricultura motiva uma investigação na esfera social. Assim, a proposta dessa tese é trazer uma reflexão acerca da sustentabilidade social dos agricultores, cuja questão: "A agricultura ecológica é uma solução sustentável para todos?" surge com uma perspectiva social sobre as condições de vida e de trabalho do agricultor familiar brasileiro, e do *paysan* francês, investidos na prática da horticultura ecológica. Este questionamento recai sobre a ideia de "sustentabilidade", compreendida não somente no aspecto da preservação do meio ambiente e dos ecossistemas, mas também quanto ao tecido social e à qualidade de vida (QV) dos indivíduos, nesse caso, os agricultores. Desta forma, discute-se a QV dos agricultores, cujas autoestima e satisfação profissional encontram-se intrínsecas às relações sociais e às organizações do espaço ao qual eles se inserem. Os limites espaciais da pesquisa englobam duas regiões metropolitanas, a saber: 1) Região Metropolitana de Belo Horizonte – Brasil e; 2) Região Metropolitana de Île-de-France – França.

Palavras-chaves: agricultor familiar; paysan; qualidade de vida; agricultura orgânica/Biologique; sistema agroalimentar; sustentabilidade social.

RESUME

Après la Révolution Verte, qui débuta dans les années 1960, l'agriculture a pris de nouvelles directions grâce à l'introduction de technologies et de pratiques agricoles modernes (modification génétique de semences, usage intensif d'engrais agricoles, mécanisation de l'exploitation) qui ont permis d'intensifier la production et augmenter la productivité agricole. Ce modèle de production s'est formé au sein de l'agriculture conventionnelle. Cependant, après moins d'un siècle de développement, ce modèle d'agriculture a généré un certain nombre de préoccupations quant à son impact sur l'environnement et la santé de la population. En tant qu'alternative à l'agriculture conventionnelle, l'agriculture écologique - qui possède diverses dénominations (Organique, Agro-écologique, Biologique, entre autres) - se démarque en termes de production et de commercialisation dans des systèmes agroalimentaires locaux et globaux. Son développement s'est maintenu grâce à un marché croissant d'investissements économiques, représenté par de grandes entreprises agroalimentaires et par les agriculteurs familiaux, qui ont converti leurs aires à un mode écologique de production. Dans ce contexte, l'inclusion et l'adhésion des petits agriculteurs à ce type d'agriculture fait le cadre principal de cette recherche.

Cette thèse propose ainsi de mener une réflexion autour de la durabilité sociale des agriculteurs avec comme question centrale : « L'agriculture écologique est-elle une solution durable pour tous ? » Une question qui émerge au sein d'une perspective sociale par biais de l'analyse de la Qualité de Vie (QV) de l'agriculteur familial brésilien et du paysan français, et plus spécifiquement des horticultures maraîchères à l'intérieur des régions métropolitaines de Belo Horizonte (Brésil) et de l'Île-de-France (France). Ce questionnement recoupe l'idée de « durabilité », comprise non seulement comme la préservation de l'environnement et des écosystèmes, mais aussi comme la prise en compte du tissu social et des conditions de vie des individus, dans ce cas, des agriculteurs. Ainsi, la question de la QV des agriculteurs – où l'auto-estime et la satisfaction professionnelle sont intrinsèquement liées aux relations sociales et à l'organisation de l'espace dans lequel elles s'insèrent – est analysée.

Les résultats montrent entre autres que la permanence des unités de production dépend des conditions données à son propriétaire, tenant compte des possibilités de développer une travail salubre (sans risque pour la santé), prospère (avec un retour financier suffisant) et plaisant (en tant que source de satisfaction et de reconnaissance sociale). Les travaux réaffirme ainsi que l'agriculture écologique est de fait durable pour tous quand les variables de la QV de l'agriculteur sont potentialisées et incorporées aux projets de développement agricole local. Par

ailleurs on observe que la relation entre les valeurs de la QV et les contextes régionaux se reflété aussi bien dans les capacités des agriculteurs à exécuter leur travail que dans leurs sentiments de plaisir et de confiance en soi, c'est-à-dire de bien-être personnel et professionnel.
Les spécificités autour des questions de sécurité alimentaire dans le contexte brésilien orientent les futures recherches sur les arrangements possibles des approches de gestion utilisés en IDF et qui seront passibles d'être adapté à la réalité de la région métropolitaine de Belo Horizonte

Mots-clés : agriculteur familial, paysan, qualité de vie, agriculture biologique, système agroalimentaire, durabilité sociale.

ABSTRACT

After the Green revolution, which began in the years 1960, agriculture took new directions thanks to the introduction of technologies and modern practices (genetic modification of seeds, intensive use of manures, and mechanization of the farms) which made it possible to intensify the production and raise the agricultural productivity. This model of production was formed within the conventional agriculture. However, after less than one century of development, this model of agriculture generated a number of concerns as well for its environmental impact and as well on public health. As an alternative to the conventional agriculture, the ecological agriculture - with its various denominations (Organic, Agro-ecological, Biological, inter alia) - has created its own marks in terms of production and marketing in local and global agro-alimentary systems. Its development was maintained thanks to growing demand and investment of large agro- alimentary companies and family farmers who converted their surfaces to an ecological mode of production. In this context, the inclusion and the adhesion of the small farmers to this type of agriculture is the main framework of this research. The thesis proposes therefore to carry out a reflection around the social sustainability of the farmers with this main question: "Is ecological agriculture a sustainable solution for all?" - which emerges within a social perspective through the analysis of quality of life of Brazilian family farmers and the French peasants, actives within market-gardening inside metropolitan regions of Belo Horizonte (Brazil) and the Metropolitan region of the Ile-de-France (France). This questioning cross the idea of "sustainability", understood not only like safeguarding of the environment and the ecosystems, but also as taking into account the "social factory" and the living conditions of the individuals, in this case, of the farmers. Thus, the question of the quality of life (QOL) of the farmers – where self-esteem and the job satisfaction are intrinsically related to the social relations and the organization of the space of which they form part – is analysed.

The results show inter alia, that the permanence of the production units depends on the conditions given to its owner, taking account of possibilities of developing a salubrious work (without health risk), prosper (with a sufficient financial return) and pleasant (as a source of satisfaction and social recognition). Our work reaffirms thus that ecological agriculture is in fact sustainable for all when the variables of the QOL of the farmers are potentiated and incorporated in the local agricultural development. In addition it's observed that the relation between the values of the QOL and the regional contexts reflects as well in the capacities of the farmers to carry their work as in their feelings of pleasure and self-confidence, i.e. of personal and professional well being.

The specificities around the questions of food security in the Brazilian context direct the future research towards arrangements of management strategies used in France and liable to be adapted to the reality of the Belo Horizonte metropolitan region

Keywords: family farmers, market gardening, quality of life, organic farming, agro-alimentary system, social sustainability.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAE - Agricultura Agroecológico
AB - Agricultura Biológica (Agriculture Biologique em francês)
ABio - Agricultor Biologique (orgânico)
AC - Agricultor Convencional
AMAP - Association pour le Maintien de l'Agriculture Paysan
ASPOMG - Associação dos Produtores Orgânicos de Minas Gerais
ASPROCAM - Associação dos Produtores Orgânicos de Capim Branco e Matozinhos
Bio - Biologique (Orgânico)
CCP - Circuitos Curtos de Proximidade
CD - Centrais de Distribuição
CE - Comissão Européia
CeasaMinas - Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.
CSA - Community Supported Agriculture
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Minas Gerais
FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations
FAOBH - Programa Feira da Agricultura Orgânica de Belo Horizonte
FLV - Frutas Legumes e Verduras
FNAB - Fédération Nationale d'Agriculture Biologique
GAB - Groupament des Agriculteurs Biologiques
IDF - Ile-de-France
IFOAM - International Federation of Organic Agriculture Movements
INSEE - L'Institut national de la statistique et des études économiques
IQVU - Índice de Qualidade de Vida Urbana
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MLP - Mercado Livre do Produtor
OCS - Organização de controlo social
OMS - Organização Mundial de Saúde
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Política Agrícola Comum
PBH - Prefeitura de Belo Horizonte
PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PDR - Programa Direto da Roça
PNAE - Programa Nacional da Alimentação Escolar
PRONAF - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar
QV - Qualidade de Vida
RATP - Régie Autonome des Transports Parisiens
RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SAU -	Superfície Agrícola Útil
SigOrg -	Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica
SMAB -	Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento de Belo Horizonte
SPG -	Sistema participativo de gestão

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Concepções de Qualidade de Vida (QV): da abordagem geral à abordagem específica (indivíduo).....67
Figura 2 – Evolução do pensamento e da abordagem sobre a QV em três períodos: Grécia antiga, Século XX e início do Século XXI.....69
Figura 3 – Modelo conceitual de QV.....73
Figura 4 – Representação da mancha urbana da RMBH por imagem de satélite (2010).....130
Figura 5 – Produção Agrícola na RMBH e Colar Metropolitano (2013).....131
Figura 6 – RMBH e a Zona Rural Especial (2010).....132
Figura 7 – Pontos de vendas de produtos orgânicos em Belo Horizonte – 2011.....145
Figura 8 – Painel de regulação de preço do MLP Ceasaminas (2013).....152
Figura 9 – Barraca na feira Orgânica de Belo Horizonte (2013).....156
Figura 10 – Agricultora agroecológica em tentativa de venda direta - 2014.....159
Figura 11 – Agricultor convencional anônimo em tentativa de venda direta na rua.....160
Figura 12 – Exemplo de composição de sucos industrializados no Brasil.....162
Figura 13 – Sacolão com marketing sobre a qualidade natural dos hortifrutes (2015).....163
Figura 14 – Discusso contido no marketing dos alimentos (2015).....163
Figura 15 – Mapa de localização de IDF.....165
Figura 16 – IDF – Grandiente de ruralidade das communes 1999.....167
Figura 17: Cinturão verde de IDF (2005).....168
Figura 18 – Espaço Amap – tabela de produtos e organização das cestas (2013).....184
Figura 19 – Feira do PAINER FRAICHEUR (2014).....185
Figura 20 – Feira do PAINER FRAICHEUR (2014).....186
Figura 21 – Exposição da identidade dos agricultores no hipermercado (2014).....190
Figura 22 – Exposição da identidade dos agricultores no hipermercado (2014).....190
Figura 23 – Rótulo dos sucos e compsição (2015).....191
Figura 24 – Marketing social dos produtos importados (2014).....192
Figura 25 – Sustentabilidade e herança, agricultores ecológicos e convencionais na RMBH e IDF.....207
Figura 26 – Parâmetros da unidade e dos meios de produção de agricultores ecológicos e onvencionais na RMBH e IDF (2013, 2014).....229
Figura 27 – Oficina de capacitação dos agricultores ecológicos.....239
Figura 28 – Parâmetros de comercialização dos agricultores ecológicos e convencionais na RMBH e IDF.....243
Figura 29 – Contexto do lugar de vivência e de trabalho.....257
Figura 30 – Os agricultores e o seu Bem-estar.....263
Figura 31 – Satisfação dos agricultores.....289
Figura 32 – Insatisfação dos agricultores.....290
Figura 33 – QV para os agricultores.....292
Figura 34 – Representação grafica dos valores em função dos *status* nas RM estudadas.....294

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – RMBH – População residente nas áreas rurais por faixa de renda per capita – em salários mínimos (2009).....127
Gráfico 2 – RMBH - Perfil Educacional do horticultor familiar (2013) 127
Gráfico 3 – RMBH – Agricultura familiar, propriedade e uso da terra (2013).....128
Gráfico 4 – RMBH - Concentração de horticultores familiares no MLP (2012).....149
Gráfico 5 – IDF - áreas convertidas por tipo de produção (2012). 180
Gráfico 6 – IDF – Estabelecimentos agrícolas *biologiques* por tipo de produção (2012).....181
Gráfico 7 – IDF - Perfil das instalações AB. A) área média destinada às instalações de AB, entre os anos de 2008 e 2012; B) Divisão das instalações, segundo o tipo de produção, entre 2008 e 2012. 182

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Parâmetros objetivos e subjetivos de QV orientadores da pesquisa. 72
Quadro 2 – Perfil populacional e PIB agrícola na RMBH 129
Quadro 3 – Brasil. Certificação da agricultura orgânica por modalidade 139
Quadro 4 – RMBH - Distância entre produção e comercialização dos produtos ecológicos em Belo Horizonte (2011) 146
Quadro 5 – RMBH: Características dos programas e iniciativas dos Circuitos Curtos (2013) 158
Quadro 6 – IDF- Características dos programas e iniciativas dos Circuitos Curtos de Proximidade (2013).....188
Quadro 7 – IDF – Horticultores em Circuito Curtos de Proximidade (2010) 189
Quadro 8 – Aspectos demográficos e socioespaciais rural da RMBH e IDF 194
Quadro 9 – Síntese evolutiva da inserção do rural e dos espaços agrícolas no planejamento das regiões RMBH e IDF 196
Quadro 10 – Redes de CCPs dos agricultores ecológicos e convencionais na RMBH e na IDF 201
Quadro 11 – Grupo de agricultores pesquisados título.....203
Quadro 11 – Variáveis de análise da QV dos agricultores da RMBH e IDF 205
Quadro 12 – Etapas e método da pesquisa empírica.....206

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil. Número de organizações certificadoras cadastradas no MAPA por tipo de certificação (Janeiro 2013) 141
Tabela 2 – Brasil - Organizações de certificação Auditora x produtores certificados em janeiro de 2013.....141
Tabela 3 – Brasil – Organizações SPG x agricultores certificados (Janeiro de 2013). 141
Tabela 4 – Brasil – Organizações OCS x número de agricultores (janeiro de 2013) 142
Tabela 5 – Brasil – Distribuição dos três tipos de certificação por região (janeiro 2013).....142
Tabela 6 – Brasil : Exemplos de nomes de OCS cadastrada no MAPA (janeiro 2013).....143
Tabela 8 – IDF - Estabelecimento agrícolas, segundo a idade dos chefes das unidades de produção em 2010.....170
Tabela 9 – Perfil profissional dos agricultores.....211

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 22
INTRODUÇÃO GERAL 24
PRIMEIRA PARTE – Referencial teórico e problemática 35
CAPITULO 1 – A qualidade de vida (QV) 36
1.1 INTRODUÇÃO 36
1.2 Ideias em torno das definições de QV 39
1.3 Abordagens sobre uma QV Rural 51
1.4 Os parâmetros de QV: um olhar sobre o agricultor 61
1.5 Abordagem de QV apreendida 66
CAPÍTULO 2 – O problema da QV perante a diversidade dos sujeitos agrícolas 74
2.1 INTRODUÇÃO 74
2.2 Agricultores e a formação de sujeitos, identidades e valores 75
2.3 Um mosaico de identidades I: do camponês ao agricultor convencional 79
2.4 As normas e valores sociais agrícolas: entre o produtivismo e a sustentabilidade ... 84
2.4.1 Sustentabilidade e a (re) constituição de identidades e valores 86
2.5 Um mosaico de identidades II: a emergência do agricultor ecológico 96
2.5.1 O agricultor ecológico neorural 98
2.5.2 O Agricultor Ecológico convertido 100
CAPÍTULO 3 – Agricultura na metrópole e as questões de QV 102
3.1 INTRODUÇÃO 102
3.2 O lugar de vivência transformado: do rural às ruralidades 102
3.3 O lugar de vida dos agricultores em regiões metropolitanas 107
3.4 As regiões metropolitanas na perspectivas da sustentabilidade agrícola 112
Conclusão – Parte 1 116
PARTE 2 – Contextos das regiões da pesquisa 123
INTRODUÇÃO 124
CAPíTULO 4 – CONTEXTO RURAL E AGRíCOLA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE 125
4.1 Apresentação da agricultura e dos horticultores 125
4.2 A Política rural e agrícola no planejamento metropolitano 132
4.3 O desenvolvimento da agricultura ecológica 136
4.4 As interações socioeconômicas locais 148
CAPÍTULO 5 – CONTEXTO AGRÍCOLA DA REGIÃO ÎLE-DE-FRANCE 165
5.1 Apresentação da agricultura e dos horticultores 165

5.2 A Política rural e agrícola no plano regional da IDF 172
5.3 O desenvolvimento da agricultura ecológica na região....175
5.4 As interações socioeconômicas locais....182
Conclusão – Parte 2....193
CAPÍTULO 6 – METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA....199
6.1 Porque as regiões metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e Ile-de-France (IDF)? 199
6.2 Métodos e abordagens 200
6.3 A amostragem – Porque 52 horticultores?....201
6.4 A elaboração dos questionários: método e definição do conteúdo....204
6.5 Tratamento, apresentação e análise dos dados....205
CAPÍTULO 7 – OS AGRICULTORES E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O SEU "SER" 207
7.1 Abordagem sintética comparativa: o perfil social dos agricultores ecológicos x convencionais 207
7.2 Notas sobre os agricultores da RMBH 209
7.2.1 Transformando-se em agricultor....210
7.2.2 Os sentimentos de auto-realização e estima....213
7.2.3 Transformando-se em agricultor ecológico 216
7.3 Notas sobre os agricultores da IDF 219
7.3.1 Transformando em agricultor ecológico 221
CAPÍTULO 8 – TRABALHO, PADRÃO DE VIDA E CONCEPÇÃO DO LUGAR DE VIVÊNCIA 228
8.1 Os meios e as condições de trabalho 228
8.1.1 Notas sobre os agricultores da RMBH....231
8.1.1.1 O seguro que vem de Deus. 234
8.1.1.2 Os desafios frente às mudanças climáticas 235
8.1.1.3 O saber profissional e a assistência técnica 237
8.1.2 Notas sobre os agricultores da IDF 240
8.2 A comercialização e as interações socioespaciais 242
8.2.1 Notas sobre os agricultores da RMBH....247
8.2.2 Notas sobre os agricultores da IDF 255
8.3 Padrão de vida e concepção do lugar de vivência 257
8.3.1 Abordagem sintética comparativa: agricultores ecológicos x convencionais 257
8.3.1.1 Notas sobre os agricultores da RMBH....259
8.3.1.1 Notas sobre os agricultores da IDF 262
CAPÍTULO 9 – O BEM-ESTAR DOS AGRICULTORES 263
9.1 Abordagem sintética comparativa: agricultores ecológicos x convencionais....263

9.1.1 Notas sobre os agricultores da RMBH 266
9.1.2 Notas sobre os agricultores da IDF 271
CAPÍTULO 10 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 277
10.1 O Bem-estar socioeconômico 280
10.2 A QV dos Agricultores 288
CONCLUSÃO GERAL 299
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA 308
ANEXO 1 – Questionario de qv aplicado na RMBH 2012 321
ANEXO 2 – Questionario de qv aplicado na IDF 2014 333

APRESENTAÇÃO

Considerando minha formação de base em Administração Pública, em 1998, e Geografia, em 2006, bem como, meu percurso profissional como gestora de políticas públicas, centradas no desenvolvimento da agricultura familiar e na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, desde 2001, no Governo de Minas Gerais, tive a oportunidade de conhecer as problemáticas dos agricultores brasileiros, principalmente, os que se encontram no interior do Estado de Minas Gerais.

O interesse de desenvolver uma tese focada nos agricultores familiares residentes em regiões metropolitanas ocorreu pela importância do tema na agenda da Segurança Alimentar, da Saúde e da Sustentabilidade Ambiental. Tais agendas, convergem-se em termos de valorização do desenvolvimento sustentável da agricultura local, cujo abastecimento incorpora questões de proximidade entre agricultores e consumidores, bem como, ao incentivo e ao desenvolvimento da agricultura ecológica.

Com essa perspectiva, me senti motivada a investigar as questões que perpassavam o desenvolvimento da agricultura ecológica localizada em Regiões Metropolitanas, mas pela condição do pequeno agricultor. Tal condição, torna-se intrigante em contextos preconizados pela dominação de projetos voltados para o desenvolvimento urbano, porém, por serem regiões constituídas pela concentração populacional, elas se apresentam dependentes do abastecimento alimentar.

Para mim, como pesquisadora, desenvolver essa tese focada em territórios como o da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, e da Ile de France – IDF (região parisiense) foi interessante e, ao mesmo tempo, desafiador. No Brasil, este é um tema recentemente colocado no foco das investigações cientificas, diferentemente da França. Isso porque, numa perspectiva de desenvolvimento agrícola regional sustentável, pensado para Regiões Metropolitanas, onde se concentram uma quantidade significativa de consumidores, e também de empresas do ramo agroalimentar, nos indagamos sobre as condições favoráveis e desfavoráveis para o desenvolvimento de uma agricultura ecológica e de proximidade.

Diante disso, a pesquisa sobre a Qualidade de Vida (QV) dos pequenos agricultores, entendidos como familiares no Brasil e *Paysans* na França, residentes nessas duas regiões, se desvelaram pelo viés geográfico e sociológico – com um olhar analítico sobre as ruralidades e identidades que os afetam – e em função de suas categorias de produção – ecológica ou convencional.

Para tanto, a relevância teórica da pesquisa foi demonstrada pelos diferentes valores

socioambientais e econômicos intrínsecos à atividade agrícola, e que repercutem sobre a QV dos agricultores metropolitanos. A QV é uma condição implicante sobre as escolhas dos indivíduos em praticar determinados tipos de trabalho, seja pelo prazer e realização profissional, seja por necessidade econômica. Nessa ótica, o interesse em pesquisar a relação entre a adesão dos indivíduos à prática agrícola ecológica pelo viés da QV, ocorreu pela importância dessa atividade na agenda política e social, e também na vida dos agricultores.

Portanto, enquanto gestora pública, me interessou saber sobre os elementos e fatores implicantes para o desenvolvimento de uma política pública regional que interacionasse agricultura local, Bem-Estar dos indivíduos, abastecimento e Segurança Alimentar. Nesse sentido, o trabalho está imbuído numa corrente teórica que preconiza a manutenção dos agricultores familiares em contexto metropolitano, relacionando o espaço rural e as relações socioeconômicas de proximidades como estratégicos para esse ensejo

INTRODUÇÃO GERAL

> Só pode haver qualidade de vida para diferentes populações se para elas houver, também, lugar para o sonho e a esperança. O desafio [...] é o de mergulhar no sonho inventivo e regenerador que ainda há no mundo rural. Tanto para decifrá-lo e prezá-lo, quanto porque há nele a nostalgia do futuro e a negação das privações que o presente representa para muitos (MARTINS, 2001, p. 36).

A ideia de sustentabilidade pautada na agenda critica do desenvolvimento e trazida pela literatura se respalda sob três dimensões básicas: econômica, ambiental e social (SACHS, 1993; MONTIBELLER, 1993; BRÜSEKE, 1994; LAYRARGUES, 1997). A dimensão econômica está relacionada à capacidade do agricultor em atender, no mínimo, suas necessidades básicas, aliada à manutenção da sua unidade de produção. A dimensão ambiental, por sua vez, remete ao equilíbrio entre o desenvolvimento da atividade agrícola e a preservação do meio ambiente e seus recursos naturais. No âmbito dessa tese, enfatiza-se a dimensão social da sustentabilidade na agricultura ecológica, priorizando as condições de Qualidade de vida (QV) dos agricultores. A QV é um conceito complexo que incorpora diferentes aspectos materiais e imateriais. Ela refere-se ao "Bem-estar" geral do indivíduo, grupos ou sociedades, e foi usada largamente pelos setores da saúde e de políticas socioeconômicas de desenvolvimento. A QV não se refere simplesmente ao acesso a bens e serviços, mas comporta um largo conceito que inclui, dentre tantas dimensões, o ambiente circundante, a saúde física e mental, a educação, o lazer e a satisfação no meio social (Corten Ph. 1998; Farrell Gilda (Coord), 2008; Schalock, 1993). A QV está atrelada àquilo que Maslow (1943) denominou de "hierarquia de necessidades" abrangendo os aspectos fisiológicos (comer, dormir, ter saúde); a segurança (de trabalho, de existência, de recursos financeiros); e as condições mais subjetivas do bem-estar social como a autoestima, auto realização e a proteção cultural.

Todavia, devido à dimensão subjetiva de seus diversos elementos, a QV tende a diferenciar-se em função das realidades complexas e das experiências particulares dos indivíduos. No caso da QV dos agricultores, enquanto uma abordagem teorica e fundamentada nas especificidades do rural e do agricola, autonomo em relação às aproximações e distanciamentos dos valores e padrões de vida urbanos, principalmente em territorios metropolitanos, tem sido uma perspectiva pouco explorada pelos trabalhos científicos, principalmente, nos campos da geografia e da sociologia. Ademais, esta QV não se revela nas teorias do desenvolvimento humano e nem nas politicas agricolas nacionais e reigionais A

ausência de trabalhos nessa área leva a presente pesquisa a um caráter inovador, porém exploratório, que por consequência defronta-se com alguns desafios teóricos. Um deles foi a concepção de "Bem-estar" vinculada à ideia de QV no meio agrícola, bem como o de relacionar a QV a partir de um modo de vida "específico", nesse caso, a do agricultor. Por esta razão, os conceitos de QV mobilizados englobam vários campos científicos como os da sociologia, geografia, economia, psicologia e saúde.

Isto posto, o conceito de QV considerado nessa pesquisa envolveu aspectos não materiais e materiais que, a partir de um trabalho empírico, procuramos relacionar os valores expressos pelos agricultores com suas circunstâncias de vida e trabalho. Assim, buscamos com esse trabalho apresentar a definição de QV estabelecida pelos agricultores, bem como, averiguar analisar sua relação com o desenvolvimento da agricultura ecológica. Nessa ótica, nós estamos interessados na pluralidade de sentidos de QV da qual nos conectamos em particular, às condições de existência dos agricultores, principalmente, daqueles considerados como "pequenos".

A expressão, "pequenos agricultores" é discutida no meio acadêmico, com destaque para o grupo de pesquisa Petit Paysanneries,[1] composto dentre outros, por pesquisadores franceses, tunisianos, marroquinos e brasileiros. De forma geral e resumida, podemos dizer que o termo "pequeno" remete às situações de dominação política e econômica nos sistemas agroalimentares.[2] Da nossa parte, entre os diferentes tipos de organizações ou formas agrícolas que caracterizam um "pequeno agricultor", retemos as categorias agricultura familiar, no Brasil, e a *Paysanne*, na França.

No Brasil, o termo "agricultura familiar" contém diferentes conceitos e interpretações (Wanderley, 2001, 2013; Gianasi, 2012; Lamarche, 1998; Altafin, 2007). O agricultor familiar brasileiro, no que diz respeito também, aos efeitos de referência legal, encontra-se definido em Lei Federal sob o número 11.326, de 24 de julho de 2006. Segundo essa lei, no artigo 3º, é considerado agricultor familiar aquele que:

> I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;[3]

---

[1] O grupo *petit paysanneries* é um grupo criado no Ladyss, e conta com diferentes gerações de pesquisadores ligados ao mundo rural e agrícola de diferentes países. As informações sobre o grupo estão disponíveis em: <https://paysanneries.hypotheses.org/>.

[2]. Extraído do debate ocasionado no Colloque international Les petites paysanneries dans un contexte mondial incertain, 19-21 novembre 2014, Nanterre, Fr.

[3] Módulo fiscal é um conceito introduzido pela Lei nº 6.746/79, que altera o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64). A unidade de medida de área (expressa em hectares) é fixada diferentemente para cada município com base em diferentes parâmetros produtivos e econômicos (art. 50, Lei 4.504/64). O módulo fiscal corresponde à área mínima para que uma propriedade rural seja economicamente viável. São entendidos como: minifúndios o imóvel rural de

> II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
> III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
> IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

O termo *paysan* remete ao de "camponês" em português. O *paysan* pode ser familiar ou não, convencional ou ecológico. Ele também pode, às vezes, ser "convencional" e negar o modelo agrícola convencional sob o prisma do *agrobusiness* (produtivista, intensivo e, centrado na monocultura). O *paysan* é uma representação indenitária que se orienta por princípios constantes, presentes na Carta da Confederação *Paysan*, constituída em 1998.[4] Nessa carta são descritos os princípios da agricultura *paysan*: a posse de pequenas parcelas de terra; o respeito à natureza com valorização dos recursos abundantes e economia dos recursos raros; a transparência nas transações de compra, produção, transformação e venda dos produtos agrícolas; a valorização dos circuitos curtos; a produção de alimentos com boa qualidade gustativa e sanitária; a manutenção da biodiversidade das populações animais e das variedades vegetais cultivadas, e ser *raisonner* (ou razoável) na condução do trabalho agrícola.

Em termos de contexto, no final do século XX e início do século XXI, a agricultura de base ecológica entrou na agenda pública e política mundial como uma pauta importante da Agenda 21 que trata da sustentabilidade do planeta. Nessa pesquisa, o termo agricultura ecológica designa diferentes tipos e denominações de agriculturas desenvolvidas de forma condizente com a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. Nesse trabalho, consideramos três tipos de práticas agrícolas ecológicas de maior propagação na sociedade, quais sejam: a agricultura orgânica, *Biologique*[5] e a agroecológica.

Essas agriculturas correspondem contemporaneamente, em primeiro lugar, à busca pela produção de alimentos naturais, saudáveis, ecológicos e de qualidade (Vetterli et all, 2003; Fleury, 2011; Fao, 2009) tendo como fundamento original o posicionamento político de contestação contra os excessos da agricultura industrial (Guet 2003, Fnab, 2011a; Vand Dam, 2009; Altieri, 2000, 2002). Dentre os excessos, destaca-se a oferta de alimentos tratados com química, produtos sintéticos e transgênicos considerados ofensivos ao meio ambiente e à saúde humana (Hecht, 2002; Carneiro, 2015, Lebailly, 2011).

Desta forma, a sustentabilidade ambiental no setor agrícola é uma bandeira que tem se

---

área inferior a 1 (um) módulo fiscal; pequena propriedade equivalente a compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; média propriedade equivalente a área compreendida entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais; e grande propriedade com área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

[4] A carta da agricultura *paysan* está disponível em: <http://www.agriculturepaysanne.org>. Acesso em: jan. 2012.

[5] *Agriculture Biologique* (AB) é o termo utilizado na França e traduzido para o português como 'Agricultura Orgânica'.

apresentado não somente como uma alternativa ao modo convencional de produção, mas também tem trazido consigo um novo sentido social de desenvolvimento com escopo no fortalecimento dos agricultores familiares no Brasil e os *paysans* na França. De forma geral, a agricultura ecológica tem se apresentado aos pequenos agricultores como uma alternativa de produção mais autônoma, segura e com maior dignidade (Branderbourg, A; Billaud, J; et Lamine, C. (Org.), 2015; Cardona, A. et al. 2014; Altieri, 2002; Caporal et Costabeber, 2000).

Para os agricultores, a produção ecológica pode portar diferentes representações e significados. Essas englobam tanto possibilidades de produzir com preservação do meio ambiente e cuidado com a saúde pública, quanto às dificuldades de produção por conta do manejo sem uso de produtos químicos e o uso mínimo de mecanização, que pode representar maior esforço no trabalho dos agricultores.

Para além das escolhas próprias do indivíduo, mas situando-se no cenário em que o agricultor está inserido, a agricultura ecológica tem se apresentado sobre diferentes formas e condições, em função de dois princípios um tanto antagônicos. O primeiro deles está fundamentado em oportunidades de ganhos econômicos, cuja preservação ambiental funciona como uma variável de agregação de valor ao produto e atendimento a um nicho de mercado. O segundo fundamenta-se num idealismo instalado no campo da agricultura e da alimentação, e que conta com valores sociais mais solidários e respeitosos ao meio ambiente.

Guet (2003) demonstra, por exemplo, que, ao longo da história de 50 anos da agricultura ecológica, ocorreram quatro tipos de perturbações: 1) aceitação parcial da industrialização / mecanização no manejo da agricultura ecológica; 2) mudança de escala, cuja produção artesanal e as relações pessoais constituíam a base do sistema; 3) mudança da natureza da atividade agrícola, em que, tradicionalmente, a agricultura ecológica privilegiava os aspectos ambientais e sociais dentro dos modos de vida, e das relações socioeconômicas e; 4) forte apropriação da agricultura ecológica pelas organizações agrícolas profissionais e empresariais.

Para Fleury (2011) o desenvolvimento da agricultura ecológica dominada pelas grandes empresas a conduz aos mesmos impasses encontrados na agricultura convencional, destacando-se: a concentração e especialização das unidades de produção, bem como o aumento de pesquisas, com foco na melhoria da eficiência dos insumos voltados à produção intensiva; a dependência de agricultores em torno dos fornecedores e; a erosão dos sistemas de controle da qualidade. Os trabalhos de Morel *et al*., (2003); Sylvander *et al*., (2005); e Lamine et Bellon, (2009) demonstram que os interesses, motivações, condições de produção, comercialização e capital mobilizado (social, econômico e cultural) têm descortinado uma variedade de sistemas agrícolas ecológicos. Por exemplo, no conjunto desses sistemas, encontra-se oposições entre

lógicas individualistas versus lógicas coletivas, ou de lógicas que respeitam sobretudo as normas de produção (substituição de insumos químicos e sintéticos) em detrimento de "normas" orientadas por princípios que prezam por relações mais harmoniosas entre agricultura, meio ambiente e sociedade.

Sobre o desenvolvimento do mercado global da agricultura ecológica, Baqué (2012) também denunciou diferentes relações socioeconômicas entre os países do hemisfério norte e do sul. Em seu trabalho, ele apresenta registros de ilegalidades sociais no mercado global de produtos ecológicos operados por grandes corporações do setor agroalimentar. A título de exemplo, o autor cita as empresas que agregam o termo genérico "*Bio*",[6] ao seus nomes: Auchan, Leclerc, Carrefour, Terrena e Maïsadour. Enquanto redes de grande distribuição, essas empresas estão diante da necessidade de abastecer a demanda europeia por alimentos ecológicos a um baixo custo e em todas as estações do ano. Nessa medida, elas estimulam os países do sul a desenvolverem a agricultura ecológica. Em alguns sistemas agrícolas, esse incentivo tem se apresentado, com certa recorrência, com uma produção intensiva e de monocultura (ex.: soja, óleo de palma, trigo, quinoa). Essas têm ocorrido frequentemente e a um custo reduzido, possibilitadas pelo uso de tecnologias industriais, exploração de mão de obra e expropriação de terras (BAQUE, 2012).

Contudo, a agricultura de base ecológica tem evoluído de forma gradativa com diferentes maneiras e níveis entre os países (Agenciabio et Gab-Idf, 2013; Darolt, 2000, Fonseca, 2009; Dinabio, 2009). A França, por exemplo, é uma referência no avanço da agricultura de base ecológica, denominada *Biologique,* com relativa aderência de *paysans* (Agenciabio e Gab-Idf, 2013; Dabbert, 2003; Dinabio, 2009, Sylvander et all 2005). O Brasil, por sua vez, apresenta um cenário cuja produção agrícola de base ecológica está em ascensão, atrelada ao forte interesse de Governos e da sociedade civil organizada na inclusão de agricultores familiares como protagonistas dessa agricultura (Brasil, 2013a; Caporal et Costabeber, 2000; Darolt, 2000, 2002; IPD, 2010; Fonseca, 2009). Isso porque o contexto agrícola brasileiro é marcado pela presença significativa de agricultores familiares, representando 84% dos 5 milhões de estabelecimentos no país, e, ainda, responsáveis por abastecer 70% da população brasileira (IBGE, 2006).

Em termos de produção científica, diversos estudos sobre os sistemas agrícolas ecológicos têm investigado as experiências com foco na sustentabilidade econômica e ambiental, preocupados em responder quais são as possibilidades de se desenvolver uma

[6] Abreviação de *orgânico* na Europa.

agricultura ecológica sem comprometer a capacidade de atendimento às demandas do mercado. Alguns estudos têm demonstrado que a sustentabilidade econômica é, geralmente, garantida pela existência de um nicho de mercado "verde" e pelo uso de tecnologias modernas (Giovannucci, 2003; Pedersen, 2003; Hallam, 2003). Em outros casos, a sustentabilidade econômica tem sido pautada: i) nas relações sociais de bases solidárias entre produtores e consumidores (Lamine et Bellon, 2009; Fnab, 2011B) e, ii) no preço justo dos produtos com valores que variam ente 20% a 40% inferior ao do mercado de alimentos ecológicos certificados (Minvielle, 2011).

Em relação à sustentabilidade ambiental, a produção científica tem avançado em torno de experiências de agriculturas ecológicas tocantes ao melhoramento do solo, da nutrição das plantas, na produção de repelentes naturais, ou seja, têm sido amplamente investigados processos e elementos capazes de garantir uma boa produtividade e ao mesmo tempo serem ecologicamente sustentáveis (Dabbert, 2003; Vetterli et all, 2003; Dinabio 2009). Não obstante, a literatura também aponta que a construção do conhecimento em torno da agricultura ecológica tem percorrido dois sentidos. Num primeiro sentido, a produção do conhecimento em agricultura ecológica tem orientado a constituição de sistemas agrícolas ecológicos intensivos. Nessa concepção, a produção cientifica busca favorecer o desenvolvimento de unidades produtivas sustentadas por tecnologias complexas e custos elevados (Caporal et Costabeber, 2004). Num segundo sentido, a produção do conhecimento em agricultura ecológica tem sido fundamentada por uma corrente de pensamento ecossocial e agroecológica, em que a construção de sistemas agrícolas considera os saberes tradicionais, técnicos e científicos, específicos de cada lugar (Altierri, 2000; Guzmán, 2002; Fnab, 2011b; Baque, 2012).

Ainda com sua atenção voltada à sustentabilidade econômica e ambiental dos sistemas agrícolas, os estudos científicos têm trazido à tona uma discussão sobre as relações de proximidade entre a produção e o consumo de alimentos, enquanto uma das formas de minimizar os problemas ambientais causados pelos deslocamentos, conservação e, armazenamento dos produtos agrícolas. Quanto maior a distância entre a produção e o consumo, maior a necessidade de combustível fóssil e uso de refrigeradores, sendo essas últimas fontes significativas de emissão de gases de efeito estufa. Além do gasto de energia com o transporte, têm-se outros elementos, tais como a necessidade de uso de conservantes e de embalagens para acondicionamento que se transformam em lixo e resíduos (Delhommeau, 2009, Maréchal, 2010). Na perspectiva da sustentabilidade ambiental e econômica, o desenvolvimento da agricultura ecológica tem sido objeto de políticas de desenvolvimento rural e local. No âmbito dessas políticas, as metrópoles têm se despontado como um potencial, em que espaço e

sociedade rural (agricultores) e urbana (consumidores) se conectam socioeconomicamente.

No contexto metropolitano, o agricultor está sujeito a relações urbano-rurais próprias desse espaço, que podem ser favoráveis ou não ao trabalho agrícola, tanto em termos de disponibilidade e qualidade do espaço para o desenvolvimento da agricultura, quanto em termos de possibilidade de inserção socioeconômica dos agricultores na região. Isso porque, nos espaços metropolitanos, o ambiente de vida e trabalho dos agricultores é marcado: i) em termos socioespaciais - pela cultura, valores, dinâmicas e pressão urbana e, ii) em termos econômicos - por um contexto permeado pela concorrência e padronização do sistema agroalimentar. Todavia, à medida que o escoamento da produção é o meio que o agricultor possui para adquirir sua renda, a comercialização se insere como fator de grande importância para dar condições de sustento ao mesmo. Desta forma, não basta ao agricultor ter condições de produzir, é preciso também, que ele tenha boas condições e segurança de venda. Com esse entendimento, existe uma vasta literatura que atrela a prática ou o desenvolvimento da agricultura ecológica à formação de circuitos curtos de produção e consumo ou circuitos curtos de proximidade. A formação desses circuitos fundamenta-se na necessidade de estabelecer novas relações socioeconômicas entre os cidadãos urbanos e rurais que, por um lado, valorizem os agricultores e as suas produções, e por outro, garantam a produção de alimentos com boa qualidade para a saúde e para o meio ambiente (Branderbourg (org), 2015; Delhommeau, 2009; Torre et al 2013, Ferri, 2010).

No entanto, ao considerar a complexidade do mundo rural e agrícola, e, ao considerar as ideias em torno do indivíduo e da ação social trazida por Weber e Durkhein (Tétaz, 2004; Piras, 2004) estamos diante de um mosaico de valores e conceitos aplicados aos agricultores que se diferenciam em função das diferentes trajetórias, situações e contextos, aos quais eles foram e estão submetidos. De maneira geral, o modo de vida do agricultor sofreu modificações ao longo da história da agricultura. Nesse contexto, dois momentos foram marcantes: um, que se evoluiu ao longo da segunda metade do século XX, referente às mudanças que se repousaram sobre a passagem da prática camponesa para a agricultura profissional - graças à modernização do setor agrícola e das próprias relações de trabalho (Mendras, 1978; Gervais, Jollivet e Tavernier; 1976, Wanderley, 2013 Billaud, 1996, 2009), e outro, aflorante no final do século XX, referente à formação de uma nova identidade e valores pautados na relevância da sustentabilidade ambiental no setor agrícola (Van Dam, 2005, Fleury, 2011, Dejardin et all, 2009).

Assim, pensar em alimentos ecológicos é pensar em Qualidade de Vida, mas em quais sentidos? Do lado do consumo, a QV vem sendo atrelada à agricultura ecológica para expressar

o potencial que seus produtos portam, quais sejam: alimentos saudáveis, naturais, normalmente frescos e, por conseguinte, oferecedores de mais saúde ao consumidor e com maior capacidade de preservação dos recursos naturais, pois esses atributos contribuem para o Bem-estar de toda a sociedade. Se, em termos de saúde e de preservação ambiental, a agricultura ecológica pode contribuir para a melhoria da QV da sociedade, nossa inquietação recai sobre qual é a relação entre a agricultura ecológica e a QV do agricultor, ou seja, o que representa a escolha do sujeito pela agricultura ecológica sob o ponto de vista de sua QV? Será que o agricultor vive melhor? Diante de um mosaico de identidades, percursos de vida e de valores dos agricultores, quais representações sobre as relações entre QV e agricultura ecológica podem surgir? Assim, pensar em QV do agricultor ecológico nos leva a refletir sobre a evolução da agricultura e a constituição de identidades agrícolas, tais como a do camponês, do agricultor convencional e do próprio agricultor ecológico. Esse ensejo conduz-nos a uma discussão sobre o que significa ou consiste "ser agricultor ecológico", em especial, aquele situado em espaço metropolitano.

A investigação sobre a QV insere a análise do sujeito ao lado da análise socioespacial e econômica da sustentabilidade dos sistemas produtivos, colocando o agricultor como fator preponderante de qualquer ação. O agricultor, por si só, é portador de necessidades e valores pessoais que interagem e sofrem influência do meio social e ambiental ao seu entorno. Logo, trabalhar a dimensão social da sustentabilidade agrícola vinculada à ideia de QV envolve tanto os aspectos individuais quanto sócio espaciais tocantes à atividade do agricultor no espaço metropolitano. O pano de fundo da discussão, portanto, é o lugar do agricultor na sociedade e no espaço metropolitano. Os parâmetros de QV aqui trabalhados levaram em consideração a relação rural e urbana num contexto socioespacial predominantemente influenciado pelo urbanismo, mas também por interesses no desenvolvimento de uma agricultura sustentável ambientalmente capaz de abastecer as cidades com produtos locais e de qualidade.

Nessas condições, a análise da QV dos agricultores situados em regiões metropolitanas, invocou a mobilização de um conjunto de conceitos e valores associados às: 1) diversas identidades dos sujeitos agrícolas; 2) diferentes funcionalidades do espaço rural próximos aos espaços urbanos e; 3) as formas de relações ou inserções dos agricultores na estrutura socioeconômica e cultural dessas regiões. Isso porque no espaço metropolitano, a vida e o trabalho do agricultor estariam marcados: 1) em termos socioespaciais, pela cultura, valores, dinâmicas e pressão urbana (de crescimento econômico e de reservas ambientais) e; 2) em termos econômicos, pela cultura do consumismo, concorrência e padronização do sistema agroalimentar instalados nas grandes metrópoles (Wilkison, 2004).

Assim, nossa hipótese é que a adesão dos agricultores à agricultura ecológica é

fortemente dependente da capacidade desse sistema de produção de manter ou ampliar as suas QVs. Tal adesão envolveria, no mínimo, duas premissas: primeiro, que houvesse uma convergência de valores individuais (no caso dos agricultores) com os propósitos da agricultura ecológica e, segundo, que o desenvolvimento da agricultura ecológica promova condições que assegure uma vida decente no nível profissional e pessoal do agricultor. Essas seriam as premissas ideais para o estabelecimento de uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza que, por conseguinte, sustentar os sistemas agrícolas ecológicos. Entretanto, como já foi mencionado, no campo agrícola tem-se uma diversidade de sujeitos e interesses. Essa diversidade vai resultar em diferentes níveis de sensibilidades ou desejos em função da experiência e da trajetória de vida dos agricultores. Essas diferenças vão configurar a maneira como os agricultores percebem a agricultura, tanto em suas vidas particulares quanto no conjunto da sociedade. Nessa lógica, o desenvolvimento da agricultura ecológica se vê perante um problema, qual seja: equalizar valores e interesses individuais com os sociais, em torno do desenvolvimento dos sistemas ecológico de produção alimentar.

A fim de testar nossa hipótese, propomos, nesta tese, estudar os agricultores e os contextos de duas regiões: a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) no Brasil e a Île-de-France (IDF), popularmente conhecida como região Parisiense, na França. Essas regiões comportam níveis de organização de agricultores, políticas e da sociedade local, em torno da agricultura de base ecológica diferenciados, sendo no caso da IDF mais consolidado e, no caso da RMBH, incipiente. Assim, as particularidades dessas regiões permitem-nos vislumbrar o desenvolvimento da agricultura de base ecológica em contextos específicos.

A tese foi estruturada em três partes que contemplam a ideia do sujeito agrícola, do espaço e das relações sociais na agricultura. A primeira parte prioriza o referencial teórico e pauta-se em discussões que subsidiam uma reflexão a respeito das formações das varias identidades atribuídas ao agricultor entre os séculos XX e XXI, tanto nas suas representações, normas e políticas, quanto nas relações socioeconômicas. Além disso, são apresentadas as diferentes concepções de Rural, que implicam diretamente sobre a QV dos agricultores.

Na segunda parte da pesquisa é apresentado o estado da arte da agricultura e dos agricultores nas regiões de estudo – RMBH e IDF, contemplando, além disso, os valores atribuídos à agricultura pela sociedade, a partir de uma leitura cronológica dos planos de desenvolvimento regionais definidos como planos diretores de planejamento metropolitano.

A terceira parte compõe-se da pesquisa empírica, em que são averiguados a QV dos agricultores nas regiões de estudo, priorizando os horticultores. A escolha desse segmento agrícola justifica-se pela característica perecível de seus produtos, pelo intenso consumo dos

mesmos, nos centros urbanos, e pela presença, significativa dos horticultores em regiões metropolitanas.

Com o escopo de subsidiar uma análise comparativa de QV em função da agricultura praticada, dois tipos de horticultores foram privilegiados na parte empírica: o convencional e o ecológico, justificados pela necessidade de evidenciar pontos comuns e divergentes que compõem as condições de QV no caso dos praticantes da agricultura ecológica.

Por fim, na discussão dos resultados, trazemos a definição da QV constituída pelos agricultores, o contexto e os valores em torno do trabalho e da vida agrícola. Na conclusão da pesquisa, buscamos responder em que medida a agricultura ecológica é sustentável quando se considera a QV dos agricultores em contexto metropolitano. Enfim, tecemos ao longo desse trabalho uma discussão que correlaciona: desenvolvimento da agricultura ecológica; sustentabilidade e, QV dos agricultores em espaços metropolitanos, na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento rural agrícola, local e sustentável.

Observa-se por meio da literatura que a sustentabilidade social em sistemas agrícolas ecológicos para os pequenos estabelecimentos familiares e camponeses se traduz, imediatamente na manutenção do agricultor desses sistemas. No entanto, tal manutenção supõe escolhas cujas dificuldades são normalmente conhecidas no plano técnico, mas nem sempre no campo social, em particular, no que se refere à QV. Esta tese focaliza-se nesse ultimo aspecto.

Considerando que a QV é composta por elementos objetivos, mas, também subjetivos, a entrada e a manutenção dos agricultores nos sistemas de produção ecológica remete a uma hierarquia de valores. Esses valores estão intrinsecamente ligados à concepção e à percepção de Bem-estar dos próprios agricultores, bem como ao contexto (socioespacial e cultural) no qual eles se exprimem. Não obstante, em um contexto particular, as motivações dos agricultores podem ser reforçadas ou enfraquecidas segundo a valorização e as condições de suas inserções socioeconômicas na sociedade local ou regional, da qual ele faz parte. Com esse ponto de vista, identificar o lugar da QV num sistema de valores que interligam a adesão à agricultura ecológica supõe a compreensão das escolhas operadas tanto por agricultores ecológicos quanto por convencionais. Nessa perspectiva, são consideradas as referências morais e as dificuldades (em particular, socioeconômicas) dos agricultores, bem como, as escolhas que implicam valores de compromisso ecológico. Esses valores ou sentimentos se encontram dentro de uma hierarquia mais global de valores e normas que implicam em constantes reajustes considerados necessários num processo de integração da dimensão ecológica à atividade profissional.

Por exemplo, diversos trabalhos citados anteriormente mostram que a agricultura ecológica, frequentemente conduzida em pequenas áreas, com equipamentos manuais e culturas

diversificadas, demanda esforços complementares ao agricultor, comparados com o manejo agrícola convencional. Assim, se pergunta nesta tese: quais elementos, para além da racionalidade econômica, poderiam interferir na decisão dos pequenos agricultores em ingressarem e se manterem na agricultura ecológica? Ou ainda, a agricultura ecológica oferece suficientes benefícios ambientais e para a saúde dos pequenos agricultores, a ponto de ser considerada sinônimo de QV e de Bem-estar para os mesmos? E, finalmente, quais valores são defendidos por agricultores ecológicos e convencionais residentes em região metropolitana e, em que medida, as questões em torno da QV dos agricultores se relacionam com a integração dos mesmos em um sistema ecológico de produção?

Nossa hipótese central é que a QV afeta a escolha do agricultor em tornar-se ecológico. Ao considerarmos que o desenvolvimento de uma agricultura sustentável depende do engajamento do agricultor, acreditamos que a sustentabilidade dos sistemas agrícolas ecológicos ocorre quando as relações entre o agricultor, sociedade e a natureza esteja em comunhão com a promoção de sua QV nas suas diferentes dimensões, tanto no nível pessoal quanto social. Isso significa dizer, que a adesão e permanência de agricultores ao modelo de produção ecológica dependem da adequação de suas escolhas técnicas a um sistema de valor particular, no qual a QV possui um lugar essencial.

A partir das questões levantadas e de nossa hipótese, essa pesquisa tem como objetivo geral compreender o lugar da QV nas escolhas dos agricultores por práticas agrícolas ecológicas. Nossa base de análise compreende duas populações de agricultores (horticultores ecológicos e convencionais), habitantes em duas áreas metropolitanas - a de Belo Horizonte e a de Paris (denominada Île-de-France - IDF). Por hipótese, essa hierarquia não será a mesma entre os agricultores ecológicos e convencionais cujos valores pressupõem uma hierarquia interna particular. Com essa ótica, apresentamos os objetivos específicos dessa pesquisa que são investigar: 1) quais são os elementos objetivos e subjetivos que compõem os valores associados à QV dos pequenos agricultores familiares e *paysans* (camponeses) habitantes em áreas rurais e peri-urbanas daquelas metrópoles; 2) os valores que incitam os agricultores pertencentes a diferentes contextos socioculturais e recursos contrastantes (cultura alimentar, instrumentos de gestão, graus de intervenção e de animação da sociedade) a praticarem a agricultura ecológica e, por fim; 3) as diferenças existentes entre a QV projetada pelos agricultores e as situações concretas de Bem-estar socioeconômico e cognitivo desses sujeitos.

PRIMEIRA PARTE – Referencial teórico e problemática

CAPITULO 1 – A QUALIDADE DE VIDA (QV)

1.1 INTRODUÇÃO

A Qualidade de Vida (QV) é um conceito multidimensional e interdisciplinar, e as pesquisas sobre o tema encontram-se, frequentemente, centradas nas ciências da saúde, em detrimento das Ciências Humanas, como a Sociologia e a Geografia. Sob o domínio da saúde, a análise de QV tem os indivíduos como objeto de estudo e envolve diferentes parâmetros e dimensões tais como: a) capacidade física e mental para realizar tarefas no dia a dia; b) situação em sociedade (trabalho, família, amigos) e; c) condições do ambiente ao seu entorno (moradia, alimentação). Sob o domínio da sociologia e da geografia, os estudos de QV surgem com a preocupação de analisar as condições de vida dos indivíduos e, dentre outros objetivos, subsidiar as políticas de desenvolvimento social. Suas análises também envolvem diferentes parâmetros e dimensões socioeconômicas, principalmente, aquelas que buscam informar a situação dos indivíduos quanto aos direitos sociais (saúde, educação, moradia, trabalho, cultura, meio ambiente,). O uso dos dados da QV, nesse último caso, tem servido de parâmetro à elaboração e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento humano e social.

Com o intuito de marcar as diferentes apreensões sobre a QV ao longo do tempo, elegemos três periodos em função de três fatores – originalidade, emergência da modernidade e o afloramento da sustentabilidade – que correspondem à Grécia Antiga e os séculos XX e XXI. Assim, destacamos a QV à luz dos estudos e pensamentos de Aristóteles. Depois, apresentamos a concepção de QV, no século XX, mais precisamente a partir dos anos de 1930 (ano em que a construção de indicadores sociais entra em cena) até o final do século. Durante o século XX, ocorreram eventos marcantes, em sua organização social, econômica, enfim, em todas as esferas da sociedade contemporânea, em que as revoluções tecnológicas despontaram, no campo da indústria, saúde, biologia, física, comunicação, globalização, a explosão do capitalismo financeiro, da prosperidade, das desigualdades, das guerras mundiais e da degradação ambiental (HOBSBAWN, 1995).[7] Não obstante, o século XX encerra-se centrado em torno de grandes questões mundiais que afetam a QV dos homens e a sustentabilidade do planeta. O século XXI, por sua vez, inaugura novas concepções sobre QV, pautadas nas desigualdades socioeconômicas, bem-estar do indivíduo, meio ambiente, nos recursos naturais, saúde e vida em sociedade. Ao longo da evolução de sua abordagem, as questões da QV foram tratadas sob diferentes enfoques, interpretações e aplicações, chegando ao século XXI sem um

[7] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

consenso sobre o seu conceito, salvo a ideia de que a QV comporta duas dimensões: a subjetiva e a objetiva. Nesta perspectiva, a QV se constitui sobre uma matriz de valores (dimensão subjetiva) e também sobre uma matriz de padrões e condições materiais de vida (dimensão objetiva).

Ao discorrer sobre a QV no espaço rural, ou especificamente a dos agricultores, esbarramos em questões de espaço, padrões de vida e valores socioculturais. A fim de compreender o que fundamenta as concepções de QV e como ela pode ser apreendida, propomos esse capítulo sobre os conceitos e princípios fundamentais de QV, com o intuito de fornecer pistas sobre como tratar esse tema, enfatizando os agricultores.

Ressalta-se que as concepções de QV estão ligadas à evolução social, política e econômica de nossa sociedade, compondo-se de diferentes parâmetros dominantes, ao longo da evolução de seu conceito. Deve-se ressaltar, ainda, que as bases dos diversos conceitos de QV têm sido constituídas, nos espaços, normalmente ou convencionalmente, considerados como "mais desenvolvidos". Considerados como tais, esses espaços tendem a tornar-se referência de organização de sociedade e de valores a serem perseguidos pelos "outros" espaços e populações. Os espaços "mais desenvolvidos" e "os outros"[8] espaços podem ser representados em diferentes escalas. Por exemplo, numa escala global e local têm-se, respectivamente, os países do norte e os espaços urbanos classificados como os espaços "mais desenvolvidos", em referência à apreensão que se tem de grande parte dos países do sul e dos espaços rurais, que poderiam ser classificados, nesta lógica, como "os outros" espaços.

Na Grécia Antiga, por exemplo, a QV é o equivalente de Bem-estar, de Felicidade e de participação política. No entanto, entre os anos de 1930 e 2000, a QV é assimilada ao progresso, à prosperidade, ao padrão de vida, sendo essa concepção de QV a base dos indicadores com amplitude mundial, tal como o PIB (Produto Interno Bruto) e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Ao longo desses anos, a análise de QV servia-se de subsídio para definição dos investimentos econômicos e crescimento da economia, chegando ao final do período com uma forte crítica ao enfoque dado à QV até então, passando a ser incluído maior peso nas dimensões humanas e ambientais, como o acesso e a disponibilidade de alimento e água.

Após os anos 2000, a ideia de QV vai avançar mais ainda para as dimensões humana e social. O início do século XXI é marcado por grandes discussões que destacam a eminência dos problemas sociais, econômicos, ambientais e éticos presentes no modelo de desenvolvimento,

[8] "Os outros" é uma alusão aos espaços que ficaram de fora daquilo considerado como "desenvolvido" pelo viés econômico e cultural.

pautado pelo crescimento econômico e pela acumulação de capital. Nesse momento, a análise de QV começa a ocupar espaços centrais das preocupações políticas, tanto nos países classificados como "desenvolvidos" quanto nos países restantes. Para os primeiros, a QV agrega, incluindo com novas necessidades (qualidade ambiental, saúde, segurança, alimentação e liberdade de expressão). Nos "outros" países são incorporadas dimensões de QV entendidas como necessidades socioculturais básicas de uma sociedade. Essas dimensões envolvem o acesso e o respeito à cultura, ao lazer, à liberdade de expressão e à participação política (exercício da democracia).

Atualmente, no mundo globalizado, o cerne da QV, entendido como um estado de Bem-estar e de vida saudável, envolve a produção alimentar, saúde, trabalho, moradia, segurança física (violência) e financeira (econômica), acesso aos recursos naturais essenciais (água, terra e floresta), preservação ambiental e respeito ao multiculturalismo.

Assim, esse capítulo começa com uma revisão bibliográfica dos conceitos e fundamentos da QV, e em seguida, são apresentadas três discussões que configuram o rural ou os agricultores como foco de análise de QV. Infelizmente, a discussão sobre a QV em espaços rurais ou de agricultores, ainda é muito incipiente no Brasil e na França. Ao menos não foram muito difundidas, nos meios de consulta clássica, como bibliotecas presenciais (Universidade Paris X, Ladyss Nanterre Batiment T, Universidade Federal de Minas Gerais) e virtuais base de dados da Universidade de São Paulo (USP), base de dados da BIBLIOSHS,[9] base de dados da THESES[10] e Google acadêmico Brasil, França, Bolívia, Espanha e EUA. Diante disso, apresentamos dois estudos norte americanos que fizeram uma análise e trataram diretamente as questões de QV sobre o prisma da comunidade e do espaço rural. Apresentamos também um estudo norte americano sobre o lugar da QV rural, na Política de Desenvolvimento Rural da União Europeia. O capítulo encerra-se com a 3ª parte, em que são apresentados os elementos de QV que foram escolhidos como base e norteamento de nossa pesquisa.

Em síntese, esse capítulo iniciou-se com a apresentação do conceito e fundamentos gerais de QV, afunila a discussão em direção ao espaço rural e aos agricultores, e termina com os objetivos, hipóteses e parâmetros conceituais que norteiam essa pesquisa. A partir desse capítulo, buscamos justificar a nossa escolha do conceito de QV, em função das especificidades

---

[9] O BiblioSHS é um portal de informação cientifica das unidades do CNRS – Centre National de la recherche scientifique em ciências humanas e sociais. Nesse portal há 8.000 revistas e 11.000 monografias. Disponível em: <http://biblioshs.inist.fr/>.

[10] A THESES é uma base de dados das teses defendidas e em andamento nas universidades francesas em muitos domínios (Sociologia, Geografia, Ciências Humanas, Medicina, Psicologia, Economia, Política, etc.). Disponível em: <http://www.theses.fr/>.

dos indivíduos (agricultores) e do espaço (rural da região metropolitana) que em alguma medida são afetados positiva ou negativamente pela concepção urbana e moderna de organização sócio espacial.

1.2 Ideias em torno das definições de QV

A Qualidade de Vida (QV) é uma preocupação presente nas sociedades modernas, cuja sensação de segurança, saúde e bem-estar formam seus principais pilares. Tendo o Bem-estar humano como seu estado ideal, a preocupação com a QV remonta aos tempos antigos, tal como é expresso na filosofia grega, por meio do conceito de *Eudaimonia* desenvolvido por Aristóteles. O *Eudemonismo* é um pensamento filosófico que define a ação correta como aquela que leva ao "bem-estar" do indivíduo, de forma que o "bem-estar" constitui-se num valor essencial. Embora o termo *Eudaimonia* seja comumente traduzido como "felicidade", ele é mais utilizado como o equivalente de "bem-estar", "crescimento humano" ou "boa vida", tendo a felicidade pessoal e a vida plena do indivíduo colocada no centro da preocupação ética.

Esse conceito, que tem como principal referência Aristóteles, em "Ética a Nicômaco", sinaliza que a *eudaimonía* é constituída, não por honra, riqueza ou poder, mas pela atividade racional. A eudaimonia é constituída pela felicidade, prazer, orgulho, pelo fato de se ter amigos, pela participação politica, classificados por Aristóteles como o bem mais elevado do indivíduo. Assim, Aristóteles consagra o bem-estar como o objetivo central da vida humana, mas esse estado depende de uma ampla gama de condições, incluindo física e mental.

Na época em que Aristóteles escreveu sobre a *Eudaimonia,* a Grécia antiga experimentava um contexto de grandes desigualdades sociais e instabilidade política, em função das guerras por territórios e poder. Nas análises de Amaral *et al* (2011), Aristóteles viveu numa época de intensos debates políticos sobre dois modelos: de um lado, os atenienses, que idealizavam a democracia e a liberdade, em meio às situações de instabilidade e corrupção; e do outro, os esparciatas, defensores do regime oligárquico, que visavam uma sociedade organizada, em que as liberdades individuais eram subordinadas à polis. Com a guerra no território grego, instalou-se um cenário de miséria, injustiça social, enfraquecimento da ética e da participação política. Assim, a QV da população estava fragilizada e tal situação reflete a ideia de Eudaimonia de Aristóteles.

No período em que Aristóteles fez a reflexão sobre a vida feliz que, atualmente, incorpora as dimensões de QV, Atenas passava do discurso mítico - político ao discurso jurídico - político, no qual a democracia instaurava-se, dando a todos o direito à voz perante os tribunais

e assembleias. A cidade torna-se o centro das discussões e o tema de maior relevância para os gregos. Além das questões a favor da polis e das causas humanas, surge uma preocupação com as leis da natureza e seus fenômenos, que são apresentadas por meio do discurso científico.

A eudaimonía aristotélica consiste em ter uma vida boa, justa e feliz. Partindo deste princípio, este filósofo propõe investigar qual é o fim ético que todo indivíduo aspira e quais caminhos ele deve trilhar em direção a essa busca. O "bem" em Aristóteles é idealizado como uma virtude, uma atividade cotidiana que procura a excelência, de acordo com o exercício da razão. Sendo a felicidade um fim em si mesmo, ela é conceituada, na filosofia aristotélica, como um bem supremo, algo absoluto que converge na ação (Amaral et al, 2011).

Aristóteles considerava o homem como um ser misto, dotado de tendências tanto racionais quanto irracionais, sendo estas últimas consideradas como aptidões e inclinações. Para Aristóteles, o desejo surge no momento em que o indivíduo é afetado por causas externas. Esse desejo é o agente dos sentimentos e emoções presentes no ser humano. A virtude é o agir humano mediado pela razão e a ética tem a incumbência de orientar na aquisição deste hábito, a fim de tornar o homem prudente (Chauí 2002, citado por Amaral et al, 2011).[11]

Segundo a concepção aristotélica, as pessoas de maior discernimento são aquelas que identificam a felicidade com a honra, proveniente da vida política. O filósofo considerava as pessoas que concebiam a felicidade, em função do acúmulo de riquezas, como portadoras de uma vida forçada. Tanto os prazeres, a honra, a riqueza, a razão e as demais virtudes são escolhidas em prol da felicidade, considerada por Aristóteles, como o bem supremo e autossuficiente. Para ele os bens exteriores são necessários, pois não existe felicidade sem o meio para alcançá-la, mas a condição aristotélica para uma vida feliz advém da prática das virtudes, do cultivo das amizades, da preservação da saúde, da suficiência de bens materiais, da convivência harmoniosa na polis e do acesso às discussões filosóficas (AMARAL *et al*, 2011).

A amizade, uma das dimensões da Eudaimonia, é definida como uma virtude e no que há de mais necessário para viver. Aristóteles considera a amizade como uma forma indispensável à vida do ser humano. No que se refere à saúde e a suficiência de bens materiais, Aristóteles advoga em prol da moderação, justificando que, para ser feliz, o homem não necessita de muitas ou de grandes coisas, pois os excessos corrompem a mente. E por fim, o homem torna-se feliz, quando convive numa sociedade justa e que visa o bem coletivo, a comunicação e seus valores.

Nos tempos modernos, a ideia de bem-estar é bem maior do que a ideia de felicidade,e

[11] CHAUÍ, 2002 *apud* Amaral *et al*, 2011,. p. 328-486.

isso porque ela é, frequentemente, concebida como um estado subjetivo de espírito. Uma pessoa pode dizer que está feliz porque acabou de ganhar um presente, no entanto, para Aristóteles, a *eudaimonía* (bem-estar ou "felicidade") é o objetivo da busca humana. Ela abrange a totalidade da vida de um indivíduo, não sendo, portanto, um objeto que pode ser adquirido ou perdido em poucas horas, pois isso seria o equivalente às sensações de prazer. A boa vida ou o bem-estar, por sua vez, consiste em realizar, ao longo de uma vida inteira, todos os bens entendidos com saúde, conhecimento, e amigos, por exemplo - que por sua vez levam à perfeição da natureza humana e seu enriquecimento, em múltiplas dimensões: espiritual, político, social e econômico.

Na contemporaneidade, o conceito de QV está em aberto, pois a própria ideia de QV é muito restrita à percepção e aos valores individuais e de sociedade. A abordagem sobre a QV, na Sociologia, é apresentada por Ferriss (2004). O autor fez um estudo sobre os conceitos e usos da QV presentes em diferentes publicações: dicionários, enciclopédias, jornais, revistas anuais de pesquisa, compêndios, manuais, artigos, dentre outros. No universo pesquisado, o autor informa que as contribuições puramente sociológicas para o desenvolvimento das teorias e conceitos de QV são difíceis de isolar, nem sempre distinguíveis e encontram-se com pouca cunhagem, na sociologia geral. Ainda de acordo com sua pesquisa, os estudos sobre a QV tendem a atrelar-se à formação de indicadores sociais, envolvendo medidas objetivas e subjetivas.

No século XX, a QV ainda não era um termo explícito, pois havia uma concepção de padrão de vida, entendido como a qualidade e quantidade de bens e serviços disponíveis a uma pessoa ou a uma população. O padrão de vida servia para orientar a construção de indicadores sociais relacionados ao desenvolvimento econômico. Nesse período, os indicadores sociais eram construído, centrados na ideia de "prosperidade". Os estudos sobre a QV, propriamente dita, sob domínio da sociologia, começaram de fato em 1972 (FERRISS, 2004). Segundo o autor, antes dos anos de 1970, as pesquisas que mais se aproximavam das questões de QV eram as medidas das condições da vida das famílias, realizadas por sociólogos americanos, a partir de 1918, cujos indicadores eram a posição socioeconômica, o nível de vida e a posição social (SEWELL, 1940[12] citado por FERRISS, 2004). F. Stuart Chapin[13] (1933, citado por FERRISS, 2004) sistematizou uma escala para taxar as prosperidades sociais das famílias, tendo como referência uma lista de itens comuns para serem observados, tais como energia elétrica,

[12] SEWELL, William H. *The Construction and Standardization of a Scale for the Measurement of the Socioeconomic Status of Oklahoma Farm Families*. Stillwater: Oklahoma Agricultural and Mechanical College, Agricultural Experiment Station, 1940.
[13] CHAPIN, F. Stuart. *The Social Status Status Scale*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1933.

telefone, relógio, dentre outros. Com essas medidas, as famílias eram classificadas, por exemplo, como "destituídas; pobres; classe média mais baixa; classe média e; classe média superior".

No entanto, os indicadores sociais somente ganharam status intelectual, na Sociologia, após os anos de 1960, com o trabalho realizado pelo sociólogo George Simpson, da National Aeronáuticas and Space Administration (NASA). Esse pesquisador recomendou a medição de preços, das necessidades e dos orçamentos sociais, envolvendo habitação, educação e prosperidade, bem como o desenvolvimento de medidas de oportunidade econômica e de mobilidade social. Por essa ocasião, a NASA também apoiou o desenvolvimento de indicadores sociais realizados por diferentes sociólogos.

Em 1965, dois sociólogos denominados Wilbert Moore e Eleanor Sheldon também desenvolveram pesquisas, envolvendo questões sociais, na Russell Sage Foundation, que é uma fundação voltada às pesquisas em Ciências Sociais, preocupada com a melhoria das condições sociais e de vida nos Estados Unidos. Dentro dessa perspectiva investigatória, esses sociólogos desenvolveram uma análise mais ampla da sociedade americana sobre sua modificação estrutural. Em 1969, é criado um Painel de Indicadores Sociais, sob a direção do sociólogo Daniel Bell, que considerava os indicadores econômicos, como o Produto Interno Bruto (PIB) insuficiente para informar sobre o bem-estar da nação e os efeitos dos programas públicos para a população. Assim, os estudos de bem-estar foram incorporados à série bienal de publicação governamental dos EUA, compondo-se de indicadores de educação, envelhecimento, qualidade de vizinhança, habitação e, ainda, de tópicos especiais como transporte, infraestrutura, pesquisa industrial e ecologia (FERRISS, 2004).

A análise da QV por sociólogos também voltou-se aos espaços rurais, com vista à melhoria, desenvolvimento e crescimento econômico dos mesmos. William Sewell (1940, citado por FERRISS 2004) desenvolveu uma escala do nível de vida de famílias agrícolas de Oklahoma. Cottam (1941[14] citado por FERRISS 2004) e Hagood, Danilevsky e Beum, (1941[15] citado por Ferriss 2004) investigaram o nível de vida e a participação social de agricultores familiares de Ohio, com o objetivo de delinear as sub-regiões das comarcas rurais de Ohio. O estudo teve como base a construção de um índice social que incluía, dentre outras variáveis, o rendimento de fazenda, a fertilidade rural e o planejamento de vida. No início da década de 40,

---

[14] COTTAM, Howard R. 1941. Methods of Measuring Level of Living, Social Participation and Adjustment of Ohio Farm People, *Methodological Supplement to the Agricultural Experiment Station Bulletin*, Columbus, n. 624, Jul.

[15] HAGOOD, Margret Jarman; DANILEVSKY, Nadia; BEUM, Corlin O. An Examination of the Use of Factor Analysis in the Problem of Subregional Delineation, Hoboken, *Rural Sociology*, vol. 6, p. 216-235, 1941.

Hagood, a partir de seu trabalho junto ao U.S. Department of Agriculture in Washingtone, construiu um índice de nível de vida das populações rurais e das comarcas dos Estados Unidos.

Em 1942, Cottam e Mangus (1942[16] citado por Ferriss 2004) publicaram um artigo sobre QV, buscando os aspectos ligados ao "padrão da vida" o qual possuía três componentes principais: nível de vida, participação social e ajuste social. Esses componentes foram estipulados tendo como referência a pesquisa realizada, em Ohio, por sociólogos rurais, no início dos anos 1940. Enquanto método, utilizou-se uma escala de satisfação com o nível de vida, atrelado aos serviços de comunidade, lazer, saúde, e às unidades de produção, agricultura, casa, família e vizinhança.

Schussler e Fisher (1985[17] citado por FERRISS, 2004) ocuparam-se em fazer uma revisão das pesquisas de QV e revelaram que o primeiro uso do termo QV, como uma categoria da pesquisa sociológica, ocorreu em 1979. Segundo esses autores, a partir desse período, surgiu um número significativo de estudos de QV, relacionando-a à participação social, renda, educação, trabalho de mulheres,compromisso religioso, dentre outras temáticas. Ao reverem os estudos sobre o padrão de vida e a variação da satisfação, nas comarcas americanas economicamente menos desenvolvidas, Schussler e Fisher perceberam que a principal diferença entre as comarcas menos e mais economicamente desenvolvidas ocorreu sobre a satisfação com a saúde, e a satisfação com a QV dos citadinos urbanos, estava mais baixa do que a dos residentes rurais. Com base nesses resultados, uma das conclusões de Schussler e Fisher (1985 citado por Ferriss 2004) é que as soluções para melhorar a QV diferem de um grupo para outro e estão de acordo com a ênfase dada pelo indivíduo. No entanto, os estudos que usavam indicadores subjetivos de QV tiveram pouco uso pelos governantes, e por consequência, as pesquisas sobre QV não tiveram nenhum efeito sobre as políticas públicas (FERRISS, 2004).

Ao longo dos anos 70 e 80, as principais críticas, relacionada à dimensão subjetiva como componente de análise de QV, envolviam diferentes pontos, dentre eles destacam-se: 1) fraca definição técnica, conformando-a num conceito pouco específico; 2) dificuldade em comprovar a correlação direta entre as medidas subjetivas e objetivas; 3) inexistência de um padrão de medida subjetiva; 4) modelos do processo de análise, sobretudo conceituais. Vários desses pontos foram contra argumentados, embasados na concepção de que o indivíduo é o principal avaliador de sua própria vida, sendo essa a premissa que justifica a existência da dimensão

---

[16] COTTAM, H. R.; MANGUS, A. R.. 1942. Standard of Living: An Empirical Test of a Definition, *Rural Sociology*, vol. 7, pag. 395-403, 1942.

[17] SCHUSSLER, K.F.; FISHER, G.A. Quality of Life Research and Sociology, Palo Alto, *Annual Review of Sociology* vol. 11, p. 139-149, 1985.

subjetiva da QV. Segundo Dillman and Kennet (1977) as limitações, no emprego de indicadores subjetivos, a fim de medir a QV, ocorreram em função de seu aspecto relativo. A relatividade está nas principais diferenças existentes entre a percepção de mundo e a situação concreta. Isso porque, com frequência, a percepção das pessoas pode não corresponder a uma situação real, quando esta última encontra-se fora do seu alcance de atestação (verificação). Por exemplo, uma pessoa pode acreditar honestamente que a sua água potável é da melhor qualidade, enquanto uma análise bacteriana pode mostrar que a mesma água é bastante imprópria para beber.

Mas essas limitações puderam ser sanadas com o cruzamento de informações oriundas da percepção de indivíduo, que contém várias dimensões e condições concretas de sua vida. Assim, a dimensão subjetiva permanece, nos estudos de QV, e os indicadores básicos utilizados pela maior parte das pesquisas sociológicas incorporavam as seguintes dimensões: saúde, educação; renda, habitação, acesso aos serviços e equipamentos públicos, tempo (lazer, descanso e outros) e sentimentos (felicidade, satisfação, stress, cansaço e outros). No geral, os indicadores desenvolvidos por sociólogos preocupados em avaliar a QV apresentavam, em comum, a preocupação com a desigualdade, a estratificação social e as possíveis modificações no padrão e nas condições de vida da população. Os indicadores de QV, tanto os objetivos quanto os subjetivos, podem ser agrupados como: (1) nível de vida (evidenciado pelos atributos físicos da família); (2) ambiente físico (em função da qualidade do ar, da água, da poluição sonora); (3) satisfação geral ou específica (por exemplo, no trabalho, na vida social); (4) Bem-estar humano (felicidade, autonomia, capacidades funcionais e necessidades básicas atendidas, como comer, dormir e descansar); e, (5) Bem-estar social (a partir das características e estruturas próprias do sistema social). Esses indicadores vão informar e orientar diferentes análises sobre a vida das pessoas e da sociedade, como por exemplo: situação de desigualdade social, bem-estar social e bem-estar humano. Cabe ressaltar, que alguns estudos de QV também focavam grupos específicos, com recorte na classe social, atividade econômica, faixa etária, gênero, etnia, dentre outros aspectos. Por exemplo, a QV no trabalho, foi um tópico de interesse sociológico, cuja dimensão subjetiva de análise foi intensamente aplicada à investigação do bem-estar, da saúde psicológica, da satisfação e da motivação do trabalhador (FERRISS, 2004).

Por fim, o trabalho de Ferriss (2004) aponta para um princípio básico da QV, que é portar-se de uma caraterística multidimensional e uma concepção bastante dependente dos valores das pessoas, das culturas da sociedade e dos contextos do lugar. Mas as concepções de QV são, não obstante, bastante vulneráveis às analises de um padrão socialmente definido de vida. Em termos de medição, a QV realizável é o resultado da diferença entre as experiências

passadas e a situação atual do indivíduo, e a aspiração e a orientação de vida do mesmo vão variar entre a apatia de uma melhor QV à completa satisfação com a mesma.

Por meio do trabalho de Ferriss (2004) o autor demonstra a evolução das concepções de QV, referente às Ciências Sociais, ao longo do século XX e, que apesar das várias abordagens sobre a QV, a sua aplicação e importância, na agenda pública, sempre ficaram submetidas ao crescimento e desenvolvimento econômico. A abordagem da QV, sob domínio econômico e nos âmbitos das políticas pública,s ao longo do século XX, foram analisadas por Tonon (2010).

Segundo Tonon (2010), as pesquisas econômicas sobre QV, nos anos 30, têm como referência o britânico Arthur Cecil Pigou e suas análises enfatizando o bem-estar social. Esse último é um conceito que surge atrelado à ideia de bens sociais essenciais à existência do cidadão, tendo o Estado como o seu principal provedor ou regulador, constituindo-se em *Welfare state*. O Estado de Bem-estar social ou *Welfare state* fundamenta-se na garantia de um mercado de livre concorrência, na igualdade de oportunidades e na defesa dos direitos sociais dos cidadãos. Pelos princípios do Estado de bem-estar social ou *Welfare state*, todo o indivíduo teria o direito a um conjunto de bens e serviços que deveriam ser garantidos pelo Estado, mediante seu poder de regulamentação sobre a sociedade civil. Esses direitos incluíam a educação em todos os níveis, a assistência médica gratuita, o auxílio ao desempregado, a garantia de uma renda mínima, recursos adicionais para a criação dos filhos, dentre outros.

O desempenho do Estado de bem-estar social é medido por indicadores sociais que servem de orientação para a racionalização governamental, nas escolhas orçamentárias e modelização macroeconômica. Nos períodos entre os anos 60 e até os meados dos anos 70, a construção dos indicadores sociais foi incentivada e as motivações que levaram à construção dos mesmos estão associadas ao desejo de contrabalancear o peso da quantificação econômica sobre a decisão pública. Nesse processo, os indicadores sociais, sob o viés do pensamento econômico, constituíram-se numa ferramenta de controle do desenvolvimento social, porém, atrelado (ou subordinado) ao crescimento econômico. Esses indicadores compõem-se de instrumentos de gestão de governos nacionais e organismos de cooperação internacional, como a Organização das Nações Unidas / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU/PNUD) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), (TONON, 2010).

Com as crises econômicas de 1974 e 1979, o uso dos indicadores sociais, dentro de um projeto de gestão, fica em segundo plano até os anos de 1990, quando as questões sobre sustentabilidade ambiental, econômica e social fundamentaram a crítica sobre o crescimento econômico e a sua assimilação inadequada com o Bem-estar coletivo. Nesse período, o termo

QV aparece de forma explícita, na agenda de interesses da sociedade e dos governos, em que o mesmo passa a agregar-se aos indicadores sociais de desenvolvimento social (TONON, 2010).

Dentre diferentes trabalhos que discutem a relatividade entre crescimento econômico e desenvolvimento social, citamos o trabalho de Stiglitz, Joseph; Sen Amartya e Fitoussi, Jean-Paul (2009). Esses autores buscam analisar o Bem-estar das pessoas, em termos de satisfação sobre sua condição de vida e aspiração. A dimensão subjetiva de QV surge, com o objetivo de diminuir o fosso entre a informação transmitida pelos dados agregados do PIB e as informações que realmente refletem o Bem-estar das pessoas. Quanto ao aspecto econômico e da Sociologia, os componentes da dimensão subjetiva de QV dizem respeito ao "o que" e "como" as pessoas vivem com a apreciação que elas têm da sua própria vida e do ambiente ao seu entorno.

Para Stiglitz, Joseph; Sen Amartya e Fitoussi, Jean-Paul (2009) a condição de Bem-estar na QV é multidimensional e, portanto, sugerem dimensões que deveriam ser consideradas e abordadas, simultaneamente, em seus estudos: I. as condições de vida material (renda, consumo e riqueza); II. saúde; III. educação; IV. meio ambiente (presente e futuro); V. atividades pessoais e o trabalho; VI. insegurança tanto econômica quanto física; VII. a participação na vida política e governança; VIII. ligações / relações sociais. Essas dimensões indicam que a dimensão de QV é mais ampla do que a dimensão econômica, em que ela compreende, para além do aspecto puramente material, uma série de fatores que influenciam sobre as esferas importantes da vida das pessoas. Esses fatores, por sua vez, correspondem, em alguma medida, aos aspectos socioculturais e às circunstâncias que os indivíduos se encontram.

Stiglitz, Joseph; Sen Amartya e Fitoussi, Jean-Paul (2009) apresentam três perspectivas de abordagem sobre a QV, englobando aspectos socioculturais e econômicos. A primeira, baseada na ideia de Bem-estar subjetivo, possui estreita ligação com o campo da Psicologia. Ela traz como fundamento a defesa de que os próprios indivíduos são mais capazes de julgar sua própria situação e que a finalidade universal da existência humana é dar a todos a oportunidade de serem "felizes" e "satisfeitos" na vida.

A segunda abordagem baseia-se no conceito de capacidade, em que as "capacidades" são combinações de vários "estados" e "ações" ligadas à liberdade de escolha, às opções disponíveis e às formas de acesso das pessoas. Nessa perspectiva, a QV define-se a partir de dois conceitos: uma capacidade (*capability*), que se constitui pelo conjunto de coisas que uma pessoa está apta a fazer ou ser, e pelo conceito de funcionalidades (*functionings*), que representa as várias coisas que a pessoa faz ou é. Desta forma, a QV é avaliada quanto às capacidades do indivíduo em exercer suas funções, desde as mais elementares como nutrir-se adequadamente, manter a saúde e ter abrigo, até as mais complexas, como integrar-se socialmente (família,

comunidade e trabalho).

Algumas dessas capacidades são complexas, como ter um nível suficiente de educação ou participar ativamente na vida política. Dentre os princípios dessa abordagem destacamos: 1) rejeição ao modelo puramente econômico, cujo comportamento humano possui uma ação racional orientada por interesses próprios isentos da emoção e; 2) defesa e reconhecimento da diversidade sociocultural.

A terceira abordagem enfatiza o pensamento econômico. Ela fundamenta-se nos princípios da distribuição equitável e da economia do Bem-estar, em que a QV é avaliada por meio do coeficiente de ponderação dos fatores não-monetários e ligados às preferências das pessoas. Segundo os autores, em termos práticos, as medidas econômicas de Bem-estar são obtidas por meio da estimativa sobre parâmetros de consumo familiar, emprego e despesas totais. Assim, o bem-estar é analisado em função da renda e do consumo. Para complementar as informações monetárias sobre o Bem-estar, deve-se incluir informações sobre a situação atual dos indivíduos e suas preferências.

Considerando a primeira abordagem, em que o individuo é o objeto de análise e de informação, deparamo-nos com a análise de QV individual que, diferentemente dos indicadores de bem-estar social, encontrou um campo fértil, no domínio da saúde e da psicologia. Sob esses domínios, a concepção de QV torna-se o equivalente à de Bem-estar humano e incorpora suas duas dimensões – a subjetiva e a objetiva. Os aspectos abordados em sua análise englobam a condição do indivíduo no nível pessoal (sentimentos, saúde física e mental) e social (família, comunidade local, trabalho e o ambiente ao seu entorno).

Sob o domínio da saúde, o caráter multidimensional da QV também é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), envolvendo as dimensões sociais, culturais e econômicas, sendo a QV definida como a "percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações"[18] (WHOQOL, 1995, p. 1405). De forma convergente à definição de QV dada pela OMS, Corten (1998) considera que a QV possui um conceito relativo. Tal relatividade vem dos julgamentos individuais, que dizem respeito ao o quê importa aos indivíduos em relação à saúde, bem-estar, satisfação e motivação.

Uma referência de estudo sobre a QV é o trabalho de Campbell, Converse and Rodgers

[18] The WHOQOL Group. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. Soc Sci Med, 1995.

(1976)[19] intitulado *The quality of american life: perceptions, evaluation and satisfactions*. Esses autores desenvolveram um estudo sobre a regularidade de interações entre as dimensões "pessoal" e "social" dos indivíduos. Eles consideram que as relações entre as condições denominadas objetivas e os estados psicológicos, somente poderiam ser analisadas no momento em que a pessoa descreve o que ela sente. O conceito de QV adotado por essa pesquisa é o equivalente ao conceito de bem-estar humano, em que são consideradas as seguintes dimensões: felicidade, satisfação com a vida, afeto, stress, ansiedade e competências pessoais. Os autores notaram que a avaliação que as pessoas faziam sobre sua satisfação era o resultado da comparação entre seu padrão de satisfação e sua situação atual.

Todavia, as diferentes percepções de QV e as diferentes referências de valores sobre as condições e padrões de QV podem levar à uma análise equivocada da distância relativa entre o que se deseja e o que se alcança. Por exemplo, nem sempre o desejo de se ter somente um abrigo ou um cantinho para plantar é sinônimo de resignação. A avaliação sobre a pouca distância entre o que o individuo tem e o que ele gostaria de ter envolve outras dimensões de QV. Dentre essas, tem-se a segunda abordagem de QV apontada por Joseph Stiglitz, Amartya Sen et Jean-Paul Fitoussi (2009) que é o estado da capacidade de escolha do indivíduo frente às diferentes oportunidades culturais, sociais, econômicas e ambientais. Cabe ressaltar, que as capacidades dependem de um conjunto de fatores intrínsecos à personalidade dos indivíduos, mas também aos arranjos sociais, em torno de sua vida. Assim, a QV é medida pelo conjunto de oportunidades reais que uma pessoa possui em seu favor e pelas contribuições dessas oportunidades sobre sua vida (NUSSBAUM & SEN, 1993 citado por STIGLITZ, JOSEPH; SEM, AMARTYA e FITOUSSI, JEAN-PAUL, 2009).

Ao considerarmos que a QV é um estado concreto, mas portador de subjetividade, culminamos na dimensão cultural do seu conceito, apresentado por Hofstede (1984). Segundo o autor, ao considerarmos a QV dependente da escolha pessoal, devemos também levar em conta que as escolhas pessoais são afetadas pelo ambiente cultural no qual o indivíduo é criado, e nessa medida, as definições que comportam o conceito de QV são também afetadas pela cultura. Por exemplo, em algumas culturas a QV pode estar associada ao grau da satisfação das necessidades materiais e, em outras, a QV pode estar associada ao grau de satisfação, com a redução das necessidades materiais. O autor explica que, em alguns países, como os Estados Unidos, a extrema manifestação cultural de QV de um homem clássico, que trabalha com negócios, está centralizada no trabalho.Isso acontece porque ele está inserido numa sociedade

[19] CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip E.; RODGERS, Willard L *The quality of american life:* perceptions, evaluation and satisfactions. New York: Russell Sage Foundation, 1976.

que realça o emprego como parte da realização e da satisfação de uma das necessidades humanas. Contudo, há outras sociedades nas quais a lealdade dos indivíduos aos seus pais, parentes, ou clã é de grande valor, de forma que a vida possui qualidade, quando se cumprem tais lealdades. A classificação do emprego como "de boa" ou "de má" qualidade está ligada às possibilidades dos indivíduos de sustentarem suas famílias e à manutenção de uma vida social satisfatória, como ter tempo para o convívio social familiar.

Hofstede (1984) ainda chama a atenção para a emergência de estudos de QV vinculados à cultura e aos contextos locais, como alternativa aos estudos de QV sobre grandes regiões. Esses últimos tendem a utilizar, como indicadores e parâmetros de QV, a América do Norte e a Europa Ocidental. Nessa medida, ocorre a importação de valores que não refletem ou não são condizentes com a cultura local, e, portanto, não informam a real condição de QV. Segundo o autor, o etnocentrismo norte americano e europeu ocidental, presente nos parâmetros de QV, não é explícito. Ele está oculto, através de uma posição de valor dada às teorias cientificas e aos instrumentos impostos pelos países "desenvolvidos". Porém, a perseguição de um padrão de vida atrelado aos países "desenvolvidos" pelos países classificados como "subdesenvolvidos" foram frustrantes, a ponto do etnocentrismo ocidental tornar-se indefensável.

Como uma forma de se desvencilhar de uma referência etnocêntrica de QV e de Bem-estar, nos anos de 1990, emerge, na América Latina, mais precisamente na Bolívia e Equador, uma nova abordagem sobre a QV, atrelada ao conceito do *Bien vivir* e que se insere como preceito constitucional desses países. Nessa concepção, a felicidade humana e a preservação do meio ambiente são o centro da questão da QV e do desenvolvimento social. Os indicadores mobilizados para a análise do *Bien Vivir* envolvem as dimensões cultural, ambiental, social, política e econômica. A ideia do *Bien Vivir* emerge, enquanto uma crítica à concepção de QV dependente do desenvolvimento / crescimento econômico e traz novas abordagens sobre o tema, centradas em dimensões culturais e ambientais.

O *Buen Vivir* é definido, por Gudynas e Acosta, como a:

> oportunidade para construir otra socedad sustentada en la confivencia del ser humano en diversidade y armonia con la naturaleza, a partir del reconocimiento de los diversos valores culturales existentes en cada pais y en le mundo (GUDYNAS; ACOSTA, 2011, p. 103).

Segundo os autores, o conceito de *Buen Vivir* tem avançado, na América do Sul e origina-se, na Bolívia e no Equador, enquanto um movimento social e político de base popular no século XXI, e se insere em 2008 na Constituição do Equador, e 2009 na da Bolivia. O

conceito de Buen Vivir emerge, nesses países, pela propulsão das populações marginalizadas, ao longo da história, representados, principalmente, pelos indígenas. O *Buen Vivir* expressa-se, no Equador, como *Sumak kawsay en Kichwa* e, na Bolívia, como *Suma Qumana en Aumara* e *Sumk kawsay en Quechua*. Sua teoria impõe-se, criticamente, frente aos erros e limitações das teorias pró desenvolvimento econômico, padrões de vida e modos culturais norte americanos e europeus.

O *Buen Vivir*, na Constituição do Equador e da Bolívia, apoia-se nos saberes indígenas para fundamentar sua concepção de QV. De forma resumida, o *Buen Vivir* aparece, na América Latina, potencializado por três grandes fatores: 1) pela existência de movimentos sociais latino-americanos organizados, particularmente, o movimento indígena contra os modelos neoliberais; 2) pela convergência entre estes movimentos e a ideologia de alguns movimentos globais, especialmente, os movimentos antiglobalização e ambientalistas e; 3) de maneira geral, o desencantamento com a ideia de desenvolvimento econômico (GUDYNAS Y ACOSTA, 2011).

A proposta de QV, em *Buen Vivir*, abarca uma concepção multidimensional, envolvendo princípios de liberdade, oportunidade, capacidade e potencialidade dos indivíduos (GUDYNAS Y ACOSTA 2011). No âmbito da Constituição do Equador, os direitos do "*Buen Vivir*" são considerados com o mesmo peso e de maneira integrada aos outros direitos sociais e fundamentais do país, tais como: alimentação, meio ambiente sadio, energia, àgua, comunicação, educação e saúde.

Segundo Gallegos (2012) um dos parâmetros de análise do *Buen Vivir* seria a unidade "tempo", em contraposição à unidade "dinheiro", utilizada pela concepção econômica ortodoxa. Dentro dessa concepção, enquanto a unidade de valor "dinheiro" concentra-se na produção de bens para maximizar sua utilidade, a unidade "tempo" teria por objetivo a geração e o desfrute dos bens que se encontram, nas relações humanas e sociais, tais como o amor, a amizade, o trabalho. Ainda para Gallegos (2012) o *Buen Vivir,* ao envolver dimensões da vida, da participação pública e da relação do ser humano com a natureza, impõe-nos a reconstrução da noção de público e de comum, para fins de um estado de vivência harmoniosa entre os homens e desses com a natureza. Assim, a ideia de *Buen Vivir* fundamenta-se na prosperidade de reciprocidades, no reconhecimento mútuo e na construção de um social compartilhado entre seus entes. Seus indicadores de tempo buscam informar as desigualdades e a concentração do tempo dedicado às relações sociais (família, amigo e política) no interior da sociedade. Portanto, a ideia de *Buen Vivir* concentra-se nas discussões de diferentes domínios (filosófico, sociológico) ambientalista e político, cuja QV, agora, conceituada sob bases fortemente

subjetivas, coloca-se como o centro das análises de orientação política nacional.

1.3 Abordagens sobre uma QV Rural

Nessa parte, buscamos apresentar três abordagens científicas, sobre a QV de populações rurais, que nos dão pistas sobre os elementos que poderiam ser mobilizados para a análise da QV de populações agrícolas e/ou rurais. Infelizmente, não conseguimos encontrar, facilmente, estudos sobre a QV de agricultores ou de populações rurais. Os estudos que ora apresentamos trazem alguns elementos que relativizam a QV, em função do contexto rural. Dois estudos têm como referência o espaço e a sociedade norte americana e o terceiro a apropriação da QV, na Política de Desenvolvimento Rural da União Européia. Assim, apresentamos as discussões apresentadas por Dillman e Kenneth (1977);[20] Green (1985)[21] e; Dymitrow e Brauer (2014).[22]

No trabalho de Dillman e Kennet (1977) afirma-se que as opiniões sobre a QV dos americanos rurais não são unânimes. Há aqueles que examinam a vida rural como portadora de privação considerável, sem o atendimento das principais necessidades humanas. Os residentes rurais são descritos como "*people left behind*", "pessoas que ficaram pra trás", o que, segundo os autores, fazia jus a uma caraterização do êxodo rural maciço. Esse tipo de percepção representa as condições da maior parte da população rural, em relação aos citadinos, qual seja: menos emprego, rendimentos mais baixos, menos facilidades educativas, menos serviços de saúde e de assistência aos mais pobres. Se por um lado essas condições motivaram o êxodo rural, por outro a saída das pessoas, em direção às cidades, alimentava as situações de "atraso" econômico, do espaço rural, pois o declínio demográfico, em áreas rurais, é também examinado como propulsor do enfraquecimento da base fiscal. Além da questão fiscal, o esvaziamento do espaço rural propicia a deterioração de instituições sociais, tanto por falta de recursos financeiros quanto por falta de lideranças, limitando, drasticamente, a capacidade das comunidades rurais em tratar dos problemas críticos que afetam seus residentes. O que é encontrado no Brasil depois da década de 1970, com a expulsão permanentes de trabalhadores das propriedades rurais em decorrência da promulgaçáo do estatuto do trabalhador Rural em 1964. As obrigações trabalhistas causam o desemprego no campo, e os trabalhadores partem para o urbano na procura de melhores oportunidades. Para os autores, considerar a QV, no

[20] DILLMAN, Don A.; JR, Kenneth R. Tremblay. The quality of life in rural America. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Thousand Oaks, n. 429: p. 115-129, 1977.
[21] GREEN, Gary P. Large-Scale Farming and the Quality of Life in Rural Communities: Further. *Rural Sociology*, Ames, v.50, n.2, p. 262-274, 1985.
[22] DYMITROW, Mirek; BRAUER, René. Quality of life in rural areas: A topic for the Rural Development policy?. *Bulletin of Geography. Socio-economic Series*, Gothenburg, n. 25, p. 25-54, 2014.

espaço rural, tendo como referência os padrões urbanos de cultura, de organização e de intervenção faz com que a QV rural seja avaliada como "nem boa" e "nem adequada" até que deixe de ser rural. Os autores salientam que o espaço rural e o urbano americano modificaram-se radicalmente, desde que Benjamin Franklin justificou a sua preferência pelas cidades. Os constrangimentos oriundos dos estilos de vida rural, das pequenas comunidades, tornaram-se alvo indesejável. No entanto, a avaliação negativa do rural norte americano é contestada com o advento de uma gama de males sociais conformados nos espaços urbanizados, em que as pessoas veem a vida rural como uma retomada de sua QV.

O êxodo rural, em direção às cidades, motivado pela procura de oportunidades na vida, têm atualmente um contraponto, que é o próprio êxodo urbano em direção ao rural. Esse movimento inverso ocorre como uma fuga dos grandes problemas sociais urbanos, tais como tráfego intenso, engarrafamentos, poluição do ar, da água e sonora, insegurança física, dentre outros. Assim, o aumento de cidadãos americanos adeptos à uma vida mais rural é recente e ocorre, segundo pesquisas de opinião pública americana, em reação à insatisfação com a vida urbana. Para algumas pessoas, viver em uma cidade grande tem o significado de uma vida perturbada e repleta de conflitos, de forma que o espaço rural tem sido requalificado como o lugar de maior QV. Então, já na década de 1970, os pensamentos sobre uma vida menos apressada, boa vizinhança, espaços abertos e ar limpo já atraiam as pessoas. Na década de 90, o movimento inverso do urbano para o rural da classe de trabalhadores rurais e até urbanos, com um salário minimo, também se faz presente nas regiões sudeste do Brasil, em função, dentre outras, pelas possibilidades dessa classe social, poder viver melhor em pequenos aglomerados ruais do que nas cidades.

Ainda segundo Dillman and Kennet (1977) o êxodo urbano manifestou-se de maneira quase paradoxal com o êxodo rural. De um lado, tem-se a atratividade do bem-estar econômico, nos espaços urbanos, e de outro a atratividade do bem-estar humano, e a qualidade do meio ambiente, nos espaços rurais. Nessa medida, destacam os autores, o bem-estar econômico, considerado a solução original para aflições da humanidade, trouxe consigo alguns problemas, impondo a necessidade de reconsiderar os componentes de QV das sociedades modernas. Dilmans e Kennet (1977) salientam que, na avaliação de QV, sobre o espaço rural,deve-se especificar a que o termo rural se destina, sendo que ele evoca conotações diferentes. Segundo os autores, na avaliação da QV, do rural norte-americano, foram utilizadas várias definições de rural, mas na maior parte dos estudos foi avaliada apenas a distinção dicotômica entre rural e urbano.

A seleção de indicadores, ao analisar-se a QV rural, realizada por Dillman e Kennet

(1977) foi guiada pelos resultados de pesquisas sobre os problemas da comunidade e pelas informações contidas, na literatura sobre a QV, em geral. Dentre os indicadores objetivos utilizados, destaca-se o Bem-estar econômico, cuja referência foi a renda familiar. Para os autores, esse indicador permite avaliar a média geral dos recursos disponíveis para uma família atender suas necessidades básicas e seus desejos. No entanto, o indicador de Bem-estar econômico, normalmente, vai trazer um resultado negativo ao rural, pois como dizem os próprios autores, não importa que indicadores do Bem-estar econômico sejam utilizados para avaliar a QV dos norte-americanos rurais, pois a classificação da condição de vida das pessoas, nesses espaços, tenderá a ser sempre como pior do que as que estão em área urbana. Por exemplo, os autores citam que, em 1969, enquanto o rendimento médio de uma família dos Estados Unidos era de 9.590 dólares, a dos residentes não urbanos era 7.615 dólares. As pessoas que viviam nas áreas mais rurais (comarcas com população menor do que 2.500 pessoas e não adjacentes à metrópole) ganhavam 6.142 dólares. No entanto, deve-se considerar que o efeito dessas diferenças monetárias, na vida das pessoas, é relativo, já que o custo de vida, em áreas rurais, é consideravelmente mais baixo. Mesmo assim, os resultados das pesquisas, estritamente com dados econômicos, indicam que o rural tem mais pobres, no conjunto da população nacional, sendo 20% de residentes rurais,contra 11% de residentes urbanos vivendo abaixo da linha da pobreza. Nas comarcas mais rurais, a cada 4 pessoas, 1 estava classificada como vivendo na pobreza.

Em termos educacionais, Dillman e Kennet (1977) informam que a educação formal é largamente aceita como um dos indicadores mais importantes de QV. Isso porque a maior parte de todas as posições ocupacionais, na sociedade americana (mesmo as menos complexas) exige um mínimo de formação escolar. Em seus estudos, os autores identificaram que os residentes rurais tinham menos educação formal do que os residentes urbanos. Em 1970, o número mediano de anos de escola, concluídos pelas pessoas que viviam em áreas urbanas era de 12.2 contra 11.2 para todos os residentes rurais. Nas comarcas mais rurais, a obtenção educativa caía para 9.9 anos. É importante destacar que as taxas de evasão nas escolas eram mais altas em áreas rurais. O percentual de crianças de 16-17 anos não registradas na escola era de 9.5, em áreas urbanas, e 13.6, em áreas rurais, sendo que nas comarcas mais rurais esse percentual chegava à 15,2%. Esses dados sugerem, segundo os autores, que a posição desvantajosa das pessoas rurais, provavelmente, persistiria no futuro. Isso porque a limitação de desenvolver equipamentos públicos de ensino, em áreas com baixas densidades e contribuições fiscais, não permitiria aos residentes rurais terem possibilidades de estudos. Assim, aqueles residentes rurais que buscam tais oportunidades deslocam-se para as grandes comarcas ou cidades. Esses

residentes são, na maior parte, jovens que acabam permanecendo na cidade, por ser o único lugar onde suas habilidades adquiridas poderiam ser proveitosamente aplicadas.

Para os autores, o cuidado com a saúde é um dos mais urgentes e difíceis problemas do rural norte-americano, pois compreende várias dimensões, como por exemplo, a falta de médicos. Em 1970, havia duas vezes mais médicos por 100.000 habitantes, em espaços urbanos, do que em espaços rurais. Nos espaços rurais mais distantes da metrópole e comarcas com menos de 10.000 habitantes, a falta de médicos era ainda maior, sendo 1 médico para cada 2.103 pessoas, no espaço rural, contra 1 para 700 pessoas, na média nacional, e 1 para 450 pessoas nas maiores cidades. Os autores ainda ressaltam, em suas análises, que a presença de médicos especialistas formados, na medicina moderna, era quase nula, nas áreas rurais. A situação de indisponibilidade do médico rural aplica-se a outros domínios da área da saúde e, assim, faltavam farmacêuticos, enfermeiras e dentistas. Na avaliação dos autores, a indisponibilidade de serviços de saúde, em áreas rurais, pode ser o reflexo da frequência com que esses serviços são usados. Os residentes urbanos fazem, em média, 4,8 visitas ao médico por ano contra 4,1 visitas ao médico, por residentes rurais. No entanto, as áreas rurais apresentavam maior incidência de doenças crônicas e mais dias perdidos de trabalho, devido à doenças. Nas áreas rurais, também apresentavam taxas maiores de morbidez e mortalidade infantil, em comparação com a média da população total.

Na análise dos autores, a dificuldade em atacar os problemas de saúde, na área rural norte americana, é acentuada pela barreira aparentemente insuperável da baixa densidade demográfica. Embora hajam esforços governamentais, a fim de melhorar os serviços de saúde nas áreas rurais, a situação vai tornando-se mais crítica, quando os médicos mais velhos vão morrendo ou se aposentando sem serem substituídos. O resultado foi o aumento do número de comarcas rurais sem médicos de 98 para 132, entre os anos de 1963 e 1970.

Outro indicador utilizado pelos autores foi a habitação. A qualidade da habitação faz parte dos valores de investimento da maior parte da população americana, cuja moradia representa mais do que um abrigo. A habitação é uma necessidade básica e a situação da casa (acabamento e arquitetura) reflete um padrão de vida. Sobre a propriedade, 70% dos residentes, nos espaços rurais, eram proprietários da casa, em 1970, contra 60% dos residentes, em espaços urbanos. O valor da propriedade, naquela época, era mais alta nos espaços urbanos (19.000 $) do que nos espaços rurais (12.200 $). A qualidade da água que abastecia as casas rurais era mais baixa do que a recebida por casas urbanas, isso porque, segundo os autores, na área rural, utilizam-se os poços, enquanto que o sistema de tratamento de água potável era realizado somente nas cidades.

O crime faz parte do topo da lista de assuntos dos norte americanos urbanos e compõe um dos indicadores de QV. Em relação ao espaço urbano, reconhece-se que a baixa criminalidade é uma das vantagens mais presentes na vida dos residentes em áreas rurais. Tal diferença é confirmada pelos valores de 1974 em que havia 11 vítimas por 100.000 residentes urbanos contra 8 em áreas rurais. A incidência de assaltos, em comparação com a área rural, era duas vezes mais alta (243 contra 112 por 100.000) e a de roubo 13 vezes mais alta (274 contra 20 por 100.000). Nesse sentido, o indicador de criminalidade demonstra estar mais negativo para a área rural do que para a área urbana.

A qualidade ambiental é uma importante dimensão da QV. Esse aspecto surge como o resultado de um processo de conscientização sobre a deterioração ambiental - poluição do ar, poluição da água, desmatamento, poluição sonora e outros. Os dados confirmam uma deterioração maior nas cidades e indicaram que quanto maior as cidades maior os níveis de poluição, que a exemplo do ar, contribuem para expor à saúde à risco de doenças como enfisema, asma, e desordens respiratórias. E, finalmente, a beleza cênica dos espaços rurais, em função da maior quantidade de árvores, espaços abertos, e sítios recreativos naturais, quando comparada ao espaço urbano. Esta remete a paisagem, que no contexto rural, està intrisseca à representação do lugar, caracterizado, principalmente por sua disponibilidade de cenarios naturais.

Outro indicador utilizado para analisar a QV rural foi a atividade recreativa. Segundo a análise de Dillman e Kennet (1977), as pessoas rurais participam da atividade recreativa a um grau menor do que as pessoas urbanas, sendo em média 91 dias para os residentes rurais e 97 dias para os residentes urbanos. Os tipos de atividades empregadas diferenciam-se, significativamente, entre os residentes rurais e urbanos. Os residentes rurais participam das atividades existentes ao ar livre como, por exemplo, a pesca, a caça, e o acampamento,e as pessoas, em espaços urbanos, empregam mais tempo em atividades que necessitam da construção de equipamentos culturais (shopping, cinema, museus, restaurantes, viagens e outros.). A diferença das atividades recreativas, entre os espaços rurais e urbanos, ocorre, segundo a concepção dos autores, pela baixa densidade demográfica e a falta de recursos financeiros, nas áreas rurais, para a construção de quadras esportivas, teatros, cinema. Desta forma, a falta de recreatividade, sob o viés urbano, é recompensado, no espaço rural, por outras atividades recreativas ao ar livre. No caso do Brasil, as ativdades recreativas rurais é o futebol e campeonatos entre times rurais, festas religiosas afrodescendentes e luso-brasileiras, e outras mais, conforme a cultura local e caminhadas.

Dillman e Kennet (1977) também são defensores da dimensão subjetiva de QV, com

enfoque no indivíduo, cujas interrogações dão atenção primária às sensações generalizadas do Bem-estar. Não existe um método padrão para medir a QV, no entanto, a maior parte das metodologias tem considerado a percepção que as pessoas possuem sobre suas próprias vidas. No estudo de pesquisas sobre a QV rural não tem sido diferente, segundo os autores, apesar de haver relativamente poucos estudos sobre a QV subjetiva, em espaços rurais.A maior parte dos estudos existentes tem se fixado na comparação entre as situações urbanas versus as rurais. Dentre os poucos estudos mais ambiciosos do que proceder a comparação entre aqueles espaços, têm-se iniciativas de se criar escalas de Bem-estar para o espaço rural. Os resultados desses estudos demonstraram que, no geral, os residentes rurais estão satisfeitos com a vida como um todo. A proporção de pessoas descontentes com as condições de suas vidas está ligada, principalmente, às carências educacionais e econômicas.Embora o sentido subjetivo do bem-estar aumente a escala de QV rural, a insatisfação das pessoas rurais ocorre, considerando-se as diferenças de acesso aos serviços e equipamentos públicos existentes, entre os espaços urbano e rural.

Outra aproximação de análise de QV, utilizando parâmetros subjetivos, encontra-se no conceito de "*community satisfaction*", que trata não somente da oferta de serviços públicos de uso coletivo mas também, das condições dos espaços coletivos e das relações sociais. Os resultados demonstram que, com base nesse conceito, as cidades apresentam melhor QV do que as áreas rurais, graças à existência de atributos específicos como: coleta de lixo, escolas públicas, polícia, segurança pública, transporte público, vias públicas dentre outros serviços sociais. No entanto, o rural obteve melhor QV, no que diz respeito ao clima e um número maior de Parques Ecológicos e outros atrativos.

Os autores constatam que o valor da "*community satisfaction*" é gradualmente ascendente à redução da taxa de urbanização e é mais alto nos espaços rurais. Uma explicação plausível para isso se deve ao fato de, apesar dos residentes rurais sofrerem a falta ou insuficiência de equipamentos públicos, os objetos de valor inatingível possuíam alto peso nas pesquisas, como o ar e a água puros, a tranquilidade, a natureza, os espaços abertos, a amizade. Assim, a carência de certos serviços era compensada pela presença de outras qualidades existentes nos lugares rurais. Um indicador interessante de "*community satisfaction*" ressaltar é o de mobilidade. Por meio desse indicador, foi demonstrado que, dentre o grupo pesquisado, houve mais residentes em cidades grandes interessados em partir para o espaço rural do que o contrário, de forma que a cada 10 residentes urbanos somente 4 manifestaram o desejo de ficar na cidade, contra 9 de 10 residentes rurais que manifestaram interesse em permanecerem no rural.

Finalmente, Dillman e Kennet (1977) observaram que a sensação de que os lugares melhoraram é maior pelos residentes rurais do que pelos urbanos. Os autores salientam que, entre norte-americanos rurais e urbanos, existem diferenças nas sensações generalizadas de Bem-estar e que elas tendem a favorecer a vida em áreas rurais. Os autores ressaltam a importância de se projetar o rural para os tempos futuros, pois existe a eminência da QV dos residentes rurais modificar substancialmente com a elevação das atividades econômicas e das densidades demográficas, implicando maior planejamento sobre as oportunidades de educação, assistência médica e outros serviços públicos essenciais. Na análise dos autores, o crescimento demográfico rural não é homogêneo, sendo essa uma característica própria de um espaço que passou por um esvaziamento populacional e que, atualmente, vem experimentando o sentido inverso da mobilidade humana, qual seja, a migração urbano-rural. Nesse processo, ocorrerão choques ou complementos de ideias, pois os novos residentes, com crenças urbanas, poderão questionar os valores dos antigos residentes rurais. Como, também, pode-se criar um ambiente propício à interação de novos e antigos residentes, a partir da construção de uma perspectiva comum em torno do espaço rural.

Outra pesquisa sobre a QV no espaço rural, foi desenvolvida por Bauer (2014). O autor traz um estudo sobre a inserção ou referência às questões da QV, na Politica de desenvolvimento Rural da União Europeia (PDR / UE). Segundo o autor, no âmbito da UE, houve significantes alterações, no primeiro eixo~~r~~ da PAC (Política Agrícola Comum) nos anos de 2003 e 2004, de maneira que, em 2005, o Conselho Agrícola realizou uma reforma fundamental na PDR, para os períodos de 2007–2013. Nessa reforma, foram estabelecidos três objetivos principais: 1) aumento da competitividade do setor agrícola; 2) aumento dos atributos da natureza (floresta, recursos hídricos,) e da zona rural; 3) aumento da QV em áreas rurais. O primeiro objetivo envolveu questões de QV ligadas à renda decorrente do aumento da competitividade do setor agrícola; apoio aos jovens agricultores e o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias relacionados à agricultura. O segundo objetivo está relacionado à gestão da terra, como um meio de melhorar a compensação da perda do rendimento da agricultura ou da silvicultura, devido às catástrofes naturais ou restrições ambientais. O terceiro objetivo, por sua vez, está relacionado à melhoria de infraestrutura nas áreas rurais e do acesso aos serviços básicos, à promoção da diversidade econômica e da cultura local.

A QV, no âmbito do PDR / UE, vai dialogar com o conceito de ruralidade, pois o mesmo ainda é portador de grandes ambiguidades e nesse sentido, o tratamento sobre a QV do agricultor tende a ser mais subjetivo e delicado. Segundo o autor, a preocupação com a QV dos agricultores relaciona-se com o desenvolvimento rural, desde os anos de 1990. Nessa época,

tinha-se como noção comum de que a maximização do lucro seria o fator decisivo das ambições, motivações e ações dos agricultores. No ano de 2007-2013, o PDR / UE apresentou, como objetivo central, constituir uma zona rural "viva" com a manutenção e melhoramento do seu tecido social e econômico. Os aspectos econômicos do desenvolvimento rural fazem-se presentes, nos objetivos de criação de oportunidades de emprego e condições do crescimento. Os aspectos mais sociais estão relacionados à construção de capacidades, aquisição de habilidades, organização e desenvolvimento de estratégia local, bem como ao fortalecimento da atratividade das áreas rurais, a fim de motivar as futuras gerações e manterem-nas no campo. Além disso, fazem parte dos objetivos de melhoramento da QV, no PDR, o investindo na economia rural nas comunidades rurais, na ampliação do acesso aos serviços básicos de infraestrutura e no estabelecimento de um ambiente desejável.

Bauer (2014) coloca em questão o tratamento dado a QV, nos planos estratégicos de desenvolvimento rural. Segundo o autor, apesar da QV ser um conceito oportuno e aparentemente importante, ele se esbarra em limites conceituais, tanto sobre suas dimensões quanto sobre a própria ideia de rural. A incorporação do conceito de QV, em uma política, impõe grandes desafios, pois sendo a QV um conceito em aberto, sua abordagem fica à mercê de diferentes interesses, dentre os quais, os relacionados à valorização ou não de sua dimensão subjetiva. No PDR, os aspectos subjetivos de QV ligados à vida em família e em comunidade, à liberdade política e religiosa, estão inteiramente ausentes. Não obstante, a dimensão objetiva, composta por bens materiais (como habitação e provisão de serviços básicos) são predominantes. O resultado da análise da PDR / UE indica que, nas entrelinhas da política, existe uma total ênfase, na atividade agrícola, em detrimento do agricultor e das necessidades humanas. Para o autor, tal característica reforça uma visão produtivista da ruralidade ao invés de uma visão humanística do rural.

Ao tecer sobre a compreensão do rural, Bauer (2014) recorre ao princípio da "faculdade da compreensão", de Immanuel Kant, pois a compreensão humana está atada à mente humana. Nesse processo reflexivo, o autor salienta que os conceitos, as ideias e os discursos que transportamos conosco formam os caminhos, dos quais percebemos e entendemos o mundo. A questão que se coloca é: como percebemos o conhecimento e a objetividade? Segundo o autor, não há justificativa metafísica de como o conhecimento é consolidado, porém, os filósofos e os sociólogos, a partir de estudos sobre a prática das pessoas, na criação do conhecimento, sugerem a constituição do conceito de intersubjetividade. Por meio desse conceito, a percepção intersubjetiva é maior do que as preferências pessoais, quando as mesmas são consolidadas por rituais ou conversões sociais. Esses últimos são materializados nas rotinas diárias, nas pequenas

negociações, nas relações de trabalho, no estabelecimento de instituições, dentre outros, e cristalizam-se num determinado tempo, criando-se estruturas de poder que aparecem como verdades objetivas. No entanto, quando as condições externas se modificam (devido às novas tecnologias, prioridades e exigências.) as mais velhas conceitualizações são objetos de interrogação. Um exemplo trazido pelo o autor é o caso do feminismo, em que a ideia sobre o papel natural destinado às mulheres, como mães e donas de casas, sustentava-se, em função de sua imagem socialmente construída. No entanto, essa imagem não estava condizente com a realidade mais complexa vivida pelas mulheres, na sociedade moderna. O ponto principal aqui, é que os juízos intersubjetivos afetam – com frequência e de maneira inconsciente – as nossas compreensões, interações e ocupações no mundo.

A formação de juízos intersubjetivos aplica-se à compreensão de "rural", que é basicamente dependente de alguma forma de classificação discursiva. Essa, por sua vez, mobiliza, no mínimo, dois componentes semânticos de "rural", quais sejam: a significação (significado de ruralidade) e a localização (espaço geográfico rural). Segundo os autores, tem-se observado um afastamento progressivo entre esses dois componentes. A explicação para esse comportamento é intrínseca à ideia que se tem de rural ou de ruralidade. Decorrente do fato de que as mudanças sociais correspondem quase sempre às modificações materiais, a compreensão e definição de rural também tende a se modificar. O problema ocorre quando a compreensão de rural não acompanha as modificações sociais e materiais ocorridas nesse espaço, contribuindo para a criação de imagens estereotipadas que podem implicar na criação de uma política equivocada. Por exemplo, salienta o autor, se o PDR considera como imagem do rural a concepção de terra agrícola, o foco das políticas públicas se apresenta, consequentemente, na agricultura. Tal focalização carrega consigo os riscos da não atenção às condições de vida dos residentes rurais não agricultores.

Semelhante às armações conceituais, as ideologias também têm um efeito importante nas ações das pessoas e na constituição das políticas de desenvolvimento do espaço rural. Em um sentido abrangente, os aspectos ideológicos contém uma combinação de processos conscientes e inconscientes, que ligam várias conceitualizações a uma armação aparentemente coerente e pronta para justificar o curso de uma ação. Esta, por sua vez, representa o entendimento que se tem dos aspectos, espaços e pessoas. Por exemplo, um estudo sobre a política alimentar europeia mostrou que a perspectiva neoliberal é tão forte que nenhum outro aspecto pode superar seu foco. Segundo Bauer (2014) o domínio ideológico é verificado, nas menções dadas com maior recorrência e ênfase à competitividade do setor agrícola do que às questões ambientais, de diversidade e de QV, nas áreas rurais. Outro exemplo são os valores

dados aos parques, quando a ênfase política está voltada para a maximização dos lucros. em detrimento da preservação dos mesmos, no centro das cidades. Isto diz respeito à função destinada às áreas urbanas, expressa em densidade territorial, e com os altos preços de terra. Nessa perspectiva, os parques possuem o valor de áreas de reserva para a expansão econômica. Essa atitude, por sua vez,diminui o valor social e recreativo dos parques, que em vista de um paradigma não capitalista, seria digno da proteção. No caso do PDR, o valor da QV dos indivíduos é inferiorizado pelo valor econômico do espaço rural, o qual é orientado pela ideologia capitalista. A sinalização dessa inferência é a transformação dos produtos rurais em comodites e do seu espaço tornar-se palco de interesses do capital financeiro e político.

Em termos contextuais, com o advento da globalização e a abertura do mercado mundial, os agricultores europeus ficaram forçados a competir com o resto do mundo. Para assegurar a produção alimentar na Europa (e assim um maior grau da autossuficiência) a agricultura deveria ficar mais modernizada. Essa concepção tem justificado a necessidade de ajuda governamental, com destaque para a dimensão econômica da agricultura, ignorando outras esferas da vida dos agricultores. No entanto, salienta Bauer (2014), os aspectos de QV, os interesses econômicos e a agricultura não devem, necessariamente, ser excludentes ou permanecerem em conflito. Da mesma forma, sugere o autor, o fato absoluto de encontrar poucos tópicos de QV, dentro do PDR / UE, não significa que eles são desconsiderados pela política da região. Isso porque o PDR / UE é só um, dentre muitos documentos de orientação da UE. Há projetos financiados pela UE voltados à melhoria da QV, em áreas rurais, de forma mais explícita, como por exemplo, o *Fonds Européen Agricole pour le Développement Rural*[23] (FEADER) que dedica um eixo específico ao apoio da QV rural. Nele, a QV encontra-se no seu eixo estratégico três, denominado "*Qualité de la vie en milieu rural et diversification de l'économie rurale*"[24] em que, por meio da diversificação da economia rural, busca-se fomentar as atividades agrícolas e não agrícolas a apoiarem a criação e desenvolvimento de microempresas, incentivarem as atividades de turismo, bem como a proteção, modernização e gestão do patrimônio natural. Nesses programas, a melhoria da QV rural atrela-se a uma concepção de sustentabilidade sócio ambiental e, nesse sentido, as propostas perpassam pela renovação e desenvolvimento das comunidades, preservação e valorização do patrimônio rural, formação profissional dos atores econômicos residentes nesses espaços e implementação de estratégias de desenvolvimento local.

No caso do PDR, o conceito de QV também possui um eixo explícito, no entanto, ao

[23] Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural.
[24] Qualidade de vida nas zonas rurais e diversificação da economia rural.

longo da estrutura do programa, sua importância desaparece ou é camuflada. Assim, o lugar da QV no PDR / EU, na avaliação de Bauer (2014) é retorico. Para o autor, ao se pensar em políticas de QV deve-se considerar o conceito de rural, na atual sociedade, sendo o rural de hoje mais do que a infraestrutura agrícola, mas também biodiversidade, herança cultural, recreação e identidade.

Na perspectiva de Bauer (2014) a QV está contida na Política de desenvolvimento rural sustentável, porém o desenvolvimento dessa política tem enfrentado dificuldades de integrar os objetivos sócio demográficos, ambientais e econômicos, num mesmo processo de intervenção. Isso porque a política de desenvolvimento rural, à luz prevalecente da prerrogativa econômica, depara-se com a dificuldade de introduzir conceitos que não geram efetivamente dinheiro. Neste sentido, o PDR / UE aparece, sob o ponto de vista analítico do autor, claramente neoliberal. Sendo assim, conclui o autor, mesmo que haja governantes conscientes sobre a importância de conceitos como QV, eles enfrentarão dificuldades em reconciliar a agenda econômica com ideologias fundamentalmente diferentes.

1.4 Os parâmetros de QV: um olhar sobre o agricultor

Nos itens 1.1 e 1.2 desse capítulo foram apresentadas as diferentes concepções de QV e de Bem-estar que sustentam a construção de indicadores e as escolhas de seus parâmetros. Nessa parte, buscamos aproximar os parâmetros de QV do indivíduo (agricultor) considerando a sua realidade local. O objetivo dessa investigação é construir um entendimento sobre quais elementos devem ser considerados, na abordagem sobre a QV do agricultor, e como esses elementos afetam sua satisfação e posicionamento sobre seus valores.

A começar pelas categorias objetivas de QV, destacam-se a saúde, a educação, o meio ambiente e as atividades pessoais e profissionais. O indicador de saúde, com abrangência de um país ou região, geralmente, está relacionado à taxa de mortalidade e morbidade da população. No entanto, o estudo da categoria "saúde", em pequena escala, deve aproximar-se dos problemas que afetam diretamente a QV dos indivíduos. Nesse sentido, os estudos de Jégouzo (1981) sobre as "*Conditions de travail et conditions de vie dans les associations de travail en agriculture*";[25] o "*Enquête Agrican*" de Bernardi e Lefebvre (2002), e o trabalho de Lebailly (2011) fornecem informações sobre como a atividade agrícola comporta riscos para a saúde do agricultor.

De acordo com Jégouzo, a modernização da agricultura provocou grandes mudanças

[25] "Condições de trabalho e condições de vida nas associações de trabalho agrícola". Tradução minha.

nas condições de trabalho e gerou novos riscos à vida ou a saúde física e mental do agricultor. Segundo o autor, as causas desses riscos encontram-se, especialmente, na:

> multiplication des matériels et des machines, l'utilisation intensive des produits chimiques, la pratique généralisée de l'endettement, l'agravation de la concurrence pour la survie. On affirme parfois que la charge mentale augmente en milieu paysan, que les psychoses et névroses deviennent plus nombreuses (JÉGOUZO, 1981, p. 37).[26]

Dentre os exemplos que associam o trabalho agrícola aos riscos à saúde, Jégouzo (1981) destaca as patologias do motorista de trator, com três tipos de riscos (a surdez, os traumatismos da coluna vertebral e as afeições do tubo digestivo). Em geral, a gravidade dos acidentes de trabalho está ligada a um indicador referente ao número de horas de trabalho perdidas. A distinção mais habitual faz-se entre quatro categorias de acidentes: 1) os "benignos", em que o agricultor não fica mais do que 24 horas sem trabalhar; 2) os com incapacidade temporária; 3) os com invalidez permanente e; 4) os mortais (pág. 39).

O câncer é uma doença de alta incidência sobre os agricultores, conforme Lebailly (2011). Somam-se ao câncer, outras categorias de risco à saúde que estão relacionadas à intoxicação por inseticidas, fungicidas e herbicidas, e contágios de doenças por contato com animais (brucelose bovina, ovina, caprina, gripe porcina). Por fim, também fazem parte do grupo de doenças sofridas pelo agricultor, os distúrbios mentais ligados ao endividamento.

O trabalho de Bernardi e Lefebvre (2002) sobre *Les départs précoces en agriculture, mythe ou réalité?*[27] demonstra que, em 1999, na França, foram registradas 40.000 mortes de agricultores, dos quais 13.500 tinham idade menor de 55 anos. Desses últimos, 15% possuíam áreas agrícolas de até 10 hectares e compunham 27% do total das mortes. Isso significa que o número de mortes, por ano, em relação ao número de chefes agrícolas, apresenta uma taxa igual a 9%. Segundo a pesquisa, essa taxa de morte é considerada elevada, em relação à média nacional. A ocorrência de morte de chefes de pequenas áreas agrícolas é três vezes maior do que no conjunto das áreas com chefes agricultores abaixo de 55 anos. A pesquisa ainda ressalta que as grandes explorações parecem, relativamente, poupadas por este fenômeno, em que a taxa de morte é de 1% (Bernardi e Lefebvre 2002, p. 6).

A educação é outro indicador objetivo da QV. Segundo Joseph Stiglitz, Amartya Sen et Jean-Paul Fitoussi (2009), a educação possibilita uma série de vantagens (monetárias ou não) à

---

[26] "multiplicação dos materiais e de máquinas, utilização intensiva dos produtos químicos, prática generalizada de endividamentos, agravamento da concorrência pela sobrevivência. Pode-se afirmar, por sua vez, que a carga mental aumenta no campo, e que as psicoses e as neuroses tornam-se mais numerosas". Tradução minha.
[27] "Morte precoce na agricultura, mito ou realidade?". Tradução minha.

pessoa que investe na formação. Os indicadores educacionais abrangem diferentes domínios. Dentre eles, destacam-se os fatores de medição das capacidades e dos resultados, tais como: taxa de obtenção de diploma; números de anos de escolarização; testes padrões em aprendizagem básica, leitura, escrita e cálculo, que servem para mensurar o nível de alfabetização.

Nessa pesquisa, enfatizou-se a educação ligada à trajetória de vida dos agricultores e que pode ser medida pelos processos de formação, que contribuíram para o desenvolvimento do seu trabalho. Nesse sentido, o fator educacional e de formação dos agricultores compõe-se de parâmetros de aprendizagens e competências adquiridas, em contextos tanto formais quanto não informais. Segundo Gohn (2006), a educação formal é, de maneira geral, aquela desenvolvida nas escolas e a informal aquela em que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização "no mundo da vida", via os compartilhamentos de experiências. A educação não formal está relacionada a um processo que engloba as dimensões

> de aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; de capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; de aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; de aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; etc." (Gohn, 2006, p. 28).

Outro indicador objetivo de QV está relacionado às atividades pessoais e profissionais. Segundo Stiglitz, Joseph; Sen Amartya e Fitoussi, Jean-Paul (2009) essas atividades influenciam diretamente no Bem-estar. De acordo com os autores, o trabalho remunerado é importante para a QV, porque ele confere uma identidade e dá oportunidades de desenvolver relações sociais. Alguns estudos informam diferentes aspectos do conceito de trabalho adequado: oportunidade de formação ao longo de toda a vida; tempo de trabalho e horários atípicos; equilíbrio entre trabalho e vida privada; acidentes de trabalho e riscos físicos; intensidade do trabalho; diálogo social e autonomia dos trabalhadores. Em relação às atividades pessoais, o indicador de QV envolve a análise relacional entre o tempo gasto com o desenvolvimento de uma atividade produtiva (trabalho) e o tempo dedicado ao lazer. Nesse tipo de análise é considerada a quantidade de lazer (número de horas) e não a qualidade do lazer (número e tipo dos episódios, como férias, passeios e viagens).

As condições ambientais, que também fazem parte do grupo de indicadores objetivos da QV, são parâmetros complexos, pois as condições ambientais agem sobre a saúde humana, em diferentes formas e de maneira não isolada. A má qualidade do meio ambiente pode afetar

a saúde de forma direta (pela poluição do ar e da água, pela disposição de substâncias perigosas e pelo barulho) e indiretamente (pela mudança climática, pelas transformações dos ciclos do carbono e da água, e pela perda da biodiversidade). Os indicadores ambientais de QV do indivíduo formam-se, a partir da constituição de inquéritos sobre como as pessoas sentem e avaliam, elas mesmas, as condições ambientais do lugar onde vivem (JOSEPH STIGLITZ, AMARTYA SEN ET JEAN-PAUL FITOUSSI, 2009).

Outro exemplo de abordagem sobre a QV do indivíduo é apresentado por Schalock (1993) em seu trabalho sobre "*La qualité de vie: conceptualisation, mesure et application*".[28] O autor indica uma dezena de modelos de análise de QV e os fatores de medidas da percepção da QV realizadas individualmente. Dentre esses modelos, as relações interativas constituem-se como fator de medida, tal como o estudo sobre a percepção das necessidades da pessoa e a disponibilidade de recursos do meio ambiente social. No modelo proposto por Schalock, Keith et Hoffman (1990) são apresentados como fatores de medida de QV a autonomia, a produtividade, a integração na comunidade e a satisfação. Farrel (2008) faz uma abordagem complementar à de Schalock, Keith et Hoffman (1990) ao propor uma concepção de QV do indivíduo sob a ótica da integração e da coesão social. O que esses autores apresentam em comum é a ideia de uma QV social, com parâmetros pautados nas relações ou interações sociais vivenciadas pelo indivíduo.

O conceito de Farrel (2008) permite-nos uma análise de QV social ligada aos processos de comercialização. Desta maneira, a abordagem de QV individual, sob a perspectiva da coesão e interação social é oportuna para essa pesquisa, pois estão diretamente ligadas à ideia de redes e de capital social do agricultor. O ato de comercializar introduz-se como um esforço extra ao trabalho do agricultor, no desempenho de sua função, pois extrapola o campo da produção, que é o ato que dá identidade ao agricultor. No entanto, a comercialização, nas sociedades modernas, é altamente imprescindível à manutenção de suas unidades agrícolas, e não obstante, é no espaço de comercialização que o agricultor diversifica suas relações sociais, formando a sua própria rede, sendo esta última, um ambiente dotado de capital social.

O capital social, no sentido *bourdieusienne*, constitui-se de redes sociais por meio da existência de meios materiais (ex. Equipamentos e recursos financeiros) e imateriais (ex. informação e solidariedade). Segundo Pierre Bourdieu, o conceito de capital social

> est l'essemble des ressouces actuelles ou pontentielles qui sont liées à la possesion d'un réseau durable de relations plus ou moins institutionalisées de interconnaissance et d'interreconnaissance ; ou, en d'outres termes, à

[28] "Qualidade de vida: conceitualização, medida e aplicação". Tradução minha.

> l'appartenance à un groupe, comme ensemble d'agents qui ne sont pas seulement dotés de propriétés communes […] mais sont aussi unis par des liaisons permanents et utiles[29] (PIERRE BOURDIEU, 1980, p. 2).

De acordo com Bourdieu, o elo entre os indivíduos é construído, a partir de trocas materiais e simbólicas. O volume de capital social, possuído por uma pessoa, depende do tamanho da rede de contatos efetivamente mobilizada e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) dos demais indivíduos conectados em rede. Nas redes, as estratégias estabelecidas são definidas a partir das linhas de ação praticadas pelos agentes sociais (BORDIEU, 1992, p. 104; citado por Deschenaux et Laflamme, 2009, pag 6).

Stiglitz, Joseph; Sen Amartya e Fitoussi, Jean-Paul (2009), com o fim de observar os benefícios (diretos e indiretos) que as redes sociais conferem à QV, reportam-se também ao conceito de "capital social ". Para os autores,

> Les liens sociaux améliorent la qualité de la vie de diverses façons et les relations sociales avantagent ceux qui font partie des réseaux. Les gens qui bénéficient de liens sociaux nombreux évaluent positivement leur vie, car parmi les activités personnelles les plus agréables, nombreuses sont celles qui impliquent des relations sociales[30] (p. 56).

De acordo com Bihannic et Michel-Guillou (2011), dentre os três pilares do desenvolvimento sustententável (econômico, social e ambiental), a sustentabilidade social implica a criação e manutenção das ligações sociais e das trocas locais ou de « *proximité* ». No caso das trocas internacionais, essas devem ocorrer de forma razoável e equitativa. Ainda, segundo os autores, o discurso em torno das relações socioeconômicas é muito presente na fala dos agricultores ecológicos inseridos, em redes locais, resumida pelos autores na seguinte frase: *« La dimension économique est en lien avec la dimension sociale, c'est l'économie locale, c'est tirer un revenu de sa production afin d'assurer la pérennité de l'exploitation »*[31] (Bihannic et Michel-Guillou, 2011, p. 11). Assim, as redes sociais são constituídas, em sua grande maioria, como forma de garantir a sustentabilidade socioeconômica dos agentes.

Considerando a análise de QV, nosso objetivo principal, é investigar os mecanismos e

---

[29] "é o conjunto de recursos atuais ou potenciais de uma rede permanente de relações mais ou menos institucionalizadas de inter conhecimento e de inter reconhecimento; ou, em outros termos, é um pertencer à um grupo de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns […] mas também são unidos por ligações permanentes e úteis". Tradução minha.

[30] "As relações sociais melhoram a qualidade da vida de diversas maneiras e as relações sociais favorecem àqueles que fazem parte das redes. Numerosas são as pessoas que se beneficiam de relações sociais e que avaliam positivamente a sua vida, porque entre às atividades pessoais mais agradáveis, numerosas são as que implicam as relações sociais". Tradução minha.

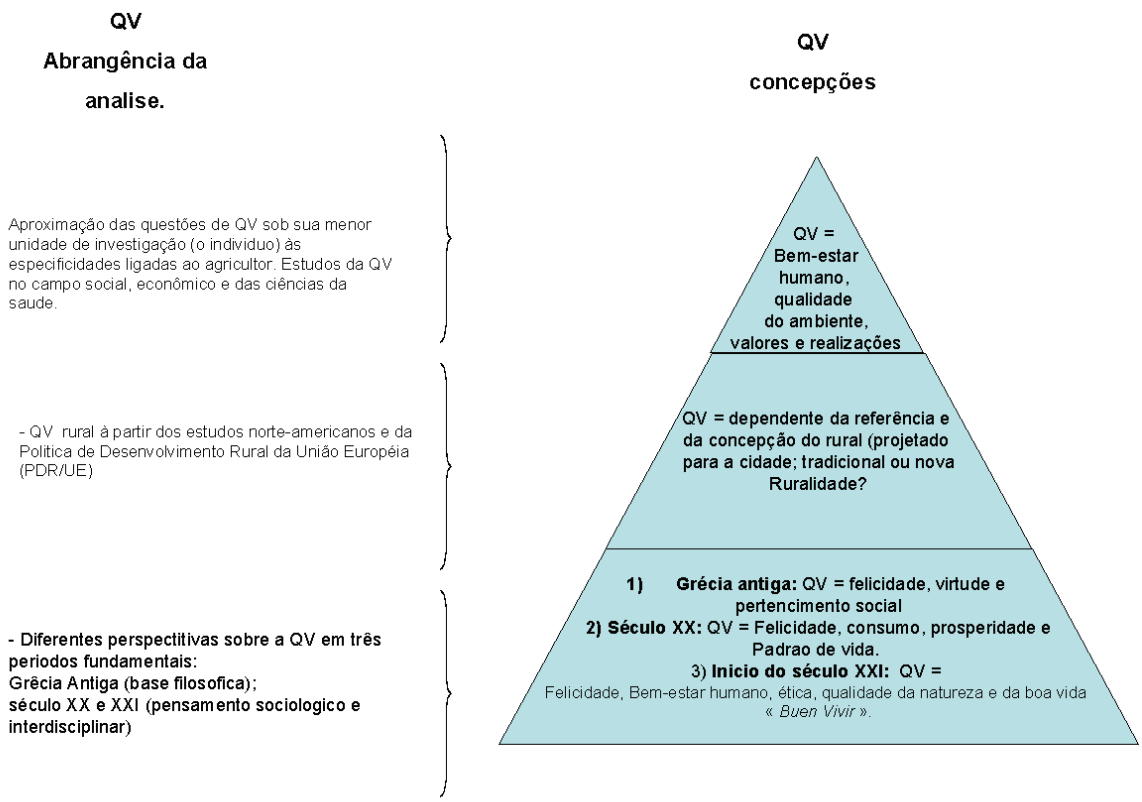
[31] "A dimensão econômica está relacionada com a dimensão social, é a economia local, é tirar uma renda da sua produção a fim de assegurar a perenidade da exploração". Tradução minha.

valores que instituem a QV dos agricultores familiares e *paysans*, que por sua vez, é relativa ao contexto sociocultural e às particularidades dos agricultores tanto em função de suas individualidades e percusos de vida, quanto em função de seus contextos socioespaciais. Com esse foco, consideramos que hà escolhas individuais que operam o próprio sentido de QV para os agricultores, o qual é conformado por suas hierarquias de valores. Apos as diversas abordagens circundantes ao conceito de QV, apresentamos à seguir, a abordagem apreendida para a avaliação dos agricultores.

1.5 Abordagem de QV apreendida

A base teórica pesquisada sobre a QV informa-nos sua concepção, em três épocas diferentes – Grécia Antiga, Século XX e Século XXI, cujas diferentes abordagens sobre os conceitos e fundamentos da QV podem ser observada, na base da Figura 1. Partindo-se dessa premissa, avançamos para uma conceituação mais específica sobre a QV rural, que se encontra no centro da Figura 1. A partir daí, chegamos a uma abordagem sobre a QV na sua menor unidade de análise, a QV do indivíduo, que está apresentada no topo da Figura 1.

Figura 1 – Concepções de Qualidade de Vida (QV): da abordagem geral à abordagem específica (indivíduo)



Fonte: Dados compilados da pesquisa bibliografica. Elaborado por Souza-Seidl.

No primeiro período, equivalente à Grécia antiga, a abordagem sobre a QV era subjetiva e ancorada em valores éticos. A QV era concebida como felicidade (*Eudaísmo*) e os fatores monetários não eram o centro da mesma, pois priorizavam-se as relações sociais, como a condição de ter amigos, família e participação na vida política.

No segundo período, correspondente ao século XX, os estudos de QV relacionaram-na à produção, ao padrão de vida, de forma que a ideia de felicidade, naquele momento, ficou atrelada ao consumo e ao acesso à equipamentos e serviços públicos. Esses últimos, tinham como objetivo promover o bem-estar e o conforto para a sociedade, na forma de serviços, equipamentos e regulamentação de algumas políticas públicas como, por exemplo, saúde, educação, habitação, mobilidade e lazer. Ao longo desse período, tem-se uma preocupação com a QV da sociedade, que se expressava, na agenda das política sociais, sob diferentes nomes, tais como: "Bem-estar social", "Desenvolvimento Humano", "Desenvolvimento social". Porém, sempre atrelado ao viés essencialmente econômico, uma vez que o objeto dos indicadores sociais é o poder de consumo e a produção de serviços sociais. Ambos são fatores que dinamizam a economia e o crescimento econômico. Tais indicadores, por portarem uma

abordagem sobre o Bem-estar social, majoritariamente objetiva, vão ordenar um modelo de sociedade, dividindo-a em "desenvolvida / melhor QV" x "subdesenvolvida / pior QV", e ao mesmo tempo, atrelando essa classificação a espaços (territórios?) específicos, como, por exemplo, o urbano (mais desenvolvido, portanto melhor QV) e o rural (menos desenvolvido, portanto, menor QV).

Ao longo do século XX, a concepção de QV evoluiu em direção às questões sociais, como a criação, na década de 1940, do Estado de Bem-estar social, caracterizado por políticas assistenciais e prestação de serviços e estruturas públicas, consideradas importantes à vida das pessoas. A criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no final do século, mais precisamente no ano de 1990, caracterizou-se como um avanço na concepção de QV. Nesse momento, mesmo que com uma abordagem objetiva, a dimensão humana é acrescentada à sua análise. Algumas de suas preocupações são a expectativa de vida das pessoas, em função do ambiente ao seu entorno, e o quanto as pessoas usufruem dos serviços de educação. Tais parâmentros compõem, respectivamente, os índices de longevidade e de educação do IDH.

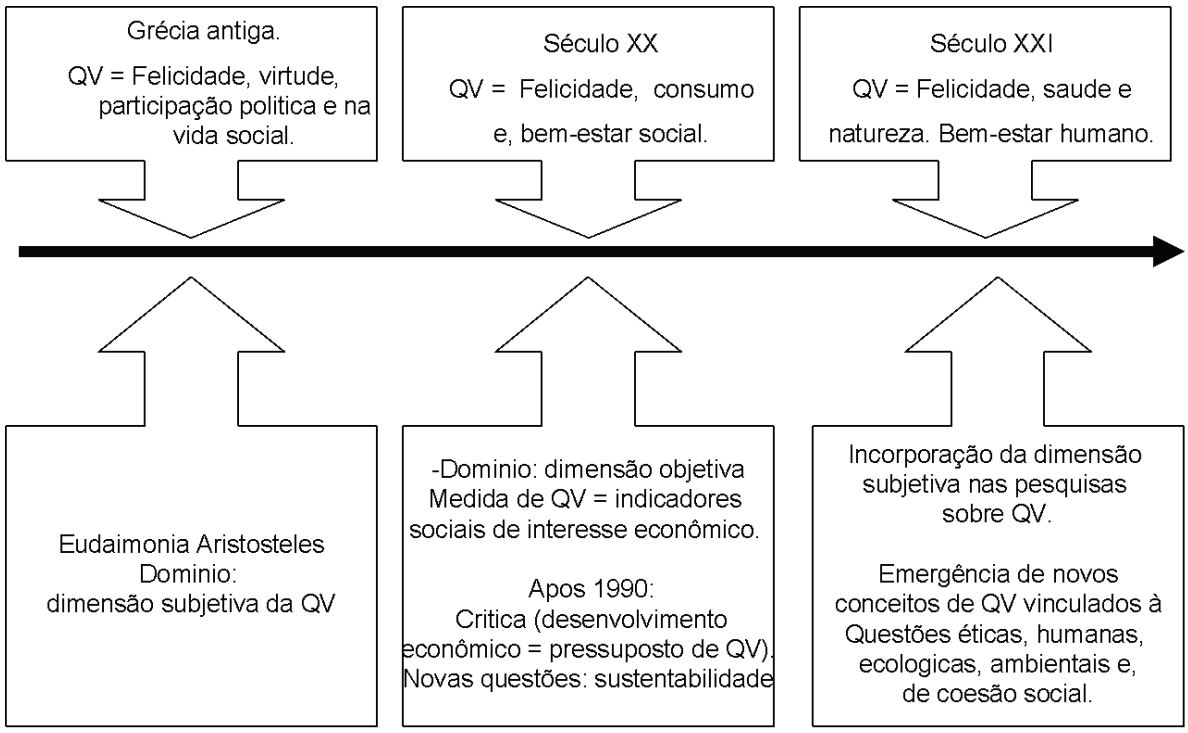
No terceiro período, início do século XXI, há uma mudança na concepção de QV e as dimensões subjetivas ganham força. O breve século XX, citando Eric Hobsbawm (1995) encerra-se com seus extremos – de um lado o avanço tecnológico, da comunicação e do desenvolvimento econômico por outro, o crescimento da pobreza, da degradação da natureza e do esfacelamento de sociedades (guerras e epidemias). Tal contexto, incita uma nova reflexão sobre a QV. Assim, o século XXI inaugura-se com a rejeição, ao menos conceitual, da ideia de padrão de vida e de felicidade atrelada ao consumo. Nesse momento, os valores éticos voltam a fundamentar a ideia de QV, como o foi na Grécia Antiga. A QV é concebida, no século XXI, como a felicidade equivalendo ao Bem-estar humano. Porém, tais valores encontram-se, nesse período, ligados às questões de sustentabilidade (ambientais e socioculturais).

De maneira emblemática, emerge, na Bolívia e no Equador, uma proposta alternativa de QV,concebendo-a como a "Boa Vida" ou o "*Buen Vivir*". Tal concepção, ao ser incluída nas constituições desses países, demonstra o quanto a QV, com caráter extremamente subjetivo, ocupa espaço prioritário na política nacional. A condição do *Buen Vivir* é a felicidade humana e a preservação da natureza. Seus fundamentos encontram-se no pensamento e na sabedoria indígena, nas relações entre os homens, e desses com a natureza. Seus indicadores são, prioritariamente, subjetivos e sociais como, por exemplo, a análise do tempo: tempo com a família; tempo com os amigos; tempo para participar da vida política; tempo para o descanso; tempo para uma mãe cuidar de seu filho dentre outras atividades.

Assim, ao tomarmos estes três períodos de referência na abordagem da QV (Grécia

antiga, século XX e início do século XXI), pode-se dizer que a evolução do pensamento sobre a QV volta ao seu ponto de base filosófica, qual seja, a QV enquanto felicidade, virtude e ética. Tais dimensões, em suas subjetividades, são portadoras de valores e julgamentos,e chegam ao século XXI, não somente atreladas à questões das relações sociais e humanas, mas também à qualidade do meio ambiente e à preservação da natureza (FIGURA 2):

Figura 2 – Evolução do pensamento e da abordagem sobre a QV em três períodos: Grécia antiga, Século XX e início do Século XXI



Fonte: Dados compilados da pesquisa bibliográfica. Elaborado por Souza-Seidl.

Da mesma forma que a concepção de QV variou, ao longo do século XX e início do século XXI, sua abordagem para o meio rural também ocorreeu de maneira diferenciada. Observamos que os estudos sobre a QV a atrelaram ao espaço (rural) e a uma atividade econômica (agricultura). Os estudos norte-americanos realizados, por volta dos anos 70, apresentaram uma concepção de QV focada em sua dimensão objetiva. Outros estudiosos, críticos da abordagem essencialmente objetiva de QV e a fim de qualificar a vida rural, defendiam a importância de incluir uma abordagem subjetiva que contemplasse a concepção de seus residentes. A partir dos textos apresentados, percebe-se que as concepções de QV rural trazem questões sobre a definição do rural, envolvendo os seguintes questionamentos: deve-se considerar o rural como espaços e sociedades atrasados, em referência aos espaços e sociedades urbanas ou atrelar a ideia de rural às suas características tradicionais ou, ainda, considerá-lo a

partir das modificações, ao longo do tempo, conformando um novo rural ou uma nova "ruralidade"? A escolha dessas definições direcionará a pesquisa sobre a QV rural, bem como sobre qual política a ser perseguida.

Na primeira concepção, a QV rural é classificada como ruim, em comparação à vida e ao espaço urbano. Porém, frente aos problemas sociais e ambientais (violência, fome, degradação ambiental, escassez de água, poluição do ar, intoxicações, enfermidades psicológicas e outros) enfrentados pela sociedade atual, principalmente pelos residentes urbanos, a QV, no espaço rural, passa a ser relativizada. Essa relatividade é moldada por valores e concepções de vida que perpassam tanto as relações urbanas e rurais quanto as ideologias econômicas e ecológicas. Nessa medida, a abordagem sobre o rural ocorre apoiada numa concepção saudosista (rural tradicional) ou numa nova concepção de rural (ruralidade). Essa última, abre o foco do rural para além da sua função agrícola, em que são incorporadas outras funcionalidades presentes no "novo" rural: opção de lazer, lugar de refúgio dos cidadãos urbanos (como a criação de residência secundária),de floresta e natureza, mas também, portador de espaços abertos ao desenvolvimento econômico (mineração, barragens, usinas e instalação de indústrias). Desta forma, a ideia de ruralidade contempla outros parâmetros de QV que, indubitavelmente, são incorporados pelo agricultor sob diferentes maneiras.

Ao reportarmos à ultima concepção de QV instaurada, no início do século XXI, e que equivale ao bem-estar humano (felicidade, saúde, e outros) e à natureza (qualidade do meio ambiente),sentimo-nos incitados a pensar nos mecanismos e valores que qualificam positiva e negativamente a vida dos agricultores. Isso leva à preocupação com a hierarquia de valores estabelecida por agricultores ecológicos e convencionais.

A ideia de hierarquia de valores aproxima-se dos conceitos e discussões, em torno das representações sociais. Tais representações estão relacionadas às atitudes e posicionamentos dos indivíduos em relação à ação social. Para Weber, a vida social constitui-se, na conduta cotidiana dos indivíduos, carregada de significação cultural. Sobre o pensamento Weberiano, tem-se que o valor é o que confere sentido e significação a uma ação. Weber associa a teoria da "interpretação dos valores" à ideia de "ética da responsabilidade". Tal ética não é uma ética que se opõe a qualquer escolha de valor, pois ela corresponde à fidelidade a um valor. Este conceito é organizado, a partir da correlação entre o sentido subjetivo (sentido pretendido) e sentido objetivo (coerência lógica da dimensão normativa), essenciais à problemática da "interpretação de valores". O sistema de valores, em diferentes esferas da atividade social e sobre seus

inevitáveis conflitos, também representa para Weber uma "visão do mundo". (TÉTAZ, 2004).[32]

Para Durkheim, o conceito de Representações sociais vincula-se à noção de "Representações Coletivas", classificadas como sistema de símbolos, em que a sociedade torna-se consciente de si mesma. Na concepção de Durkhein, a representação significa a lei, a moral, os costumes, as instituições políticas, as práticas pedagógicas, enfim, todas as formas de vida coletiva, que ele denominou de "consciência coletiva" (PIRAS, 2004).[33] Nessa perspectiva, o indivíduo sofre pressão das representações dominantes na sociedade e,, portanto, é a sociedade que pensa ou exprime os sentimentos individuais. Desta forma,as representações não são, necessariamente, conscientes pelos indivíduos. Na análise de Piras (2004), o conceito trazido por Weber é mais articulado, rico e aberto do que a concepção de Durkheim, pois permite pensar melhor a "composição" de diversas motivações, incluindo as não-normativas, com o intuito de explicar a estabilidade da ação normativa.

Assim, nossa análise de QV propõe abranger as situações concretas da condição de vida dos agricultores (dimensão objetiva) cuja avaliação sobre a "vida boa" ou a "vida ruim" será relativa à uma hierarquia de valor capaz de explicar a ação de engajamento / adesão dos indivíduos à prática agrícola / ecológica. Por fim, com base na discussão apresentada ao longo do capítulo 1, propomos abordar a QV, considerando três grandes concepções: 1) A QV enquanto Bem-estar social; 2) A QV enquanto Autonomia e Capacidades e; 3) A QV enquanto Bem-estar humano e Boa vida (*Buen Vivir*), os quais podem ser observados no Quadro 1, que se segue.

---

[32] TÉTAZ, Jean-Marc. « Sens objectif » la fondation de l'interprétation du sens de l'agir social dans une théorie philosophique du sens. *Archives de sciences sociales des religions*, Paris, n. 127, p. 167-197, juil.-sept. 2004.
[33] PIRAS, Mauro. Les fondements sociaux de l'agir normatif chez Durkheim et Weber: le rôle du sacré. *Archives de sciences sociales des religions*, Paris, n. 127, p. 139-166, juil.-sept. 2004.

Quadro 1 – Parâmetros objetivos e subjetivos de QV orientadores da pesquisa.

Parâmetros objetivos	Parâmetros subjetivos
1 – A QV enquanto Bem-estar social Educação; Saúde; Renda; condições de moradia (serviços e equipamentos públicos disponíveis). 2 – A QV enquanto Autonomia e Capacidades condições de trabalho – *produção e comercialização*; autonomia profissional – *dependência de tecnologias externas e de assistência técnica*.	3 – A QV enquanto Bem-estar humano e boa vida Valores individuais (*e do grupo)* – qualidade e satisfação na vida; satisfação profissional; percepção de necessidades; Sentimentos de segurança financeira; Sentimentos e expectativas de vida agrícola para os filhos e para si próprio; Tempo – com a família, lazer e descanso; Percepção de sua vida em sociedade (autoestima, reconhecimento social, realização e frustração); Felicidade e bem-estar.

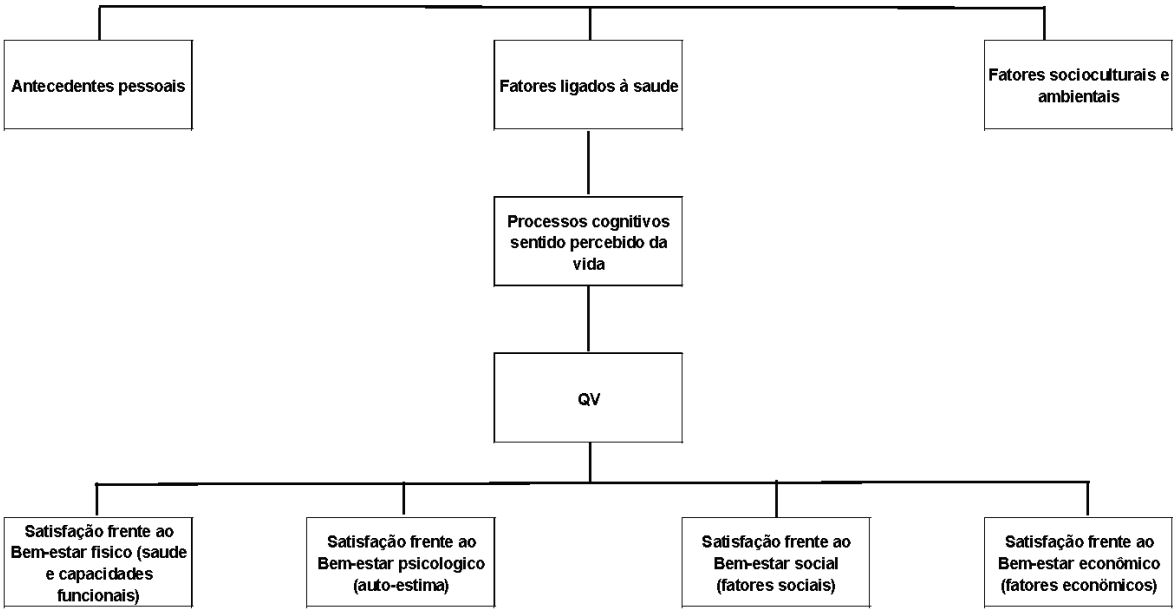
Fonte: Dados compilados da pesquisa bibliográfica. Elaborado por Souza-Seidl

Considerando que a análise da QV priorizará um espaço (rural) e o indivíduo (agricultor), propomos ainda investigar a QV dos agricultores, seguindo o modelo e a definição de Zahn (2002).[34] Para esse autor, a QV é definida como um sentimento de satisfação perante a vida. Tal sentimento ocorre em função do Bem-estar sobre o plano físico, psicológico e social. Sobre esses planos, Peloquin, J; Robichaud-Ekstran, S; e Pepin, J. (2007)[35] propõem um modelo adaptado à concepção de QV de Zahn (2002), tal como se segue:

[34] ZHAN. Lin. Quality of life:conceptual and measurement issues. *Informing Practice and Policy Worldwide through Research and Scolarship*, Malden, v. 17, Issue 17, p. 795-800, jul. 1992.

[35] Peloquin, J.; Robichaud-Ekstrand, S. ; PEPIN, Jacinthe. La perception de la qualité de vie de femmes souffrant d'hypertension pulmonaire primaire au stade III ou IV et recevant un traitement à la prostacycline. *Recherche en soins infirmiers*, Paris, n. 88, p. 51-63, mars 2007.

Figura 3 – Modelo conceitual de QV



Fonte: Zhan (2002) adaptado e elaborado por Peloquin, J., Robichaud-Ekstran, S., & Pepin, J. (2007).

Para Zhan (2002), a satisfação corresponde à avaliação cognitiva do indivíduo sobre sua experiência de vida e o sentido que ele dá a ela. Essa avaliação decorre da análise individual sobre os desejos e as realizações. O Bem-estar físico compreende, dentre outros aspectos, as manifestações clínicas e a percepção da saúde pelo próprio indivíduo. O Bem-estar psicológico é o conjunto de sentimentos que o individuo tem sobre si mesmo. O Bem-estar social leva em consideração o emprego e o *status* socioeconômico, por entender que eles são determinantes do lugar do indivíduo na estrutura social, que por sua vez, influenciam sobre a autoestima das pessoas. Além disso, o autor trabalha com a identificação dos antecedentes pessoais ligados à saúde e aos fatores socioculturais e ambientais. Assim, na mesma linha de abordagem sobre a QV, realizada por Zhan (2002) propomo-nos a investigar os agricultores, o que significa trazer para a discussão elementos que se encontram nas dimensões individuais subjetivas de QV (valores, sentidos e sentimentos), bem como, nas dimensões objetivas (sociais, econômicas, espaciais e ambientais).

CAPÍTULO 2 – O PROBLEMA DA QV PERANTE A DIVERSIDADE DOS SUJEITOS AGRÍCOLAS

2.1 INTRODUÇÃO

O problema da QV, diante da diversidade dos sujeitos agrícolas, remete-nos à analise de sua dimensão subjetiva, envolvendo a autoestima e os valores dos agricultores. Tal dimensão invoca uma abordagem sobre a identidade, a ação do indivíduo e a concepção de sujeito social, considerando-se os julgamentos que esse sujeito faz de sua própria vida e sua relação com a sociedade. Nessa medida, esse capítulo discorre sobre as identidades atribuídas aos sujeitos agrícolas, através das normas e conceitos socialmente construídos, em diferentes momentos, dos quais nos limitamos às emergências dos ideais de produtividade, na modernidade, e os de sustentabilidade, na pós-modernidade. Enquanto identidade profissional, os camponeses foram enquadrando-se, ao longo dessas temporariedades, em duas grandes categorias: a de agricultor convencional, mais "modernizado" e a de agricultor ecológico, mais "tradicional". O espectro de identidades, que se forma sob essas duas categorias identitárias, está atrelado às normas técnicas e profissionais, e às normas morais e éticas cunhadas pela sociedade, sendo as mesmas compartilhadas ou não pelos agricultores.

A discussão sobre o "ser agricultor" envolve a dialética entre valores individuais e sociais, e corresponde a um conjunto de significados atribuídos aos camponeses e à sua transformação, em categoria profissional denominada "agricultor". Utilizando-se de fontes literárias e científicas, esse capítulo busca apresentar o que significa "ser agricultor", em relação ao espaço, sociedade e meio ambiente, enquanto componentes das representações indenitárias desses sujeitos.

Nos trabalhos literários, extraímos os elementos que qualificam o agricultor, os quais, geralmente, difundem estereótipos negativos desses sujeitos. Nos trabalhos científicos, buscamos informações sobre os contextos, a natureza e a condição de vida dos agricultores, em diversos campos de estudo. Tanto as referências literárias quanto as científicas, indicam, de certa forma, um olhar da sociedade moderna, em direção àqueles que vivem no campo e da agricultura.

Nessa perspectiva, a dimensão subjetiva da QV corresponderá não somente ao o quê os agricultores pensam de si próprios e de suas condições de vida, mas também, às identidades esculpidas pela sociedade sobre os mesmos. Portanto, esse capítulo apresenta as formas de conceber o sujeito agrícola atreladas à evolução dos valores e posicionamentos desses sujeitos na estrutura social. Não obstante, a reflexão sobre o "ser agricultor", na perspectiva dos valores

individuais, faz parte desse capítulo, com o escopo de apresentar elementos que motivariam os sujeitos a engajar-se na prática agrícola, seja ela convencional ou ecológica. Assim, a abordagem que remete ao "ser agricultor", perante o advento das agriculturas modernas, convencional e ecológica, abrange tanto uma compreensão do agricultor enquanto indivíduo quanto como sujeito social. Tal abordagem demonstra que as concepções de QV dos agricultores não são padronizadas, pois compreendem uma complexidade de identidades e de valores.

2.2 Agricultores e a formação de sujeitos, identidades e valores

A Sociologia busca, dentre outros objetos de pesquisa, estudar o indivíduo, a fim de compreender suas escolhas, valores e ações, no que diz respeito à ação social. Ao pensar no agricultor, enquanto sujeito social, remetemo-nos às relações sociais remediadas por normas, cujas ações e valores são compartilhados entre alguns segmentos da sociedade. Sob essa ótica e, a fim de evidenciar possíveis ordens explicativas da constituição do "ser agricultor", enquanto um indivíduo e sujeito social, apoiamo-nos em conceitos e fundamentações de Bourdieu, Durkheim e Weber, extraídos dos trabalhos de Piras (2004) e Tétaz (2004).

Segundo Piras (2004) a fundação das normas, teorizadas por Durkheim e Weber, buscam relativizar a eficácia social das ordens normativas sobre os indivíduos. Durkheim apoia-se, na força dos "fatos morais", e Weber, na força das "motivações e valores" dos indivíduos. Assim, são estabelecidos dois elementos como constituintes da validação efetiva das normas, sendo eles: 1) a força vinculativa das ordens, que, frequentemente, impõe contra os interesses próprios dos indivíduos e; 2) a força motivacional, que levam os indivíduos a agirem, em busca de sua realização pessoal.

A definição de fato moral, para Durkheim, fundamenta-se na ideia de normas constituídas na força do sagrado. O fato moral é uma expressão que delimita o comportamento do indivíduo sob um ponto de vista sociológico e definido por duas condições: a obrigação e o desejável. Em relação ao conceito de norma social ou de regras de condutas, Durkheim distingue as normas técnicas das normas morais, demonstrando que nem toda regra de conduta é moral e que a validação de uma norma remete-se tanto à condição de obrigatoriedade quanto à condição dela ser desejável. Nessa ótica, a validação de uma norma pelo indivíduo não se define somente pelo "dever", mas também pelo seu "desejo por um bem" compartilhado socialmente. Em outras palavras, quando o indivíduo executa uma ação, seguindo um impulso moral, essa ação envolve um esforço de abstenção das escolhas pessoais, levando-o a

"sacrificar-se" para fazê-la cumprir. As possíveis contradições entre a obrigação e o desejável, na concepção de Durkheim, são anuladas pela constituição de uma "consciência coletiva". Tal consciência corresponde a um conjunto de "crenças e sentimentos comuns" que se encontram socialmente compartilhadas pelos membros de uma sociedade e transformados em regras de condutas, sustentados pela reciprocidade entre os dois elementos, "obrigação" e "desejo". A obrigação existe, enquanto um fato moral e o desejo, enquanto força motivacional do fato, e se baseia na ideia de autoridade moral.

A autoridade moral é um conceito que explica, para além dos conceitos restritos à coerção, a força motivacional que sustenta a adesão dos membros de uma sociedade às normas sociais. Assim, a autoridade moral envolve a "transcendência" das aspirações individuais, perante o reconhecimento de um imperativo moral. Nessa concepção, o indivíduo, para conviver com os outros, faz um caminho que supera o "eu" humano e desprende-se do egocentrismo. Para Durkheim, a adesão moral ocorre, quando o indivíduo está ciente de sua própria existência, enquanto pessoa moral e, que, portanto, suas escolhas pertencem, simultaneamente, a si mesmo e a algo que lhe é exterior. A adesão de um indivíduo a um princípio moral é reforçada pelo reconhecimento mútuo por parte dos outros.

O enraizamento desse reconhecimento sobre uma validade normativa é acentuado por momentos fundadores de valores morais - rituais, celebrações, festas e outros. Nesses momentos, a comunidade renova sua identidade coletiva, revive o conteúdo de suas normas morais e "empurra" os indivíduos à transcendência da individualidade. Estes rituais tornam-se os símbolos de identidade coletiva, responsáveis por sua conservação e estabilidade.

A abordagem do "ser agricultor" enquanto indivíduo, dentro de uma concepção de intersubjetividade moral de Weber, leva-nos a refletir sobre o "agir normativo", que diferentemente de Durkheim, envolveria outros fatores, além dos fatos morais (aceitação cultural da norma, tradição, pressão do meio, interesses, aceitação pragmática,) e que possibilitariam uma diversidade de explicações sobre o agir (caso por caso) e uma confrontação entre a norma e o agir concreto. Para Weber, uma norma é, em geral, a representação do ideal "portador de valor" pelos sujeitos. Piras (2004) salienta que as *Norm-Maximen* ou as "máximas das normas" estão relacionadas aos "padrões de pensamento" (lógica); "padrões de beleza" (estética) e, "padrões de comportamento correto" (ética). O que é comum a esses três tipos de padrões é que há sempre um "dever-ser" digno de respeito por si próprio e, portanto, digno de ser perseguido pelo indivíduo, de ser realizado. O estabelecimento de padrões apresenta, em comum, a prerrogativa de representar situações ou condições "ideais".

Na compreensão de Weber, na vida social, existem regularidades de atuação dotadas de

sentidos e esses são formulados por "máximas" que constituem-se, em regras de condutas que orientam o comportamento do indivíduo por: A) Interesse; B) Costume; C) Convenção e; D) Direito. Esses quatro tipos são conectados em dois grupos, quais sejam: o "uso" em A e B, e a "ordem" em C e D. O "uso" é uma regularidade da ação que existe apenas, em virtude de um hábito concreto e também sob a ordem das representações, e da legitimidade da regra de conduta, perante os indivíduos (Piras, 2004).

No "comportamento por interesse" (A) a violação da regra tem como resultado o fracasso e a possível oposição entre os interesses próprios, e os dos outros membros da sociedade. No caso dos usos, baseados no "costume" (B) as regras de conduta são o produto de hábitos, com recorrência, seguidos sem reflexão, seja por imitação ou por outras razões mais ou menos conscientes. Via de regra, o costume não é garantido por coerções. Em caso de violação da regra, o comportamento é considerado como "não adaptado" e o sujeito sofre algumas advertências morais.

A "ordem" e a "obrigação" estão contidas em (C) convenções e (D) direitos. A convenção é uma regra de conduta considerada como "válida ", cujo modelo de comportamento inspira nos indivíduos sentimentos de obrigação. No caso de infração da convenção, o resultado é a desaprovação do meio, que se exprime de modo difuso e não organizado. A consequência desse tipo de desaprovação ao indivíduo é a perda do respeito por parte dos outros.

O "direito" possui as mesmas características da "convenção", com exceção de um ponto crucial, a existência da coerção. Essa última, não se caracteriza por uma desaprovação difusa e não organizada, mas, sim, por um conjunto de punições, dotado de um aparato coercitivo. Para Weber, a eficácia real do conteúdo da norma ideal ocorre devido à crença subjetiva de sua validade por parte dos sujeitos.

A aceitação e respeito a uma norma depende, necessariamente, do quanto ela é considerada "justa" no plano das representações do sujeito. Para Weber, as inúmeras motivações possuem ao menos uma norma de referência que limita e estimula a ação do sujeito, e tais motivações perpassam pelo: a) "hábito" inconsciente (b) respeito à "tradição". (c) adesão a um princípio "religioso" ou "ético"; (d) medo da "desaprovação" da comunidade ou das "penalidades" e; e) "interesse". Tais motivos de uma ação são apresentados a partir de uma ordem de eficiência na estabilização das ordens, tal como se seguem: 1) pela crença em sua "legitimidade" ou; 2) pela força do hábito, do costume ou; 3) por motivos racionais, em relação ao fim. A escala entre essas três possibilidades está atrelada à estabilidade das ordens, sendo as ordens mais estáveis aquelas que contam com os tipos 1, 2 e 3. Para Weber, a legitimidade de uma ordem pode ser garantida e estabilizada, a partir de uma escala que vai da adesão interior

(identificação afetiva com os valores) conectada ao emocional, racional ou, ao religioso, à uma adesão externa (cálculo de interesses) conectada à desaprovação; à penalidade e; ao interesse sobre um bem tangível ou intangível.

A QV é apreendida tanto como uma norma, dotada de padrões sócioculturais de referência, como uma percepção subjetiva do indivíduo. Nessa medida, a QV envolve a relação entre escolhas individuais e a ideia de valor. Segundo Weber, o valor confere sentido e "significado" às realidades empíricas do agir. A legitimidade de uma conduta possui uma racionalidade, em sua ação, e diz respeito aos valores que a sustentam. Entender como os sujeitos interpretam o que deveria ser a sua vida e o seu trabalho aproxima-nos daquilo que Weber denominou de "representação social" (TÉTAZ, 2004).

O sentido é um conceito que correlaciona as dimensões subjetiva (o pretendido) e objetiva (coerência lógica da dimensão normativa). Para Weber, a interpretação dos valores possibilita a explicação empírica do agir, permitindo-nos entender por que uma pessoa opta por um determinado valor. Dentro desta perspectiva, a discussão axiológica centra-se no sentido objetivo, em que se interrogava sobre o significado do valor e as consequências lógicas de sua adoção. O estudo dos sentidos permite conectar, em uma unidade compreensível, os traços de um caráter histórico do indivíduo e as complexidades das representações implícitas no fato histórico. Para Weber, o conhecimento histórico e o sentido estabelecido em uma "história" compõe-se de elementos dispersos que formam um "todo" e conformam uma autobiografia, sob a qual o desenvolvimento histórico da vida de um indivíduo é abordado.

A abordagem desse conceito, o "ser agricultor", em considerando o sentido dado pela sociedade, segue a lógica do pensamento de Bourdieu (1983, 1996) em relação aos valores sociais e o lugar do indivíduo na estrutura social. De acordo com Bourdieu, as normas e constrangimentos que caracterizam uma determinada posição, na estrutura social, são estáveis e os indivíduos tendem a validá-las, agindo de acordo com as disposições tipificadas nas estruturas sociais. No entanto, o sistema de disposições incorporado pelo indivíduo não o conduz às ações mecânicas, dado que as disposições não são normas rígidas da ação, mas princípios de orientações passíveis de serem adaptados, de acordo com as variadas circunstâncias da ação individual. Em outras palavras, esse processo não é rígido, direto ou mecânico, pois o indivíduo não é puramente isolado, consciente e/ou reflexivo.

A lógica sociocultural de Bourdieu é uma espécie de interiorização, usando como referência os sentidos que levam os indivíduos a tomarem decisões e construírem trajetórias que, na coletividade, conformar-se-ão em trajetórias sociais. As mesmas são entendidas como o resultado de uma série de posições sucessivamente ocupadas por indivíduo, em um

determinado espaço social e transformados, em *habitus* sociais (BORDIEU, 1983; 1996). Sobre a perspectiva dos *habitus* sociais, é possível analisar as especificidades da inserção do indivíduo à estrutura de poderes da sociedade, refletindo um sistema de disposições sociais, definidores dos modo de ver, analisar, desejar e pensar, materializados nas palavras, atitudes e gestos. O *habitus* é, portanto, uma estrutura estável, porém, sensível às transformações da ordem social e das práticas que, por sua vez, ressignificam os sentidos.

Por fim, a abordagem sobre o indivíduo e o sujeito social, na constituição de uma identidade social, fundamenta-se no reconhecimento e na legitimidade de uma identidade dada pelos outros, e no reconhecimento do próprio indivíduo como parte dessa identidade (Champagne, 2002). Para esse autor, a identidade social, tal como é enunciada para os camponeses e agricultores, e também para si próprios, expressa um "estado" das estruturas sociais. Nessa perspectiva, o "ser" agricultor reproduz-se, conforme o estilo de vida que os mesmos acreditam que merecem ser reproduzidos e de acordo com suas "capacidades". Em outras palavras, a maneira como os agricultores familiares e *paysans* estão inseridos, nas estruturas da sociedade, delimita e conforma um campo de oportunidades a esses indivíduos, que, por sua vez, corresponderão aos seus sentimentos de ameaça, medos, expectativas, esperanças e projetos de futuro.

A partir do entendimento sobre as questões que envolvem as escolhas individuais e o agir social, trazemos uma descrição das mudanças ocorridas nas estruturas sociais, por meio da contextualização das regras, normas e valores que constituem as diversas identidades agrícolas.

2.3 Um mosaico de identidades I: do camponês ao agricultor convencional

Frequentemente, associamos o "Ser agricultor" à ideia de camponês, sertanejo ou caipira, de vida tranquila da fazenda, como um homem do campo, simples, no seu padrão e estilo de vida. No entanto, essa simplicidade dos agricultores vem atrelada a um estereótipo pessoal e sociocultural do camponês caipira. Citamos, por exemplo, quatro obras literárias brasileiras que retratam o perfil do camponês e que nos possibilitam entender um pouco sobre a identidade que lhe é cunhada pela sociedade. Em "Os Sertões", Euclydes da Cunha (1914) enquadrava os espaços rurais e urbanos, como dois países componentes do território brasileiro. Nessa obra, o sertanejo é caracterizado como o brasileiro pobre do mundo rural, configurando-se como um atraso à nação e um problema social para o país. Assim, como o sertanejo de Euclydes da Cunha, na década de 1950, surge na literatura a figura do Jeca Tatu, um personagem criado por Monteiro Lobato. Como parte do contexto caricatural da população

agrícola nacional, o Jeca Tatu era um caipira que morava numa palhoça de chão batido, convivendo com animais de criação e de subsistência, como galinhas e porcos. O sertanejo, na figura do Jeca Tatu, de Lobato (1957) tem como estereótipo a ignorância do camponês e de sua estrutura familiar, representada por uma mulher cheia de filhos, que vivia agachada "sem disposição para o trabalho".

Outra identidade literária que aborda o "caipira", encontra-se no personagem criado, no ano de 1961, por Maurício de Sousa, denominado Chico Bento. Tal personagem é uma criança que mora com os pais agricultores. O estereótipo do camponês estava no habitus do personagem, definido pelo andar descalço, na maior parte do tempo, calças com estampas quadriculadas e chapéu de palha desgastado. O personagem trabalha na roça com seus pais e não se interessa pelos estudos, ratificando o esteriótipo de camponês "preguiçoso", tal como ocorre em Jeca Tatu. O passatempo do personagem Chico Bento contrapõe o cotidiano do campo com o da cidade e revela à imagem social sobre os hábitos da criança camponesa, qual seja: cuidar dos animais da fazenda, nadar no ribeirão, dormir na rede, roubar goiabas (do Nhô Lau) e escutar as histórias (da Vó Dita).

Com outro olhar sobre o camponês, Guimarães Rosa, em Grande Sertão: Veredas, traz, em 1956, uma visão mais humanizada do Brasil sertanejo. O autor conta a saga de Riobaldo, pertencente a uma população camponesa composta *"de pessoas, de carne e sangue, de mil-e-tantas misérias [...] e nenhum se sossega: todos nascendo, crescendo, se casando, querendo colocação de emprego, comida, saúde, riqueza, ser importante, querendo chuva e negócios bons..."* (Rosa, 1994, p.15). Rosa (1994) revela, em sua obra, a condição de vida dos camponeses marginalizados pelo desenvolvimento e crescimento econômico, no Brasil, bem como, um desejo de ter QV, mesmo que essa tenha, como referência, o padrão de vida urbano.

No Brasil, as questões sobre a identidade do camponês surgem, a partir da modernidade agrícola, e com ela, a institucionalização da categoria profissional do camponês, denominada agricultor. Essa institucionalização normatizada pelo poder público é, por sua vez, complexa e centra-se no agricultor familiar, cujas origens encontram-se na cultura e organização sócioprodutiva campesina. Por exemplo, segundo Wanderley (2013) existia certa dificuldade, do ponto de vista teórico, em atribuir um valor conceitual à categoria agrícola familiar, no Brasil, sobretudo, a partir do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) pelo Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996. Com a institucionalização da categoria profissional agrícola, *"o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado"* (WANDERLEY, 2003, p. 3). Nesse contexto, formam-se dois grupos de agricultores familiares: aqueles que se adaptaram às exigências do

mercado moderno, denominados por Graziano (1993) como "consolidados" ou "integrados"; e aqueles que ficaram marginalizados nesse processo, por não terem a capacidade de se adequarem às modificações impostas pela modernidade.

Na França, o termo "*Paysan*" refere-se à camponês. A ideia de *paysan,* assim como no Brasil, esteve atrelada a um estereótipo de inferioridade sociocultural. Por exemplo, em 1835, a utilização do termo "*paysan*" foi registrado, no *Dictionnaire de l'Académie*, da França, com uma imagem inferiorizada do camponês, a exemplo do seguinte trecho que faz referência ao "*paysan*" como forma de diminuir uma pessoa: "C'est un paysan, un gros paysan, il a l'air d'un paysan, d'un franc paysan, c'est un homme rustre, impoli, grossier dans ses manières et son language"[36] (BARRAL, 1966, p. 73).

As imagens estereotipadas sobre o *paysan,* em Freedman (1992), demonstra que, nesse período, e até mesmo, na idade moderna, as classes privilegiadas consideravam a sociedade rural portadora de um primitivismo singular, em que o *paysan* era descrito como um demônio ou um animal perigoso que não poderia ter nenhum contato com a sociedade humana. Por vezes, o *paysan* esteve associado ao habitante da floresta e, portanto, selvagem, cuja imagem remetia a um ser inferior e estranho. O *Paysan* também portava o esteriótipo de « *vilain* » em que o caráter de vilão, feio e malvado, atrelado ao sujeito agricultor, encontrava-se em diversas literaturas do século XIII. Não obstante, também surgem, na literatura, obras de poetas de origem rural, que qualificavam a importância do *paysan* como aquele que opera a terra, mas que, no entanto, ocupava um lugar inferior, na estrutura social, em relação ao artesão, ao comerciante e ao senhor.

De acordo com Hubscher (1997) o *paysan* foi classificado, pejorativamente, dentro do imaginário social francês, por sua natureza e seu trabalho e, até os dias de hoje, é igualmente identificado por seu modo de vida e por uma cultura específica. No entanto, o termo *paysan,* com tantas representações e significados, encontrou-se bastante vago, até o momento que lhe foi atribuído uma identidade vinculada à um tipo de profissão, a de agricultor. A identidade de agricultor sobre o *paysan* foi "legitimada", institucionalmente, em 1881, pelo Ministério da Agricultura e pelo sindicalismo agrícola francês, bem como, "normatizado" pela promulgação da lei *Waldeck-Rousseau*, de 1884. Esse aparato institucional, ao atribuir uma identidade profissional específica ao *paysan,* revelou, aos olhos das populações agrícolas, uma singularidade social.

O sindicalismo surge para os camponeses como o meio de processar as reivindicações

[36] "É um camponês, um grande camponês, ele tem ar de camponês, de um verdadeiro camponês, é um homem rústico, sem educação, grosseiro na maneira e na linguagem". Tradução minha.

profissionais, perante os poderes públicos. Porém, nesse contexto, não só a categoria de agricultor foi consolidada, como também reafirmou-se a identidade *paysan,* enquanto um contrassenso à essa nova identidade agrícola proposta pela modernidade. Este processo de criação e de reafirmação dos sujeitos agrícolas traz outros aspectos à relação entre identidade e profissão, diferindo o sujeito agricultor do *paysan*, conforme trecho extraído do trabalho de Hubscher (1997) "pour le syndicalisme agricole, être paysan n'est pas un état : c'est un métier qui devient le pivot de l'organisation et de l'identité paysannes"[37] (p. 7). Para o autor, o sindicalismo agrícola contribuiu para a formação da identidade do agricultor, enquanto uma contraposição à identidade do paysan, em que o vocábulo agricultor e produtor ficou reservado a uma elite moderna francesa, e o termo *paysan* aos grupos tradicionais. Assim, o termo *paysan* ficou reservado a uma classe social agrícola dotada de uma maneira de viver e trabalhar com a terra, caracterizada pelo respeito ao meio ambiente, a preservação da cultura e a qualidade dos alimentos. Essas características estão expostas na carta dos agricultores *paysans,* da Confederação *Paysan*, redigida em 1998.[38]

A evolução da agricultura, na França e na Europa, sob o prisma das transformações ocorridas com a identidade do agricultor, foi tratado por Billaud (1996). De acordo com o autor, no período de intensa modernização agrícola, instaurado após a II guerra, constituiu-se um modelo de referência sócio produtivo que contribuiu para a instalação de uma crise de identidade profissional dos sujeitos agrícolas. Tal modelo instaurou a imagem do agricultor moderno e "performante", conformando-se na mutação radical do status de camponês à de chefe de empresa. No entanto, de acordo com o autor, a identidade profissional de agricultor, ideologicamente arquitetada por uma visão elitista, não foi capaz de homogeneizar as identidades dos sujeitos, mas ao contrário, suscitou uma multiplicidade de identidades, nesse segmento socioeconômico.

Segundo Billaud (1996) a diversidade agrícola amplia-se com a emergência das novas formas sociais de trabalho e enquadra os camponeses europeus, em diferentes lugares, na estrutura social. As estruturas de mercado, constituídas de sistemas agroalimentares modernos, fragilizaram a visibilidade do agricultor e tornaram nula a percepção dos mesmos, bem como, a da sociedade a respeito de seus trabalhos. Nesse contexto, se estabelece um sistema de valores que orienta as condutas individuais e as legitimições do trabalho agrícola. A técnica é inserida como fundamento dessa legitimação, mas, no entanto, suas implicações ultrapassam o quadro

[37] "Para o sindicalismo agrícola, ser camponês não é um estado; é um ofício que torna-se o eixo da organização e da identidade dos campesinos". Tradução minha.
[38] O conteúdo da carta pode ser acessado no <https://goo.gl/0oSpLS>.

do exercício profissional e colocam à prova as fronteiras entre os diversos compartimentos que integram a vida privada e o nível socioeconômico dos camponeses, motivando uma separação entre os mesmos. Nessa medida, as novas formas de trabalho agrícola provocaram a crescente dissociação entre a família e a unidade de produção. Como exemplo, destacamos que com o rendimento e a produtividade, as famílias tornaram-se menos agrícolas e mais pluriativas. Segundo Billaud (1996), à medida que a política pública, tal como a reforma da *Politique Agricole Commune* (PAC) européia, tinha o poder de enquadrar e definir o sujeito agricultor, ela afetava diretamente a identidade socioprofissional desses sujeitos. Nesse contexto, o papel do Estado foi determinante. O enquadramento profissional da atividade agrícola em um conjunto de normas "impostas" aos indivíduos pelos governos, organizou o oficio e a vida do agricultor. A reinterpretação dessas normas ocorre, nos diversos níveis de integração social, dentre os quais encontram-se a família e as redes de sociabilidade local. Nessa medida, as transformações na organização do trabalho, provocaram impactos sobre o oficio do agricultor, alcançando o nível dos sentidos e da subversão de valores, provocando rupturas radicais nas representações socioeconômicas e culturais dos camponeses.

Billaud (1996) ressalta que as transformações das identidades profissionais são elementos intrínsecos à relação entre o rural e o urbano, bem como entre a sociedade global e o Estado, e afetam a construção das identidades dos agricultores. A transformação da economia agrícola, pautada na produção de bens para uma economia centrada na produção de serviços, trouxe, como consequência, a necessidade de "normatização" da ética profissional. Nessa perspectiva, as transformações, no mundo do trabalho, trouxeram novos ofícios fundamentados, sobretudo, no relacionamento social (a exemplo do turismo em propriedades rurais) e na valorização das atividades voltadas à preservação da natureza, que por sua vez, requerem competências para além da produção de alimentos (Wanderley, 2013).

Assim como na esfera da produção, em que os agricultores familiares ora foram integrados ora foram marginalizados, pela ação do Estado, na esfera do mercado ocorre o seu espelho. Os estudos de Wilkinson (2004) sobre a organização dos mercados, na América Latina, nos anos 80, demonstrou que a livre concorrência de mercado, com o afastamento dos Governos sob o controle dos preços dos alimentos, contribuiu para a fragilidade da participação dos pequenos agricultores e de suas organizações tradicionais, nos sistemas agroalimentares. Nessa medida, a organização dos mercados, nos países denominados como "em desenvolvimento", ocorreu com a aceleração e o domínio da grande distribuição, representadas nas formas de super e hipermercados. A regionalização dos grandes grupos agroalimentares foi representada pela expansão das centrais de distribuição (CD). Essas centrais implicaram na desativação dos canais

tradicionais de distribuição e no anonimato dos pequenos agricultores da cadeia produtiva, do mercado alimentar e, por conseguinte, dos sistemas de abastecimentos. Nesse momento, ocorreu a substituição de fornecedores tradicionais por fornecedores especializados em serviços de entrega, bem como, houve uma padronização dos produtos agrícolas pelos sistemas de valores dos mercados globais, como especies, tamanho, aparência e segurança sanitária. Assim, os vários produtos dos camponeses tiveram que se adaptar aos moldes de padronização da qualidade.

Ao completar as análises sobre as transformações nas identidades profissionais e no setor agrícola, retomamos as análises de Wanderley (2001) para reafirmar que o campesinato tradicional não constituiu um mundo à parte do processo de modernização e nem isolado do conjunto da sociedade. Segundo Wanderley (2001) o processo de transformação do campesinato não pode ser simplesmente entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra, de integração econômica e social no conjunto da sociedade. As análises que são elaboradas sob tal perspectiva dão ênfase aos processos de ruptura e contrapõem as categorias de camponês (tradicional) à de agricultor (moderno). No entanto, a autora, recorrendo à obra de Lamarche (1993) chama atenção para os processos que representavam uma continuidade entre as identidades do agricultor familiar e do camponês. Tal continuidade expressa-se na tradição centralizada na família, nas formas de produzir e no modo de vida retido pelos agricultores familiares. No entanto, essa tradição foi adaptada às condições modernas de produzir e de viver em sociedade. Assim, mesmo que a agricultura familiar esteja integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, a família continua sendo o objetivo principal na definição das estratégias de produção e de reprodução, significando que a lógica familiar, centrada na tradição camponesa, não foi abolida.

Por fim, na concepção de Wanderley (2001) a cultura camponesa tem sido, atualmente, reforçada e resgatada sob o prisma de um novo paradigma: o da sustentabilidade. Dentro da perspectiva da sustentabilidade, a tradição camponesa, da qual era atribuída uma conotação sem valor perante o saber "universal" (renovado pela ciência e pela aplicação de novas tecnologias) torna-se, nesse novo contexto, uma qualidade. Isso porque, o agricultor familiar, em função da sua relação com a terra, a natureza e a sociedade, vem posicionando-se como sujeito social estratégico, na preservação do meio ambiente e da biodiversidade.

2.4 As normas e valores sociais agrícolas: entre o produtivismo e a sustentabilidade

A agricultura moderna ou convencional iniciou-se, a partir do final do século XIX. Suas

características marcantes foram os avanços na mecanização, a utilização de produtos químicos, as mutações genéticas, a especialização de culturas e a dependência do mercado financeiro pelo sistema agroalimentar. Assim, a modernização, na agricultura, acarretou uma crescente dependência da agricultura, em relação à indústria, e constituiu-se objeto de vários estudos de corrente marxista. As análises caracterizam um período de transformação na vida dos camponeses. Segundo as correntes marxistas, a forma como ocorreu a modernização, baseada no desenvolvimento industrial e na indústria química, afetou as dimensões socioeconômicas tradicionais e reprodutivas dos agricultores familiares e dos camponeses, de forma negativa.

A análise sobre os impactos da modernidade e da industrialização, na vida do agricultor, demonstra que as mudanças tecnológicas ocorridas na agricultura e o estabelecimento de uma produção, regida pelas regras de mercado, transformou o setor agrícola. Essa transformação afetou as estruturas das organizações sociais, em suas diferentes dimensões: trabalho, cultura, mobilidade, comunicação, produção, consumo, dentre outras. Tais transformações levaram autores marxistas a vislumbrarem um risco de extinção para os camponeses. Do lado europeu, o trabalho de Gervais, Jollivet e Tavernier, (1976), intitulado "*La fin de la France paysanne"* e a tese de Mendras (1978) "*Lê fin de lês paysans"*,[39] demonstram as mudanças nas condições socioeconômicas dos camponeses franceses, relacionadas ao advento da modernidade, no campo e na cidade. Do lado Brasileiro, tem-se, por exemplo, os trabalhos realizados por Abromoway (1990); Graziano (1993) e Wanderley (2001) que trazem uma análise sobre o fim do camponês brasileiro, em função da mudança nos padrões de produção; nas condições de reprodução sociocultural e ; nos meios de sustento econômico. Tal mudança ocorre, em momentos históricos marcados pelo êxodo rural e pela modernização, bem como, pelo desenvolvimento do capital industrial e financeiro.

Em Allaire e Boyer (1995), por exemplo, é apresentado o estímulo industrial e as adaptações das formas de organização, no setor agrícola, ao novo estilo de vida social e ao comércio mundial. Esses últimos, envolvem a mudança no padrão de consumo, a concorrência de preços e a instalação do produtivismo, orientado pelo modelo fordista de industrialização. A dependência do camponês à indústria é também apresentada em Kautsky (1986). Segundo o autor, à medida que a indústria desenvolvia-se, o camponês tornava-se mais dependente do mercado e rapidamente desapareciam a autossuficiência, a segurança e o conforto dos mesmos. Para o autor, a modernidade agrícola impôs ao camponês a necessidade de converter seus produtos em dinheiro, levando-os ao mercado, para, então, poder vendê-los. Segundo Kautsky

[39] "O fim dos camponeses". Tradução minha.

(1986) os produtos vendidos pelos camponeses eram considerados atrasados, mas também os que a indústria não produzia. E, assim, à medida que a produção agrícola transformava-se em mercadoria, o camponês transformava-se em agricultor, havendo uma dificuldade em se conservar o nível da venda direta do produtor ao consumidor. O agricultor, nos anos de fraca produção e com necessidade de dinheiro, recorria à política de créditos ou empenhava seus bens de raiz, conforme descreve o Kautsky:

> Começa dessa maneira para ele uma nova forma de dependência, de exploração, a pior de todas, ou seja, a dependência do capital usuário do qual é difícil de se livrar. Nem sempre ele o consegue. (...) por vezes a nova carga é por demais pesada e no fim tudo acaba na penhora da propriedade a fim de se poder satisfazer, com o dinheiro apurado, o usuário ou o executor fiscal. O que antes a má colheita, o fogo e a espada não conseguiram, é conseguido agora pelas crises que afetam o mercado do trigo e do gado. Estas não acarretam apenas problemas passageiros ao agricultor, mas são capazes de comprometer as fontes vitais de sua subsistência, sua casa e sua terra, a ponto de divorcia-lo e transforma-lo em proletário (KAUTSKY, 1986, p. 20).

No Brasil, a grande propriedade impôs-se como protagonista do desenvolvimento agrícol, ao passo que, a agricultura familiar, com características camponesas, tornou-se secundária. Ela era considerada como um modo arcaico e residual de produção, a ponto de ser apreendida como um empecilho ao desenvolvimento (WANDERLEY, 2001). Marcada pela dominação econômica, social e política, dos grandes proprietários de terra e, pela escravidão, a agricultura camponesa familiar no Brasil desenvolveu-se nas fronteiras das grandes propriedades, ocupando pequenas extensões de terra e, ademais, utilizando-se de tecnologias rudimentares com produção para o próprio consumo. No entanto, a modernização agrícola excluiu e incorporou os camponeses e agricultores familiares de diferentes maneiras, em função dos interesses econômicos e dos incentivos governamentais (GRAZIANO, 1978; WANDERLEY, 2001). Nessa evolução, as inovações no modo de produção, oriunda da modernização agrícola, colocou em questão a forma de viver e de trabalhar do camponês (ABRAMOWAY, 1990, WANDERLEY, 2001 ERTHAL, 2009). Assim, as transformações ocorridas na vida dos camponeses, em função dos processos sociais, culturais, políticos e econômicos, quanto ao mundo agrícola, vão também ser acompanhados pelas mudanças de concepções da sociedade sobre o próprio agricultor.

2.4.1 Sustentabilidade e a (re) constituição de identidades e valores

A agricultura moderna possibilitou uma alta produtividade agrícola, porém à custa de fortes agressões ao meio ambiente e à saúde humana, ao lado de um falho sistema de acesso ao

alimento, em qualidade ou em quantidade, pela sociedade como um todo (JOSUÉ DE CASTRO; 1952; ABRAMOWAY, 1985 e BELIK, WALTER ET AL, 2000). O tema sustentabilidade afeta diferentes setores e dimensões (econômica, ambiental e social). Esse tema surge na pós-modernidade e apresenta como principal dilema os ajustes e contradições entre sustentabilidade e desenvolvimento econômico, dando origem ao paradigma do desenvolvimento sustentável.

Dentre as primeiras ideias sobre desenvolvimento, vinculadas à preservação ambiental, destaca-se a de Maurice Strong, com o conceito de eco desenvolvimento, elaborado em 1973. Esse conceito foi aprimorado pelo economista Ignacy Sachs, que incorporou aspectos e princípios éticos, sociais, econômicos e ambientais à ideia de Maurice Strong. Tais aspectos pressupunham um estilo de desenvolvimento ecossocial capaz de fortalecer o desenvolvimento endógeno das regiões. Sua proposta básica era de promover um desenvolvimento para as áreas rurais, dos países do hemisfério sul, adaptado às condições ambientais, culturais e às soluções locais.

Na década de 1980, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidida por Gro Harlem Brundtland. O produto do trabalho da CMMAD foi o relatório intitulado "Nosso Futuro Comum" (1987), que ficou mundialmente conhecido por difundir um novo conceito: o de "Desenvolvimento sustentável" (MONTIBELLER, 1993; BRÜSEKE, 1994). O relatório parte do pressuposto de que a pobreza é a grande responsável pelos impactos ambientais e advoga que o crescimento econômico e o desenvolvimento de mais tecnologias seriam a receita para superar o problema da pobreza instalada nos países do hemisfério sul. Desta forma, as premissas do desenvolvimento sustentável, construídas a partir da CMMAD, buscavam um ajustamento entre sustentabilidade e desenvolvimento econômico, e contradiz a proposta original, elaborada por Maurice Strong e Ignacy Sachs, que buscavam o desenvolvimento endógeno das regiões.

Após a conferência da ONU, ocorreram outros momentos de debates e acordos, em âmbito mundial, como, por exemplo, a Eco-92, em 1992 e a Rio+20, em 2002. Nesses encontros, originaram-se as principais críticas e sugestões com relação aos rumos da sustentabilidade do planeta. A ideia de desenvolvimento sustentável para o setor agrícola surge intimamente ligada à diminuição de produtos químicos, tóxicos, máquinas motoras, desmatamento, poluição dos lençóis freáticos, perda da biodiversidade com a monocultura, poluição da água, dentre outros problemas. Com o fato das áreas naturais estarem significativamente presentes, nos espaços rurais, os agricultores passam a ser vistos como potenciais sujeitos sociais para a preservação do meio ambiente.

Seguindo a lógica do desenvolvimento sustentável, vinculado ao desenvolvimento econômico na agricultura, surge um modelo de referência denominado "Desenvolvimento rural sustentável" (DRS). Em relação à esse modelo, Guzmán (2002) demonstra que quando comparado ao modelo convencional de desenvolvimento, não nos deparamos com significativas mudanças na vida camponesa, principalmente, na América Latina. Segundo o autor, na medida que as formas de trabalho agricola ampliavam suas vinculações ao mercado, seus produtos se fortaleciam como um negócio. Tal reflexão reafirma, que o modelo de DRS compartilha dos princípios da agricultura moderna. Por fim, a emergência da sustentabilidade traz ao campo agrícola novas normas e novos *habitus* aos agricultores. Nesse contexto, a importância do meio ambiente e da saúde, ligada ao alimento, recolocam os "pequenos agricultores" em uma nova estrutura da sociedade.

Com o advento do paradigma do desenvolvimento agrícola sustentável, a produção e o consumo de alimentos ecológicos tornam-se fatos sociais e vão consolidando-se em regras, com a legitimidade e adesão de uma parcela da sociedade, apresentando, na década de 1990, um movimento ascendente, na conjuntura mundial. A agricultura ecológica apresenta-se com uma pluralidade de denominações: a denominação agricultura "*biologique*" equivale à denominada como "orgânica", em países, como, Brasil, Estados Unidos e Austrália. Essas agriculturas têm, em comum, a matéria orgânica como base para a manutenção e fertilização dos solos, de onde vem a expressão "agricultura orgânica", mas também designa uma prática agrícola com componentes biológicos, justificando a denominação "*Biologique*". (GUET, 2003). No entanto, as formas de lidar com a natureza e as relações sociais que a constituem vão variar de acordo com os contextos e as sociedades (CARDONA et all, 2014).

A agricultura de viés ecológico nasce no seio da ciência e toma proporções sociais, econômicas e culturais nos movimentos sociais, governos, mercado e na própria ciência. Segundo Guet (2003), as primeiras ideias elaboradas e concretas, quanto à agricultura *biologique* surgiram, nos Estados Unidos, no início do século XX, com a criação da Soil Conservation que concentrava seus estudos na conservação dos solos. Em 1932, surge o método Rusch-Muller, desenvolvido a partir da ciência biológica e tinha a produção de compostagem em superfície como principal objeto de pesquisa. Além de Rush-Muller, o agrônomo e botânico inglês, Albert Howard, elabora o método com seu nome. Em 1940, ele publica *"Le testament agrícole"* tornando-se uma respeitada referência para a agricultura ecológica. O trabalho de Albert Howard deu origem à Soil Association, na Grã-Bretanha. Em 1963, surge o método Lemaire Boucher que considerava as técnicas preconizadas pela Soil Association. Um dos aspectos importantes do seu pensamento foi a ligação existente entre a fertilidade do solo, a

qualidade dos alimentos e a saúde das populações. Eles defendiam que o uso de fertilizantes sintéticos associados aos pesticidas, não somente prejudicavam a fertilidade do solo, como também a saúde das pessoas.

A instalação da unidade Soil Association, na França, contribui para a formação de opiniões e ideias a respeito da agricultura *biologique* nesse país. Nesse momento, várias organizações em prol da agricultura *biologique* começaram a surgir, tais como: 1) o *Groupement d'Agriculture Biologique de l'Ouest (Gabo l'Ouest)* em 1959; 2) a *l'Association Française pour l'Agriculture Biologique (AFAB)* em 1960 e; 3) a *Nature et Progrès (Association européenne d'agriculture et d'hygiène biologique)*. Grande parte dessas associações buscavam desenvolver pesquisas e métodos sobre a agricultura *biologique*. A década de 1970/80 seguiu-se, com a criação de muitas organizações pautadas em AB e a década de 90 instaurou-se, como um período de reconhecimento oficial e de internacionalização de seu modo de produção (DEJARDIN et all, 2009; GUET, 2003). Esse descritivo histórico da agricultura *biologique* ou orgânica tem como objetivo evidenciar que sua concepção nasceu dentro da ciência e desenvolveu grande projeção na sociedade.

A agricultura *biologique* instala-se de maneira significativa na agenda francesa dos movimentos sociais, após 1968, período de insurreição de "novos" movimentos reivindicatórios, tais como ecologistas, culturais, anti nucleares, de consumidores, feministas, de homossexuais, dentre outros, em busca de mudanças qualitativas, nas diversas dimensões da vida (DEJARDIN et all, 2009). Nesse contexto, a legitimação e a normatização da agricultura *biologique* fortalece-se numa conjugação de reivindicações ambientais (equilíbrio ecológico, climático e preservação da água) e de preservação da saúde (seja no consumo de alimentos, seja na manipulação dos produtos químicos pelos agricultores).

O conceito de agricultura *biologique* ainda se encontra em construção, considerando como parâmetros, alguns preceitos adotados por diferentes organismos internacionais e governos. A convergência de ideias em sua conceituação está reconhecida pela *International Foundation for Organic Agriculture* (IFOAM), no qual são invocados valores de relações sociais, de ética ambiental e de Qualidade Vida:

> is a production system that sustains the health of soils, ecosystems and people. It relies on ecological processes, biodiversity and cycles adapted to local conditions, rather than the use of inputs with adverse effects. Organic agriculture combines tradition, innovation and science to benefit the shared environment and promote fair relationships and a good quality of life for all

involved[40] (IFOAM, 2008).

Outra definição de agricultura *biologique* que tem sido referência para diferentes países é aquele adotado pela *Fédération Nationale d'Agriculture Biologique* (FNAB), que agrupa a maior parte de agricultores paysans *biologiques,* na França, cujos fundamentos são correspondentes aos da IFOAM. Na proposição da FNAB, a rejeição à utilização de produtos sintéticos e químicos e a ética na produção animal é explícita, conforme trecho a seguir:

> L'agriculture biologique est un mode de production agricole durable, respectueux des hommes et de leur environnement. Exempt de produits chimiques de synthèse et d'OGM, ses objectifs sont : un faible impact sur l'environnement, la protection des sols et de leur fertilité, l'augmentation de la biodiversité sauvage et cultivée, le bien-être des animaux, une production saine et de qualité[41] (FNAB, 2011, p. 2).

Esses conceitos são adotados por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), e por países como a França, EUA e o Brasil. A definição de agricultura orgânica adotada pela FAO é composta por quatro princípios indissociáveis: saúde, ecologia, equidade e cuidado.

O princípio da "saúde" está relacionado às práticas que mantêm as condições ótimas do solo, da planta, do animal, do ser humano e do planeta. Dentro desse princípio, é refutada a utilização de produtos químicos, sintéticos, inseticidas, drogas em animais e outros aditivos que poderiam ter efeitos adversos à saúde humana e para os meios abiótico e biótico.

O princípio da ecologia busca manter a diversidade genética. Ele evoca uma agricultura desenvolvida, em harmonia com os sistemas naturais e como os ciclos ecológicos, adaptada às circunstâncias do meio ambiente e das culturas locais. O princípio de equidade pressupõe que a agricultura de base ecológica desenvolva-se sobre a construção de relacionamentos humanos socialmente justos. Para tanto, os custos ambientais e sociais devem ser incorporados aos sistemas de produção, distribuição e comercialização.

O princípio do cuidado remete à ideia de controle e da precaução sobre as estratégias voltadas ao aumento da eficiência e da produtividade agrícola. As decisões sobre as práticas a

---

[40] "A agricultura orgânica é um sistema de produção que promove a saúde dos solos, ecossistemas e pessoas. tem como base os processos ecológicos, biodiversidade e ciclos adaptados às condições locais em alternativa ao uso de insumos com efeitos adversos. a agricultura orgânica combina a tradição, inovação e ciência de modo a ser benéfica para o espaço partilhado, promove relacionamentos justos assegurando uma boa qualidade de vida a todos envolvidos". Definição do IFOAM – International Federation of Organic Agriculture Movements. Disponível em: < https://goo.gl/kZcuAH>. Acesso em: 22 ago. 2011.

[41] "A agricultura orgânica é um modo de produção agrícola sustentável, respeitoso dos homens e o seu ambiente. Isentos de produtos químicos de síntese e OGM, os seus objetivos são: um fraco impacto sobre o ambiente, a proteção dos solos e a sua fertilidade, o aumento da biodiversidade selvagem e cultivada, o bem-estar dos animais, uma produção sã e de qualidade." Tradução minha.

serem aplicadas devem basear-se em processos transparentes e participativos. De acordo com esse princípio, não são admissíveis práticas com tecnologias imprevisíveis, como aquelas que provocam mutações genéticas.

O desenvolvimento da agricultura ecológica tem se manifestado sobre dois discursos um tanto antagônicos (GUET, 2003; Baqué, 2012). O primeiro deles está fundamentado em oportunidade de ganhos econômicos, cuja preservação ambiental funciona como uma variável de agregação de valor ao produto e à formação de um nicho de mercado. O segundo fundamenta-se num idealismo (de uma agricultura e alimentação) para uma sociedade saudável, solidária e mais respeitosa com o meio ambiente. Guet (2003) também demonstra que, ao longo da história de 50 anos da agricultura *biologique,* ocorreram quatro tipos de perturbações: 1) mudança da perspectiva original, com aceitação de tecnologias industriais e intensivas no manejo agricola ecológico;[42] 2) mudança de escala, cuja produção artesanal e as relações pessoais constituíam a base do sistema; 3) mudança da natureza da atividade agrícola, em que, tradicionalmente, a agricultura *biologique* privilegiava os aspectos ecológicos e sociais dentro dos modos de vida e das relações socioeconômicas, ou seja, o rendimento econômico não constituia à única e principal finalidade, e; 4) forte apropriação da agricultura *biologique* pelo sistema agroalimentar, representado pelas grandes organizações agrícolas e empresas multinacionais, do ramo alimentar.

A inserção dos produtos e dos agricultores no mercado também tornava-se mais complexa, e seguia uma ordem que atendia ao mercado globalizado, composto por circuitos inferiores e superiores de produção, o qua foram definidos por Santos (2008) a partir: 1) das atividades; 2) da população ligada às atividades e; 3) pelas tecnologias e organizações. Milton Santos, na década de 70, através do seu trabalho sobre as relações dos "Países Subdesenvolvidos," no mercado global (SANTOS, 2008), caracterizava os circuitos inferiores pelas atividades artesanais e pela prestação de serviço. Já o circuito superior, por sua vez, era representado por grandes corporações econômicas e financeiras, pelo comércio moderno, pela indústria e pelas multinacionais.

De acordo com Santos (2008), o circuito superior reduz a exigência de produtos locais e cria um número limitado de empregos. As principais características do circuito superior são o grande fluxo de capital, a apropriação da tecnologia avançada na produção, a exportação de

[42] De acordo com Guet (2003, p. 17) a agricultura *biologique* começou a ser divulgada ao grande público em 1968. Nesse período, houve uma mobilidade de franceses que habitavam nas cidades em direção ao meio rural. Esses franceses eram principalmente universitários. Segundo a pesquisa de Guet, essas pessoas tinham um ideal agrícola, mas a maior parte delas não tinha preparação para tal *metier*. Nesse sentido, elas praticavam uma agricultura denominada "autônoma", sem utilização de produtos de origem externa, porém, era mal gestionada.

produtos transformados e a gestão burocrática. Por sua vez, o circuito inferior é caracterizado por *"pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie [...]"* (p. 155). Nesses circuitos, as unidades da produção e a comercialização trabalham com pequenas quantidades e abastecimento reduzido. Geralmente, o espaço de produção é o mesmo da habitação e, a comercialização produz-se nas ruas, através de vendas diretas. No circuito superior, o capital e o estímulo da produção são fatores essenciais. Do lado do circuito inferior, o trabalho e as necessidades de consumo são fatores elementares. Milton Santos destaca, ainda, que os circuitos inferiores são altamente dependentes dos agentes intermediários que, por sua vez, são formados por atacadistas e transportadores responsáveis pela circulação dos produtos em níveis globais. Assim, a teoria dos circuitos superiores e inferiores prevê fenômenos, atualmente, vividos pela humanidade, tais como a globalização e as especificidades locais.

Para além dos agentes intermediários apontados por Milton Santos, na década de 1970, a circulação dos produtos ecológicos ocorre vinculada à constituição de serviços especializados de certificação, incorporando mais um ator de intermediação, qual seja, as empresas certificadoras. A certificação promove, não somente um serviço de utilidade pública para assegurar "a pureza" dos alimentos, mas também lhes agrega valor econômico. O selo da certificação ecológica é objeto intangível dotado de capital intelectual e que possui um valor de troca global. Por meio do selo, a mobilidade do alimento ecológico dentro dos sistemas agroalimentares convencionais e em longa distância é garantida. Contudo, a mobilidade global dos alimentos ecológicos guiados pelos atuais sistemas de certificação produziu três eventos notáveis: 1) aumento da complexidade dos sistemas de controle; 2) uma tendência à padronização da produção e dos produtos e; 3) a marginalização dos pequenos agricultores ecológicos no sistema agroalimentar. Baqué (2012) chama a atenção que, em 1980, na França e na Europa, a agricultura *biologique* tinha apenas uma definição, e como tal, era aceita tanto por movimentos sociais quanto pelos governos. No entanto, após 30 anos, o balanço é confuso, paradoxal e problemático. De acordo com o autor, o selo de agricultura *biologique* também denominado *Label AB* era unico:

> mais son caractère ambigu est de plus en plus évident. Deux logos, français et européen, pour un même cahier des charges. Un troisième logo, Bio Cohérence, « prive » celui-là, mais enchâssé dans le label public AB […] des logos « commerce équitable » qui se greffent sur les labels bio, des marques nouvelles qui apparaissent, régionales ou de filière, comme BioBreizh, analogue à Bio Cohèrence […]. Autre phénomène : parmi les récentes et multiples initiatives d'échange local direct, tout en se revendiquant, beaucoup d'acteurs n'exigent aucun label ; et on voit de plus en plus de producteurs bio

> qui, sans rien renier de leur engagement, abandonnent labels et certifications. […]. En revanche, le label s'est révélé redoutablement efficace pour diviser le monde paysan en isolant la bio du reste de la paysannerie, et pour confiner l'action militante à un tout petit domaine réservé du marché agroalimentaire[43] (BAQUE, 2012, p. 65, 66).

A força do sistema de certificação ocorre pelo seu caráter onisciente e o seu serviço é cada vez mais imprescindível, em função de dois aspectos interligados: 1) necessidade de deslocalização dos produtos ecológicos: do local ao global e, 2) necessidade de segurança do consumidor, em relação à qualidade do produto consumido. No entanto, o modelo atual de certificação, ao mesmo tempo que promove um conforto ao consumidor (com uma supervisão orientada quase que exclusivamente para o processo técnico e sanitário da produção) obscurece as implicações sociais que se configuram em torno da prática agrícola. De acordo com Baqué (2012) há muitas desigualdades sociais no desenvolvimento da agricultura ecológica certificada, e voltada para o mercado globalizado. De acordo com o autor, as empresas europeias de alimentos, que investem no mercado ecológico de grande distribuição, possuem interesse em incentivar as importações, a fim de abastecer a demanda europeia, não somente de produtos naturais e ecológicos, mas, também, a baixo custo e em qualquer estação do ano. Nessa perspectiva, os países do Sul são estimulados pelos paises do Norte a desenvolverem uma agricultura ecológica intensiva, fundada na monocultura (exemplo: soja, óleo de palma, trigo e quinoa); na concorrência selvagem; na expropriação de terras e; na exploração da mão de obra.

Tanto no contexto global quanto no local, o abastecimento de produtos ecológicos tem privilegiado as zonas, onde o poder aquisitivo está mais concentrado. Numa dimensão global, essas zonas representam o conjunto dos países do norte (EUA, Europa e Japão) e numa perspectiva local, as zonas correspondem aos bairros das cidades onde se concentra a população com alto poder aquisitivo e maior nível de formação educacional. Neste sentido, a elitização do consumo ecológico "alimenta" a "estratificação sócio alimentar.

Os dados de Baqué (2012) e Fonseca (2009) demonstraram, respectivamente, que os países do Sul destinavam 85% da produção, para os países do Norte e que a produção brasileira

[43] "mas o seu caráter ambíguo é cada vez mais evidente. Dois logotipos, francês e europeu, para um mesmo caderno de normas e regulamentação. Um terceiro logotipo, Bio Coerência, 'privado' mas atrelada ao rótulo público AB […], logotipos como 'comércio equitativo' que se transplantam sobre os rótulos Bio, das marcas novas que aparecem, regionais ou de redes, como BioBreizh, análoga à Bio Coerência […]. Outro fenômeno: entre as recentes e múltiplas iniciativas de troca direta local, muitos atores não exigem nenhum selo e vê-se cada vez mais produtores Bio que, sem deixar nada à dever em seu compromisso Bio, abandonam selos e certificações […]. Em contrapartida, o selo revelou-se terrivelmente eficaz para dividir o mundo campesino, isolando a Bio do resto do campesinato, e para confinar a ação militanteháum bem pequeno domínio reservado no mercado agroalimentar". Tradução minha.

de alimentos ecologicos, por exemplo, destinava 70% dos seus produtos para o exterior.[44] Segundo Baqué:

> La certification bio des surfaces agricoles se développe notamment en Amérique latine (+ 26%), en Asie (+ 10%) et en Afrique (+6%). Donc sur des territoires où les habitants ne consomment pas, ou très peu, leurs propres productions bio. Celles-ci sont destinées aux consommateurs en Allemagne, en France, au Royaume-Uni, en Suisse et en Amérique du Nord[45] (BAQUÉ, 2012, p. 15).

Quanto aos pequenos agricultores ecológicos, o abastecimento globalizado traz efeitos preocupantes. Lamine et Bellon (2009) sublinham que o desenvolvimento do mercado da agricultura ecológica deparou-se com numerosos problemas de logística e gestão. As rupturas de abastecimento, nas cadeias de grande distribuição, como do "Carrefour Bio" e do "Auchan Bio" são regulares. De acordo com os autores, as corporações empresariais intervêm nos preços e não hesitam em recorrer às importações para manter um nível de abastecimento. Tal capacidade permite às empresas procederem uma quebra de contratos com os agricultores, no caso de perda da colheita, causando forte impacto na segurança econômica dos mesmos.

Assim, a agricultura *biologique* ganha diferentes rumos e sua apropriação pelo mercado impõe uma necessidade, no aumento da produtividade e complexas relações, no interior da cadeia de produção e de consumo. Esses fatos, tornam o desenvolvimento da agricultura ecológica questionável em termos de sustentabilidade. Assim, em relação aos ideais da agricultura ecológica, duas correntes de destaque se desenvolveram: uma, representada pela agricultura ecológica altamente perfomante, baseada em tecnologias de ponta, monocultura (cerais, grãos e beterrabas, por exemplo) e uma agricultura ecológica *paysan,* em que se mescla a cultura, o vínculo à terra, a produção em pequena escala e a harmonia com os limites dos ecossistemas.

Nessa última perspectiva surge, na América Latina, um movimento de defesa da agricultura ecológica não intensiva. As críticas e inferências científicas sobre a incompatibilidade entre sustentabilidade e desenvolvimento econômico, no meio rural, têm

---

[44] De acordo com Fonseca (2009) os maiores mercados para os produtos organicos são expressivamente os países do norte. Em 2006, seis países do G7 (grupo dos sete países mais ricos do mundo) foram responsáveis por 84% das vendas e consumo globais de produtos Bio. Ainda em conformidade com a pesquisa de Fonseca (2009), em 2007, o Brasil exportou 19.5 mil toneladas de produtos Bio onde o mercado internacional absorveu 70% da produção brasileira. Os produtos exportados com maior volume foram a soja e derivados (76%), açúcar, café, cacau, e frutos tropicais. Sete dos principais destinos dos produtos Bio brasileiros foram para Holanda, Suécia, E.U.A., Reino Unido, França, Canadá e Noruega.

[45] "A certificação Bio das superfícies agrícolas desenvolve-se nomeadamente na América Latina (+ 26%), na Ásia (+ 10%) e na África (+ 6%), territórios onde os habitantes não consomem, ou muito pouco, as suas próprias produções Bio. Estas são destinadas aos consumidores na Alemanha, na França, no Reino Unido, na Suíça e na América do Norte". Tradução minha.

sido, fundamentalmente, amparadas pelos princípios da agroecologia. Essa última é considerada como a disciplina científica que orienta diferentes práticas sustentáveis, na agricultura, principalmente, na América Latina, sendo definida por Altieri como:

> un marco teórico cuyo fin es analizar los procesos agrícolas de manera más amplia. El enfoque agroecológico considera a los ecossistemas agrícolas como las unidades fundamentales de estudio; y en estos sistemas, los ciclos minerales, las transformaciones de la energía, los procesos biológicos y las relaciones socioeconómicas son investigados y analizados como un todo (ALTIERI, 2000, p. 14).

A construção do conceito de agroecologia surge, a partir dos estudos camponeses e da recuperação do "populismo agrário russo" e traz uma perspectiva, teórica e prática, como alternativa ao modelo de agricultura convencional (CAPORAL, 2003). A abordagem agroecológica propõe-se sistêmica, com relação aos modos de produções, mas também sobre as relações sociais. Portanto, ela é portadora de uma dimensão integralizante, cujas variáveis sociais ocupam um papel relevante para o desenvolvimento local (GUZMÁN, 2002; CAPORAL, 2003). As variáveis sociais envolvem o reconhecimento e o lugar dos agricultores familiares, camponeses e outros grupos tradicionais na estrutura social, o comprometimento do agricultor com o meio ambiente e sua relação com a sociedade por meio da aproximação entre agricultores e consumidores (NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M., 2013). Cabe destacar que existem, no mínimo, dois níveis de análises agroecológica considerados centrais: um é a propriedade rural e o outro a matriz comunitária ou sociocultural, constituída de uma práxis intelectual e política, oriunda da identidade local e de uma rede de relacionamentos sociais. Desta forma, a agroecologia abarca, em sua concepção de agricultura ecológica, os modos de produção, o equilíbrio ecológico, a coesão social local e os sistemas de consumo.

Como já foi salientado, o sistema de controle da produção ecológica via serviços de certificação traduz-se, em normas que tendem a padronizar os modos de produção. Tal padronização tem como objetivo adequar a produção ecológica aos ganhos econômicos,a saber, ela ocorre em função da racionalização dos custos de monitoramento.[46] Porém, essa racionalização torna-se limitada perante a diversidade de manifestações de agriculturas ecológicas existentes no mundo. Devido a essas especificidades, sob a ótica da agroecologia, é impossível padronizar a realidade agrícola, pois a sua diversidade é que garante a coexistência

[46] Um fator que influencia a padronização é a limitação dos produtos (insumos e de controle de doenças) aceitos pelas normas da legislação (SYLVANDER *et al*, 2006; ABREU, 2009, citados por Abreu, 2012). No Brasil a lista de produtos autorizados esta regulamentada na IN 64/2008 do Ministério da Agricultura (Brasil, 2008).

entre a prática agrícola e a conservação dos ecossistemas e das culturas locais (ALTIERI, 2002; HECHT, 2002; GUZMAN, 2002; CAPORAL ET COSTABEBER, 2000). A norma da agroecologia busca apreender um tipo de controle que articule os princípios da ecologia e a diversificação de saberes com as práticas contidas nas diferentes comunidades e culturas. Com esse intuito, revelam-se outras relações de controle, voltada aos mercados locais e mais próximas de uma economia solidária.

Para Abreu et all (2012), os sistemas ecológicos de produção, a exemplo do Brasil, envolveram um conjunto de atores (produtores e consumidores) tanto com a proeminência dos organismos de certificação quanto com a relação de confiança estabelecida nos mercados locais. Para Medaets (2003) a confiança não é uma premissa, mas uma construção que se realiza, no contexto de trabalhos participativos e de redes entre produtores e consumidores, e que possuem investimentos de tempos e recursos de comunicação entre os atores. Dentro de uma relação de confiança, são apontadas duas instâncias de qualificação. A primeira é a confiança depositada no agricultor, em que o benefício da confiança ou da idoneidade da produção é dado ao mesmo. Segundo, é a confiança dada ao grupo, pois as pessoas dentro de um grupo tendem a uma norma de comportamento moral, de forma que a ética é o primeiro sentido que apoia a credibilidade entre os atores.

De forma geral, a ideia de sustentabilidade trazida pela agroecologia supõe uma ruptura com as premissas da agricultura moderna e, por conseguinte, com a ideia de desenvolvimento fundamentado na acumulação e na produtividade (HECHT, 2002). Assim, a agroecologia vem afirmando-se como uma ciência que orienta diferentes práticas agrícolas de cunho ecológico, principalmente, na América Latina.

Por fim, os conceitos sobre a agricultura ecológica (orgânica, *biologique* e agroecológica) conformam-se não somente em "normas", mas também numa ética moral que relocaliza o agricultor, na estrutura da sociedade e proporciona a introdução da agricultura ecológica, enquanto uma resposta à eminência da sustentabilidade, trazendo para o "ser" agricultor novas identidades.

2.5 Um mosaico de identidades II: a emergência do agricultor ecológico

Ao descriminarmos as identidades profissionais, percebemos que a prática da agricultura ecológica abarca uma pluralidade de atores, das quais são construídos ou desconstruídos diferentes mitos. Nesse capítulo, indicamos três mitos apontados por Guet (2003) e Baqué (2012): 1) o primeiro mito é o de que a agricultura *biologique* equivale-se àquela

realizada no passado; 2) o mito de que a agricultura ecológica é mais fácil do que a convencional e; 3) o mito de que a agricultura ecológica está reservada aos pequenos agricultores e às zonas desfavoráveis. Na realidade, o que se opera, no campo agrícola, é a coexistência de diferentes escalas de propriedades agrícolas ecológicas, variando de meio hectare a mais de 2000 ha. O que esses autores colocam em evidência é que a agricultura ecológica remete às antigas práticas biotecnológicas, porém, com integração de novos conhecimentos. Nessa medida, seu desenvolvimento consiste em treinamentos que demandam de seus praticantes conhecimentos teóricos e práticos aprofundados.

Diante dessa desmistificação, a heterogeneidade de motivações, posições sociais e técnicas de diferentes agricultores ecológicos foi objeto de uma tipologia criada por Guet (2003) composta por quatro categorias. A primeira é formada por agricultores "modernos" convertidos, recentemente, à agricultura ecológica. Nesse grupo, os agricultores, compostos, normalmente, por pessoas informadas e orientadas por uma cultura empresarial, procuravam acesso a um mercado alimentar melhor remunerado e em expansão.Vale destacar que esses agricultores possuíam subsídio para a conversão das unidades produtivas. A segunda categoria constitui-se por pequenos agricultores "tradicionais" convertidos. Eles buscavam ampliar sua renda e dar continuidade à sua unidade de produção agrícola. Dentre outros fatores, a existência de deficiência técnica ou natural grave (seca, infertilidade do solo, terreno montanhoso) nos seus sistemas agrícolas convencionais, motivavam os pequenos agricultores a converterem-se à agricultura ecológica. Assim, os interesses particulares incentivavam os agricultores a procurarem outra fórmula para a manutenção de suas áreas. A terceira remete-se aos "agricultores familiares" que, a médio prazo, propunham um modo de vida ecológico e valorizavam uma relação de proximidade com os consumidores, via venda direta. Esta categoria foi muito representativa, nas associações de agricultores ecológicos, que possuíam capital social e político. Já a quarta categoria é formada pelos pioneiros da agricultura ecológica, que detinham o conhecimento sobre a matriz técnica da produção orgânica e potencializaram a comercialização de seus produtos e serviços, através de relações contratuais com empresas e instituições. A antiguidade, nesse "*metier*", permitiu a valorização de seus *"savoir-faire"* científicos num mercado em expansão.

Na mesma perspectiva de categorizar os agricultores ecológicos, Van Dam (2005) descreve algumas motivações que levaram os mesmos a praticarem a agricultura ecológica e que corroboraram com as heterogeneidades de identidades agrícolas apontadas por Guet (2003). Van Dan (2005) constrói quatro categorias de grupos de agricultores ecológicos, tendo como referência, os tipos e motivações: 1) os convertidos, 2) os que procuram ganhos financeiros, 3)

os militantes e 4) os que procuram sentidos. Na mesma linha de análise de Guet (2003) e de Van Dam (2005), Fleury (2011) descreve a diversidade do agricultor ecológico e sugere a emergência de dois grupos de agricultores. O primeiro grupo seria composto por agricultores militantes e praticantes da agricultura ecológica por convicção. Para esse grupo, a prática ecológica não se conformava somente na técnica, mas numa maneira de viver e de pensar o mundo. O segundo grupo seria composto por agricultores com interesses individuais e se inserem nos sistemas de agricultura ecológica, devido a razões econômicas, cujos ganhos são assegurados pelas regras dos sistemas agroalimentares, com taxas crescentes de capital mobilizado.

2.5.1 O agricultor ecológico neorural

A emergência do sujeito agricultor ecológico neo-rural está intrinsecamente ligada à busca por um tipo de QV que fuja dos padrões de vida urbano. Tal concepção está atrelada à qualidade ambiental, à segurança física frente à violência, e à vida calma. Dentro dessa perspectiva, o espaço rural e a atividade agrícola vêm se despontando como referência de alternativa de vida para o citadino. A agricultura ecológica tem sido, consideravelmente, sustentada por cidadãos urbanos que optaram por viver no campo, formando, assim, uma nova identidade de agricultor – o "neo-rural (CAZELLA, 2002; MERCIER ET SIMONA, 1983; SALEILLES, 2010; SIMARD ET ALL, 2011).

De acordo com Saleilles (2010) o fenômeno da emigração urbana-rural é conhecido, na maior parte dos países industrializados, depois dos anos 1970. O agricultor neorural pode ou não ter tido um precedente com a prática agrícola (vindo de uma família agrícola). A principal característica desse indivíduo é a vivência de outras experiências profissionais, na idade economicamente ativa, antes de ingressarem na agricultura. Os diferentes percursos de vida desses indivíduos revelam que a prática da agricultura ecológica, para os neo-rurais, ora mostra-se como uma opção de vida e de trabalho, ora como alternativa para suprir a ausência de trabalho no espaço urbano.

Para Mercier et Simona (1983), usualmente, na base de qualquer experiência neo-rural, que tem, na agricultura e no espaço rural, uma opção de vida e de trabalho, encontra-se um projeto de caráter autônomo e alternativo. Segundo o autor, o neo-rural é um fenômeno social que busca compensar a escassez de determinados elementos na cidade, tais como a tranquilidade e o ar puro. O "neorualismo", na França, por exemplo, é um movimento que se fundamentaliza, na revolução de 1968. O grupo do neo-rurais é predominantemente formado

por estudantes ou pessoas, com diplomas universitários, que segundo Mercier et Simona (1983), apresenta uma base motivacional de recusa à reprodução de uma ordem pautada nas necessidades de acumulação de bens e de capitais. Nessa medida, o sujeito agricultor neorural tende a adotar um idealismo para além da racionalidade econômica.

Simard et all (2011) ao estudarem os jovens neorurais, no Quebec, identificaram-nos como portadores de um alto nível de estudo (universitários). Os motivos que levaram esses jovens urbanos a viverem no campo estavam diretamente ligados à QV, cujos parâmetros encontravam-se nas atratividades especificas do território rural. Eles associaram o rural a um estilo de vida mais calmo proporcionado pelas características físicas do espaço (proximidade com a natureza, ar puro) e sociais (solidariedade, convivência, segurança). Para eles, o campo oferecia um ambiente apropriado para educar os filhos, com espaços verdes e a beleza das paisagens, mas, sobretudo, com um ritmo de vida mais lento. Outro motivo para o neo-rural, analisado por Simard et all (2011) foi a aquisição de uma independência profissional possibilitada pela atividade agrícola e a existência de um contexto sociocultural composto por uma população sensível ao comercio local de produtos ecológicos e do "*terroir*".[47]

Mercier e Simona (1983) ressaltam ainda que o trabalho agrícola dissolve as dicotomias urbanas existentes entre trabalho e lazer ou entre o prazer, a alegria e a labuta. O trabalho agrícola em questão é o trabalho mais tradicional e menos capitalizado, que reascende valores centrais das comunidades campesinas do passado como: a comunhão, a solidariedade e a harmonia. Nessa medida, os autores concluem que o trabalho agrícola desempenhado pelos neo-rurais pode significar a sujeição dos indivíduos a um comportamento cultural progressista, em contraposição aos valores dominantes do capitalismo, como competição, especialização e individualismo.

O neorrealismo é um movimento pioneiro, espontâneo e ainda pouco organizado, mas representa o retorno do trabalho humano com a terra. Não obstante, o neo-rural também se compoe de sujeitos que carregam o modo de vida fincado no meio urbano. Nesse caso, a prática agrícola é motivada pela sua capacidade de extração de rendimentos da burguesia pelo *fetichismo* da mercadoria ecológica (Simard *et al*, 2011). Tal *fetichismo* a concebe como um artigo de "luxo" e não como um imperativo à sustentabilidade ambiental ou como um direito humano à alimentação adequada. Como decorrência do alto preço desses produtos, a população de baixa renda tem sido excluída de seu consumo, em privilégio para uma pequena parcela da população, com médio e alto poder aquisitivo.

---

[47] De forma geral *terroir* significa região sob o ponto de vista da produção agrícola concectada à uma tradicionalidade.

Simard *et al* (2011) aponta alguns motivos que levam a faixa etária do neo-rural, com idade entre 20 e 39 anos, a optarem pelo retorno ao campo, seja para trabalhar na agricultura, seja para prestar serviços no meio rural. Tal fato revela um contrasenso ao êxodo rural, representado, por um lado, pela saída dos filhos dos agricultores para a cidade, atraídos por trabalhos e modos de vidas não rurais (CHAMPAGNE 2002)[48] e, por outro, pela migraçao de neo-rurais jovens que sinaliza uma valorização do território e do trabalho nessas zonas, frequentemente, desvalorizados por gerações de pequenos agricultores e seus descendentes. O que se observa é que, no caso dos neo-rurais, a agricultura é uma opção de vida e de trabalho fora do espaço e do ritmo urbano. Nessa medida, o lugar do "ser agricultor" é novamente relocalizado na estrutura social.

2.5.2 O Agricultor Ecológico convertido

O agricultor ecológico convertido é o agricultor que usualmente origina-se de uma geração de agricultores e que converte sua forma de manejo para o sistema de bases ecológicas de produção. Derjardin et all (2009) estudaram os sentimentos que motivaram 60 agricultores (cerealistas, horticultores, criadores de animais e produtores de vinho) situados em diferentes regiões da França (Normandie, Pircadie, Alsace, Nord-Pas-de-Calais) e da Belgica (Wallonie, Flandre). Nesse trabalho, foram expostas as emoções surgidas nos grupos de agricultores como uma forma de apreender os sentidos que os levaram a assumirem valores ecológicos e sociais diferenciados. Derjardin et all (2009) trabalham com o conceito de emoção correspondente à um estado afetivo estabelecido no momento de ruptura com uma identidade. Segundo os autores, as emoções marcam um momento (ou um episodio) de reorientação da vida e de busca de um novo sentido. Quando as perspectivas são julgadas favoráveis, desenvolvem-se no indivíduo afetos positivos, tais como a esperança, o entusiasmo, a hesitação e a alegria. Da mesma forma, quando a nova orientação traz um sentimento de bem-estar profundo, uma alegria intensa, uma serenidade, uma euforia, indica que o agricultor está vivendo uma experiência ótima.

Dentro do domínio da pesquisa de Djardin et all (2009) são também descritos os sentimentos negativos, no que tange às rupturas, a exemplo do medo, da cólera, da indignação e do ódio. O medo manifestado pelos agricultores estava relacionado aos pesticidas e aos sistemas de produção. O medo do contato com o pesticida colocou em confronto a relação entre

[48] Dentro do trabalho de Champagne (2002) é analisado a crise da identidade dos agricultores e a recusa dos filhos à este "métier".

saúde e exposição aos riscos. Foram apresentados dois tipos de medos: um relacionado ao contato direto do agricultor com os produtos nocivos (químicos e tóxicos) e o outro relacionado ao consumo regular de alimentos cultivados à base de insumos químicos e sintéticos. Tais relações têm sido consideradas negativas tanto pelos estudos científicos; (Silva *et al*, 2005;[49] Multigner, L; 2005)[50]quanto pela opinião publica de uma parcela crescente das sociedades. A cólera e a indignação foram atreladas às práticas que impactam, negativamente, na natureza, ou que realizam atos de crueldade com animais. O ódio vem da sensação dos agricultores de estarem fazendo uma "bobagem" ao desmatar e poluir o solo e a água com os agrotóxicos. Por fim, Djardin et all (2009) sinalizaram que as novas integrações dentro de uma nova comunidade de práticas (comunidade ecológica) têm promovido a formação de uma identidade social para o agricultor, sendo a mesma provocada pela ruptura com o antigo grupo de pertencimento. Essa comunidade de práticas não é somente composta por agricultores ecológicos, mas também por consumidores atentos a uma alimentação saudável (livre de insumos químicos) e / ou com práticas ecológicas.

Assim como a concepção sobre a identidade camponesa sofreu mudanças, ao longo do tempo, em função das diferentes apreensões do sujeito agricultor, as formas de territorialidades e do uso e ocupação, do espaço rural, foram igualmente afetadas pela composição das identidades e valores dos sujeitos e espaços agrícolas. Nesta perspectiva, o próximo capítulo apresenta-se com o objetivo de trazer elementos para uma reflexão sobre as concepções de rural e ruralidades, como lugares de vivências dos agricultores e suas relações com as identidades agrícolas.

---

[49] SILVA, J. M., Novato-Silva, E., Faria, H. P., & Pinheiro, T. M. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciência Saúde Coletiva*, v. 10, n. 4, p. 891-903, out.-dec. 2005.

[50] MULTIGNER, L. (2005). Effets retardés des pesticides sur la santé humaine. *Environnement, risques & santé*, Rennes, v. 4, n. 3, p. 187-194, mai.-juin. 2005.

CAPÍTULO 3 – AGRICULTURA NA METRÓPOLE E AS QUESTÕES DE QV

3.1 INTRODUÇÃO

O lugar do agricultor, no espaço metropolitano, não remete somente a um determinismo geográfico e administrativo que delimita a zona rural, mas às especificidades paisagísticas, culturais, econômicas e sociais do mundo camponês. Ao considerarmos as condições propícias à manutenção e desenvolvimento dos modos de vida atrelados aos trabalhos agrícolas, remetemo-nos às bases de produção e sustento dos agricultores, dos quais priorizaremos duas delas : a terra e a comercialização.

A partir dessa perspectiva, nesse capítulo, propomos realizar uma abordagem sociológica e geográfica sobre o rural na metrópole, cujas relações rurais / urbanas inserem os agricultores em um processo de ressignificação do seu lugar de vivência, materializando-se no uso e ocupação da terra; na anexação de novas atividades econômicas e; nas necessidades ambientais, que conformam o rural em ruralidades. Assim, discutir o rural, na metrópole, remete à reflexão, não só sobre a ocupação desses espaços, mas também sobre as relações dos agricultores com a sociedade local.

3.2 O lugar de vivência transformado: do rural às ruralidades

A concepção de Lugar, na Geografia Humanística e Marxista, caracteriza-se, principalmente, pelas relações afetivas desenvolvidas pelos indivíduos, em relação ao seu meio. O Lugar constitui-se num produto da experiência humana, ultrapassa objetos e atributos locais, e transmite aos indivíduos boas lembranças, e sensações de lar e abrigo. Desta forma, o "Lugar" é apreendido por parâmetros simbólicos (Relph, 1979 e Tuan, 1975).

De acordo com Relph (1979), os lugares adquirem identidade e significado, através da interação humana com as atividades ali desenvolvidas. Assim, o "Lugar" compõe-se de uma dimensão histórica associada às práticas cotidianas. O Lugar está contido num Espaço, de tal forma que, o *"espaço tem uma história social conhecida e referenciada pela população local e o próprio termo 'locais' ou população local é uma forma de associar a população em relação ao espaço"*. (FITCHEN,[51] 1991: 251, citado por WANDERLEY, 2013, p. 99).

Segundo Raffestin (1982), a relação entre o homem e o espaço, integra quatro parâmetros: um meio social, uma matriz de percepções contingentes, um meio físico e um

[51] FITCHEN, Janet M. *Endangered spaces, enduring places; change, identity and survival in rural America.* Boulder: Westview Press, 1991.

quadro operacional. Segundo o autor, o espaço é um objeto tanto natural/físico quanto social, cujas formas, usos e conteúdos são resultados de práticas anteriores realizadas sobre o mesmo. Portanto, o espaço é o resultado de um processo em perpétua evolução, mas em escalas temporais particulares, que em meio às relações sociais, políticas e econômicas, conformam-se pela territorialidade. Para Raffestin (1986), a territorialidade não é um conceito simples, pois constitui-se num paradigma sob a complexa relação, entre um grupo humano com seu meio, envolvendo um conjunto de propriedades espaciais e temporais, em que:

> para os indivíduos e as organizações, o território se inscreve sob a forma de marcos, tais como os lugares (rios, montanha, vale, planalto, floresta, mercado tradicional etc.), os trajetos (de caça, trabalho, defesa, esporte, lazer etc.), os símbolos (lutas, heróis, criações, produção), as estruturas fundiárias (obras, construções, pontes, portos, arquitetura etc.), os equipamentos coletivos (moinhos, hospitais, escolas, campos de futebol, áreas de jogo, centros comunitários, salas de espetáculos etc.), que marcavam antes e ainda marcam o cotidiano vivido (Marc-Urbain Proulx, citado por Wanderley, 2013, p. 117). [52]

Ao trazermos a discussão de "Lugar", Espaço e Território ao rural, discorremos sobre as diferentes concepções apreendidas sobre o mesmo, ao longo do tempo, tendo como marcos os adventos da agricultura convencional e ecológica.

Kayser (1990), citado por Wanderley (2013), concebe o meio rural como um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Segundo o autor, o estudo do espaço rural supõe a compreensão dos contornos, especificidades e representações. Assim, o rural é apreendido em termos físicos e pelos seus modos de vida, portanto, dotado de referências identitárias.

De acordo com Dirven (1997), citado por Abromovay (2000), os espaços rurais possuem uma diversidade de definições. De maneira geral, e, tradicionalmente, o espaço rural tende a ser definido pela fraca densidade populacional, descontinuidade dos espaços construídos e presença de atividades agrícolas. Em termos demográficos, as zonas rurais compreendem as localidades com um baixo contingente populacional, sendo essa compreensão utilizada, na Espanha, Portugal, Itália e Grécia. Nesses países, são consideradas rurais, as comunidades que vivem em assentamentos humanos distantes dos centros metropolitanos e com, no mínimo, 10 mil habitantes. Na França, são rurais as "*communes*" com população inferior a 2 mil habitantes. Para os países latino-americanos (Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá) a definição dos espaços rurais é determinada pelo limite populacional entre 1.000 e

[52] Proulx, Marc-Urban. Le rôle des territoires dans la régulation de l'économie-monde. Québec, Association des Aménagistes du Québec, 1997.

2.500 habitantes.

Segundo Wanderley (2013), o uso da densidade demográfica, como método de classificação do espaço rural, é utilizado pelos países signatários da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cujos aglomerados, com até 150 hab./km2, são considerados como rurais. Na OCDE, as pequenas regiões são reagrupadas em três categorias: 1) regiões essencialmente rurais, quando a maioria da população vive nos espaços rurais; 2) pelas regiões essencialmente urbanas, quando menos de 15% da população encontram-se no meio rural e; 3) regiões intermediárias, quando a população rural, encontram-se entre 15 e 50% da população total. Com essas categorizações, os países da OCDE foram agrupados, em função das características espaço/demográficas, por exemplo: 1) países onde a maioria da população vive nas regiões urbanizadas - Holanda (85%), Bélgica (80%), Reino Unido (72%) e Alemanha (66%); 2) países onde a maior parte da população encontra-se nas regiões essencialmente rurais - Noruega (51%), Suécia (49%), Finlândia (43%) e Dinamarca (40%) ; 3) paises onde a população encontra-se em regiões intermediárias - Espanha (46%), Itália (44%) e França (41%) e; 4) países que guardavam uma proporção equilibrada de habitantes, vivendo tanto nas zonas rurais quanto em zonas urbanas - Canadá (33% rural e 44% urbano) e Portugal (35% rural e 43% urbano). Esses números indicam que, dentre a população dos países da OCDE, 240 milhões de pessoas (27,9%) vivem nas regiões essencialmente rurais; 345 milhões (40,1%) nas regiões urbanizadas e 275 milhões (32%) nas regiões intermediárias (MEYER E MUHEIM, 1996/97: 22, citado por WANDERLEY, 2013).

Ainda, segundo Wanderley (2013), o rural também é definido pela "ocupação laboral da população". Nos EUA, por exemplo, 556 municípios são considerados rurais por terem, ao menos, 20% da renda proveniente de atividades agrícolas. Nesse país, têm-se os denominados *manufacturing counties*, que agrupam 506 municípios rurais, devido ao fato da economia industrial gerar mais que 30% da receita local e; os *services counties*, que agrupam 323 municípios rurais, pois mais da metade da receita provêm do setor terciário.

Ainda há uma concepção de rural fundamentada em interesses administrativos e políticos, apreendida por grande parte dos poderes públicos municipais do Brasil, bem como de outros países da América Latina, a exemplo do Equador, Guatemala, El Salvador e República Dominicana, (DIRVEN, 1997, citado por ABROMOVAY, 2000). Com relação ao Brasil, Abromovay (2000) destaca a definição de zonas rurais oficializada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que concebe como áreas rurais aquelas que estão fora dos limites das cidades, sendo prerrogativa das prefeituras municipais a definição de seus limites. Assim, o rural é arbitrariamente delimitado pelos poderes públicos, que são motivados por ganhos

fiscais. Nesses casos, a delimitação das zonas rurais ocorre aquém dos seus aspectos socioeconômicos, culturas e ambientais, cuja implementação de serviços públicos constitui-se como justificativa de inauguração de espaços urbanos. Para Abramoway (2000) esse critério é inadequado e sugere um vicio de raciocínio sobre a definição das áreas rurais, subjugando-as como lugares atrasados pela carência de serviços e falta de cidadania. Por consequência, a implementação de equipamentos públicos, infraestruturas e serviços básicos são considerados suficientes para transformar a população e o espaço rural em "urbanos". Nessa medida, o rural é apreendido como espaços remanescentes da "urbanização".

A concepção sobre os espaços rurais relaciona-se, ainda, à ação do Estado. Segundo Billaud (2009), as apreensões sobre esses espaços ocorrem em função de novos interesses sobre a preservação da natureza e o uso e destinação das terras, que por sua vez, são tutelados pelo Estado e materializados no planejamento territorial. O autor traz uma abordagem sobre os conflitos de usagens e os processos de dominação impostos pelo Estado, enquanto agente do planejamento territorial. O parcelamento do solo rural, sinaliza Billaud (2009) é a manifestação mais evidente da ligação entre a modernização agrícola e o planejamento territorial, na medida que busca atender os interesses industriais, turísticos e residenciais. Nesse contexto, o rural constitui-se em um espaço físico susceptível às usagens e funções diversas, portanto, submetido às relações socioeconômicas interligadas a uma multifuncionalidade.

Segundo Raffestin (1986) o fenômeno da multifuncionalidade tem ocorrido de forma generalizada e resulta das funções urbanas do rural. Essas multifuncionalidades inscrevem as zonas rurais em espaços abstratos, sobrepostos, e confusos, podendo ser, ao mesmo tempo, um parque natural regional, uma zona agrícola desvalorizada, uma zona de desenvolvimento industrial ou ainda um território protegido por seu patrimônio natural. Com essa prerrogativa, num único lugar, existe uma multiplicidade de espaços, socialmente construídos, conformando o rural em ruralidades. Neste contexto, há uma troca dos termos concretos (mundo rural, meio rural, até mesmo classe rural) para termos abstratos (ruralidades) a fim de abarcar as diferentes situações emergentes sobre esses espaços. Na ruralidade, deve-se considerar as relações locais e internacionais, estabelecidas tanto no campo quanto na cidade.

As transformações sobre o espaço rural tornaram-no palco de diferentes sujeitos e identidades, que vão implicar na variedade de usos do espaço e das atividades econômicas. Nesta perspectiva, a comunidade rural não corresponde a um grupo social homogêneo, mas à uma coletividade de sujeitos, tendo cada um, uma singularidade em termos de culturas, valores e interesses, convergentes ou divergentes, numa mesma comunidade rural. As diversas funções do espaço e das "sociedades" rurais obedecem a uma ordem de valores ligados às questões

ambientais, alimentares e de desenvolvimento econômico. Assim, os agricultores vivem num meio rural, cuja função agrícola, que antes era prioritária, agora é compartilhada com outros objetivos e organizações sociais, tais como turismo, empresas, indústrias, reservas ambientais e até com diferentes tipos de agricultura. Essas multifuncionalidades dos espaços rurais implicam aos agricultores diferentes estratégias de sobrevivência, as quais encontram-se dentro da esfera da territorialidade.

Diante de tamanha complexidade de identidades e usos nos espaços rurais, segundo Mormont (1980), a questão de saber o que é o rural, se coloca sobretudo como uma questão de saber como cada ocupante do espaço rural se sente rural. Para Brédif (2012), é impreterível conhecer e reconhecer os moradores do espaço rural, a fim de saber o que eles sabem, quem eles são, como eles são e o que eles realmente precisam. Rémy (1993) citado por Wanderley (2013) propõe a utilização de uma matriz analítica para entender estas representações, cujos eixos correspondem à "construção do sentido" (as imagens que os rurais têm deles mesmos, da cidade, e as imagens recíprocas dos citadinos) e ao "campo das potencialidades", definido pela disponibilidade e recursos do meio. Nessa concepção, defende alguns autores, o espaço entra como suporte de uma identidade, pois parte-se do principio de que a identidade social também é constituída em relação ao espaço. É por meio da apreensão do lugar que o individuo prende conhecimento do mundo e busca se situar. Sobre a relação entre os espaços e identidades, Mormont (1980) apresenta duas hipóteses de trabalho. A primeira relativiza o espaço como suporte de uma identidade, em que o indivíduo obtém conhecimento do mundo e situa-se em relação a um espaço estruturado. A segunda, advoga que a identidade corresponde a um conjunto de relações, em que o indivíduo acumula, ao longo de sua vida, diferentes tipos de identidades, de acordo com a sua vida social. A existência de uma relativa autonomia, quanto às relações, e a interligação dos espaços, torna complexa a definição de uma identidade, e o rural, por seu turno, revela-se como um terreno repleto de indivíduos com identidades parciais, as quais envolvem pertencimentos desvinculados dos lugares.

Sencébé (2004) discorre sobre os tipos de pertencimento atribuídos ao rural envolvendo as identidades constituídas pelo multi-pertencimento dos indivíduos. A autora parte do princípio de que a identidade conecta o indivíduo a grupos sociais específicos e, nessa medida, a identidade e o pertencimento são complementares, e envolvem duas questões: "quem sou eu?" e "como e com quem eu estou ?". Por meio da análise do percurso de vida, Sencébé (2004) categorizou os tipos de identidades presentes no espaço rural, em função das formas de pertencimento e, agrupou os indivíduos pela sociabilidade estabelecida nesse ambiente. Nesse estudo, a relação dos indivíduos com o lugar comporta dois extremos: uma, em que o individuo

enraíza todas suas cenas sociais (residência, profissão e, lazer) num único lugar e outra, em que o indivíduo, na qualidade de viajante (errante) abstém-se do vínculo com o lugar, preservando os contatos com os espaços passados (por exemplo, somente frequentar festas em outro lugar e não envolvimento com os problemas locais).

Com relação aos conflitos de valores presentes no espaço rural, Wanderley (2013) ressalta, que eles se expressam nas diferenças entre os costumes e valores dos antigos habitantes - os "de dentro", com os habitantes recém-chegados - os "de fora". A presença de "estranhos" aliada às modificações dos usos da terra e da paisagem, pode despertar nos antigos habitantes sentimentos de insegurança. Tal sentimento é demonstrado no estudo de Fitchen, (1991) citado por Wanderely (2013, pag 99) sobre a zona rural do Estado de Nova Iorque, segundo o autor: "*embora as pessoas estejam seguras de que são 'residentes rurais', de que vivem num lugar rural e que adotam um estilo de vida rural, estão menos certas do que o 'rural' pode significar nestas circunstâncias*". Assim, considerando as proximidades e inter-relações socioespaciais rural/urbana, na metrópole, propomos priorizar as questões intrínsecas às ruralidades, e discorrer sobre as condições de vida e trabalho dos agricultores nessas regiões.

3.3 O lugar de vida dos agricultores em regiões metropolitanas

O rural, atualmente ressignificado em ruralidades, encontra-se no espaço metropolitano, ora valorizado, ora marginalizado. No território metropolitano, onde se desenvolvem disputas e relações de solidariedade entre o rural e o urbano, repousam duas concepções sobre os espaços e sociedades rurais, quais sejam: o rural, enquanto etapa anterior à urbanização e o rural, portador de uma identidade própria.

De acordo com Wanderley (2013) a primeira concepção enlaçada à ideia de um *continnum*, apreende o espaço e sociedades rurais, enquanto formas arcaicas à espera do desenvolvimento urbano, pressupondo-se, portanto, o fim do rural. Essa concepção origina-se da constatação de que os espaços rurais e urbanos tendem a assemelharem-se e a inter-relacionarem-se, configurando-se na inevitável passagem de uma comunidade rural à urbana, de maneira gradual. Nessa perspectiva, não haveria uma ruptura entre o urbano e o rural, mas sim uma continuidade (Duran, 1998: 81 citado por Wanderley, 2013).

Para diversos autores, o *continnum* rural-urbano assume diferentes significados. Para muitos, este conceito corresponde a uma visão "urbano-centrada", plagiando a expressão cunhada por Placide Rambaud cidatado em Wanderley (2013, pag 125), e privilegia o polo urbano do continuum tendo o progresso como valor dominante e imposto ao conjunto da

sociedade. Levadas às últimas consequências, a vertente teórica de urbanização do campo é condizente com as expectativas de homogeneização espacial e social, e traduz-se na defesa da ausência de fronteiras entre os dois espaços e sociedades. Apresenta-se como o fim da realidade própria do rural, que se distingue sócio espacialmente, da realidade urbana.

A segunda concepção, relacionada à existência de uma identidade rural, advoga que, para analisar as diferenças espaciais e sociais, nas novas e modernas formas de sociedades, o recorte rural-urbano é pertinente e, nessa perspectiva, não se prescreve o fim do mundo rural, mas a emergência de uma nova ruralidade. Tal concepção, entende que as transformações do espaço rural e de suas relações com espaços e sociedades urbanas resultam de fatores externos e internos. Em um mundo cada vez mais internacionalizado, os fatores externos constituem-se dos efeitos das novas relações econômicas e políticas dominantes sobre os funcionamentos e as regulações da produção agrícola. Os fatores internos remetem aos processos de diversificação social, cujas relações com o meio urbano vão perdendo, de forma definitiva, o caráter de antagonismo em detrimento de uma relação de complementaridade. Não obstante, as representações que a população local elabora, a respeito da vida rural, encontram-se embasadas tanto nas relações com o contexto urbano quanto com o rural. Segundo Momont (1980), a população acredita nas diferenças entre o mundo rural e o mundo urbano, tendo como referência seus estilos de vida comunitária e proximidade com a natureza.

Diante disso, Abramovay (2000) sugere o exercício de definir o rural, a partir de sua especificidade, o que significa buscar entender o seu desenvolvimento na metrópole, de acordo com sua dinâmica, valores e formas de organização. Para o autor, a concepção de rural não deve expressar um resíduo das configurações urbanas, pois os credenciariam a, no máximo, receber políticas sociais focadas na pobreza material. Pelo contrário, as regiões rurais devem ser apreendidas, em função de suas capacidades de realizar as funções que atendam às necessidades de seus próprios habitantes e aos das cidades, naquilo que eles não são capazes de produzir. Nessa medida, e com base nas concepções de Mormont (1980) a oposição rural / urbano é uma clivagem que se difere da oposição entre as classes sociais rurais e urbanas, pois a oposição entre o rural e o urbano apresenta-se contrária aos interesses dos campesinos, quando esses buscam reafirmar e evidenciar suas contribuições socioeconômicas à sociedade.

Sob um olhar geográfico, Mathieus (1990) e Thomsin (2001) trazem uma análise sobre a relação entre o urbano e o rural, na região Île-de-France (IDF), tendo como base as rupturas de concepções ocorridas, nos anos 50, 60, 70 e 80, do século XX. Segundo esses autores, em cada período, desenvolvem-se diferentes formas de abordagem sobre a relação rural/urbano que, por sua vez, direcionaram as políticas públicas de planejamento para a região.

Os anos 1950 foram marcados pela concepção clássica da relação contraditória, entre cidade-campo, tendo como referências as representações Hegeliana e Marxista. Nesse período, o rural, incluindo as áreas cultivadas, apresentava-se como "meio natural", em contraposição ao espaço urbano, tendo como recorte a presença de atividades industriais e de serviços. Tais atividades configuravam o urbano como lugar de acumulação de capitais e de homens, divididos entre burgueses e classe operária, ficando à parte, as categorias agrícolas.

A partir dos anos 1960, quando ocorre um crescimento acelerado das cidades (aumento dos empregos, do consumo e dos níveis de vida) emerge um novo foco de análise sobre o rural, centrado na urbanização, tendo, como referência, a concepção Norte Americana de metrópole. Esse novo conceito, cunhado na perspectiva da "urbanização do campo" encontra-se calcado pelas estatísticas que focalizavam as áreas urbanas e as zonas de povoamento industriais dos Estados Unidos. Essa linha de pensamento apropria-se da teoria do *continuum* rural/urbano e põe fim à concepção anterior, que defendia a existência de diferenças entre o rural e o urbano. Nessa perspectiva, as propriedades específicas do meio rural são desconsideradas e a urbanização é concebida como um movimento irreversível. Para Thomsin (2001), a rejeição de uma distinção entre o rural e o urbano não só alterava a noção "de sociedade urbana" e de "vida urbana", mas também, construía uma descrição incorreta sobre o espaço rural, quando este era idealizado sobre o prisma da urbanidade.

Ainda, segundo Thomsin (2001), a ideia de crescimento urbano, sob o rótulo de metropolização, alcança a Europa, nos anos 60. Nesse período, a investigação científica faz-se, essencialmente, fora do espaço rural e as orientações políticas colocaram-se "contra" o desenvolvimento do mundo rural em favor do desenvolvimento urbano. Os modelos pró-urbanos provocaram um desinteresse sobre o rural e deixaram escapar, década após década, qualquer conhecimento realista sobre sua evolução. Por consequência, segundo o autor, os modelos pró-urbanos não produziram nenhuma informação sobre os impactos da expansão urbana sobre o meio rural na IDF e, muito menos, sobre as novas relações ou as formas de autonomia rural/urbana. Desta forma, na década de 60, o espaço rural foi, expressamente, assimilado como "espaço residual".

Depois de 1968, assiste-se a uma verdadeira inversão ideológica, em relação ao período precedente. As noções de campesinato e de campo são revalorizadas e ressignificados por neo-rurais, cuja origem encontra-se nos movimentos políticos e sindicais de trabalhadores camponeses, em que o renascimento do rural configura-se no fator socioespacial. A exemplo do caso Francês, o rural passa a ter uma nova conotação, a partir da revolução de 1968 (Wanderley, 2013). Nesse momento, estavam sendo colocados em questão, a forma como era

percebida a vida no campo e na cidade, e trazendo à tona um discurso de valorização da natureza, do meio rural e do modo de vida camponês. Nesse contexto, diversos grupos, sociopoliticamente organizados, polarizavam suas posições. Uns defendiam o espaço rural como um espaço, prioritariamente, de produção alimentar (portanto, agrícola), outros como um espaço de preservação do meio ambiente. A consequência deste embate foi a "ressemantização do rural", expressão que segundo Wanderley (2013) está por detrás dos discursos em prol da preservação do meio ambiente, entendido com um bem comum. Não obstante, os agricultores guardavam um "projeto residencial", no meio rural, e o defendiam, não apenas sob um viés econômico, mas, sobretudo, como um lugar de vida. Assim, na metrópole, a relação entre agricultor, espaço e meio ambiente traz ao agricultor importantes implicações sobre sua vida. Neste contexto, a noção "de espaço rural" compreende duas definições: "campo reinventado" e "nova natureza".

A ideologia citadina reintroduz para o espaço rural a concepção de natureza inteiramente perdida, no período precedente à 1968, e o caracteriza pelas propriedades distintas do espaço urbano (baixa densidade demográfica, menos trabalho assalariado, habitação individual e importância da paisagem "natural"). Assim, a relação campo-cidade é novamente colocada em termos contraditórios, pois os espaços rurais passam a simbolizar "o espaço natural", em oposição à cidade, concebida como o *locus* dos "espaços construídos". Não obstante, a diferença entre esses espaços enuncia, também, as desigualdades socioeconômicas (MATHIEUS, 1990). Assim, após 1968, o rural, na região metropolitana de Paris, é levado em conta pelo governo Francês, materializado na prestação de serviços executados por Ministérios que, até então, não consideravam o rural em seus sistemas de gestão, a exemplo do Ministério da Educação, do Meio Ambiente e do Planejamento Regional. Nesse período, o reconhecimento de tratamentos específicos para os problemas das cidades e do campo passam a integrar a agenda política e social. Tais tratamentos apresentavam-se com o objetivo de entender onde e como esses espaços e sociedades se complementavam. Não obstante, na década de 1970, o modelo de análise da "urbanização do campo" ainda continua a inspirar cientistas ruralistas.

A partir dos anos 80, ocorreram os primeiros sinais do "êxodo urbano", em IDF (MATHIEUS, 1990). Esse movimento encontra-se na crise ecológica e no aumento dos problemas ambientais contidos nos espaços urbanizados. Porém, na década de 80, o foco sobre os potenciais usos socioeconômicos do solo relativiza o caráter natural concebido ao espaços rural, em que são evidenciados os problemas causados pela atividade agrícola. Tais problemas referem-se à poluição das águas, por nitratos contidos nos adubos; à erosão dos solos e à degradação das paisagens, atrelados aos manejos agrícolas. Todos esses fatores conduziram à

desvinculação do espaço natural com o da paisagem agrícola.

De acordo com Billaud (2009), a problemática ambiental constituiu-se num contexto, em que tudo é ruptura (entre atividade agrícola e meio natural, entre as usagens sociais e a diversidade dos territórios) e nos coloca a questionar como as ligações sociais, envolvendo os agricultores, se recompõem. Doravante, os agricultores encontram-se perante as novas exigências do desenvolvimento rural, devendo, ao mesmo tempo, assegurar a renda, o abastecimento e a garantia da qualidade dos produtos, sem impactar o meio ambiente.

A partir das questões que envolvem o rural nas regiões metropolitanas, e numa perspectiva de evidencia-los nesse espaço, apresentamos o trabalho realizado por Ferreira et all Org. (2012) sobre o rural da metropole de Curitiba, intitulado « Do Rural Invisivel ao Rural que se Reconhece ». Nesse trabalho, as analises sobre o rural metropolitano ocorrem a partir da perspectiva rural ou das ruralidades nessa região, consideradas em termos socioeconômicos, culturais e de Politicas Publicas. O fundamento que anima essa produção cientifica sobre o rural metropolitano, é a hipotese de que :

> Não ha a dissolução do rural e das ruralidades no urbano, mas coexistências e complementariedades num dado territorio e aquela que assinala a importânc ia dos agricultores no rural, apesar da diversidade socio-ocupacional que lhe caracteriza, o que é especialmente o caso do Brasil onde se pode dizer, com propriedade, que o rural brasileiro se define pela agricultura, mas não apenas por ela. (FERREIRA, citado por FERREIRA, 2012, p. 19).

Nessa perspectiva, a (in)visibilidade do rural na metropole està, intrissicamente, ligada à reprodução dos agricultores nesse espaço, que por sua vez, se encontra diretamente implicada na aprrensão desse espaço e dos agricultores pelas politicas publicas (SOUZA; BRANDENBURG, 2012). Segundo os autores, as politicas de desenvolvimento rural se deparam, na atualidade, com o desafio de lidar com a heterogeneidade da agricultura e do rural que, por conseguinte, remete à importância de se observar as implicações dos instrumentos de politicas publicas na reprodução dos agricultores familiares em regiões metropolitanas. Segundo os autores, as dificuldades que se apresentam para a construção de politicas publicas envolvem mudanças na relação entre sociedade e natureza.

A partir do estudo sobre o rural da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), os autores destacaram a importância do desenho da politica de desenvolvimento regional, que ora pode contribuir para a sucessão agricola familar, ora para o seu desfacelamento. Além disso, os autores destacaram a inacessibilidade dos pequenos agricultores familiares às politicas agricolas brasileira, pelo fato das mesmas, focalizarem como principais beneficiarios os grandes empreendedores agricolas, em função de seu viés tecnologico e moderno proposto para as

unidades de produção. Nesse contexto, as dificuldades de acesso às politicas publicas pelo pequeno agricultor familiar, irrompeu nesses ultimos, iniciativas particulares de sobrevivência e de manutenção de seus trabalhos. Tais iniciativas corroboravam com as multiplas « funções » do agricola e do rural nos processos de desenvolvimento regional. Para além da produção de alimentos, no âmbito regional metropolitano, tais funções remetem aos valores, de preservação ambiental, turismo e de habitação, os quais, enquandram o espaço rural como multifuncional. Nesta otica, a multifuncionalidade, segundo Souza e Brandenburg (2012):

> Trata-se de uma mudança de perspectiva que afeta a construção de politicas publicas, pois estas, por suposição, deveriam explicar e valorizar em seus objetivos estas outras "funções" do rural e traz implicações para a reprodução dos atores sociais que seriam por elas beneficiados (ou afetados) – neste caso, os agricultores. (p. 273)

Tendo como referencia a multiplicidade de "valores" ou "funções" dos espaços rurais da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), os autores destacaram quatro grupos de "valores": sociais, econômicos, culturais e ambientais. No que tange aos valores econômicos, os agricultores entrevistados pelos autores, os associavam aos espaços rurais, em que, o rural era visto como espaço de reprodução agricola e de reprodução dos agricultores, de geração de renda, de turismo, lazer etc. No que concerne aos valores sociais, as referências reportavam à importância do rural na geração de emprego, bem como, na constituição de espaço de moradia e de coesão social. Nesse contexto, destacam os autores, se estabelece uma vasta gama de « valores » sobre o espaço rural, a qual suplanta a visão desse espaço como locus de predominância da produção agricola. De acordo com os autores, os impactos da mudança de percepção sobre o agricola e o rural na reprodução da agricultura familiar da região metropolitana são diversos por revelarem conflitos de modelos, valores e, culturas, os quais, impõem às politicas publicas, a revisão de suas logicas e orientações. Nessa pespectiva, apresentamos a seguir, as perspectivas de sustentabilidade agricola nas regiões metropolitanas.

3.4 As regiões metropolitanas na perspectivas da sustentabilidade agrícola

Em favor da sustentabilidade agrícola, na metrópole, apresentamos as tendências de valorização do agricultor pelos processos e relações socioeconômicas. Os agricultores têm encontrado, nas regiões metropolitanas, a formação de redes solidárias de produção e de consumo alimentar, via Circuitos Curtos de Proximidade (CCP). Os CCPs são caracterizados pelas operações de venda direta entre o agricultor e o consumidor. Nas regiões metropolitanas, os CCPs têm se apresentado, potencialmente, no comércio de hortifrútis. Isso porque, graças à

perecividade das folhosas e de alguns legumes, aos custos elevados de transporte e de acondicionamento, a comercialização, em circuitos longos, é inviável. Por seu turno, a metrópole guarda um potencial, que é a distancia entre os agricultores e os consumidores, em até 200 km (FNAB, 2011).

A aproximação entre agricultores e os citadinos está na contramão das lógicas de globalização do mercado agroalimentar, que tendem a aumentar as distâncias entre os processos sociais e ecológicos, como bem observa Noorgard e Sikor, (2002): *"O desenvolvimento agrícola convencional tornou os laços entre produtores e consumidores, planejadores e beneficiários, pesquisadores e extensionistas mais distantes e indiretos, processo que é entendido simplesmente como "distanciamento"* (p. 65). A constituição dos CCP é uma contraproposta ao "distanciamento" e se insere como uma alternativa de sustentabilidade econômica e social dos "pequenos" agricultores, que se encontram à margem dos circuitos longos.

Para Mundler et al. (2009), o desenvolvimento de uma comercialização, em CCP, é recorrente e não demanda competências técnicas muito especializadas, se comparadas às outras formas de comercialização. Contudo, segundo Delhommeneau et all. (2009), a constituição de um CCP implica na interdependência entre produtos, população e território, o que lhe submete a outros tipos de técnicas, situadas no campo das engenharias e sociais. De acordo Delhommeneau et all. (2009), a importância do CCP é que ele não permite que a produção, o comércio e o consumo deslocalizem-se e não implica na abolição dos Circuitos Longos de produção e de consumo. O que é colocado, em questão, é a necessidade de limitar o desenvolvimento dos Circuitos Longos e favorecer as produções locais. Assim, Delhommeneau et all. (2009) traz uma concepção complementar de CCP, com a introdução da ideia de "circuitos territorializados"[53] e "circuitos globalizados", tal como se segue:

> Circuits courts et circuits longs ne s'opposent pas par nature ; si opposition il y a, elle se trouve bien plus entre circuits territorialisés (qui peuvent être courts ou longs) et circuits globalisés. La diversité est un atout, dans la mesure où elle valorise le triangle produits/populations/territoires et qu'elle permet le développement d'activités non délocalisables, car liées aux ressources et savoir-faire spécifiques d'un terroir[54] (p. 55).

Entre as características gerais do CCP, tem-se o potencial de sociabilidade, conforme

---

[53] Como exemplo de produtos territorializados colocados em circuitos longos, podemos citar aqueles com os seguintes selos: "Label Rouge" certificação vermelha; "Fairtrade" e "Alter Eco" comercio equitativo. Eles indicam em suas embalagens a origem geográfica, social e cultura do produto, bem como, que o produto é socialmente e ambientalmente sustentável realizado por uma comunidade organizada em cooperativa.

[54] "Circuitos curtos e circuitos longos não se opõem por natureza; se há oposição, encontra-se bem mais entre circuitos territorializados (que podem ser curtos ou longos) e circuitos globalizados. A diversidade é uma vantagem na medida em que valoriza o triângulo produtos/populações/territórios e que permite o desenvolvimento de atividades não deslocalizavéis, ou seja, ligadas aos recursos e saberes específicos do terroir". Tradução minha.

retrata Delhommeneau et all. (2009):

> Cependant, l'aspect relationnel y est souvent réduit à la simple apposition du nom du producteur sur le produit. De plus, qu'il s'agisse de denrées issues de circuits courts ou longs, les produits vendus en supermarchés sont traités sous le même angle du marketing et du prix, plus que des qualités intrinsèques ou son mode de production, arguments fondamentaux pour les producteurs et consommateurs faisant le choix des circuits courts [55] (p. 61).

O desenvolvimento de CCPs tem sido conformado em dois tipos: compra institucional e compra por consumidores finais. A compra institucional refere-se à aquisição, pelo poder público, de produtos oriundos de agricultores familiares, no Brasil, a exemplo de escolas e hospitais. No caso da compra realizada por consumidores finais, o CCP tem se constituído, de forma significativa, por iniciativas da sociedade local, tendo como atores os citadinos. Tais iniciativas apresentaram-se com o objetivo de garantir a sustentabilidade dos estabelecimentos agrícolas, munidos do apelo à naturalidade do alimento, aos aspectos ambientais e sociais. Nessa medida, a postura do consumidor é considerada essencial à permanência dos agricultores em contextos metropolitanos. As iniciativas de CCP têm-se apresentado, como resultados, uma melhor segurança financeira e valorização da identidade dos agricultores (FNAB, 2011).

Segundo Reisch (2004),[56] o sucesso dos CCPs vem interelacionado ao engajamento dos consumidores, em uma concepção de consumo sustentável. O consumidor socialmente responsável é definido como aquele que compra bens ou serviços que provocam algum impacto positivo no meio ambiente. Assim, o consumidor utiliza o seu poder de compra para exprimir suas preocupações sociais, os quais vão implicar sobre os processos de produção e venda.

Nas regiões metropolitanas, os CCP ocorrem em feiras, entrega de cestas domiciliares e compras diretas nas fazendas. Dentre os tipos de CCPs, ressalta-se a proliferação de organizações de consumidores engajados na manutenção de uma agricultura sustentável. Chiffoleau et Prèvost (2009) cita, como exemplos, o Teikei, no Japão, o Community Supported Agriculture (CSA), nos Estados Unidos e a Association pour le Maintien de l'Agriculture Paysan (AMAP), na França.

O Teikei surgiu em 1960 e é caracterizado por sistemas de parcerias locais e solidárias,

---

[55] "Contudo, o aspecto relacional freqüentemente é reduzido à simples oposição do nome do produtor sobre o produto. De mais, quer se trate de gêneros procedentes de circuitos curtos ou longos, os produtos vendidos em supermercados são tratados sob o mesmo ângulo do marketing e do preço, mas as qualidades intrínsecas ou seu modo de produção, constituem argumentos fundamentais para os produtores e consumidores que fazem a escolha por circuitos curtos". Tradução minha.

[56] ELGAR, E. In. REISCH, Lucia A.; ROPKE, Inge (Éditeurs). *The ecological economics of consumption.* Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2004.

entre grupos de consumidores e de camponeses. Estes últimos fornecem, regularmente, produtos naturais e, em troca, os consumidores comprometem-se a comprar os alimentos da estação, com pagamento antecipado das cestas. Além disso, os mesmos condicionam-se a visitar os estabelecimentos agrícolas, com o fim de trocar informações e contribuir com os trabalhos, nas áreas de produção. O Teikei estimulou uma maneira de viver e consumir mais ética, combinando ecologia, participação e solidariedade. Este sistema inspirou o movimento CSA, nos Estados Unidos, e, mais recentemente, o movimento de constituição de *Association pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne* (Amaps), na França, (Chiffoleau et Prèvost, 2009).

Do ponto de vista do desempenho profissional, parece evidente que, neste novo contexto, a importância e o significado que os agricultores poderão assumir, no meio rural, dependem, em grande parte, de duas ordens de fatores: a) da capacidade de adquirir competências, mais complexas, exigidas pela própria atividade agrícola e, b) da capacidade de resiliência, frente à expansão das atividades não agrícolas no meio rural.

Por fim, finalizamos esse capitulo, compartilhando à reflexão trazida por Brédif (2012), quando esse reafirma que o fortalecimento das identidades dos sujeitos e dos espaços agrícolas não é uma identidade "em relação a", mas uma identidade "com" os agricultores. O autor sugere que uma parte do futuro da metrópole encontra-se, nos espaços agrícolas, frequentemente, negligenciados pelo poder público e a sociedade. As áreas agrícolas podem promover o advento de novas organizações territoriais portadoras de significados e identidades, e, ainda, contribuir para a qualidade de um projeto metropolitano.

CONCLUSÃO – PARTE 1

A primeira parte abrangeu as definições e questões da QV. Ao trazê-las ao campo agrícola, nos deparamos com três elementos de QV, que implicam diretamente sobre as condições de vida do agricultor, sendo estes: a identidade, o espaço e o território. Assim, tecemos algumas análises sobre esse tripé.

A QV é um conceito multidimensional, interdisciplinar e não consensuado. As ideias de QV modificaram-se ao longo do tempo. Por exemplo, no século XX, ela esteve mais próxima da ideia de padrão de vida e crescimento econômico e, no século XXI, mais próxima do bem-estar, do "*Bien Vivir*" e da qualidade do meio ambiente. Tais modificações ocorreram, em função dos valores sociais, políticos e econômicos estabelecidos, em diferentes momentos e espaços. O que se tem, enquanto consenso, é que o conceito de QV estabelece duas dimensões: a objetiva e a subjetiva. A dimensão objetiva está relacionada aos bens materiais, como renda, habitação, educação, acesso aos serviços públicos, a organização do espaço, as condições materiais de vida. A dimensão subjetiva, por sua vez, está relacionada às representações sociais e às percepções que os indivíduos fazem sobre suas próprias vidas. Isso envolve expectativas e capacidades de realizações, e, ainda, valores e julgamentos.

A concepção de QV, aqui acatada, é a que leva em consideração a satisfação e as condições julgadas como ideais pelos indivíduos. Assim, propomos investigar os agricultores, seguindo o modelo proposto por Zahn (2002), o qual sugere uma análise de QV em quatro planos, quais sejam: satisfação frente ao Bem-estar físico (saúde e capacidades funcionais); satisfação frente ao Bem-estar psicológico (autoestima); satisfação frente ao Bem-estar social (fatores sociais) e; satisfação frente ao Bem-estar econômico (fatores econômicos). Essas satisfações relacionam-se com as identidades e valores.

A partir de uma leitura sociológica sobre a autonomia do indivíduo e sua ação em sociedade, as identidades representam a compreensão do indivíduo sobre si próprio e, também, da identidade que lhe é dada pela sociedade e governo. As identidades são objeto de legitimação e reconhecimento, e envolvem regras e normas informais (cultura e *habitus*), e formais (leis e coerções). Assim, as identidades relacionadas ao "ser" agricultor envolvem valores e representações indenitárias não estáticas, passíveis de transformações, perante a introdução de novos fatores que modificaram tanto as estruturas socioeconômicas e culturais das sociedades quanto o uso e ocupação do espaço.

Com a emergência da modernidade na cidade e no campo, a figura do camponês começa a ser relativizada, não somente com a do homem urbano, mas com a do agricultor moderno e

empreendedor. Esses dois tipos de "macro identidades" tornam-se uma referência de um modelo de vida, cujas condições de organização espacial, econômica, cultural e social, consideradas como ideais, colocam a identidade camponesa numa posição inferior na estrutura da sociedade moderna. Tal posicionamento traduz diferentes preconceitos e estereótipos, sobre a cultura e o modo de vida do camponês, e vão implicar em mutações e formações de identidades complexas no meio agrícola.

Na linha do tempo, o "ser agricultor", antes do advento da modernidade, possuía uma identidade social limitada à praticamente um tipo – a do camponês. Diante da configuração de um novo sistema de organização social e mercado, o camponês é apreendido pela sociedade, urbana e rural, como um ser inferior. Essa inferioridade dará significância ao caráter camponês, pautados em estereótipos pejorativos, tal como "caipira", "pobre", "atrasado" e "ignorante". Esses estereótipos representam uma negação social de um modo de vida, que é materializado no êxodo rural e nas normas e regras sobre o fazer agrícola. Com a evolução da modernidade no campo, os camponeses vão vivenciar uma modificação sobre sua identidade social, a de "agricultor". Tal identidade será legitimada e conformada pela organização do trabalho, transações comerciais, meios de produção e políticas públicas de desenvolvimento econômico.

Com o crescimento das cidades, da densidade populacional no espaço urbano e, as mudanças nos valores sociais pautados por ganhos econômicos, a criação de uma política de abastecimento, em grande escala e em consonância com o mercado financeiro, tornou-se imperativa. Os camponeses, diante da necessidade de acessar as políticas públicas e incorporar-se ao mercado, veem-se "obrigados" a aderirem à identidade de "agricultor", e essa adesão evolui a ponto de incorporar uma grande parte dos camponeses.

A literatura demonstrou que as diferentes apreensões do lugar de vida do agricultor ocorreram no espaço e nas relações de poder. Antes da modernização dos espaços, o rural era sinônimo de agricultura, mesmo havendo outras atividades, como as de artesão e de serviços. Enquanto espaço dominado pela atividade agrícola, o rural esteve enraizado, no imaginário do indivíduo camponês e da sociedade, em geral, como um lugar cheio de significados centrados numa tradicionalidade. No entanto, com as transformações ocorridas, nas sociedades e nos espaços, as zonas rurais incorporaram a concepção de ruralidade. Esta última, configura-se num espaço e sociedade compostos por uma heterogeneidade de atividades, identidades, técnicas, e objetos do local e do ambiente externo (globalizado).

Com a associação da crise ambiental à saúde e o bem-estar à alimentação, emerge um conjunto de valores, em torno da agricultura e dos espaços rurais. Nesse contexto, novos desafios e possibilidades de valorização da atividade agrícola são colocadas perante os

agricultores, ao passo que eles são chamados a desenvolverem uma agricultura que proteja o meio ambiente e a biodiversidade. As questões ambientais e climáticas ressignificaram o rural, para além de um espaço vazio, transformando-o em espaço protegido, mas que, no entanto, impõem aos agricultores metropolitanos novas estratégias de resiliência, a fim de manterem-se em seus lugares de vivência.

Considerando a terra e o meio ambiente, como partes do trabalho e dos modos de vida do agricultor, impelem-nos a discorrer sobre as questões de lugar, espaço e território, relacionados ao rural e à atividade agrícola. Tal discussão implicou em transformações sobre as identidades dos agricultores, em função da visão socioeconômica e cultural sobre seus lugares de vivência, cunhada pelas sociedades e governos. Essas visões caracterizam-se em três tipos: uma visão tradicional do rural; uma moderna e desenvolvimentista desse espaço e; uma pós-moderna, que leva o rural a configurar-se numa ruralidade. Cabe ressaltar, que ambas as concepções, que vão de rural à ruralidade, configuram-se em disputas territoriais e formações de sociedades complexas.

Com relação ao aspecto socioprofissonal, os agricultores passam a reconhecerem-se sob dois tipos de identidades: a de agricultor convencional e ecológico. Nessa última categoria, encontram-se agricultores de gerações de agricultores e neorurais (citadinos que se tornaram agricultores e campesinos durante o percurso de vida).

O surgimento do agricultor ecológico aparece no bojo da criação de atividades e serviços ecológicos. Não obstante, a questão ambiental traz, como efeito, a dissociação entre o espaço rural e o espaço natural. Esse fenômeno resulta das funções urbanas do rural, entendidos como reserva de espaços, seja por objetivos econômicos, seja ambientais. Tal contexto, insere os agricultores em espaços abstratos, sobrepostos e confusos, em que não existe um único espaço (agrícola), mas uma multiplicidade de espaços e sujeitos com diversos interesses: áreas agrícolas; condomínios; reserva ambiental; industria, mineração, dentre outros. A maneira como o espaço rural é apropriado pela sociedade provoca diferentes consequências, dentre elas, o desparecimento do camponês ou a "desruralização do espaço".

Nesse sentido, o desenvolvimento urbano, a modernidade agrícola, a emergência da sustentabilidade e do bem-estar do indivíduo, a partir de uma combinação entre alimentação, saúde e meio ambiente, conformaram normas e éticas compartilhadas pela sociedade e postas ao agricultor. Não obstante, o agricultor possui uma individualidade composta por imperativos subjetivos – valores e interesses pessoais. Isso significa que a dimensão agrícola apresenta-se com diferentes representações de QV, resultantes das diversas possibilidades de apreensões dos indivíduos sobre o seu "eu" e sobre sua relação com o meio.

Para os agricultores, o espaço é a segurança de uma reprodução cultural e das formas de trabalho. Em termos de QV, os agricultores vão percebê-la, em função do lugar e das relações constituídas no território metropolitano. Assim, nessa medida, as condições de QV encontram-se atreladas às características socioespaciais e às formas de territorialização na metrópole.

Ao considerar a territorialidade, em regiões metropolitanas, as questões em torno da identidade agrícola e do espaço rural perpassam por três pilares fundamentais, sendo estes: o uso do espaço, as relações socioeconômicas e o valor ambiental. Quanto ao uso do espaço, o rural tem sido apreendido sobre três aspectos: 1) espaço atrasado ou vazio, dai tem-se uma corrida ao seu desenvolvimento, à luz de um processo de urbanização; 2) espaço natural, que se estabelece como um antídoto do espaço urbano. Nesse último, a agricultura é chamada a compor o espaço natural de maneira ecologicamente e ambientalmente harmonizada e; 3) espaço de produção e de segurança alimentar, em que se operam os investimentos, na produção e no consumo local.

No tocante à agricultura, a territorialidade, em regiões metropolitanas se expressa nas relações sociais, dentre elas, as relações entre agricultores e consumidores. Com o advento da modernidade, ao longo do século XX, e a procriação dos mercados agroalimentares nacionais e globais, os agricultores viveram um processo de afastamento do consumidor. Esse processo provocou o enfraquecimento da identidade do camponês, colocando-o num lugar marginal, na estrutura socioeconômica e cultural da sociedade. As técnicas, os processos modernos de controle de produção e de comercialização anularam as identidades dos agricultores.

O sistema de abastecimento em grande escala provocou a necessidade de estabelecer políticas e leis de controle, as quais implicaram a padronização de técnicas e da qualidade dos alimentos. Tal contexto, não só estimulou o afastamento entre o agricultor e o consumidor, como criou um ambiente propício à especialização, produtividade e competitividade agrícola. A constituição desse ambiente impôs ao camponês duas opções: 1) ou uma adaptação para se integrar aos novos valores e organizações socioeconômicas, o que o levou a se auto identificar como agricultor empreendedor, patronal ou do agronegócio; 2) ou permanecer-se fora desse sistema, o que o enquadrou como um pequeno agricultor "excluído ou marginalizado", a exemplo de uma parcela de *paysans* (camponês francês) e de agricultores familiares (no Brasil).

Na primeira opção, o agricultor, cuja identidade aproxima-se mais a de empreendedor, a agricultura é centrada e especializada em monoculturas, manejada com o uso de máquinas motoras e produtos químicos, e o modelo de agricultura moderna torna-se uma convenção e, portanto, uma referência. A incorporação dos agricultores a esse modelo, ocorre sob diferentes intensidades e de acordo com as condições das capacidades dos mesmos. Não obstante, as

capacidades dos camponeses foram alteradas, com o advento da modernidade, momento em que o saber tradicional dos camponeses, passado de geração em geração, tornou-se insuficiente dentro das novas orientações de desenvolvimento econômico, produtividade e dinâmicas dos sistemas agroalimentares. Com essas orientações, o exercício da atividade agrícola exige, frequentemente, do agricultor, o domínio dos conhecimentos técnicos e de controle, por meio de tecnologias de manejo e gestão. Nessa medida, o segmento agrícola é desmembrado, em agricultores "consolidados" e agricultores "marginalizados". O primeiro refere-se àqueles agricultores que foram capazes de modernizarem seus meios de produção e de se adaptarem às exigências do mercado. Os "marginalizados", diferindo-se do "consolidado", enquadram-se numa categoria inferior do sistema agroalimentar, graças à sua incapacidade de assimilar tais modificações.

No momento em que o modelo de modernidade, amparado pelo desenvolvimento econômico, começa a expor suas contradições ambientais, surgem novos valores sociais, acompanhados da ideia de sustentabilidade. Assim, governos e sociedades deparam-se com valores éticos e morais, conectados à ações sustentáveis dos sujeitos sobre a natureza. Tais valores vão afetar tanto o homem urbano quanto o homem rural. O homem urbano vê-se desprovido de Qualidade Vida (QV), quando essa une-se não somente ao acesso à natureza e, ao meio ambiente de qualidade (água, ar, florestas e biodiversidade), mas, também, à saúde promovida pela alimentação natural, livre de produtos químicos e de modificação genética. Do lado do homem rural (agricultor), esse vê-se exposto à riscos de saúde e da própria sustentabilidade da unidade de produção, expostos pelas limitações da própria natureza (fertilidade do solo e disponibilidade dos recursos naturais). Assim, a sustentabilidade torna-se uma necessidade legitimada por uma parcela da sociedade e governos. Isso motiva a criação de normas e padrões que valorizam o agricultor ecológico. Nesse momento, a identidade do pequeno agricultor que, até então, encontrava-se em uma esfera marginal da estrutura social, passa a ser evidenciada pela sua prática ecológica, formalizada em "normas" e legitimada socialmente. Nesse contexto, o agricultor ecológico encontra um lugar central no conjunto de valores da "nova" sociedade sustentável.

No entanto, as novas identidades agrícolas que se originaram, com o advento da sustentabilidade, tornaram ainda mais complexas as concepções sobre o "ser agricultor". Isso porque a imperiosidade da sustentabilidade ora obedece à uma ordem de desenvolvimento econômico, ora à fundação de um novo modelo de desenvolvimento, pautado em relações econômicas mais democráticas e solidárias. Tal clivagem encontra-se na concepção, em torno da relação entre sustentabilidade e desenvolvimento econômico. Para uns autores, ela pode ser

compatível e para outros, remete a uma contradição. Nessa medida, essa divisão vai refletir na formação de diferentes identidades na agricultura.

O segmento agrícola ecológico é composto por agricultores convencionais convertidos em ecológicos e incorporam desde aqueles invertidos, de uma identidade próxima do agronegócio, àqueles invertidos numa identidade mais próxima do camponês ou de uma tradicionalidade. Além desses, faz parte do grupo de agricultores ecológicos um novo perfil de agricultor, cujo sujeito origina-se da cidade e forma uma nova categoria de agricultores, denominado "Neorural". Tal identidade representa uma rejeição às normas e padrões sociais urbanos ou uma incapacidade dos sujeitos de se sustentarem nesses espaços. A formação do neorural surge, ainda, como um contraponto, mesmo que em pequena escala, ao êxodo rural, pois, enquanto o agricultor neorural representa uma rejeição ao urbano, em suas várias dimensões, muitos agricultores de gerações de camponeses rejeitam o rural.

Assim, ao longo do desenvolvimento da sociedade moderna e pós-moderna, formam-se identidades diversificadas, no campo da agricultura, em que os indivíduos pertencentes a uma mesma categoria profissional (a de agricultor) agregam diferentes representações sobre seu eu e sobre sua localização, na estrutura social, ao longo de dois extremos indenitários categóricos – convencional e ecológico. Ambas as representações incorporaram categorias profissionais, cujos fundamentos e valores são regulados por uma ótica da agricultura, enquanto um negócio rentável referente aos ganhos financeiros, mas também regulada por valores presentes em outras dimensões, para além da econômica. Esses valores encontram-se mais próximos de um modo de vida que se contrapõe aos padrões sociais de crescimento econômico e consumo. Nessa perspectiva, as identidades dos camponeses e agricultores vão diferenciar-se, em função de seus próprios valores, daqueles constituídos socialmente, e do valor social de suas atividades. A existência de diversas identidades agrícolas leva-nos a inferir que as diferenças de inserção dos agricultores, na estrutura social, vão implicar, em alguma medida, no agir social dos mesmos, na percepção que eles têm sobre a sociedade e sobre a sua própria autoestima.

Nas regiões metropolitanas, os agricultores estão imersos em grandes conflitos de interesses sobre o espaço rural, que envolvem desde os interesses econômicos até os ambientais. A relação entre região metropolitana e agricultura perpassa, dentre outros aspectos, pela multifuncionalidade do espaço rural, pela concepção da política regional, e pelo valor ambiental circunscrito ao espaço. A multifuncionalidade está relacionada aos diferentes papéis reservados ao espaço rural em favor do andamento e da dinâmica das cidades, tais como reserva ecológica e paisagens naturais, equilíbrio e abastecimento. Para os agricultores, a multifuncionalidade significa o desenvolvimento de capacidades, no atendimento das demandas por alimentos de

qualidade e gestão ambiental do território. Nesse contexto, o agricultor torna-se um sujeito ativo, com uma referência espacial e inserido num campo amplo de trocas sociais.

Tais trocas sociais ocorrem sobre um tipo de agricultura e um tipo de relação econômica, qual seja, a agricultura ecológica ou tradicional, e têm sido realizadas por pequenos camponeses ou agricultores familiares. Essas trocas, operacionalizada em Circuitos Curtos de Proximidade (CCP), trazem de volta a relação direta entre consumidores e agricultores, bem como, entendimentos sobre a importância da relação simbiótica ou de solidariedade entre campesinos e citadinos.

A literatura aponta que as emergências de valores e interesses sobre as sustentabilidades ambientais, sociais e alimentares reconstroem e reforçam relações de complementariedade, entre os espaços urbano e rural, nas metrópoles. Não há de se apagar a identidades de ambos, mas reconhecer suas especificidades. Para alguns autores, a separação rural/urbano existe porque a divisão territorial que ela implica (cidade/campo) não é somente evidente para todos, mas corresponde, da mesma forma, a um problema social que lhe dá sentido. Isso relaciona-se ao equilíbrio social a ser restaurado (pelo qual o rural é possuidor de uma patrimônio cultural e ambiental) e com uma modernização socioeconômica (pela qual o rural é um terreno aberto ao desenvolvimento).

Portanto, na ruralidade, deve-se considerar as relações estabelecidas tanto no campo quanto na cidade, como as relações locais e internacionais. Nessa concepção, defendem alguns autores, o espaço apresenta-se como suporte de uma identidade, pois parte do princípio de que a identidade social é, inclusive, constituída em relação ao espaço. É por meio da apreensão prática de um lugar que o indivíduo adquire conhecimento do mundo e busca se situar. Nesse conjunto de relações, a identidade é um conjunto de propriedades constituídas e reconhecidas num certo contexto e num certo campo de relações. O indivíduo inscreve-se em diferentes tipos de identidades, de acordo com os momentos de sua vida social. O espaço rural comporta um conjunto de indivíduos com diferentes identidades e, ainda, em função dos lugares e das relações sociais contidas em seus cotidianos. Assim, a identidade, no campo agrícola, é complexa. Perante essa complexidade, podemos inferir que a QV dos indivíduos manifesta-se, a partir de diferentes referências que perpassam pela experiência e a interpretação da vida pública e social.

PARTE 2 – Contextos das regiões da pesquisa

INTRODUÇÃO

Na 1ª parte demonstramos que os lugares e as relações socioeconômicas são fundamentais na constituição de valores sociais e individuais, que compõem as apreensões e avaliações dos indivíduos sobre suas próprias vidas. Nesse sentido, na 2ª. Parte da tese apresentamos os contextos socioeconomicos dos lugares de vivencia dos agricultores, tendo como foco a apreensão do rural, dos espaços agrícolas e, dos agricultores, bem como, suas relações com os citadinos das regiões Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e da Île-de-France (IDF).

Organizada em dois capítulos, contém dados sociais e populacionais que informam o perfil da população rural e o do agricultor, na RMBH e na IDF. As concepções e usos sobre os espaços rurais e agrícolas são analisadas, a partir da série histórica dos planos regionais de planejamento, denominados Planos Diretores. Estes planos são entendidos como aparatos normativos de gestão, em função dos interesses públicos e sociais de uma região. Nesses planos, extraímos a evolução dos diferentes tipos de apreensões e compreensões do rural e da agricultura que, por sua vez, foram materializadas em normas que refletem os valores da sociedade e dos governos sobre o agricultor. A caracterização das territorialidades dos agricultores encontra-se centrada nas relações socioeconômicas de proximidades e de distanciamento, entre agricultores e consumidores, e na localização da agricultura e dos agricultores, na estrutura social de ambas as regiões.

A perspectiva da investigação contextual inicia-se do rural para o seu exterior e foca em suas especificidades, contrastes e complementariedades com o meio urbano. No conjunto de cada capítulo, tem-se a divisão em quatro blocos de análises. O primeiro é uma apresentação do contexto socioespacial do rural e das populações rurais e agrícolas. O segundo trata da extração das concepções e usos do espaço rural presentes nas politicas de planejamento regional, contidas na série histórica dos planos diretores da RMBH e da IDF. O terceiro constitui-se na apresentação do estado da arte da agricultura e da política agrícola ecológica. E, por fim, o quarto bloco apresenta os tipos de relações socioeconômicas rurais/urbanas desenvolvidas nas regiões e sua relação com as identidades dos agricultores. Todas essas análises apresentam-se, com o objetivo de caracterizar como os agricultores são reconhecidos e posicionados no conjunto dos valores da sociedade local.

CAPÍTULO 4 – CONTEXTO RURAL E AGRÍCOLA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Este capítulo tem como meta textualizar o rural e a agricultura na RMBH. Nele é demonstrado que, nessa região, mesmo de maneira limitada, existem iniciativas que buscam fortalecer a agricultura e os agricultores familiares. Essas práticas referem-se à formação de Circuitos Curtos de Proximidade (CCP) entre agricultores e consumidores, numa perspectiva de desenvolvimento da agricultura ecológica local. No entanto, a invisibilidade do meio rural, da agricultura e dos agricultores, na região, é de tal forma marcante que dificultou o desenvolvimento dessa pesquisa. Existia pouca informação gerada sobre os espaços rurais, os agricultores e os espaços agrícolas. As informações existentes encontraram-se difusas e pouco sistematizadas, havendo algumas iniciativas de pesquisas realizadas por (TUBALDINI et RODRIGUES, E., 2000;. RODRIGUES, R. et TUBALDINI, 2002; TUBALDINI et COELHO, 2002). Nessas condições, a análise do contexto rural e agrícola da RMBH apresenta-se de forma generalizada. As principais bases de consulta foram os bancos de dados do IBGE e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), de 2013, que é um cadastro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). No que diz respeito ás políticas de planejamento, utilizamos como referência os Planos Diretores da região, a começar pelo PLAMBEL, de 1975, até o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de 2011 (UFMG, 2011). Ao priorizarmos o agricultor familiar e a agricultura, buscamos verificar, a partir da leitura desses planos, em que medida esse setor e sujeitos encontram-se no projeto de desenvolvimento e de integração do território metropolitano.

Assim, esse capítulo está dividido em 4 (quatro) partes. A primeira refere-se aos dados da agricultura, tais como, espaço, produção e população; a segunda apresenta as concepções e usos do espaço rural, nas políticas de planejamento regional; a terceira refere-se ao estado da arte da agricultura ecológica, na RMBH, e; a quarta parte refere-se às relações socioeconômicas, em função das identidades agrícolas e dos tipos de CCPs constituídos na região.

4.1 Apresentação da agricultura e dos horticultores

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) foi criada em 1973 pela Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, que estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. A RMBH situa-se no Estado de Minas Gerais, região sudeste do Brasil e compõe-se de 34 cidades, numa superfície de 9 mil Km^2. Com uma população, em 2008, de 4.357.942 de pessoas, destas,

109.000 (2,52%) habitando em espaços rurais, a RMBH insere-se como a terceira maior aglomeração urbana do país (IBGE, 2008). A sua capital é a cidade de Belo Horizonte, também capital do Estado de Minas Gerais, com 331 Km² de território e 2.3 milhões de habitantes, em 2010 (IBGE, 2010).

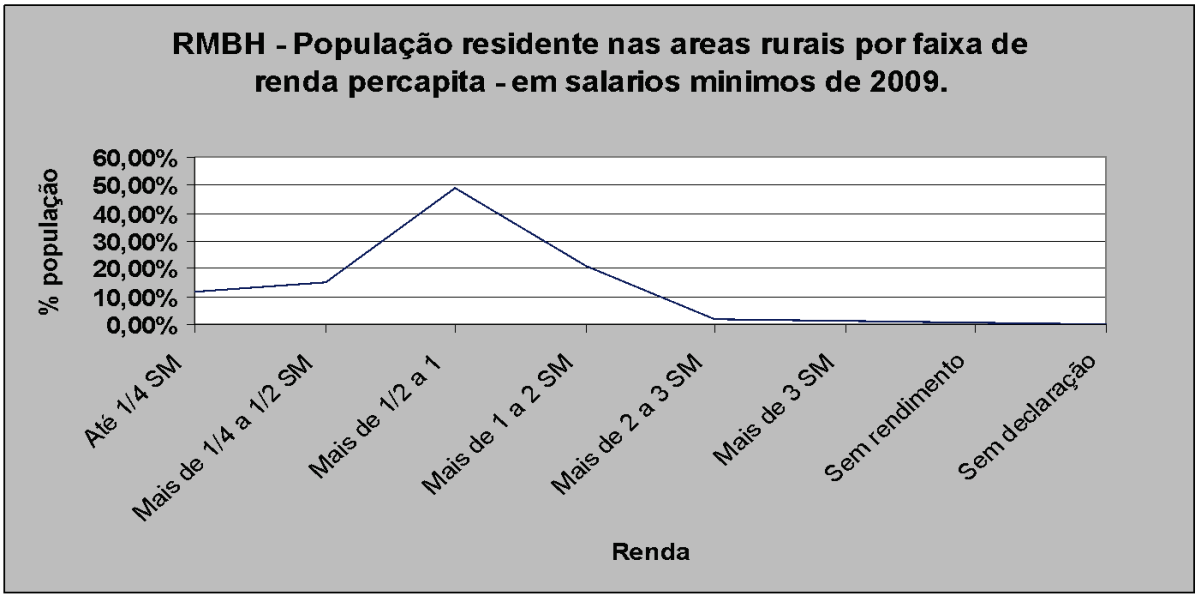
Segundo a publicação do Observatório das Metrópoles (2009)[57], em 2004, a queda da população rural em 7,0% ao ano, nos últimos anos, provocou, de forma significativa, taxas negativas no crescimento populacional nos municípios contidos da região. Essas taxas refletiam tanto o processo de migração rural para o urbano quanto o aumento dos limites das zonas urbanas nos municípios, que promoveram o crescimento da população urbana em detrimento da população rural. Em 2000, dos 34 municípios da RMBH, 16 (47%) atingiram taxas de urbanizações superiores a 90% e apenas dois municípios apresentaram taxas de urbanização inferiores a 50%, sendo estes: Nova União (26,3) e Taquaraçu de Minas (39,5%).

A população rural vem sendo caracterizada como pluriativa, devido à diversidade de atividades em operação - agropecuária, hortifrutigranjeiros, prestação de serviços, artesanato, atividades de lazer e de turismo. A zona rural, na metrópole de Belo Horizonte, além de constituir-se em lugar de vivência (como no caso dos agricultores), funciona também como lugar de dormitório e de trabalho respectivamente, de pessoas que moram no campo e trabalham na cidade e, de pessoas que moram na cidade e trabalham no campo (COSTA *et al*, 2013).

A população rural com renda superior a 3 salários é quase nula. Em relação ao perfil da renda média da população residente, nas áreas rurais da RMBH (GRÁFICO 1) quase 50% da população possui renda entre ½ e 1 salário mínimo, sendo que a concentração dos habitantes por renda está entre (mais de ¼ à ½ salário mínimo) e (mais de 2 a 3 salários mínimos).

[57] OBSERVATÓRIO, DAS METRÓPOLES. Como anda a RMBH. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2009. Disponivel em: http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/como_anda/como_anda_RM_belohorizonte.pdf Site visitado em julho 2015.

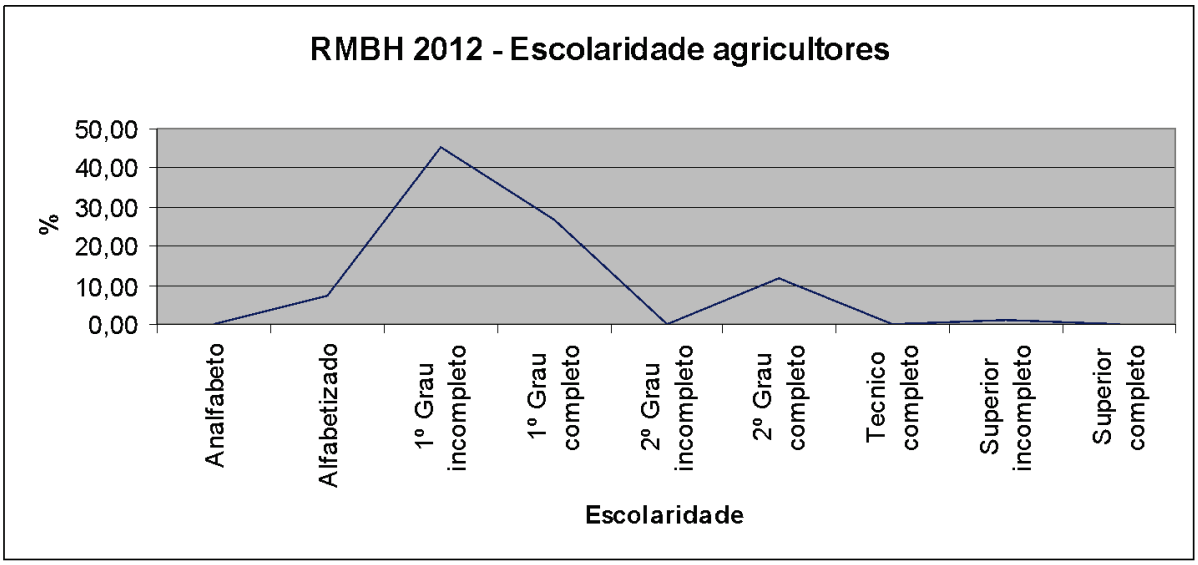
Gráfico 1 – RMBH – População residente nas áreas rurais por faixa de renda per capita – em salários mínimos (2009)



Fonte: PAD/FJP - http://www.fjp.gov.br/index.php/pesquisa-de-amostra-por-domicílios (in Minas Gerais, PDDI 2011, p. 611). Adaptado por Souza-Seidl.

No que tange ao horticultor familiar, os dados contidos nas declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) do Ministério do Desenvolvimento Agrário, indicam a existência de, no mínimo, 960 horticultores familiares na RMBH (BRASIL, 2013c). Os horticultores detêm um perfil educacional em que, mais de 40% dos indivíduos possuiam até o 1° grau incompleto e menos de 15% estudaram até o 2° grau completo (GRÁFICO 2).

Gráfico 2 – RMBH - Perfil Educacional do horticultor familiar (2013)

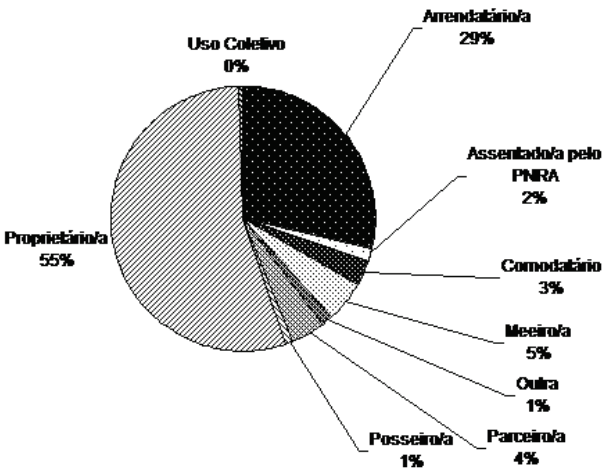


Fonte: Banco de dados (Brasil, 2013c). Elaborado por Souza-Seidl.

O perfil fundiário dos agricultores familiares com DAP indica que 55% destes

encontram-se na condição de proprietários e 29% de arrendatário (BRASIL, 2013c). As outras formas de apropriação da terra baseiam-se nas relações de arrendamento, parceria sob forma de meação (GRÁFICO 3):

Gráfico 3 – RMBH – Agricultura familiar, propriedade e uso da terra (2013)



Tipo posse e uso da terra	Qtd. Agricultor
Arrendatário/a	956
Assentado/a pelo PNRA	55
Comodatário	109
Meeiro/a	161
Outra	49
Parceiro/a	137
Posseiro/a	29
Proprietário/a	1836
Uso Coletivo	15
Total	**3347**

Fonte: Elaborado por Souza-Seidl. (BRASIL, 2013c).

Em termos espaciais, as zonas urbanas da RMBH seguem as definições do IBGE e são constituídas em lei, com três classificações de áreas: urbanizadas, não urbanizadas e urbanas isoladas. Estas últimas são definidas pela separação da sede municipal ou distrital, ocorrida pela presença de área rural ou outro limite legal (parques naturais). As áreas rurais, por seu turno, também são definidas por legislação municipal e contam com diferentes classificações: aglomerados rurais de extensão urbana, povoados e núcleos ou outros aglomerados. Na RMBH, os dados sobre as extensões das áreas urbanas e rurais encontram-se indisponíveis ou inexistentes. No entanto, no documento Minas Gerais (2013), intitulado "RMBH, a Região que Habitamos", apontou a persistência de cidades tipicamente rurais na metrópole e, em termos populacionais, no ano de 2000, dos 34 municípios, 11 possuíam população rural, acima de 30% (IBGE, 2010), e 14 municípios possuíam PIB agrícola, acima de 20% (QUADRO 2).

Quadro 2 – Perfil populacional e PIB agrícola na RMBH

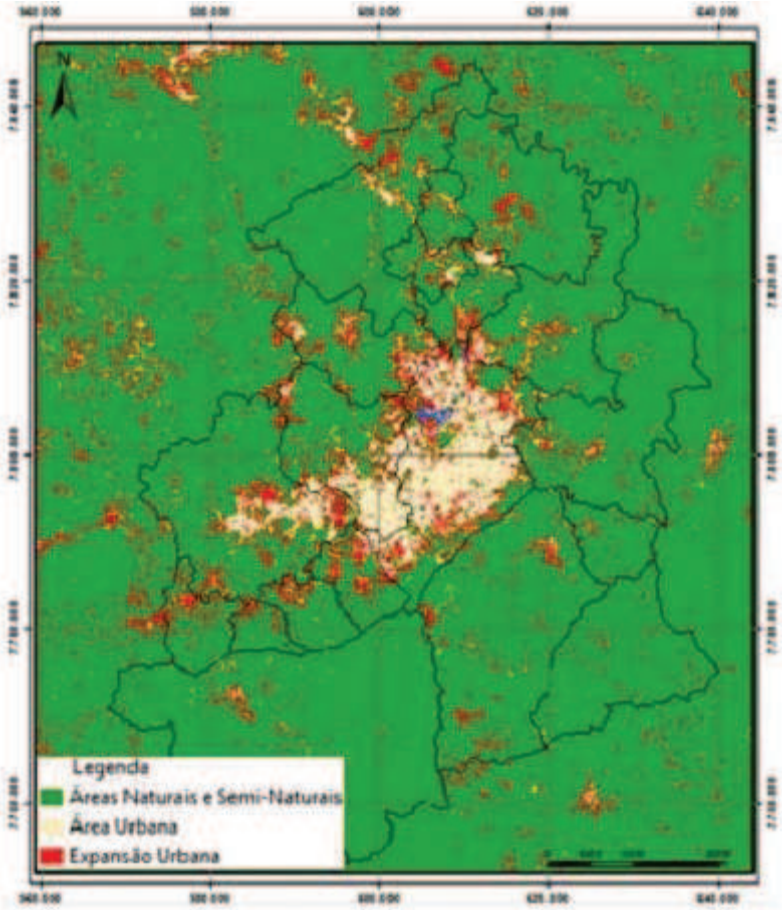
Município	Pop. Total	Pop. Urb. (%)	Pop. Rur. (%)	PIB Agrop. (%)	PIB Indus. (%)	PIB Serv. (%)	PIB TOTAL (R$ 1.000)
	2000	2000	2000	2004	2004	2004	2004
Belo horizonte	2238526	100	0	0	35	65	22408384
Betim	306675	97	3	0	69	31	11820308
Bonfim	6866	37	63	20	20	60	23757
Brumadinho	26614	73	27	4	63	33	349965
Caeté	36299	87	13	7	25	68	143834
Confins	4880	64	36	23	9	69	14474
Contagem	538017	99	1	32	8	60	6071
Crucilândia	4477	50	50	24	27	49	19029
Esmeraldas	47090	81	19	13	25	62	187741
Ibirité	133044	99	1	3	35	62	612266
Igarapé	24838	93	7	5	39	56	137595
Jaboticatubas	13530	53	47	24	20	56	59514
Juatuba	16389	97	3	16	8	76	9460
Lagoa Santa	37872	93	7	1	45	53	317140
Mario Campos	10535	75	25	41	14	45	23355
Mateus Leme	24144	84	16	29	14	57	15611
Moeda	4469	35	65	12	22	66	16454
Nova Lima	64387	98	2	0	72	28	1264022
Nova União	5427	26	74	30	11	59	22192
Pedro Leopoldo	53957	81	19	4	57	39	501492
Piedade dos Gerais	4274	37	63	35	13	51	16246
Raposos	14289	94	6	0	16	84	35220
Ribeirão das Neves	246846	99	1	0	29	71	810375
Rio Acima	7658	86	14	0	48	51	43315
Rio Manso	4646	62	38	21	29	50	20220
Sabará	115352	98	2	0	57	43	710936
Santa Luzia	184903	100	0	0	56	44	1165974
Santana do Riacho	3739	46	54	16	17	67	12882
São Joaquim de Bicas	18152	76	24	28	10	63	63032
São José da Lapa	15000	59	41	22	17	62	13165
Sarzedo	17274	85	15	41	8	51	19745
Taquaraçu de Minas	3491	39	61	20	24	56	14186
Vespasiano	76422	98	2	0	62	38	616759

Fonte: Censo IBGE 2010.

Na imagem de satélite da região constante na Figura 4, construida por Lacerda e Santos

(2010), é apresentada a ocupação dos espaço metropolitano, em que se pode observar a predominância de espaços naturais e seminaturais, em relação à mancha urbana.

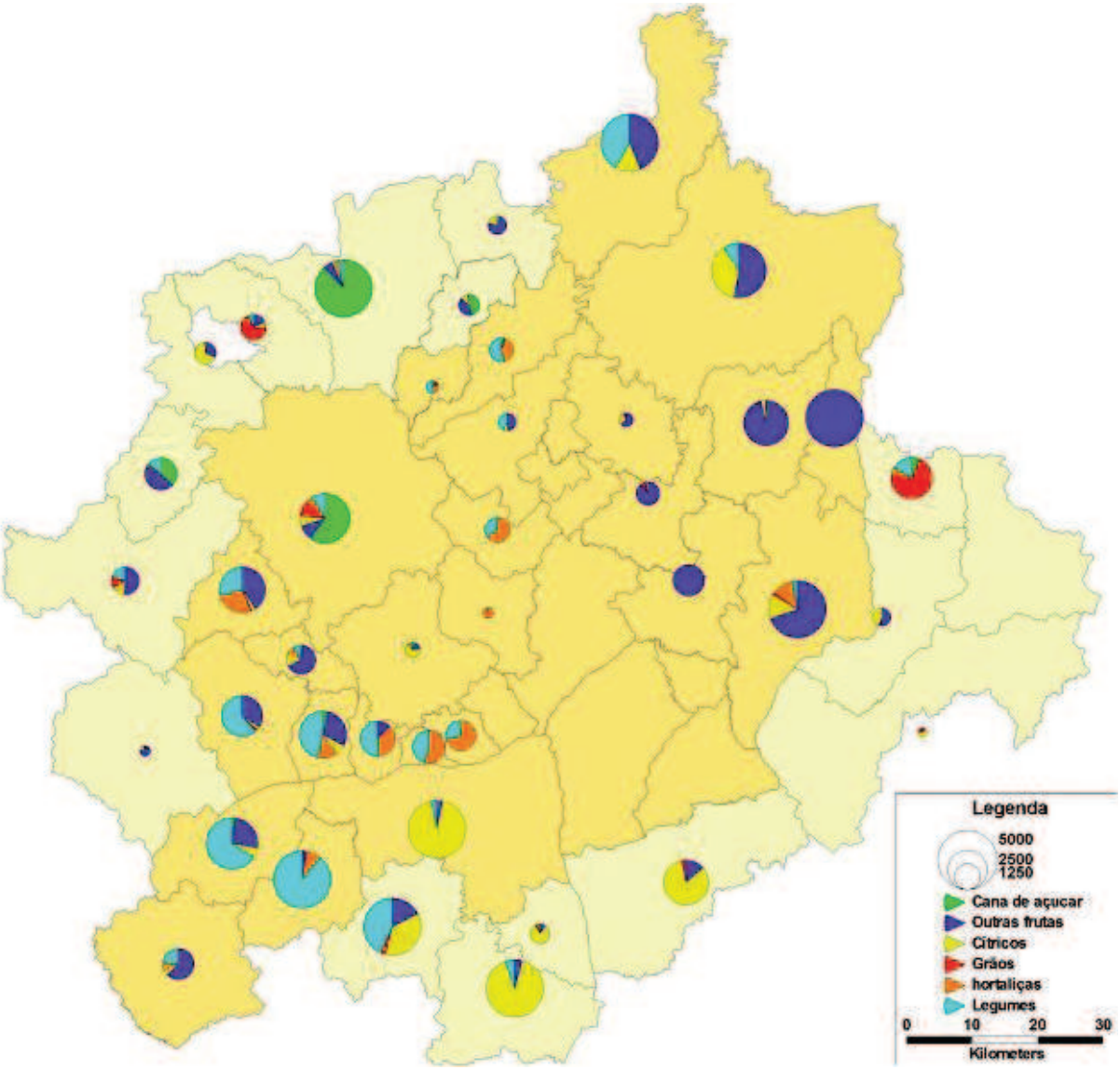
Figura 4 – Representação da mancha urbana da RMBH por imagem de satélite (2010)



Fonte: Lacerda e Santos, 2010.

E, ainda, com o intuito de complementar as informações sobre a espacialidade agrícola, na metrópole, apresentamos, na Figura 5, as informações sobre a produção agrícola na região. A partir dessas informações, podemos ter um panorama geral dos espaços agrícolas, com suas localizações e intensidades na metrópole.

Figura 5 – Produção Agrícola na RMBH e Colar Metropolitano (2013).



Fonte: MINAS GERAIS, 2013, p. 80.

Pela Figura 5, observa-se que a concentração da horticultura é maior no Sul e Sudoeste da RMBH, e apresenta-se com significativa diversidade de produção: Alface, Acelga, Agrião, Couve, Brócolis, Abóbora, Berinjela, Mandioca, Repolho, Pimentão, Quiabo, Beterraba, Cenoura e Abobrinha. A região Nordeste contém um espaço com produção frutífera predominante: Abacate, Banana, Goiaba, Mamão, Manga, Maracujá, Uva, Laranja, Limão, Tangerina (MINAS GERAIS, 2013).

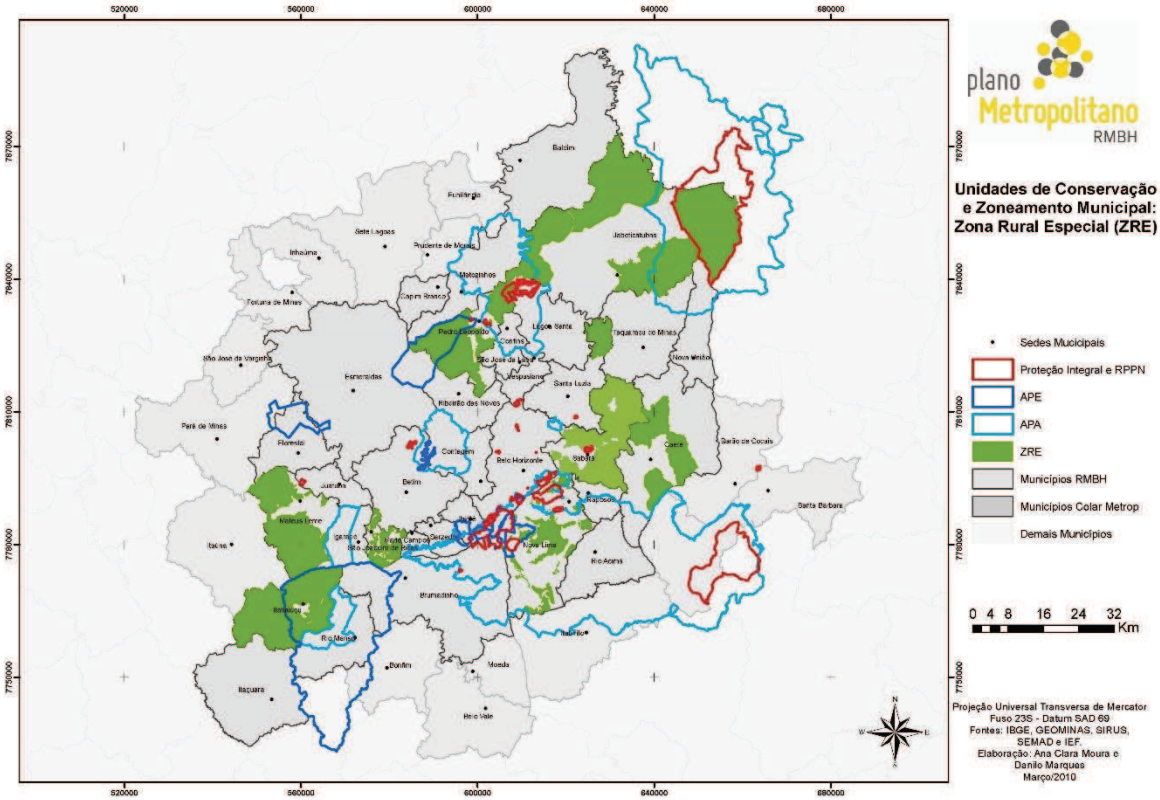
Com a identificação e reconhecimento das áreas agrícolas no PDDI de 2011 (UFMG, 2011) alguns espaços agricultáveis, situados na fronteira rural/urbana, foram definidos como zonas rurais especiais (ZRE) e podem ser observados na figura 6. Esta zona corresponde aos

zoneamentos que compreendem as demais áreas pertencentes ao território do

> Município, excluídas as pertencentes ao Perímetro Urbano e à Zona Rural, destinadas ao uso rural e às atividades urbanas relacionadas com o turismo, lazer e o desenvolvimento econômico, mediante licenciamento especial[58].

Isso representa uma iniciativa que contribui para a evidência do espaço agrícola e, por conseguinte, dos agricultores.

Figura 6 – RMBH e a Zona Rural Especial (2010)



Fonte: Minas Gerais, Agência Metropolitana. Disponível em: <https://goo.gl/UkPPa4>.

4.2 A Política rural e agrícola no planejamento metropolitano

Ao partir da análise do PLAMBEL, de 1975, até o PDDI-RMBH, de 2011, buscamos caracterizar as evoluções das concepções e da importância dos lugares e das atividades agrícolas no planejamento territorial.

De acordo com Tucci, Filho (2012), o PLAMBEL trabalha com o objetivo de preparar o espaço metropolitano para o crescimento econômico, via industrialização, e tinha como perspectiva a implantação de grandes infraestruturas regionais. Em 1979, o Conselho

[58] Definição da Agência Metropolitana. Disponível em: <https://goo.gl/UkPPa4>. Acesso em: 8 abr. 2015.

Deliberativo do PLAMBEL definiu e delimitou os espaços da RMBH, em zonas rurais, urbanas e de expansão metropolitana. Essa última prevê no espaço estoques de terrenos para ampliação das instalações habitacionais e industriais. No período entre 1983 e 1987, os municípios incorporaram mais autonomia no planejamento do uso e ocupação do solo, em que ocorre a:

> autorização aos municípios para implantarem parcelamentos de interesse social e aprovação de normas de fiscalização de obras de infraestrutura; uso do solo com anuência prévia para redefinição de perímetros de Zona Urbana (ZU), Zona de Expansão Urbana (ZEU) e Zona Rural (ZR), para delimitação de Zonas Urbanas Especiais (ZUE) em distritos e povoados, e para aprovação das leis de uso e ocupação do solo" (Tucci, Filho, 2012, p. 125)

Segundo o autor, após esse período, o planejamento do uso e da ocupação do solo urbano e rural foi além do parcelamento e da regularização de loteamentos. Em 1987, o macrozoneamento da RMBH foi revisado e, dentre outras iniciativas, têm-se a inclusão do zoneamento industrial, a previsão de instalações de colônias agrícolas e pequenos sítios na zona rural, e a delimitação de áreas para o setor agropecuário. Nesse último caso, o intuito era constituir um cinturão verde para o abastecimento da capital, o que foi limitado pela expansão urbana (TONUCCI FILHO, 2012, p. 125).

A gestão atual da metrópole é realizada pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, "Agência RMBH", criada em janeiro de 2009. No ano de 2011, essa Agência lançou o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) da RMBH (UFMG, 2011) que incorporou diferentes políticas para o setor agrícola. As políticas apresentavam objetivos variados que buscavam tanto a valorização das práticas sustentáveis e das diversidades culturais quanto à modernização do setor agrícola. A lógica que orientava a proposição política de desenvolvimento agrícola tinha como perspectiva o fortalecimento das inter-relações urbano-rurais, embasadas nos princípios e conceitos de Segurança Alimentar e Nutricional.[59] Nessa ótica, as propostas contidas no Plano Diretor convergiam para a formação de um sistema de produção, abastecimento e consumo, fundamentado na promoção da saúde, na sustentabilidade ambiental, e na coesão social. Nesse sentido, no PDDI-2011, vislumbrou-se uma Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional (PMISAN), cujos programas e ações visavam:

> apoiar as atividades rurais, com destaque para a agricultura familiar; ofertar alimentos com qualidade a preços acessíveis; erradicar a fome e a desnutrição;

[59] "A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis" (BRASIL, Lei 11.346 de 2006, art 3°).

> promover o consumo alimentar consciente e a agricultura urbana; e promover *a QV da população rural na RMBH*. A política pretende criar alternativas de articulação entre os espaços rurais e urbanos, por meio de programas e projetos que irão atuar sobre a produção, o abastecimento e o consumo alimentar. Ela também visa fortalecer o quadro institucional existente relativo às ações públicas no campo da SAN na RMBH (UFMG, 2011, p. 596. Grifo nosso).

Ainda cabe destacar que, no PDDI, a dicotomia urbano-rural é expressa e concebida, no campo das relações estabelecidas entre o rural com o território, tal como trecho que se segue :

> o Programa metropolitano de apoio às atividades rurais tem como ponto de partida o questionamento da dicotomia que tradicionalmente se estabelece entre urbano e rural (...) a questão do rural deve ser percebida por sua maior ligação com o território (recursos naturais, principalmente o uso mais intensivo do solo, da água e do solo como meios de produção em espaços mais ampliados), (...) podendo-se afirmar que o urbano representa relações mais globais, mais descoladas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa (UFMG, 2011, p. 603).

Quatro linhas de ações estão associadas à PMISAN: 1) Apoio às Atividades Rurais, 2) Apoio às Atividades de Abastecimento, 3) Apoio à Agricultura Urbana e promoção do consumo alimentar saudável e; 4) Promoção da Qualidade de Vida no Meio Rural. Assim, a partir da leitura do planejamento metropolitano, contido no PDDI/2011, a agricultura insere-se na agenda pública, com orientações e programas voltados ao seu desenvolvimento e proteção na região.

A proposição de uma política regional de apoio às atividades rurais apresentou-se com o escopo de fortalecer e criar relações solidárias entre o rural e o urbano. Seu principal objetivo buscava favorecer a produção de alimentos e serviços da produção rural sustentável. Dentre seus objetivos específicos, destacam-se: 1) o estimulo às cadeias produtivas locais e regionais, com vistas a aumentar o emprego, a renda dos agricultores, especialmente, os da agricultura familiar; 2) a preservação das áreas rurais e do meio ambiente frente à ocupação predatória e; 3) o incentivo ao homem e à mulher do campo a viverem no meio rural, com condições financeiras e acesso aos serviços públicos essenciais, como educação, saúde e transporte. Dentre os instrumentos indicados para o desenvolvimento desse programa, tem-se a criação de um banco de dados, com informações sobre a realidade e as necessidades da população rural, bem como a instituição de canais de participação dos campesinos, na formulação e implementação das ações governamentais. Conforme descrito no PDDI-2011, para o desenvolvimento desse programa o "*foco deve ser colocado na base territorial da RMBH e adensado por questões presentes no meio rural e na sua pluriatividade (marcada pelo conceito de novo rural)*" (UFMG, 2011, p. 615). Assim, no plano, encontram-se ações voltadas ao

desenvolvimento do turismo rural, lazer campestre, pesca e trabalho artesanal.

Atentando-se ao programa de apoio as atividades de abastecimento, este se fundamenta no fortalecimento das redes locais de produção e na regularização do comércio de alimentos, privilegiando o fortalecimento dos pequenos mercados. Tal fortalecimento pauta-se na constituição de mercados, feiras e sacolões operacionalizados por agentes privados, porém reguladas e monitoradas pelo poder público. Nessa medida, o programa de abastecimento está voltado para o fortalecimento do varejo local, e se propõe a:

> I. Criar estratégias e meios para difundir informações sobre preços da rede varejista, padrões dos produtos e recomendações de consumo alimentar; II. Estruturar equipamentos públicos que possam regular via competição, o comércio de produtos hortigranjeiros e artesanais. Os equipamentos de varejo com regulação pública são alternativas importantes ao grande varejo, e têm como função: 1) Garantir a oferta de alimentos, principalmente produtos hortigranjeiros e artesanais, com preços e padrões controlados e fiscalizados; 2) Propiciar maior amplitude locacional de equipamentos de abastecimento onde o grande varejo não se estabelece (Bairros, vilas); 3) Criar alternativas ao grande varejo (representado pelos supermercados) através de pequenos e médios estabelecimentos comerciais; 4) Criar canais de comercialização para produtores de hortigranjeiro, em sua maioria agricultores familiares. A criação de canais comerciais complementares ou alternativos para produtos hortigranjeiros, in natura ou artesanalmente processados, originários da produção familiar ou comunitária pode ser potencializada pela existência de um centro de difusão e capacitação em técnicas de pós-colheita, processamento e gastronomia destes produtos, aproveitando o potencial comercial atacadista do entreposto da Ceasa Minas, sediado em Contagem (UFMG, 2011, p. 608).

Também compõe o PDDI-2011, o Programa Metropolitano de Promoção da Qualidade de Vida no meio Rural. Ele constitui-se com o objetivo de garantir, aos habitantes rurais, o acesso aos direitos sociais básicos, a exemplo da educação, saúde, saneamento, lazer e informação. Além disso, o programa propõe promover melhorias na organização da vida social, individual e coletiva da população rural da metrópole; fortalecer a identidade dos povos rurais; valorizar a vocação produtiva da RMBH e garantir condições à permanência da população no campo, principalmente, dos jovens.

Com a finalidade de atender esses objetivos, foram apontadas, no PDDI, algumas práticas para a promoção do desenvolvimento rural local e sustentável. Dentre elas, têm-se o incentivo à participação da população rural, no planejamento de suas vidas, e a valorização da identidade do agricultor que envolve projetos de apoio às manifestações culturais/religiosas, à valorização e preservação dos saberes tradicionais e o fortalecimento de relações solidárias com a vizinhança.

Especificamente, para o produtor rural, o PDDI-2011 recomenda a valorização desse sujeito pelas prestações de serviços ambientais[60] e a formulação de um Plano Diretor Rural voltado para o planejamento de seu lugar de vivência. No entanto, a definição das zonas rurais não se mostra explícita nos documentos de planejamento e inserem-se no macrozoneamento submetidas às necessidades urbanas. Assim, as zonas rurais são concebidas mediante as seguintes condições:

> zonas compatíveis com a aptidão agrícola dos terrenos e com a necessidade de reserva de áreas para a execução de políticas de incentivo a atividades agropecuárias devem também garantir as condições legais para expansão urbana e para redução de conflitos entre atividades de caráter urbano e rural (UFMG, 2011, p. 16).

A partir do exposto, podemos inferir que houve uma evolução positiva sobre o reconhecimento e valorização dos agricultores e das atividades agrícolas nos planos diretores da RMBH. No PDDI-2011, as concepções, princípios e fundamentos da política voltados para o meio rural e para os agricultores vão de encontro ao fortalecimento da produção, do consumo local e das interações rurais / urbanas. No entanto, o desenvolvimento e proteção dos lugares de vivência dos agricultores apresenta-se frágil pela falta de informações sobre o espaço rural e perfil desses sujeitos, com dados precisos da produção, dos circuitos socioeconômicos, tão necessários ao zoneamento das terras agricultáveis. Essa é uma necessidade premente constatada no PDDI-2011, quando esse propõe a criação de um projeto de gestão territorial contendo diagnósticos realizados com a participação da população local, instituições públicas, sociedade civil e universidades.

4.3 O desenvolvimento da agricultura ecológica

Para se falar da agricultura ecológica na RMBH, é necessário contextualizar as peculiaridades socioeconômicas e políticas do desenvolvimento da agricultura ecológica, no Brasil. Em 2006, o país possuía a segunda maior superfície destinada à agricultura ecológica, com mais de 4.9 milhões de hectares. O valor da produção agrícola ecológica era, aproximadamente, R$ 1.2 milhões, dos quais 86% originavam-se da horticultura e dos cereais (IPD, 2010). Como em outros países, no Brasil, a agricultura de base ecológica evoluiu por dois

[60] "O Projeto Serviços Ambientais envolve a valorização direta do produtor ou o seu coletivo (em forma de Associação) pela preservação e manutenção de áreas verdes, mananciais de água, melhorias de quintais, recuperação de áreas degradadas, implementação de mão-de-obra familiar e criação de Sistemas Agroflorestais; Os recursos pagos ao produtor ou à sua Associação e Cooperativa, podem ser destinados ao município para investimentos em pesquisa e cursos de qualificação". (UFMG, 2011).

caminhos. Um que segue o viés de um projeto social, portanto, voltado à inclusão socioeconômica de agricultores familiares ao mercado local, e um segundo caminho, com um estilo empreendedor, classificado como "*Bio business*", voltado para um mercado emergente, globalizado e economicamente promissor.

Em 2006, 90.498 ou 83% dos estabelecimentos, que declaram como ecológicos ao senso agrícola do IBGE pertenciam à agricultura familiar. No entanto, apenas 5.106 estavam certificados (IBGE, 2006). Isso significa que apenas 5,6% dos estabelecimentos ecológicos familiares aderiram ao processo de cerificação depois de 1999,[61] ano de criação do primeiro regulamento de certificação ecológica brasileiro. A legislação brasileira, com o fim de motivar a adesão dos agricultores familiares à prática agrícola de base ecológica e inseri-los no mercado local, reconheceu mecanismos de controle sociais, com certificados de acreditação da qualidade ecológica dos alimentos. Desta forma, as modalidades de certificação e acreditação, no Brasil, regulamentadas pela Instrução Normativa IN 64/2008, dividem-se em três: 1) certificação Auditora; 2) certificação por Sistema participativo de gestão (SPG) e; 3) acreditação por Organização de Controlo Social (OCS). Essas últimas são mais acessíveis, se comparadas com a modalidade de certificação, denominada auditora, realizada por empresas especializadas. Assim, após a criação das modalidades de certificação SPG e OCS, o número de agricultores certificados teve um aumento expressivo, chegando até 57%, de forma que, em 2013, as certificações chegaram a 11.524 unidades, abrangendo 1.722.807 hectares (BRASIL, 2013b).

Todas as modalidades de certificações possuem validade de um ano. Dentre elas existem diferenças de custos e limitações de inserção dos produtos no mercado. A certificação Auditora emite certificados individuais e a SPG e OCS coletivos. A certificação Auditora e a SPG têm um custo médio anual de R$5.000,00, enquanto a OCS é gratuita. Os produtos certificados por sistemas SPG e Auditoras podem ser comercializados no mercado de forma ampla. Os produtos acreditados por OCS somente podem ser vendidos localmente e diretamente aos consumidores finais e mercados institucionais locais (ex. hospitais e escolas públicas).[62] Assim, o sistema

---

[61] Instrução Normativa nº 007/99, do MAPA.

[62] Em relação à venda institucional da produção ecológica, o governo brasileiro incentiva os agricultores familiares a fornecerem para a alimentação escolar, creches, e hospitais. O governo se dispõe a pagar pelos produtos Bio da agricultura familiar um valor de 30% a mais do que os produtos fornecidos pelos agricultores familiares convencionais. A compra dos produtos Bio pelo governo ocorrem via Programa de Aquisição dos Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A aquisição de alimento Bio pelo PAA iniciou-se em 2003 e visa o abastecimento do mercado institucional. O PNAE é o programa que viabiliza a compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar e estar em vigor desde 2009 (Brasil, 2009a). Estes programas são positivos para a agricultura familiar em dois sentidos: 1) primeiro, porque através do PAA, o produto agrícola é pago adiantado pelo governo, o que permite ao agricultor não só a posse de recursos para desenvolver a sua produção, mas também, proceder seu planejamento e, 2) segundo, porque o PNAE, constitui-se um mercado de consumo local e estável para o agricultor.

normativo de certificação brasileiro incorpora os agricultores ecológicos em três tipos de certificação, em função de suas capacidades financeiras e de organização associativa. As principais características destes três tipos de certificação estão representadas no Quadro 3 abaixo:

Quadro 3 – Brasil. Certificação da agricultura orgânica por modalidade

Tipo de certificação	Organização	Agente certificador	Acesso ao mercado	Perfil do agricultor	Custo médio (R$1,00)	Controle – responsabilidade e forma	Procedimento
Auditora	Individual	Empresa privada	Amplo	Empresário	R$ 5.000,00 / anual	Empresa de certificação - Exames sistemáticos em laboratório, - rastreabilidade - análise de procedimentos e de experiências, - visitas técnicas à propriedade.	Segue um padrão de produção.
SPG	Social	Organização da sociedade civil	Limitado ao mercado nacional	Agricultores familiares normalmente com cooperativa de transformação.	R$ 5.000,00 / anual dividido entre os membros.	- Organismo Participativo de Certificação (PAC) - exames em laboratório (amostragem), - rastreabilidade. - análise de procedimentos e das experiências, - visitas técnicas do ministério à propriedade. (amostragem) - visitas de consumidores e de agricultores nas propriedades do grupo.	Concilia padrão de produção com as especificidades de cada grupo.
OCS	Social	Governo	Local – venda direta e institucional (escola, hospital, etc).	Agricultores familiares	gratuito	- Governo e agricultores. - Exames em laboratório (amostragem) - rastreabilidade, - registro dos procedimentos e das experiências dos agricultores - visitas técnicas do ministério à propriedade por amostragem, - visitas de consumidores e de agricultores nas propriedades do grupo.	Concilia padrão de produção com as especificidades de cada grupo.

Fonte: Legislação brasileira e entrevista com os agricultores da Associação de Produtores Orgânicos de Capim Branco e Matozinhos.

A OCS é uma modalidade exclusiva da agricultura familiar e, ainda, é fruto de pressões dos movimentos sociais agroecológicos (Fonseca, 2005). De acordo com Fonseca (2005), o movimento agroecológico traz consigo a defesa do comércio local, tendo como fundamento *"a proteção do meio ambiente, uma (re) aproximação com os consumidores, e a construção de cidadania por um alimento limpo e mais justo para todos"* (p. 311). A OCS é uma forma participativa de certificação dos alimentos ecológicos. A OCS, enquanto uma proposta alternativa de certificação desenvolve-se por meio de uma metodologia social apoiada em redes locais formadas por consumidores, governo e agricultores (Souza-Seidl e Billaud, 2014).

Os produtos e os produtores de uma OCS são cadastrados nas unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que é a instituição responsável pelo seu reconhecimento e controle. No documento que trata das definições das certificações fornecido pelo MAPA, determina que no caso das OCS o termo "certificação" de conformidade com as formas de produção orgânica seja substituído pelo termo "acreditação". A OCS tem como característica a junção de agricultores familiares e consumidores nos processos de fiscalização e monitoramento da produção, cujos parâmetros de controle não se limitam às normas internacionais de produção, mas incorpora regras construídas e acertadas localmente. O controle da conformidade da composição do produto enquanto orgânico é por meio da análise do solo realizado pela EMATER-MG local. O controle social ocorre por meio de visitas espontâneas e não organizadas de consumidores. Nessas visitas, os consumidores podem confrontar a equivalência dos alimentos produzidos nos estabelecimentos agrícolas, com aqueles oferecidos na feira pelo agricultor. A exemplo da OCS ASPROCAM,[63] o controle social é também realizado entre os próprios agricultores, pois a acreditação OCS é coletiva ou associativa, e se um dos membros da associação não respeitar a regra e ser comprovada pelos agentes de controle, a associação perde a acreditação emitida pelo governo (Souza-Seidl e Billaud 2014).

No Brasil, em janeiro de 2013, havia 72 organismos certificadores, cuja divisão por tipo de certificação pode ser observada na Tabela 1. Do total destes organismos, 5, 55% eram SPG, 9,72% eram auditora e 84,72% eram OCS.

[63] Associação dos Produtores Organicos de Capim Branco e Matozinhos.

Tabela 1 – Brasil. Número de organizações certificadoras cadastradas no MAPA por tipo de certificação (Janeiro 2013)

Tipo de certificação	Quantidade de organismos	(%)
SPG	4	5 ,55%
AUDITORA	7	9,72%
OCS	61	84,72%
TOTAL	72	100%

Fonte: Dados da base SigOrg (Brasil, 2013a). Autora Souza-Seidl

Dentre as sete instituições de certificação Auditora, duas eram internacionais : Ecocert, da França e ImoControl, da Suíça. Na tabela 2, pode-se observar que a Ecocert é a segunda empresa que certifica o maior número dos produtores no Brasil (29.20% dos agricultores). A empresa certificadora que retém o maior número de agricultores com certificação é brasileira, representada pelo Instituto Biodinâmico – IBD, com 49,40% dos agricultores.

Tabela 2 – Brasil - Organizações de certificação Auditora x produtores certificados em janeiro de 2013

Organizações de certificação Auditora	Quantidade de produtores certificados
Agricol	40
Ecocert	269
Instituto Bio dinâmico – IBD	455
IMO Control do Brasil Ltda.	25
Instituto Chão Vivo	15
Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR)	115
Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA)	1
Instituto Nacional de Tecnologia (INT)	1
TOTAL	921

Fonte: Dados da base SigOrg (Brasil, 2013a). Autora Souza-Seidl.

Apesar das organizações SPG encontrar-se em menor número por todo o Brasil, estas mobilizaram, em 2013, no mínimo, 1.246 agricultores (TABELA 3).

Tabela 3 – Brasil – Organizações SPG x agricultores certificados (Janeiro de 2013).

Organizações SPG	Quantidade de produtores certificados
Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD)	52
Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro	130
Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região (ANC)	55
Ecovida	1009
TOTAL	1246

Fonte: Dados da base SigOrg (Brasil, 2013a). Autora Souza-Seidl

A certificação OCS possui 86 organizações sociais e mobilizou 1.519 agricultores até

2013. A composição da OCS está representada, na tabela 4, e varia em dimensão de associados, com predominância de grupos compostos por 6 à 15 membros (58,14% das organizações). Nas suas dimensões extremas, encontramos organizações formadas com 3 agricultores familiares e com até mais que 80 membros (TABELA 4).

Tabela 4 – Brasil – Organizações OCS x número de agricultores (janeiro de 2013)

Número de associados	Quantidade de OCS	%
Menos que 5	12	13,95
Entre 6 e 15	50	58,14
Entre 16 e 25	8	9,30
Entre 26 e 40	7	8,14
mais que 41	9	10,47
TOTAL	86	100,00

Fonte: Dados da base SigOrg (Brasil, 2013a). Autora Souza-Seidl

A adesão dos agricultores aos três tipos de certificações manifesta-se de forma diferenciada, nas regiões do Brasil (tabela 5). Observa-se que a acreditação por OCS é dominante na região Nordeste, principalmente, nos estados de Pernambuco e da Paraíba. A certificação Auditora é predominante nas regiões do Norte e Nordeste. A certificação por SPG é predominante na região sul. A região Sudeste, por sua vez, é a região que comporta o maior número de certificações Auditoras, mas, também, apresenta um número considerável de certificação SPG e pouca por OCS.

Tabela 5 – Brasil – Distribuição dos três tipos de certificação por região (janeiro 2013)

Regiões brasileiras e exterior	Quantidade de certificação por tipo		
	Auditora	SPG	OCS
Norte	29	0	4
Nordeste	102	0	49
Centro Oeste	53	0	11
Sudeste	433	267	9
Sul	182	1008	6
TOTAL Nacional	799	1275	79

Fonte: Dados da base SigOrg (Brasil, 2013a). Autora Souza-Seidl

A partir da análise do discurso e do conteúdo,[64] nos nomes das organizações OCS, foi possível averiguar a recorrência das seguintes palavras: "agroecológicas", "assentamento de reforma agrária" e "comunidade". Estas palavras são carregadas de significados políticos e

[64] Método utilizado pela psicologia social "foucaldien". (Passos, 2012; Fischer, 1995; Brandão, 1993; Maingueneau, 1993; Orlandi, 1987).

socioculturais, e sugerem que a OCS vem sendo utilizada, em diferentes regiões do Brasil, como uma primeira iniciativa dos agroecológicos e de luta pela terra, nos processos de formalização de seus produtos ecológicos. Na Tabela 6, são apresentados alguns exemplos:

Tabela 6 – Brasil : Exemplos de nomes de OCS cadastrada no MAPA (janeiro 2013)

Estado	OCS	Número associados
Espírito Santo	Associação de Agricultores Familiares **Agroecológicos Orgânicos** de Campinho - Vero Sapore	6
Mato Grosso	ARPA – Associação Regional dos Produtores **Agroecológicos**	67
Pará	Associação dos Assentados do **Assentamento** Mandacaru - ASSEMA	6
	Associação dos Agricultores e Agricultoras **Agroecológicos** do Litoral Sul Paraibano - ECO SUL	13
Pernambuco	Associação dos Trabalhadores Rurais do **Assentamento** 21 de Novembro	3
	Feira **Agroecológica** de Santa Cruz de Baixa Verde	9
Rio Grande do Norte	Associação de Produtores e Produtoras da Feira **Agroecológica** de Mossoró – APROFAM	38
Sergipe	Grupo de Agricultores da Feira **Agroecológica** Produtos da Nossa Terra	15
	OCS do **Assentamento** Nova Canadá	15
São Paulo	Cooperativa de Agricultura Familiar e **Agroecológica** de Americana - COOPERACRA	9
	Associação **Agroecológica** Terra Viva de Ribeirão Preto e Região	7

Fonte: Dados da base SigOrg (Brasil, 2013a). Autora Souza-Seidl.

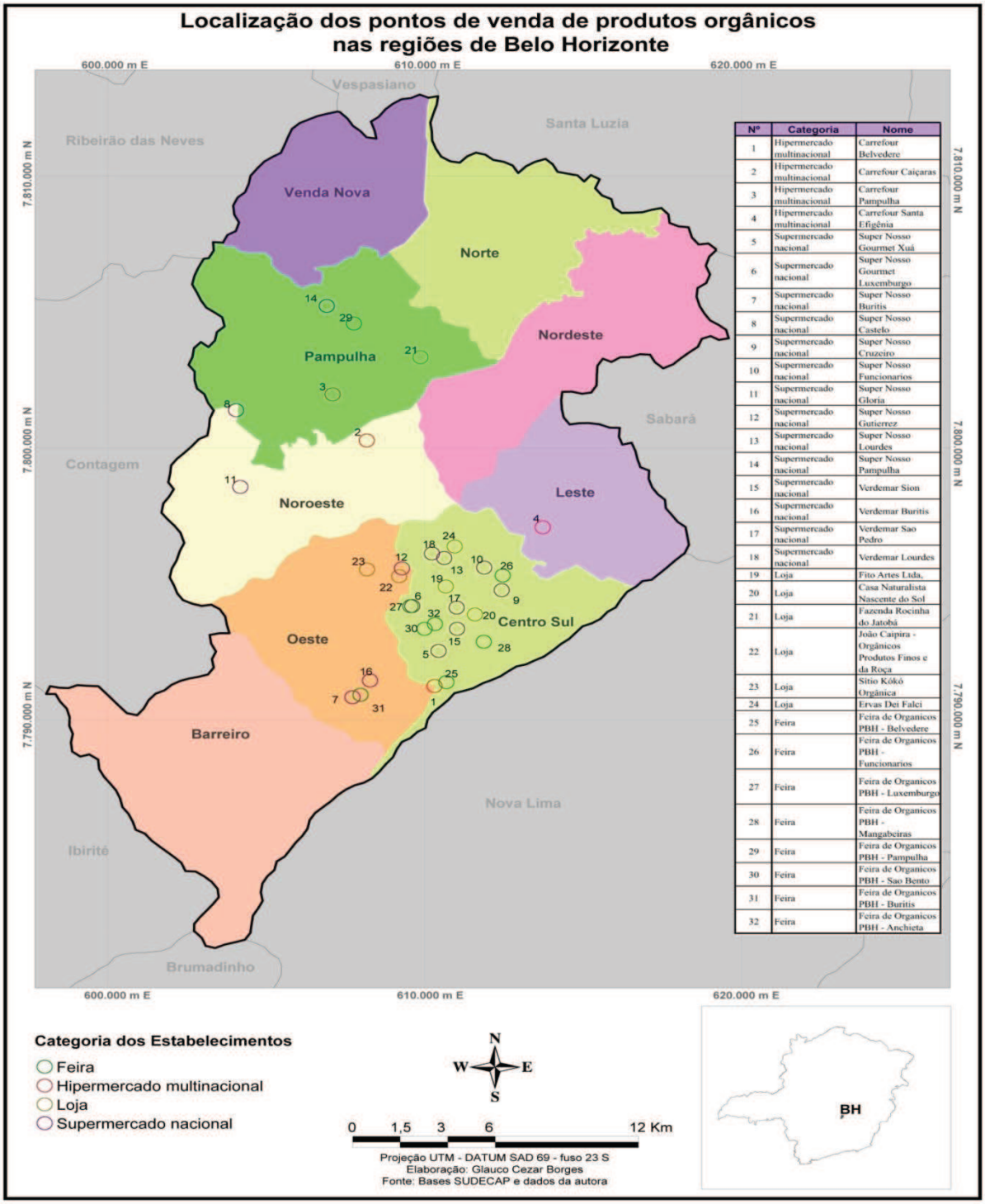
Como foi ressaltado, a informação sobre os agricultores e a produção agrícola da RMBH é pouco disponível em publicações exceto pelo IBGE – agencia nacional de coleta de dados e difusa no espaço rural. Esta condição decorre da geologia e formação de solos dessa região, onde predominam rochas minerais de manganês, minério de ferro., a agricultura está localizada em solos agricultáveis numa competição com a extração de minérios. A dificuldade de coletá-los se deve também pela predominância de pequenas propriedades, onde o agricultor familiar não tem contabilidade de sua produção. Predomina, também na MRMBH a criação de gado em propriedades agropecuárias de corte e leite, em pequenas propriedades em loteamentos existe a criação de gado e produção de queijos artesanais. Na mesma medida, a informação sobre a agricultura ecológica encontra-se difusa e superficial.

Para a identificação dos agricultores, da produção e dos pontos de comercialização dos alimentos ecológicos, em Belo Horizonte, foi necessário uma investigação sobre sua existência

e localização em bibliografias sobre agricultura familiar. Pesquisou-se também, nos sites de internet a lista de agricultores ecológicos fornecidos pelas certificadoras, Planeta orgânico, classificados, facebook, dentre outros. Ainda foram realizados contatos com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural Minas Gerais (EMATER-MG), com a Secretaria Estadual de Agricultura, e com o Ceasa Minas – Unidade Grande Belo Horizonte.

Na investigação, realizada em 2011, identificamos 32 estabelecimentos que comercializavam produtos ecológicos, em Belo Horizonte, que envolviam feiras, lojas especializadas, supermercados nacionais e um hipermercado multinacional (Carrefour). Quanto à distribuição espacial dos pontos de comercialização concentravam-se, na região centro-sul de Belo Horizonte, os quais podem ser visualizados na Figura 7 abaixo:

Figura 7 – Pontos de vendas de produtos orgânicos em Belo Horizonte – 2011



Nº	Categoria	Nome
1	Hipermercado multinacional	Carrefour Belvedere
2	Hipermercado multinacional	Carrefour Caiçaras
3	Hipermercado multinacional	Carrefour Pampulha
4	Hipermercado multinacional	Carrefour Santa Efigênia
5	Supermercado nacional	Super Nosso Gourmet Xuá
6	Supermercado nacional	Super Nosso Gourmet Luxemburgo
7	Supermercado nacional	Super Nosso Buritis
8	Supermercado nacional	Super Nosso Castelo
9	Supermercado nacional	Super Nosso Cruzeiro
10	Supermercado nacional	Super Nosso Funcionarios
11	Supermercado nacional	Super Nosso Gloria
12	Supermercado nacional	Super Nosso Gutierrez
13	Supermercado nacional	Super Nosso Lourdes
14	Supermercado nacional	Super Nosso Pampulha
15	Supermercado nacional	Verdemar Sion
16	Supermercado nacional	Verdemar Buritis
17	Supermercado nacional	Verdemar Sao Pedro
18	Supermercado nacional	Verdemar Lourdes
19	Loja	Fito Artes Ltda.
20	Loja	Casa Naturalista Nascente do Sol
21	Loja	Fazenda Rocinha do Jatobá
22	Loja	João Caipira - Orgânicos Produtos Finos e da Roça
23	Loja	Sitio Kókó Orgânica
24	Loja	Ervas Dei Falci
25	Feira	Feira de Organicos PBH - Belvedere
26	Feira	Feira de Organicos PBH - Funcionarios
27	Feira	Feira de Organicos PBH - Luxemburgo
28	Feira	Feira de Organicos PBH - Mangabeiras
29	Feira	Feira de Organicos PBH - Pampulha
30	Feira	Feira de Organicos PBH - Sao Bento
31	Feira	Feira de Organicos PBH - Buritis
32	Feira	Feira de Organicos PBH - Anchieta

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado por Borges, Glauco et Souza-Seidl.

Dos 32 estabelecimentos identificados, 15 foram visitados, totalizando 47% do total. No que diz respeito aos estabelecimentos não visitados, foi feito contato por telefone, para confirmar a existência do comércio de alimentos ecológicos. Nos estabelecimentos comerciais visitados, procedeu-se a consulta dos rótulos dos produtos, com o objetivo de verificar suas

origens geográficas. Percebeu-se que não havia alimentos ecológicos fornecidos por municípios da RMBH, à exceção de Capim Branco.

No que tange ao fornecimento de produtos ecológicos, encontrou-se fornecedores oriundos de três municípios da RMBH (Capim Branco, Contagem, e Sabará) e de outros três municípios pertencentes à outras regiões do Estado de Minas Gerais (Fortuna de Minas, Inconfidentes e Formiga). Não obstante, foram identificados fornecedores de produtos ecológicos para Belo Horizonte oriundos de 11 localidades fora do Estado de Minas Gerais, quais foram: São Paulo; Santa Catarina, Amapá, Rio Grande do Sul, Sergipe, Bahia, Paraná, Argentina, México, Inglaterra e Itália. A distância dessas localizações pode ser visualizadas no quadro 4:

Quadro 4 – RMBH - Distância entre produção e comercialização dos produtos ecológicos em Belo Horizonte (2011)

Localidades		Distancia de Belo Horizonte em Km	Tempo de deslocamento transporte terrestre
Município de Minas Gerais	Capim Branco	53,1	1h
	Contagem	14,6	0h26
	Formiga	197	3h
	Fortuna de Minas	103	1h30
	Inconfidentes	444	5h30
	Sabará	21,4	0h35
Estados Brasileiros	Amapá	3.122	142h
	Bahia	1.537	16h21
	São Paulo	584	7h
	Paraná	1.357	16h12
	Rio Grande do Sul	1831	21h57
	Santa Catarina	1.229	14h49
	Sergipe	1.557	18h41
			Tempo de deslocamento transporte aéreo**
Países*	Argentina	2.887	2h50
	Inglaterra	8.993	12h
	Itália	9.148	11h35
	México	7.677	8h10

Fonte: Google earth. Distancias terrestres tendo como ponto de referencia as capitais. Elaborado por Souza-Seidl
* Distancias aéreas tendo como ponto de referencia as capitais.
** Dados de empresas aéreas. Disponível em: http://www.portalbrasil.net/aviacao_curiosidades.htm. Visitado em 19/07/2011.

Conforme demonstrado no quadro 4 acima, a distância percorrida pelos produtos ecológicos vendidos, em Belo Horizonte, varia de acordo com o tipo do produto. As verduras,

legumes e frutas originam-se do Estado de Minas Gerais, com exceção do Supermercado SuperNosso, que adquire olerícolas de São Paulo e, do supermercado Verdemar que as adquire do Amapá. As olerícolas ecológicas originadas dos municípios da metrópole encontravam-se, exclusivamente, nas feiras, local em que se processava a venda direta dos agricultores aos consumidores finais. No que concerne aos produtos exclusivamente originados dos lugares externos ao Estado de Minas Gerais, destacam-se os grãos, cereais, cafés, geleias e produtos processados.

Até a data de 10 de dezembro de 2013, havia, na RMBH, seis certificações: uma certificação por Organização de Controle Social (OCS) da Associação dos Produtores Orgânicos de Capim Branco e Matozinhos (ASPROCAM) formada por sete agricultores, e cinco certificações Auditora via IBD Certificações Ltda, sendo três emitidas para os agricultores familiares que faziam parte da OCS ASPROCAM. Não havia, até a presente data, registros de certificações por SPG na RMBH (Brasil, 2013a).

No caso dos agricultores ecológicos não certificados, estes foram identificados por indicação de técnicos da Emater e de organizações da sociedade civil, como a Rede de Tecnologia Alternativa; a Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU) e; a Associação de Economia Solidária Rede Terra Viva. Por meio dessas organizações, nos aproximamos de dois assentamentos da reforma agrária, onde a agricultura agroecológica era praticada, sendo: assentamento Ho Chi Minh, criado em 2005, no Município de Nova União, distante 66 km de Belo Horizonte, e assentamento Pastorinhas, criado em 2006, no município de Brumadinho, distante 60 km de Belo Horizonte.

A agricultura ecológica encontra-se inserida, na agenda das políticas públicas da RMBH, a exemplo do PDDI-2011. Nesse instrumento, encontram-se normatizações que restringem o uso do agrotóxico nos espaços urbanos. Há também orientações aos municípios para que eles incentivem a população a comprar alimentos da estação e desenvolvam programas de apoio às feiras, com oferta de alimentos frescos e livres de agrotóxicos (UFMG, 2011).

Em 2014, a questão agroecológica amplia sua importância política, com a criação da Lei Estadual nº 21.146, de 14 de janeiro, de 2014. Essa lei institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo, do Estado de Minas Gerais, e prioriza, nos processos de conversão para sistemas ecológicos de produção, as comunidades tradicionais, os agricultores familiares e urbanos. Os objetivos dessa política são promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia, e da produção orgânica no Estado, por meio de apoio à formação, produção, comércio, consumo e estruturação dos sistemas agrícolas ecológicos.

As diretrizes do plano perpassam pela dimensão social, econômica e ambiental do

desenvolvimento agrícola ecológico, tal como indicadas na Lei Estadual nº 21.146/2014, em seu art. 4°, quais sejam: promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, e do direito humano à alimentação adequada e saudável; conservação dos ecossistemas naturais; recomposição dos ecossistemas modificados e; fortalecimento dos agricultores, na gestão e na conservação dos bens naturais, com vistas à manutenção da sociobiodiversidade. Nessa ótica, a Lei Estadual nº 21.146/2014 determina, como um dos instrumentos de gestão, a criação de um Plano de Agroecologia e Produção Orgânica com diagnóstico; estratégias, objetivos; programas, projetos; ações; indicadores; monitoramento e avaliação específicos para a RMBH.

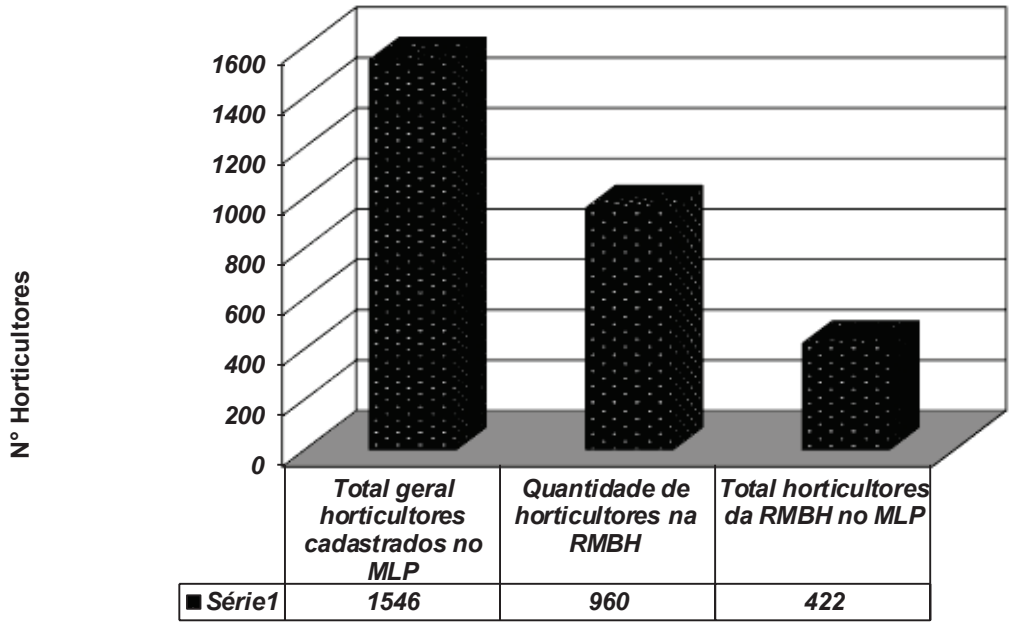
Assim, a agricultura ecológica, na RMBH, encontra-se estruturada no plano legal e normativo. Contudo, a implementação das ações se encontra pouco efetiva e bem incipiente. As iniciativas existentes, tanto da parte dos agricultores quanto das organizações sociais, indicam que, na cidade, encontram-se germinados valores que interligam alimentação, preservação do meio ambiente e saúde.

4.4 As interações socioeconômicas locais

Na RMBH, existem 960 horticultores familiares (BRASIL, 2013b). Quanto às interações socioeconômicas locais dos horticultores, detemo-nos naquelas que ocorrem em circuitos curtos de produção e consumo existentes na região. Com esse recorte, observa-se que, na RMBH, a maior parte dos horticultores dependiam do Mercado Livre do Produtor (MLP) do Ceasa-Minas[65] - unidade Grande Belo Horizonte, situada no município de Contagem (vila limítrofe de Belo Horizonte). Em 2012, estavam cadastrados, no MLP, 1.546 horticultores de Minas Gerais (MG), dos quais, 422 (52%) eram agricultores familiares situados na RMBH (Gráfico 4).

[65] A CeasaMinas, inaugurada em 1974, é uma central de abastecimento composta por lojas que vendem produtos alimentícios e feirantes organizados no MLP.

Gráfico 4 – RMBH - Concentração de horticultores familiares no MLP (2012)



Fonte: Elaborado por Souza-Seidl. (Brasil, 2013b.)

O perfil fundiário do horticultor familiar cadastrado no MLP, mostra 63% deles, na condição de proprietários, 27% arrendatários e 10% meeiros. A dependência dos horticultores familiares, em relação ao MLP, da Ceasa-Minas, inicia-se na década de 1970, sendo esta, uma característica comum nas 22 regiões brasileiras, onde foram instalados Ceasas (LOURENZANI, 2004). No que diz respeito à capacidade de comercialização realizada pelos agricultores familiares, no MLP, em 2011, foram contabilizados 180.312 toneladas de produtos hortifrutigranjeiros e artesanais, representando 27,5% do total comercializado, na Ceasa como um todo (CUNHA, 2013).

No caso da RMBH, a maioria dos horticultores que operam no MLP estão distantes até 100 km da Capital (CUNHA, 2013). O MLP é um tipo de circuito curto que opera com até um intermediário, tendo como foco o abastecimento local e nacional. No sistema de comercialização implantado no MLP, o agricultor vende diretamente para o consumidor final, nos sacolões e empresas agroalimentares. Segundo Rezende et al (1993), o MLP foi criado com o objeto de reduzir o excesso de intermediários ao centralizar as transações de compra e venda entre agricultores, atacadistas e consumidores finais, num único espaço. Assim, os objetivos do MLP compreendiam, por um lado, propiciar aos agricultores melhores rendas, com a possibilidade de vendas em grande quantidade e, por outro lado, propiciar melhores preços para o comprador, por meio da oferta centralizada. Cabe destacar que o MLP é um espaço que contém tanto relações comerciais entre agricultores e grandes empresas que compram alimentos por atacado, seja para transformação, como a Cica (indústria de massa de tomate) seja para

abastecer os centros urbanos, como sacolões e supermercados, quanto relações comerciais entre o agricultor e os consumidores finais - moradores da região e trabalhadores do Ceasa.

A inserção dos agricultores no MLP ocorre de maneira espontânea. O agricultor pode chegar no CeasaMinas e ocupar um espaço para proceder sua comercialização. Quando o agricultor chega no MLP, ele recebe uma autorização para comercializar apenas por um período de até 72 (setenta e duas) horas. Durante esse período, o agricultor é encaminhado à central do produtor para o seu cadastramento. No processo de cadastramento, o agricultor recebe uma lista de documentos a serem entregues, no prazo de 15 dias, dentre elas, atestado de saúde, comprovante de produtor rural e comprovante da capacidade de produção, emitido pela EMATER-MG. O agricultor somente pode vender no MLP aquilo que ele produz, sendo o mesmo impedido de comprar mercadorias e revendê-las, sob pena de suspensão temporária do direito de venda até a exclusão definitiva desse direito.

As portas do CEASA-MINAS são abertas às 5:00hs da manhã e cada agricultor ocupa os espaços de forma aleatória e por ordem de chegada (CEASAMINAS, 2010). A dinâmica aleatória de ocupação desses espaços não permite que o agricultor seja facilmente encontrado por um comprador e dificulta o estabelecimento de relações de proximidade entre os atores (agricultores e compradores) pela falta de referência locacional. Assim, o agricultor perde a possibilidade de construir ligações estáveis entre ele e os consumidores. Para suprir essa deficiência, os agricultores buscam ocupar os espaços onde há concentração de produtores ofertando o mesmo tipo de produtos e, desta forma, facilita-se o encontro da oferta com a procura. No entanto, essa estratégia não é tão simples, pois a ocupação dos lugares é dominada por grupos de agricultores com maior capacidade de obter vantagens sobre as regras de locação dos espaços.

A locação do espaço do MLP é diária. Segundo Cunha (2013), o caráter de locação diária visa evitar o afastamento do agricultor de sua função econômica primordial, que é exercer mais a função de comerciante em detrimento da função de cultivador. O agricultor também pode agendar o dia de venda. Porém, esse processo é dominado pelos agricultores que possuem produtos com melhores qualidades e uma clientela bem articulada. Segundo Cunha (2013), a seleção de compradores confiáveis pelos agricultores é uma estratégia utilizada perante a insegurança de comercialização que os permeiam. Assim, alguns agricultores e compradores pressionam a administração do MLP a favorecerem o uso exclusivo de um mesmo local ou ao menos regular, o qual é viabilizado pela política de agendamento. Na maioria dos casos, a lucratividade das atividades comerciais tem estimulado o agricultor a mudar seu *core business* de produção para a atividade comercial e, manter, minimamente, um vínculo com a atividade

agrícola para obter seu passaporte de entrada no MLP. Nessa medida, os espaços que, a priori, deveriam ser de livre ocupação foram, gradativamente, utilizados de forma permanente, por um determinado grupo de agricultores (CUNHA, 2013).

No MLP, as vendas são organizadas por tipo de comprador (atacadista e varejista) e em dias pré-definidos. As vendas por atacado ocorrem durante a semana e, as vendas por varejo ocorrem no sábado. As transações comerciais seguem as normas e as regras da livre concorrência. Na comercialização por atacado, os agricultores estão inscritos numa espécie de circuito curto operado com um intermediário. No entanto, o fato das transações econômicas operarem sob a regra da livre concorrência, elas se manifestam de maneira desvantajosas para o "pequeno" agricultor. Nesse contexto, os agricultores defrontam com agentes (agricultores e compradores) especializados em transações financeiras, que dominam a concorrência.

A definição dos preços dos alimentos varia durante o dia e ocorre em função da perecividade, da sazonalidade, da oferta e da demanda dos produtos por compradores de outras CEASAS do Brasil, situadas nos Estados de Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, que por sua vez, mantém relações comerciais com a CEASA-MINAS. A variação diária dos preços e os preços operados na semana anterior, incluindo os das CEASA do Rio de Janeiro e São Paulo, são expostos num painel, o qual contém os 48 alimentos mais representativos em termos de procura no mercado (FIGURA 8).

Figura 8 – Painel de regulação de preço do MLP Ceasaminas (2013)

Foto: Souza-Seidl, Contagem-MG, 2014.

A forma como os preços são definidos favorece a concorrência dos agentes especializados. Os compradores e produtores mais qualificados e instruídos ficam conectados com os compradores das outras Ceasas do Brasil, por telefone celular. As informações trocadas pelos compradores vão definir em qual Ceasa a compra será efetivada, sendo que, normalmente, a CEASA escolhida é aquela cujo preço é o mais baixo. A título de exemplo, se a oferta de um determinado produto sofre uma baixa, na Central de São Paulo, o preço desse produto nessa Central sobe. Assim, os compradores em São Paulo vão decidir comprar no CEASA, onde o produto é ofertado com o preço mais baixo (Fonte: nota de campo e entrevista com três horticultores).[66] A reação dos preços, em função da demanda, é expressada no painel do MLP. A primeira impressão é que o MLP funciona como um mercado de bolsa de valores, e nessas cirscunstâncias os alimentos se transformam em capital mediante os procedimentos dos CEASAS cujos preços oscilam durante as transações comerciais. Desta forma, quando o

[66] Nos anos de 2012 e 2013 o MLP foi visitado 13 vezes. Foram realizadas reuniões com dois gestores, três agricultores e feita visita de observação de campo no MLP, dentre as visitas, uma foi guiada pela equipe do Ceasa-MG.

mercado sinaliza excesso de oferta de um determinado produto, ocorrem, imediatamente, modificações no comportamento dos comerciantes e, em seguida, uma desvalorização dos preços nas demais CEASAS.

Boas e Pimenta (2011) analisam a dinâmica de venda dos agricultores, no MLP, pelo prisma da «racionalidade limitada» conceito cunhado por Zylbersztajn (2005). Essa concepção origina-se da Economia Política e refere-se à limitação dos indivíduos e das organizações em prever as condições futuras. A limitação ancora-se na complexidade do ambiente que cerca a decisão. No caso do MLP, cujas transações comerciais ocorrem sob a lógica da livre concorrência, os agricultores estão sujeitos às incertezas causadas pelo mercado financeiro. De acordo com Boas e Pimenta (2011), tal contexto contribui para a acumulação de poder do comprador atacadista. Quando este possui os melhores meios de acesso à informação ele beneficia-se das fragilidades dos agricultores, no que diz respeito ao conhecimento sob as dinâmicas de mercado.

O pequeno agricultor, sem conseguir vender e sem dispor de infraestrutura para guardar ou transportar seus produtos, é induzido a comercializar seus produtos no mesmo dia com preço especulativo, normalmente, incompatível com os custos da produção. Dentre os compradores, encontram-se os atravessadores, denominados pela CEASA-MINAS, como "Comerciante de Origem". O Comerciante de origem é um empresário que possui galpões para depósito de alimentos, instalados fora do CEASAMINAS e situados nas suas proximidades. Esses comerciantes vendem os produtos adquiridos no MLP para as lojas do próprio Ceasa. Nesse contexto, a origem desses produtos adquiridos pelas lojas do Ceasa corresponde ao município onde os galpões estão instalados. Nessa medida, os municípios, essencialmente urbanos, são classificados como principais produtores de alimentos (REZENDE, 1993).

Com a presença dos "Comerciantes de Origem", a identidade do agricultor e o nome do município onde o alimento é produzido são mantidos no anonimato, dificultando a rastreabilidade dos produtos. Somado a isso, a intensidade e a qualidade das relações mantidas entre os agricultores e os "Comerciantes de Origem" também não são explicitadas. Nessa medida, o agricultor que vende para um "Comerciante de Origem" consegue colocar seu produto dentro do CEASA-MINAS fora de uma dinâmica de CCP, mas por meio de, no mínimo, dois atravessadores.

Numa perspectiva mais social de CCP, entre agricultores e consumidores, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) inaugurou dois programas de comercialização diretos denominados Programa Direto da Roça (PDR), criado em 1998, e o Programa Feira da Agricultura Orgânica (FAOBH), criado em 2001. Tanto o PDR quanto o FAOBH foram criados com o intuito de

colocar, respectivamente, os agricultores familiares convencionais e ecológicos da RMBH em contato direto com os consumidores da capital, por meio da instalação de barracas, em diferentes pontos da cidade (PBH, 2010). Os pontos de comercialização são fixos e situados nas ruas, próximos aos locais de grande fluxo de pedestres. Em ambos os programas, os preços são previamente definidos pelos agricultores, em conjunto com os gestores da Secretaria Municipal de Abastecimento (PBH, 2001a, art. 1º; PBH, 2012ab).

Os programas de CCP gestados pela PBH fazem parte da política de abastecimento da prefeitura e tem como objetivo promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Assim, fundamentados pelos princípios da SAN, a prefeitura criou, em 1993, a Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB), a fim de gerenciar a produção, o mercado e o acesso, tendo como principais ações: 1) estimular a produção e comercialização, 2) regulamentar o mercado convencional e, 3) melhorar o acesso aos alimentos. Os programas PDR e FAOBH encaixam-se na primeira ação da política de abastecimento (PBH, 2010, 2012, a, b). Atualmente, participam do PDR 23 agricultores rurais (14 horticultores e 9 que vendem alimentos processados) e, no FAOBH, participam 7 horticultores.

Para a operacionalização do programa, a PBH fornece as barracas, balanças e jalecos para os agricultores, por um período máximo de seis meses. Após esse período, os agricultores, com a renda gerada pela comercialização, compram seus próprios instrumentos e devolvem os fornecidos pela prefeitura. Esses instrumentos são reutilizados por outros agricultores que ingressam no programa.

A organização dos beneficiários de forma associativa faz parte das regras dos programas FAOBH e PDR. Assim, é exigida dos agricultores a formação de uma associação para que, dentre outros benefícios, facilite o diálogo entre eles e a PBH. Assim, os agricultores criaram, em 1998, a "Associação dos Produtores Rurais que Comercializam Direto na Região Metropolitana de Belo Horizonte" e, no caso do FAOBH, foi criada em 2001, a Associação dos Agricultores Orgânicos de Capim Branco e Matozinhos (ASPROCAM).

Até o ano de 2012, a entrada dos agricultores nos dois programas ocorria por meio de convites e incentivos do poder público, representados pela EMATER-MG e PBH. No entanto, em 2013, houve mudanças na concepção de inclusão dos agricultores nos programas, a qual passou a operacionalizar-se pelas regras da licitação. Essa mudança foi justificada pela PBH, como uma necessidade de legalizar seus atos administrativos. A licitação fundamenta-se, por natureza, na concorrência de preço, qualidade do produto e capacidade de produção (BRASIL, 1993). Desta forma, a concorrência pautada pelas regras de licitação favorece os agricultores que apresentam maior produtividade e melhores condições de competitividade. Nesse sentido,

a evolução do programa, com o viés licitatório, pode incorrer, tanto numa democratização no acesso de diversos agricultores nos programas, quanto pode colocar em risco seu objetivo de cunho social, qual seja, promover a inclusão socioeconômica dos agricultores familiares mais vulneráveis, portanto, e com fracas condições de concorrência no mercado.

Enquanto o PDR foi criado por iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte, o FAOBH originou-se da iniciativa da sociedade civil, representada pela Associação Mineira de Certificação de Produtos Orgânicos (Minas Orgânica). Essa Associação, criada em 2001, foi a primeira empresa de certificação orgânica do Estado de Minas Gerais e foi formada por um grupo de agrônomos recém formados pela Universidade Federal de Viçosa, situada à 226 Km da capital.

Na época, a Minas Orgânica procedia às certificações e, ao mesmo tempo, realizava a assistência técnica aos agricultores e a mobilização do governo e da sociedade civil locais (consumidores). No início do programa FAOBH, havia somente um ponto de venda na cidade e todos os agricultores expunham num mesmo horário. Após alguns anos, em função da estagnação nas vendas, ocasionada pela fraca variedade de alimentos ofertados e por um ou dois agricultores dominarem o comércio, a PBH descentralizou os pontos de venda, em diferentes bairros de classe média de Belo Horizonte. Com essa ação, cada agricultor passou a possuir de um a dois pontos de vendas, com 6 horas de duração. Nos pontos de vendas, os mecanismos de acreditação e de confiabilidade dos produtos ocorrem por meio de informações estampadas nas barracas, as quais apresentam-se com o timbre da prefeitura e indicações das origens dos produtos (FIGURA 9).

Figura 9 – Barraca na feira Orgânica de Belo Horizonte (2013)

Foto: Souza-Seidl, Belo Horizonte-MG, 2014.

Em termos de iniciativas não governamentais de CCP, destacam-se os trabalhos realizados pela Articulação Mineira de Agricultura Urbana (AMAU) e a Rede Terra Viva. A AMAU é uma instituição da sociedade civil que mobiliza agricultores e poder público, em prol do desenvolvimento da agroecológica urbana e peri-urbana na metrópole. A Rede Terra Viva é um empreendimento de economia solidária, criado em 2006 e seu objetivo é estabelecer alianças entre produtores e consumidores de alimentos, levando-se em consideração o respeito à saúde, às relações humanas e ao meio ambiente. No ano de 2014, havia 10 estabelecimentos agrícolas associados à Rede Terra Viva, dos quais seis correspondiam às associações de agricultores. A Rede Terra Viva organiza tanto uma feira aos sábados quanto grupos de compra de cestas, via Web. Nesse sistema, o administrador da Rede Terra Viva fornece informações sobre os produtos da semana e os eventos ligados à temática da alimentação. Por meio do site, os consumidores fazem as encomendas das cestas, a partir dessas demandas, o agricultor planeja a quantidade e os tipos de produtos a serem transportados. O trabalho dessas organizações civis

colocam em evidência o espaço e a identidade dos agricultores.[67]

Outra iniciativa de CCP organizada pela sociedade civil em 2008, foi a instalação de um ponto de venda em frente a Igreja catolica Nossa Senhora do Carmo localizada na zona sul de Belo Horizonte. Na época, o Frei Gilvander, padre conhecido pela militância junto aos trabalhadores rurais sem terra, autorizou e organizou um CCP, em frente à paróquia, envolvendo os agricultores do assentamento Pastorinha e os consumidores que frequentavam a igreja. O ponto funcionava todos os domingos e situava-se na zona sul de Belo Horizonte. No inicio, os agricultores usavam a barraca para venderem seus produtos e informarem a história social do grupo, com o objetivo de evidenciar o projeto social atrelado a esse comércio. Após 5 anos de existência do ponto de venda, Frei Gilvander sai da paróquia. Nesse momento, o padre sucessor solicita o fim do comércio na porta da paróquia e, por conseguinte, o nível de coesão entre os agricultores e consumidores é colocado à prova. Considerando que Frei Gilvander era o responsável e gestor do espaço da igreja, a correlação de forças entre os agricultores e o padre estava desigual. A correlação de forças tornou-se mais equilibrada, quando os fieis consumidores interviram e posicionaram-se a favor da continuidade do ponto de venda motivados pela oportunidade de consumir um alimento saudável, confiável e socialmente justo. Nessas condições, o ponto continuou a funcionar com mais força, sustentado pelas relações de proximidade entre os agricultores e consumidores.

Em resumo, as principais características dos programas e iniciativas de circuitos curtos, desenvolvidas na RMBH e destacadas nessa tese, podem ser visualizadas no quadro 5 que se segue:

[67] Disponível em: <http://redeterraviva.org/>.

Quadro 5 – RMBH: Características dos programas e iniciativas dos Circuitos Curtos (2013)

	Programas e iniciativas de Circuito curto.				
	Mercado Livre do Produtor – MLP	Programa Direto da Roça	Programa Feira da Agricultura orgânica	Rede Terra viva	Feira da Igreja do Carmo
Ano de criação	1974	1998	2001	2006	2008
Iniciativa	Governamental	Governamental	Governamental	Sociedade civil	Sociedade civil
Gestão	Ceasaminas	Prefeitura de Belo Horizonte	Prefeitura de Belo Horizonte	Rede Terra viva	Consumidores e agricultores
Objetivo e característica	Colocar em contato direto agricultores e compradores com abrangência local e nacional na forma de "livre concorrência".	Colocar em contato direto agricultores e compradores com abrangência local, sem politica de mobilização de consumidores.	Colocar em contato direto agricultores e compradores com abrangência local, sem politica de mobilização de consumidores.	Integrar uma cadeia de produção e consumo de produtos ecológicos por meio da prática da economia solidária com mobilização de agricultores e consumidores.	Criar um canal de venda para os agricultores e uma aproximação com um grupo de pessoas minimamente organizadas, qual seja, os frequentadores da igreja.
Tipos de agricultores	Convencional	Convencional e ecológicos sem certificação	Ecológicos certificados	Ecológicos com ou sem certificação	Ecológicos não certificados
Número de agricultores	422	23	7	10	01
Organização	Centralizado = 1 ponto de venda.	Descentralizado = 32 pontos de venda.	Descentralizado = 9 pontos de venda.	Centralizado = 1 ponto de venda e Web.	Centralizado = 1 ponto de venda

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado por Souza-Seidl

Cientes de que o universo de agricultores, em diferentes situações de circuito curtos, é bastante amplo, nossa investigação científica concentrou-se em evidenciar os eventos de CCP que se apresentavam organizados dentro de um modelo, cujos arranjos assemelham-se, apesar das especificidades. Assim, cabe destacar que há outras iniciativas de circuitos curtos na região, operacionalizadas em mercados tradicionais, bem como, em vendas informais e espontâneas nas ruas.

Na Figura 10 abaixo, observamos uma agricultora urbana agroecológica tentando vender seus produtos na escola vizinha da unidade da produção. Os consumidores são os funcionários da escola. A proposta originou-se de uma sensibilização da prefeitura, junto à Diretora da escola, que aderiu à ideia. O problema é que o CCP ali produzido vai até a etapa de conexão entre agricultor e consumidor. A sensibilização e o desenvolvimento de relações socioeconômicas é realizado de maneira espontânea. Naquele caso, a agricultora não conseguia vender a couve agroecológica pelo mesmo preço da couve convencional. As funcionarias da escola não sabiam do que se tratava e barganhavam no preço.

Figura 10 – Agricultora agroecológica em tentativa de venda direta - 2014

Foto: Souza-Seidl, Contagem-MG, 2014.

Outro exemplo é o agricultor anônimo encontrado na esquina de uma rua do município da RMBH. Esse agricultor apoiava-se nos seus instrumentos de transporte e acondicionamento, que eram o carrinho de mão, um galão de água e os caixotes (FIGURA 11).

Figura 11 – Agricultor convencional anônimo em tentativa de venda direta na rua

Foto: Souza-Seidl, Contagem-MG, 2014.

Esses agricultores tinham em comum o anonimato, o trabalho individual e desconectado de uma rede, diferentemente, dos casos dos agricultores em CCP organizados pelo poder

público e sociedades civis. No ultimo caso, a comunicação estampada nas barracas, organizadas por uma rede local (poder público ou associações civis) evidenciavam a importância socioeconômica do agricultor e, de sua existência na metrópole. Ali, nas figuras 10 e 11, observamos a invisibilidade do agricultor (familiar e local) para a sociedade.

Isso nos leva à reflexão sobre a conexão entre a valorização socioeconômica do "pequeno agricultor" e o consumo consciente. Na RMBH, a conscientização alimentar e ecológica ainda não é expressiva, nem nas políticas públicas e nem no planejamento urbano. No caso dos consumidores, a pesquisa realizada por Noronha (2008) demonstrou que o olhar atento e a exigência do consumidor belorizontino sobre a qualidade dos produtos, ainda não se constitui num fato social. Esse tipo de ação encontrava-se restrita àqueles sujeitos que mantinham contatos com movimentos sociais, principalmente, de segurança alimentar e agroecologia, bem como, aos consumidores de alimentos ecológicos vendidos na FAOBH.

No entanto, a partir de 2015, começou, no Brasil, uma grande campanha pelo consumo alimentar saudável e ambientalmente sustentável. Essa campanha, coordenada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), mobilizou governos e sociedades em todo o estado brasileiro. Nesse ano, ocorreu a 5° Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em que a questão alimentar é posta não somente em termos de acesso aos alimentos, mas, também, apresenta-se com apelo à produção alimentar ecológica, livre de agrotóxicos, tendo como fundamentalismo, a produção, oferta e consumo de alimentos, em função da promoção da saúde e da preservação do meio ambiente. Assim, o tema central da Conferência foi "Comida de Verdade no Campo e na Cidade" - por uma comida livre de toxidade. Esse tema insere-se como um marco nos valores sociais brasileiro, no que concerne à agricultura e aos agricultores. A questão central remete ao contexto do sistema agroalimentar com oferta e consumo de alimentos cada vez mais produzidos e processados industrialmente. Busca-se aqui, relativizar a qualidade do alimento produzido com aditivos sintéticos e tóxicos, considerados prejudiciais ao meio ambiente e à saúde, em contraposição aos alimentos produzidos de forma orgânica e com composições naturais (FIGURA 12)

Figura 12 – Exemplo de composição de sucos industrializados no Brasil

Foto: Souza-Seidl, Belo Horizonte-MG, 2015.

Nesse contexto, a preservação do meio ambiente e da biodiversidade agregam-se como reguladores das ações e das normas. No entanto, a questão da saúde surge como um norteador da postura e escolhas alimentares, levando a outro tipo de marketing do produto, fundamentado na sua qualidade natural intrínseca, tal como exemplo das Figuras 13 e 14 abaixo:

Figura 13 – Sacolão com marketing sobre a qualidade natural dos hortifrutes (2015).

Fonte: Souza-Seidl, Contagem-MG, 2015.

Figura 14 – Discusso contido no marketing dos alimentos (2015).

Foto: Souza-Seidl, Contagem-MG, 2015.

A partir dessas figuras podemos perceber que o despertar do consumidor sobre a saúde abre uma perspectiva de visibilidade e valorização do agricultor pela sociedade da RMBH, o que até o momento, carece de investimentos. No entanto, a RMBH é uma região com um contexto espacial rural e uma população agrícola significativa, demonstrando potencial para o

desenvolvimento de uma agricultura sustentável na região.

CAPÍTULO 5 – CONTEXTO AGRÍCOLA DA REGIÃO ÎLE-DE-FRANCE

Nesse capitulo, contextualizamos as condições socioespaciais dos agricultores da IDF e buscamos apresentar como os agricultores e o espaço rural encontram-se nos objetivos, fundamentos e instrumentos de gestão contidos nos Planos Diretores da IDF. Para apresentação do contexto, apoiamo-nos nos estudos realizados por Torre et al (2013); Ferri (2010); Fleury (2005); no relatório do censo agrícola da IDF (DRIAAF, 2011); nos dados estatísticos do *l'Institut national de la statistique et des études économiques* (INSEE), do *Service de la statistique et de la prospective du Ministère de l'agriculture, de l'agroalimentaire et de la forêt* (AGRESTE, 2010, 2011a,b,c) e do *Service Régional de l'Information Statistique et Économique* (SRISE).

5.1 Apresentação da agricultura e dos horticultores

A Île-de-France (IDF) é uma região administrativa da França, tendo Paris como centro político, econômico, histórico e cultural (FIGURA 15).

Figura 15 – Mapa de localização de IDF

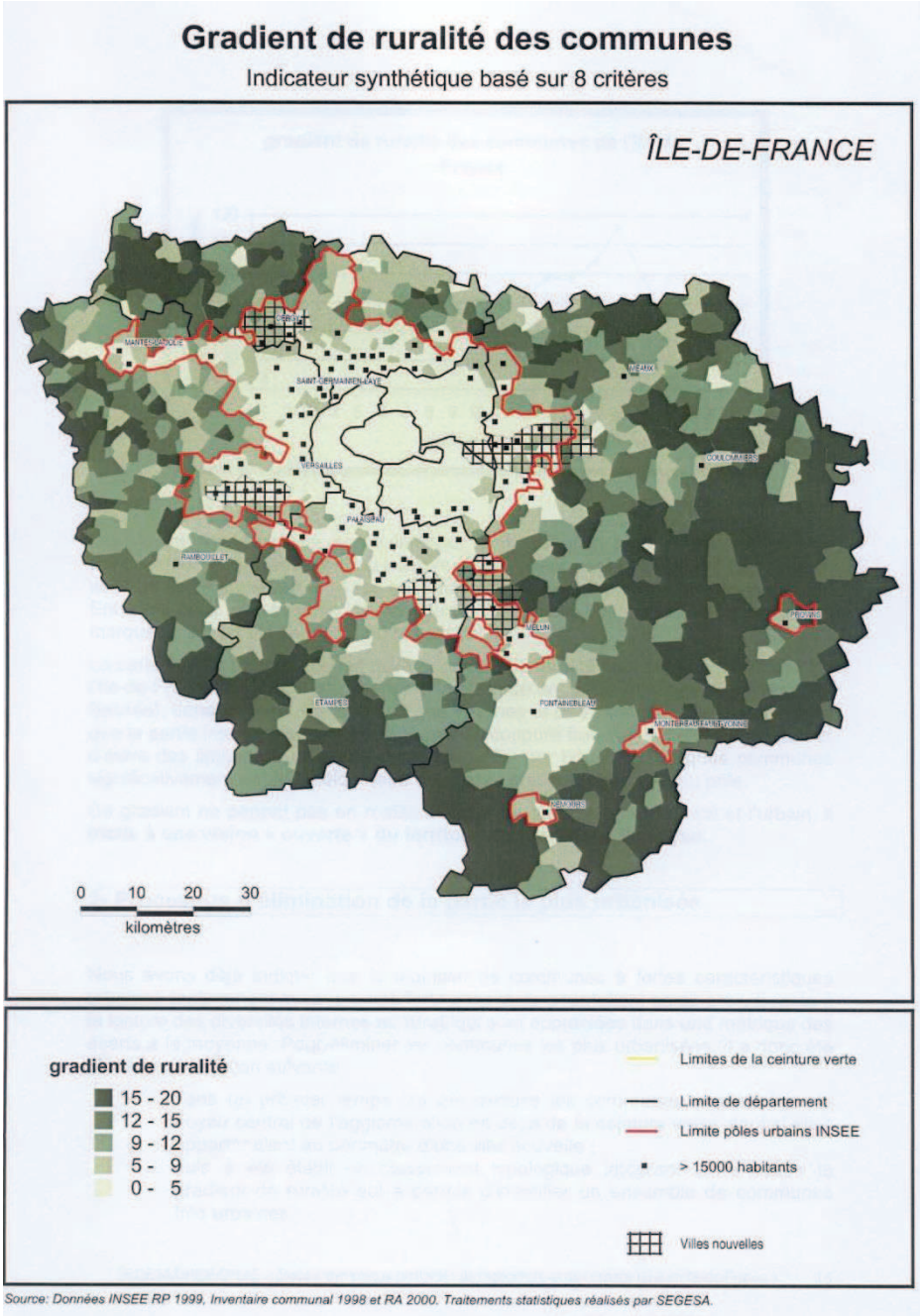
Fonte: Governo France.

Apesar de ser uma região histórica, com registros, a partir do século X, a região IDF foi criada, administrativamente, pela Lei n° 76.394, de 6 de maio de 1976. Em 1982, a IDF tornou-se uma região relativamente autônoma, em função da Lei de descentralização econômica e política, a qual enquadrou todas as regiões francesas, em coletividades territoriais dotadas de um contingente de autonomias. A IDF possui uma superfície de 12 mil Km^2 com 11, 7 milhões

de habitantes, com uma densidade demográfica correspondente à 991 hab./ Km^2. Compõem a IDF 1.281 communes e seu território guarda 80% de área natural, destas, 51% são ocupadas pela atividade agrícola e 24% por florestas (IAURIF-DRIAF, 2004). A capital, Paris, com 105 Km2, possuía em 2013, uma população de 2.229.621 habitantes e densidade demográfica de 21.258 hab./Km2 (INSEE, 2016).

A IDF possui uma plataforma de dados públicos, com informações sobre as situações fundiárias, produtivas, econômicas e sociais do setor agrícola. No planejamento regional, os espaços são definidos, em domínios urbano e rural, sendo o último majoritario em termos de área no território e, definido por grandiente de ruralidade (FIGURA 16).

Figura 16 – IDF – Grandiente de ruralidade das communes 1999.



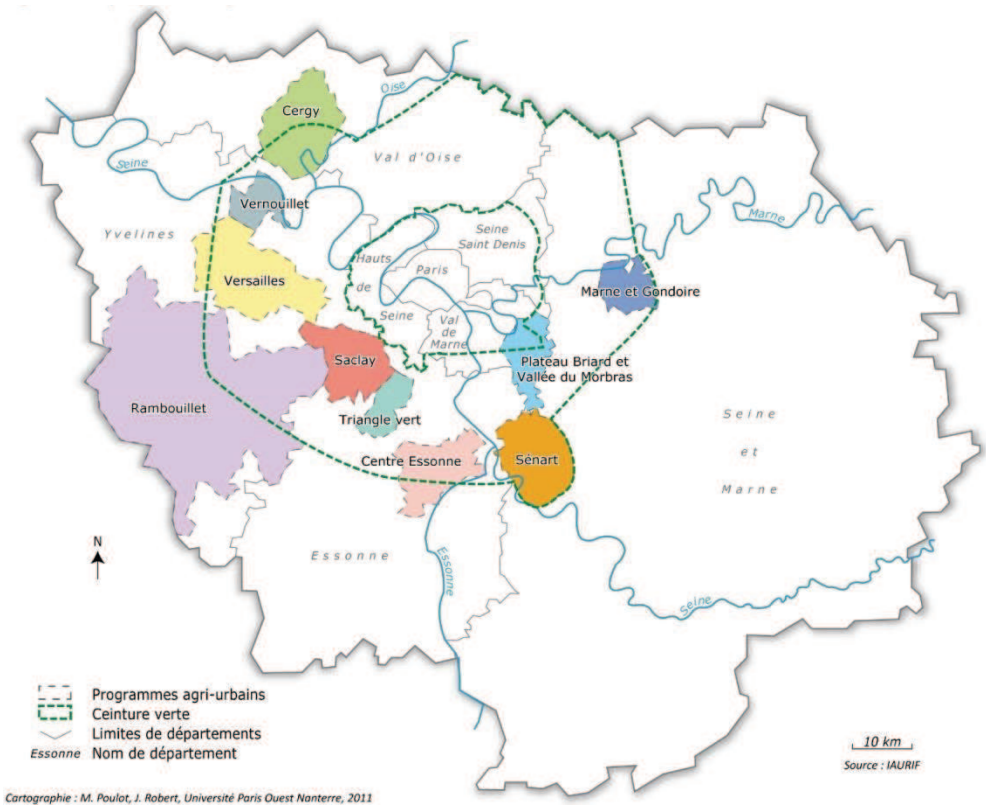
Fonte: Réseau rural et peri-urbane: http://www.reseaurural.fr/region/ile-de-france

O rural, em IDF, é definido em diferentes categorias, tais como se seguem: 1) comunas rurais: compreendendo aquelas com menos de 2000 habitantes ou as que possuem entre 2000 e 2500 habitantes, porém, com 85% de área rural; 2) municípios rurais importantes: compreendendo aqueles com população entre 2000 e 5000 habitantes, mas com área rural inferior a 85%; 3) Polos urbano-rurais: compreendendo municípios com população entre 10.500 e 35.000 habitantes e, em grande medida, estruturam o território rural da IDF.

A população rural da IDF corresponde a 1.038.000 pessoas (Reseau ruraux, 2010). Em

2005, segundo dados do Service Régional de l'Information Statistique et Économique (SRISE), havia 286 horticultores na IDF, cultivando, em áreas médias de 7,5 ha., os quais ocupavam 1% da superfície agrícola regional. Os horticultores estão presentes, na *Petit Couronne* e na região do Cinturão Verde (Figura 10), à menos de 30 km de Paris e, além de regiões subjacentes, envolvendo os departamentos Essone; Seine-et-Marne; Val d'Oise e Yvelines.[68] Ressalta-se que a pressão urbana é intensa nas regiões próximas de Paris. Atualmente, o Cinturão Verde estende-se num território de 266 000 hectares, representando 22% da superfície regional. Entre 1980 e 2000, a superfície agrícola, do Cinturão Verde (Ceinture Verte), diminuiu em 20%, e o número de estabelecimentos agrícolas da região passou de 3.300 a 1.200 unidades, baixando-se para 60 %, (CLAVEL et al, 2010).

Figura 17: Cinturão verde de IDF (2005)



Fonte: Réseau rural et peri-urbane: <http://www.reseaurural.fr/region/ile-de-france>.

No que tange ao perfil educacional dos chefes dos estabelecimentos agrícolas, em IDF, estes eram mais diplomados do que a média do seu segmento na França. Dos agricultores da região, 59% possuíam o diploma de *baccalauréat*[69] (o que significa 6 pontos acima da média

[68] Dado veiculado pelo Chambragri. Disponível em:<https://goo.gl/EsHREH>.
[69] O *baccalauréat* ou *BAC* equivale aos três primeiros anos de estudos universitario cuja formação torna o individuo apto a desenvolver diversos trabalhos especializados e qualificados.

nacional) e 38% não possuíam nenhuma formação (enquanto que a média nacional era de 41%). Ressalta-se, no entanto, que a maioria dos agricultores diplomados *post-baccalauréat* eram jovens (AGRESTE, 2010).

Em IDF, o perfil fundiário agrícola é marcado pela locação de terras, equivalendo a 84% da sua *Superficie Agricole Util* (SAU). Tal condição apresenta-se como uma tendência, de forma que, em 2010, a quantidade de terras cultivadas por proprietários encontrava-se na casa dos 15%, da SAU, contra 26%, em 2000. Outra característica do perfil fundiário da IDF é a concentração de mais de 70% das terras agrícolas ocupadas, pela produção de grãos e cereais, cultivados, geralmente, em grandes áreas. Em 2010, havia 6.538 estabelecimentos, dirigidos por 7.790 agricultores. A taxa de extinção das explorações agrícolas, na região, foi de -2,1% por ano (entre 1979 e 1988) e -3,2% por ano (entre 1988 e 2000). Nos últimos doze anos, as terras liberadas foram ocupadas por agricultores da região, principalmente cerealistas, o que contribuiu para o aumento da superfície média das unidades de produção, passando de 62 para 89 ha. Nesse contexto, conforme as pequenas unidades foram desaparecendo, aglutinaram-se em unidades de produção com mais de 200 ha (AGRESTE, 2010). As unidades de produção por tamanhos das áreas estão apresentadas, na Tabela 7 abaixo:

Tabela 7 – Estabelecimentos agrícolas segundo o tamanho da área em 2010

	em número de estabel			
Tamanho da área (ha)	Ano 2010		Ano 2000	
	Ile-de-France	França	Ile-de-France	França
Menos de 20 ha	1 108	235 430	2 035	359 139
De 20 a menos de 50 ha.	439	88 356	708	138 256
De 50 a menos de 100 ha.	901	97 611	1 165	122 303
De 100 a menos de 200 ha.	1 727	72 668	1 923	64 356
De 200 ha ou mais	851	20 629	707	14 481
Total	5 026	514 694	6 538	698 535
Média da área agrícola/ estabelecimentos	113	53	89	40

Fonte : Agreste 2010.

Em relação à renda média dos residentes rurais da IDF, calculada pelo nível de vida,[70] tem-se os dados de 2009, disponibilizados pelo *Centre d'Observation de la Société*. De acordo com esses dados, as populações rurais apresentavam menor poder aquisitivo do que as populações das zonas urbanas. Tendo como referência o salario mínimo francês, de 2010,

[70] Centre d'observation de la société. Disponível em:<https://goo.gl/CLvQvP>.

denominado *Salaire Minimum Interprofessionnel de Croissance* (SMIC), no valor de 1.200 €, destaca-se que a média salarial dos habitantes da IDF correspondia à 1806 € e no caso dos horticultores, a renda mensal variava entre 1400 e 2000 euros.[71] Em relação ao nível de vida média dos residentes, em espaços urbanos, este correspondia à 19.200 euros anuais per capita contra 18.800 euros dos campesinos, no entanto, a taxa de pobreza era 2,7% maior na zona urbana do que na zona rural.

No que diz respeito ao perfil social dos agricultores na IDF, segundo o quadro 7, destaca-se que a agricultura é praticada, de maneira significativa, por agricultores com menos de 40 anos, porém a maior parte dos agricultores possuíam idades entre 50 e 59 anos. De 2000 para 2010, a quantidade de jovens agricultores caiu quase pela metade, passando de 1.421 para 842. Entre as faixas etárias, a população agrícola jovem apresentou a maior baixa, podendo ser observada, na Tabela 8 que se segue:

Tabela 8 – IDF - Estabelecimento agrícolas, segundo a idade dos chefes das unidades de produção em 2010.

Idade dos chefes das unidades de produção	Ano 2000	Ano 2010	Diferença
Menos de 40 anos	1 421	842	579
De 40 à 49 anos	1 803	1 327	476
De 50 à 59 anos	1 902	1 679	223
De 60 anos ou mais	1 412	1 178	234
Total	6 538	5 026	1512

Fonte: Agreste 2010b.

Em 10 anos (1990/2000), na IDF, o emprego agrícola diminuiu 28%, como reflexo da escassez de trabalhadores agrícolas na região. Tal diminuição manifestou-se como uma tendência nos anos seguintes. Assim, em 2010, havia 11.400 pessoas trabalhando, regularmente, nas unidades de produção agrícola, a qual correspondia a menos de 8% da força de trabalho que era de 12%, em 2000 (AGRESTE, 2010b). Quanto aos trabalhadores contratados, estes representavam, em 2010, 32% da força de trabalho, que diminui, de 2000 para 2010, a uma taxa superior às dos chefes de família, correspondente, respectivamente, a -27% e -18%. Os trabalhadores assalariados encontravam-se, hegemonicamente, nas médias e grandes unidades produtoras de grãos, trigo, oleaginosas e beterrabas. Não obstante, em 45% dessas unidades, operava-se como mão de obra sazonal. A horticultura, por seu turno, empregava 24% da força de trabalho não familiar.

[71] Institut national de la statistique et des études économiques. Disponível em: <https://goo.gl/04QyDW>.

De maneira resumida, os principais problemas enfrentados pelos agricultores da IDF são a concorrência com produtos alimentares de outras regiões (nacionais e internacionais); a dificuldade de encontrar mão de obra e; a pressão da expansão e serviços urbanos (habitação, industria, lazer) sobre os espaços agricultáveis. Esses problemas são fatores de insegurança fundiária para os agricultores. Segundo trabalhos realizados por Torre (2013) e também Darly e Torre (2008), a IDF é uma região que apresenta conflitos no setor agrícola. De acordo com Darly e Torre (2008), dos 83 casos de conflitos na região, apenas 9 estavam diretamente ligados à atividade agrícola e correspondiam à determinadas técnicas de produção, dentre as quais citamos: perfuração de poços artesianos, usos de pesticidas e de sementes geneticamente modificadas (transgênicas). Os outros conflitos estáo indiretamente ligados à estrutura fundiária para a atividade agrícola por meio do bloqueio das terras agricultáveis, pelas construções ilegais, residências secundárias, conjuntos habitacionais, bem como, pela instalação de depósitos de lixo. Atrelado aos parcelamentos dos solos rurais para diferentes usos, tem-se o aumento dos preços dos terrenos, que configura-se numa dificuldade para novas instalações de unidades de produção e para a sucessão das terras agrícolas entre gerações famíliares. A diminuição dos espaços agrícolas na IDF foi significativa, diminuindo 2.500 ha/ano, entre os anos de 1990 e 1994, e ainda, 1200 ha/ano entre os anos de 1999 e 2003. Além da expansão urbana, a reorganização dos espaços rurais para acomodar a função ambiental (ex. criação de parques naturais) também contribuíram para a diminuição dos espaços agricultáveis. Numa menor proporção, tem-se os conflitos postos pela população local, os quais referiam-se aos impactos ambientais causados pela atividade agrícola (como, por exemplo, a poluição das águas e desmatamentos).

Torre (2013) e Darly e Torre (2008) apresentaram outros fatores desestabilizantes da atividade agrícola na IDF, dentre eles, têm-se: 1) a precariedade na circulação comercial dos produtos agrícolas; 2) as limitações de infraestrutura e de disponibilidade de espaços de produção, frente a um mercado agroalimentar competitivo; 3) o escasso acesso aos mercados institucionais, como, por exemplo, escolas públicas e; 4) o alto custo ou a baixa oferta de mão de obra influenciada pela proximidade dos grandes centros urbanos.

Até 1998, na IDF, as áreas agrícolas, assim como as florestas e os parques, compunham os espaços definidos como abertos. No entanto, enquanto os parques e florestas contavam com um zoneamento que regulava ou restringia determinadas construções e atividades econômicas, as áreas agricultáveis se enquadravam na categoria de espaços abertos não protegidos, por conseguinte, potencialmente disponíveis à expansão urbana.

Atualmente, as questões ambientais e de saúde têm levado os citadinos a reconhecerem

os riscos contidos nos modos de produção e na má qualidade dos alimentos, o que tem levado à constituição de novos valores e interesses sociais. Esses últimos refletem a preocupação da sociedade em preservar a agricultura local e o ambiente natural. Nessa medida, o rastreamento da origem e do processamento dos alimentos e, ainda, o estabelecimento de relações de proximidade entre agricultores e citadinos, emergem de uma demanda social. A forma como o governo e a sociedade *francilienne* estão reagindo, materializa-se na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento agrícola, apresentadas no próximo item.

5.2 A Política rural e agrícola no plano regional da IDF

A política rural e agrícola na IDF é orientada por um plano regional, denominado *"La Pac à l'horizon 2020: Alimentation, ressources naturelles et territoire – relever les défis de l'avenir*",[72] em vigor desde novembro de 2010, o qual é parte da *Politique Agricole Commune* (PAC), da França. Dentre os objetivos da PAC, para IDF, destacam-se a promoção da produção alimentar sustentável, da gestão sustentável dos recursos naturais, da luta contra a mudança climática e do desenvolvimento territorial. Também fazem parte dos objetivos da PAC, a manutenção de um quantitativo de agricultores e empregos agrícolas, com prioridade para os estabelecimentos *"à taille humaine"*. Esses últimos, são unidades de produções agrícolas desenvolvidas, em pequenas áreas, e empregadoras de mão de obra.

O reconhecimento dos espaços agrícolas e dos agricultores nos Planos Diretores da região IDF, enquanto estratégicos socioeconomicamente, ocorreu após 1998. De acordo com Fleury (2005), nos anos de 1960, a urbanização inseriu-se, prioritariamente, na agenda pública do planejamento da IDF. Em 1961, as instâncias regionais de urbanismo introduziram o conceito de Plano de desenvolvimento e de organização geral "*Plan d'aménagement et d'organization générale*" (PADOG) para as grandes vilas francesas. Este plano tinha como objetivo repensar as soluções para as necessidades urbanas, enquanto os espaços agrícolas apresentavam-se em branco, nos mapas da região, estando livres para construção.

Em 1965, foi criado o primeiro Plano Diretor da IDF. Segundo Fleury (2005), este plano, de cunho estritamente urbano, tinha como principal objetivo combater a congestão urbana. Nesta perspectiva, entre 1967 e 1973, foram criadas cinco novas cidades, num raio de 35 km de Paris, atrelada a uma política de estruturação da mobilidade regional. Com o objetivo de interligar todas as regiões da IDF, tal política materializou-se na instalação de rodovias e do

[72] "A PAC no horizonte 2020: Alimentação, recursos naturais e território – superar os desafios futuros" Tradução minha.

sistema ferroviário, denominado *Réseau Express Régional* (RER).

De acordo com Fleury (2005), em 1976, o Plano Diretor apresenta um novo olhar sobre o território regional. Nele foram incorporadas políticas para a manutenção dos espaços naturais, no meio urbano, compreendidos como locais de descontinuidade do tecido urbano e que foram definidos como Zonas Naturais de Equilíbrio (ZNE). Essas zonas constituíram-se tanto com o objetivo de preservar a natureza quanto de promover o lazer. Nesse plano, a agricultura foi concebida como uma atividade estritamente econômica, o que refletia a concepção desse setor para a Política Agrícola Comum.

Em 1994, a demanda por produtos frescos provoca, nos poderes públicos e na sociedade local, um olhar mais atento ao Cinturão Verde. Nesse período, foi criado um instrumento de gestão do território denominado "*Observation de la Consommation des Espaces Agricoles et Naturels*"[73] (OCEAN), com o propósito de estudar os espaços rurais e monitorar o consumo das terras agrícolas. No entanto, esse instrumento foi, efetivamente, colocado em prática, a partir do Plano Diretor de 2004.

Ainda em 1994, destaca-se que a agricultura foi incorporada ao planejamento regional da IDF, como componente dos espaços naturais. Nesse Plano Diretor, as terras e as atividades agrícolas foram inseridas como estratégicas para a recuperação dos espaços devastados. Para Fleury (2005), a partir do momento que os espaços agrícolas foram reconhecidos e passaram a compor o "quadro verde e paisagístico" do território, o reconhecimento da atividade agrícola no planejamento público deixou de restringir-se aos limites do "cinturão verde". No entanto, destaca o autor, o setor agrícola continuou, na prática, apreendido como atividade prioritariamente econômica, assim como o foi, durante a vigência do Plano Diretor de 1976.

Depois de 1994, o caráter multifuncional da agricultura apresenta-se mais explícito no planejamento da IDF. A partir desse momento, os sistemas de cultivo, praticados pela maioria dos agricultores convencionais, começam a sofrer rejeições, por parte da opinião pública citadina, e esta se coloca a favor da agricultura ecológica, devido a aspectos, como a preservação do meio ambiente e a proteção da saúde humana. Na análise de Fleury (2005), a compreensão dos espaços agrícolas, como espaços abertos, foi sendo reforçada nos Planos Diretores, ao longo de 29 anos (compreendidos entre 1965 e 1994), porém, nos últimos 10 anos, a atividade agrícola incorpora outras representações, as quais serão explicitadas nos Planos Diretores subsequentes.

Em 2004, começa a revisão do Plano Diretor da IDF denominado *Schéma Directeur de*

[73] "Observação do Consumo dos Espaços Agricolas e Naturais". Tradução minha.

la Région d'Ile-de-France (SDRIF) - colocado em ação em 2008. Entre 2008 e 2013, esse plano sofreu diversas modificações que passaram a compor o Plano Diretor de 2013 com alcance temporal até 2030. Com o intuito de se antecipar às mudanças climáticas e de criar um campo solidário entre a sociedade local, fizeram parte dos objetivos desse plano, o reforço das atratividades nas zonas rurais e o subsidio e acompanhamento da convenção ecológica das unidades agricolas da IDF.

De acordo com Ferri (2010), no SDRIF 2013, com um horizonte de 20 anos, a atividade agrícola impõe-se enquanto um tema central cuja apreensão das áreas agrícolas reforçou a descaracterização das mesmas como espaços abertos. Em termos de concepção, as áreas agrícolas deixaram de ser reserva de espaços para o desenvolvimento urbano e passaram a ser áreas protegidas por suas especificidades e valores socioeconômicos e ambientais. Segundo o autor, a inserção das zonas agrícolas, no planejamento regional, ocorreu com mudanças de concepções sobre o espaço rural, os quais fundamentaram a efetivação e constituição de instrumentos, indicadores e estudos sobre o mesmo. Nesse contexto, a importância dos agricultores e de suas atividades foi colocada em evidência para a sociedade como um todo.

A retirada das áreas agrícolas da composição dos espaços abertos da IDF ameniza um dos fatores de riscos implicantes sobre a manutenção da agricultura. Os agricultores, enquanto situados em espaços abertos, estão expostos às pressões e conflitos de interesses socioeconômicos sobre seus lugares de produção e reprodução. Quando não ocorre o reconhecimento do espaço agrícola, os agricultores se expõem à pressão e o conflitos de usos sobre seus lugares. De acordo com Torre (2014), as incertezas sobre o futuro de seus lugares foram legitimadas nos planos diretores anteriores, e traduziu-se na baixa possibilidade de redistribuição das terras. Isso porque, segundo o autor, quando os agricultores se encontram em áreas de fronteira com a zona urbana central, as gestões fundiárias, favoráveis às especulações ou investimentos, aumentam o preço dos terrenos e, dificultam a previsão de manutenção e crescimento das atividades agrícolas.

Numa tentativa de planejamento territorial, Brédif (2012), em seu trabalho sobre o lugar do agricultor na metrópole, apresenta uma estratégia de proteção dos espaços agrícolas, por meio de suas demarcações, em Zonas de Preservação Agrícola (ZPA). Tal zoneamento fundamenta-se na importância de se reservar terras agricultáveis, na região metropolitana, com fins de produção alimentar e reprodução social dos agricultores. Na perspectiva do ZPA, foram estabelecidos limitações para o consumo dos espaços agrícolas em áreas urbanas e rurais. Nessas zonas, as atividades e empreendimentos econômicos com potencial de prejudicar a sustentabilidade agrícola, são interditados. Os espaços agrícolas protegidos encontram-se nas

zonas rurais, no Cinturão Verde e na Trama Verde e Azul da região.[74] Além desses espaços, as zonas de proteção agrícola sobrepõem-se às outras zonas de proteção, tais como: *Les lisières de forêt* (Bordas de florestas); *les continuités* (continuidades), *les coupures d'urbanisation* (intervalos de urbanização) et, *les liaisons vertes* (corredores verdes). Segundo o autor, a definição e a delimitação dos espaços agrícolas possibilitam aos agricultores saberem quem eles são, como eles são e o que eles realmente precisam. Nessa medida, o reconhecimento dos espaços onde os agricultores vivem e trabalham, exclui como seus os lugares de vivência de uma categoria espacial frágil (espaços abertos) para uma forte (zonas de proteção).

Ressalta-se ainda que, os interesses em proteger as áreas cultivadas vêm crescendo de forma gradativa na agenda pública da IDF. Para Fleury (2005), a defesa da QV foi um dos fatores que contribuíram para que o avanço da urbanização, sobre o meio rural, ocorresse a uma taxa baixa. Somada à QV, a criação das zonas de proteção agrícola foi motivada pela precaução contra uma possível crise alimentar (FERRI, 2010). Ressalta-se que, na IDF, a crise alimentar não envolve a oferta e acesso aos alimentos, ela se atrela à qualidade do alimento, que, nos últimos anos, mostrou-se comprometida com a emergência de vários escândalos alimentares, a exemplo da Vaca Louca; da Gripe Aviaria; do uso abusivo de agrotóxicos e de insumos químicos (FLEURY, 2005). A ação social que se estabeleceu na IDF, em prol da produção agricola sustentável e com alimentos de qualidade, caracteriza-se pela formação de redes de proximidade entre agricultores e citadinos, com o objetivo de fortalecer a agricultura *paysan, terroir,* ecológica e regional.

Portanto, atualmente, na IDF, os espaços agrícolas, assim como os espaços naturais, estão identificados e protegidos por instrumentos de Gestão Pública. Para além desses instrumentos, faz parte da política agrícola da região, a estruturação de uma rede de proximidade rural/urbana, bem como o apoio à instalação e à recuperação de unidades agrícolas, preferencialmente, ecológicas.

5.3 O desenvolvimento da agricultura ecológica na região

Antes de contextualizar o desenvolvimento da agricultura ecológica na IDF, é importante discorrer sobre seu contexto na França. A agricultura ecológica denominada *biologique* na França é uma prática em expansão nesse país. Em 1995, havia 3.602 estabelecimentos aumentando para 8.985, em 2000; 11.402, em 2005; 19.594, em 2010 e;

[74] A trama verde e azul (TVB) tem como objetivo impedir a perda de biodiversidade por meio da conservação e gestão, levando-se em conta as atividades humanas, em particular a agrícola, em áreas rurais. (Art. L.371-1 du code de l'environnemen).

24.467, em 2013 AgenceBio e Gab-IDF (2014). Em termos de área, no ano de 2013, a agricultura *biologique* estava presente em 1.060.756 ha, correspondendo a 3,93% da SAU do país. As normas que regulavam a agricultura ecológica francesa eram as mesmas estabelecidas para toda a União Europeia, qual seja CE[75] n° 834, de 28 de junho de 2007, e regulamenta pela CE n° 889, de 5 de setembro de 2008. Esses regulamentos agrupam um conjunto de regras que abrangem a produção, transformação, distribuição, importação, controle e rotulagem dos produtos ecológicos. Todos os agricultores ecológicos estão sujeitos à certificação (equivalente à auditora no Brasil) realizada por empresas especializadas. Na França, foram contabilizados, em 2013, 9 instituições certificadoras, sendo estas: Ecocert France; Agrocert Certipaq (Marcas: Aclave / Certipaq); Bureau Veritas/Qualite – France; Fance; Sgs – Ics; Certisud; Certis; Bureau Alpes Controles e; Qualisud (AGENCEBIO e GAB-IDF, 2013).

No entanto, ressalta-se uma exceção ao modelo de certificação auditora, denominado Sistema Participativo de Garantia (SPG). Nesse sistema, a garantia da qualidade ocorre localmente e a certificação processa-se com a participação ativa de agricultores e consumidores organizados em redes, em que se desenvolvem relações de proximidade e intercâmbios de conhecimentos. Tal sistema era operado, na França, pela Nature & Progrès, instituição fundada, em 1964, composta por consumidores e profissionais, com interesse na produção agroecológica. Os produtos certificados, através do SPG, seguem as orientações contidas no documento *Acts* 127, da Nature & Progrès,[76] e respeitam as especificações legais da agricultura *Biologique*[77] postas para toda Uniao Européia. No caso da certificação por SPG, há uma redução nos custos, quando comparados com os da certificação auditora. No entanto, os produtos com certificação SPG não podem ter o selo AB (*Biologique),* sendo esta, prerrogativa exclusiva dos produtos certificados por Empresas auditoras (NF EN 45011 ou ISO 65 de 1991). Assim, em 2008, havia mais de 200 produtores ecológicos certificados por SPG impossibilitados de utilizar o selo AB em seus produtos e, por conseguinte, impedidos de beneficiarem-se dos subsídios públicos. Os agricultores ecológicos por SPG, com interesse em ampliar suas vendas, no mercado agroalimentar em geral, são obrigados a aderirem à certificação auditora.

Com foco na IDF, a qual é a primeira região da França em consumo de produtos *Biologiques,* tanto em valor absoluto quanto relativo (FRANCE, 2009). Para fomentar as conversões e as instalações de unidades agrícolas ecológicas, nessa região, o Governo criou um

---

[75] Comissão Europeia (CE).

[76] *Acts* 127. Disponível em: <https://goo.gl/I6z1uDpdf>.

[77] Somente os produtos que contém mais de 95% de ingredientes de cultura orgânica podem ser etiquetados como produto *Bio*. Não obstante, aqueles ingredientes de origem não orgânica devem constar no rótulo dos produtos. A logo *biologique* "AB" é padronizada para todos os produtos Bio da Europa.

plano para o seu desenvolvimento intitulado: *Plan de développement 2009-2013 de l'agriculture biologique en Île-de-France* – Planbio 2009/2013 (FRANCE, 2009).

Esse plano pautava-se em estratégias que facilitavam o acesso à terra, a permanência e, a sucessão de agricultores *biologiques*. A fim de garantir a disponibilidade de terras, no plano utilizavam-se como referência as áreas agrícolas previamente resguardadas para esse fim e identificadas no Plano Diretor da IDF (SDRIF). Além do acesso à terra, os agricultores possuíam assistência técnica para instalação e conversão das unidades ecológicas, bem como o acesso aos mercados institucionais, como refeitórios públicos de escolas e hospitais (FRANCE, 2009). A ajuda ao desenvolvimento das unidades agrícolas ecológicas envolve ações que favorecem a transmissão de estabelecimentos agrícolas entre agricultores. Por meio dessa política, as unidades de produção sem sucessor e os potenciais cessionários foram rastreados. Atrelado à essa ação, tem-se o acompanhamento de candidatos à instalação e a divulgação de espaços agrícolas disponíveis. O projeto de ajuda à instalação apresenta um viés ecológico e ocorre por meio de um coletivo, formado por organizações governamentais (Groupament d'Agriculture Biologique - GAB) e não governamentais (Association pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne – AMAP,[78] Terra de liens e "*Pôle Abiosol*"). Essas instituições animam, orientam e organizam consumidores e agricultores, em prol da agricultura ecológica e do consumo local.

A agricultura ecológica é desenvolvida tanto por pequenos *paysans* (camponeses), cultivadores de legumes, frutas e folhosas, em sistemas rotativos e consorciados de produção, quanto por grandes produtores patronais cultivadores de grãos, cereais e oleoprotogenosas, em sistemas intensivos e de monoculturas Nos sistemas agrícolas ecológicos franceses encontramos duas categorias de estabelecimentos: os convertidos e os instalados. Os primeiros referem-se aos agricultores que passaram de uma agricultura convencional para a ecológica, e os instalados referem-se aos sujeitos neorurais, que compram ou alugam a terra para desenvolver esse tipo de atividade agrícola.

As instalações de horticultores *biologique,* na IDF, segundo Blanc (2011, 2012), apresenta uma particularidade, que é o vinculo relativo ao fenômeno "neorural" e uma significativa abstinência de horticultores convencionais convertidos para a prática da agricultura ecológica. Em 2010, a horticultura ecológica era significativamente dominada por novas instalações, em que a maioria dos sujeitos não tinha origem no meio agrícola. Segundo Blanc (2011), até a data de 2010 eram poucos os estabelecimentos ecológicos oriundos de uma

[78] Associação para manter uma agricultura camponesa (AMAP). Tradução minha.

"conversão", havendo apenas cinco conversões registradas na IDF. Segundo o autor, para aqueles agricultores oriundos da agricultura convencional, a conversão para a agricultura ecológica ocasionava profundas recomposições dos instrumentos de produção. Alguns horticultores traziam, como características, a conversão parcial da área e baixa diversidade de legumes convertidos em ecológicos. Por exemplo, havia horticultor que tinha convertido 3 hectares, numa área de 15, e que produzia 3 tipos de produtos *biologiques* e 25 convencionais. Com um número reduzido de agricultores convertidos na IDF, Blanc (2011) concluiu que o crescimento da horticultura *biologique,* na região, foi, essencialmente, fruto de um movimento de neo-rurais e de suas "instalações".

Em relação às "instalações", Blanc (2011) destaca que a quase totalidade do contingente de "instalados" não eram descendentes de agricultores e compunham-se de indivíduos de origem urbana ou Peri-urbana, significando um "retorno à terra". A idade média dos chefes dos estabelecimentos ecológicos, na IDF, é de 47 anos, sendo que os horticultores possuiam, em média. 43 anos. Um quarto (1/4) dos horticultores ecológicos tinha menos de 40 anos e aqueles com mais de 60 anos representavam 4%. Blanc (2011) salienta que, a média abaixo de 40 anos de idade dos horticultores ecológicos instalados, indica uma tendência ao rejuvenescimento no perfil dos sujeitos que praticavam essa atividade, bem como, a ocorrência de uma reorientação profissional do citadino. Para o autor, a conversão e a instalação de horticultores ecológicos representa dois tipos de "rupturas": 1) ruptura com o modo de produção convencional, com os hábitos, e relações socioeconômicas; 2) ruptura com a trajetória profissional e de vida do neorural, de origem não agrícola.

De acordo com AgenceBio e Gab-Idf (2013) e Blanc (2011, 2012), a primeira unidade de horticultura *biologique* data de 1970, na IDF. Entre os períodos de 1970 e 1990, a evolução dessa prática na IDF ocorreu de forma quase inexpressiva e após esse período, o número de estabelecimentos evoluiu significativamente. Segundo dados da AgenceBio et Gab-Idf (2013), entre 2008 e 2012 registravam-se 75 estabelecimentos em agricultura *biologique*. O número de estabelecimentos *biologiques* teve seu ápice, entre 2009 e 2010 (29 em 2009 e 27 em 2010). De acordo com os dados do AgenceBio et Gab-Idf (2013), no fim de 2012, havia, na IDF, 186 estabelecimentos *biologiques,* em conversão ou instalação, o que significou um aumento de 4,5%, em relação à 2011 e 3,5% sobre o total dos estabelecimentos no país. Ainda, 39% dos estabelecimentos agrícolas *biologiques* eram de grandes culturas de grãos, cereais e oleaginosas, e 24% de horticultura.

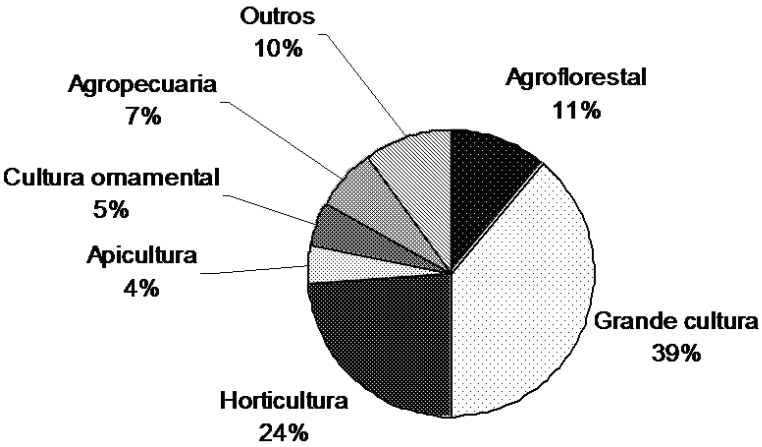
De acordo com Blanc (2012), a explosão do número de horticultores *biologique*s, na IDF, foi o resultado de um intenso trabalho, realizado por um conjunto de atores na região. Esse

atores eram do meio profissional agrícola, como o "*Groupement des Agriculteurs Biologique d'Île-de-France*"[79] (GAB), da sociedade civil, tais como "*l'Association Terres de Lien" ou "l'Union des Associations de Sauvegarde du Plateau de Saclay*", e uma terceira organização que articulava as esferas profissionais (agricultores) e consumidores, denominada "*l'Association pour le Maintien d'Une Agriculture Paysanne*"[80] (AMAP) Île-de-France. Esses atores recebiam apoio político ou financeiro para mobilizar e ajudar nas conversões de instalações agrícolas ecológicas, por meio de organização de consumidores fundamentada numa reflexão sobre as relações entre alimentação, meio ambiente e saúde.

Porém, por ser uma região dominada por grandes culturas, o tamanho médio dos estabelecimentos *biologiques,* na IDF, era de 112 ha, enquanto que a média nacional era de 55 ha. As grandes culturas ocupavam mais de 60% da Superfície Agrícola Util (SAU) com agricultura *biologique* e compreendiam 32% do total dos estabelecimentos da região. No que tange à produção de olerícolas, essas ocupavam apenas 5% da superfície agrícola da IDF, contudo, elas compreendiam à 43% dos estabelecimentos *biologiques* (AGENCEBIO et GAB-IDF, 2013). As distribuições das áreas agrícolas *biologiques,* por tipo de produção, podem ser observadas no Gráfico 5.

[79] A GAB é uma associação profissional de agricultores bio com unidade administrativa na IDF.
[80] Associação por manter uma agricultura camponesa. Tradução minha.

Gráfico 5 – IDF - áreas convertidas por tipo de produção (2012).

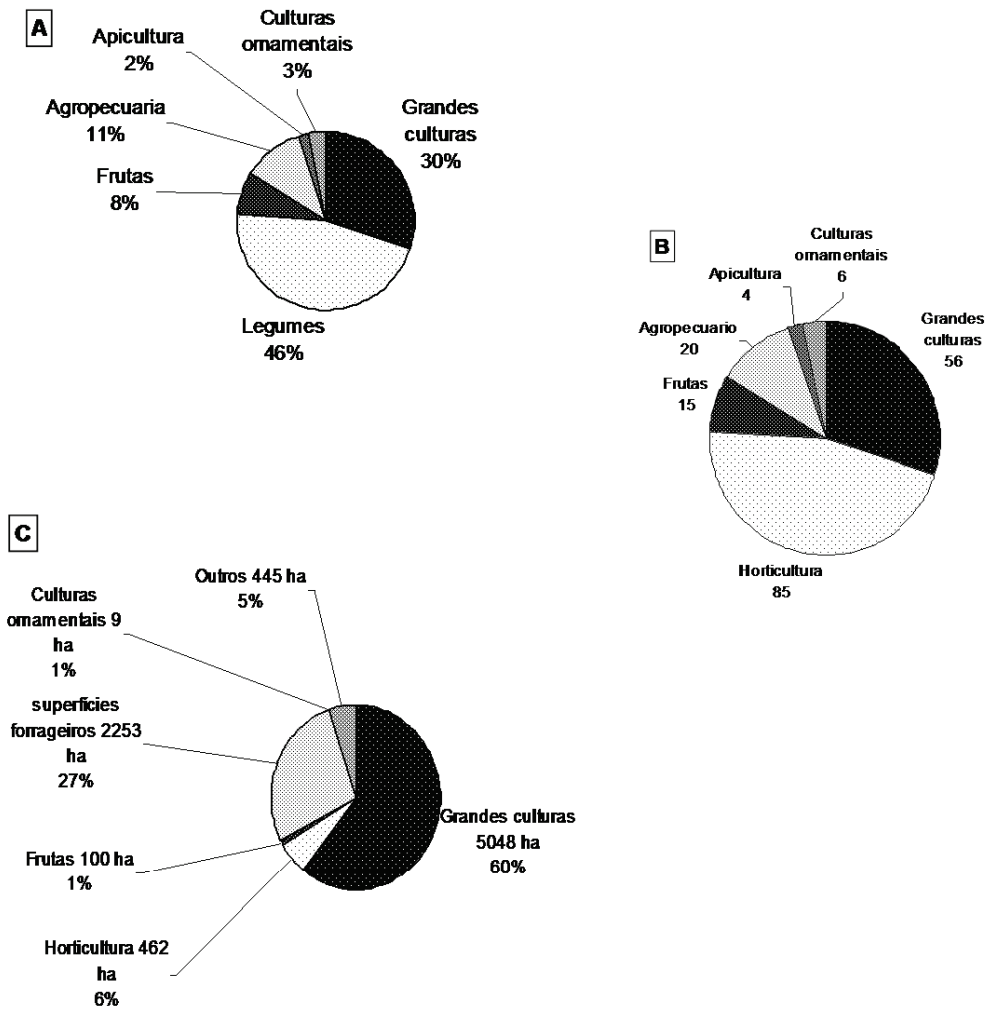


Fonte: Agence Bio et Gab-Idf, 2013. Traduzido e adaptado por SOUZA-SEIDL

Nos Gráficos 5 e 6, estão representadas as áreas convertidas por tipo de produção, em que se predominam as grandes culturas 39% (grãos e cereais) em 5048 ha e a horticultura representa 24% em 462 ha (gráficos 5 e 6C). Em termos de estabelecimentos agricolas, em função do tipo de produção, observamos que a horticultura domina com 85% do total (Gráfico 6B) e representa 46% dos produtos oriundos da região IDF (Gráfico 6A).

Em relação à produção, 46% dos estabelecimentos *biologiques* produziam legumes e 30% compreendia as grandes culturas. A agropecuária *biologique* era pouco numerosa na IDF, representando 11% dos estabelecimentos (AGENCEBIO et GAB-IDF, 2013). A concentração de estabelecimentos agrícolas *biologiques* por tipo de produção pode ser observada, no Gráfico 6, a seguir:

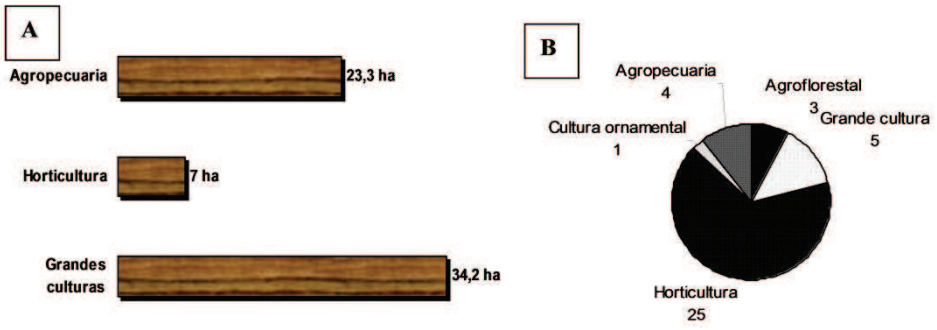
Gráfico 6 – IDF – Estabelecimentos agrícolas *biologiques* por tipo de produção (2012)



Fonte : Gab Idf ; AgenceBio, 2012. Traduzido e adaptado por SOUZA-SEIDL.

Na IDF, em torno de 2/3 das instalações *biologiques* são horticulturas. As áreas destas instalações apresentam-se dentro de uma média de 7 ha. No Gráfico 7, é demonstrada a área média e a divisão das instalações *biologiques*, segundo o tipo de produção, entre os anos de 2008 e 2012.

Gráfico 7 – IDF - Perfil das instalações AB. A) área média destinada às instalações de AB, entre os anos de 2008 e 2012; B) Divisão das instalações, segundo o tipo de produção, entre 2008 e 2012.



Fonte: Gab Idf ; AgenciaBio, 2012. Traduzido e adaptado por SOUZA-SEIDL

Por fim, em termos de agenda pública, a agricultura *biologique,* na IDF, dialoga com questões amplas e em diferentes campos. Por exemplo, no campo ambiental, as unidades agrícolas situadas em áreas de recargas são estimuladas à conversão ecológica, justificado pela proteção dos lençóis freáticos; no campo socioeconômico e climático, tem-se o estímulo ao consumo local, com o fim de dinamizar o mercado e diminuir a emissão de gases de efeito estufa; no campo do indivíduo, tem-se o estímulo à produção de alimentos com componentes naturais, motivado pela ideia de proteção e promoção da saúde. Assim, essas questões passam a operar nas interações socioeconômicas locais na região.

5.4 As interações socioeconômicas locais

Na IDF, em que as atividades e os espaços agrícolas são considerados estratégicos, nas políticas de abastecimento, de saúde e de meio ambiente, a identidade do agricultor é exposta e reforçada nas relações socioeconômicas locais. As interações materializam-se em redes de agricultores e sociedade local, apoiadas pelo Governo ou desenvolvidas por iniciativas da sociedade civil. No caso do Governo, este apoia o desenvolvimento das redes de maneira estruturante e por meio da disponibilidade de informações sobre a produção alimentar local, da abertura do mercado institucional para os alimentos ecológicos e regionais, e do desenvolvimento de circuitos curtos de produção e de consumo. Destaca-se que, na IDF, os agricultores estão inseridos em programas agri-urbanos, com o objetivo de redinamizar a atividade agrícola, via parcerias entre as coletividades locais – agricultores, citadinos e governos (Torre et al 2013, Ferri, 2010).

Como exemplo de iniciativas de circuitos curtos, animados pela sociedade civil, tem-se

a Amap, criada em 2001, na França, com o objetivo de sustentar a agricultura camponesa. As entregas das cestas duram em média 1 hora e 30 minutos. As Amaps compõem-se de agricultores *"paysans"* convencionais e ecológicos, sendo que, no ano de 2012, havia, na IDF, 260 Amaps envolvendo 15.000 famílias de consumidores e 160 agricultores.[81] Sua metodologia social caracteriza-se pela formação de grupos de compras organizados pelos próprios consumidores. Os consumidores assinam um contrato de compra de produtos alimentares com o agricultor e pagam um ano de entrega, antecipadamente. O pagamento antecipado configura-se numa forma solidária de financiamento da produção. A entrega das cestas ocorre semanalmente, em pontos e dias fixos. Os consumidores organizam-se em grupos, com a tarefa de descarregar o veículo e distribuir os produtos em cestas, como demonstrado na figura 18. O número de consumidores nas Amaps variam entre 32 e 70 pessoas, famílias? (Reunião Miramap, 2014).[82]

81 Association pour le Maintien de l'Agriculture Paysan. Disponível em: <https://goo.gl/8GAmnf>.
82 Dados apresentados na reunião Miramap ocorrida nos dias 15 e 16 de março de 2014 em Paris.

Figura 18 – Espaço Amap – tabela de produtos e organização das cestas (2013)

Fonte: Souza-Seidl, Noisiel –FR, 2013.

Outra iniciativa da sociedade civil é "*La Ruche que dit Oui*", que numa tradução literal para o português significaria "A colmeia que diz que sim", representando um tipo de organização de trabalho coletivo com um objetivo comum. A *Ruche*, gerenciada por uma pessoa, empresa ou associação, pauta-se numa nova configuração de CCP, ao utilizar-se de instrumentos da Web para conectar um ou mais agricultores a um grupo de consumidores locais, com o intuito de operacionalizar a compra direta entre os mesmos. Esse sistema não se operam por meio de contrato entre o agricultor e o consumidor. A oferta e a demanda são espontâneas e animadas pelo responsável da *Ruche*, que por sua vez, contata agricultores de até 250 quilômetros de distância dos consumidores. Após o contato com os agricultores, o administrador da Ruche divulga na internet a lista de produtos oferecidos por eles. Cada agricultor fixa o preço que lhe convém e o mínimo de demanda necessária para proceder à entrega dos produtos. No site da internet, cada agricultor dispõe de uma ou mais páginas para apresentar seu estabelecimento, trabalho e produtos, com fotos e textos à escolha do agricultor.

Paralelamente, o gestor da *Ruche* busca consumidores, mapea os produtores e define um

ponto de distribuição que pode ser uma casa de espetáculo, café e, escola, dentre outros). O pagamento é realizado via internet, pelos consumidores no momento da demanda. Os agricultores são pagos após 10 ou 15 dias posteriores à entrega, em que o dinheiro direciona-se direto para a conta do agricultor. Para participar de uma *Ruche,* o agricultor deve repassar ao gestor 16% da renda de cada transação. A relação de proximidade entre o(s) agricultore(s) e consumidores ocorre no momento da entrega dos produtos, que dura em torno de 2 horas. No ponto de entrega, as cestas encontram-se organizadas pelo gestor da *Ruche* e o agricultor fica livre para interagir com os consumidores. Na IDF, existem 148 *Ruches*, sendo que a primeira foi criada em Toulouse/França, no ano de 2011. Atualmente, existem mais de 350 *Ruches* nos territórios nacionais Francês e Belga, as quais envolvem 2.500 agricultores e 50.000 consumidores.[83]

Em termos de iniciativas de políticas públicas de CCP, destacamos, como exemplo, aquelas desenvolvidas pelo *Chambre d'agriculture* (região IDF), em parceria com o sistema de transporte público da *Société Nationale des Chemins de Fer Français* (SNCF Transilien), denominado *"Panier Fraîcher",* que ao traduzir para o português significa "Cestas Frescas". O *Painer Fraîcher* foi criado em 2007, com o objetivo de viabilizar a venda direta dos horticultores aos consumidores da região e caracteriza-se pela instalação de um ponto de venda (com barracas) nas estações de trens componentes do *Réseau Express Régional* (RER) que interligam as regiões periféricas e centrais da IDF. Somente os horticultores selecionados pelo *Chambre d'agriculture,* com o aval da SNCF Transilien, podem comercializar na banca, não sendo permitidos revendedores. Os horticultores vendem uma vez por semana, nas estações dos trens, no horário de 16:30 às 19:30 horas, por ser o momento de maior pico de usuários do transporte público. Atualmente, existem 33 estações de trem com o programa instalado.[84] O *Painer fraicheur* é o programa que mais se aproxima dos programas de CCP desenvolvidos pela prefeitura de Belo Horizonte, quais sejam: Direto da Roça e Feira da Agricultura Orgânica. Neles, os agricultores estão difusos, em diferentes pontos da cidade, de maneira a não permitir a concorrência entre os mesmos. Nas barracas são especificadas as parcerias e as identidades dos agricultores, conforme demonstrado na Figura 19. O *Painer fraicheur* está voltado para o *paysan* da região IDF e nele participam agricultores ecológicos e convencionais, sem discriminação.

Figura 19 – Feira do PAINER FRAICHEUR (2014)

---

[83] La ruche qui dit oui. Disponível em: <http://www.laruchequiditoui.fr.>.
[84] Dados constantes no Communiqué de Presse. SNF TANSILIEN, Paris, 15 maio 2013.

Fonte: Souza-Seidl, Le Raincy Villemomble Montfermeil–FR, 2014.

Figura 20 – Feira do PAINER FRAICHEUR (2014)

Fonte: Souza-Seidl, Le Raincy Villemomble Montfermeil–FR, 2014.

Por fim, dentre os programas públicos constata-se os programas de incentivo à venda

nas unidades de produção, como o *"Bienvenu à la ferme"* e o programa *"Gîtes de France"*. O "Bienvenue à la Ferme", que em português significa "Bem Vindo à Fazenda", é um programa que existe há 25 anos e reúne, atualmente, 6.448 agricultores, em todo o território Francês. Esse programa tem sido operacionalizado em 37 estabelecimentos agrícolas na IDF. Ele tem como objetivo preservar o patrimônio rural, por meio da valorização do agricultor e das paisagens rurais, por serem reconhecidos como únicos e como bem comum da sociedade.[85] O programa "*Bienvenue à la Ferme*" é um projeto de agro turismo de apoio ao desenvolvimento da agricultura por meio da estruturação dos estabelecimentos e orientação dos agricultores para receberem visitas em seus estabelecimentos. Nesse processo, os agricultores apresentam seus produtos, seus estabelecimentos e seu modo de trabalhar para os consumidores, que podem também, se hospedar nas fazendas.

O programa "Gites de France", existente há mais de 50 anos, também é um programa nacional de agro turismo, o qual é coordenado pela *Fédération Nationale des Gîtes de France,* em parceria com o *Chambre d'agriculture*. Este programa, que envolve 24 estabelecimentos agrícolas na IDF, apresenta-se tanto com o objetivo de contribuir para a renovação, conservação e valorização do patrimônio e do meio ambiente rural quanto com o objetivo de integrar a população rural ao projeto de desenvolvimento regional. As principais diferenças e semelhanças entre os programas e inciativas de CCPs, na IDF, apontados acima, podem ser observadas abaixo, no quadro 6:

[85] Chambre d'agriculture, n. 1030, fév. 2014.

Quadro 6 – IDF- Características dos programas e iniciativas dos Circuitos Curtos de Proximidade (2013)

Programas e Iniciativas de CCPs	Gîtes de France	Bienvenu à la ferme	Amap	Panier Fraîcher	La Ruche que dit Oui
Ano de criação	1951	1989	2001	2007	2011
Iniciativa	Governamental	Governamental	Sociedade civil	Governamental	Sociedade civil
Gestão	Chambres d'Agriculture em parceria com a Federação Nacional Gites de France e Ministério do turismo.	Chambres d'Agriculture em parceria com organizações não governamentais.	Associação de consumidores.	Chambres d'Agriculture e empresa publica de transporte ferroviário (SNCF).	Pessoa juridica na forma de empresa de economia solidaria.
Objetivos e características	Contribuir para a renovação, conservação e valorização do patrimônio e do meio ambiente rural, bem como, integrar a população rural ao desenvolvimento local.	Valorizar o agricultor e as paisagens rurais, com o fim de preservar o patrimônio rural.	Sustentar a agricultura camponesa local por meio da formação de grupos de compras organizado pelos próprios consumidores.	Colocar horticultores em venda direta com os consumidores, por meio da instalação de pontos de vendas nas estações de trens na região de IDF.	Operacionalizar as vendas diretas entre agricultores e consumidores por meio da internet. No momento da entrega dos produtos, ocorre a relação de proximidade entre os agricultores e consumidores.
Tipos de agricultores	Paysans convencionais e ecológicos.	Paysans convencionais e ecológicos.	Paysans convencionais e ecológicos.	Paysans convencionais e ecológicos.	Paysans convencionais e ecológicos.
Quantidade de agricultores da IDF envolvidos	7	24	160	33	2.500
Organização em IDF	Descentralizado = 9 pontos de venda.	Descentralizado = 24 pontos de venda.	Descentralizado = 260 pontos de entrega	Descentralizado = 33 pontos de venda.	Descentralizado = 148 pontos de entrega

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado por Souza-Seidl.

As relações socioeconômicas organizadas, em CCPs, estão presentes, sobretudo, no entorno de Paris, com a venda na porta dos estabelecimentos constitui uma prática recorrente, em que, a cada três horticultores, dois utilizavam este modo de comercialização (Jolly, 2012). Cabe ressaltar, a partir dos estudos de Jolly (2012), demonstra em 2010, que 2/3 da horticultura cultivada em IDF (equivalente a 298 estabelecimentos agrícolas, de um total de 455) eram em CCP. Destes, 53% eram ecológicos, e naquele período, apenas 8% dos horticultores ecológicos

não operavam suas vendas em CCPs. Os principais canais de comercialização dos horticultores, em CCPs, se encontravam no formato de feiras (50%); portas dos estabelecimentos agrícolas (28%) e cestas pré recomendadas (10%). A distribuição dos horticultores, em CCPs, pode ser visualizada, no Quadro 7 abaixo:

Quadro 7 – IDF – Horticultores em Circuito Curtos de Proximidade (2010)

Tipo	n° total de unidades horticultoras	n° unidades em CCP	Modos de comercialização em CCP
Horticultura (ecológica e convencional)	455	298	50% Feiras (Ex. Painer Fraicheur). 28% nos estabelecimentos agrícolas (Ex. Bienvenue a la ferme e Gites). 10% Cestas (Ex. Amaps e La Ruche qui d'Oui).

Fonte: JOLLY, (2012), p. 34.

O apoio governamental ao desenvolvimento de CCPs, na região de IDF, também envolve outras ações de proximidade entre os agricultores e a sociedade local. Tais ações buscam favorecer a troca de conhecimentos e experiências, assim como o estabelecimento de cooperações para o desenvolvimento de projetos agrícolas sustentáveis. Podemos citar como práticas de proximidades socioeconômicas, apoiadas pelo poder público local, a organização de excursões escolares às unidades de produção, que contam com a orientação pedagógica dos proprietários agrícolas, bem como, a criação de espaços de diálogos entre os atores do desenvolvimento rural local (agricultores, silvicultores, artesãos, ambientalistas, agentes do desenvolvimento e outros).

Em termos culturais, a conscientização alimentar, vinculada às questões de saúde e de sustentabilidade ambiental, é bem desenvolvida e expressiva na IDF. A preocupação com a qualidade dos alimentos pela sociedade francesa impõe, aos governos e ao mercado agroalimentar, a indicarem nos produtos, a identidade do agricultor, o local e o processo de produção, impondo-se assim, o rastreamento do alimento comercializado. Por exemplo, a questão da localidade e da proximidade levou o supermercado Carrefour, na IDF, a criar um marketing de valorização do produto, utilizando-se a imagem de seu produtor e de sua região (Figura 21 e 22).

Figura 21 – Exposição da identidade dos agricultores no hipermercado (2014)

Fonte: Souza-Seidl, Torcy–FR, 2014.

Figura 22 – Exposição da identidade dos agricultores no hipermercado (2014)

Fonte: Souza-Seidl, Torcy–FR, 2014.

Esse rastreamento tem favorecido a produção local e, não obstante, tem provocado ajustamentos nas escolhas dos produtos oferecidos nos supermercados, que passaram a incorporar os novos valores de consumo, os quais envolvem a agricultura, o agricultor e a alimentação. Nesse contexto, os supermercados, em Paris, e nas cidades ao seu entorno, têm ofertado uma quantidade significativa de alimentos sem aditivos químicos, sintéticos e conservantes, a exemplo de sucos, inclusive de frutas importadas (Figura 23), a preços populares.

Figura 23 – Rótulo dos sucos e compsição (2015)

Fonte: Souza-Seidl, Torcy–FR, 2014.

Além dos atributos ambientais e de saúde dos alimentos, os supermercados têm priorizado outro elemento de marketing; a relação socioeconômica estabelecida na base da produção, muito valorizado pelos consumidores. Tal prática tem motivado os supermercados a colocarem em evidência a identidade dos agricultores envolvidos na produção. Na figura 24 apresenta-se o exemplo de um marketing social aplicados nos produtos vendidos no supermercado o qual, busca chamar a atenção do consumidor pelo valor socioambiental do produto.

Figura 24 – Marketing social dos produtos importados (2014)

Fonte: Souza-Seidl, Torcy–FR, 2014.

Em resumo, o contexto socioespacial da IDF indica que a identidade dos agricultores e dos espaços agrícolas são concebidos de forma estratégica pelo governo e sociedade local, em resposta ao problemas globais (meio ambiente, abastecimento e saúde). E ainda, podemos inferir que os agricultores encontram-se numa condição favorável ao seu desenvolvimento, por estarem num patamar de valor na estrutura socioeconômica regional, que foi fortalecida pela formação de uma consciência coletiva sobre seus valores para a cultura, o meio ambiente e a economia.

CONCLUSÃO – PARTE 2

A parte 2 da tese apresentou os contextos dos agricultores e da espacialidade agrícola, nas regiões IDF, na França, e RMBH, no Brasil, com dados demográficos, sociais, econômicos e fundiários dos agricultores. Ainda nessa parte, foi analisado como os agricultores e os espaços agrícolas foram e estão entendidos nos Planos Diretores e nas políticas de planejamento regionais. Com o fim de demonstrar como a agricultura e os agricultores se situam na estrutura social dessas regiões, a abordagem focalizou os arranjos socioeconômicos estabelecidos entre o rural / urbano, e entre o agricultor / citadino.

Em termos demográficos, a relação entre a população de agricultores e citadinos, nas regiões RMBH e IDF, indicou que o abastecimento alimentar com produtos locais encontra-se fragilizado. Isso porque a população de agricultores apresenta, de forma significativa, uma tendência ao crescimento negativo. Porém, apesar das regiões apresentarem baixa população campesina, elas possuem um vasto espaço rural, verde e aberto, se comparado com os espaços urbanos.

Com o advento da agricultura ecológica, constata-se um crescimento de horticultores neorurais, em ambas as regiões, representando um fluxo migratório do urbano para o rural. Nessa medida, o segmento agrícola tornou-se mais heterogêneo, refletindo na composição das identidades dos sujeitos nesse setor. Os aspectos demográficos, e social das populações agrícolas das regiões estão resumidos no quadro 8, a seguir:

Quadro 8 – Aspectos demográficos e socioespaciais rural da RMBH e IDF

Aspectos	RMBH	IDF
Ano de constituição	1973 Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973.	1976 Lei n° 76-394 de 6 de maio de 1976.
População regional	4,3 milhões de habitantes (ano 2008)	11,8 milhões de habitantes (ano 2012)
População da capital	2,3 milhões de habitantes (ano 2010)	2,2 milhoes de habitates (ano 2012)
População rural regional	109.000 (ano 2008)	1 038 000 (ano 2010)
Queda da população rural significativa	Sim	Sim
Espaço total da região	9 mil Km²	12 mil Km²
Predominância de área rural e de florestas na região.	Sim. Sem informação de área	Sim. 80% de área natural (51% destinado à atividade agrícola e 24% destinado à reserva florestal).
Densidade demográfica regional	610 habitantes/km²	991 habitantes/ Km²
Densidade demográfica da capital	7,4 mil habitantes/ km² (censo de 2013)	21,2 mil habitantes/ km² (censo de 2014)
Número de horticultores na região	960	455
Número de horticultores ecológicos na região	9 com certificação da agricultura orgânica (2013). Agroecológicos sem certificação (não informado)	107 (2014)
Nível de educação formal dos agricultores	Mais de 40% com menos de 8 anos de estudos. Maior concentração de indivíduos com menos de 4 anos de estudos.	59% com diploma de *baccalauréat*[1] (6 pontos acima da média nacional). 62% dos agricultores com formação em técnico agrícola. Maior parte dos agricultores com diploma *post-baccalauréat* são jovens.
Perfil fundiário dos estabelecimentos agrícolas	55% proprietários 29% arrendatários Restante meeiro ou parceiro	84% da Superfície Agricole Util (SAU) sob a forma de locação. Terras utilizadas por proprietários 15% em 2010 contra 26% em 2000.
Perfil do uso e ocupação do solo agrícola.	Sem Informação	70% das terras destinadas ao cultivo de grãos e cereais em grandes áreas (mais de 200 ha).
Tamanho médio das propriedades horticultoras.	Sem informação	7,5 ha.

Fonte: Dados compilados da pesquisa bibliográfica. Elaborado por Souza-Seidl

Nota:[1]O baccalauréat ou BAC equivale aos três primeiros anos de estudos universitário, cuja formação torna o individuo apto a desenvolver diversos trabalhos bem qualificados.

Os contextos das duas regiões demonstraram que os agricultores estão inseridos em cenários diferentes, cujas especificidades vão implicar na percepção desses sujeitos sobre seus lugares de vivência e sobre suas relações com a sociedade. No entanto, as regiões apresentam, em comum, problemas no setor agrícola, relacionados ao uso e ocupação do espaço, à inclusão dos agricultores nas estruturas socioeconômicas, e à perenidade desses sujeitos nas regiões. Os conflitos fundiários ocorrem sob dois sentidos: o primeiro, refere-se às funções do espaço rural, enquanto reserva para expansão das atividades econômicas não agrícolas, como indústria, mineração, habitação, dentre outros. O segundo sentido está relacionado à função do espaço rural está relacionado enquanto reserva de recursos naturais e da biodiversidade. No caso da IDF, acrescenta-se outra especificidade, os espaços rurais agrícolas da IDF são dominados pelas grandes produções cerealistas e de grãos, sendo que, na medida que um horticultor deixa sua atividade, um grande produtor aglutina a terra à sua propriedade. Isso tem promovido o aumento no tamanho dos estabelecimentos e a homogeneização do espaço agrícola com produção de grãos e de outras monoculturas, tanto ecológicas quanto convencionais.

Ao analisarmos o tratamento dado ao meio rural nos Planos Diretores e nas políticas de planejamento territoriais, dois momentos foram marcantes. Num primeiro instante, os espaços rurais não eram considerados, com evidencia nos planos de ambas as regiões. Nesse momento, tanto os espaços rurais eram concebidos como resquícios da urbanização e atrasados, por estarem desprovidos de equipamentos e serviços públicos, enquanto as áreas agrícolas eram concebidas como parte da natureza e como espaços abertos.

No momento atual, em que vigoram os Planos Diretores SDRIF 2013-2030 na IDF e, PDDI/2011 na RMBH, a zona rural foi evidenciada por suas próprias especificidades – produção alimentar, reserva ambiental e lazer (eco turismo). Tal mudança de conotação ocorreu, em função da emergência dos problemas ambientais e de saúde, atrelados ao consumo alimentar, à produção, à organização dos espaços agrícolas e das formas de trabalho dos agricultores. Assim, as questões agrícolas entram na agenda pública e na política de planejamento das regiões, fundamentadas por um conjunto de novos valores sociais e, nessa medida, os agricultores deixaram de ser invisíveis para a sociedade local. Não obstante, as questões ambientais e de saúde estabeleceram novas exigências para a agricultura, dentre elas, a sustentabilidade ecológica nos processos de produção. Tais exigências vão desencadear a exposição das atividades agrícolas e relocalizar os agricultores nas estruturas socioeconômicas locais. A evolução das concepções sobre o rural e o setor agrícola, nas séries dos Planos

Diretores, de ambas as regiões, pode ser observada no Quadro 9 abaixo:

Quadro 9 – Síntese evolutiva da inserção do rural e dos espaços agrícolas no planejamento das regiões RMBH e IDF

RMBH	Principais características	IDF	Principais características
Plambel 1975	Projeta o espaço metropolitano para o crescimento econômico via industrialização. Implanta grandes infraestruturas regionais.	Plan d'aménagement et d'organization générale" (PADOG) 1961	Repensa soluções para as necessidades urbanas emergentes. O espaço agrícola se apresentava em branco sobre as cartas indicando que se encontravam livres para construção.
Plambel 1979	Definição das zonas rurais e urbanas, para fim de expansão da metrópole. Formação de estoques de terrenos e outras medidas para ampliar a oferta habitacional e de novas áreas industriais.	Schéma directeur d'aménagement et d'urbanisme de la région de Paris (SDAURP) 1965	Plano estritamente urbano com o principal objetivo de combater a congestão urbana. Estruturação da mobilidade regional, com interligação de todas as regiões - instalação do sistema ferroviário denominado Réseau Express Régional (RER) e de autoroutes (rodovias).
Plambel 1983 e 1987	Autoriza municípios implantarem parcelamentos de interesse social. Estabelece Zonas espaciais: Zona Urbana (ZU), Zona de Expansão Urbana (ZEU) e Zona Rural (ZR), para delimitação de Zonas Urbanas Especiais (ZUE) em distritos e povoados.	Schéma Directeur de la Région d'Ile-de-France (SDRIF) 1976	Apresenta um novo olhar – a manutenção da natureza é incorporada para e pela cidade.
1987 revisão do macrozoneamento	Inclusão do zoneamento industrial e delimitação de áreas para o setor agropecuário. Para a zona rural criou-se as tipologias colônias agrícolas e pequenos sítios com o intuito de constituir um cinturão verde voltado para o abastecimento da capital.	Schéma Directeur de la Région d'Ile-de-France (SDRIF) 1994	Criação do instrumento "d'Observation de la Consommation des Espaces Agricoles et Naturels" (OCEAN) com o proposito elaborar estudos sobre os espaços rurais e o consumo das terras agrícolas. No entanto, esse instrumento foi colocado em prática a partir do plano diretor de 2004.
PDDI 2011	Incorpora diferentes estratégias politicas para o setor agrícola. A logica proposta para o desenvolvimento agrícola local passava pela perspectiva das inter-relações urbano-rural tendo como principio norteador a Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SANS). Objetivos: criar alternativas de articulação entre os espaços rurais e urbanos, com programas que atuam sobre a produção, o abastecimento e o consumo alimentar.	Schéma Directeur de la Région d'Ile-de-France (SDRIF) 2004	Período de revisão e construção do Plano Diretor de 2005-2013. Momento em que foram fortemente discutidos na agenda publica as questões de desenvolvimento sustentável e a criação de Zonas de proteção agrícola (Ferri, 2010).
		Schéma Directeur de la	Cria zonas de proteção agrícola atrelada a uma politica de

		Région d'Ile-de-France (SDRIF) 2013-2030	desenvolvimento da agricultura ecológica e construções de circuitos curtos de proximidade.

Fonte: Dados compilados da pesquisa bibliográfica. Elaborado por Souza-Seidl.

Na RMBH e na IDF, os agricultores e os espaços agrícolas são observados por governos e sociedades, sob diferentes níveis, de tal forma que, as fragilidades e as potencialidades da manutenção dos espaços agrícolas evocam uma reflexão sobre a segurança do agricultor em relação ao seu futuro. As diferenças ocorrem tanto no grau de exposição da identidade dos agricultores e dos espaços agrícolas, quanto nas inter-relações socioeconômicas, envolvendo os agricultores e os consumidores locais. Essas interações encontram-se materializadas nos Circuitos Curtos de Proximidade (CCP).

Na RMBH, a organização socioeconômica e espacial dos agricultores familiares (convencionais e ecologicos), em CCPs, apresenta-se de forma incipiente e carece de ações que mobilizem e sensibilizem consumidores e setores da sociedade em geral (governos, empresarios do sistema agroalimentar, etc). De forma ampla, na região, a identidade do agricultor e a origem dos produtos não são evidenciadas de maneira estratégica e nem expressiva. Não obstante, mesmo que difusas e em pequenas escalas, existem iniciativas de organização de redes de proximidade entre produtores e consumidores, motivados pelo desenvolvimento de uma agricultura local e/ou ecologicamente sustentável. Tais iniciativas sugerem que a RMBH possui um campo fértil para a implementação de políticas voltadas à manutenção dos agricultores no território.

Na IDF, por sua vez, foram estabelecidos um conjunto de políticas públicas e ações iniciadas pela sociedade civil, com o objetivo contribuir para a renovação, conservação e valorização do patrimônio, e do meio ambiente rural. Nesse contexto, o contato entre agricultores e consumidores é intenso e fortalecido por estratégias de organização social e animação da sociedade local. Além disso, a consciência alimentar na região é expressiva, o que potencializa a demanda por produtos locais, menos industrializados, mais naturais e, frescos. Portanto, a criação de CCPs, na região de IDF, insere-se: 1) como uma política pública estruturante e estratégica; 2) com investimentos em mobilização tanto de agricultores quanto de consumidores e governos locais; 3) com a criação de incentivos à formação de pontos de circuitos curtos, descentralizados na região e, por último; 4) com a organização de pontos de vendas que implicam no dispêndio de pouco tempo do agricultor no processo de comercialização. Nesse caso, os agricultores ficam, em média, 1h e 30 minutos nas *Amaps* e nas *Ruches,* e 3 horas no *Painer Fraicher*. Para o agricultor, isso significa mais tempo dedicado

ao seu *habitus* agrícola do que ao de comerciante. Assim, diferentemente da RMBH, a organização socioeconômica e espacial dos agricultores, e dos espaços agrícolas na política pública regional da IDF, apresenta-se de forma estratégica e estruturante, com investimentos em mobilização tanto de agricultores quanto de consumidores e governos locais; com incentivos à formação de circuitos curtos desconcentrados na região e; integração da população rural / urbana com escopo no desenvolvimento da agricultura local.

Por fim, ao trazer esses contextos para a análise da QV, demonstramos que os agricultores estão inseridos em contextos socioeconômicos diferentes. Na IDF, os agricultores e os espaços de produção agrícola são estratégicos com as políticas de abastecimento, saúde e meio ambiente. Por conseguinte, a execução da política de desenvolvimento agrícola local e sustentável na IDF apresenta-se avançada, enquanto que, na RMBH encontra-se numa etapa organizacional anterior. Em outras palavras, a RMBH possui aparatos normativos para o desenvolvimento rural sustentável e local, assim, o passo seguinte seria proceder a sua implementação. Observamos que as especificidades e as diferenças entre os contextos socioespaciais e culturais de cada região vão implicar na percepção dos agricultores sobre o seu lugar de vivencia e sobre suas relações com a sociedade, que por sua vez, vão refletir em suas hierarquias de valores.

Após esta análise, apresentaremos o resultado da pesquisa sobre a QV de um grupo de agricultores residentes, em áreas rurais da RMBH e da IDF na próxima parte da tese.

CAPÍTULO 6 – METODOLOGIA DA PESQUISA EMPÍRICA

A pesquisa de campo envolveu diferentes técnicas de coleta de dados, as quais foram: a) dados secundários, oriundos de banco de informações governamentais; b) entrevista semi-direcionada com agricultores e gestores públicos locais, c) aplicação de questionário e entrevistas aos agricultores e, d) análise de correlação dos dados.

A pesquisa privilegiou dois tipos de abordagens: 1) comparação das categorias de QV, do grupo estudado (agricultor ecológico) com um grupo de referência (agricultor convencional) em cada região e, 2) qualificação das QVs dos agricultores, a partir do olhar transverso, sobre suas condições de vida, nos contextos específicos de cada região. A comparação entre a QV de agricultores convencionais e ecológicos, e o olhar transversal das QVs, em função das regiões, insere-se como um termômetro da correlação entre agricultura ecológica e QV.

6.1 Porque as regiões metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) e Ile-de-France (IDF)?

A escolha das regiões RMBH e IDF ocorreu em função: 1) da horticultura ecológica ser bem representativa, nas zonas peri-urbanizadas e rurais, de ambas as regiões; 2) pelo fato de existirem, na IDF, políticas de desenvolvimento da agricultura local e um contingente significativo de agricultores ecológicos (FAO, 2009, FNAB, 2011) e; 3) pela RMBH ser um região incipiente no planejamento do setor agrícola, mas com grande potencial de desenvolvimento. Existe também, na RMBH uma política governamental de introdução da agricultura orgânica desenvolvida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural Minas Gerais (EMATER- MG) desde 2003, somada a política de CCP na forma de organização de feiras na capital pela Prefeitura de Belo Horizonte para completar a comercialização dos produtos cultivados pelos agricultores familiares orgânicos e convencionais. Ademais, a RMBH foi local de pesquisa de TCC realizado durante a graduação sobre agricultura urbana na capital, além de ser o o lugar de moradia e de trabalho da pesquisadora.

A IDF é a uma região representativa no que tange ao consumo de alimentos ecológicos, denominados *Biologique,* tanto em valor absoluto quanto em valor relativo (FRANCE, 2009). A IDF conta com um plano de apoio e incentivo às novas instalações, e as conversões das unidades agrícolas para agricultura ecológica, denominado *Plan de développement 2009-2013 de l'agriculture Biologique en Île-de-France* – Planbio 2009/2013 (FRANCE, 2009). Segundo dados da AgenceBio et Gab-Idf (2013), entre 2008 e 2012 ocorreram 75 conversões em agricultura *Biologique*. O número de conversões teve seu pique entre 2009 e 2010 (29

conversões em 2009 e 27 conversões em 2010). Constatou-se que 39% das conversões em agricultura *Biologique,* na IDF, eram de grandes culturas de grãos, cereais e oleaginosas, e 24% horticultura.

Na RMBH, a informação sobre a agricultura ecológica encontra-se difusa, com dois pólos mais fortes de plantio de horticultura orgânica nos municípios de Capim Branco e em Sete Lagoas, este ultimo, apesar de estar próximo da capital não pertencente a RMBH, portanto, seus agricultores não puderem fazer parte dessa pesquisa. Para a identificação dos agricultores, da produção e dos pontos de comercialização dos alimentos ecológicos, foi necessária uma investigação, tanto sobre a existência quanto sobre a localização dos mesmos no município de Belo Horizontes. As fontes de busca foram sítios da internet; contatos com a Prefeitura de Belo Horizonte, com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural Minas Gerais (EMATER-MG), com a Secretaria Estadual de Agricultura e com a Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A (CeasaMinas), unidade Grande Belo Horizonte e bibliografia sobre a agricultura orgânica em Capim Branco (TUBALDINI; COELHO, 2002).

6.2 Métodos e abordagens

Nos anos de 2011 e 2012, foram realizadas pesquisas a bancos de dados e aos referenciais teóricos, bem como, visitas a algumas áreas de agricultura ecológica, aos pontos de comercialização, e aos espaços de discussões, envolvendo os agricultores (oficinas, assembleias, seminários e encontros) em ambos os campos. Nesses espaços, buscou-se captar, nas exposições dos agricultores, suas preocupações, dificuldades, desejos, motivos e satisfações, no que diz respeito à agricultura ecológica. Ainda nesses espaços, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agricultores e apoiadores.

As capacidades de acesso às informações, nessas regiões, apresentaram algumas especificidades. O conhecimento prévio do contexto e dos atores que apoiavam os agricultores, em circuitos curtos, na RMBH, possibilitou um maior detalhamento na coleta de dados em relação à IDF. O contato com os agricultores da RMBH ocorreu com o apoio da prefeitura de Belo Horizonte (PBH); da (Emater) e das organizações não governamentais - Articulação Mineira de Agricultura Urbana (Amau) e Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. A proximidade com os agricultores da RMBH processou-se, na observação de seus cotidianos, com várias idas e vindas aos locais de cultivo e de moradia dos mesmos.

A IDF, por sua vez, apresentou-se como um terreno completamente novo para a pesquisadora. Nesse sentido, foi necessário maior tempo de investigação sobre a cultura e o

contexto, bem como, sobre a própria língua francesa (principalmente, expressões e termos técnicos). A investigação sobre as questões da agricultura ecológica da IDF foi facilitada pela participação, entre os anos de 2011 e 2014, no grupo de discussão científica, denominado Grupo Bio. Enquanto grupo interdisciplinar, composto por diferentes nacionalidades, com predominância francesa, foi aprofundado questões de contextos implicantes ao desenvolvimento da agricultura ecológica (CARDONA et all Org (2014). Ainda no período de 2011 à 2015, foram realizadas observações de campo por meio da participação na Amap du Val Maubuée à Noisiel.[86] A participação nesses espaços, na IDF, possibilitou não somente a identificação dos agricultores, como também das especificidades de seu contexto, o que norteou a abordagem nessa região.

6.3 A amostragem – Porque 52 horticultores?

Como essa é uma pesquisa exploratória e essencialmente qualitativa, não foi estabelecida uma amostragem com valor estatístico. Para constituição do grupo de análise, a pesquisa contou com a livre colaboração dos agricultores, com o seguinte perfil: praticar a horticultura e estar inserido em redes de circuitos curtos de produção e consumo. A escolha do Circuito Curto de Proximidade (CCP) justifica-se pelo seu sistema de comercialização, ou seja, ao colocar os agricultores em contato direto com os citadinos, os possibilita construir diferentes representações sobre si mesmos partir das exeperiências constituídas nas relações com o meio social local. As redes de CCPs dos agricultores pesquisados encontram-se listadas no Quadro 10 abaixo:

Quadro 10 – Redes de CCPs dos agricultores ecológicos e convencionais na RMBH e na IDF

	Brasil	**França**
	Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH)	Île-de-France (IDF)
Redes de CCP agricultores ecológicos e convencionais	- Programa Feira da Agricultura orgânica (FAOBH) - Programa Direto da Roça (PDR) - Articulação Mineira Agricultura Urbana (AMAU) - REDE TERRA VIVA - Igreja Nossa Senhora do Carmo	- Amap Bio - Painer Fraicheur - La Ruche qui Dit Oui - Bienvenu à la Ferme

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado por Souza-Seidl

Na RMBH, os horticultores ecológicos e convencionais foram identificados em dois programas de CCP da Prefeitura de Belo Horizonte: 1) Programa Feira da Agricultura Orgânica

[86] Primeiramente como pesquisadora (2011) e posteriormente como associada (2012/2016).

(FAOBH), que envolvia sete agricultores ecológicos certificados e, 2) programa Direto da Roça (PDR) que envolvia 14 horticultores, sendo 11 convencionais e três ecológicos não certificados. Também foram entrevistados quatro agricultores ecológicos assentados da Politica da Reforma Agrária inseridos, em CCPs organizados por iniciativas da sociedade civil, quais foram: Articulação Mineira de Agricultura Urbana (AMAU); Rede Terra Viva e Igreja Católica Nossa Senhora do Carmo.

Para identificação dos agricultores e produtos ecológicos na região, foi realizada uma pesquisa no Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica (SigOrg), que é um sistema de informação da agricultura orgânica, sob o domínio do Governo Federal, e no Cadastro de produtos e clientes das certificadoras de alimentos orgânicos, disponíveis em sítios de internet. Ressalta-se que a agricultura ecológica, na RMBH, é uma prática incipiente, com apenas seis certificações emitidas em toda a região, no ano de 2013. As 6 certificações englobavam 12 agricultores, dos quais sete eram familiares que se encontravam sob certificação coletiva, denominada "Organização de Controle Social" (OCS), que por sua vez, compõe o grupo de análise dessa pesquisa. As outras cinco certificações eram individuais do tipo "Certificação por Terceira Parte ou Auditora" .[87]

Apesar do número pequeno de agricultores ecológicos certificados, a RMBH possui o mérito de ter em seu território a experiência desse grupo de sete agricultores ecológicos (com certificação coletiva), acumulada por 13 anos (desde 2001 até o tempo presente - 2016). Os processos e a prática desses agricultores sinalizaram diferentes arranjos de organização coletiva, os quais deram sustentabilidade à prática agrícola ecológica (SOUZA-SEIDL et BILLAUD, 2014). Os seis agricultores convencionais presentes no programa de CCP, denominado "Direto da Roça", também acumularam uma experiência de rede desde 1998. Essas experiências envolveram não só a relação social entre agricultores familiares na RMBH, mas também, uma relação com a sociedade local e com o poder público da capital (SOUZA-SEIDL et BILLAUD, 2015). Esse contexto, entretanto, nos dá condições de avaliar o impacto da produção ecológica na QV de agricultores ecológicos e convencionais, dentro de um mesmo contexto socioespacial.

A identificação dos agricultores agroecológicos, na condição de agricultor ecológico não certificado, ocorreu sob dois quesitos de acreditação, os quais envolve a dimensão social e a esfera local. Esses quesitos compreendem outros parâmetros de monitoramento, além daqueles concebidos pela lei de certificação, os quais foram: 1) a auto declaração do próprio

[87] Tanto o SigOrg quanto o Banco de Dados das Certificadoras Auditoras apresentam a desvantagem de restringir apenas aos agricultores/horticultores certificados, ficando fora os agricultores agroecologicos acreditados localmente por instituições locais que os acompanham.

agricultor e; 2) o reconhecimento de sua produção como agroecológica, por parte de movimentos ou organizações sociais locais que os apoiaram e, diretamente, ligadas aos agricultores.

Por outro lado na IDF, região mais avançada no desenvolvimento da agricultura ecológica, foi possivel identifcar 68 horticultores ecológicos certificados e 67 convencionais em CCP organizado pelo *Réseau Autonome des Transports Parisiens* [RATP] e *Chambre d'Agriculture*. Esses entes públicos organizavam os agricultores em CCP por meio dos programas *Painer Fraicher,* cuja venda direta ocorria na estação do trem metropolitano (*Réseau Express Régional* - RER) e o programa *Bienvenu à la Ferme,* cuja venda ocorre diretamente nas unidades de produção. Além desses, encontramos agricultores em programas de CCP, organizados pela iniciativa da sociedade civil, dentro dos projetos denominados *Association pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne* (Amap) e *La Ruche que Dit Oui*.

O instrumento de coleta de dados foi um questionário. A aplicação deles, ocorreu em dois momentos: em 2013, na RMBH, e em 2014, na IDF.

Na RMBH, a aplicação do questionário concretizou-se na forma de entrevistas, que foram gravadas e transcritas na íntegra. Após finalizar a análise das entrevistas dos horticultores, da RMBH, e de posse de informações sobre os "*maraîchairs*", da IDF, foi construído, em 2014, um questionário adaptado à região parisiense. Nessa medida, o modelo final do questionário, aplicado na RMBH, contou com 73 questões, sendo 60 fechadas e 13 abertas (Anexo 1). O modelo final do questionário aplicado, na IDF, contou com 65 questões para os agricultores ecológicos, sendo 54 fechadas e 11 dissertativas, e 64 questões para os convencionais, sendo 52 fechadas e 12 dissertativas (anexo 2). As questões dissertativas permitiram aos agricultores a liberdade de exporem suas opiniões, queixas ou ideias.

No caso da IDF, foram enviados, via correios, 120 questionários aos agricultores, sendo 62 para os ecológicos "*biologiques"* e 67 para os convencionais. Seus endereços estavam disponíveis em diferentes sítios de internet. Houve o retorno de 27 questionários (8 de agricultores ecológicos e 19 de convencionais). Com esse método, os agricultores da IDF responderam às questões sem a intermediacão da entrevistadora e, por isso, não forneceram muitos detalhes. Para ampliar o número de horticultores ecológicos abordados, foram realizadas entrevistas semi diretivas e pessoalmente com mais cinco destes.

Portanto, considerando as circunstâncias de acesso aos agricultores e as formas de abordagens, a pesquisa empírica sobre a QV envolveu 52 horticultores, assim distribuídos:

Quadro 11 – Grupo de agricultores pesquisados título

RMBH 20 horticultores familiares	IDF 32 horticultores *maraîchers paysans*
14 ecológicos (orgânicos e agroecológicos) 6 convencionais.	13 ecológicos (*biologiques*) 19 convencionais

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado por Souza-Seidl.

6.4 A elaboração dos questionários: método e definição do conteúdo

O questionário aplicado aos agricultores, sob o título "Sustentabilidade social na agricultura", teve como escopo extrair informações sobre suas QVs, pautadas no trabalho, na segurança financeira, na rede social e no Bem-estar. Para a construção do questionário, houve a preocupação de formar uma base de dados passível de ser codificada em indicadores de QV. No entanto, diferentemente dos indicadores clássicos, utilizados para análise de QV de populações em largas escalas, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou uso de indicadores econômicos, como o padrão de vida e do consumo, utilizamos variáveis que estariam mais próximas da realidade dos agricultores familiares e camponeses (*paysans*). Por exemplo, para análise dos meios de produção, buscamos verificar, se os agricultores tinham acesso às condições básicas para uma produção agrícola familiar, tais como acesso à água, terra, mão de obra (familiar ou contratada), equipamentos manuais ou motorizados. Outro exemplo, além de verificar a renda per capita, buscamos averiguar os processos e as condições da geração de renda.

Tiveram grande peso, na definição das dimensões de QV, os seguintes estudos: Whoqol (1998), Lafleur e Allard, (2006); Bernardi e Lefebvre, 2002 ; Blais et all 1993 ; Boarini; Johansson e D'ercole, 2006; Boidin, 2004; Farrell (Coord). 2008; Gudynas e Acosta, 2011; Jégouzo, 1981; Lebailly, 2011 e; Schalock, 1993; Stiglitz, Sen e Fitoussi (Coord), 2009. Somada a sesses, a análise das dimensões subjetivas da QV, entendidas como satisfação e motivação de agricultores, foram inspiradas nos trabalhos realizados por Nizet; Van Dam, Nizet et Dejardin, (2009); Van Dam (2005) e, Dejardin et all (2009). Ainda, para melhor qualificar o questionário, com questões próximas às realidades dos agricultores, da RMBH e IDF, buscou-se elementos de QV em seus discursos proferidos em assembleias, encontros e seminários, ocorridos nos dois primeiros anos da pesquisa.

A abordagem sobre a QV dos agricultores abarca duas escalas – uma micro e outra macro. A escala micro abrange o indivíduo e remete às condições e sentimentos de Bem-estar dos agricultores. A escala macro, por sua vez, abrange o padrão de vida, a sociabilidade dos agricultores e remete às relações socioeconômicas locais, limitações e potencialidades presentes

no ambiente ao qual eles estão inseridos. As relações socioeconômicas locais compreendem as redes sociais estabelecidas entre os próprios agricultores e destes com os consumidores, os agentes públicos e as organizações não governamentais.

O questionário sobre a QV foi testado e avaliado por dois agricultores ecológicos da RMBH e um da IDF. As variáveis constantes no questionário compõem-se de indicadores objetivos e subjetivos, e estão relacionados no quadro 11, abaixo:

Quadro 11 – Variáveis de análise da QV dos agricultores da RMBH e IDF

Fatores objetivos	Fatores subjetivos
Educação	Bem estar, lazer e descanso
Saúde	Integração social
Condições de moradia	Satisfação profissional
Condições de trabalho	Sensação de segurança financeira
Condições de comercialização	Percepção de necessidades
Renda	Autonomia profissional.
Dependência de tecnologias externas e de assistência técnica	

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado por Souza-Seidl.

6.5 Tratamento, apresentação e análise dos dados

Para o tratamento e análise dos resultados, foi utilizado o software Excel. As informações qualitativas foram transformadas em dados numéricos, os quais receberam um tratamento estatístico simplificado (média, máximo, mínimo). Após, foram criadas representações gráficas dos grupos (ecológico e convencional), tendo como referência o método "Análise Descritiva Multidimensional" de Lebart (1999).. Os resultados individuais foram agrupados e interpretados, em termos de semelhanças e diferenças dos valores observados.

Na tese, os resultados estão estruturados em capítulos e apresentados nas seguintes formas: primeiro, no formato gráfico, o qual denominamos "**Análise sintética dos resultados**" e, segundo, no formato narrativo e descritivo, o qual denominamos **"Notas sobre os agricultores"**. A apresentação dos resultados, na forma gráfica, insere-se com o propósito de permitir a visualização dos dados individuais, de forma agrupada e confrontada. A análise sintética dos resultados abarca tanto a comparação dos resultados, em função do grupo de agricultores (ecológicos e convencionais), quanto um olhar transversal sobre os resultados desses grupos, em função dos contextos regionais. As notas sobre os agricultores compõem-se, substancialmente, dos relatos dos agricultores sobre seus contextos e suas QVs.

O resumo cronológico das etapas e do método de pesquisa pode ser observado no

Quadro 12 que se segue:

Quadro 12 – Etapas e método da pesquisa empírica

ANO	RMBH	IDF
2011/ 2012	1 - Pesquisa bibliográfica; 2 - Observação de campo: • unidades de produção; • pontos de venda; • reuniões dos agricultores. 3 - Aproximação e participação das atividades promovidas pelas redes de apoio aos agricultores; 4 - Realização de entrevista semidireta.	1 - Pesquisa bibliográfica; 2 - Participação no grupo interdisciplinar de discussão e pesquisa sobre agricultura *Biologique*.
2013	5 - Confecção do questionário; 6 - Aplicação do questionário pessoalmente; 7 - Registro das respostas; 8 - Transcrição das entrevistas na integra; 9 - Tratamento e analise dos dados.	3 - Observações de campo: • unidades de produção; • pontos de venda; • reuniões dos agricultores. 4 - Aproximação e participação das atividades promovidas pelas redes de apoio aos agricultores; 5 - Realização de entrevista semidireta; 6 - Participação no grupo interdisciplinar de discussão e pesquisa sobre agricultura *Biologique*; 7 - Participação na Amap; 8 - Participação em colóquios e seminários sobre agricultura *Biologique*; 9 - Adaptação do questionário aplicado na RMBH ao contexto da IDF.
2014/20 15		10 - Envio de 129 questionários via correios: • 62 para agricultores *biologiques;* • 67 para agricultores convencionais; • Retorno de 27 questionários; 11 - Aplicação de 5 questionário. pessoalmente . 12 - Tratamento dos dados; 13 - Analise dos resultados;

Fonte: Dados da pesquisa bibliográfica. Elaborado por Souza-Seidl.

CAPÍTULO 7 – OS AGRICULTORES E AS REPRESENTAÇÕES SOBRE O SEU "SER"

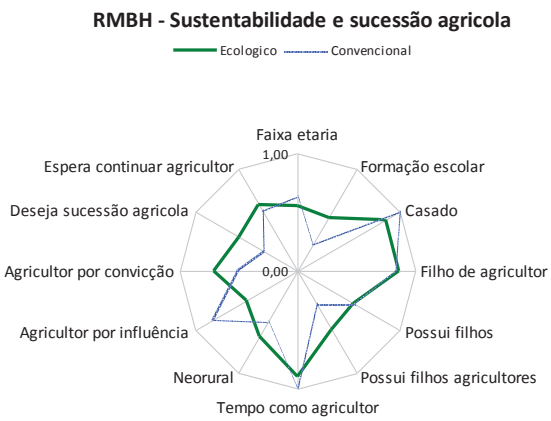
Nesse capítulo, apresentamos a concepção que os agricultores pesquisados possuem sobre si próprios e seus dados socais. Essas informações contém elementos de QV, vinculados às dimensões da autoestima e da autorealização que, de maneira indireta, vão implicar na sustentabilidade agrícola e na permanência das atuais e futuras gerações de agricultores, nas regiões em estudo. Como a pesquisa incorpora dois tipos de agriculturas, ecológica e convencional, as informações em dois blocos. No primeiro, apresentamos os dados comparativos e sintéticos na forma gráfica. No segundo, apresentamos os detalhes das informações sintetizadas e a trajetória profissional dos agricultores, com aspectos e condições comuns entre os mesmos. Para apreendermos o percurso de vida e os julgamentos sobre si mesmo, buscamos elementos nos discursos dos agricultores que dessem pistas sobre o que os motivaram a serem e permanecerem como agricultores, e até que ponto eles sentiam-se realizados com seus trabalhos.

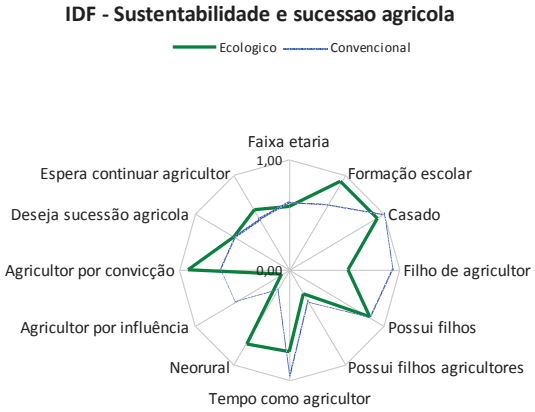
7.1 Abordagem sintética comparativa: o perfil social dos agricultores ecológicos x convencionais

Nesse item, agrupamos as informações sociais dos agricultores por tipo de agricultura e por região, as quais compreendem dados referentes à idade, formação escolar, composição familiar, sucessão familiar agrícola e percurso profissional (Figura 25).

Figura 25 – Sustentabilidade e herança, agricultores ecológicos e convencionais na RMBH e IDF.

Fonte: Dados coletados no campo – ano 2012/2105.





Em ambas as regiões, os grupos de agricultores ecológicos apresentaram maior número

de jovens proprietários do que o dos agricultores convencionais. No que tange ao perfil familiar, os agricultores convencionais, nessas regiões, apresentaram mais casos de agricultores com o estado civil de casado e também a maior concentração de agricultores na faixa etaria acima de 50 anos. Em relação à quantidade de filhos, tanto na RMBH quanto na IDF não houve diferença significativa de número de filhos. A maior parte dos agricultores da RMBH e IDF possuíam entre três e cinco filhos.

Em termos de formação escolar, os agricultores ecológicos apresentaram maiores anos de estudos, em ambas as regiões. Na RMBH, os anos de estudos, a maior parte dos agricultores convencionais, não ultrapassavam quatro anos. No caso dos agricultores ecológicos, a formação escolar foi, significativamente, mais elevada e foge até do perfil educacional da grande maioria dos pequenos agricultores brasileiros. Dentre o grupo de agricultores, havia indivíduos, com mais de 10 anos de estudos, inclusive com formação universitária e, também, indivíduos com menos de quatro anos de estudos. O nível educacional dos agricultores em IDF demonstrou-se elevado, sendo a média de estudos do grupo igual à nove anos.

Quanto à sucessão agrícola, no sentido do agricultor ser filho de agricultor, percebeu-se que, na RMBH, havia a mesma proporção de ecológicos e convencionais nascidos de uma família agrícola. Na IDF, por sua vez, o grupo de agricultores convencionais apresentou maior número de descendentes de agricultores. Em ambas as regiões, o grupo dos agricultores convencionais foi o grupo que apresentou agricultores com maior tempo na atividade agrícola. Os agricultores convencionais, de ambas regiões, apresentaram mais indivíduos que foram agricultores, durante toda a vida profissional, ou seja, "nascido e criado na agricultura". Ainda no grupo de agricultores convencionais, houve maior concentração de sujeitos ingressos na agricultura por influência dos pais. Não obstante, os agricultores ecológicos, observou-se a presença de agricultores neorurais que não haviam sofrido a influência dos pais na escolha pelo trabalho agrícola.

Quando observamos as perspectivas de continuidade de um estabelecimento agrícola, percebemos que, na RMBH, ocorre de maneira diferente do que na IDF. Na RMBH, os agricultores ecológicos manifestaram, frequentemente, o desejo de que os filhos permanecessem na agricultura. Eles também possuíam, proporcionalmente, mais filhos na agricultura do que os agricultores convencionais, com filhos na mesma idade. Assim, o desejo do agricultor em proceder a sucessão agrícola, por meio da transmissão para o filho, foi mais recorrente no grupo dos agricultores ecológicos. Na IDF, o desejo dos pais sobre a permanência dos filhos na agricultura foi mais frequente, no grupo de agricultores ecológicos, porém, a diferença entre convencionais e ecológicos foi tênue, quando comparada com a diferença entre

os grupos da RMBH. No que tange à quantidade de filhos na agricultura, observa-se que os agricultores convencionais da IDF têm conseguido sensibilizar e manter seus filhos na agricultura, de maneira mais presente do que ocorreu no grupo de agricultores ecológicos. Mesmo assim, o número de agricultores que possuíam filhos, com interesse ou já trabalhando na agricultura, era muito baixo (sete de 32 agricultores, sendo dois ecológicos e cinco convencional).

Sobre a esperança de manter o estabelecimento agrícola, em ambos os grupos de agricultores, não houve muita diferença. Esse resultado indicou que, no caso dos agricultores da RMBH, tanto os agricultores ecológicos quanto os agricultores convencionais buscavam aposentar-se como agricultores, mas, não, necessariamente, sonhavam com a continuidade desse trabalho para seus filhos. No caso dos agricultores da IDF, os mesmos não se posicionaram nem a favor e nem contra a transmissão da propriedade agrícola e/ou da profissão de agricultor para o filho. Assim, os determinantes da permanência das gerações futuras de agricultores não se limitou, nesses casos, aos estímulos e motivações dos pais, mas também envolveu as motivações e o valor que os próprios jovens dão à atividade agrícola. Os detalhes do perfil social dos agricultores e da sucessão agrícola são apresentados a seguir e organizados por região.

7.2 Notas sobre os agricultores da RMBH

Para contextualizar a situação da agricultura ecológica e dos agricultores, na RMBH, foram realizadas entrevistas com os mesmos. Além deles, foram entrevistados consumidores, o ex presidente da Certificadora Minas Orgânica, gestores públicos da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG) e; da Secretaria Municipal de Abastecimento e Segurança Alimentar da Prefeitura de Belo Horizonte (SMAB-PBH). As entrevistas objetivaram reunir informações sobre os programas de CCP existentes na região e indicação de agricultores dentro desses sistemas. Assim, na RMBH, chegamos a acompanhar um grupo de 20 agricultores organizados, principalmente, por dois programas de abastecimento local, gerenciados pela PBH, em parceria com a Emater-MG. Esses programas denominam-se Direto da Roça (PDR) – com nove entrevistados e; Feira da Agricultura Orgânica de Belo Horizonte (FAOBH) – com sete entrevistados. Em programas externos da prefeitura foram entrevistados quatro agricultores, organizados em CCP, via Rede Terra Viva e Feira na Igreja Nossa Senhora do Carmo, de Belo Horizonte.

Os agricultores ecológicos, com acreditação orgânica, formavam a Organização de

Controle Social (OCS) e pertenciam aos municípios de Capim Branco, Brumadinho e Sarzedo. Os agricultores convencionais faziam parte dos municípios de Mário Campos, Brumadinho e Sarzedo. Todos esses municípios estão distantes a, no máximo, 70 km da capital.

Em relação aos sete agricultores ecológicos, não certificados, quatro pertenciam ao assentamento Ho Chi Minh, composto por 42 famílias, criado em 2005, no Município de Nova União, distante em 66 km de Belo Horizonte, e três agricultores do assentamento Pastorinhas, composto por 22 famílias, criado em 2006, no município de Brumadinho, distante em 60 km de Belo Horizonte. Cabe ressaltar, que dois agricultores do Pastorinhas pertenciam ao programa Direto da Roça, que está voltado aos agricultores familiares. Ressalta-se que um dos agricultores ecológicos da Pastorinhas está em CCP por iniciativa da sociedade civil, cujo ponto de venda ocorre em frente à Igreja Católica Nossa Senhora do Carmo, em Belo Horizonte.

7.2.1 Transformando-se em agricultor

A partir da trajetória de vida dos agricultores entrevistados, foi possível evidenciar dois grupos de identidade social, representados por: os agricultores de origem (ou tradicionais) e os neorurais. Denominamos agricultor de origem aquela pessoa que sempre foi agricultora, durante toda a sua vida, no sentido da expressão *"nascido e criado"* como agricultor. Denominamos neorural aquela pessoa que trocou o trabalho "urbano" pelo trabalho "agrícola", podendo ser divididos em dois sub-grupos: 1) constituído por pessoas que viveram a infância em ambiente agrícola e, na fase adulta, experimentaram os modos de vida e de trabalho urbanos e, outro; 2) constituído por pessoas que sempre viveram em ambiente urbano (infância, adolescência e fase adulta).

Na Tabela 9, indicamos a trajetória profissional de agricultores, sendo seis de origem e 14 neorurais.

Tabela 9 – Perfil profissional dos agricultores

Perfil profissional	Quantidade de agricultor	
	Ecológico	Convencional
1 – Agricultor de origem	3	3
2 – Neo-rural	11	3
2.1 – origem agrícola + vivência urbana + retorno para agricultura	*9*	*0*
2.2 – nunca havia se ocupado com a agricultura.	*2*	*3*

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado por Souza-Seidl.

Dentre o grupo de agricultores neorurais têm-se 11 ecológicos e três convencionais. Dos agricultores ecológicos, nove eram descendentes de agricultores e passaram a infância em contato com essa atividade. Depois viveram experiencias socioprofissionais na cidade e, agora, retornaram à agricultura. Os outros cinco neorurais (dois ecológicos e três convencionais) não tiveram precedentes, com a atividade agrícola antes da fase adulta.

A trajetória profissional dos agricultores ecológicos, neorurais e convertidos, foram marcadas por diferentes vivências, constituindo-se em três tipos de trajetórias. A primeira delas caracteriza-se pela infância e adolescência dos sujeitos em ambiente agrícola, seguida de uma fase de estudos e trabalhos no ambiente urbano e, por fim, o retorno à atividade agrícola. Esses agricultores encontraram o interesse em desenvolver a atividade agrícola, após a possibilidade de produzir de maneira ecológica. A formação educacional dos agricultores apresentou-se da seguinte forma: um agricultor com nível superior incompleto, cujo trabalho era com sistemas de informação e base de dados; dois com formação técnica (um em pedagogia e outro em técnico agrícola) e trabalhavam como técnico bancário e técnico administrativo no Sindicato de Trabalhadores Rurais. Os outros cinco agricultores tinham menos de quatro anos de estudos, sendo que dois tinham trabalhado como empregadas domésticas; dois como pedreiros e; um como segurança particular.

Cabe ressaltar que sete dos 11 agricultores neorurais ecológicos voltaram para a agricultura via Movimento de Luta pela Terra (MST), e destes, três neorurais alegaram ter passado muita dificuldade para encontrar emprego na capital, ficando vários períodos desempregados. No momento em que tiveram contato com movimentos de lutas urbanas que, por conseguinte, os levaram ao primeiro contato com o MST, eles decidiram trabalhar com a agricultura. Abaixo, apresentamos alguns extratos da fala dos agricultores neorurais ecológicos para exemplificar a trajetória de suas vidas:

> Eu não estudei porque meus pais eram pobres lá no Jequitinhonha. Eu tive que trabalhar novo para ajudar a família. Nós somos 12 irmãos. Depois todo mundo foi crescendo e foi saindo. Eu vim para Belo Horizonte, casei, trabalhei e constituir essa família ai né, e depois a minha mulher morreu e eu fiquei aqui lutando. Dos meus irmãos, soh eu continuei agricultor, meus irmãos estão ai lutando por ai afora, uns foram trabalhar na Fiat, os outros estão ai lutando por ai afora. Eu fui pedreiro e sou até hoje, né? Eu trabalho aqui como agricultor e na região como pedreiro. Já tem 8 anos que estou aqui no assentamento, mas estou no movimento (MST) à 12 anos. Eu parei uns tempos com a agricultura, morava lá na roça e depois afastei da agricultura um tempo, né? Eu nasci e fui criado até uns 18 ou 20 anos com os meus pais na agricultura. Tinha leite, tinha curral, tudo mais, mas depois a gente quer sair fora e foi ai que vim pra BH. Trabalhei como servente de pedreiro, depois como pedreiro, fiquei um tempo, parei uns tempos e fui trabalhar com máquina, máquina de terraplanagem. Trabalhei uns 10 anos com máquina, ai depois me veio a chance de vir trabalhar com a terra de novo, de ser agricultor na terra (Agricultor ecológico).
> Só sei assinar meu nome, né? Porque eu nasci lavradora. E nessa, quando eu vim para Belo Horizonte, meu pai não deixava nohs estudar. Venho de Mendes Pimentel, perto de Governador Valadares. Eu sai da roça e comecei a acompanhar com o povo sem terra. Antes de trabalhar aqui eu trabalhava para outros estabelecimentos e trabalhei 14 anos num restaurante como cozinheira (Agricultora ecológica).
> Meus pais eram agricultores. Antes eu era empregada doméstica. Agora vai fazer uns nove anos que eu sou agricultora. Eu sou de Belo Horizonte mesmo. Minha família trabalha na horta comigo. Eu faço agricultura agroecológica. Eu faço porque eu gosto e é mais tranquilo pra mim. [...] O que mudou na minha vida apos a agricultura foi muita coisa, eu aprendi a cuidar lá na roça, quando eu cheguei eu nem sabia plantar, então eu aprendi. Com o trabalho agrícola eu compro para ter roupa e faço para comer também (Agricultora ecológica).

Em relação aos agricultores ecológicos instalados, que nunca trabalharam na agricultura, dois apresentaram o mesmo perfil, qual seja, formação universitária em agronomia e desejo de desenvolver um trabalho intrinsecamente ligado ao meio ambiente, à natureza e à alimentação. Dentre esses dois agricultores, um comprou um terreno na zona rural para investir na agricultura e, o outro recuperou a fazenda, pouca ativa do pai, que exercia a profissão de médico. Para todos os dois agrônomos, tornar-se agricultor e viver da agricultura ecológica fazia parte de seus projetos de vida e de bandeira social. Ainda no grupo de agricultores ecológicos, havia três agricultores convertidos que passaram toda a vida como agricultores convencionais e, dessa forma, eles nunca deixaram de praticar a agricultura, conforme o extrato da seguinte fala:

> Vai fazer quase 20 anos que estou como agricultor e trabalho somente com hortaliças. Mas eu trabalho como agricultor desde os 10 anos. Acho que a vida toda. Antes era outro tipo de agricultura, hoje estamos com as hortaliças. Antes eu trabalhava com roça no interior do Estado. [...] Eu vim de Rio Vermelho, Vale do Jequitinhonha (Agricultor ecológico).

Quanto aos agricultores convencionais, havia três neorurais que nunca tiveram vínculo com a agricultura e não eram filhos de agricultores. Por coincidência, os três eram motoristas de caminhão e queriam um trabalho que lhes possibilitassem mais tempo com a família. No entanto, esses agricultores possuíam baixa formação escolar o que, segundo eles, os tornavam incapazes de concorrer no mercado de trabalho, principalmente, na capital. As dificuldades de acesso ao trabalho os motivaram escolher a agricultura como seu novo *"métier"*, a exemplo do depoimento a seguir:

> Eu era menino de rua, perdi meu pai com 10 anos, depois fui alcoólatra, depois me casei, trabalhei como motorista de carreta e, depois, como motorista de ônibus. Eu morava de aluguel e depois comprei essa propriedade e passei a viver como agricultor (Agricultor convencional).

7.2.2 Os sentimentos de auto-realização e estima

O nível de formação dos agricultores foi o aspecto mais discrepante entre os convencionais e os ecológicos, os quais eram, respectivamente, compostos majoritariamente, por agricultores de origem e neorurais. No grupo de agricultores ecológicos houve maior recorrência de indivíduos com conhecimento em informática, internet e língua estrangeira, sendo essa última uma característica exclusiva desse grupo. Dentre os 14 agricultores ecológicos, cinco possuíam domínio sobre o uso da informática e mais de 11 anos de estudos, e dentre esses, três possuíam formação de nível superior. Num outro extremo, havia nove agricultores ecológicos e seis convencionais, com baixo nível de escolaridade e baixo ou nulo conhecimentos em informática e internet.

Para uma parte significativa dos agricultores entrevistados, o fato de não ter estudos condicionou suas entradas na atividade agrícola, ou seja, para os agricultores, a falta de formação escolar representava um empecilho para a obtenção de um outro tipo de trabalho. Nesse sentido, a agricultura ficou definida não como uma opção, mas, sim, como uma chance de trabalho para quem não tem estudos, a exemplo da fala de alguns agricultores de origem:

> Eu não estudei para ter outro tipo de trabalho né ?" (Agricultor convencional)
> O que me deixa pouco satisfeito é a questão de formação escolar, eu acho que poderia ser melhor, essa formação que eu tenho não conta, por isso que eu gosto muito do meu trabalho, porque ele não me exige essa formação. Eu não gosto de disputar nada, numa empresa você tem aquela competição, eu gosto assim, eu gosto de ficar relaxado (Agricultor convencional).
> Porque eu gosto do que eu faço, uma que eu também não estudei para fazer uma coisa assim .... [pausa] trabalhar. A única coisa que sei fazer é plantar e vender (Agricultor ecológico).

A auto estima também se mostrou conectada à sucessão agrícola familiar. No conjunto

dos 20 agricultores, a saída ou a permanência dos filhos na agricultura demonstrou-se dependente de duas condições: uma estava relacionada à percepção que os agricultores tinham sobre suas vidas e sobre o valor socioeconômico, ambiental e cultural de seu trabalho, e, a outra, referiu-se ao nível de influência da cidade sobre os modos de vida dos filhos. O desejo que o filho encontrasse um outro tipo de trabalho se apresentou compartilhado entre alguns agricultores. Tal ensejo estava atrelado às dificuldades passadas e presentes no desenvolvimento do trabalho desses agricultores, somado com a falta de reconhecimento social. Nessa perspectiva, apresentamos, como exemplo de baixa valorização do trabalho agrícola, um depoimento de um agricultor ecológico, assentado da reforma agrária. Esse agricultor é bisneto, neto e filho de agricultor; possui seis anos de estudos e três filhos. Esse agricultor concebia a sua história de vida e de seus antepassados como uma vida difícil, provocada pela falta de acesso à terra e aos meios de produção:

> Eu gostaria que o meu filho seguisse um caminho diferente do meu. Então sobre ele se tornar agricultor, a gente torce que não, né? Porque é muito penoso. A gente tá tentando dar uma formação melhor do que a gente teve, inclusive meu filho faz engenharia de produção na PUC, tenho um filho de 14 anos que entra agora no 1 ano (ensino médio), e a menina que está na 6 série (ensino básico). Assim, eles participam do trabalho, eles ajudam. Assim, é muito valiosa a participação deles, mais como um aprendizado de alguma coisa, mas não vejo como alternativa de vida deles no futuro. Eu costumo dizer que pode até ser, se a gente modificar a forma de como a gente faz hoje. De repente pode abrir um campo diferente, eles podem até permanecer lá. É porque a gente queira ou não, a gente tem que acompanhar a evolução dos tempos né? Então sei lá, daqui um ano, dois ou cinco, processar alimento, facilitar a vida da dona de casa na cidade que não tem tempo pra nada, agregar valor ao produto, então isso são coisas que não são descartadas. Eu acredito que a formação escolar também pode ajudar nesse sentido (Agricultor ecológico).

A percepção dos agricultores sobre seu ser e o seu trabalho também se apresentou relativizada com os valores sociais urbanos, entendidos como desqualificadores dos modos de vida rural e da atividade agrícola:

> Eu acho que hoje o agricultor trabalha demais e nesse ponto ele tem menos qualidade de vida, isso porque antes o agricultor não tinha entrado na lógica do consumismo. Então ele trabalhava menos, porque para ele o importante é ter alimento. Agora, hoje não. Ele entrou no disparate de que tem que ter. Até porque a cobrança da sociedade brasileira é: você vale o que você tem não o que você é. E ai o filho vai para escola e começa a descobrir que não é bonito ser agricultor. Uma das criticas que eu faço é que a agricultura familiar não é vista. Não existe olhos pra ela. Existe pouquíssima ajuda do governo e, a gente é visto como Jeca tatu. Porque o agricultor não tem valor, com o passar do tempo os pais [pausa]. Eu sou filha de agricultor e a primeira coisa que o meu pai fez foi me mandar para a escola, porque ele falava assim, eu não quero que

> você faça o que eu faço, porque é vergonhoso. Hoje eu tenho uma filha adolescente e ela está no maior conflito porque ela vai terminar o ensino médio agora e, ela quer saber o que ela vai fazer. Ela diz: eu quero fazer agronomia mãe, porque quero seguir o que a senhora esta fazendo. Ao mesmo tempo, ela está vendo o apelo chamativo de morar não sei onde, de calçar não sei o que, fazendo com que os pais que estão na roça tenham que morrer de trabalhar. Eles têm de trabalhar o triplo para manter o filho numa faculdade, para ir pra escola. A gente tem que ficar dias e horas dedicando-se na comercialização (Agricultora ecológica).

De forma geral, os agricultores percebiam que a não adesão dos filhos à prática agrícola era um fenômeno que permeava seus lugares de vivência, por, também, atingir os filhos de seus vizinhos. Essa percepção surtiu efeitos sobre as perspectivas de futuro dos agricultores. Os agricultores tinham a impressão que não haveria uma próxima geração de agricultores, à exemplo das seguintes falas:

> Os filhos dos produtores vão crescendo, vão estudar, eles vão querer mexer com horta? Não vai. Vão querer, tudo, ir pra cidade, não vai ficar, vão ir tudo embora. E vai acabar" e; "A agricultura vai acabar, as pessoas vão querer comer e não vai ter quem produz, porque, a agricultura não é uma prática valorizada nem pela sociedade e nem pelos agricultores (Agricultores ecológicos).

Dentre o grupo de agricultores ecológicos da RMBH notou-se maior probabilidade de interesse dos filhos em proceder a sucessão agrícola. Por exemplo, há o caso de dois agricultores que possuíam filhos matriculados em curso superior. Porém, diferentemente da lógica de fazer faculdade e morar na cidade, seus filhos continuaram a morar com os agricultores e estavam envolvidos com a agricultura, seja na produção, seja na comercialização. A adesão desses filhos à atividade agrícola teve como influência a valorização do trabalho de seus pais pela sociedade local e urbana. Os agricultores ecológicos apareciam com maior frequência na mídia e na produção e propagação de folders. Os filhos também percebiam a importância do trabalho de seus pais em função: 1) das visitas de estudantes aos estabelecimentos; 2) do reconhecimento e importância que os consumidores davam aos produtos ecológicos e à seus produtores; 3) do apoio do governo local (Emater-MG) e; 4) do retorno financeiro. Assim, apresentamos alguns extratos de falas, destacando a relação desses filhos com o trabalho agrícola:

> Meu filho é encarregado da roça. Meu filho começou a trabalhar comigo, depois ele saiu. Depois ele se empregou numa industria cimenteira. Eu falei com ele: Quem sou eu pra te impedir de trabalhar fora da roça. Olha você vai trocar um ar puro, comida à tempo e à hora, pra comer marmitex ou marmita, e comer poh (...). Adivinha o que aconteceu? Ele voltou pra horta. Quem é inteligente volta. Hoje ele é valorizado. Ele é o encarregado da horta, ganha muito acima do pessoal. E eu vou te falar uma coisa, ele está sendo formado para ser um profissional que daqui uns tempo vai ser concorrido no mercado,

> te garanto isso. Ele já domina da semente à venda. Ele sera um profissional especializado em orgânico (Agricultor ecológico).
> A minha filha X é formada e fez administração de empresa. A minha filha Y é especialista em doenças do cabelo. Meu filho W tem o 3 ano do ensino médio. Ele quis ficar na horta. A minha filha T tem 14 anos e é excelente na escola. Ela diz: eu vou fazer faculdade, mas eu pensava em mexer com desenho. Todos os meus filhos trabalham na horta. A X usa os conhecimentos de administração na horta. T ajuda nas embalagens e W ajuda na horta, na venda, em tudo (Agricultora ecológica).

Esses relatos indicaram que a capacidade de produzir um sucessor dependia da própria expectativa dos agricultores, em relação às possibilidades de sucesso com o estabelecimento agrícola, bem como, com a satisfação e orgulho da profissão.

7.2.3 Transformando-se em agricultor ecológico

A transformação dos agricultores em ecológicos teve como referência os eventos localizados no município de Capim Branco. Dentre os 14 agricultores ecológicos, sete começaram a praticar a agricultura Sem Agrotóxico (SAT) por incentivo de Ilma Correia, uma fazendeira do município de Capim Branco. Segundo os agricultores, Ilma Correia havia morado um tempo na Europa e, na década de 1990, voltou à Capim Branco com ideias de agricultura ecológica. Porém, inicialmente, os agricultores se opuseram à prática da agricultura ecológica por não acreditarem na possibilidade de venderem seus produtos. No entanto, enquanto fazendeira, Ilma Correia converteu sua propriedade em agricultura SAT e começou a animar os agricultores locais a produzirem da mesma forma. Quanto à comercialização, ela se comprometeu a garantir a venda da produção em sua loja instalada em Belo Horizonte, denominada Sacolões Verdemar. Não obstante, o processo de conversão foi lento e exigiu dos agricultores a compreensão da prática da agricultura ecológica e a sensação de segurança, seja na capacidade de produzir, seja de comercializar, conforme uma das falas:

> Foi uma transformação grande, porque na realidade eu era um produtor convencional, usava com muita frequência o adubo químico, os agrotóxicos, e foi através de um técnico da Emater que iniciou todo esse processo. Ele foi atrás da gente e explicou como funciona essa produção. Tivemos uma certa barreira para aceitar essa posposta. Porque você tem tudo ali na sua mão, tem o adubo químico, o agrotóxico, para você mudar é difícil. Trocar todo o químico por tudo natural? A gente comprou essa ideia e montamos o grupo de Capim Branco. Eu pensei que meu pai teria mais resistência, pois ele sempre foi convencional. Mas ele abraçou a causa junto com a gente e se lembrou de que um dia ele já tinha sido agricultor orgânico. Em 1940 ele não conhecia nem o agrotóxico e nem o adubo químico. Então ele voltou a sua origem (Agricultor ecológico).

No final da década de 1990, um outro evento, em prol do desenvolvimento da agricultura

ecológica, foi registrado em Capim Branco. Na zona rural do município, foi instalada uma unidade de produção ecológica e, na cidade de Belo Horizonte, foi criada uma loja especializada em produtos alimentares ecológicos, ambas denominada Fito.[88] Assim, como no caso de Ilma Correia, esse evento fomentou a produção ecológica dos agricultores do município, pela viabilidade do escoamento de suas produções. Isso porque, dos sete agricultores, três declararam terem sido ex funcionários da Fito, empresa pela qual eles iniciaram seus aprendizados no manejo ecológico. De posse desse conhecimento, os agricultores passaram a praticar a agricultura ecológica em seus próprios estabelecimentos.

No inicio dos anos 2000, os agricultores com certificação orgânica receberam apoio e assistência técnica da Emater e da associação civil denominada Minas Orgânica. Essas instituições ampliaram os conhecimentos dos agricultores sobre os padrões técnicos de produção ecológica de forma à transformá-los em agricultores certificados. Após a certificação, os agricultores passaram a fornecer seus produtos não só para a Fito, mas para outros estabelecimentos comerciais em Belo Horizonte. Em 2001, a PBH juntou-se ao grupo de apoiadores dos agricultores. A união dos atores institucionais (PBH, Emater e a certificadora Minas Orgânica) atrelada às capacidades adquiridas pelos agricultores, motivou a criação de um programa de circuito curto denominado Feira da Agricultura Orgânica de Belo Horizonte (FAOBH). A instituição desse programa, enquanto um canal de comercialização direta dos agricultores, trouxe para os mesmos a segurança de produzir ecologicamente.

Os outros sete agricultores ecológicos, pertencentes aos assentamentos Ho Chim Min no Município de Nova União e Pastorinhas no município de Brumadinho, tiveram o apoio e o acompanhamento de instituições não governamentais para praticarem a agricultura ecológica. Além disso, um dos fatores que motivaram os agricultores, foi a oportunidade de produzir ecologicamente com menos custo em relação à agricultura convencional. No caso das Pastorinhas, soma-se o fato dos agricultores estarem numa area de preservação ambiental. Abaixo apresentamos alguns depoimentos sobre as motivações dos agricultores em serem ecológicos:

> Nossa agricultura não é orgânica, mas desde quando eu estou nessa área [assentamento Pastorinhas] a gente trabalha sem agrotóxico. Mas antes eu trabalhava com agrotóxico. Já fazem 11 anos que estou trabalhando sem agrotóxico e tem 8 anos que estou nessa área do assentamento. Quando iniciou, todas as famílias do assentamento tinham optado por trabalhar sem agrotóxico, só que hoje nem todas as famílias fazem parte da produção sem agrotóxico. Os outros não quiseram continuar trabalhando dessa forma, porque cada um acha dificuldade numa parte, né? Eu sou agroecológico. Antes

[88] Para mais detalhes sobre a instituiçao visite o *site*: <https://goo.gl/7K26hK>.

> a gente não tinha essa consciência, mas a partir da data que a gente acampou a gente foi conhecer a Caritas, que começou a fazer reuniões e a mostrar como funciona. Com os cursos a gente foi aprendendo que dava para produzir sem veneno. Uma hora a gente perdia, mas outras horas a gente conseguia produzir bem. A gente aprendeu com eles a fazer muitas caldas, a utilizar ervas medicinais, um punhado de coisinhas lá do meio. Com o cipoh mesmo do mato, a gente consegue combater o piolho, consegue combater muitas pragas. Com isso, a gente evita o veneno. E a gente aprendeu mesmo com eles lá. Porque antes a gente não sabia, a gente usava o veneno mesmo, a gente usava do jeito que estava lá na receita do mercado mesmo, do mercado comum. A gente não trabalhava pra gente, a gente trabalhava no terreno dos outros, então tudo que você produzia você tinha que dividir, né? Eu era meeiro. Hoje somos um grupo e a gente divide entre o grupo, mas também não tem ninguém te dominando né? Então a gente trabalha a vontade do jeito que a gente quer fazer. A gente não tinha essa oportunidade de fazer do jeito da gente. Antes tinha a regra né, você tem que fazer, você tem que usar isso ou aquilo, ai então eu não tinha outra opção. Então isso que mudou, a gente tem mais autonomia (...) . Houve muita mudança após a agroecologia, muda muito, até nas coisas mais simples, até financeiramente. Você evita de comprar muita coisa cara. Até por exemplo, o veneno hoje é muito caro, apesar que esta é matando, mas é muito caro para você comprar se você for acompanhar o convencional, você reduz muitos gastos, muitas vezes em questão de veneno e em questão de adubo. A gente usa muito esterco, a gente usa muita compostagem. Ai a gente tem essas vantagens que vai barateando os custos, né? (Agricultor ecológico).
> Quando a gente entrou nessa luta pela reforma agrária, um dos objetivos do assentamento seria esse. A gente está numa área complicada ambientalmente porque nós estamos assentado numa área que tem 142 ha ao todo, e nós utilizamos apenas 14 ha, todo o restante é Mata Atlântica remanescente. Então, por se tratar disso, a gente teve que fazer alguns acordos, e um deles seria a produção agroecológica. Então a gente esta ai ate hoje mantendo essa postura à quase 11 anos (Agricultor ecológico).
> Os motivos para trabalhar na agricultura agroecológica é porque é uma coisa que eu gosto, é bom para a minha saúde, para a saúde das minhas filhas e assim, tem toda a questão da preservação do meio ambiente e das águas. Ela tem um gancho que não é só a subsistência que o convencional prega. Então tem todo esse outro apelo que chamou a minha atenção. Eu nunca fui convencional, mas meus pais foram, e eu ajudava na produção deles. Mas quando eu tive a minha Própria produção eu já comecei como agroecológico. O contato com a agroecologia foi através do PSA (Programa de Segurança Alimentar em Assentamentos), com as formações que tinha e, que eram totalmente voltadas para a agroecologia. De lá pra cá a gente continuou pesquisando e desenvolvendo tecnicamente nessa linha (Agricultora ecológica).

Dentre os processos de conscientização, a negação ao uso de produtos químicos na produção agrícola veio atrelada às experiências vividas por alguns agricultores, dentre as quais, destacamos os seguintes relatos:

> X, a minha filha mais velha, gostava muito de verdura. Eu nem sabia que existia produtos orgânicos. Ela intoxicou com a química da verdura. Eu levei ao medico que fez todos os exames e constou a intoxicação. Então o medico sugeriu o consumo de verduras orgânicas. Eu disse que nem conhecia. Ele explicou que é aquela que não tem agrotóxico. Eu falei, não conheço, onde

> vou encontrar? O médico me perguntou se eu não tinha terra. A Ilma Correia me pediu para plantar na minha terra e que ela iria comprar. Então começamos a plantar sem agrotóxico e com esterco de gado. Isso à mais de 20 anos. (Agricultora ecológica).
> Eu já sai da pecuária e fui para a agricultura orgânica. O que me levou foi a sustentabilidade, ecologia e saúde [pausa]. Princípios. A gente que vem da agricultura a gente vê como é feito o negocio. A gente vê o que acontece na agricultura convencional e a gente fica preocupado com a saúde, com a vida. Nos anos 60/70 meu pai era pecuarista no sul. Em 1981 eu virei analista de sistema. Eu voltei para a agricultura por idealismo e opção (Agricultor ecológico).
> Na minha época, quando eu trabalhava no campo com o meu pai, a palavra agrotóxico não existia. Talvez soh para as pessoas formadas na área, mas no campo não. Então eu assistir muitas vezes meu pai pegar aquele pacote de defensivo e misturar aquilo com o braço e mexer. Eu perdi meu pai com câncer na laringe. Pode ser que tenha influenciado. Então, nem de longe eu faço isso (Agricultor ecológico).
> Eu já fui agricultora convencional, não em horta né, mas já fui de lavoura. Eu já fui parar no hospital três vezes por conta de intoxicação. Por causa de usar o produto químico. Então eu já sofri na pele um pouco do uso do produto químico. E o meu pai, eu vi ele vir a falecer por causa da química. Ele teve enfisema pulmonar sem fumar. E ele usava agrotóxico. Na época, a gente conversou com o médico e com o agrônomo, soh que a gente não teve como provar que era por conta do agrotóxico. Mas assim, com todo mundo que você conversa, que o conheceu a vida toda, sabe que ele nunca foi de bebida, nunca foi de fumar. Ai então, soh tinha a química. Ai você vê la no atestado de óbito: enfisema pulmonar. Ai você já sabe. Eu não quero isso, eu não quero isso pra minha vida nem pra vida do meu filho. Ai, foi onde que veio a mudança radical e o ódio pela química mesmo (Agricultora ecológica).

Por fim, foi perguntando aos sete agricultores convencionais o que seria necessário para eles se transformassem em ecológicos. Destes, três desconheciam a agricultura ecológica. Os outros quatro agricultores disseram ter dúvidas sobre a produção ecológica, concebendo-a como um marketing para vender os produtos mais caros. Contudo, eles ressaltaram as condições necessárias para motivá-los à conversão ecológica, quais foram: ser proprietário do estabelecimento; ter apoio governamental para estruturar a produção; ter assistência técnica e; ter segurança de venda garantida pela existência de consumidores.

7.3 Notas sobre os agricultores da IDF

Na IDF, colhemos informações de 32 agricultores (13 ecológicos e 19 convencionais) inseridos em CCPs promovidos tanto pelo poder público, quanto pela sociedade civil. Dos 13 agricultores ecológicos, três não estavam associados à nenhuma organização social ou instituição profissional. O outros agricultores estavam associados à diferentes redes, até mesmo mais de uma, assim: um fazia parte do programa governamental denominado *Painer Fraicher* ; cinco de uma cooperativa; oito do Sindicato Agrícola denominado Federação *Paysan* e; 10 da

Amap (associação organizada por consumidores).

Em relação à participação dos agricultores em redes socioeconômicas, dos 19 agricultores convencionais, dois não responderam. Dos agricultores que responderam, 14 estavam associados à diferentes tipos de organizações: um agricultor participava da *Ruche Que dit Oui;* tres do programa *Painer Fraicher*; tres do programa *Bienvenu* à la Ferme; tres do programa *Gites de France* e; quatro da Amap.

Dos 32 agricultores, 11 tinham idade acima de 50 anos (4 de 13 ecologicos e 7 de 19 convencionais) e 21 com menos de 49 anos (9 de 13 ecológicos e 12 de 19 convencionais). A concentração de agricultores nessa ultima faixa etaria indica uma significativa presença de individuos jovens em cada grupo, sendo essa mais expressiva no grupo de agricultores ecológicos.

A formação escolar apresentou-se elevada tanto no grupo de agricultores ecológicos quanto de agricultores convencionais. Os agricultores franceses também apresentaram formação e conhecimentos em outras áreas, tais como conhecimento em língua estrangeira (oito agricultores, sendo quatro ecológicos e quatro convencionais) e em editor de texto (word) e excel (17 agricultores, sendo sete ecológicos e 10 convencionais). Como exemplo de outras capacitações técnicas, havia no grupo de agricultores ecológicos um mecânico, um pedreiro e um com formação em gestão financeira. No lado dos agricultores convencionais apareceram as seguintes formações extra curriculares: quatro mecânicos; dois mestres de obra e um eletricista.

Foi perguntado para os agricultores quais setores eles haviam trabalho durante o percurso de suas vidas profissionais. No grupo dos agricultores ecológicos, quatro foram agricultores durante toda a vida, destes, um foi empregado agrícola, dois se converteram à agricultura ecológica à, aproximadamente, cinco anos e, um sempre fez agricultura ecológica desde a década de 1970. Dentre os sete agricultores ecológicos que exerceram outras profissões, antes de ingressarem na agricultura, havia três ex empregados do setor privado sem especificar a atividade e, quatro trabalhadores autônomos.

No grupo dos 19 agricultores convencionais havia 15 que foram agricultores durante toda a vida, e quatro que experimentaram outras experiencias de trabalho em meio urbano, conforme se segue: um no setor industrial, um na marinha do Estado; um no comércio, um na construção civil e um no setor de informática. Quando lhes foram perguntado quais experiencias profissionais eles haviam tido, apareceram: professor universitário de matemática; assalariado na industria e no comercio; instrutor de equitação de cavalos e; operador no setor financeiro. Tiveram também dois casos de agricultores que experimentaram, além dos trabalhos urbanos, a execução de trabalhos agrícola enquanto assalariados.

7.3.1 Transformando em agricultor ecológico

No que tange às motivações dos agricultores em tornar-se ecológicos, ressalta-se que os mesmos portavam um pré julgamento sobre a relação entre alimentação, meio ambiente e saúde, porém, a ocorrência de um evento em suas vidas foi determinante, tal como expressam os agricultores: *"Suíte à une crise économique et par transformação"*[89] e; "*toujours eu cette idee de plus pert d'un enfant et de lors convetion Bio*".[90] (Agricultores ecológicos). Pode-se dizer, ainda, que a transformação em agricultor ecológico estaria ligada a um estilo e a uma maneira de pensar a vida, bem como, à execução de um trabalho em harmonia com a natureza e a promoção da saúde, a exemplo dos seguintes extratos de falas: "*Pour une reconversion professionnelle, qui me correspondait mieux tant par mes convictions que par le travail en lui-même*"[91] "*nourrir et etre conecté à la nature*",[92] "*pour arriver à produire sans trop nuire*",[93] "*par respect pour la nature et sa protection a long terme (espérons-le!)*",[94] "*pour produire de la nourriture saine et par passion*"[95] *e;* "*Nourrir les gens, ce n'est pas utiliser des produits avec une 'tête de mort' sur les bidons de pesticides, c'est au contraire respecter les gens, son sol et ses plantes*"[96] A oportunidade de vender em circuito curto foi um fator de motivação, como cita o agricultor amapiano: "*etre en coherance avec mes valeurs nourrir normement mes clients losque de la vente en amap et recrier des liens*",[97] "*pour la vente en amap pour arriver a produire sans trop nuire*".[98] E ainda, a motivação vinha da necessidade de sustento financeiro, tal como diz um agricultor "*avoir mon emploir*".

Assim como no Brasil, os agricultores franceses convencionais foram questionados se eles tinham interesse em se converter para a agricultura ecológica e porque. Dos 19 agricultores, apenas um disse que sim, utilizando o mesmo discurso dos agricultores ecológicos, qual seja: "*OUI pour la santé des hommes et de la plante*".[99] Um agricultor respondeu que tinha dúvidas, mas sem entrar em detalhes. Treze dos 19 agricultores disseram que não tinham interesse em se converter para a agricultura ecológica e quatro se abstiveram de responder.

---

[89] "Após uma crise econômica e por convecção". Tradução minha.
[90] "Sempre tive esta ideia além disso tive uma criança e então converti à agricultura orgânica". Tradução minha.
[91] "Para mudança profissional que me corresponderia melhor às minhas convicções que pelo trabalho em si mesmo". Tradução minha.
[92] "Alimentar e está conectado com a natureza". Tradução minha.
[93] "Conseguir produzir sem danificar muito". Tradução minha.
[94] "Pelo respeito à natureza e sua proteção a longo tempo (esperamos isso)". Tradução minha.
[95] "Para produzir alimentação saudável e por paixão". Tradução minha.
[96] "Alimentar as pessoas é não utilizar produtos com uma 'caveira' sobre a garrafa de pesticidas, é o contrário, respeitar as pessoas, seu solo e suas plantas". Tradução minha.
[97] "Estar em coerência com meus valores e alimentar normalmente meus clientes da Amap e recriar ligações". Tradução minha.
[98] "Pela venda em Amap e por conseguir produzir alimentos sem destruir muito". Tradução minha.
[99] "Sim pela saúde dos homens e das plantas". Tradução minha.

Os agricultores convencionais não possuiam resistência à produção ecológica, a crítica recaia principalmente sobre a lógica do mercado e da certificação, que era concebida pelos agricultores como apenas um marketing de mercado para agregar valor ao produto. Para os agricultores existiriam outras vias de desenvolver uma agricultura sustentável, diferentes da agricultura ecológica certificada. Para eles, essa última, os colocavam sob um outro tipo de pressão, como diz o agricultor, justificando seu desinteresse em converter-se para a agricultura ecológica: "*Non. T rop de contraintes. Il y a d'autres voies que le Bio [Biologique] tel qu'il est définit pour la charte AB*". [100] (Agricultor convencional). Ainda, para esses agricultores, a certificação e o marketing sobre os produtos e agricultores ecológicos estigmatizavam os outros agricultores ecológicos não certificados, a exemplo da fala de um agricultor : "*Je travaille quasiment sans traitement chimique sur mes fruits et légumes mais la vision actuelle du Bio est trop sectaire*."[101] Esse agricultor ecológico fazia parte da associação Nature & Progress, que é uma associação que reúne agricultores, técnicos e consumidores, com o objetivo comum de promover uma agricultura que respeite a saúde e ao meio ambiente. O desenvolvimento de uma agricultura ecológica baseada na garantia participativa, denominada *Système Participatifs de Garantie* (SPG) insere-se na França, de maneira pioneira. Por meio dessa acreditação foram gerados uma marca e um selo que associava a produção e o produto a um conjunto de exigências definidas em seu "*cahiers des charges*" (regulamento e normas) e na sua carta de princípios.[102]

A definidão de SPG utilizada pela Nature & Progrès foi definida pela IFOAM, nos seguintes termos: "des systèmes d'assurance qualité ancrés localement. Ils certifient les producteurs sur la base d'une participation active des acteurs concernés et sont cnstruits sur une base de confiance, de réseaux et d'échanges de connaissances".[103] Nesse sistema, os instrumentos pedagógicos voltam-se às dinâmicas locais. Mas, quanto à preocupação com a preservação ambiental, os agricultores convencionais, em geral, demonstraram não estarem alheios aos problemas ambientais. De acordo com esses agricultores, a preocupação com o meio ambiente existe em diferentes intensidades e está presente na prática dos mesmos, que se intitulam paysans, conforme resume um deles "nos sommes en lutte integree"[104] (Agricultor convencional).

---

[100] "Não. Muita pressão. Ha outras vias diferentes da Bio (Biologique) definida pela carta AB (Agricultura Biologique)". Tradução minha.
[101] "Eu trabalho quase sem tratamento químico sobre meus frutos e legumes, mas a visão atual da Bio é muito segmentar". Tradução minha.
[102] O *chaier de charge* e a carta de princípios estão disponíveis em: <https://goo.gl/RWF18L>.
[103] Sistemas de garantia de qualidade ancorados localmente. Certificam os produtores com base na participação ativa dos atores envolvidos e são construídos baseados na confiança, redes e trocas de conhecimentos.
[104] Nós estamos integrados na mesma luta. Tradução minha.

Os agricultores declararam a utilização de produtos naturais como primeira opção, de forma a aplicar os produtos químicos de forma razoável. Atrelado a isso, seus sistemas de plantio eram consorciados, com o fim de diminuir a exposição das culturas à doenças, conforme expressa um dos agricultores:

> pour moi, il y a d'autres voies que le BIO (j'entend par Bio, ce qui est soumis au label AB). De la meme façon qu'on ne refuse pas de prendre un médicament quand on peut etre malade, on doit pouvoir utiliser un produit phyto quand on ne peut pas faire autrement, c'est à dire en dernier recours suite à un accident cultural par exemple. La production intégrée est une de ces voies. Sans engrais chimiques, sans fongicides, sans insecticides, pour l'instant avec quelques herbicides quand on n'arrive pas encore a faire autrement. Et bientot en Agroforesterie[105] (Agricultor convencional).

Outros agricultores converteram apenas uma parte de suas áreas e culturas em ecológicos, principalmente, as culturas menos diversificadas que possuíam praticidade no manejo. As culturas mais complexas, em termos de manejo, continuavam convencionais, como relata o seguinte agricultor: "*la conversion d'une partie de l'assolement de grande culture est déjà faite. Concernant le maraichage tel que nous le pratiquons actuellement ce ne serait pas possible*"[106] (Agricultor convencional). Na concepção desse agricultor que possuía entre 51 e 100 ha, a agricultura ecológica direcionava-se às estruturas simples e de baixa produtividade, conforme a fala a seguir: "*Non, pas de temps à perdre. Il faudra nourrir de plus en plus de monde avec de moins en mais surface*"[107] ou "*Non, complication au niveau de desherbage et maladies*";[108] "*Non. Trop compliqué et trop onereux en investissements*"[109] e ainda "*non prix trop gros par rapport curt de materiaux organique*"[110] (Agricultores convencionais). Outros agricultores ainda atrelaram a desmotivação em se converter à agricultura ecológica ao custo da produção e ao posicionamento dos consumidores, tal como se segue: "*Non, car le côut de mécanisation est important et le consommateur n'est pas prêt a payer plus cher*"[111] e "*Non -*

---

[105] "Para mim, existem outras maneiras que o BIO (quero dizer, bio que está sujeito ao rótulo de AB). Da mesma forma que a gente não recusa a tomar um medicamento quando a gente pode estar doente, a gente deve utilizar um produto fitoterápico, a gente não pode fazer de outra maneira, ou seja, esse é o último recurso seguido de um acidente nas culturas por exemplo. A produção integrada é uma dessas vias, por exemplo. Sem fertilizantes químicos, sem fungicidas, sem inseticidas, por vezes, com alguns herbicidas quando não conseguimos fazer diferente. E em breve em sistemas agroflorestais". Tradução minha

[106] "A conversão em termos do sistema de rotação já é feita. Em relação à horticultura tal como nós praticamos atualmente não seria possível". Tradução minha.

[107] "Não. Não, não ha tempo à perder. Será necessário alimentar cada vez mais e mais pessoas com menos em mais áreas". Tradução minha

[108] "Não, complicação em termos de capina e doenças". Tradução minha.

[109] "Não, muito complicado e oneroso em investimentos". Tradução minha.

[110] "Não, preço muito alto em relação ao custo do material orgânico". Tradução minha.

[111] "Não, pois o custo de mecanização é importante e o consumidor não está preparado para pagar mais caro". Tradução minha.

mes clients ne me le demandent pas"[112] (Agricultores convencionais).

Foi perguntado aos agricultores o que seria necessário para que eles se convertessem para a agricultura ecológica (*biologique)*. As respostas convergiram para questões econômicas, de segurança e de investimentos. Os agricultores remeteram à necessidade de segurança na produção, com a mão de obra, e na capacidade de pagamento dos impostos rurais e taxas agrícolas. Assim, expressaram alguns agricultores sobre as condições que os motivariam a converterem-se à agricultura ecológica: "*Zero charges sociales, et une assurance garanties de revenus quoi qu'il arrive!*";[113] "*Une main d'ouvre moins cher et 1500€/ha d'aide*" ;[114] "*de la main d'auvre!*";[115] "*une main d'ouvre moin chere e que mes clienti le demandent*"[116] e "*moins des charges rurales*"[117] (Agricultores convencionais). A complexidade e as limitações, em torno do processo de certificação ecológica, foram apontadas pelos agricultores, como um fator desmotivante para conversão. Segundo um agricultor: "*Il fondrait un cahier des charges moins contraignant*"[118] (Agricultor convencional).

Somada à segurança no processo de produção, os agricultores também consideraram a segurança econômica, garantida pela venda de seus produtos, conforme as falas que se seguem: "*Assurance de garder mon niveau de vie et celle de mes salarié*";[119]."*des circuits de commercialisation fiable dans le vents*";[120] "*un juste prix*"[121] e "*du temps*"[122] (Agricultores convencionais). Ainda, por motivos subjetivos, um agricultor justificou sua falta de interesse em aderir à agricultura ecológica certificada, por acreditar que ela é uma iniciativa pautada estritamente em ganhos econômicos, ele assim diz: "*Je ne veux pas me converti en bio. Ce n'est pas ma philosophie avait suffisan voitures / les achats à l'etrangerie. Nous soignons nos plantes comme on soigne les hommes et les femmes sa abusé*"[123] (Agricultor convencional). O agricultor faz crítica ao modelo de agricultura certificada, mas guarda preocupação com a saúde humana e a preservação da natureza em seu discurso.

Foi perguntado aos agricultores, o que os motivariam a serem agricultores. A resposta

---

[112] "Não, meus clientes não me demandam". Tradução minha
[113] "Zero encargos sociais e uma segurança garantida de renda suficiente". Tradução minha.
[114] "Uma mão de obra menos cara e 1500 euros de ajuda". Tradução minha.
[115] "Mão de obra!" Tradução minha.
[116] "Uma mão de obra menos caro e que meus clientes demandem". Tradução minha.
[117] "Menos encargos rurais". Tradução minha.
[118] "É necessário um regulamento e normas menos restritivos". Tradução minha.
[119] "Segurança de preservar meu nível de vida e de meus assalariados". Tradução minha.
[120] "Circuitos de comercialização fraca nas vendas". Tradução minha.
[121] "Um preço justo". Tradução minha.
[122] "De tempo". Tradução minha.
[123] "Eu não quero me converter em bio (biologique). Não é minha filosofia ter muitos carros / compras no estrangeiro. Nohs cuidamos de nossas plantas como a gente cuida dos homens e das mulheres, isso é um engano". Tradução minha.

mais recorrente foi "por prazer e por convicção" em ambos os grupos. A ideia de prazer será apresentada no item que trata sobre o Bem-estar do agricultor, mas a convicção está ligada ao reconhecimento da relevância de seus trabalhos para a sociedade, por suprir uma necessidade humana básica – a alimentação. Os *paysans* convencionais declararam que produziam um trabalho mais artesanal e, portanto, mais próximo da natureza. Com um outro foco sobre a motivação dos agricultores, verificamos em que medida a decisão de tornar-se agricultor teve influência dos pais. Observamos que dentre os 13 agricultores ecológicos, três disseram que sofreram influência dos pais agricultores e; nove dos 19 agricultores convencionais fizeram a mesma declaração.

Sobre a relação entre os filhos e a agricultura, perguntamos aos agricultores que tinham filhos, se havia algum praticando a agricultura e ao menos tinham manifestado o desejo de serem agricultores. No grupo de agricultores ecológicos, cinco dos 13(treze) agricultores ecológicos responderam positivamente. No grupo de agricultores convencionais, dos 16 que responderam, 12 disseram que não tinham filhos praticando ou interessados em fazer agricultura, e quatro disseram que sim.

Perguntamos aos agricultores, se eles gostariam que seus filhos os sucedessem. Dos nove agricultores ecológicos que responderam, seis disseram que sim, mas desde que seus filhos também desejassem, como exemplifica-se na fala de um agricultor ecológico: "*Si luna de més enfants le souhaite par la suite, je l'encouragerai à continuer le travail accompli et faire perdurer l'exploitation Une main d'ouvre moins cher et 1500€/ha d'aide*";[124] "d*e la main d'auvre!*".[125] Outro agricultor mostrou interesse em proceder a sucessão agrícola, por ser uma possibilidade de manter a unidade de produção e outro, ainda, ressaltou que a sucessão agrícola seria difícil, e contrapôs o trabalho agrícola ao trabalho intelectual de seu filho, dizendo: "*mon fils ne souhaite pas etre maraîchers. Il est plus 'intellectuel' que "manuel*".[126]

No grupo de agricultores convencionais, quando lhes foi perguntado, se eles gostariam que seus filhos os sucedessem, sete disseram que sim, mas dependia do desejo dos filhos e, caso eles escolhessem fazer a agricultura, teriam seus apoio, a exemplo da seguinte fala: "S*i dans ma famille, quelqu'un envie d'être agriculteur, je le soutiendrai*"[127] (Agricultor convencional).

Um agricultor com filho na agricultura possui *status* de associação agrícola denominada

[124] "Uma mão de obra menos cara e 1500 euros de ajuda". Tradução minha.
[125] "Se um de meus filhos desejarem seguir, eu os encorajarei a continuar o trabalho e a perpetuar o estabelecimento". Tradução minha.
[126] "Meus filhos não desejam ser horticultores. Eles são mais 'intelectuais' que manuais". Tradução minha.
[127] "Se na minha família ha alguém que deseja ser agricultor, eu desejaria". Tradução minha.

Groupement Agricole d'Exploitation en Commun[128] (GAEC) desde 2006. O GAEC é formado por pessoa física e tem como objetivo permitir aos agricultores associados à realizar um trabalho associativo entre agricultores. Um agricultor disse que gostaria que seus filhos se tornassem agricultores mas esse sonho não era possível, pois todos seus filhos já havia seguido um caminho, como ele mesmo disse: "*c'est mal parti: 1 garçon ingenieur (BTP) ; 1 fille dans l'école de commerce e un Garçons artiste*"[129] (Agricultor convencional).

Os agricultores que não se manifestaram nem a favor e nem contra, disseram que a escolha era dos filhos, como demonstram os seguintes extratos de falas: "*Il fera malgré tout a quèil aimera!*";[130] "*3 enfants, chacun fera son choix*".[131] Alguns agricultores que disseram não terem interesse em proceder a sucessão da unidade de produção para os filhos achavam a agricultura desinteressante, por considerá-la cada vez mais difícil e penosa: "*c'est de plus a plus difficile, beaucoup di travail*";[132] "*trop conplique, trop penelation*"[133] ou ainda; "*trop d'heures de travail pas assez remunereur et trop de charges rurales*"[134] (Agricultores convencionais). Observou-se que, a inserção dos filhos dos agricultores nas atividades agrícolas concentrava-se nas tarefas comerciais e nos processos administrativos que, por sua vez, supria uma dificuldade dos pais agricultores, como expressa o agricultor convencional : "*Nous sommes acensée de tons les ancieux alors que nous aimons et connaissons plus la nature que nos administrations*".

E, por fim, foi perguntado aos agricultores quais seriam suas expectativas em manter o estabelecimento agrícola, considerando os seguintes termos: 1) muito fraca, quando o agricultor encontra muita dificuldade para manter o estabelecimento; 2) Fraca, quando, apesar do agricultor conseguir manter a unidade de produção, sonha em trocar de trabalho; 3) Forte, quando o agricultor pensa em manter o estabelecimento agrícola, ao menos até o final da vida ativa sem, necessariamente, proceder a sucessão agrícola familiar; 4) Muito forte, quando a manutenção do estabelecimento agrícola ultrapassaria gerações, existindo sob a gestão de um de seus filhos. Assim, no grupo de agricultores ecológicos, oito dentre os 13, disseram que a possibilidade de manter a unidade agrícola era forte e, quatro disseram que era muito forte. No grupo de agricultores convencionais, 15 dos 19 agricultores disseram que a esperança de manter a atividade agrícola era Forte, dois disseram muito forte e, dois disseram ser fraca. Assim, tanto

---

[128] Grupamento Agrícola de Unidade Produtiva Comum. Tradução minha.
[129] "É mal repartido, 1 filho engenheiro (BTP); uma filha na escola de comércio e um filho artista". Tradução minha.
[130] "Apesar de, ele fará o que ele gosta". Tradução minha.
[131] "Três filhos, cada um fara sua escolha". Tradução minha.
[132] "E cada vez mais difícil, muito trabalho". Tradução minha.
[133] "Muito complicado, muita penalização". Tradução minha.
[134] "Muitas horas de trabalho não suficientemente remuneradas e muitos impostos rurais". Tradução minha.

no grupo de agricultores ecológicos quanto no grupo de agricultores convencionais franceses, as possibilidades de manutenção da unidade de produção durante a vida ativado agricultor mostrou-se forte, no entanto, o desejo de proceder a sucessão agrícola familiar mostrou-se fraca.

CAPÍTULO 8 – TRABALHO, PADRÃO DE VIDA E CONCEPÇÃO DO LUGAR DE VIVÊNCIA

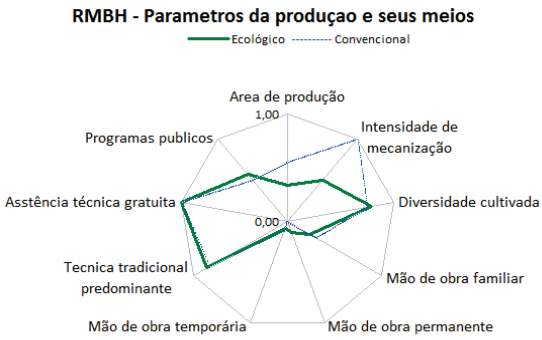
Apresentamos, nesse capítulo, o contexto e as situações socioeconômicas e de trabalho dos agricultores, bem como suas representações sobre os seus lugares de vivência. A abordagem envolveu aspectos relativos ao cotidiano do agricultor e às relações dos mesmos com o espaço, a sociedade e o meio ambiente.

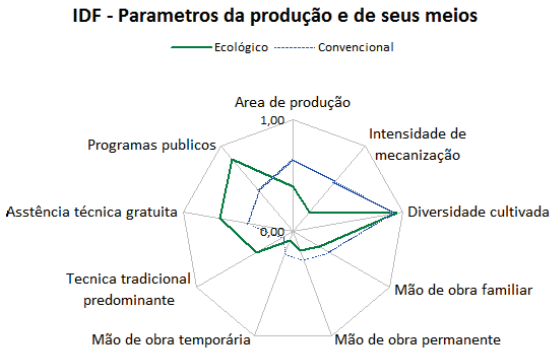
Esse capítulo está dividido em duas partes. A primeira parte, retrata os meios de trabalho e as condições materiais disponíveis aos agricultores, e o apoio governamental recebido para o desenvolvimento das unidades de produção. A segunda parte, retrata as condições de venda de seus produtos, que configura-se como principal fator de geração de renda dos agricultores. Os parâmetros utilizados para analisar a unidade e os meios de produção foram: uso de máquinas motoras; mão de obra; cultivo; tipo de técnica dominante na produção; acesso à assistência técnica; acesso aos programas públicos; seguro dos bens de produção e da safra e; uso de empréstimos bancários. No que diz respeito à comercialização, apresentamos os tipos de circuitos dos agricultores, suas interações com o consumidor e a percepção dos agricultores sobre suas condições de sustento.

8.1 Os meios e as condições de trabalho

Com o fim de representar as diferenças e semelhanças do agricultores no que tange aos meios e as condições de trabalho, apresentamos, na figura 26, alguns parâmetros compostos por: intensidade da mecanização; localidade da área de produção (rural ou urbana); propriedade e tamanho do estabelecimento; intensidade da mão de obra (familiar e contratada); variedade das espécies cultivadas; técnica de produção predominante; acesso à assistência técnica; segurança (no trabalho e com a produção) e; acesso aos programas públicos de apoio à agricultura.

Figura 26 – Parâmetros da unidade e dos meios de produção de agricultores ecológicos e onvencionais na RMBH e IDF (2013, 2014).





Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado por Souza-Seidl.

As figuras demonstram algumas situações semelhantes entre os grupos de agricultores ecológicos e convencionais, como a intensidade de mecanização e a diversidade da produção. Em termos da intensidade de mecanização, tanto na RMBH quanto na IDF, os grupos compostos por agricultores convencionais apresentaram maior concentração de indivíduos com intenso uso de máquinas motoras e tratores.

A diversidade de produção estava ligada à variedade das espécies produzidas. Os agricultores ecológicos e convencionais, pertencentes à RMBH e à IDF, conseguiam produzir, ao longo do ano, de 20 a 30 espécies, sendo que, os agricultores ecológicos, produziam de cinco a 10 tipos de espécies a mais do que os agricultores convencionais. Contribuiu para esse processo, o fato dos agricultores ecológicos produzirem plantas não convencionais, como o *topinambour* na França e orapronobissno Brasil. Ainda assim, no grupo dos agricultores ecológicos da RMBH, havia agricultores produzindo 40 tipos de espécies e, os agricultores ecológicos do assentamento Ho Chi Minh, acrescentaram à produção de hortaliças, o cultivo de bananas, feijão, mandioca e milho, mantendo-os como "carros chefes" de suas produções.

A intensidade da mão de obra, refere-se ao total de trabalhadores presentes na unidade de produção. Tanto na RMBH quanto na IDF, não houve muita diferença no quantitativo da mão de obra, as diferenças ocorreram nas suas categorias, classificadas em familiares, permanentes, temporárias e, meeiras. Nessa perspectiva, os agricultores convencionais apresentaram maior presença de mão de obra familiar nas unidades de produção, do que os agricultores ecológicos. Estes últimos, por sua vez, apresentaram maior mão de obra

permanente e temporária. Em ambas as regiões, a quantidade de mão de obra variava de dois a 10 trabalhadores, sendo que a disponibilidade da mesma constituia-se em um problema para os agricultores de ambas as regiões. No caso da RMBH, os agricultores não conseguiam mão de obra, devido à sua escassez e supervalorização e, nessa conjuntura, o custo da mão de obra, declarado pelos agricultores da RMBH, estava em torno de R$50,00/dia.

Em cada região (RMBH e IDF), os agricultores desenvolveram diferentes estratégias para superar ou remediar a falta de oferta da força de trabalho. Na RMBH, foram desenvolvidas três estratégias pelos agricultores, quais foram: 1) dobrar o esforço da mão de obra familiar (principalmente os agricultores convencionais); 2) organizar uma rede solidária de trabalho na produção, de forma a instituir um "mutirão na roça" (casos específicos dos agricultores ecológicos) ou ; 3) recorrer à prática do meeiro, na qual pequenos agricultores praticavam a meia com outros pequenos agricultores (caso de três agricultores convencionais). Na IDF, por sua vez, os agricultores recorreram à mão de obra estrangeira (13 agricultores convencionais e oito ecológicos).

O acesso dos agricultores aos programas públicos, no ano anterior da entrevista, apresentou-se maior nos grupos formados por agricultores ecológicos, em ambas as regiões. Os agricultores da RMBH que não acessaram os programas públicos, sustentavam-se, somente, com a renda de suas vendas nos CCPs, e não recorreram à empréstimos financeiros. Na IDF, existe, desde 2009, um plano de desenvolvimento da agricultura ecológica, com horizonte de quatro anos - 2009-2013. Esse plano incluía 28 ações, envolvendo os eixos socioeconômicos, ambientais e de saúde pública. Dentre as ações, buscava-se: facilitar o acesso à terra; apoiar projetos de instalação e de conversão[135] e; desenvolver projetos territoriais com escopo na manutenção dos estabelecimentos agrícolas. Desta forma, a existência de programas de fomento à agricultura ecológica na IDF, contribuiu para a ocorrência de um número significativo de agricultores ecológicos com acesso aos programas públicos. Os agricultores convencionais, por sua vez, apresentaram dificuldades no acesso aos programas públicos e, compensavam suas necessidades financeiras com os empréstimos bancários.

Em relação à área de produção, em ambas as regiões, os agricultores cultivavam em pequenas áreas, variando entre 0,45 à 5 ha, sendo os agricultores convencionais portadores das maiores áreas. Em termos de infraestrutura, os agricultores possuíam seus próprios veículos para o transporte de suas mercadorias, com exceção de três agricultores ecológicos, assentados da reforma agrária. Os agricultores da RMBH usavam mais instrumentos manuais que

[135] Os projetos de instalação referem-se à criação de novas unidades agrícolas e os projetos de conversão, envolvem as unidades agrícolas convencionais que passaram a produzir de maneira *biologique*.

mecânicos, tendo o tratorito como o único equipamento motorizado. No entanto, sete agricultores ecológicos, assentados da reforma agrária, não possuíam o tratorito, e alugavam o trator da prefeitura de seus municípios por R$35,00/ hora (ano de 2013). Para irrigação, todos os agricultores possuíam bombas e cisternas, exceto quatro ecológicos e assentados da reforma agrária. Alguns utilizavam caixas D'Água de 500 litros como reservatório de água para a irrigação; outros possuíam bacias de contenção de água, as quais eram utilizadas tanto para a produção de peixes, quanto para a irrigação. Ainda, havia um agricultor com sistema hidropônico de irrigação.

Tantos os horticultores ecológicos da IDF quanto da RMBH utilizavam menos equipamentos motorizados e mais instrumentos manuais. Um dos instrumentos manuais utilizados pelos franceses foi a *binette de précision* ou (enxada). Mas havia agricultores ecológicos que utilizavam equipamentos de alta tecnologia, os quais foram observados, em três unidades de produção ecológicas, e, no evento tec&bio, realizado em setembro de 2013, à Drôme/Fr. Pode-se citar, como exemplo desses equipamentos, o "*Cultivateur a rouer pousse pousse*"; *les motoculteurs; binette sur roue; semences e; pyrodesher beur*. Esse último, é uma deserbagem movida à gás que mata as raízes de ervas indesejáveis por aquecimento.

Os agricultores ecológicos da IDF produziam suas mudas. Eles compravam as sementes e, os produtos de proteção e nutrição das plantas, no comércio.

Os agricultores franceses possuíam assistência técnica de diferentes instituições. No grupo dos agricultores ecológicos, oito de 13 tinham acesso à assistência técnica gratuita, realizada por instituição governamental ou associação. Em termos de demanda por assistência técnica, seis agricultores ecológicos a solicitaram de uma a duas vezes, no ano, e quatro declararam nenhuma vez.

8.1.1 Notas sobre os agricultores da RMBH

O apoio financeiro é um recurso necessário para que o agricultor não somente mantenha a produção, mas, também, possa ampliá-la. As necessidades de investimentos apontados pelos agricultores envolveram a aquisição de veículos para o transporte da mercadoria, a compra de terreno e o investimento na infraestrutura, principalmente, na construção de estufas. O acesso ao apoio financeiro foi considerado difícil pelos agricultores. Para eles, as dificuldades estavam atreladas ao fato deles serem, em suas próprias palavras, "pequenos produtores" expressão ligada ao: porte produtivo, ao tamanho de seus estabelecimentos e também ao excesso de burocracia para a liberalização de recursos, cujos parâmetros encontravam-se desconectados de

suas realidades econômicas. Especificamente, no caso dos agricultores ecológicos, esses acrescentaram à lista de dificuldades, o acesso aos programas de créditos governamentais. Segundo os agricultores, o desconhecimento do agente bancário sobre o funcionamento dos programas de incentivo à agricultura ecológica criava uma tensão entre o uso obrigatório de defensivos agrícolas e o projeto ecológico proposto pelo agricultor. Abaixo, foram extraídos alguns depoimentos que expressam os sentimentos dos agricultores em relação ao financiamento público:

> Eu acho que para o pequeno agricultor é mais difícil de pegar financiamento [pausa] é porque ele é pequeno. É pequeno. A visão não é para o pequeno. O seguro safra e outros investimentos na agricultura não é para o pequeno (Agricultor ecológico).
> O problema é que os gestores não casam a política pública com a situação atual. Porque o governo vai na mídia e fala que liberou milhões, porém no Banco é um gargalo. É muita burocracia. Eu sou um agricultor informado e para mim demorou quase um ano para conseguir o empréstimo. Para o agricultor orgânico conseguir financiamento é muito mais difícil porque não há o costume de financiar projeto nessa linha. Eles ainda não tem segurança de liberar os recursos. Se fosse um projeto de eucalipto liberaria mais rápido porque já tem uma prática. Quem avalia o orgânico leva muito tempo para se inteirar e entender (Agricultor ecológico).
> Depende do agente local, pois o PRONAF traz muito trabalho ao Banco, então os caras fazem corpo mole. Como ex técnico bancário eu entendo bem. Eu disse ao gerente do Banco do Brasil que entro em contato com o Ministério da Agricultura. No outro dia ele me ligou para assinar o contrato e abriu as portas para um tanto de agricultor também. Então eu busquei meu conhecimento lá trás (Agricultor ecológico).

Dos 20 agricultores, apenas 11 tinham acesso aos programas públicos de apoio à agricultura familiar (oito ecológicos e três convencionais). Os agricultores que conseguiram acessar os programas tiveram apoio do técnico da Emater local. Essa instituição exerceu o papel de intermediadora das relações econômicas entre o Banco e o agricultor, principalmente, no preenchimento dos formulários e organização dos documentos, conforme os depoimentos a seguir:

> Pra eu conseguir o financiamento eu contei com o empenho da Emater, ela ajudou. O terreno tem que ser muito grande para pegar mais dinheiro. Muita burocracia. Minha produção não demanda muito espaço, e pouco espaço dá muito trabalho. E ai você chega para fazer um empréstimo e eles olham o tamanho do seu terreno para aprovar. Eu precisava de 30 mil para fazer umas estufas, ampliar a produção, etc. Daí eles avaliaram o tamanho do meu terreno e me emprestaram a metade. Ai, com os 15 mil tive que me virar. A mão de obra que eu tinha que pagar, eu não tive dinheiro, e tive que fazer quase tudo sozinho. Então perdi tempo na agricultura (Agricultor ecológico).
> A dificuldade de conseguir um empréstimo no banco é tudo que você pensar. Tudo que você imaginar você tem dificuldade, não tem jeito de você nem conversar com eles. Dos assentamentos que conseguiram financiamento de

> banco, que eu ouvi falar, foi a Emater que foi la e levou para o assentamento, tirando disso ai, eu desconheço (Agricultor ecológico).

Na opinião geral dos agricultores, a maior dificuldade em acessar os recursos financeiros era a exigência de garantias materiais fora de suas realidades, como propriedade da terra. Do total dos 20 agricultores, 15 não possuíam propriedade da terra, destes 12 eram posseiros, ou seja, tinham a posse das terras, mas não a propriedade, por não terem o registro do imóvel no cartório. Ainda dentre aqueles 15, três não possuíam a posse da terra, portanto, encontrando-se na condição de arrendatário (um ecológico e dois convencionais). Sem a propriedade da terra, não havia garantias e, portante, não era possível atender aos quesitos de financiamento impostos pelo Banco e, nesse sentido, abria-se um abismo entre a necessidade e a possibilidade de conseguir um financiamento. A alternativa para esses casos era ter um avalista (uma pessoa física que assumiria a dívida do agricultor perante o Banco). Para os agricultores conseguirem um avalista era tao difícil que deixava de ser uma alternativa, como eles próprios disseram:

> Para pegar um financiamento é preciso um avalista e muita burocracia. Para pegar 5 mil reais! Desisti (Agricultor convencional).
> É preciso comprovar renda. E o valor é muito baixo e é muito esforço pra pouco, não dá pra comprar um caminhão. Então, não ter propriedade também é difícil. Igual o meu caso, eu sou locatário (Agricultor convencional).

Para os agricultores ecológicos assentados da Reforma Agraria, as dificuldades em acessar um financiamento eram ampliadas pelo fato dos mesmos estarem na condição de assentados: *Se você vai pegar um PRONAF, você tem que ter em troca bens para colocar no valor como seguro [pausa] ou ter fiador. Quando é que um agricultor familiar, ainda mais sem terra, vai ter isso?* (Agricultor ecológico). Os assentados não possuíam propriedade da terra, apenas posse. Para os assentados da reforma agraria foi criado uma linha especifica de créditos no Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (Pronaf). No entanto, todos os agricultores assentados aguardavam, a mais de cinco anos, não somente o acesso ao PRONAF, mas também a implementação de infraestrutura básica, como saneamento, esgoto, energia elétrica e habitação.

Para quatro dos seis agricultores convencionais que havia acessado um financiamento de programas públicos, ao menos uma vez na vida, sentiam-se inseguros em assumir um compromisso de financiamento novamente. Para eles, o empréstimo tornava-se, muitas vezes, mais uma dor de cabeça do que uma solução. Assim, eles preferiam não acionar os recursos do governo, mas trabalhar com recursos próprios para não contraírem dívidas, tal como expressa o seguinte agricultor:

> As principais barreiras para um agricultor conseguir financiamento [pausa] .... na verdade isso que eles chamam de barreira para mim eu chamo de beneficio..

> Eu não quero um PRONA hoje a não ser que eu tenho um projeto muito bem elaborado e que aquilo não vai dar errado. Se eu enfiar num financiamento sem ter certeza que vai dar um retorno satisfatório, esse financiamento vai acabar virando uma dor de cabeça. Tem pessoa na nossa comunidade que [pausa]. A gente vê que não vai fazer nada, mas fica delirando para conseguir o PRONA, ou seja, delirando para ter dor de cabeça. Porque você sabe que Banco não perde pra ninguém, tanto é que ha estudo de viabilidade econômica. E quando cai nessa área de estudos de viabilidade econômica, emperra muita gente, porque a viabilidade econômica é a garantia de que quem vai pagar é você (Agricultor ecológico).

Na RMBH, os agricultores tinham o Pronaf à disposição e tal programa apresentava-se, com o objetivo de promover a inclusão socioeconômica dos agricultores familiares. No entanto, pelos parâmetros financeiros do programa e da instituição financeira, os agricultores não atendiam às exigências do Banco, que eram orientadas pelas condições ótimas de garantia de pagamentos. Os agricultores familiares, por sua vez, possuíam baixo poder aquisitivo e eram desprovidos de bens econômicos, portanto, enquadravam-se no perfil do programa, mas não das instituições de financiamentos. Nesse contexto, a questão fundiária revelou-se numa condição, não somente para a realização do trabalho do agricultor, como, também, para ampliá-lo, via acesso aos programas de créditos governamentais.

8.1.1.1 O seguro que vem de Deus.

A grande parte dos agricultores não possuíam seguro da produção, de vida, da propriedade e nem contra roubo. Eles declararam que o seguro "vem de Deus". O seguro era apreendido pelos agricultores como um luxo e, portanto, não condizente com seus contextos socioeconômicos e culturais. Porém, não ter seguro não significava a ausência do sentimento de insegurança nos agricultores. Dos 20 agricultores, seis declararam o desejo de ter seguro de carro e da produção, alegando que ao transportarem seus produtos para a Capital, estariam expostos a acidentes de carros, bem como à violência urbana. Por exemplo, nas bancas, os agricultores movimentavam dinheiro em espécie, dentro do centro e em bairros da periferia de Belo Horizonte. Em nenhum ponto de venda visitado, havia uma máquina de cartão bancário. No entanto, se considerarmos o Mapa da Violência do Centro Brasileiro de Estudos Latino Americano de 2010, a cidade de Belo Horizonte ocupava a 17° posição das capitais mais violentas no Brasil. Desta forma, no ponto de comercialização, os agricultores estavam constantemente expostos aos riscos de roubo e assaltos, tal como expressa a agricultora, no seu ponto de venda instalado na Capital: "*a gente não está satisfeito com esse mundo, a violência. Posso ser assaltada a qualquer tempo, não tem polícia e nem câmera, aqui não tem segurança nenhuma*" (Agricultora convencional). Apesar do risco de assalto, somente uma agricultora

viveu a experiência de ser furtada, em sua barraca que ficava em frente à igreja católica, situada na zona nobre da cidade: *"Eu tive o desprazer de ser assaltada na feira, levaram tudo que a gente vendia. Fizemos ocorrência, foi a um ano atrás, em outubro de 2011, eu fiquei assim, oh! Levaram tudo, levaram meu celular e eu tive que experimentar a violência"* (Agricultora ecológica).

Um outro fator de insegurança foram as mudanças climáticas que afetavam diretamente a produtividade dos agricultores, como bem expressa o trecho abaixo:

> O fator climático, essa variação durante o dia, prejudica a produção. Ainda não temos como controlar o aquecimento. São chuvas desordenadas ou secas prolongadas. [...] Eu possuo seguro de Deus. Não tenho seguro de nada. Eu gostaria de ter o seguro para chuva de granizo, pra seca, etc. Se eu tivesse condição, eu queria ter o seguro de produção, mas eu não tenho conhecimento. Se eu tivesse condição eu faria, pelo ao menos, nesses quatro meses de chuva ou seca forte (Agricultor ecológico).

Ressalta-se que a questão climática apareceu de maneira recorrente na fala dos agricultores, merecendo destaque nessa pesquisa.

8.1.1.2 Os desafios frente às mudanças climáticas

A RMBH é uma região de clima tropical bem definido (chuva no verão e seca no inverno), porém, o poder de previsibilidade que os agricultores dispunham sobre o tempo foi alterado, nos últimos anos. A incerteza do tempo os expôs às perdas na produção. Para os agricultores que atrelavam o calendário agrícola às estações do ano, o planejamento da produção, em conformidade com as características das estações, fazia parte de seus trabalhos. Nesse sentido, as manifestações meteorológicas imprevistas apresentavam-se como um desafio para o planejamento agrícola. Na visão dos agricultores, plantar fora da estação era ruim tanto para eles quanto para os consumidores, pois envolvia maiores esforços no trabalho e maior incerteza sobre a produtividade. Mesmo produzindo de acordo com a estação, o aquecimento global tem prejudicado os agricultores, na fase de produção, tal como é exposto pelos mesmos:

> No ano passado, a gente sofreu bastante com o sol que queimou a produção (Agricultor ecológico).
> O que me deixa inseguro é a mudança ambiental. A gente sente na pele, porque você percebe o tempo descontrolado. Igual está ai, você percebe a falta da chuva, ai isso vai causar a falta de água pra gente, então a gente viu, nesse ano mesmo, que teve muita pouca chuva. Então quando chegar setembro a gente vai sentir falta (Agricultor ecológico).
> A ultima colheita estava a baixo da média por conta desse período de chuva, principalmente, em plantio que a gente faz em campo aberto e, não é protegido. Nesse período, perde-se muito mesmo por causa da chuva, e ainda

> mais que a gente está vivendo numa época de intempérie climático, acabou aquela coisa de que a chuva era aquela chuva de invernada de 20 dias mas que não estragava, ajudava a armazenar água, e agora chove torrencialmente, o que deveria chover em 20 dias chove em uma hora, acaba com tudo, a água vai embora faz desastre, e o que está me deixando **com medo** é que quando chegar março, maio e abril, a gente vai ter um racionamento de água na agricultura, porque não armazenou. Está muito difícil e eu não entendo. Lógico que a gente (a sociedade) contribuímos para isso e agora a gente tem que se adaptar. A gente tem visto no campo e, que não é muito divulgado e, que as pessoas não entendem, é que a cada época aparece uma erva daninha diferente, aparece uma praga nova. (...) Quem faz uma agricultura limpa está, assim, lascado. Porque tem hora que você se depara com umas manifestações que você não tem noção do que é. Ai você pensa, essa praga era de inverno porque ela está aqui agora no verão? Não tem mais isso, eu acho que a natureza esta totalmente [pausa]. Eu acho que ela não esta totalmente desequilibrada, eu acho que ela oh se adequou ao nosso impacto. Ai quando você fala com o consumidor final, ele acha que você está contando uma historinha, mas não é. É exatamente o que você vivência no dia a dia (Agricultora ecológica).
> Eu fiz um planejamento para plantar no verão, que é época de muita chuva e calor. Então fiz o financiamento das estufas, plantei as espécies que não aguentam chuva, mas suportam muito calor nas estufas e plantei as especies que aguentam chuva mas não suportam muito calor em céu aberto. Perdi tudo, porque não choveu. O que me salvou foi um milho que plantei que era a especie mais resistente. As hortaliças e legumes perderam quase que tudo. Quase entrei em **desespero** (Agricultor ecológico).

Para enfrentar o problema da adversidade climática, os agricultores procuravam se adaptar. Muitas vezes, esse processo envolvia adiar o tempo do plantio até que se obtivesse uma noção do comportamento do tempo, a exemplo do depoimento que se segue: *"(...) quanto mais prejudica o meio ambiente mais o clima esquenta, chove muito, esquenta muito, e isso atrapalha a agricultura. (...) nesse fim de ano com muita chuva e [calorão doido] a gente deixa o tempo se estabilizar pra plantar"* (Agricultor ecológico).

Assim, plantar conforme a estação, tem sido para os agricultores uma prática difícil, tanto pelas adversidades climáticas quanto pelo próprio comportamento dos consumidores. Todos os agricultores tentavam produzir, de acordo com a sazonalidade e, ao mesmo tempo, satisfazer a demanda dos consumidores. Assim, durante todo o ano, eles plantavam folhosas (alface e couve, por exemplo) e alguns legumes (a exemplo dos tomates, batatas e cenouras). Nessa medida, os custos do plantio recaíam sobre o preço do produto, como relataram alguns horticultores:

> É raro o consumidor que entende. A maioria acha que tem que manter qualidade o ano inteiro. As coisas vão mudando, conforme a estação, tudo tem sua época. Tem o lado da questão do preço - saiu de época, aumenta o preço. O produto da estação é bonito e barato. Fora da safra, fica mais difícil produzir, a qualidade cai, o preço sobe e a procura aumenta. É claro! Mas a maioria do consumidor não quer saber de safra (Agricultor ecológico).

> O consumidor não entende, ele acha que tem tomate o ano inteiro. O fato é que a natureza sempre coloca um produto substituto daquele que não dá inverno por um produto de qualidade semelhante no verão. Por exemplo, você tem o chuchu numa época e o pimentão numa outra, são produtos similares. Mas o consumidor não quer saber, ele quer o chuchu o ano inteiro, quer a laranja o ano inteiro, etc. Então, eu acho que o papel de quem produz é fazer o consumidor entender como funciona a agricultura, porque o consumidor não entende o ciclo das coisas e das épocas. Fora de época, os produtos chegam à 30% do valor. Produzir fora de época não causa impacto no meio ambiente, porque as estufas possibilitam isso. O impacto é no custo e no homem, pois é mais trabalho. Tem-se mais trabalho para produzir e a produtividade é menor. Você pode ver a variação de preço dos produtos convencionais. Tem tomate que numa época é R$1,00/Kg e tem época que ele esta R$10,00/Kg. Então, isso é um indicador do que é da estação e do que não é. O consumidor paga por isso (Agricultor ecológico).
> Quando eu vendo um pé de alface, não é só um pé de alface, ali tem toda a minha energia, minha dedicação, meu tempo, não é assim uma coisa que você vai jogar lá, comer, pronto e acabou. (...) No ponto de venda a gente foi educando o consumidor para que se ele quer um produto livre de agrotóxico, que ele tenha paciência. Então, ele entende que nem todo dia vai ser oferecido determinado produto. Então, a gente consegue seguir a sazonalidade. Faço a produção na sazonalidade porque eu falo com ele, se você quer comer com veneno, então, não é comigo, então você desce ali e vai achar. Então, se eu ofertar couve e cebolinha, eles vão comprar couve e cebolinha, porque eles sabem que é só isso que eu tenho pra ofertar (Agricultora ecológica).

A partir dos aspectos destacados, percebe-se que os produtos fora da estação possuíam uma política de aumento dos preços, cujos custos aumentados eram repassados para o consumidor. Em contexto de adversidades climáticas, os alimentos produzidos, na estação, sofriam alterações na quantidade, qualidade, estética, custo de produção e preço de venda. Para manterem a produção nessas condições, os agricultores gastavam muita energia no trabalho e, por vezes, conseguiam um rendimento abaixo do mercado. Nesses casos, o aumento dos custos, em função das perdas, eram custeados pelo agricultor. Por exemplo, se o quilo da cenoura com qualidade era X, os agricultores recompensavam o valor da cenoura com qualidade prejudicada, vendendo-a pela metade do preço. Portanto, devido às adversidades climáticas, os agricultores estavam expostos à fraca produtividade e à venda sem lucratividade.

8.1.1.3 O saber profissional e a assistência técnica

Os agricultores desenvolviam tarefas que exigiam um saber especializado, o qual foi dividido em duas categorias, em função das fontes de aprendizados e conhecimentos. A primeira categoria, foi definida como "saber técnico cientifico", e refere-se à formação técnica adquirida pelo agricultor em escolas e instituições de formação, ou ainda, transmitida pelo assistente técnico ou o agrônomo. A segunda categoria, foi definida como "saber tradicional",

por corresponder ao saber dos agricultores adquirido via transmissão de conhecimentos entre as gerações (dos pais para filhos), pela troca de conhecimentos entre os agricultores, ou ainda, pelas tentativas de acerto e erro, e observações ao longo da vida profissional.

Para cinco agricultores ecológicos, a prática da agricultura ocorria, com base nos conhecimentos tradicionais e técnicos. Para os agricultores, a utilização de conhecimentos técnicos ocorria de forma equilibrada, envolvendo uma troca de conhecimentos entre eles e os estensionistas. Os agricultores ecológicos declararam que no manejo agrícola havia uma predominância do uso do saber tradicional e uma boa relação e acesso à assistência técnica da Emater e da Ater, desenvolvida pelo movimento de luta pela terra (MST). Abaixo extraímos duas falas para exemplificar:

> Na minha horta eu utilizo mais o saber familiar, é onde eu nasci e fui criado. Vim do município de Inhapim, meu pai e minha mãe trabalhavam na roça, o meu sogro e minha sogra [pausa] foi onde eu aprendi com eles né, pois eles são pequenos produtores (Agricultor ecológico).
> Em termos de manejo eu tive muita ajuda da assistência técnica do MST, em termos de produção de defensivo natural, de calda de compostagem e de forrageira, nesse aspecto foi adquirido lá [no assentamento], porque antes de lá eu nunca tinha ouvido falar, eu aprendi lá no assentamento. Mas o manuseio, prática de trabalhar no campo, de produzir, colher e de cuidar isso eu já aprendi no campo ao longo da minha vida. E foi uma coisa que foi passada de pai pra filho, mas claro que com inovação (...) No último ano a assistência técnica teve aqui umas 4 vezes, não que eu tenha chamado, mas a Emater mantem uma agenda de visita. Segundo a Emater, eles aprendem mais com a gente. Eles tem o conhecimento técnico e a gente tem a prática. Eu me lembro da minha avo juntando o mato, as cascas de abóboras para colocar na plantação. Hoje o orgânico é isso, mas com tecnologia, porque precisa garantir e melhorar a produtividade (Agricultor ecológico).

Na prática diária dos agricultores da RMBH, vigorava o saber compartilhado com os estensionistas de maneira positiva. Segundo os agricultores, os conhecimentos técnicos eram indispensáveis e complementavam seus saberes tradicionais em vários aspectos, principalmente, em relação às técnicas de controle, nutrição e, análise do solo. No caso dos agricultores ecológicos, além do controle do solo, destacava-se a necessidade de apoio técnico à produção de fitossanitários e nutrientes naturais para as plantas. Nestes casos, os produtos fitoterápicos utilizados na defesa e tratamento de doenças nas plantas eram produzidos por eles mesmos e em seus estabelecimentos, tais como calda bordalesa[136] e solução de fumo. Para tanto, esses agricultores tinham o apoio técnico do governo local, de ONGs ou de movimentos sociais. Abaixo foram registrados por fotos, uma oficina de agricultura ecológica, no município de

[136] Calda bordalesa ou mistura de Bordeaux é um fungicida agrícola tradicional, composto de sulfato de cobre (II), cal hidratada ou cal virgem e água, em simples mistura.

Capim Branco, realizada pela Emater local, no estabelecimento de um agricultor ecológico, no ano de 2012. Para essas oficinas foram convidados outros agricultores, da região metropolitana, inclusive convencionais, com o fim de motivá-los a converterem suas unidades de produção. As oficinas foram organizadas, na forma de palestras e com práticas de produção de compostagem, e de fitossanitários naturais. Nessa oficina, os agricultores estão sendo estimulados a produzirem seus próprios nutrientes e fitoterápicos. Grande parte dos insumos estão disponíveis em seus próprios estabelecimentos.

Figura 27 – Oficina de capacitação dos agricultores ecológicos

Foto: Souza-Seidl, Capim Branco-MG, 2013.

Cabe ressaltar que, os agricultores convencionais participantes do programa Direto da Roça da PBH eram estimulados pela Emater a diminuírem o uso do agrotóxico e a buscarem alternativas mais ecológicas de adubação, de forma que eles utilizavam adubo de matéria orgânica e de esterco de vaca na plantação. Portanto, o fato do assistente técnico da Emater atender tanto os agricultores ecológicos quanto os convencionais, pelo programa de circuito curto da PBH, tem estimulado os agricultores convencionais a praticarem um manejo mais sustentável ambientalmente. Essa situação tem criando um campo propício a uma possível

conversão para a agricultura ecológica.

8.1.2 Notas sobre os agricultores da IDF

Os agricultores em IDF possuíam uma política agrícola regional operacionalizada por, ao menos, dois programas: o Programme Régional pour l'Elevage, la Valorisation Agricole et l'Initiative Rurale[137] (PREVAIR) e Programme Régional pour l'Initiative en Maraîchage et Horticulture dans les Espaces Urbanis et Ruraux[138] (PRIMHEUR). Esses programas abrangiam toda a unidade de produção agrícola, indiferente da sua localização - urbana ou rural.

Os agricultores franceses ressaltaram, que havia muita burocracia para acessar um financiamento ou subsídios do Governo, bem como, para manter as exigências de produção e de qualidade sanitária. Sobre as políticas públicas, os agricultores *paysans* julgavam os investimentos governamentais para o pequeno produtor local insuficientes e, para eles, as políticas de desenvolvimento agrícola estavam, praticamente, destinadas aos grandes produtores, principalmente, cerealistas convencionais ou ecológicos. Isso, porque as subvenções para os agricultores franceses eram calculadas, em função do tamanho das unidades de produção agrícola e, dessa forma, os acessos aos recursos financeiros eram maiores para os grandes produtores.

A respeito do saber agrícola dominante nas técnicas de manejo, foi perguntado aos agricultores qual técnica predominava: o saber tradicional (transmitido) ou o saber técnico (científico). Poucos agricultores, tanto ecológicos quanto convencionais, usavam somente uma das técnicas. No geral, ocorria a interação entre os conhecimentos técnicos e tradicionais. No caso dos agricultores convencionais da IDF, 11 dos 19 não possuíam assistência técnica gratuita promovida pelo governo. Dos oitos agricultores a possuíam, sete eram realizadas por cooperativas. Assim como foi perguntado aos agricultores ecológicos, perguntou-se aos agricultores convencionais qual era a técnica, predominante, em seus manejos. Dentre as respostas, um dos 19 agricultores disseram ser aquela transmitida pela família ou repassado culturalmente, e quatro disseram haver predominância das técnicas embasadas no saber científico. A maioria dos agricultores convencionais da IDF (15 dos 19) declarou não haver predominância de saberes sobre as técnicas utilizadas no manejo, mas uma interação de conhecimentos. Quanto à demanda por assistência técnica, cinco agricultores convencionais declararam que, no ano anterior à entrevista, acionaram a assistência técnica de três a quatro

[137] Programa Regional para a Pecuária, a Valorização Agrícola e a Iniciativa Rural (PREVAIR).
[138] Programa Regional para Iniciativa em *Maraîchage* et Horticultura nos Espaços Urbanos e Rurais (PRIMHEUR).

vezes; e 11 declararam ter solicitado mais do que cinco vezes no ano. Para esses casos, a agricultura convencional foi a que apresentou mais agricultores, com problemas em suas produções dependentes de uma assistência técnica do que no grupo de agricultores ecológicos.

Ao indagarmos sobre o seguro, todos os 13 agricultores ecológicos entrevistados, da IDF, possuíam ao menos um tipo, sendo que os mais recorrentes foram: de veículos de transporte (12 agricultores); da unidade de produção (11 agricultores); de acidente de trabalho (10 agricultores); de vida (sete agricultores) e; de equipamentos (cinco agricultores). Assim como os agricultores ecológicos, todos os 19 agricultores convencionais possuíam seguros, dos quais, os mais recorrentes foram: da unidade de produção (19 agricultores); de equipamentos (16 agricultores); de acidente de trabalho (17 agricultores); de veículos de transporte (13 agricultores); de vida (14 agricultores) e da produção (sete agricultores). Observa-se que houve uma diferença na recorrência dos tipos de seguros entre os grupos entrevistados. Os agricultores ecológicos apresentaram, com mais frequência, o seguro do veículo e da unidade de produção, sem, necessariamente, assegurar a safra. No caso dos agricultores convencionais, os seguros com maior recorrência foram os da unidade de produção, dos equipamentos e de acidente de trabalho, tendo alguns casos de seguro da safra.

Foi indagado aos agricultores, se eles haviam tido perdas na safra do ano anterior. Dos 13 agricultores ecológicos, apenas cinco disseram ter tido perdas significativas. Um dos principais motivos foram as adversidades climáticas. Alguns agricultores citaram a ocorrência de chuvas, com precipitações concentradas em curtos espaços de tempo e recorrência de tempestades. O longo tempo do inverno potencializou o apodrecimento dos alimentos armazenados nos galpões. Além disso, os agricultores ecológicos salientaram prejuízos na colheita durante o outono e incidência de *Drosophile Suzukii* sobre as frutas vermelhas.

Como os agricultores ecológicos, cinco dos 19 convencionais declararam ter tido perdas significativas, no ano anterior à entrevista, tendo como principais motivos as limitações das estruturas de armazenamento dos alimentos, perante o inverno rigoroso; as doenças que atingiram o tomate, em campo aberto; e a chuva intensa que provocou excesso de umidade.

Na IDF, as unidades agrícolas devem respeitar as legislações trabalhistas. A maioria dos agricultores desenvolviam seus trabalhos, na forma jurídica de empresa, denominada "*L'exploitation Agricole à Responsabilité limitée*"[139] (EARL). Ela é uma forma de sociedade civil que tem como objeto a agricultura, sendo criada, na França, em 1985. A EARL pode ser fundada por um agricultor ou por um agricultor mais associados (limitado à 10). Todos os

[139] Empresa agrícola de responsabilidade limitada.

membros devem ser pessoas físicas, com maioria formada por agricultores. Estes últimos deveriam ter mais do que 50% do capital e serem os responsáveis pela gestão da EARL. Quanto ao capital social da EARL, este é constituído pelos bens de trabalho, que, por sua vez, são separados dos bens pessoais do agricultor. Os associados são pessoas físicas que investem, no mínimo, 7.500 euros, no capital social. Em termos de regime fiscal, o imposto recai sobre a renda de cada membro associado. Nesse tipo de pessoa jurídica, os agricultores beneficiavam-se da proteção social, representada pela assistência à doença, a pensão por invalidez e a aposentadoria. Em relação à mão-de-obra, os agricultores enfrentavam o problema da baixa oferta da mesma. Como forma de remediar o problema, 16 dos 32 agricultores haviam contratado mão de obra estrangeira, de origem portuguesa, africana e polonesa, e pouca francesa. Muitos dos agricultores interpretaram a falta de mão-de-obra, em função do êxodo rural e pela atração dos campesinos aos serviços oferecidos nas zonas urbanas.

8.2 A comercialização e as interações socioespaciais

Os parâmetros de comercialização levam em conta as possíveis interações socioeconômicas e espaciais dos agricultores, em prática de CCP, e nos indicam onde os agricultores vendem, a performance de venda, a renda, as interações socioprofissionais, e o nível de satisfação dos mesmos em relação ao trabalho (Figura 28).

Figura 28 – Parâmetros de comercialização dos agricultores ecológicos e convencionais na RMBH e IDF.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado por Souza-Seidl.

Todos os agricultores entrevistados, de ambas as regiões, estavam em circuito curto de produção e consumo. No entanto, essa prática apresentou algumas especificidades, tanto entre as regiões quanto entre as categorias de agricultores. A maior parte dos agricultores vendia, exclusivamente, em circuito curto, à exceção de cinco agricultores ecológicos da IDF que, também, vendiam para lojas especializadas em produtos ecológicos, escolas públicas, restaurantes privados e para supermercados.

No que diz respeito à associação, os 20 agricultores da RMBH estavam associados a um grupo formado por sua categoria, mas se encontravam carentes de projetos de animação da sociedade local, envolvendo os agricultores e os consumidores. Na IDF, a maior parte dos agricultores estavam associados a um organismo profissional e não a uma associação de agricultores. Por exemplo, os agricultores mantinham relações entre eles, por meio da Federação *Paysan* e do *Groupament de l'agriculture biologique* (GAB). Assim, 12 dos 32 agricultores franceses faziam parte de uma associação de agricultores locais (sendo sete ecológicos e cinco convencionais). Por outro lado, 28 dos 32 agricultores também estavam associados à um organismo de representação profissional (sendo 13 ecológicos e 15 convencionais). O impacto da associação de agricultores sobre a vida dos mesmos foi percebido na ampliação da diversidade de produtos ofertados no comércio. Por exemplo, na RMBH, os agricultores ecológicos associados trocavam os produtos entre si, a fim de garantir a quantidade e a diversidade de produtos na feira ou nas cestas. No caso da IDF, no grupo dos agricultores ecológicos não havia troca de produtos entre agricultores. Por exemplo, os produtos entregues

na Amap restringiam-se àqueles que o agricultor conseguia cultivar. Nessa condição, a variedade de alimentos ofertados na Amap era restrita, havendo a incidência de cestas compostas por um ou dois tipos de produtos por semanas. Tal comportamento da oferta na Amap foi evidenciado pela participação da pesquisadora, enquanto associada, da Amap *Val Mauber,* durante três anos, bem como, nas declarações de consumidores "amapianos" de outras duas Amaps. Os agricultores conseguiam diversificar, parcialmente, a oferta dos produtos. Os legumes mais frequentes nas cestas durante três meses eram: os da estação, os com mais resistência e facilidade de produção e, os que rendiam a melhor produtividade. Os legumes que se diversificavam eram aqueles cultivados em curto período ou conservados em refrigeradores. A composição das cestas ocorria por dois fatores: primeiro, em função do clima da IDF ser marcado por uma estação de inverno rigoroso, o que impunha aos agricultores a racionalização da produção. Segundo, porque o agricultor fornecia à *Amap* aquilo que ele conseguia produzir e, para facilitar seu trabalho, o agricultor fazia rotação das culturas entre as duas estações marcantes no país (verão e inverno). Assim, o agricultor parcelava seus estabelecimentos com, aproximadamente, 20 tipos de produtos e os utilizavam como "carros- chefes" das cestas. Nessa medida, a variedade significativa dos produtos ocorria, de fato, entre as duas estações marcantes do ano (inverno e verão).

Na IDF, tantos os agricultores convencionais quanto os agricultores ecológicos tinham elevado nível de formação educacional e parte deles usavam a internet (sete ecológicos e oito convencionais). O uso da internet para divulgação e comércio de produtos agrícolas foi bem frequente entre os agricultores, por possibilitar uma venda a baixo custo e eficiente, principalmente, com relação ao tempo e à distância do consumidor. No caso dos agricultores da RMBH, houve diferenças no perfil de formação educacional. Os agricultores ecológicos possuíam mais anos de estudos e conhecimentos sobre o uso de internet e computadores, do que os agricultores convencionais. Porém, apenas um agricultor da RMBH usava a internet para a comercialização de seus produtos.

O tempo dos agricultores dedicado ao trabalho foi dividido em três: horas de trabalho semanal, tempo dedicado ao comércio e à produção. Os agricultores, independentemente do tipo de agricultura e da região, possuíam uma rotina de trabalho intensa. A maioria dos agricultores trabalhava sete dias por semana, de segunda a segunda. Eles possuíam uma jornada de trabalho dedicada às tarefas de produção e de comercialização superior a 68 horas semanais. A carga horária de um dia de trabalho, especificamente, na roça, era em torno de 10 horas e, nos dias de comercialização, 12 horas. Geralmente, antes e depois da atividade comercial, os agricultores executavam algumas tarefas na roça como: colheita, lavagem dos alimentos,

encaixotamento, capina, irrigação, dentre outros. O tempo de trabalho, em dias de comércio, chegava até 15 horas para o grupo de agricultores da RMBH.

No grupo de agricultores convencionais da RMBH houve mais indivíduos trabalhando mais que 60 horas semanais, chegando a três casos com mais de 80 horas. No grupo de agricultores ecológicos, também houve três casos de agricultores trabalhando mais que 80 horas, no entanto, a maioria trabalhava menos de 60 horas semanais. O que gerava a diferença no tempo dedicado ao trabalho, entre os agricultores ecológicos e convencionais, foi o tempo no comércio. Sob esse aspecto, foram observados dois eventos. O primeiro, foi a organização de um ponto de venda solidário pelos agricultores ecológicos que funcionava com o rodízio do uso do ponto entre os agricultores. Nesse processo, os agricultores dedicavam, apenas, seis horas por semana no comércio. Essa foi uma estratégia realizada pelos agricultores, com dificuldade de inserção no mercado ou que produziam e vendiam menos. O segundo evento foi a existência de uma parte de agricultores ecológicos, dedicando menos de 12 horas ao comércio semanal, enquanto que a maior parte dos convencionais dedicavam mais de 20 horas, havendo três casos de agricultores convencionais, chegando a mais de 40 horas de trabalho no comércio. Sobre esse evento, observou-se uma tendência à inversão do trabalho principal dos agricultores, que é o manejo agrícola, para a atividade comercial. Para manter a banca aberta, por sete dias na semana, alguns agricultores delegavam as tarefas de produção a um membro da família, meeiro ou mão de obra contratada. Nesse contexto, o agricultor trocava o trabalho realizado no campo (cultivo) pelo trabalho realizado no urbano (comércio).

No lado da IDF, o grupo de agricultores ecológicos apresentou uma ligeira diferença, pra menor, na carga horária de trabalho, em relação aos agricultores convencionais. Os primeiros apresentaram maior número de casos de agricultores, trabalhando entre 60 e 70 horas por semana, enquanto que os agricultores convencionais apresentaram mais casos de trabalhadores, com mais de 70 horas semanais.

Quanto à circulação do produto na metrópole, na RMBH, o escoamento da produção dos agricultores concentrava-se em Belo Horizonte, a exceção de quatro agricultores ecológicos que comercializavam além da capital, em diferentes municípios da região metropolitana, incluindo-se o seu. Nenhum agricultor praticava, naquele momento, a venda na porta do estabelecimento.

Na IDF, a venda na porta dos estabelecimentos se apresentou com significativa recorrência, sendo a mesma, mais marcante no grupo dos agricultores convencionais. A venda na porta dos estabelecimentos promovia uma economia para os agricultores, por não impor a compra de veículos de transportes. Dentre esses casos, três agricultores justificaram não

possuírem veículos de transporte, por venderem exclusivamente na porta de seus estabelecimentos. Foi perguntado aos agricultores qual era o perfil dos consumidores que compravam diretamente na fazenda. Os habitantes da comunidade foram os mais citados pelos agricultores ecológicos, seguidos por habitantes das comunidades vizinhas; turistas; pessoas que trabalhavam na comunidade e; intermediários (atravessadores).

A performance de venda foi medida pela estabilidade das vendas e pelos julgamentos dos agricultores sobre os preços pagos aos seus produtos. Na RMBH, os agricultores ecológicos e os convencionais declararam ter uma boa performance de venda. Porém, três agricultores ecológicos, em CCP, por iniciativa própria e sem apoio de uma rede social, apresentaram limitadas chances de boa estabilidade nas vendas e um preço justo. No lado da IDF, por sua vez, a performance de venda foi pouco marcante para os agricultores ecológicos e mais significativa para os agricultores convencionais.

No que se refere à renda, todos os agricultores da RMBH tinham, na agricultura, a principal fonte de recursos financeiros. Dos 20 agricultores, um ecológico possuía renda inferior a um salário mínimo e três com renda igual a um salário minimo. A situação desses quatros agricultores era especial. Os mesmos não participavam de nenhum programa ou rede de CCP de forma estruturada, cuja venda direta ocorria por iniciativa própria, e com limitado apoio de organizações civis. Havia dois agricultores ecológicos, com renda de até dois salários mínimos, e que faziam parte do programa Direto da Roça da PBH, no entanto, por não possuírem a certificação oficial da produção orgânica, seus produtos eram vendidos nas feiras como convencionais. Foram registrados oito agricultores, com renda de quatro a seis salários mínimos (cinco ecológicos e três convencionais); quatro agricultores, com renda de sete a 10 salários mínimos (três ecológicos e um convencional) e; dois agricultores convencionais, com renda maior do que 10 salários mínimos.

De maneira geral, dois fatores contribuíram para que a renda dos agricultores convencionais da RMBH manifestasse-se um pouco acima da renda dos agricultores ecológicos. O primeiro foi a existência de quatro agricultores ecológicos com renda menor ou igual a um salário mínimo, sendo estes, agricultores em CCP menos estruturados. O segundo fator foi a maior intensidade de máquinas na produção dos agricultores convencionais, maior tempo no comércio e, uso da mão de obra meeira. Este ultimo, diminuiu os custos com a força de trabalho. Mas em termos relativos, a renda dos agricultores ecológicos apresentou-se igual ou maior do que a renda dos agricultores convencionais.

Na IDF, a renda se manifestou da mesma maneira que na RMBH, ou seja, a renda absoluta dos agricultores convencionais foi maior do que a dos agricultores ecológicos, porém,

os agricultores convencionais possuíam uma carga horária de trabalho superior à dos agricultores ecológicos. Dos 32 agricultores da IDF, 15 possuíam renda de um à dois salários mínimos Francês, denominado SMIC.[140]

A seguir, apresentamos os fatores implicantes sobre os meios e as condições de trabalho com maior recorrência nas falas dos agricultores ao longo das entrevistas, os quais revelam as principais preocupações, dificuldades e facilidades no dia-a-dia da produção. Dentre os fatores, destacaram-se o apoio financeiro para o desenvolvimento do trabalho, a segurança dos meios de produção e de safra; as condições climáticas e; o domínio sobre o manejo.

8.2.1 Notas sobre os agricultores da RMBH

Todos os 20 agricultores da RMBH estavam associados a um grupo de agricultores. Os 16 agricultores que faziam parte dos programas de CCP gerenciado pela PBH (Direto da Roça e Feira Orgânica), estavam associados à organizações de agricultores em cumprimento à um dos quesitos de participação naqueles programas. Tal quesito referia ao impedimento de realização de contratos entre a PBH e pessoas físicas. Os outros quatro agricultores faziam parte das associações de seus assentamentos. As redes socioeconômicas variavam em função dos contatos dos agricultores com outros agentes sociais, tais como consumidores, poderes públicos e, universidades. Segundo os agricultores, essas redes eram importantes tanto para suas sobrevivências e manutenção no mercado, quanto como fontes de aprendizado para os mesmos. Tais redes lhes permitiam enfrentar os problemas do dia a dia, desde os mais burocráticos (preencher formulários e fazer relatórios) até os de melhoria da qualidade de seus produtos. Ademais, na percepção dos agricultores, as redes facilitavam seus acessos a projetos públicos, conforme depoimentos que se seguem:

> Eu me associei pra gente conseguir as coisas mesmo né. Agora assim, o programa Direto da Roça tem muita documentação que a gente tem de providenciar. A associação também facilita comprar mais barato. Quando compra muita gente, ai junto, fica mais barato. E também assim, no Direto da Roça, a gente tem que está sempre participando, igual agora, a gente teve que participar. Então com a associação facilita muito. A gente tem acesso a informação. Tem reunião de 2 em 2 meses (Agricultor convencional).
> A associação é importante para se estar organizado, facilita muita coisa. A gente com o cooperativismo já conseguimos muitas coisas, inclusive participar e ganhar em licitação (Agricultor convencional).
> Porque para a gente é um fortalecimento, porque a gente sozinho [pausa], você não consegue acessar as politicas publicas. Então um dos motivos para a gente

[140] Segundo dados de 2010 sobre "revenus disponibles localisés" do INSEE (Insee, 2010), um Salaire Minimum Interprofessionnel de Croissance (SMIC) é equivalente à 1.200 € e o nível de vida do francilienne (habitante da IDF) é de 1806€.

> está se organizando e se associando é pra ta buscando melhoria pra o lugar que a gente vive. A questão da comercialização que é muito [pausa], são os gargalos do agricultor familiar, porque quando ele consegue produzir ele não consegue comercializar (Agricultor ecológico).
> Por meio da associação é possível vender nossos produtos, conhecer outros agricultores, a gente tem acesso à informação, a gente amplia nossa rede de contatos, é bom (Agricultor ecológico).

Na condição de posse de pequenas áreas e uma infraestrutura com poucos recursos tecnológicos e máquinas motoras, os agricultores agrupavam-se e estabeleciam, entre si, práticas de solidariedade e de confiança. A solidariedade entre os agricultores, além permitir a troca de saberes, se expressava na partilha do transporte e na troca de produtos, tendo como resultado, o aumento da variedade dos produtos ofertados nas bancas para o consumidor. Dos 20 agricultores, 11 ecológicos possuíam veículos de transporte e utilizavam o ponto de venda, de forma exclusiva. Num outro contexto, três agricultores ecológicos desprovidos de meios de transportes próprios, praticavam o transporte solidário. Nesse último caso, os agricultores levavam os produtos, uns dos outros, para os pontos de vendas, também compartilhados. A troca solidária de produtos contribuía para a não formação de relações concorrentes entre eles. As troca de produtos, entre os agricultores, funcionava na base da confiança condicionada pela moralidade e punição. Assim, a troca de produtos era realizada somente entre os agricultores dos respectivos grupos, não envolvendo os agricultores externos às suas associações. Isso ocorria porque, no sentido moral, os agricultores prezavam pelo seu ponto de venda, e na perspectiva da punição, a apreensão de um produto em sua banca por falta de qualidade, colocava em risco o seu comercio.

A maior parte dos agricultores convencionais mantinham uma rede de contatos não muito extensa composta por agricultores, governos, pesquisadores, ong, associações e consumidores. Os contatos que mais se sobressaíram foram os com instituições de assistência técnica e com outros agricultores. O contato com consumidores finais não estava organizado, ele ocorria nas feiras de maneira espontânea.

Os agricultores ecológicos da RMBH possuíam contatos com grupos interessados numa agricultura com caráter mais sustentável. Suas redes eram formadas por estudantes, Ongs, movimentos sociais, pesquisadores, universidades, organizações não governamentais e, por vezes, consumidores que visitavam os estabelecimentos e os pontos de venda dos agricultores. Esses grupos promoviam trocas de informações e ideias com os agricultores, a exemplo do depoimento que se segue, em que se demonstra a amplitude que uma rede pode alcançar:

> Temos visitantes de toda parte do mundo, Inglaterra, França, Alemanha, Eua, Canadá. Um grande ganho pra mim. É muito comum a gente receber várias

> universidades, então, é muito comum os alunos que nos entrevistam terem interesse em saber qual é o nosso grau de formação, ai eu digo pra eles que eu sou analfabeto, porém formado na escola da vida. Então, isso aí é um ganho que a gente teve e outros agricultores não terão porque trabalham isoladamente. Se tem benefícios, ele tem isolado e se tem problema, ele também tem isolado. Então, no nosso caso, eu acho que o maior ganho, até mais que financeiro, é o aprendizado (Agricultor ecológico).

Um dos grandes gargalos no trabalho agrícola é a comercialização. Para superá-los, os agricultores apoiaram-se em três estratégias, que envolviam o destino da produção e o desenvolvimento de relações solidárias, entre os agricultores, e destes com os consumidores.

A primeira delas foi priorizar Belo Horizonte, como local, quase exclusivo, de venda. Dos 20 agricultores, 13 comercializavam, apenas na capital, e sete agricultores ecológicos comercializavam em seus municípios e para outros municípios da RMBH. A venda na porta do estabelecimento foi experimentada por dois agricultores ecológicos. Para os agricultores, essa inciativa apresentou-se como um obstáculo à otimização do tempo. No entanto, alguns agricultores ecológicos praticavam o comércio de forma irregular e esporádica, ocorrendo nos momentos de visitas de pesquisadores, estudantes e, por vezes, de algum morador dos condomínios próximos ao estabelecimento dos agricultores. Fora isso, os agricultores evitavam vender em suas unidades de produção, pois, para eles, o benefício da venda não compensava o tempo não aplicado na produção. Segundo eles, os poucos consumidores que chegavam às suas portas compravam pequena quantidade dos produtos, o que desmotivava o deslocamento na horta.

A venda dos produtos ecológicos, fora da Capital, ocorria quando os agricultores abasteciam as escolas da região, via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Segundo quatro agricultores ecológicos, esses programas eram essenciais à manutenção de suas agriculturas. Para eles, esses programas garantiam o comércio de seus produtos e contribuía, não somente para a formação de hábitos alimentares saudáveis, mas, também, para o reconhecimento da agricultura ecológica do próprio município. Em suas concepções, o acesso da comunidade escolar aos produtos ecológicos democratizava o consumo de alimento ecológico e saudável, atualmente, considerado como um nicho de mercado ou um alimento de luxo. No entanto, os agricultores salientaram que os tipos de produtos adquiridos pelo governo para o abastecimento escolar, ainda encontravam-se limitados, em função da fraca educação alimentar dos usuários. Desta forma, eles tendiam a produzir apenas determinados produtos, de acordo com o cardápio escolar:

> Tem dois programas do governo federal que são muito bacanas, mas que têm limites, como o Programa de Aquisição de Alimentos, o PAA. Cada grupo familiar soh pode vender R$ 4.500 por ano, o que limita a sua produção. O Programa Nacional da Alimentação Escolar, o PNAE, você pode vender R$ 9.000, mas muitas vezes você não consegue vender o produto que você tem, pois o cardápio está muito voltado para batata, tomate, cenoura e eles [referindo-se às escolas] têm uma certa resistência com folhosas, falam que as crianças não gostam, mas não ofertam. Porque quando esse programa foi inventado, era para mudar o hábito alimentar, que era muito padronizado. E era para se consumir o que se é produzido na região, no município da criança. E é muito difícil mudar a ideia de quem faz o cardápio (Agricultura ecológica).

Outro ponto fraco do PNAE, observado pelos agricultores, foram as interrupções de repasses de recursos e realização de contratos junto aos entes públicos, após as eleições, momento em que ocorrem as modificações dos gestores:

> Os programas estão parados. A maioria dos programas quem executa é a prefeitura. Infelizmente em alguns municípios que a gente comercializava trocou os prefeitos, então até a engrenagem começar de novo, vai ser lá pro mês de Julho. Então a gente fica também com essa deficiência no campo. A nossa venda é direta aos consumidores pela feira e para os programas governamentais. Às vezes a gente vende na área de produção, quando vem estudante, pesquisador, e também para o pessoal do condomínio que tem **esse** apelo por uma alimentação mais saudável e que vem aqui comprar. No município a gente comercializa para duas escolas. Aqui tem 42 escolas e a gente consegue vender só em duas porque são estaduais, porque as pessoas la tem uma cabeça diferente. Outros municípios que vendemos é para Betim e Contagem. As vendas feitas pra escola são contratos e nas feiras não. Mas na feira a gente consegue absorver bastante da produção, porque a gente foi se adequando e produzindo mais voltado para esse ponto de comercialização, que é o mais certo que a gente tem (Agricultora ecológica).
> Além da Feira, abrimos uma frente de comercialização junto ao PNAE [referindo-se ao Programa de Nacional da Alimentação Escolar]. O governo incentiva, de certa forma o orgânico, porque ele paga 20% a mais. Quando você entra no processo da feira é bom, porque já tem um cliente cativado e facilita. Mas, quando entra numa chamada pública, você tem o contrato, você sabe o quanto você vai plantar, você planta escalonado, pois o pedido é por semana ou quinzena. O preço do produto é o preço da data de contrato e o contrato é feito no início do ano, na entre safra, período de chuva, quando o preço da olerícula está em alta. Assim quando tem baixa no preço o agricultor mantem o preço inicial. Então, quando você fecha o preço do kg da cenoura hoje à R$2,00, quando chega na safra (meio do ano) ele esta à R$1,00, pois o preço do contrato vale o ano todo. O problema é que os contratos feitos com a prefeitura às vezes não é cumprido, há muita burocracia, o dinheiro demora cair na conta, o governo local fala que o dinheiro não chegou, etc. Então, tem muito agricultor deixando de trabalhar com a prefeitura do seu município. Agora com a rede de educação estadual está melhor, porque o Estado paga na hora. Entregou, pagou (Agricultor ecológico).

Dos 20 agricultores, 17 possuíam o próprio meio de transporte, os três agricultores que não possuíam meios de transporte eram ecológicos. Para esses agricultores, vender para Belo Horizonte implicava, geralmente, em muita dificuldade, como chama atenção um dos

agricultores: *"O meu marido leva os produtos na carcunda [costas], no ônibus. Não vendemos nada para Nova União, vai tudo para Belo Horizonte"* (Agricultora ecológica). Esse depoimento parece uma situação extrema, mas, segundo os agricultores, essa era uma situação comum para aqueles que não possuíam transportes próprios. Os agricultores, nessa condição, ou se rendiam ao atravessador ou levavam seus produtos "nas costas" à capital. Eis o relato de alguns agricultores que já passaram a experiência de venderem sem ter transporte:

> Hoje em dia o transporte é próprio e não é coletivo. Antes o nosso problema maior era o transporte. A gente escreveu projetos para "n" lugares pedindo o transporte. Então o grupo teve que se adaptando ou comprar o veículo, senão a gente iria morrer na praia. Porque não adianta produzir e não ter como vender. A gente perdeu muita venda porque não tinha como levar (Agricultora ecológica).
> Eu agradeço a Deus pelo programa [referindo-se ao Direto da Roça], por eu estar vendendo legalizado. Antes de participar no programa eu levava tudo nas costas, eu pegava o ônibus coletivo, eu levava 4 sacos nas costas, eu amarrava os dois em cada lado. Isso é que é ter fé, né? Hoje minha área supri 4 pontos de venda. Eu vendo 1.200 moi de couve e de cebola por semana. Ai, depois disso, eu comprei uma kombi. A Kombi ficou pequena. Depois eu comprei uma camionete. A camionete ficou pequena. Então eu comprei um caminhão e, ele já está pequeno. Vou ter que comprar um maior. Eu comecei levando saco nas costas. Até teve uma experiência curiosa. Estavam eu e minha mãe com os sacos na beirada do asfalto para esperar o ônibus, ai veio um cara doido num Opala velho. Ele estava meio bêbado, ele saiu arrastando os sacos de legumes e a minha mãe ficou gritando. Naquela época, aquilo era tudo que a gente tinha. Nos ainda pegamos o que restou pela estrada afora, e levamos para vender na cidade. Nossa senhora! Quando parece que você está mais apertado é que aparece esse tipo de coisa. É quando você esta mais vulnerável né?" (Agricultor convencional).

Na feira, os agricultores não tinham a garantia contratual de venda, como nos programas públicos, mas havia uma estabilidade de venda, garantida em função das relações construídas entre os agricultores e os consumidores. Ha três agricultores ecológicos do assentamento Ho Chimn Minh que vendiam seus produtos na feira do produtor, organizada na cidade de seu município. Eles também vendiam para um atravessador, que, segundo eles, tratava-se de um parceiro dos assentados, um intermediário que comprava com um preço mais justo que o habitual:

> Contato com os consumidores finais não temos muito, porque a gente não está comercializando diretamente fora. Comercializamos em feiras livres aqui na região de Nova União e da RMBH. E a gente tem um atravessador, que nem se encaixa como um atravessador. Ele é um companheiro nosso daqui da comunidade que leva os nossos produtos para vender lá na cidade (Agricultor ecológico).

A segunda estratégia estava pautada nas relações de solidariedade entre os agricultores.

Dentre elas destaca-se a estratégia de venda, na capital, que funciona como um "ponto de venda solidário". Este ponto foi criado por outros dois agricultores ecológicos, situados em assentamento da reforma agrária. Nesse sistema, os agricultores organizam-se para o uso coletivo de um mesmo ponto de venda, conforme as explicações que se seguem:

> Todos os produtores tem espaço para a venda do seu produto. A gente faz rodízio dos produtos. Hoje eu tenho um produto que o outro produtor não tem, então, o meu produto vai pra feira, amanha sera um outro produto de um outro produtor que sera exposto pra venda. Assim, a gente garante a oferta dos produtos e a sua venda na feira. Eh uma venda solidária. Eu vou lá pra montar barraca que fica no galpão coberto do Poliesportivo de Nova União. A feira funciona todos os sábados de 7 as 13 hs. (Agricultor ecológico)
> O meu ponto acaba vendendo o produto de todo o grupo e, o que sobra a gente devolve. Estamos com o ponto a 4 anos, todos os domingos de 6hs as 12hs, que é o horário que a igreja permite (Agricultor ecológico).

O transporte solidário das mercadorias fazia parte das estratégias de dois agricultores ecológicos, do assentamento Ho Chi Minh. Havia agricultores que utilizavam o meio de transporte como marketing de uma produção diferenciada, fixando no exterior do veículo, informações sobre o produto transportado:

> Nohs temos uma kombi que vem buscar nossos produtos e na kombi já vem escrito "sem agrotóxico". A kombi é minha e de um parceiro. A gente pega o nosso produto e pega também do vizinho que precisa. Para ajudar também né! (Agricultor ecológico).

A terceira estratégia foi o estabelecimento de relações de proximidade com os consumidores. Os agricultores buscavam cativar os consumidores, utilizando-se de seus próprios recursos, em que a qualidade das relações de proximidade com os consumidores ocorria graças à capacidade de cada agricultor. Assim, aqueles agricultores, inclusive os ecológicos, que não criaram estratégias de relação com os consumidores, tinham muita dificuldade de comercializar seus produtos e, ainda, experimentavam, com frequência, a barganha sobre os preços:

> A gente vende diretamente para o consumidor, mas tem dia que vende e tem semana que não se vende nada. O veículo é da prefeitura. Não vendo para BH, não tenho um consumidor cativado. A gente que trabalha no município, a gente trabalha de acordo com o poder aquisitivo, então acho que o preço é justo. A venda é instável e a renda é menos que um salário minimo (Agricultor ecológico).
> Em Belo Horizonte, o pagamento é na hora e à vista. Eu vendo a metade. O preço é ruim. Outro dia vendemos oito saco de milho por 200 reais. Veja bem, um saco de milho de 20ks por 200 reais! Hoje não está mais valendo a pena trabalhar na roça não, boba. Feijão, eles querem pagar 3 reais o kilo. A gente trabalha e fica na roça para poder descansar a cabeça da cidade, mas a roça não está um bom lugar para as pessoas sobreviver. As pessoas que não tem

> nada, não tem renda e não tem nada, passa fome. A banana, eles querem pagar 5 reais. Como você vende? A agricultura é minha renda principal. E a minha renda é menos que um salario mínimo (Agricultor ecológico).
> Não consigo vender nada. Soh produzo para o meu consumo e casa. Eu não comercializo porque eu não gosto de comercializar. As pessoas não dá preço não. Você produz a verdura e as pessoas não dá preço não. Feijão mesmo, eu produzi mais de [pausa]. Num sei quantas sacas de feijão. Você coloca pra vender e eles querem comprar na bacia das águas, querem colocar o preço baratinho. Eu tenho um tanto de galinha e eles não querem pagar pelo preço, então eu penso, eu não vou vender nada. Minha renda vem da parte do meu companheiro que mora comigo e que vende o dele e o meu (Agricultora ecológica).
> Aqui dá muito isso, as pessoas falam que o produto está muito caro. Um dia um consumidor chegou perto de mim, me olhou bem e falou: esse alface está caro. Eu disse à ela: você acha mesmo? E ela disse éh, tá caro. Ai eu disse: você sabe quantos dias leva pra esse alface chegar até aqui? Ai ela disse: não. Eu disse 70 dias. Tem 70 dias que eu estou cuidando dele para ele chegar até aqui, para você comprar e achar que ele é caro. 70 dias é muita coisa né? Para ele conseguir chegar aqui é 30 dias na estufa e 40 na horta. Você tem que colher, transportar, embalar.... é muita coisa. Um saco de adubo de 20 kilos é 80 reais. É caro né? Você gasta muito, você trabalha quase no equilíbrio. O mesmo tanto que você ganha é quase o mesmo tanto que você gasta. Eles acham que o agricultor não tem acesso, que ele não vai em shopping. O agricultor vai em shopping também, eu compro sapatos (...). No dia, eu falei assim com a dona que falou que o meu produto estava muito caro: tá bom, eu vou vender baratinho pra senhora, mas o meu funcionário vai passar fome, a senhora quer que ele passe fome? A gente tem família. O quanto você gasta pra viver? Muito. Com vestuário, com energia, com tudo, é muito caro. Até mesmo com alimentação (..) ninguém tem respeito pela coisa do outro. Você chega lá e coloca os alfaces todos arrumadinho, o pessoal joga tudo pra lá e depois joga tudo pra cá. Até parece gozação. Eu vendo 3 alfaces por R$ 2,00. Chegou uma mulher num carrão e comprou os alfaces, pagou com uma nota embrulhada e foi embora. Quando eu abri a nota, ela estava cortada pela metade, eu não acreditei. A mulher estava num carrão, ou seja, ela não era trabalhadora como nós não. As pessoas fazem assim com você, não estão nem ai com a gente (Agricultor convencional).

Por outro lado, 11 agricultores ecológicos conseguiram estabelecer uma relação de proximidade com os consumidores e relataram possuir mais tranquilidade, quanto ao preço e à estabilidade de venda:

> Temos uma clientela bem cativada, que tem meu telefone, que se vai viajar liga, que se eu me atraso me liga e quer saber se o carro quebrou. Ai já criou um laço, são amigos. A gente conversa e eu acho que a questão solidaria é que permitiu isso. A partir do momento que o pessoal conheceu o produto, viu que não era um produto aleatório, conheceu a história e, também, pelo fato deles desejarem uma alimentação saudável e a gente está ofertando isso. Eu acho que lá a gente criou um vínculo muito diferente. Não é só aquela coisa de compra e venda não. Às vezes meu marido fica brincando e perguntando a que horas eu vou abrir o consultório. É porque as vezes eu estou vendendo a verdura e chega um e começa a conversa. Tem cliente que compra, vai la na casa dele e depois volta. Ele diz que veio soh conversar. Ai a gente fica conversando e criou essa amizade e eu gosto disso sabe? Porque eu acho que

> muda bem a cara de ser soh moeda, soh relação de troca. No início do ponto a gente trazia consigo a identidade do grupo, com foto, textos etc. Porque nessa época tinha o apoio do frei. Agora a gente não pode, é só a barraca e as verduras, mas os clientes continuaram e o preço é justo. (Agricultora ecológica)
> A feira é todo o sábado e domingo, o dia inteiro. Eu tenho apenas um ponto. Soh vendo pra Belo Horizonte. Tudo que eu levo sai. A clientela é boa, eles são amigos mesmos, tem uns 2 anos que estou lá, quando a gente chega eles já estão esperando lá. O preço está satisfatório. O volume é de acordo com o mês e está ligado ao pagamento do pessoal, no início do mês revenda e depois fica pouco, mas a gente está no controle, a gente planeja. A gente vende 30 caixa de banana e vende tudo, né? Nos pega também queijo dos outros de fora e leva também, então tudo nohs vende. (...) Os consumidores sempre vem aqui visitar o nosso assentamento. Às vezes, a gente mata um boi e faz churrasco e chama a turma lá do bairro [de Belo Horizonte]. Aqui a gente tem cachoeira, então dá pra aproveitar bem. Eles mesmos vão lá na roça e pega banana e cana e come lá na hora. Aqui tem umas três cachoeiras (Agricultor ecológico).

Ainda sobre a relação agricultor e consumidores, segundo um agricultor ecológico, "*O orgânico dá uma vantagem muito grande porque ele te dá um público muito esclarecido*". Nesse trecho, o agricultor chama a atenção para a importância e a facilidade de lidar com consumidores bem informados, que têm interesse em dialogar sobre a agricultura, o valor do alimento, as receitas e ainda reconhecem a importância do agricultor.

No ponto de venda dos agricultores, observou-se o uso de marketing social, com informações sobre o grupo e a qualidade dos produtos às vistas do consumidor. Em todas as barracas dos agricultores estavam estampados o timbre da prefeitura, a qualificação e a origem dos produtos.

De maneira geral e, em resumo, os agricultores estabeleceram, de forma mais latente, uma estratégia de comercialização pautada em três ações. Uma foi direcionar, como espaço principal de venda, a cidade de Belo Horizonte, e não comercializar nas unidades de produção. No entanto, os agricultores também não dispunham, em seus contextos, experiências de vendas em estabelecimentos agrícolas. A segunda estratégia foi informar e sensibilizar o consumidor, a partir da iniciativa pessoal e da capacidade do próprio agricultor. No entanto, essa estratégia era, por vezes, considerada complexa para alguns. E, por fim, o uso do marketing, com informações sobre as qualidades socioambientais, que diferenciavam o produto ecológico no mercado.

No que tange à renda, todos os agricultores tinham, na agricultura, a sua principal fonte de renda. A maior parte dos agricultores familiares possuíam renda, acima de quatro salários mínimos, tendo uma concentração de agricultores na faixa de quatro a seis salários. Para uma comparação da renda dos agricultores com outras atividades na região e em seus municípios, utilizamos três referências de valor: 1) o salario mínimo brasileiro de $ 678,00, em 2013; 2) o

valor da renda entre ½ e 1 salário mínimo, em 2009, englobando 50% das populações, em áreas rurais na RMBH e; 3) a mediana da renda per capita rural de 60% do salario mínimo dos municípios onde os agricultores pesquisados se encontravam. De forma geral, a renda auferida pelos 20 agricultores demonstrou que eles têm alcançado uma renda acima da média local e, em alguns casos, superior à renda média de Belo Horizonte.

Por fim, no que diz respeito ao padrão de vida dos agricultores, todos possuíam casa própria e de alvenaria, à exceção de um ecológico assentado da reforma agrária. Na moradia de nove agricultores (sete ecológicos e dois convencionais) havia banheiro e esgotamento sanitário. Quanto ao padrão de consumo, criamos uma lista de 10 equipamentos domésticos: televisão; geladeira; fogão à gaz; aparelho de DVD, Rádio; Computador; Celular; Telefone Fixo; Forno Elétrico e Microondas. No geral, os agricultores possuíam de oito a dez itens dos equipamentos listados, exceto cinco agricultores ecológicos , que possuíam menos de cinco equipamentos.

8.2.2 Notas sobre os agricultores da IDF

No contexto da IDF, os circuitos curtos encontram-se desconcentrados da Capital e operacionalizados tanto pelos agricultores ecológicos quanto pelos convencionais. A prática de venda, na cidade de Paris e na zona urbana do município de habitação do agricultor, foi mais representativa no grupo dos agricultores ecológicos. Os agricultores praticavam a comercialização, no local de produção, de forma organizada e estratégica, com a instalação de lojas na frente do estabelecimento, com horários pré-definidos. Houve casos de lojas funcionando somente entre os meses de maio a outubro (período da primavera e do verão). Nesses períodos, havia lojas que fixavam duas horas de funcionamento por dia, seja no início da manhã, no fim do dia, ou somente no final de semana, de forma que o agricultor interagia com o consumidor, sem prejudicar o planejamento e a dinâmica da produção.

Em relação às redes sociais, o grupo dos agricultores ecológicos da IDF foi o que mais apresentou agricultores associados a um organismo profissional (*Groupament d'Agriculture Biologique*; *Federation Paysan* ou; *Amap*) e à associação de agricultores. No entanto, esse último tipo de associação não mostrou-se expressivo entre os agricultores da IDF.

Muitos agricultores vendiam sobre a forma de *self service,* em seus estabelecimentos, caracterizada pela escolha e colheita dos alimentos, realizada pelo próprio consumidor. Segundo os agricultores, essa prática era realizada por consumidores que moravam até 25 km de suas propriedades. Nas palavras de um agricultor francês, esses consumidores eram "*des*

habitants de la region qui apprecient nos produits"[141] (agricultor convencional). Assim, tem-se, na região periurbana, mais relações de proximidades entre agricultores e consumidores. Esses agricultores faziam parceria com as escolas públicas para realizar visitas pedagógicas, com discussões e atividades lúdicas, centradas na alimentação e na atividade agrícola, tendo o agricultor como interlocutor.

Os agricultores que vendiam para as *Amaps* chegavam a fornecer para até cinco Amaps, e gastavam dois dias da semana para proceder o comércio. O tempo de venda na *Amap* era de 1 hora e 30 minutos, porque as *Amaps* funcionavam como ponto de entrega dos produtos pagos antecipadamente, de forma que não havia transação financeira entre o agricultor e os consumidores. No momento de distribuição das cestas, o agricultor dedicava-se a interação com os consumidores. As discussões perpassavam, desde questões do cotidiano, política, cultura e de cunho pessoal, até a qualidade e diversidade dos alimentos fornecidos.

Havia dois agricultores que faziam parte da *Ruche que Dit Oui* e do "*Painer Fraicher*". Na *Ruche*, assim como nas *Amaps*, o agricultor ficava duas horas interagindo com o consumidor, pois nessas organizações, não existia troca monetária na hora da entrega dos produtos. No "*Painer Fraicher*", o agricultor vendia seu produto para os usuários do transporte ferroviário (RER) e ficava durante três horas, das 16:00hs às 19:00hs, no ponto de venda.

O preço dos produtos vendidos no "*Painer Fraicher*" era estabelecido pelo agricultor. Segundo o gerente do programa *Painer Fraicher,* M. Jean-Yves STACHERA,[142] o valor da cesta variava de agricultor para agricultor e ocorria em função do produto. Havia agricultores que optavam por produzirem alimentos de luxo, como aspargos e alho poró, e havia agricultores que enveredavam por produtos comuns, como batatas, tomates e cenouras. Os agricultores criaram estratégias para cativar os consumidores, dentre elas, a oferta de descontos e realização de sorteios de cestas por semana.

Os preços dos produtos ecológicos vendidos, em CCP, na IDF, não variavam muito daqueles vendidos, nos grandes supermercados (Carrefour e Auchant Bio, por exemplo), podendo apresentarem-se mais baratos e em maior variedade. Na IDF, o valor dos produtos ecológicos oscilava, em torno de 30% a mais do que o valor dos produtos convencionais. Os produtos ecológicos vendidos nos supermercados vinham de diferentes regiões. No entanto, para atrair e cativar os consumidores da IDF, o supermercado Carrefour personalizou alguns alimentos convencionais, colocando informação sobre o *paysan* ao lado dos produtos. Por fim, a renda dos agricultores, em IDF, era de 1 à 2 smic, o que equivalia à 1200 € e 2400 € em 2012.

---

[141] "Habitantes da região que apreciam nossos produtos". Tradução minha.
[142] Chefe de Produtos e Serviços Invovadores da SNCF.

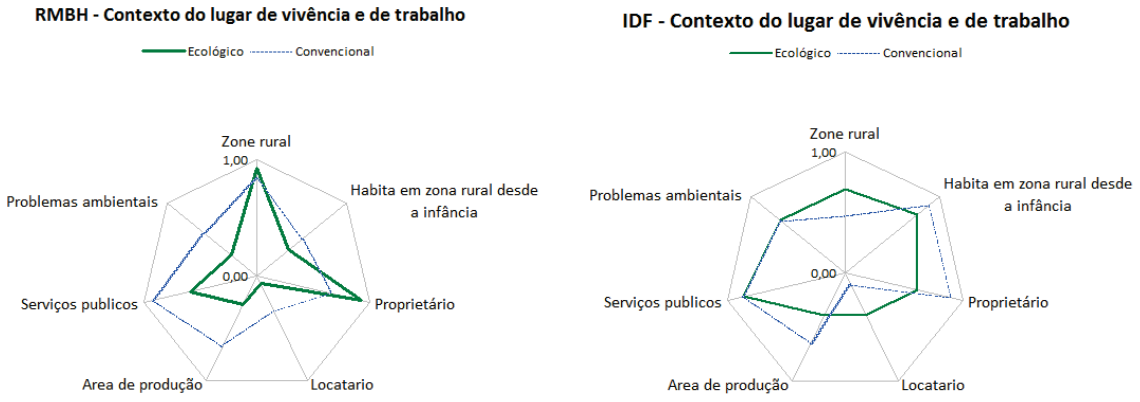
Se compararmos com a renda per capita de uma família, em IDF, igual à 1 816 €, os agricultores encontravam-se na média da renda local.

8.3 Padrão de vida e concepção do lugar de vivência

8.3.1 Abordagem sintética comparativa: agricultores ecológicos x convencionais

Para apreender o padrão de vida e a concepção do lugar de vivência dos agricultores, utilizamos parâmetros atrelados à localização do agricultor, dentro da dinâmica socioespacial da metrópole. Os parâmetros refletiam : 1) a localidade da área de produção (rural ou urbana); 2) a propriedade e tamanho do estabelecimento; 3) os equipamentos e serviços públicos disponibilizados e; 4) problemas ambientais, com relação à habitação e aos estabelecimentos dos agricultores.

Figura 29 – Contexto do lugar de vivência e de trabalho



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado por Souza-Seidl.

Existem três eventos comuns envolvendo os agricultores de ambas as regiões: 1) habitação na zona rural, desde a infância; mais representativa para o grupo convencional; 2) estabelecimento agrícola, situado em zona rural; mais representativo para o grupo de agricultores ecológicos e; 3) maior área da produção, sendo mais representativa no grupo de agricultores convencionais.

Dos 20 agricultores da RMBH, apenas dois declararam viver em área urbana, bem como, 13 dos 32 agricultores franceses. A habitação, na zona rural, desde a infância, foi declarada por sete, dos 20 agricultores da RMBH,e por 18, dos 32 da IDF. Observamos que

tanto na RMBH quanto na IDF a ocorrência de agricultores ecológicos, habitando em zona rural, foi maior do que no grupo de agricultores convencionais, que, por sua vez, concentrava a maior quantidade de agricultores com habitações, a princípio rurais e, posteriormente, incorporadas ao zoneamento urbano. A maior manifestação de agricultores ecológicos, em espaços rurais, esteve atrelada à representatividade dos neorurais (nove na RMBH e seis na IDF) que compraram ou alugaram terrenos em zonas rurais, escolhendo-a como lugar de moradia e trabalho.

Na RMBH, os agricultores ecológicos e convencionais cultivam em áreas de dois ha, em média, e, na IDF, a área variava de 6 a 20 ha. Ao abordarmos sobre a propriedade do terreno, na RMBH, o grupo com maior número de agricultores proprietários dos terrenos foi o ecológico, ao contrário do que se manifestou na IDF, cujo maior número ocorreu no grupo de agricultores convencionais.

A fim de avaliar a disponibilidade de equipamentos e serviços públicos, no local de habitação dos agricultores, listamos 13 tipos de serviços/equipamentos, e demandamos aos agricultores, quais eles tinham acesso. A lista compunha-se com os seguintes itens: 1) rede de energia elétrica; 2) abastecimento; 3) água potável; 4) rede de esgoto; 5) saneamento básico; 6) limpeza do espaço público; 7) coleta de lixo; 8) rede telefônica móvel; 9) rede telefônica fixa; 10) rede de internet; 11) iluminação pública; 12) transporte público e; 13) rua pavimentada. Observou-se que, no caso da RMBH, a área rural ainda possuía precariedade na disponibilidade de serviços públicos, ao contrário da IDF, cuja abrangência era quase total, inclusive de serviços de comunicação, tal como internet e telefonia. Esses dois últimos serviços eram bem utilizados pelos agricultores franceses, não só para ter acesso à informação, mas, também, para dinamizar seus circuitos de comercialização.

8.3.1.1 Notas sobre os agricultores da RMBH

Os agricultores entrevistados na RMBH estavam situados em zonas rurais, à exceção de um ecológico e um convencional. As representações dos agricultores sobre as mudanças ocorridas em seus lugares de vivência revelaram inseguranças, em relação à preservação: da tranquilidade; das terras agricultáveis e; da disponibilidade de trabalhadores agrícolas.

Uma das observações dos agricultores centrava-se na formação de residência secundárias ou nas construções de condomínios. Para os agricultores, as pessoas que habitavam nessas construções, muitas vezes, estavam dessincronizadas, com seus "modos rurais de se viver", configurando-se num desrespeito às normas culturais ou habituais de convivência representadas pelos agricultores. De forma exemplar, apresentamos as falas de um agricultor ecológico neorural que havia morado na cidade e optou por morar no campo, em oposição ao ritmo e ao ambiente urbano:

> Então, tem pessoas que nunca foram para a roça, soh vão para visitar, acham que a vida é linda e maravilhosa. Como eu também acho que aqui [na cidade] eu não quero mais vir pra cá. Mas tem gente que não consegue morar na roça, adora o urbano, não sai do shopping. Eu não consigo fazer mais isso. Então na roça tem o lado muito bom e tem o lado ruim. Por exemplo, eu estou vendo que o meu espaço, a minha fazendinha, não é mais uma fazenda isolada, tem muito sítio em volta. Tem muitas pessoas que não moram lá, que tem sítio lá, vão lá para o fim de semana. Eles acabam extrapolando o respeito de convivência com os outros sitiantes, que é festa com barulho muito alto, com carros com som automotivos, é festa com som alto noite a dentro. E não é o que eu quero, mas isso atrapalha um pouquinho a minha saúde. Aqui [na cidade] acontece também, mas com mais frequência. Eu acho que as pessoas fantasiam muito a roça. (Agricultor Ecológico).

Nota-se que o agricultor chama a atenção para a ocorrência da poluição sonora e o aumento na produção de lixo no "lugar", provocada pelo adensamento habitacional. Essa modificação foi percebida pelos agricultores, como impactantes na qualidade ambiental do lugar de moradia e de trabalho. Assim como diz um agricultor: "*Se tiver lixão perto da plantação, prejudica a plantação. Igual um caso lá que foram criando condomínio que aumentou a rede de esgoto e lixo, o lugar vai crescendo e o lixo também*" (Agricultor Ecológico).

As mudanças ocorridas na comunidade eram percebidas pelos agricultores, a partir da composição da sociedade e da paisagem. Por exemplo, na concepção dos agricultores pertencentes aos municípios de Brumadinho e Capim Branco, estava ocorrendo um esfacelamento da comunidade, em função da saída da população agrícola e entrada de novos moradores. Esses últimos, provocavam modificação na paisagem, antes natural e, agora,

artificializada pelos espaços construídos. Para os agricultores, o parcelamento dos solos destinados aos usos não agrícolas, a exemplo da construção de condomínios, desencadeava dois tipos de limites para o desenvolvimento de suas atividades: um físico e outro econômico.

Quanto aos limites físicos, os agricultores relataram que a construção de condomínios adjacentes às suas propriedades os impediam de aumentar a produção por meio da ampliação dos terrenos. Como os agricultores possuíam terrenos pequenos, entre 0,5 e 5 ha, a ampliação da área do estabelecimento fazia parte de seus anseios. Em relação ao limite econômico, esse instituía-se, quando o preço do terreno tornava-se inviável aos agricultores. Isso ocorria, devido à valorização do terreno, provocada pela formação de condomínios. Nesse contexto, surtiram duas reações por parte dos agricultores: uma, os agricultores rendiam-se à venda de suas propriedades e abandonavam a atividade agrícola, ou outra, os agricultores permaneciam no lugar, mas sem muitas chances de manter e ampliar suas propriedades. A seguir, apresentamos o depoimento do agricultor que nasceu e pratica, há mais de 30 anos, a agricultura no mesmo lugar, sendo que, nos últimos nove anos, converteu-se à agricultura ecológica:

> As fazendas que foram loteadas viraram condomínio de classe média. Acho que isso ai desagregou muito lá. Onde era fazenda, onde a gente plantava muito mais coisas, hoje é casa, sítio. Acho que isso aí é um impacto e tanto. Imagina, o terreno lá, onde produzia alimento, hoje só gramado, piscina e concreto. Eu acho lá [pausa] eu fico **triste** em ver umas fazendas que tinha lá e ver o que virou. E lá vai fazendo isso lá, e lá vai apertando, apertando, aperta todo mundo. Especulação, especulação né? Tem uma especulação imobiliária demais lá. Acabando com o nosso lugar lá. Uns que estão vendendo os lotes e não estão nem ai pra nada. Quem vai lá no final de semana passear é bom sim, mas quem vive de plantação lá, tá bem difícil. O terreno está muito caro. Eu quero comprar mais um terreno para aumentar a minha produção, mas como? Onde eu comprava por 10 mil reais hoje eu não compro nem por 40. Entendeu o que está acontecendo? Então, aí o que está acontecendo é que está acabando com todos os produtores. Todo mundo vai sair. Tá pressionando todo mundo. Hoje você ver lá um cara plantando sua hortinha, amanhã ele sumiu. Ele cresce o olho [fazendo referência ao dinheiro proposto por um comprador de imóveis] e vai montar outra coisa. São toneladas de alimentos, não é kilo não, são toneladas de alimentos que estão deixando de produzir por causa dessa especulação que eu estou te falando. Eles estão vendendo tudo lá. Lá já foi conhecida como a cidade do alho [Capim Branco]. Onde era a cidade do alho, hoje é tudo sítio [pausa]. Acabou. O terreno mudou tudo, não tem nada a ver com o que era. Eu conheci tudo produzindo. Assim, um exemplo bem claro, pode perguntar para os outros agricultores. Lá tinha 100 produtores. Você pode contar na minha comunidade, de 100 você vê 10. Se tiver 10. Mesmo sendo convencional, se produzia. Mas agora nem convencional produz mais. Está acabando. A linhagem lá está acabando. A gente conversa com a Emater, conversa com a prefeitura, a gente fala muito lá, a gente explica. (Agricultor Ecológico)

A vizinhança, no entanto, não se constitui apenas dos condomínios, mas também de

empreendimentos econômicos muito próximos das propriedades dos agricultores, que, também, surtiam efeitos negativos sobre os estabelecimentos. Os efeitos percebidos pelos agricultores encontravam-se na poluição do ar e na diminuição da disponibilidade de água para irrigação, como demonstra o depoimento a seguir:

> A água é funda na verdade, mas se você destrói uma mata vai influenciar na minha água aqui. Igual aqui em cima, tem uma mineração, quando eles abrem a compota pra jogar do lado de lá, para explorar o minério, a minha água diminui aqui (Agricultor convencional)

A convivência de diferentes atividades, no mesmo espaço, provocou diferentes problemas ambientais. A lista dos problemas ambientais locais percebidos pelos agricultores foi maior pelos agricultores convencionais do que os ecológicos. Os problemas mais sinalizados pelos agricultores da RMBH remetiam à poluição sonora, acumulação de lixo; poluição do ar (queimadas); escassez de água, desmatamento, água contaminada (mineradora e Roundup).[143] Junta-se a lista de percepção de impactos ambientais a formação de voçorocas, a degradação das matas ciliares e a presença de fossas sépticas na região.

Sobre o acesso aos serviços públicos básicos, mesmo que precários, encontravam-se mais acessíveis aos agricultores convencionais, que estavam mais próximos da franja urbana ou em zona periurbana. A falta de serviço público no espaço rural não foi percebido pelos agricultores como um direito, mas como uma situação natural vinculada à zona rural. Para os agricultores da RMBH, a ausência de serviços/equipamentos públicos simbolizava a referência de rural incorporada pelos mesmos, o qual foi percebido como um lugar, naturalmente, desprovido de serviços básicos. Quando foi perguntado aos agricultores sobre as condições de acesso aos serviços/equipamentos públicos, as respostas formavam um coral "*Aqui é roça, não tem nada disso aqui não*", ou "*E roça tem dessas coisas?*". Dos 20 agricultores, apenas três possuíam acesso aos 12 tipos de serviços/equipamentos públicos em seus domicílios; quatro possuíam entre 10 e 11 tipos e; 13 possuíam menos que cinco tipos de serviços/equipamentos públicos. Dentre os agricultores que habitavam em locais desprovidos de muitos serviços/equipamentos públicos, destacaram-se os agricultores agroecológicos assentados da Reforma Agrária. Esses agricultores estavam, há mais de cinco anos, nos assentamentos Pastorinhas e Ho Chi Minh, na expectativa de acessar políticas públicas provedoras de serviços de energia elétrica, saneamento e esgotamento sanitário. Atualmente, a infraestrutura básica de água e energia foi instalada pelos próprios assentados, senão, como vários deles disseram: "*a*

[143] Nome comercial de herbicida não-seletivo com substância ativa o glifosato e produzido e comercializado pela empresa americana Monsanto desde 1975.

gente estaria sem luz e sem água até hoje".

8.3.1.1 Notas sobre os agricultores da IDF

Dos 32 agricultores da IDF, 17 declararam situarem em zona rural e 15 em zona peri-urbana sendo esses: nove ecológicos e oito convencionais. Destes, 22 agricultores declararam habitar na zona rural, desde a infância até o momento, sendo que 13 eram convencionais. Os agricultores da IDF foram questionados, se havia conflitos com a vizinhança, como eles percebiam os problemas ambientais perto de suas moradias / áreas de produção e, ainda, quais serviços públicos estavam disponíveis.

Em IDF, todos os agricultores estavam situados em uma Zona de Proteção Agrícola, o que diminuíam as possibilidades de conflitos de uso e ocupação de terras. Foi questionado aos agricultores da IDF como era a composição social da vizinhança e a relação com a mesma. Três agricultores ecológicos declararam que a *commune* compunha, sobretudo, de residências secundárias e, destes, dois declararam que não se identificavam com os habitantes da *commune,* possuindo relações sociais nula ou indiferente. Porém, oito agricultores que declararam a commune como, essencialmente, agrícola, identificavam-se com os habitantes da vizinhança.

No caso dos agricultores convencionais, 15 dos 19 declararam que a vizinhança era essencialmente agrícola, quatro declararam não se identificarem com a vizinhança e possuir relações sociais nulas ou indiferentes com a mesma. Havia, também, um agricultor em conflito de valores (festas e barulhos à noite) e de uso do solo com a vizinhança.

No que tange aos problemas ambientais, tanto os agricultores convencionais quanto os ecológicos declararam como principais: a falta e a contaminação da água, a acumulação de lixo e a degradação do solo. Existe um conjunto de problemas ambientais observados, especificamente, pelos agricultores ecológicos. Esses problemas referiam-se à pulverização com pesticidas por cerealista da vizinhança e desmatamentos ou cortes de árvores.

Sobre os serviços públicos disponíveis, a maioria dos agricultores declararam ter acesso a um conjunto de serviços: rede de energia elétrica, rede de telefone celular, rede de internet, abastecimento de água direto na residência, rede de esgoto, coleta de lixo e iluminação pública.

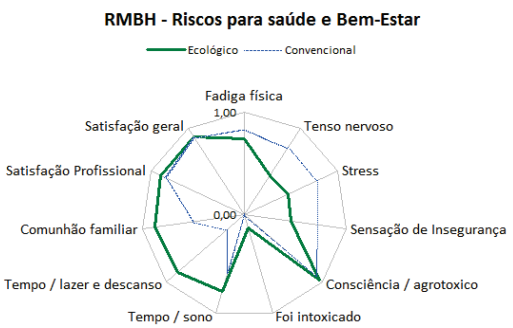
CAPÍTULO 9 – O BEM-ESTAR DOS AGRICULTORES

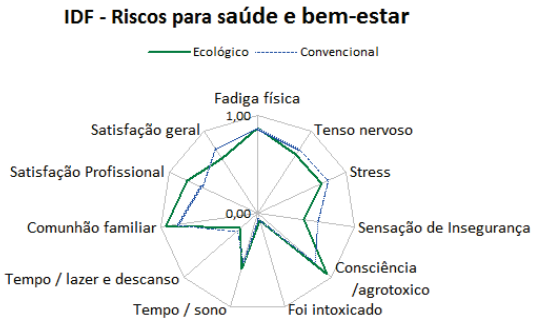
Nesse capítulo, abordamos três variáveis de bem-estar relacionads à QV: a saúde, a distribuição do tempo, e os sentimentos que os agricultores possuíam sobre suas próprias vidas. A relação entre QV e saúde é muito estreita, de forma que, uma boa QV depende da nula ou mínima exposição do agricultor aos riscos que afetam sua saúde, tanto em seu local de moradia quanto em seu ambiente de trabalho. A abordagem sobre os sentimentos de satisfação, felicidade, esperança, tranquilidade, segurança e descanso, bem como, sobre os sentimentos e sensações negativas, como insegurança, preocupação, descrença e stress dos agricultores, também configuram-se em um importante aspecto a ser abordado e analisado sobre a QV dos agricultores.

9.1 Abordagem sintética comparativa: agricultores ecológicos x convencionais

A abordagem sintética sobre o Bem-estar dos agricultores contempla variáveis ligadas às sensações dos agricultores medida pela (o): intensidade de seus sentimentos; exposição aos riscos para a saúde; tempo dedicado ao lazer, sono, descanso e à família. Também foram considerados, a satisfação no trabalho e a sensação ou sentimento de prazer do agricultor, quando este pensa no futuro, com o intuito de demonstrar suas expectativas e esperanças em continuar como agricultor (Figura 30).

Figura 30 – Os agricultores e o seu Bem-estar





Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado por Souza-Seidl.

Quando o agricultor tem acesso às informações sobre a segurança em seu trabalho, ele amplia suas possibilidades de se proteger. Nessa perspectiva, buscamos avaliar a exposição dos agricultores aos riscos à saúde, em função de seus conhecimentos. Na RMBH, dos 20 agricultores, 10 fizeram curso de segurança do trabalho (sete ecológicos e três convencionais). Na IDF, dos 32 agricultores entrevistados, 20 fizeram curso de segurança no trabalho (quatro ecológicos e 16 convencionais). Em geral, os agricultores reconheceram os seguintes riscos relacionados ao trabalho agrícola: fraturas por tombamentos; cortes, ferimentos provocado por animais ou uso de equipamentos; transtornos musculares; problemas ortopédicos; dores nas costas e intoxicação por produtos químicos. Dos 20 agricultores, da RMBH, dois ecológicos sofreram acidente de trabalho, os quais envolviam corte, picada de bicho e uma fratura na perna causada por uma vaca. Do lado da IDF, não houve casos de acidente envolvendo os 32 agricultores.

No que tange especialmente ao uso de agrotóxicos, a consciência dos agricultores sobre seus riscos para a saúde e o meio ambiente foi medida por nove tipos de impactos definidos, previamente, para serem reconhecidos pelos agricultores, quais foram: 1) problemas de pele; 2) dor de cabeça; 3) problemas respiratórios; 4) problemas graves do figado; 5) problemas no sistema nervoso central; 6) matar passarinhos; 7) matar peixes em rios; 8) matar abelhas e; 9) matar plantas úteis. Foi também dado ao agricultor a opção de dizer que "o agrotóxico não causava problema para a saúde e nem para o meio ambiente", bem como, a opção "eu não sei".

Dentre os 20 agricultores da RMBH, 18 reconheceram os nove tipos de impactos (13 de 14 agricultores ecológicos e cinco de seis convencionais) e dois agricultores (um ecológico e um convencional) reconheceram, respectivamente, cinco e quatro tipos. Esse resultado demonstra que os agricultores possuíam um nível de conhecimento relativamente médio sobre o problema. Na IDF, por sua vez, dos 32 agricultores entrevistados, 17 reconheceram todos os nove tipos de impactos passíveis de serem causados por agrotóxicos (nove de 13 ecológicos e oito de 19 convencionais). No geral, os agricultores, em ambas as regiões, reconheciam mais de cinco tipos de impactos, cujos mais recorrentes relacionavam-se com a saúde humana, como dores e doenças. A experiência com intoxicação foi apontada por dois agricultores ecológicos da RMBH e um agricultor convencional da IDF. Os impactos do agrotóxico sobre a biodiversidade, como a morte de animais, foram os tipos menos reconhecidos pelos agricultores.

Em termos de horas de sono, descanso e lazer, os agricultores ecológicos, na RMBH, apresentaram mais horas dedicadas ao sono (entre sete e oito horas) e maior tempo dedicado ao lazer e ao descanso, quando comparados aos agricultores convencionais. No grupo composto

por estes últimos, houve elevada concentração de indivíduos com menos de seis horas de sono e pouco tempo para o lazer e o descanso. No entanto, numa escala de 1 (pouco) à 10 (intenso) de lazer e descanso, o número máximo apresentado pelos agricultores ecológicos e convencionais da RMBH foi três. No caso da IDF, o grupo de agricultores ecológicos foi o que apresentou maior número de horas de sono, mas com pouca diferença em relação ao grupo de agricultores convencionais. Em ambos os grupos de agricultores da IDF, a maioria dos individuos dormiam entre sete e oito horas por dia. No que diz respeito ao lazer e descanso, não houve diferença significativa entre os agricultores franceses. Nos dois grupos, a nota dada ao tempo dedicado ao lazer concentrou-se na nota dois e, apenas, dois agricultores convencionais deram notas cinco e seis.

Comer em comunhão familiar é uma variável simbólica que remete à correlação entre o trabalho e a vida pessoal do agricultor familiar e *paysan,* e caracteriza a conexão entre a família, a atividade de produzir alimento e o ato de alimentar-se contida num mesmo espaço. Nessa perspectiva, foi perguntado aos agricultores qual era a recorrência de refeições realizadas em comunhão familiar, seja em termos de dias na semana, seja em relação aos momentos do dia (café da manha; almoço ou jantar). Dos 20 agricultores da RMBH, 11 comiam regularmente com a família (10 ecológicos e um convencional) e, no lado da IDF, 19 dos 32 agricultores (11 ecológicos e oito convencionais). A alimentação realizada, somente uma vez por dia, ocorria no caso de quatro agricultores da RMBH (três ecológicos e um convencional) e, nove dos 32 agricultores franceses, nesse caso, todos agricultores convencionais. Dos agricultores que realizavam a alimentação em comunhão familiar, apenas aos domingos, tem-se cinco agricultores da RMBH (um ecológico e quatro convencionais), bem como quatro agricultores convencionais franceses.

Em termos de Bem-estar, averiguamos os sentimentos dos agricultores pela intensidade das sensações que os acometeram, na última semana anterior ao questionario, as quais encontravam-se divididas em quatro categorias: cansaço físico; tensão nervosa; stress e; insegurança econômica. As intensidades variavam entre "nunca", "algumas vezes" e "sempre". Com essa medida, do lado da RMBH, os agricultores ecológicos apresentaram maior sentimento de Bem-estar do que os agricultores convencionais, em função da baixa recorrência de sensações referentes à "tensão nervosa, stress e insegurança econômica". Na IDF, os agricultores franceses não apresentaram diferença significativa entre os grupos, de forma que os agricultores ecológicos mostraram-se, ligeiramente, mais confortáveis, no que diz respeito ao Bem-estar, do que os agricultores convencionais. No geral, a insegurança econômica afetava os agricultores convencionais, das regiões analisadas, e estava ligada à capacidade de

desenvolver uma venda estável ou regular e, com preço justo.

A diferença na intensidade de satisfação profissional dos agricultores, nos dois grupos e regiões, apresentou-se pequena, porém, mais forte no grupo de agricultores ecológicos do que dos convencionais. Numa escala de 1 a 10, onde 1 é insatisfeito e 10 é totalmente satisfeito, 10 dos 14 agricultores ecológicos da RMBH deram nota nove para sua satisfação. Na IDF, dois dos 13 agricultores ecológicos deram nota 10 e o restante deram notas acima de sete, com predominância da nota oito. No grupo de agricultores convencionais, as notas mais recorrentes foram acima de quatro e abaixo de sete.

A sensação de prazer, quando se pensa no futuro, envolveu as condições psíquicas e físicas, atreladas ao Bem-estar e ao conforto do agricultor, bem como às suas perspectivas e possibilidades reais de mantê-los, alcançá-los ou melhorá-los. Na RMBH, o pensamento prazeroso e esperançoso em relação ao futuro foi mais recorrente, no grupo dos agricultores ecológicos do que dos convencionais, sendo o mesmo expressado por 17 dos 20 agricultores entrevistados (13 ecológicos e quatro convencionais). No lado da IDF, tal sensação não apresentou diferenças significativas entre os grupos de agricultores, e manifestou-se da seguinte forma: cinco agricultores declararam portar essa sensação todo o tempo (dois ecológicos e três convencionais); 18 disseram ter tido esse sentimento algumas vezes, (oito ecológicos e 10 convencionais) e três nunca sentiram prazer ao pensar no futuro (um ecológico e dois convencionais). Por fim, com o intuito de qualificar os sentimentos dos agricultores apontados acima, apresentamos a seguir, as especificidades atreladas a eles.

9.1.1 Notas sobre os agricultores da RMBH

Ao retratar a saúde física dos agricultores da RMBH, a partir de seus depoimentos, os problemas mais citados foram hipertensão, diabetes e colesterol alto. Nenhum dos agricultores apontaram doenças que os impedissem de trabalhar ou que dificultassem o desenvolvimento de seus trabalhos.

Dos 20 agricultores, oito possuíam plano de saúde particular (quatro ecológicos e quatro convencionais). Os outros 12 agricultores utilizavam o Sistema Único de Saúde (SUS) disponíveis na zona urbana de seus municípios e em Belo Horizonte. Esses agricultores consideravam o serviço público de saúde local bom, por ter atendido suas necessidades.

Na percepção dos agricultores, os riscos à saúde ligados ao trabalho envolvia: exposição ao agrotóxico e aos produtos químicos em geral; picada de bicho; câncer de pele por trabalhar sob o sol; cortes e; acidentes de carros nas vias que ligam seus municípios à Belo Horizonte.

Tais percepções e experiências com acidentes de trabalho podem ser observadas nos trechos abaixo:

> Eu tive uma picada de cobra. Eu fiquei 10 dias sem trabalhar. Eu estava sem a bota de proteção, mas eu não uso ainda. Os riscos com o trabalho agrícola é a picada de bicho (Agricultor ecológico).
> Eu tive acidente de trabalho, quando transportava a mercadoria. Foi uma batida de carro. Eu fiquei 40 dias com o pescoço duro e tive que trabalhar com o pescoço duro. Quando fiquei sem trabalhar, a minha esposa teve que trabalhar em dobro (Agricultor ecológico).
> Riscos com o manuseio de máquinas. Gasta muita atenção. Já aconteceu de um cara morrer com o micromotor, ele foi descer, e a rotativa do trator cortou a veia do agricultor. Ele morreu lá sem ser atendido. Ele ficou esperando o Samu, mas demorou demais, ele morreu no local (Agricultor ecológico).

A percepção dos agricultores sobre os riscos à saúde difere entre os grupos ecológicos e convencionais, quando o assunto é o uso do agrotóxico. Diferentemente dos agricultores ecológicos, os convencionais não qualificaram o uso de agrotóxico como o risco relevante, salientando que a utilização desses produtos, com cuidado, os eximiam de qualquer risco.

Para ilustrar a apreensão do agrotóxico por alguns agricultores, apresentamos o depoimento de um agricultor de 81 anos que já foi camponês, virou agricultor convencional e agora é ecológico. Seu depoimento é rico, em função da sua experiência, e demonstra a importância de conscientizar os agricultores sobre o uso dos agrotóxicos:

> Quando eu comecei minha vida como agricultor eu não usava agrotóxico, a gente nem sabia o que era isso. Depois eu trabalhei mais que 15 anos com agrotóxico [...]. Eu trabalhei com um pessoal lá, que, nossa senhora! Eu trabalhei com veneno que você ficava até doido. É! E vinha escrito no vidro: soh pode usar essa mercadoria com 10 ou 12 dias de pausa. Nohs batia hoje, quando era amanhã a gente batia de novo, principalmente, no tomate. Aquele tomate desse tamanho e quase maduro, começava a pintar alguma doença, eles pegavam aquela pulverização forte e batia hoje, quando chegava amanhã ele estava indo para o Ceasa. Eles não respeitavam a prescrição do "trem" [referindo-se ao agrotóxico]. "Trem" que precisava de bater hoje e ter que esperar passar 12 dias para a panha, batia-se hoje e já tinha a turma panhando amanhã. Então eram 12 horas. Para você vê, a gente aplicava no tomate e em tudo enquanto há. Era nohs mexendo soh com veneno sabe? E lotando o caminhão e levando. Eu me lembro que eu mexia lá com um moço, e na hora que panhava o tomate bonito assim, nohs ia encaixando, ele dizia, pega o tomate ai e leva pra sua casa. Eu falava, você está doido, é eu comer esse "trem" hoje e amanhã eu amanhecer duro [morto]. E os tomates indo pro povo comer. Então é assim, eles não tinham esse cuidado nenhum, e eu, trabalhava pra eles. Ai já vim trabalhar aqui [terreno próprio] com batata doce. Aqui não usava nada. Mesmo sem usar o veneno, nohs plantava batata doce e conseguia encher dois caminhões por semana. Mas nohs não usava o veneno. Ai com aquela turma a gente deve ter envenenado umas 100 mil pessoas, eu acho que envenenou. Olha para você, o veneno é uma coisa que não mata de imediato. Você pode pegar uma coisa e não descobrir nunca. Essas doenças [pausa]. O "trem" todo é isso, eu creio que é porque tem veneno e o pessoal mexe com

> ele. Sem mentira nenhuma, na hora que a gente abre o vidro, quem está à 200 metros dele não aguenta o aroma dele. Agora você bate, agarra na planta e você vai comer aquilo. É uma coisa que eu falo, se fosse um veneno que matasse rápido ele já teria sido proibido, mas ele vai é fazendo mal aos poucos. Inclusive tinha dois colegas meus que mexiam e que morreram. Eles não tinham medo do veneno. Eles ficavam mexendo o veneno com a mão e pegaram uma doença lá, e com três meses matou todos os dois. Nohs mexia mas era com as luvas e a gente até que não tinha a mascara não, a gente pegava um pano e amarrava aqui [mostrando o rosto] para evitar respirar aquilo. E para pulverizar o "trem" você arruma 50 litros, você pega uma vasilha de 50 litros e prepara aquilo tudo de uma vez. Você tem que pegar um pau assim e mexer. Eles vinham com a mão, e metia a mão naquele "trem" sem usar mascara, luva, sem proteção nenhuma. Então, com esses dois que eu trabalhei, todos os dois morreram. Um morreu com 29 anos e o outro com 23. Morreram novo, mexendo com o "trem". Com o pano no rosto a gente falava com eles se eles não tinham medo. Eles diziam, que veneno o quê, se fosse veneno a gente já tinha morrido. Eles não tinham medo. Eles mexiam com o "trem" como se estivessem mexendo com uma água limpinha. Vinha um tira-gosto pra gente comer, eles tiravam aquela mão ensopada de veneno e comiam sem se preocupar em lavar as mãos. Eles pegavam o tomate que tinha sido pulverizado e comiam até sem lavar (Agricultor ecológico).

No depoimento acima, percebe-se que a falta de informação e conscientização dos agricultores aumentou os riscos à saúde dos mesmos. Em decorrência de casos como os citados acima, na concepção dos agricultores ecológicos, o manuseio do agrotóxico é o principal risco à saúde, a exemplo das seguintes falas:

> Risco de trabalho na agricultura para quem está no tradicional é o veneno, mata mesmo. Pra gente lá, soh se for picada e mordida de bicho (Agricultor ecológico).
> O maior risco com o trabalho agrícola é o agrotóxico. Ele é um inimigo silencioso, quando você assusta o estrago já foi feito (Agricultor ecológico).
> O agrotóxico é uma coisa que você está provocando, não é um risco imprevisível. Eu já fui agricultor convencional e eu não usava nada para me proteger (Agricultor ecológico).
> O veneno mata o bicho e mata o ser humano né? Muita gente [referindo-se ao consumidor] chega aqui na banca e fala assim, sua verdura tem bicho? Bicho tem, soh não tem veneno. O bicho é uma garantia de qualidade, porque o bicho é um indicador que não tem o veneno. O bicho é qualidade da verdura na banca. No prato, ele é falta de higiene. Na verdade são poucas as pessoas que entendem isso (Agricultora ecológica).

Sobre o lazer e o descanso, destaca-se que a maioria dos agricultores não tiravam férias à varios anos por não conseguirem uma pessoa para trabalhar na roça em seus lugares. O desejo de tirar férias foi manifestado por 12 dos 20 agricultores da RMBH. Não obstante, a concepção de "férias" foi relativizada por oito agricultores (seis ecológicos e dois convencionais) que apreendiam a natureza e o ambiente natural, em torno de suas moradias, como lugar de lazer, prazer e descanso, como retrata o seguinte relato:

> Não tive férias no último ano, eu acho que o que a gente faz não é tao pesado. Eu me sinto bem, é uma terapia, é muito diferente, você não tem pressão para trabalhar por produto e de ter que produzir todos os tipos de produtos. Se você trabalha com a logica da sazonalidade, entendendo e respeitando a natureza, você não vai ganhar 1000 reais todo mês, mas posso sobreviver com 200 ou 300 reais porque eu tiro meu alimento daqui. Então você trabalha mais leve. Agora se você entra na lógica do mercado você vai adoecer, vai enlouquecer e perde a essência (Agricultor ecológica).

A TV foi declarada como a principal atividade de lazer e de descontração por 15 agricultores (nove ecológicos e seis convencionais). Para eles, a TV quebrava a rotina do trabalho agrícola. A leitura de jornais, revistas e livros, por sua vez, foi destacada como lazer por 12 agricultores (10 ecológicos e dois convencionais), à exemplo do depoimento que se segue:

> Eu leio tudo que me dão. Revista de congressos [pausa]. O pessoal que compra na feira no domingo me dá o jornal. Gosto de ver o jornal na tv todos os dias, Globo Rural. Eu gosto de ler filosofia, Leonardo Boff, Rubens Alves, Cora Coralina, aqui em casa todo muito lê muito (Agricultora ecológica).

Além de assistir TV e ler, outros hábitos de lazer foram apontados por quatro agricultores, quais foram: 1) beber e comer em bares, restaurantes ou nas residências, com os amigos da comunidade (um ecológico e um convencional) e; 2) ir ao shopping com a família (quatro ecológicos e um convencional).

> Amo passear. Toda segunda feira eu procuro fazer isso, almoçar num restaurante. Amo a serra, se eu estiver estressado eu subo pra cima da serra, eu gosto muito de Serra, do Morro. Um dia que eu fiquei estressado eu subi na serra e já voltei tranquilo. Eu gosto de cidades, de vez enquanto eu saio para ir visitar uma cidade próxima, vou pra praia. O passear é fundamental. Principalmente, quando for em família, e a gente é assim, é 24 horas juntos (Agricultor convencional).

De forma geral, os agricultores ecológicos e convencionais da RMBH destacaram, como fatores de satisfação, a família, o trabalho e o fato de morar no ambiente rural, como observa-se nesses depoimentos:

> Eu me sinto realizado com o trabalho. Desde que eu comecei a trabalhar na roça, eu me sinto satisfeito (Agricultor convencional).
> O que me deixa satisfeita é trabalhar na coisa que eu gosto, ser alegre, olhar pro campo e ver minha criação, ter a vaquinha. Eu mesma tiro o leite (Agricultora ecológica).
> O que mais me satisfaz é estar morando aqui nesse lugar, de estar com a minha família e de poder enxergar a vida de um outro angulo, de uma outra forma. Porque antes eu era assim, se eu tinha um carro eu queria ter dois. Se eu tinha uma tv eu queria a outra e comprar o último lançamento. Eu vim pra cá como uma opção para minha família, pois isso vai me levar pra onde? Iria me levar pra morte, porque eu ia morrer de trabalhar, vou ficar louca, deprimida,

> desorientada, não vou ter uma relação de afeto e carinho com meus filhos e com meu marido, porque eu ia trabalhar, trabalhar, trabalhar (Agricultora ecológica).
> Eu sempre quis fazer um trabalho que me desse uma satisfação pessoal, reconhecimento profissional e que me sustentasse. Um trabalho que me desse orgulho e uma coisa que fosse boa. Para mim é uma realização muito grande, é um trabalho muito bonito e com muita qualidade, com produção alta. Hoje eu não aceito mais uma pessoa falar que o orgânico não alimenta. A gente colheu 3 tonelada de cenoura naquele pedacinho ali, muita beterraba, etc (Agricultor ecológico).
> Minha satisfação é trabalhar com a minha família, toda a minha família está trabalhando, enquanto isso você preserva a família junto (Agricultor ecológico).

Em relação aos fatores responsáveis pelos sentimentos de insatisfação, os agricultores ecológicos indicaram, como principais, a insegurança sobre o futuro de suas atividade e a evasão na agricultura, provocada pelo êxodo rural. Quanto aos agricultores convencionais, os fatores de insatisfação encontravam-se, significativamente, relacionados ao acesso aos bens materiais e à insegurança financeira.

Em geral, a sensação de segurança e satisfação dos agricultores da RMBH oscilava durante o ano. Segundo os agricultores, a produtividade e a venda diminuíam durante três meses, iniciando-se em dezembro e terminando no inicio de março. Esse período, compreende as férias escolares e as festas de fim de ano que, não obstante, coincidia com as adversidades climáticas (chuva muito concentrada, em pouco período do tempo, ou excesso de chuva, ou ainda, seca com calor). Atrelado a essas especificidades do período, nessa época, os agricultores também tinham que pagar os impostos anuais do carro e do imóvel, bem como, comprar material escolar. Nesse contexto, os fatores de insegurança dos agricultores, devido à problemas financeiros, potencializa-se naqueles três meses, como explicam os próprios agricultores:

> Nohs tivemos muita **ansiedade** semana passada. Nesse inicio de ano a gente tem muitas surpresas com os impostos, IPVA, seguro, prestação. Nessa época do ano, não tem esse agricultor que não depende das vendas para pagar os custeio que temos, então a gente passa um stress. Essa época é de férias dos consumidores [pausa], porque no urbano tem 13 salário. Essa época do ano é **triste**. Época de impostos, falta de consumidor e dificuldade de produção. Mesmo produzindo e vendendo pouco, a gente tem que vir. Os poucos fregueses que não viajam, ligam para saber se a gente vem, mesmo de baixo de chuva (Agricultor ecológico).
> Semana passada [no mês de janeiro] estava meio insatisfeito, porque estava muito parado (Agricultor ecológico).
> No início de ano, o produtor não tem férias, não tem 13 salário. Então no meio do ano (março pra frente) a satisfação é alta e no final do ano a satisfação é média ou baixa. Nessa época há a sensação de insegurança por conta de problemas financeiros (Agricultor ecológico).

Ainda, quando foi perguntado aos agricultores o que lhes deixavam insatisfeitos, na vida

em geral, veio à tona o descaso do governo com os mesmos, por não se sentirem contemplados pelas políticas públicas da região. Para alguns agricultores, era difícil compreender a falta de apoio do governo, como nos seguintes extratos de falas :

> O que mais me deixa insatisfeito é a falta de compromisso que o Estado tem, principalmente, com os agricultores que estão colocando a própria comida na mesa para todos (Agricultor convencional).
> A gente tá pra ter apoio do governo, mas ainda não chegou, nohs estamos aqui suando mais ainda não chegou (Agricultor ecológico).
> Eu acho que a gente tinha que ter mais apoio do governo e menos empréstimos. Acho que pelo tipo de coisa que a gente vende, com saúde, o governo não dá o maior valor. Deveria ter mais reconhecimento e apoio do governo (Agricultor ecológico).

9.1.2 Notas sobre os agricultores da IDF

Em relação à dimensão da saúde e da QV dos agricultores da IDF, os individuos com formação em segurança do trabalho foi representativa, tanto no grupo composto por agricultores convencionais quanto por agricultores ecológicos. Em relação aos acidentes de trabalho, 11 agricultores declararam tê-lo sofrido e desses, 10 (quatro ecológicos e seis convencionais) tinham sofrido acidentes de trabalho graves, caracterizados pelo afastamento das atividades de 3 dias e até mais de duas semanas.

Para contextualizar a saúde dos agricultores, foi perguntado os tipos de serviços mais utilizados por eles, no ano anterior à entrevista. Os 32 agricultores utilizavam, com mais frequência, os seguintes serviços, em ordem de maior para menor recorrência nas respostas : clínico geral; dentista; oftalmologista; farmácia e; especialidades médicas.

Foi perguntado aos agricultores qual tinha sido a frequência de ida ao médico, no ultimo ano, tendo como referência a escala de 1 a 10, sendo 1 (nenhuma ida) e 10 (muitas idas). Dos 32 agricultores, 15 deram nota 1, (três ecológicos e 12 convencionais). Apenas um agricultor convencional deu nota 10. Em relação aos 17 agricultores franceses restantes, a maior nota dada sobre a frequência de visita ao médico foi quatro, ou seja, relativamente baixa. Também foi solicitado aos agricultores ecológicos quais foram os dois principais especialistas visitados, das oito respostas obtidas, as principais especialidades citadas foram: osteopata (dois agricultores); clinico geral (dois agricultores) podologista (um agricultor); medicina alternativa (um agricultor); cardiologista (um agricultor); especialista em diabetes (um agricultor); otorrinolaringologista (um agricultor) e; dentista (um agricultor). No grupo de agricultores convencionais, 19 agricultores responderam quais eram as duas principais especialidades médicas visitadas, no último ano, sendo elas: clínico geral (sete agricultores); oftomologista

(quatro agricultores); dentista (três agricultores); osteopata (um agricultor); especialista em dores nas costas (um agricultor); gástrico (um agricultor); urologista (um agricultor) e; reumatologista (um agricultor).

Sobre as atividades de lazer, os agricultores sinalizaram que dedicavam pouco tempo para o lazer e as férias. Numa escala de 1 a 10, sendo 1 (pouco ou nenhum tempo) e 10 (tempo satisfatório), as notas máximas dos agricultores ecológicos e de um convencional foram cinco e seis, respectivamente. As notas mais apontadas pelos agricultores seguem a seguinte ordem de frequência: nota dois (13 dos 32 agricultores, sendo seis ecológicos e oito convencionais); notas um e três (12 agricultores, quatro ecológicos e nove convencionais) e; notas quatro (cinco agricultores, três ecológicos e um convencional).

As atividades de lazer apontadas pelos agricultores seguiram a seguinte ordem de recorrências nas respostas: ler jornal ou livros (21 agricultores, 10 dos 13 ecológicos e 11 dos 19 convencionais); ir à casa dos amigos (21 de 32 agricultores, nove ecológicos e 12 convencionais); receber amigos (20 de 32 agricultores, nove ecológicos e 11 convencionais); assistir a televisão (19 de 32 agricultores, seis ecológicos e 13 convencionais); ir a um show musical, cinema, teatro, exposições e museus (15 de 32 agricultores, sete ecológicos e oito convencionais); viajar (12 de 32 agricultores, quatro ecológicos e oito convencionais); praticar esportes (oito de 32 agricultores, três ecológicos e cinco convencionais); fazer compras no shopping (cinco de 32 agricultores, três ecológicos e dois convencionais); tocar violão (um agricultor ecológico) e; fazer obras na casa (um agricultor ecológico). Dos 32 agricultores, somente três ecológicos classificaram o trabalho como um lazer e um meio de relaxamento.

Em relação aos fatores responsáveis pelos sentimentos de satisfação, os agricultores ecológicos da IDF salientaram a produtividade; a ligação estabelecida entre eles e os consumidores, ou melhor, com a rede socioeconômica e; seus trabalhos, por reconhecerem e ter sua uma função social reconhecida, qual seja: alimentar a população, tal como expressa os próprios agricultores sobre suas atividades: *"De part les pratiques, l'activité s'inscrit dans la durée en respectant l'homme et la nature. Respect de la vie dans son ensemble. Du but de mon travail, c'est-à-dire de nourrir les gens avec des légumes de qualité, sains. Sentiment d'être utile"*[144] e *"De pouvoir remplir les paniers de mes adhérents tout au long de l'année"*[145] (agricultores ecológicos). A satisfação dos agricultores ecologicos também emergiu de seus (re)

[144] "Em termos da prática, a atividade se insere numa durabilidade com respeito ao homem e a natureza. Respeito da vida como um todo. O proposito do meu trabalho é nutrir as pessoas de legumes de qualidade limpa. Sentimento de ser útil". Tradução minha.
[145] "De poder encher as cestas de meus pares durante todo o ano". Tradução minha. (referindo-se aos consumidores organizados em AMAP).

conhecimentos sobre o valor socioambiental de seus trabalhos (abastecer com preservação do meio ambiente e promoçao da saúde com alimentos seguros e saudáveis) como atesta-se nas falas dos seguintes agricultores ecológicos*:* 1) "D'avoir une faible empreinte écologique, de tisser du lien entre les producteurs et les consommateurs en donnant du sens à ce qu'on fait.";[146] 2) "*le travail et le contact avec les adherents*";[147] 3) "*De fournir de la nourriture saine de participer à la biodiversité et au développement bio ; de montrer qu'il est possible de cultiver sans pesticides* ".[148] No entanto, o trabalho ecológico é satisfatorio quando possibilita o sustento da família, como expressa o agricultor ecológico: "*De produire de bons légumes avec un bon rendement sur petite surface* ".[149] Assim, a satisfação dos agricultores ecológicos franceses esteve, intrinsecamente, atrelada à atividade agrícola, conforme o extrato que se segue:

> Du travail en lui même, de pouvoir récolter de ses mains le fruit de mon travail, du cadre de travail, de l'avancée de l'agriculture biologique, des personnes qui me soutiennent et me font confiance, celles qui y voient l'avenir[150] (Agricultor ecológico).

Os agricultores convencionais da IDF, por sua vez, destacaram num primeiro nível hierárquico de satisfação, o trabalho e o prazer e, num segundo nível, a inovação e a função social de nutrir a população. Desta forma, os agricultores convencionais, assim como os agricultores ecológicos, também estavam satisfeitos com o trabalho agrícola. Eles tinham a consciência de que a agricultura era uma atividade importante para a sociedade e, foram expressados à exemplo das seguintes falas de agricultores convencionais sobre suas satisfações: "*travailler pour donner du plaisirs aux hommes. Pour les nourrir*";[151] "*Nourrir nos concitoyens*";[152] "*Produire! Nourrir! Travailler dehors*"[153] e "*Plaisir de travailler et nourrir la terre. Plaisir de s'occuper des plantes*".[154]

A satisfação dos agricultores convencionais, envolveu, ainda, a viabilidade econômica do trabalho agrícola, como demonstram os seguintes discursos: "*Satisfait de voir que*

---

146 "Ter uma fraca pegada ecológica para deixar uma ligação entre os produtores e consumidores dando significado ao que nós fazemos". Tradução minha.
147 "O trabalho e o contato com os associados (referindo aos amapianos)". Tradução minha.
148 "De fornecer uma comida saudável. De participar da biodiversidade e no desenvolvimento da agricultura *Biologique*. Demostrar que é possível cultivar sem pesticidas". Tradução minha.
149 "De produzir de bons legumes com bom rendimento sobre uma pequena área". Tradução minha.
150 "Do próprio trabalho. De poder colher com as mãos o fruto de meu trabalho, . (colheita) das mãos a fruta de meu trabalho, do ambiente de trabalho. Do avanço da agricultura *Biologique*, das pessoas que me sustentam e que confiam em mim. Elas que enxergam o futuro". Tradução minha.
151 "Trabalhar para dar prazer aos homens. Por lhes alimentar". Tradução minha.
152 "Alimentar os citadinos". Tradução minha.
153 "Produzir! Alimentar! Trabalhar no ambiente externo". Tradução minha.
154 "Prazer de trabalhar e nutrir a terra. Prazer de se ocupar das plantas". Tradução minha.

l'exploitation est viable, a de l'avenir";[155] "*Satisfait d'etre dans une activité qui évolue sans cessec*";[156] "*Du chemin parcouru depuis mes débuts progression de l'exploitation*."[157] e ainda, "*Condition de travaill amélioré grace a la mécanisation*".[158] Somado a isso, o reconhecimento do trabalho dos agricultores pelos consumidores constituiu-se num fator de motivação para o aprimoramento de suas atividades agrícolas, o qual é exemplificado nos seguintes relatos: "*Satisfait de pouvoir communiquer sur notre type de système d'agriculture qui est très bien perçu par les consommateurs*";[159] "De la qualité de mes produits correspondant au souhait de nos clients et de trouver un intérêt à s'améliorer et à rechercher des nouveautés."[160] e; "*e réussir mes cultures et de faire plaisir à mes clients*".[161] Não obstante, houveram nove agricultores, mais velhos, que manifestaram o desejo de se aposentar brevemente, ou seja, de encerrar o trabalho agrícola.

Em relação aos sentimentos de insatisfação, os agricultores ecológicos da IDF mostraram-se insatisfeitos com o baixo reconhecimento de uma parcela mais ampla da sociedade e dos governos, sobre suas importância e sobre a agricultura ecológica. Do ponto de vista social, os agricultores demonstraram preocupação com a captura da agricultura ecológica por grandes empresas, em função da oportunidade de participar de um nicho de mercado. Nesse contexto, os agricultores perceberam que o consumo ecológico era estratificado em função da classe econômica, e discordavam dessa situação, cujos sentimentos de insatisfação foram exemplificados nos seguintes trechos: "*Que le bio n'arrive pas à être accessible à tous ; de faire une agriculture polluante sur l'environnement ; et des inégalités entre les cas sociales* ".[162] Assim, as desigualdades sociais que segregavam o acesso ao alimento ecológico a um nicho de mercado também foram destacadas como fatores de insatisfação.

Alguns agricultores ecológicos estavam insatisfeitos com as fragilidades do desenvolvimento da agricultura ecológica. Nessa perspectiva, os fatores de insatisfação encontravam-se na dimensão sociopolítica. Para os agricultores ecológicos, suas práticas agrícolas estavam marginalizadas, em comparação ao apoio governamental destinado aos sistemas convencionais de produção e às agriculturas "ecológicas", com produção intensiva, de

---

[155] "Satisfeito de ver que o estabelecimento é viável, ter um futuro". Tradução minha.
[156] "Satisfeito de estar numa atividade que evolui sem cessar". Tradução minha.
[157] "O caminho percorrido e depois o progresso do estabelecimento". Tradução minha.
[158] "Condições de trabalho melhoradas graças à mecanização". Tradução minha.
[159] "Satisfeito de poder informar sobre nosso tipo de sistema de agricultura que é bem percebida pelos consumidores". Tradução minha.
[160] "Da qualidade de nossos produtos correspondendo aos desejos de nosso clientes e de encontrar interesse de se aperfeiçoar e procurar por novidades". Tradução minha.
[161] "De fazer minha produção agradar meus clientes". Tradução minha.
[162] "De uma agricultura poluente sobre o meio ambiente e das desigualdades sociais". Tradução minha.

monocultura de grãos e cereais. Os agricultores também manifestaram insatisfação com a imagem veiculada na sociedade como um todo e dos meios e recursos disponíveis para o desenvolvimento de seus trabalhos, tendo como exemplo as seguintes falas: 1) "*De l'image véhiculée sur notre profession ainsi que du manque de considération des pouvoirs publics et des riverains*";[163] 2) "Toujours insatisfait mais il faut aller de l'avant - c'est la devise dans l'agriculture"; 3) "*De la lenteur des prises de consciences individuelles concernant l'agriculture moins polluante et nocive pour la santé*";[164] 4) "*pas satisfait que notre statut social soit mal reconnu*" ;[165] 5) "*du non respeit de ce metier difficile*"[166] e; 6) "*le contex social manque la partage*".[167]

Os agricultores salientaram que a prática da agricultura ecológica requer um engajamento sociopolítico de seus praticantes, por ocorrer com baixo apoio governamental e às custas de muito esforço físico que, por vezes, ultrapassava o limite do prazer e alcançava a zona de desconforto. Assim, quando foi perguntado aos agricultores ecológicos, o que lhes deixavam insatisfeitos, as respostas convergiam para a excessiva carga de trabalho, ou, como disse um agricultor: "*trop de travail, trop de fatigue*";[168] "*Manque de temps par vivre*"[169] e "*travaill très prenan. Manque de temps pour la famille et le loisir*".[170] O esforço físico mostrou-se atrelado às limitações em função da idade, tal como expressou um agricultor: "*Le travail devian plus dure avec l'age*".[171] Alguns agricultores atrelaram o excesso de trabalho à falta de tecnologias ecológicas que amenizassem o esforço empregado no manejo agrícola, como atesta a seguinte fala: "*De ne jamais venir à bout du désherbage* ".[172]

Os agricultores convencionais da IDF destacaram primeiramente, como fatores de insatisfação, o excesso de trabalho e o cansaço físico, bem como, o fraco reconhecimento da sociedade sobre seus *metiers* e sobre a qualidade de seus produtos. Num nível inferior, esses agricultores afirmaram insatisfação com as dificuldades administrativas ou burocráticas, atreladas às atividades produtivas e comerciais, fundamentada na sua complexidade e na falta de clareza ou capacidades dos agricultores, a qual encontra-se presente, nos seguintes trechos

---

[163] "Da imagem veiculada sobre nossa profissão, bem com a falta de consideração por nossos governantes e consumidores". Tradução minha.
[164] "Da lentidão da conscientização individual no que concerne a agricultura menos poluente e nociva à saúde". Tradução minha.
[165] "Não satisfeito que nossa importância social seja mal conhecida". Tradução minha.
[166] "Do desrespeito a este trabalho difícil". Tradução minha.
[167] "Falta de partilha no contexto social". Tradução minha.
[168] "Muito trabalho e muito cansaço". Tradução minha.
[169] "Falta de tempo pra viver". Tradução minha.
[170] "O trabalho é fascinante, mas falta tempo para a família e o lazer". Tradução minha.
[171] "O trabalho se torna mais pesado com a idade". Tradução minha.
[172] "De nunca vir ao término da limpa (capina)". Tradução minha.

das falas dos agricultores convencionais: 1) "*le charge administratif*";[173] 2) "*des excédents de charge financière qui amputent le budget de l'entreprise* ";[174] 3) "*En particulier que l'on paie peu ou énormément de cotisations*".[175] Destaca-se, ainda, dentre os agricultores convencionais, um grupo significativo de indivíduos insatisfeitos com o retorno financeiro a quém do valor de seus trabalhos, e a insegurança financeira, como expressam os seguintes discursos: 1) "*Des prix de vente ne reflétant pas notre travail*"[176] e 2) "*L'insécurité économique et climatique ne permet pas de s'épanouir avec sûreté. Rien à voir avec la culture ou le travail en lui-même, juste avec l''insécurité économique. Pas de lisibilité pour l'avenir*". [177] 3) "*De revenus agricoles sans rapport avec l'investissement en temps, physique, mental, en opposition avec les métiers pratiques autour de nous*";[178] 4) "*Beaucoup de travail, de responsabilité, de stress, de fatigue, mais pour un salaire rationnellement faible*";[179] 5) "*retraites obligatoires, la retraite* (*toujours calculée sur la totalité de sa carrière*) *sera d'environ 1050 €* (*moyenne nationale*)"[180] e; 5) "*La difficulté financière de l'activité*".[181] Os agricultores convencionais, também, expressaram insatisfação em relação aos seus pares, considerando a falta de solidariedade e união da categoria: "*manque de considérations des agriculteurs*"[182] "*Les agriculteurs maraichers français sont délaissés* ".[183]

---

[173] "A carga administrativa". Tradução minha.
[174] "Os excessos de cargas administrativa que entram no orçamento da empresa". Tradução minha.
[175] "Em particular que a gente pague pouco ou enormemente de contribuições". Tradução minha.
[176] "Preço de venda não reflete o nosso trabalho". Tradução minha.
[177] "A insegurança econômica e climática não permite planejar seguramente. Nada a ver com a cultura ou o trabalho em si próprios, somente a insegurança econômica. Não há clareza em relação ao futuro". Tradução minha.
[178] "Renda agrícola sem relação aos investimentos em tempo, físico, mental, em oposição com os trabalhos ao nosso entorno". Tradução minha.
[179] "Muito trabalho, responsabilidade, stress, cansaço, mas por um salário racionalmente baixo". Tradução minha.
[180] "Aposentadoria obrigatória, a aposentadoria (sempre calculada sobre a totalidade da carreira) sera em torno de 1050 euros (média nacional)". Tradução minha.
[181] "A dificuldade financeira da atividade". Tradução minha.
[182] "Falta de consideração dos agricultores". Tradução minha.
[183] "Os agricultores horticultores franceses são?" Tradução minha.

CAPÍTULO 10 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da trajetória de vida dos agricultores entrevistados e das bases teoricas apontadas no capitulo 1, foi possível evidenciar dois perfis de agricultores : os de origem e os neorurais. Denominamos agricultor de origem aquela pessoa que foi agricultor durante toda a sua vida, no sentido da expressão *"nascido e criado"* como agricultor. Já o neorural é a pessoa que trocou o trabalho urbano pelo trabalho agrícola, comportando duas categorias de percursos de vida: 1) a primeira, representada por pessoas que viveram a infância em contato com a agricultura, experimentaram os modos de vida e de trabalho urbano na fase adulta e, depois, empenharam-se na atividade agrícola e, 2) constituído por pessoas que vieram do meio urbano e não possuíam antecedentes agrícolas em seus percursos de vida.

Na RMBH, dos 20 agricultores, 14 eram neorurais (11 ecológicos três convencionais) e na IDF, 12 dos 32 agricultores, eram neorurais (oito ecológicos e quatro convencionais).

Numa perspectiva de contextualiar a sucessão agricola familiar, os agricultores pesquisados apresentaram algumas semelhanças e diferenças. Em termos de « descendência », na RMBH, havia a mesma proporção de agricultores ecológicos e convencionais oriundos de família agrícola. Na IDF, por sua vez, o grupo com maior quantidade de indivíduos filhos de agricultores, foi o de agricultores convencionais. Em ambas as regiões, os grupos de agricultores convencionais, apresentaram mais indivíduos com estado civil de casado e maior número de pessoas, com idade acima de 50 anos e, em relação ao número de filhos, não houve diferença significativa entre os agricultores ecológicos e convencionais. A maior parte dos agricultores possuíam de 2 à 3 filhos.

Os agricultores tinham níveis diferenciados de educação : os convencionais e os convertidos à agricultura ecológica, da RMBH, tinham, em média, cinco anos de estudos e os agricultores convencionais e ecológicos, da IDF, 11 anos em média. Ressalta-se que a maior parte dos agricultores ecológicos neorurais, de ambas as regiões, possuía formação universitária.

Para os agricultores convencionais da RMBH, o sentido de "ser" agricultor estava ligado à uma falta de alternativa resultante da privação de estudos. Esses agricultores sentiam-se inferiores aos profissionais dos setores de prestação de serviços e da indústria, próprios do meio urbano. Assim, o sentido "ser" agricultor, em função da falta de estudos, fundamentou a representação marginalizada que os agricultores convencionais, da RMBH, possuiam sobre eles mesmos. Para esses agricultores, a formação educacional era um atributo próprio dos habitantes do meio urbano, e a falta de estudos estava ligada ao meio rural. A partir dessa interpretação,

os agricultores convencionais da RMBH, com poucos anos de estudos, aliaram a saída dos filhos para a cidade à ideia de ascensão social. Tal concepção encontra-se, para além da dimensão econômica, atingindo uma dimensão subjetiva - a de *status* social.

A falta de estudos apresenta-se como componente do fenótipo negativo do sujeito agrícola, circulado na sociedade e descrito em diferentes trabalhos, como por exemplo, os de Barral (1966), Lobato (1957) e Cunha (1914). Nos trabalhos desses autores, os agricultores, antes camponeses, eram sujeitos estigmatizados como desaculturados, devido ao analfabetismo e à baixa formação escolar. Para os agricultores da RMBH, ter estudo foi concebido como fator de auto-realização. Mas o trabalho agrícola não é qualificado pela formação educacional, a qual não se apresenta como um quesito para o exercício dessa atividade. E, mesmo que o conhecimento possa ser constituído, a partir de um processo informal (Gohn ; 2006), os agricultores não reconheciam seus capitais humanos e nem a importância de suas capacidades adquiridas, nos processos informais de formação. Com essa concepção, os motivos para a entrada e permanência desses sujeitos na agricultura, em virtude da baixa escolaridade, reafirmou as representações socioculturais atreladas à essa atividade e que a remete à uma posição inferior dentro das estruturas socioeconômicas.

Se a falta de estudos foi um fator determinante para os sujeitos se tornarem agricultores convencionais na RMBH, este não foi o caso dos agricultores convencionais, da IDF, e nem do agricultores ecológicos, de ambas as regiões. No caso desses últimos, a entrada na agricultura foi uma opção, influenciada, ou não, pelos pais. Ademais, os agricultores ecológicos, principalmente os neorurais, das duas regiões, além de apresentarem formação escolar elevada, eles exerceram durante seus percussos de vida, diferentes trabalhos e atividades socioculturais tipicamentes urbanos.

Destaca-se que, a maior parte dos agricultores da IDF e da RMBH estavam situados nas zonas rurais. Dos 52 agricultores, 18 estavam nas zonas urbanas (15 da IDF e três da RMBH). A localização dos agricultores, no território metropolitano, comportou duas situações: a primeira, referia-se à incorporação dos terrenos, dos 18 agricultores convencionais, nascidos e criados na zona rural, ao zoneamento urbano. Os agricultores ecológicos, por sua vez, formados principalmente por neorurais, encontravam-se, majoritariamente, situados nas zonas rurais. Ao menos dois fatores justificaram a localização desses agricultores neorurais: o primeiro, foi o fator econômico ligado ao alto preço dos terrenos próximos à capital e o segundo, foi o fator de interesse, ligado ao desejo dos neorurais, em habitar num lugar com atributos próprios da ruralidade (presença da natureza, ambiente tranquilo e desprovido de violência), os quais se encontram mais disponíveis e acessíveis, nas localidades distantes da capital. Nesse contexto,

as condições apresentadas pelos neorurais corroboraram com as emergentes manifestações de rejeição às dinâmicas de vida urbana, por grupos de citadinos, salientadas nos estudos de Chevalier, (1981), Mercier e Simon (1983) e; Cazella, (2001). Assim, nos deparamos com dois contextos, em que : ora a agricultura foi concebida como uma atividade inferior da sociedade, ora a atividade agrícola, principalmente ecológica, encontrou-se idealizada como oportunidade de QV para um grupo de indivíduos.

Os resultados da pesquisa empírica demonstraram que a agricultura ecológica contribuia para a valorização dos agricultores, pelo evidenciamento da função socioeconômica e ambiental dessa prática para a sociedade. Isso ocorreu, dentre outros motivos, em função da agricultura ecológica desenvolver-se, atrelada à constituição de redes de consumidores (Darolt, 2001, Lamine, 2008). Esses últimos têm sido mobilizados para um consumo consciente que relaciona alimentação, saúde e meio ambiente e, como tal, tem atraído a mídia, provocando uma exposição positiva dos agricultores ecológicos e/ou locais. Essas apropriações sociais da função agrícola têm promovido uma ressignificação do « ser » agricultor, retirando-o do lugar marginal da estrutura socioeconômica e inserindo-o num patamar superior, onde se encontra o conjunto dos valores prezados pela sociedade.

Sobre a esperança de manter o estabelecimento agrícola, não houve muita diferença entre os agricultores. Eles buscavam, em geral, aposentar-se como tal, mas não sonhavam, necessariamente, com a continuidade de seus trabalhos para os filhos. No entanto, houveram algumas especificidades entre os agricultores. Na RMBH, o interesse dos pais e a vontade dos filhos em promover a sucessão agrícola foi, significativamente superior, no grupo dos agricultores ecológicos. Para esses agricultores, cuja atividade agrícola ecológica apresentava-se importante, a atração dos filhos pela atividade dos pais mostrou-se potencialmente positiva. Nesse contexto, os processos contidos no desenvolvimento da agricultura ecológica contribuíram para a ocorrência da transmissão ou herança agrícola entre gerações de famílias (Souza-Seidl et Billaud, 2015). No entanto, no caso da IDF, o desejo dos agricultores em proceder a sucessão de suas atividades para os filhos foi maior no grupo formado por agricultores convencionais. Os agricultores ecológicos da IDF mostraram-se neutros em relação à sucessão agrícola para seus descendentes. Isso pôde estar relacionado ao fato do grupo de agricultores ecológicos compor-se, enfaticamente, por neorurais, sujeitos não portadores de uma tradição agrícola familiar e, nessa condição, a transmissão da atividade não constitui-se em um valor preponderante.

No que concerne ao acesso aos serviços públicos de abastecimento de água, tratamento de esgoto, energia elétrica, transporte, pavimentação e comunicação (telefone fixo e celular),

os agricultores da IDF e da RMBH apresentaram divergências. Na IDF, enquanto a cobertura dos serviços públicos encontrava-se mais ampla, na RMBH, ela manifestava-se em processo de ampliação. Nesse contexto, a maioria dos agricultores entrevistados na IDF provinha de acesso a esses serviços e, contrariamente, na RMBH, a maioria dos agricultores encontrava-se desprovida dos mesmos.

Essas diferenças repercutiram sobre as representações que os agricultores detinham sobre a relação entre espaço rural e presença de equipamentos e serviços públicos. Os agricultores da RMBH vinculavam o espaço rural à ausência de serviços públicos, o qual foi concebido como uma situação natural, pois, para eles, estes atributos eram próprios da urbanização. Essa concepção esteve intensamente cunhada numa frase que fazia eco nas falas dos agricultores da RMBH, qual seja: "*Aqui é roça, aqui não tem dessas coisas*". Tal percepção corroborou com as concepções de diversos gestores municipais, apontado por Abramovay (2000). Segundo esse autor, nos municípios brasileiros, o fato de se instalar equipamentos e serviços públicos nas zonas rurais tem justificado, com recorrência, suas transformações em zonas urbanas. No entanto, a falta de equipamentos públicos não eximia o desejo dos agricultores em acessá-los, porém, tal desejo não se apresentou, necessariamente, atrelado ao anseio de se urbanizarem. Esse posicionamento foi expressado pelos agricultores, quando os mesmos diziam que "não trocariam a roça pela cidade".

Na IDF, os agricultores portavam o acesso, não só aos serviços públicos básicos, mas, também, aos serviços de internet. Este último, permitia-lhes dinamizar suas vendas e suas relações com os consumidores, governos e população local. A internet tornou-se, para esses agricultores, um instrumento importante de divulgação das identidades (*paysan* convencional, *rasonnée* ou ecológico) e de seus produtos. Atrelado a isso, o acesso à internet foi considerado pelos agricultores da IDF como uma fonte de informação, formação e mobilização, promovidas pelas *Amaps, La Ruche que dit Oui, Painner Fraicher*, Cofederação *Paysan*, Gab, Fnab, cooperativas e associações.

10.1 O Bem-estar socioeconômico

O Bem-estar socioeconômico dos agricultores mostrou-se diretamente ligado às suas capacidades, no sentido definido por Stiglitz, Sen et Fitoussi, (2009). Para esses autores, as "capacidades" compõem o resultado da combinação de vários "estados" e "ações" ligados às liberdades de escolhas, às opções disponíveis e às formas de acesso aos bens materiais e imateriais. Nesse aspecto, foi possível perceber como as relações socioespaciais e a gestão do

espaço impactavam sobre as seguranças econômicas e equilíbrios emocionais dos agricultores, em meio às diferentes limitações e possibilidades. E ainda, seus impactos sobre as sensações de prazer desses sujeitos, em relação ao futuro, cujos sentimentos mostraram-se associados às perspectivas e possibilidades reais de produção e de venda.

Assim, três elementos contribuíram para a sensação de Bem-Estar e perspectiva de manter-se como agricultor, quais foram: 1) a valorização da identidade socioprofissional; 2) a segurança e a estabilidade econômica e; 3) a proteção fundiária. Para contrapor as diferentes condições socioeconômicas dos agricultores, agrupamos algumas variáveis relacionadas às circunstâncias de produção e de comercialização.

Para a análise das condições de produção e dos seus meios, foram considerados como parâmetros : o perfil da mão-de-obra; a localidade da área de produção (rural ou urbana); a propriedade e tamanho do estabelecimento; a intensidade de mecanização; a variedade de espécies cultivadas; a técnica de produção predominante; o acesso à assistência técnica; a segurança (no trabalho e na produção) e o acesso aos programas públicos de subsídio agrícola.

Em função da agricultura praticada (ecológica ou convencional), houve diferenças sobre as seguintes variáveis: intensidade de mecanização e intensidade do uso da mão-de-obra familiar, sendo essa ultima mais expressiva no grupo de agricultores convencionais. Em termos fundiários, os agricultores, ecológicos e convencionais, de ambas as regiões, cultivavam em pequenas áreas. As áreas de cultivos variava entre 0,45 à 5 ha, para RMBH, e entre 6 e 10 ha para IDF. No que tange aos meios de transporte, a maior parte dos agricultores possuiam seus próprios veículos, exceto três agricultores da RMBH e três da IDF, que se apresentaram desprovidos dos mesmos, por diferentes circunstâncias. Os agricultores franceses não possuiam veículos de transporte por venderem na porta de seus estabelecimentos e os agricultores da RMBH, se encontravam desprovidos dos mesmos, por falta de recursos financeiros. Nessa condição, eles pagavam um atravessador ou participavam de uma relação solidária desenvolvida pelos agricultores ecologicos do assentamento Ho Chi Minh, caracterizada pelo transporte coletivo dos alimentos, produzidos por um conjunto de agricultores do assentamento, para Belo Horizonte.

No que diz respeito à intensidade de mecanização no manejo agrícola, tanto na RMBH quanto na IDF, a concentração de indivíduos com maior quantidade de máquinas motoras e tratores foi preponderante nos grupos de agricultores convencionais. Não obstante, em ambas as regiões e entre os agricultores (ecológicos e convencionais) a variedade de alimentos produzidos, ao longo do ano, não se apresentou, significativamente diferenciada, sendo de 20 à 30 espécies cultivadas nos grupos da IDF e, de 20 à 40 espécies nos grupos da RMBH.

Para os agricultores das duas regiões, a mão de obra apresentou-se problemática, em função de sua escassez, comportando-se como um limite à produtividade e como um fator de intensificação do cansaço físico nos agricultores. Ademais, considerando os parâmetros do *Bien Vivir,* relacionados ao tempo que o indivíduo destina para a vida social e para o trabalho (Gudynas et Acosta, 2011 e; Gallegos, 2012), a falta de mão de obra revelou afetar, negativamente, o estado de Bem-estar dos agricultores pesquisados por implicar um aumento nas horas trabalhadas.

A escassez de mão de obra foi interpretada pelos agricultores como uma consequência da urbanização sobre a população local, manifestada em três aspectos : 1) na medida em que os filhos dos agricultores, quando adolescentes, migravam para a cidade para estudar e não voltavam; 2) na medida em que os habitantes da comunidade estavam saindo para trabalhar na capital ou na zona urbana; ou ainda; 3) na medida em que os habitantes, permanentes na zona rural, empregavam a força de trabalho nos setores alheios à agricultura e ali instalados. Assim, para os agricultores familiares e *paysans,* a fragilidade na força de trabalho ocorria tanto em termos de transmissão ou sucessão (ausência de herdeiros) quanto em termos da disponibilidade de trabalhadores.

Diante desse contexto, e com o fim de compensar a falta de força de trabalho, três estratégias foram desenvolvidas pelos agricultores da RMBH, a saber: 1) intensificação do trabalho realizado pelos membros da família: agricultores ecológicos e convencionais; 2) apropriação da prática do meeiro entre pequenos agricultores convencionais (proprietários de terras) com pequenos agricultores em situação de extrema precariedade (desprovidos de meios de produção e habitação) e; 3) estabelecimento da prática "mutirão na roça" ou "trabalho solidário" efetuada por um grupo de agricultores ecológicos no caso do assentamento Pastorinhas. Nesta última estratégia, os agricultores solidarizavam suas forças de trabalho, configurando-se num processo de ajuda mútua, no manejo do solo e no plantio dos alimentos.

Para além desses três mecanismos, merece destaque uma experiência realizada por dois agricultores ecológicos, da RMBH, que mantinham, em conjunto, uma unidade de produção. Com o objetivo de motivar os trabalhadores rurais a trabalharem em suas unidades de produção, esses agricultores reconfiguraram o espaço de trabalho para oferecer um ambiente próximo aos das empresas com assalariados, acoplando à unidade de produção, aspectos da evolução do trabalho agrícola, tal como apontado por Billaud (1996). Por exemplo, nesses estabelecimentos foram criadas infra-estruturas e relações de trabalhos incomuns nos contextos das unidades de produção (banheiros feminino e masculino, refeitório e sala de reunião) atreladas à oferta de serviços e direitos, responsáveis por significativas transformações nas relações de trabalho,

como: carteira de trabalho assinada; hora de almoço; pausa para o café; cesta básica e plano de saúde. Sobre esse aspecto, a diferença mostrou-se grande, em relação aos agricultores da IDF que, para remediar os problemas de mão de obra, recorrem à forma de Empresa Agrícola de Responsabilidade Limitada (EARL). Contudo, a falta de mão de obra apresentou-se, igualmente para os agricultores entrevistados da IDF, que perante a fraca oferta de força de trabalho local (francesa), tiveram que recorrer à contratação de imigrantes portugueses, poloneses e africanos.

Saindo do contexto da produção, apresentamos as condições de comercialização dos agricultores. Considerando que as regiões metropolitanas são territórios caracterizados por fortes interações rural/urbano, os parâmetros de comercialização se focalizaram nas interações socioeconômicas e espaciais dos agricultores em prática de CCP. Nessa perspectiva, buscou-se identificar, neste trabalho, os locais de operacionalização dos CCPs, a performance de venda, a renda aferida, as interrelações com associações de agricultores e organizações socioprofissionais (sindicatos, governos e não governamentais) e, o nível de satisfação dos agricultores em relação ao trabalho praticado.

Os agricultores da RMBH portavam o sentimento que havia uma forte degradação em seus lugares de vivência. A seus olhos, as mudanças ocorriam não somente sobre o espaço (modificação da paisagem e do valor fundiário) mas, também, social (perfil da vizinhança). Os agricultores faziam referência aos custos dos terrenos, com valores inacessíveis às suas realidades econômicas, bem como, à transformação dos terrenos, antes ocupados pela atividade agricola, agora destinados à outros usos, a exemplo das residências secundárias e mineradoras. E se a terra permanece ocupada pela atividade agricola ela sofre a especulação imobiliária sobre a terra de trabalho como foi destacado no trabalho de Rodrigues, R. e Tubaldine (2000). Segundo os aturoes, nesse tipo de especulação, a terra de trabalho passa de horticultura para loteamentos urbanos. Nessa mudança, o uso da terra do agricultor horticultor das verduras e legumes passa para o feijão e, depois para o milho, enquanto o mesmo espera a valorização da terra. Neste interim já busca nova terra um pouco mais longe da primeira, porém de de acesso fácil ao Ceasa**.** Ao contrariar o sentido que os agricultores portavam sobre o rural, enquanto sinônimo de espaço agrícola, essas mudanças foram concebidas como fator de desequilíbrio e de insegurança sobre o futuro dos lugares por eles ocupados. Esse dado demonstra, que de certo modo, esses agricultores não incorporaram às reconfigurações do rural, sob a denominação de "novas ruralidades", tal como definem Abromovay (2000) e; Wanderley (2013). Nessa nova configuração, a agricultura perde o *status* central nas zonas rurais para o benefício de novas funções que se encontram atreladas ao lazer, ao desenvolvimento econômico e à preservação do meio ambiente.

A RMBH, diferentemente da IDF, não dispunha de uma Política Regional de desenvolvimento agrícola com articulação socioeconômica envolvendo agricultores e sociedade local - governos, citadinos e habitantes rurais não agricultores (Souza-Seidl et Billaud, 2015). No contexto metropolitano, os agricultores da RMBH encontravam-se perante a uma fraca dinâmica relacional em seus territórios, consequência do estado de sua invisibilidade sociopolítica, cultural, econômica e espacial. As interações entre os agricultores e a vizinhança, não agrícola, apresentaram-se praticamente inexistentes. A mudança na vizinhança foi apreendida pelos agricultores como algo negativo, constituido-se para os mesmos, num estado de isolamento e de perturbação de seus *habitus* (sentido *bourdieuniano*). Esse sentimento foi revelado nas falas dos agricultores, quando os mesmos disseram: 1) que não reconheciam os vizinhos; 2) que os vizinhos faziam muito barulho; 3) que perderam a privacidade, em função da proximidade das construções às suas habitações e; 4) que a paisagem mudou de plantio para o cimento e a piscina. Nesse sentido, as representações sobre o lugar de vivência dos agricultores posicionavam-se no plano da oposição entre "os de dentro" e "os de fora", indicando como o contexto metropolitano reativa os sentimentos de pertencimentos dos indivíduos agrícolas, tal como o foi analisado por Mormont (2002) e Sencébé (2004).

Desta forma, a relação dos agricultores da RMBH com a vizinhança apresentou-se dominado por conflitos, devido à falta de adesão dos novos habitantes às normas e às regras de convivência próprias da "cultura" rural. Destaca-se que, esses conflitos não remetiam a uma resistência aos novos moradores, mas ao desejo dos agricultores por uma vizinhança que reconhecesse e respeitasse a conduta sociocultural no uso e ocupação do lugar. Não obstante, houve experiências de aproximação com a vizinhança. Nos municípios de Brumadinho e Capim Branco, alguns agricultores ecológicos experimentaram a venda de seus produtos, na porta de seus estabelecimentos, para os moradores de condomínios e de residências secundárias. Mas a relação de venda com esse público não ocorria de maneira organizada e nem sistematizada. Nessa condição, os agricultores renunciaram a esse modo de venda, alegando que as transações comerciais operacionalizadas na porta de seus estabelecimentos, eram inviáveis economicamente. Para esses agricultores, o tempo empregado na venda ocasional em suas portas, não compensa a supressão do tempo dedicado à produção, calculado não somente em termos de atendimento, mas, também em termos de deslocamento na propriedade.

A interação socioespacial dos agricultores, contidas nos processos de comercialização, envolve a relação entre produção/consumo e entre agricultor/consumidor. No caso dos agricultores da RMBH, dois fatores socioespaciais mereceram destaque. O primeiro refere-se ao fato dos agricultores serem responsáveis pelo desenvolvimento das relações de proximidade

e de sensibilização dos consumidores para o reconhecimento de seus trabalhos/produtos. Ao não conseguirem realizar essa tarefa, os agricultores vivenciaram a insegurança econômica, materializada na instabilidade das vendas e no estabelecimento de preços incompatíveis com os custos de produção, ocasionados pela competitividade e barganha dos consumidores sobre seus produtos. O segundo fator, refere-se à organização da comercialização, centrada na capital Belo Horizonte. Para os agricultores, essa centralidade, gerava uma insegurança econômica, entre os meses de dezembro e fevereiro, por corresponderem ao período de férias escolares. O fato de Belo Horizonte não ser uma cidade turística, nesse período, ocorria uma significativa ausência de citadinos/consumidores belorizontinos, em viajens à turismo e nessas circunstâncias, o comércio era afetado (enfraquecido) e, com ele, os próprios agricultores. Ademais, as dificuldades financeiras dos agricultores agravavam-se nesse período, por compreender a época dos pagamentos de tributos e taxas públicas anuais, como o Imposto Territorial Rural (ITR), o seguro obrigatório de carro e as despesas com matrícula e material escolar dos filhos. Nessas condições, os agricultores indicaram o início do ano como o período mais propício ao desenvolvimento de seus stress.

No caso da IDF, os agricultores contavam com uma política de planejamento do espaço agrícola e de apoio à construção de redes de aproximação entre o rural e o urbano, sob o viés do abastecimento. Nesse contexto, os agricultores encontravam-se num estado de visibilidade e de valorização pela sociedade local. A política desenvolvida na IDF, constituída com o intuito de fortalecer as inter-relações entre produção, preservação do meio ambiente, sustentabilidade econômica, saúde e consumo local, compreendia as seguintes ações: 1) subsídios aos agricultores; 2) articulação de venda direta entre agricultores e a vizinhança e; 3) proteção do espaço agrícola por meio da constituição de uma zona de proteção espacial, em favor da manutenção da atividade agrícola. Além disso, os agricultores ganharam visibilidade social, pela disponibilização de informações, *on line,* produzidas pelo poder público, sobre quem são, onde estão, o que produzem, onde vendem e o tipo de agricultura praticada. Quando se tratava de agricultores ecológicos, a divulgação dos mesmos veiculava-se por diferentes instituições públicas e não governamentais, como *AgenceBio*; GAB, FNAB, AMAPS e, *Chambre d'Agriculture.*

Os agricultores da IDF encontravam-se inseridos em CCP, com pontos de comercialização descentralizados na região e apoiados por políticas de incentivo à constituição de relações de consumo em seus municípios. Por meio dessa política, os citadinos eram sensibilizados à compra dos alimentos produzidos localmente. Nesse contexto, quase todos os agricultores da IDF declararam ter boa relação com a vizinhança e, ainda, dentre eles, vários

praticavam a venda direta em seus estabelecimentos, orientados por projetos de CCP. Ressalta-se, nesse contexto, que a aproximação entre agricultores e consumidores não se limita à relação de compra e venda estabelecida na porta dos estabelecimentos. Por vezes, a venda direta nos estabelecimentos, envolvia a participação dos consumidores na colheita dos alimentos comprados, que por sua vez, concebia um ambiente favorável ao diálogo com o agricultor sobre o processo de produção e a qualidade dos alimentos. Nessa medida, a política estabelecida na IDF permitia aos agricultores maior sensação de segurança sobre o futuro de suas terras e maior auto-estima.

Os agricultores, das duas regiões, apresentaram diferentes intensidades de insegurança financeira, mas, dentre eles, os agricultores convencionais mostraram-se mais sensíveis aos problemas comerciais. A insegurança financeira não se restringia à capacidade de produção, mas, principalmente, à possibilidade de desenvolver uma venda estável (ou regular) com preço justo. Tal situação apresentou-se mais favorável aos agricultores ecológicos que para os convencionais, em função da conscientização e da sensibilização sobre as questões que interrelacionam produção, alimentação, sustentabilidade ambiental e saúde, construidas pelos consumidores e agricultores em conjunto. O perfil dos consumidores de produtos ecológicos, na condição de indivíduos bem informados sobre essas questões, foram apreciados pelos agricultores ecológicos de ambas as regiões.

Quanto à renda, tanto dos agricultores da RMBH quanto os da IDF tinham na atividade agrícola sua principal fonte de recursos financeiros. E, em ambas as regiões, a renda dos agricultores convencionais apresentou-se, em valores absolutos, maior do que a dos agricultores ecológicos, porém, os agricultores convencionais possuíam uma carga horária de trabalho superior à dos agricultores ecológicos. Nessa medida, a renda relativa, ou proporcional ao tempo dedicado ao trabalho, apresentou-se maior para os agricultores ecológicos. A renda dos agricultores da IDF encontrava-se em torno de um à dois SMIC e a dos agricultores da RMBH, participantes do programa de CCP da Prefeitura de Belo Horizonte (Feira de agricultura orgânica) ou de projetos das organizações não governamentais (AMAU e Rede Terra Viva) eram de quatro a seis salários mínimos[184]. Entre o grupo de agricultores ecológicos da RMBH, quatro agricultores do assentamento Ho Chi Minh possuíam renda menor do que um salário mínimo. A situação desses quatro agricultores correspondia às suas capacidades comerciais, em que os mesmos realizavam a venda direta por iniciativa própria ou com limitado apoio da associação civil AMAU, portadora, na época, de limitados recursos para investimentos em

[184] Em janeiro de 2013, o salário mínimo brasileiro era de R$ 700,00, equivalente a 250 Euros.

organizações e na estruturação de feiras para a venda direta.

Para avaliar o tempo empregado no trabalho dos agricultores, utilizamos a seguinte escala de variação : 1) total das horas de trabalho semanais, envolvendo a comercialização e a produção; 2) tempo dedicado à comercialização e; 3) tempo dedicado à produção. Observou-se que todos os agricultores, independente do tipo de agricultura e da região, possuíam uma rotina de trabalho intensa. A maioria deles trabalhava sete dias por semana, de segunda a segunda.

Na RMBH, enquanto a maioria dos agricultores ecológicos trabalhavam menos que 60 horas semanais na produção e no comércio, no grupo de agricultores convencionais, a maior parte das pessoas trabalhava mais que 60 horas e, ainda assim, dentre eles, havia três agricultores com mais de 80 horas de trabalho semanais. O que provocou a diferença no tempo dedicado ao trabalho, entre os agricultores ecológicos e convencionais da RMBH, foi a grande quantidade de horas dedicadas à prática do comércio, em detrimento do tempo empregado na atividade de produção. Para tanto, esses agricultores delegavam as tarefas de produção a um membro da família, a meeiros ou a mão de obra contratada (fixa ou temporária). De certa forma, nesse contexto, o agricultor estava trocando o trabalho realizado no campo (cultivo) pelo trabalho realizado no urbano (comércio).

Na IDF, encontramos a mesma distribuição do tempo empregado no trabalho, segundo o tipo de agricultura praticada, ecológica ou convencional, mas as diferenças se mostraram menos significativas. Os primeiros trabalhavam entre 60 e 70 horas semanais, enquanto que os agricultores convencionais trabalhavam mais de 70 horas. Como na RMBH, o tempo dedicado ao comércio apresentou-se mais importante para o grupo de agricultores convencionais da IDF. Nessas circunstâncias o tempo de lazer e descanso, classificados numa escala de um (pouco) à 10 (intenso), apresentou-se para a maioria dos agricultores, de ambas as regiões, com a nota máxima igual à três. Somente dois agricultores convencionais da IDF deram notas cinco e seis para seus tempos dedicados ao lazer.

As condições de trabalho e de vida, no meio peri-urbano, bem como, os parâmetros que identificamos, com o fim de evidenciar as convergências e as diferenças que marcaram a diversidade de nossa amostragem (em função dos contextos regionais e das categorias agricolas - convencional ou ecológica) demonstraram implicações sobre as representações de QV cunhadas pelos agricultores. Em outras palavras, a maneira como os agricultores integravam suas condições de trabalho e de vida, seja em situação de pressão, seja de valorização, constituíam, de certa forma, suas concepções de QV. Tais concepções, por sua vez, refletiam seus estados de Bem-estar psíquico e cognitivo, cujos aspectos abordaremos a partir de agora.

10.2 A QV dos Agricultores

Tentamos construir, nesta parte, uma definição de QV, a partir das respostas dos agricultores às questões centradas nos valores subjacentes ao agir perante diferentes situações, conforme se segue: "O quê o deixa satisfeito?", "O quê o deixa insatisfeito?" e "Para você, o quê significa Qualidade de Vida?". O que gera um sentimento de satisfação aos agricultores expressa, de forma evidente, valores positivos.

Figura 31 – Satisfação dos agricultores

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado por Souza-Seidl.

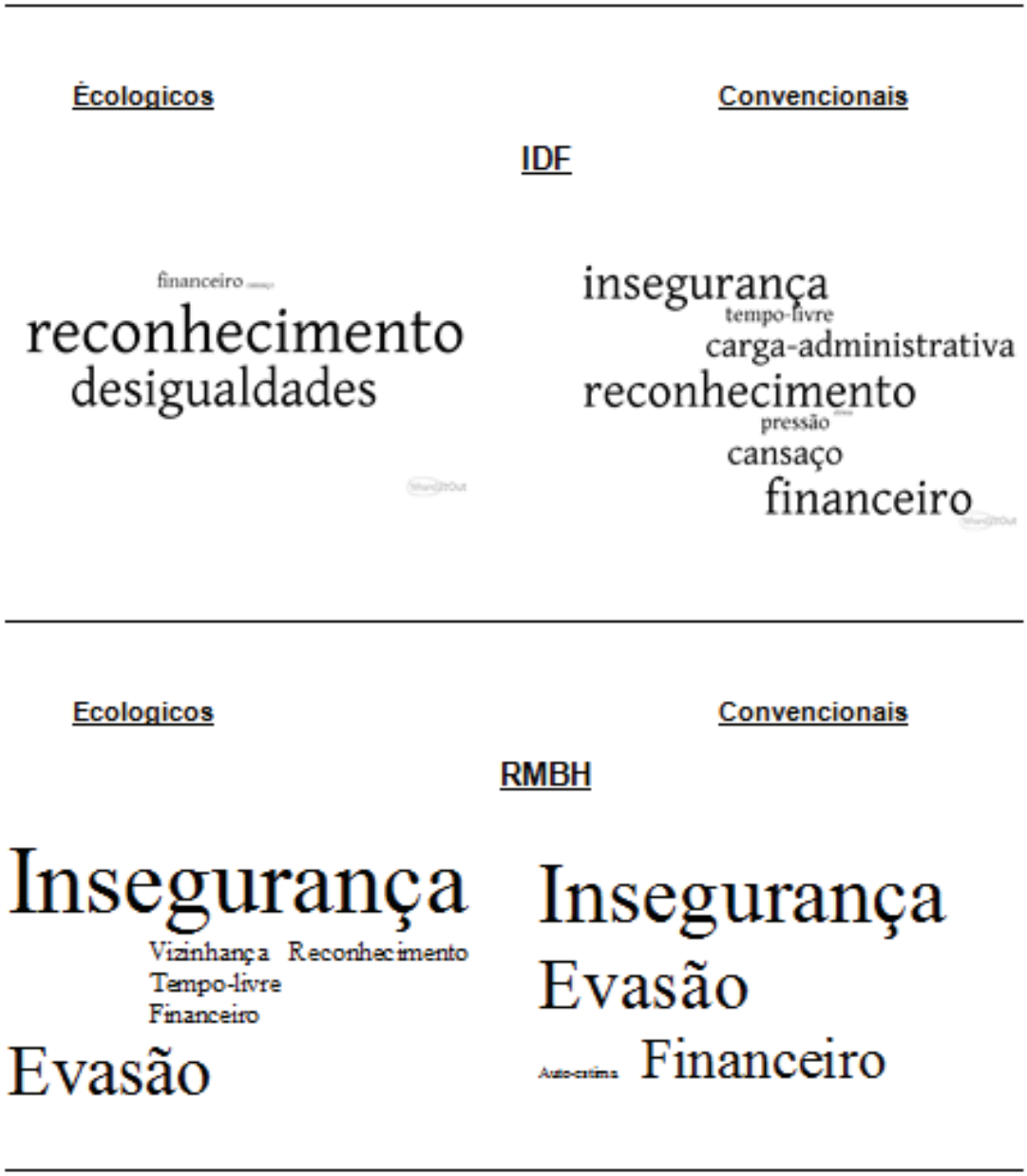
Para os agricultores ecológicos da IDF, a performance constitui-se num valor dominante. Este valor encontra-se no sentido dado ao trabalho, em especial, o de alimentar a sociedade. Porém, esta função, embora bastante compartilhada pela maioria dos agricultores, não mostrou-se válida para os mesmos. Para esses agricultores, havia um desafio pela frente, às vezes técnico e às vezes social, de provar ao conjunto da sociedade que o seu modelo, longe de ser obsoleto, revelava uma grande tecnicidade.

Os agricultores convencionais da IDF associavam, sobremaneira, trabalho e prazer, mas

introduziram, substancialmente, o desafio da inovação, qual seja : atingir o desempenho técnico, porém, em um contexto onde este não representava uma resposta imediata ao desafio que a sua posição exige.

Na RMBH, as convergências são muito mais nítidas, tanto para os agricultores ecológicos quanto para os convencionais. O primeiro valor compartilhado foi o da família, seguido do trabalho e do forte vínculo com o modo de vida rural. Em suma, um perfil de satisfação correspondente à expressão clássica do campesinato (da "*paysannerie*").

Figura 32 – Insatisfação dos agricultores



Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado por Souza-Seidl.

Desta vez, as convergências aparecem, também, na IDF, onde o desafio do reconhecimento provoca, em todos os agricultores, um sentimento majoritário de insatisfação. Os valores associados na avaliação dos sentimentos negativos mostram que este desafio, embora comum, não contemplava, exatamente, as mesmas expectativas. Os agricultores associavam o desafio do reconhecimento à questão das desigualdades de tratamento, expressando a fraca valorização do seu modelo, que se estabeleceu confinado a um nicho de mercado especifico. No entanto, os agricultores convencionais situaram a questão da valorização, na profissão e na qualidade de seus produtos. Nessa otica, eles remetiam à denúncia de um modelo do qual se consideravam vítimas – especialmente, para aqueles que se sentiam em um contexto de instabilidade financeira e baixa renda.

Na RMBH, os resultados apontaram uma sólida convergência de sentimentos de insatisfação. Insegurança e desigualdades foram as palavras chaves. Não obstante, as associações de palavras chaves apontaram, ainda, nuances que variam de acordo com seus *status* (convencional ou ecológico). Os agricultores ecológicos relataram um sentimento de insegurança, em relação ao futuro, invocando o grande risco de um êxodo não-escolhido. Os agricultores convencionais consideram-se penalizados pelas desigualdades de acesso aos bens, o que provocava neles, um forte sentimento de insegurança econômica.

Figura 33 – QV para os agricultores

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado por Souza-Seidl.

Os valores da QV, descritos na figura sete, não refletem apenas as experiências de vida como as duas anteriores (satisfação / insatisfação), mas agrega uma dimensão utópica, que constituem um horizonte de expectativas.

Os agricultores ecológicos da IDF destacaram, de forma incisiva, a tranquilidade e a vida em família; em seguida, o tempo livre, o trabalho em conformidade com os seus valores e que lhes dão prazer (trabalho-amado), o laço social e, o sentido da vida. Os agricultores convencionais da IDF ressaltaram o tempo livre, seguido da autonomia e do ambiente da vida

rural. De alguma forma, considerando as respostas anteriores, podemos afirmar que os agricultores convencionais, ao se queixarem das cargas excessivas de trabalho, expressaram mais expectativas do que experiências vividas.

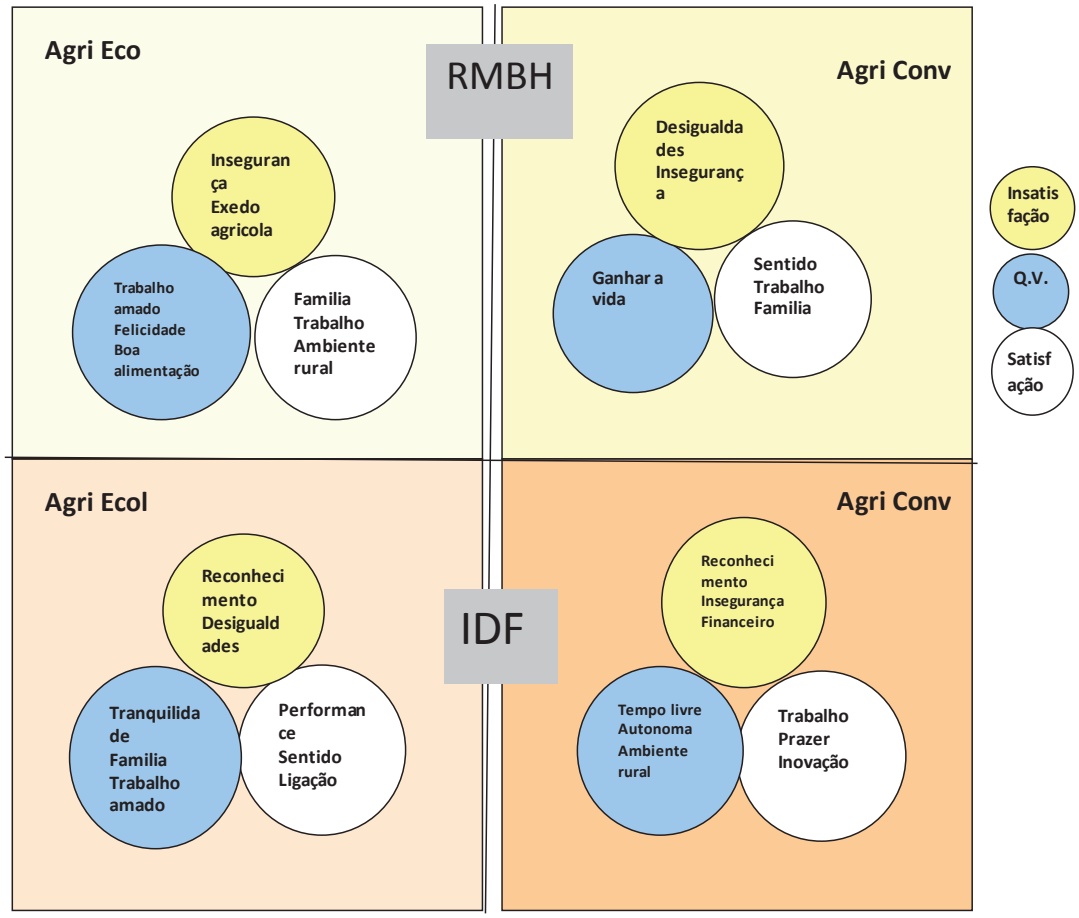
No caso da RMBH, os valores de QV ressaltados, acentuadamente, pelos agricultores ecológicos foram o trabalho-prazeiroso (trabalho-amado) e a felicidade, e, em um menor grau, nesta ordem, o acesso a uma boa alimentação, a autonomia, a família, o laço social, o "ganhar" a vida e a boa autoestima. No que diz respeito aos agricultores convencionais, estes ressaltaram o "ganhar" a vida como principal fator de QV, e, em um grau menor, a boa saúde, o trabalho-amado e o ambiente rural. Enquanto as experiências vividas no plano da satisfação ou da insatisfação refletiam uma forte convergência entre estas duas categorias de agricultores, a utopia dominante nos diferentes grupos foi bastante contrastada na sua expressão. Ela foi mais hedonista para os agricultores ecológicos, e de ordem mais econômica para os agricultores convencionais. Assim, os agricultores apresentaram uma experiência de vida bem semelhante, porém, com diferentes aspirações.

Após a exposição das convergências e divergências dos valores constituintes na QV dos agricultores de nossa amostragem, buscamos verificar a existência de lógicas específicas, contidas nas formas de expressão, que correspondem aos *status* (ecológico / convencional) e aos contextos (IDF/RMBH) escolhidos.

A identificação das lógicas particulares dos agricultores levou-nos a privilegiar os aspectos mais discriminantes em suas respostas. Vale sempre lembrar que tanto os agricultores ecológicos quanto os convencionais, das duas regiões, revelaram vários valores em comum: trabalhar e viver no campo e incomodar-se com as injustiças sociais que afetam a sociedade, como a guerra, a violência e a pobreza.

Nos discursos dos agricultores ecológicos, de forma geral, ressalta-se valores portadores de uma conotação solidária e coletiva, ligados ao sentido do trabalho e à produção de alimentos saudáveis. Além disso, no plano pessoal da QV, os discursos retrataram valores associados à vida em família e à um trabalho gerador de segurança econômica. Podemos observar que os valores coletivos e solidários representados pelas palavras "trabalho-amado, sentido e valor", incluindo a preservação do meio ambiente e a proteção da saúde dos consumidores e de si próprios, estiveram mais presentes nas representações da QV dos agricultores ecológicos. Com relação às representações de QV dos agricultores convencionais, os valores mais demarcados foram os pessoais e, subsidiariamente, a nutrição da população, representada pelas palavras "trabalho-amado".

Figura 34 – Representação grafica dos valores em função dos *status* nas RM estudadas



Fonte – Dados coletados. Elaborado por Souza-Seidl e Billaud, Jean-Paul.

Se intentarmos em reconstituir os valores compartilhados pelos agricultores ecológicos por um lado, e, pelos agricultores convencionais, por outro, de ambas as regiões, podemos identificar bases em comum. Todos os agricultores ecológicos ressaltaram, seja qual fosse a pergunta feita, os valores atrelados ao amor pelo trabalho, a família, a importância dos laços em um ambiente rural, o sentido dado a essa atividade - com o termo "tranquilidade" (IDF) ou "felicidade" (RMBH). Em outros termos, os agricultores se mostraram vinculados a uma *"cité hédoniste"* ou "cidade hedonista" no sentido trazido por Boltanski et Thévenot (1991) quando tratavasse de se posicionarem em relação aos quesitos da QV. O que é comum aos agricultores convencionais, das duas regiões estudadas, encontra-se em diferentes planos, quando focamos os valores mais dominantes: o trabalho (sem conotação afetiva), a insegurança econômica expressada no problema das remunerações (IDF) ou no "ganhar a vida" (RMBH). Em outras palavras, o "comum" do agricultor convencional se revela, sobretudo, na "*cité marchande*" ou "cidade mercado", em referência às classificações da sociologia da justificação de Boltanski et Thévenot (1991).

Sem dúvida, existem valores comuns que perpassam por todos os grupos, tais como, morar em um ambiente rural (no sentido de proximidade com a natureza), de ter um trabalho prazeroso e de ter tempo para o lazer e o descanso. Porém, quando o princípio da hierarquia é aplicado na expressão desses valores, observa-se a presença de uma tonalidade particular em cada um desses grupos, com tendência mais hedonista para os agricultores ecológicos, e mercantil para os agricultores convencionais. Vale lembrar os debates sobre os indicadores da QV, indicadores clássicos, que baseiam-se, exclusivamente, no modo de vida e de consumo (abordagem mercantil) dos países considerados "mais desenvolvidos" e das populações urbanas, que se opõem aos indicadores alternativos, como os presentes no conceito do *Bien Vivir* (abordagem hedonista) formulado na América Latina. A partir deste ponto de vista, nota-se que a oposição subjacente a estas duas construções de indicadores não acontece entre a IDF e a RMBH, mas entre os agricultores ecológicos e os agricultores convencionais.

Situados em contextos particulares, os valores que expressam a QV refletem a importância social dada à agricultura, nos planos econômico, social ou político. O fato dos agricultores da IDF, seja qual for a sua situação produtiva, compartilharem, nitidamente, o desafio de serem socialmente reconhecidos, é um indicador de transformação negativa sobre o setor agrícola, denunciada pelos agricultores, como uma atividade minoritária e, insuficientemente, apoiada e valorizada.

Além disso, tal como já foi ressaltado, as convergências entre os agricultores da RMBH para um modelo de representação próximo ao do "campesinato" (família, trabalho e, insegurança) expressam a situação agrícola brasileira – não muito minoritária no plano demográfico, como a agricultura francesa, porém invisível no espaço político (comparada ao *agro-business*) e confrontada por desafios de sobrevivência quase elementares.

Deste ponto de vista, o que permite aos agricultores ecológicos da RMBH escaparem dos efeitos das confrontações, e, assim, compartilharem a utopia dos agricultores ecológicos da IDF – de garantir a preservação do meio ambiente, do ecossistema e, da saúde - são as políticas públicas de agroecologia e de segurança alimentar.

Estas políticas baseiam-se nas leis e nos discursos profusamente difundidos no Brasil, o que parece revelar a existência de compartilhamento entre os valores individuais dos agricultores e as normas formais. Esta convergência de valores remete às correlações entre a ação individual e a ação coletiva descrita por Durkheim, Weber e Bourdieu (Tétaz, 2004; Piras, 2004; Bourdieu, 1996). Desta forma, a atualidade política da questão agricola ecológica construiu uma espécie de base comum entre os agricultores ecológicos das duas regiões pesquisadas, enquanto os agricultores convencionais, por sua vez, compartilham, sobretudo,

um forte sentimento de insegurança no plano econômico.

Para os agricultores ecológicos, um contorno ideológico desenha-se na agricultura por eles sonhada, expressando-se, até mesmo, no campo da reivindicação ou da frustração, contido em nosso questionamento sobre a "insatisfação". O que se denunciou foi a existência de um sistema agroalimentar não respeitador dos valores ligados ao consumo e à sustentabilidade ambiental. Tal denúncia reflete as fragilidades do desenvolvimento da agricultura ecológica, as quais foram particularmente destacadas de forma emblemática. Esta fragilidade não foi compreendida como estrutural, mas ligada à marginalidade da agricultura ecológica, perante um sistema que privilegia o apoio à agricultura intensiva e convencional. Estes elementos também foram identificados nos trabalhos de Van Dam (2005), Dejardin et al. (2009), Nizet, Van Dam et Dejardin (2009), Van Dam, D., Nizet, J., & Streith, M. (2012), em que os valores ambientais e da saúde foram identificados como parte da dimensão subjetiva do Bem-estar dos agricultores ecológicos.

Uma última questão que merece atenção: o olhar dos agricultores convencionais sobre os agricultores ecológicos. Observou-se, de fato, pelas análises das entrevistas, um verdadeiro distanciamento em relação aos desafios impostos à adesão dos agricultores à prática ecológica. A resistência dos agricultores convencionais alimenta-se pela recusa às normas e às representações constituídas no sistema agrícola ecológico. Além disso, a representação que os agricultores convencionais construíram sobre a agricultura ecológica conjugam-se, fundamentalmente, no plano econômico, cuja adesão a este modelo alternativo seria apenas uma oportunidade de agregação de valor, reportando-se à perspectiva mercantil da produção. Dito isso, tal abordagem possui traços específicos segundo as regiões.

Para os agricultores convencionais d'IDF, a "inspiração ecológica", enquanto fundamento do sistema agrícola, não se constituiu numa razão suficiente para a conversão das unidades de produção em ecológicas certificadas. Reconhecendo-se como agricultores ponderados ou racionais (*raisonnées*), os agricultores convencionais estimam ter uma relação harmoniosa com o meio ambiente. Esta harmonia, segundo eles, era possível graças ao uso de produtos e de matérias fitoterapêuticas, junto aos produtos químicos, que, por sua vez, eram utilizados de maneira equilibrada e com respeito aos limites de aplicação recomendados.

O mesmo sentimento de harmonia com o meio ambiente esteve presente no grupo de agricultores convencionais da RMBH. Estes agricultores também aliavam, no manejo agrícola, o uso de produtos naturais com produtos de base química e sintética. Neste sentido, a semelhança na técnica agrícola aproximou os agricultores da RMBH à "identidade agrícola *raisonnée*" constituída na França. No caso dos agricultores convencionais da RMBH, o

desenvolvimento de uma agricultura aos moldes da *raisonné* foi "imposto" pelas normas do programa de CCP da Prefeitura de Belo Horizonte, intitulado Direito da Roça. Enquanto participantes daquele programa, os agricultores eram monitorados, a cada semestre, pela Emater-MG, por meio da análise da presença de componentes químicos no solo e na água de seus terrenos.

Além do fato dos agricultores convencionais, de ambas as regiões, considerarem-se em harmonia com a natureza, eles enxergavam a emergência da identidade agrícola ecológica como uma contestação às suas próprias identidades. Segundo eles, a suposta relação de oposição, entre eles e os agricultores e os consumidores ecológicos, provocava uma ruptura em seus segmentos sócio produtivos, que, em suas convicções, estavam todos numa mesma situação, qual seja: a de "pequeno" agricultor. Em outras palavras, eles consideram compartilhar com os agricultores ecológicos a mesma marginalização perante ao *agrobusiness* e ao sistema agroalimentar dominante. Desta forma, sob suas óticas, são os agricultores ecológicos que romperam a comunhão identitária com os pequenos produtores, quando, por um lado, os ecológicos recusavam a produção alimentar dissociada da durabilidade ambiental e da promoção da saúde e, por outro lado, os convencionais consideravam que seus trabalhos eram corretos e mostravam-se satisfeitos com sua função social de produzir alimentos.

Da mesma forma, a adesão dos agricultores convencionais a uma prática ecológica, em nome da proteção da saúde, não se mostrou tão evidente. Os discursos sobre o uso de pesticidas como fator de risco à saúde divergiram-se entre os agricultores, tanto em função do contexto (IDF et RMBH) quanto em função da atividade (convencional ou ecológica). Observamos que a alusão aos pesticidas, enquanto risco, foi quase inexistente, no grupo de agricultores convencionais da RMBH, diferentemente de seus homólogos d'IDF. Neste grupo, o reconhecimento do risco, pela inalação e contato do produto químico com a pele, foi lembrado pela maioria dos agricultores convencionais.

Assim, a adesão dos agricultores convencionais à agricultura ecológica mostrou-se diretamente relacionada às normas ligadas aos processos de certificação e de comercialização dos alimentos. Em outras palavras, para eles, a agricultura ecológica evidenciou-se, particularmente, pela mercantilização diferenciada (expressada na agregação de valor aos produtos) e pela regulamentação operacionalizada pelas certificadoras e sancionada pelo poder público, e não pelos seus fundamentos socioambientais que dão robustez à sua abordagem ideológica. Desta maneira, a partir da análise das questões ligadas à sustentabilidade da agricultura ecológica e aos componentes da QV apontados pelos agricultores, em contextos metropolitanos, responderemos, na conclusão do presente trabalho de tese, a nossa pergunta

inicial, qual seja : “A agricultura ecológica é uma solução sustentável para todos?”.

CONCLUSÃO GERAL

Ao longo da tese, organizamos nossas discussões, em torno da Qualidade de Vida (QV) dos agricultores, concebendo-a como um importante parâmetro de sustentabilidade para a agricultura ecológica. Para tanto, foram mobilizadas três dimensões de análise: o indivíduo, o espaço e a sociedade, em um período que se encontra entre a emergência da agricultura moderna e o surgimento da agricultura ecológica. A dimensão do sujeito envolveu a investigação sobre o quê significa "ser" agricultor, em suas diversas identidades (com destaque para o camponês, o agricultor convencional e o agricultor ecológico). Tais identidades foram construídas, ao longo do tempo, sob numerosas influências, as quais implicaram a autoestima desses sujeitos. A dimensão espacial referiu-se ao lugar de vivência dos agricultores, em que o rural, redefinido como ruralidade, encontra-se, intrinsecamente, interligado ao meio urbano. A dimensão social, por sua vez, englobou a descrição das inter-relações socioeconômicas dos agricultores ecológicos e convencionais com a sociedade, tendo como parâmetros a segurança econômica, a valorização do trabalho e o reconhecimento sociopolítico.

A literatura mostra que, ao longo do desenvolvimento da sociedade moderna e pós-moderna, formaram-se diferentes identidades no campo da agricultura. Os camponeses, atualmente, indivíduos associados a uma mesma categoria profissional (a de agricultor) foram reconhecidos em um novo modelo de produção, denominado agricultura convencional, a qual supõe uma transformação nas identidades individuais e coletivas. A emergência da agricultura ecológica traduziu-se, tanto por novas normas e estruturas, de iniciativas do poder público, quanto pela construção de novas identidades (*biologiques*, hidropônicos, orgânicos, agroecológicos, biodinâmicos, dentre outros) que se encontram em percursos de vida bastante diferentes. Um dos principais traços dos diferentes percursos de vida, contidos no perfil dos agricultores pesquisados na IDF e na RMBH foi, por exemplo, a diversidade na origem desses sujeitos, seja oriundos de gerações de famílias agrícolas e rurais, seja de origem urbana.

Todos os agricultores compartilhavam de representações reguladas pelo viés econômico e pelos valores externos à dimensão financeira. Contudo, o aparecimento da agricultura ecológica apresentou-se com o intuito de renovar, no conjunto dos pequenos agricultores, a questão da QV e sua capacidade de se inscrever numa sustentabilidade, incluindo os aspectos agrícolas e ecológicos. A agricultura ecológica é uma mudança de paradigma – frente a agricultura convencional introduzida desde a decada de 40 no Brasil.

Pelo método do agrupamento das palavras e cálculo de suas ocorrências, nas respostas dos agricultores sobre suas satisfações e valores de Bem-estar, foi possível propor a seguinte

definição de QV: ***Qualidade de vida é ter família, amigos e saúde. É viver num ambiente natural, tranquilo e sossegado e, nesse ambiente, poder trabalhar e produzir alimentos de qualidade para a família e a sociedade, garantindo-se a renda, a manutenção do estabelecimento, o sustento da família e o prazer.*** Esta definição insere-se enquanto uma proposta geral, da qual faz-se necessário analisar o que ela representa de fato, ou seja, o "como nós estamos em tal ou tal região" e "em tal ou tal situação de produção".

Repensar a QV num novo contexto. O conceito de QV utilizado pelos agricultores propõe, efetivamente, uma correlação entre o lugar, o trabalho e a autoestima. Nessa perspectiva, a satisfação profissional mostrou-se indissociável: da relação com o próprio trabalho; do reconhecimento social no seu ambiente de vida e; da autoestima resultante. Essas correlações têm, como pano de fundo, o descompasso entre sua representação do rural e a conjuntura socioeconômica. Assim, se, para os agricultores, a agricultura ocupa o lugar central na organização socioespacial e cultural do espaço rural, este, por sua vez, não é mais organizado, centralmente, na agricultura.

Isso não quer dizer que os agricultores não estavam conscientes das mudanças que afetam, radicalmente, o seu ambiente de vida. Eles também fizeram referências aos elementos ligados à modificação da paisagem (espaço natural para espaço construído) e à composição social (de famílias agrícolas para sitiantes e trabalhadores nos setores deslocados da atividade agrícola). Essas mudanças influenciaram a representação que os agricultores tinham sobre si e sobre o seu lugar de vivência, bem como, sobre as suas possibilidades de reprodução socioeconômica. Uma expressão disso, foi a falta de mão-de-obra na agricultura enfrentada pelos agricultores da IDF e da RMBH, bem como, a dificuldade de adquirir ou de expandir suas áreas por conta da especulação imobiliária.

Não obstante, um dos efeitos importantes desse novo contexto do rural e, que coloca em evidência a questão da sustentabilidade na agricultura, foi levar os agricultores à redescoberta de uma dimensão contida na prática camponesa que a modernização havia desqualificado, qual seja, a multifuncionalidade. Contudo, com a emergência das ruralidades e da multifuncionalidade dos agricultores, novas capacidades impõem-se aos mesmos e, dentre elas, o investimento em novas trocas sociais, por meio da relação de produção e de consumo. Nessa medida, as possibilidades que se despontam para a sociedade, no contexto da sustentabilidade ambiental, ligadas ao bem-estar humano e à promoção da saúde, proporcionaram maior valorização do agricultor e do espaço agrícola. No entanto, em regiões metropolitanas, essas possibilidades emergem ao lado de grandes conflitos de interesses econômicos e socioambientais sobre o espaço rural, provocando uma reflexão sobre a segurança desses

sujeitos perante seus futuros. Nesse ponto de vista, as regiões de IDF e da RMBH não oferecem as mesmas oportunidades, seja segundo a importância atribuída aos agricultores pela sociedade ou pelo poder público local, seja segundo a qualidade e a amplitude das redes socioeconômicas, constituídas em torno dos mesmos.

Tanto a IDF quanto a RMBH, comportam conflitos fundiários na zona rural. Os conflitos reportaram ao uso e ocupação do espaço, em função das distintas concepções sobre o rural que recaem sobre três aspectos: 1) rural, enquanto espaço atrasado ou vazio, em que se instala uma corrida para seu desenvolvimento, tendo como meta a urbanização; 2) rural, enquanto espaço natural e antídoto do ambiente urbano cuja agricultura passa a compartilhar o espaço rural com outras funções (lazer, reserva natural, exploração dos recursos naturais); 3) rural, enquanto espaço de produção e de segurança alimentar, em que se operam os investimentos na produção ecológica e no consumo local. Dentro das concepções 2 e 3, o rural é ressignificado para além da atividade agrícola e da ideia de espaço vazio, tornando-se um espaço a ser protegido e desenvolvido de maneira sustentável. Porém, as questões ambientais e alimentares impõem aos agricultores novas técnicas e estratégias de resiliência, a fim de manterem-se em seus lugares de vivência e, neles, promoverem suas QV.

Ressalta-se nessa tese, que a territorialidade dos agricultores materializa-se nos processos de comercialização. Nesse ponto, as capacidades e formas de venda afetavam a QV dos agricultores, tanto no plano subjetivo (ex. sensação de segurança financeira ou satisfação pelo desempenho profissional) quanto no plano objetivo (ex.: acesso à renda e manutenção de um padrão de vida).

Uma QV tributária da política pública. Ao analisar a apreensão do rural, nos planos diretores metropolitanos da RMBH e IDF, percebemos que o tema agrícola esteve invisível até recentemente, nas estratégias de desenvolvimento de suas políticas de planejamento, o qual se insere, em 1994, na IDF e 2011, na RMBH. Esse tema encontra-se no planejamento dessas regiões, em diferentes estágios de abrangência e de efetivação, principalmente, nas agendas que tratam das questões ambientais, econômicas e de abastecimento local.

Na RMBH, a experiência dos agricultores demonstrou que o contato direto entre eles e os consumidores, por si só, era insuficiente. Naquele contexto, os agricultores, em circuitos curtos de proximidade (CCP), tinham acesso a uma engenharia social voltada à organização dos mesmos, porém, ainda limitada, no que tange à mobilização e sensibilização de consumidores e da sociedade local. Os agricultores que estavam em CCP, sem um apoio governamental ou de organizações civis, apresentaram muita dificuldade de venda, quando avaliada em termos de preço e estabilidade. No que diz respeito à IDF, as condições de sustento

– proporcionadas aos agricultores apresentaram um diferencial que nos serviria de pistas para uma política de sustentabilidade agrícola local. O poder público, com o objetivo de proteger e enquadrar o espaço rural e agrícola, como especiais e estratégicos na região, estabeleceu o zoneamento agrícola no Plano Diretor da IDF. Além disso, instituiu-se políticas com escopo no desenvolvimento de inter-relações rural/urbano, via integração dos agricultores às estruturas socioeconômicas locais. Nessa medida, na IDF, a criação dos CCPs agrega-se como uma política pública estruturante e estratégica, que segue na direção da renovação, conservação e valorização da agricultura e do patrimônio cultural presente no ambiente rural.

Essa pesquisa evidenciou o fato da agricultura ecológica, em CCP, ser passível de comparação com os agricultores convencionais e sob diferentes parâmetros. Na transação comercial, os agricultores, em CCP, mediam o valor de seu trabalho não somente por meio da renda auferida, mas, sobretudo, pela valorização e reconhecimento de sua atividade na sociedade. O aspecto que mais diferenciou os CCPs dos agricultores convencionais, em relação aos ecológicos ocorreu, justamente, sobre o plano da comunicação, formada nas relações de compra e de venda. Nos pontos de encontro, entre os agricultores ecológicos e consumidores, de ambas as regiões, o que pudemos observar, diretamente, foi a presença, de maneira regular, de discussões quanto à alimentação, ao meio ambiente e à saúde. Contrariamente a essa situação, os agricultores convencionais da RMBH conviviam com consumidores desprovidos de conhecimentos no tocante às questões alimentares. Nessas circunstâncias, os agricultores depararam-se com a especulação sob o preço de seus produtos e com a instabilidade no sucesso de suas vendas. Essas diferenças demonstraram que, ao englobar a conscientização dos sujeitos em torno das questões alimentares e ambientais nas transações econômicas, elas reforçam a importância da produção e do consumo alimentar locais, que, por conseguinte, valorizam o agricultor e ampliam as condições materiais para seu sustento. Em outras palavras, aquelas diferenças tornaram evidente que o casamento entre o CCP e a agricultura ecológica contribuem para a QV dos agricultores, em suas dimensões social, econômica e cognitiva. Tal evidência demonstra que a difusão do conhecimento constitui-se num instrumento imprescindível ao fortalecimento de um projeto agrícola, socioecologicamente, sustentável.

Assim, também, as inter-relações socioeconômicas constituídas entre agricultores, consumidores e governos locais, a partir dos parâmetros pautados no preço, na capacidade e na estabilidade de venda, mostraram que a satisfação profissional do agricultor era mais intensa, perante a produção de alimentos ecológicos e a existência de redes sociais locais. Em outras palavras, aqueles agricultores que mais acumularam os atributos: produção ecológica; conexão em redes socioeconômicas locais e; apoio governamental ou da sociedade civil-, adquiriram

melhores condições de venda; melhor expectativa em relação ao seu futuro como agricultor e, mais satisfação com a própria vida.

O neorural e a QV: um caso particular. Outro aspecto interessante, destacado nessa pesquisa, foi a emergência e o posicionamento do agricultor neorural. Este ocupa um lugar particular na maneira de apreender a relação entre meio rural e QV de tal forma que, enquanto o agricultor neorural rejeitava o urbano, como seu lugar de vivência e de QV, muitos agricultores, principalmente, os convencionais da RMBH, rejeitavam o rural como opção de vida para seus descendentes. Esses últimos, agricultores oriundos de uma tradicionalidade camponesa, cujas apreensões cognitivas sobre o rural remetiam à ideia de inferioridade cultural, econômica e social em relação às cidades. Apesar de perceberem a produção de alimentos como uma atividade essencial, a agricultura foi apreendida pelos agricultores convencionais da RMBH como uma atividade sem *status* social, expressa de forma latente, na seguinte frase: "*eu não estudei pra ser outra coisa*". Concepção que se enraíza, igualmente, na desvalorização do trabalhador agrícola dentro da estrutura social e que explica o fraco desejo dos agricultores em proceder à hereditariedade para seus descendentes.

Numa outra condição, nos deparamos com agricultores ecológicos da RMBH e os agricultores convencionais e ecológicos da IDF, possuindo, em média, nove anos de estudos e, alguns até curso superior, mas que optaram pela atividade agrícola enquanto uma alternativa de QV. É preciso destacar que, da mesma maneira que a agricultura, denominada atualmente convencional, beneficiou-se de um reconhecimento político, social e econômico, a agricultura ecológica é, no momento presente, parte central da agenda política e global do desenvolvimento sustentável. Assim, ela representa uma oportunidade para o agricultor se relocalizar num patamar mais valorizado dentro da estrutura social. O conhecimento de tal valorização contribuiu para a convergência de interesses, de agricultores ecológicos da RMBH e de seus filhos, em proceder à hereditariedade das unidades de produção, rompendo, dessa forma, com o posicionamento apresentado pelos agricultores convencionais de sua região. Assim, no conjunto dos agricultores ecológicos da RMBH, havia a participação e engajamento de filhos na atividade agrícola, mesmo com formação técnica ou universitária. As atividades desempenhadas pelos filhos encontravam-se tanto na produção quanto no comércio ou na gestão.

De maneira diferenciada do contexto apresentado acima, na IDF, onde os agricultores ecológicos e convencionais se beneficiaram de um ambiente, com reconhecimento da atividade agrícola e dos agricultores, mesmo que mais favorável para os agricultores ecológicos, a motivação para que os filhos permanecessem na agricultura permeou a tradicionalidade da

sucessão agrícola familiar. Na IDF, o desejo de sucessão agrícola mostrou-se mais evidente para os agricultores convencionais que ecológicos, sobretudo, por esses últimos apresentarem no grupo de análise uma significativa presença de neorurais. No entanto, independente do tipo da agricultura praticada, a sucessão agrícola pela hereditariedade apresentou-se mais dependente da vontade e dos interesses dos filhos do que da influência e incentivo dos pais.

De modo geral, a partir das declarações e experiências dos agricultores de ambas as regiões, evidenciamos que as motivações que regem a permanência dos filhos na agricultura não se limitavam ao ambiente interno das unidades de produção, providenciada pelo contato direto com a experiência dos pais, mas pela existência de reconhecimentos e incentivos da sociedade e dos governos locais sobre a atividade dos mesmos. Com essa prerrogativa, a saída ou a permanência dos filhos demonstrou-se dependente da percepção que os agricultores e, por conseguinte, seus filhos, tinham sobre suas vidas e sobre o valor do seu trabalho em várias dimensões – sociais, econômicas e cognitivas (autoestima).

Uma abordagem específica, segundo a situação do agricultor. Os valores de QV diferem, contudo, entre os agricultores ecológicos e convencionais, os quais foram demonstrados em nossa análise dos questionários. Os parâmetros relacionados à satisfação no trabalho, às perspectivas de vida, ao tempo de sono, ao tempo dedicado à produção (função principal do agricultor) e ao comércio (função suporte) mostraram-se, de forma mais positiva e recorrente, no grupo de agricultores ecológicos de ambas as regiões. Os agricultores convencionais apresentaram sobre esse plano mais insatisfações, até mesmo, nos registros de suas aspirações concernentes à uma boa QV. Em contrapartida, nossa investigação permitiu distinguir uma base (ao menor denominador comum) para os dois grupos analisados, a saber: uma abordagem mais mercantil para uns (convencionais) e mais hedonista para outros (ecológicos). Em outras palavras, mesmo que as trajetórias individuais inscrevem-se em histórias e contextos bastante diferentes entre as duas regiões, foi possível perceber uma clivagem entre essas duas opções de produção e de vida que são o convencional e o ecológico que, para um, corresponde à aspiração de uma "vida melhor" e, para outro, a um desejo de "bem viver".

A passagem de um sistema à um outro. A partir da análise da QV dos agricultores, buscamos também entender as motivações que os levaram e que os levariam a praticarem a agricultura ecológica. Nosso intuito foi analisar, se a agricultura ecológica promove a QV de pequenos agricultores e, se positivo, em que circunstâncias. E, ainda, em que medida a QV é determinante na adesão dos agricultores a uma produção ecológica e na suas permanências nesses sistemas.

Os dados empíricos indicaram que os agricultores convencionais, de ambas as regiões, apresentaram preconceitos, em relação à agricultura ecológica, os quais funcionavam como uma barreira para as suas adesões. Para esses agricultores convencionais, a agricultura ecológica constitui-se num *marketing* de venda. Essa representação da agricultura ecológica, apreendida pelos agricultores, indica que os princípios de sustentabilidade socioambiental que a fundamenta não foram incorporados ou percebidos por eles. A resistência apresentada apoia-se sobre elementos críticos, como: 1) a apropriação dessa agricultura pelas grandes redes de supermercados transnacionais; 2) os preços fixados pelo mercado que restringem o consumo de alimentos ecológicos a uma classe social com maior poder aquisitivo e; 3) a certificação de monoculturas como cultivos ecológicos (à exemplo da palma, cereais, café, dentre outros) distantes da imagem de um ecossistema equilibrado. Somado a isso, os agricultores convencionais apresentaram medo de mudar, não só de prática, mas, também, de rede de consumidores, que poderiam colocar em risco seus capitais econômicos e sociais, os quais encontravam-se, minimamente, consolidados.

Contudo, os agricultores convencionais da IDF e da RMBH salientaram duas condições que os motivariam a se converterem à agricultura ecológica, sendo estas: a existência de demanda de sua rede de consumidores e a garantia de venda. No entanto, considerando todo o contexto e o discurso apresentado pelos agricultores ecológicos, para além dos motivos financeiros, a conscientização e o sentido do trabalho compuseram o conjunto de fatores imprescindíveis ao seu engajamento e permanência no sistema ecológico de produção.

Os pontos de vistas críticos expressos pelos agricultores convencionais sobre a agricultura ecológica, não se apresentaram, todavia, estrangeiros às percepções e críticas dos agricultores ecológicos. Esses ultimos, se mostraram críticos aos sistemas ditos ecológicos, na perspectiva do *Eco-Business,* conformados pelo produtivismo, "monoculturismo" e, performance, pois os agricultores ecológicos distinguiam-se daqueles segmentos. Suas motivações para a prática de uma agricultura ecológica pautavam-se não somente nos interesses pessoais e valores compartilhados por parte da sociedade, mas, inclusive, em função de seis circunstâncias: 1) dos agricultores terem acesso à terra; 2) da existência de uma instituição, pública ou não governamental, que os animasse e os apoiassem; 3) da possibilidade concreta e segura de produção e de venda; 4) da consciência ou preocupação do agricultor com a sua própria saúde; 5) da consciência do agricultor sobre a interdependência entre preservação dos recursos naturais e a sustentabilidade de seu trabalho e; 6) do reconhecimento social de sua atividade. Desta forma, as motivações dos agricultores em produzir alimentos de forma ecológica, mostraram-se dependentes de um contexto cultural, social e econômico favorável.

Em resumo, os valores sociais atrelados ao setor agrícola, agora, intensamente pautados por questões ambientais e/ou de segurança alimentar, colocaram o agricultor em uma função estratégica e importante, a qual contribuiu para sua QV. No entanto, nas regiões metropolitanas, os diferentes interesses e os jogos de poder, presentes no interior dos sistemas agroalimentares e na definição do uso e destinação do espaço rural (onde se encontram, substancialmente, as terras agrícolas) ainda provocam insegurança para os agricultores. Desta forma, a segurança do agricultor sobre o seu futuro mostrou-se dependente, tanto das circunstâncias do seu lugar de vivência quanto das suas capacidades em manter-se e evoluir como agricultores.

Para concluir... a partir da literatura, da análise dos contextos regionais e dos dados empíricos sobre os agricultores, foi possível tecer algumas conclusões. Primeiramente, a agricultura ecológica trouxe novos valores sociais aos pequenos agricultores, ao colocá-los como protagonistas da produção dos alimentos favoráveis para a saúde e para o meio ambiente. De certa forma, a agricultura ecológica (re)habilita os pequenos agricultores a saírem da renegação social, enquanto produtores, mas, igualmente, a adquirirem um lugar privilegiado no espaço público. Dentro da prática agrícola ecológica, a ação individual entra em ressonância com as normas sociais voltadas à sustentabilidade ecológica do setor agroalimentar.

Em segundo lugar, podemos concluir que os processos, numa escala local, em torno da agricultura ecológica, requalificou o ambiente de vida, social e espacial, dos agricultores, em circunstâncias ou contextos metropolitanos. Há, de fato, uma relação entre as características, mais ou menos favoráveis, dos contextos regionais, e as capacidades dos agricultores em ter prazer no trabalho e confiança em si próprios (enquanto indicadores de Bem-estar pessoal e profissional). Podemos concluir, ainda, que a sustentabilidade socioambiental dos sistemas agrícolas ecológicos revelou-se factível, quando as relações do agricultor com a natureza ocorreram sustentadas por políticas e redes socioeconômicas equitativas e locais. Em outras palavras, a permanência das unidades de produção mostrou-se dependente das condições dadas aos seus proprietários, englobando: possibilidades de desenvolver um trabalho salubre (sem risco para a saúde); próspero (com suficiente retorno financeiro) e prazeroso (enquanto fonte de satisfação e de reconhecimento social).

Essa tese ressalta que a agricultura ecológica é sustentável para todos, quando as variáveis sociais e de Bem-estar do agricultor forem incorporadas e valorizadas nos projetos de desenvolvimento agrícola locais. De acordo com esse prisma, devemos considerar que o uso e a ocupação do espaço, e as relações socioeconômicas, constituem elementos de QV por estarem atrelados às condições de vida e aos sentimentos de autoestima dos agricultores. Para além da prática agrícola ecológica, as especificidades do contexto socioespacial das regiões inseriram-

se, enquanto um dos fatores determinantes das fragilidades e das potencialidades relacionadas à QV dos agricultores. Nesses termos, a QV do agricultor compõe-se da escolha pessoal e da existência de um conjunto de ações públicas apropriadas. Observamos que a existência de uma política regional de planejamento agrícola, atrelada ao desenvolvimento da agricultura ecológica possibilitou, entre os agricultores da IDF e da RMBH, diferentes condições e sentimentos de QV, sendo esta, a virtude de nossa comparação entre essas duas regiões.

Nossa tese, segundo a qual a QV dos agricultores deve ser integrada aos parâmetros do desenvolvimento agrícola local e sustentável, deverá ser aprofundada. Mas ela sugere, de antemão, pistas relacionadas à função territorial que não podem ser ignoradas. Dentre elas, damos destaque ao estabelecimento da *"Protection des Espaces Agricoles",* no atual plano diretor da IDF, que estabelece zonas de produção agrícola. A constituição desse instrumento, no bojo da gestão pública, traz para o contexto metropolitano uma inovação favorável à manutenção do agricultor na região. Além do ordenamento espacial, a construção de políticas públicas voltadas ao fomento de redes socioeconômicas em CCP; para o incentivo à transição ecológica e para a mobilização dos consumidores, são, igualmente, inovações favoráveis ao reforço da sustentabilidade no abastecimento local. O contexto da IDF mostrou-se efetivo, em direção ao fortalecimento da agricultura sustentável junto aos pequenos agricultores. No caso da RMBH, é importante ressaltar que há um movimento em direção ao mesmo processo desencadeado na IDF. As especificidades atreladas às questões de segurança alimentar, no contexto brasileiro, incita investigações sobre os potenciais arranjos de gestão utilizados, na IDF, passíveis de serem adaptáveis à realidade de nossa região.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, *Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Rio de Janeiro; Brasília: IPEA, 2000. Disponível em: <https://goo.gl/8fzrzq>. Acesso em: 10 jan. 2011

ABREU Lucimar Santiago *et al*. Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Paraná, v. 26, p. 143-160, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/4w3Mi1>. Acesso em: 3 abr. 2014.

AGENCEBIO et GAB-IDF. Edition 2013 : Chiffres établis à fin 2012. *Observatoire Régional de l'Agriculture Biologique en Île-de-France*.

AGENCEBIO et GAB-IDF. Edition 2014 : Chiffres établis à fin 2014. *Observatoire Régional de l'Agriculture Biologique en Île-de-France*.

AGRESTE : Île-de-France. *Emploi et formation de la sphère agricole en Île-de-France* - 2ème partie. Île-de-France : INSEE, n. 101, Juil. 2010a. Disponível em: <https://goo.gl/K4ue6x>. Acesso em: 3 jan. 2011.

AGRESTE. *Premières tendance*. Île-de-Franc Ouest. Agreste données, n. 11, 2011b.

AGRESTE. *Premières tendances*. France Métropolitaine; Agreste primeur, n. 266, 2011a.

AGRESTE. *Premières tendances*. Île-de-Franc Ouest. Agreste données, n. 109, 2011c.

AGRESTE. *Recensement agricole*. 2010b Disponível em: <https://goo.gl/jbYd6q>. Acesso em: 3 jan. 2011.

ALLAIRE, G.; BOYER, R. (Édit.). *La grande transformation de l'agriculture: lectures conventionnalistes et régulationnistes*. Paris: INRA/Economica, 1995.

ALTAFIN, Iara. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Brasília: CDS/UnB, 2007.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia:* bases científicas para uma agricultura sustentável. *Guaíba*: Agropecuária, 2002.

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara I. *Agroecología*: Teoría y práctica para una agricultura sustentable. Cidade do México: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente, 2000.

AMARAL, Roberto Antonio Penedo do; SILVA, Deyse Amorim; GOMES, Luciene Izabel. A eudaimonía: a felicidade como fim ético. *Vozes dos Vales*, Minas Gerais – UFVJM, n. 1, ano 1, p. 1-20, maio 2015.

BAQUE, Philippe. *La bio entre business et projet de société*. Le Kremlin-Bicêtre: Agone, 2012.

BARRAL, Pierre. Note historique sur l'emploi du terme « paysan ». *Études rurales*, n. 21, p. 72-80, avril-juin. 1966.

BELLON, S. Y. *et al*. *L'agriculture biologique et l'INRA* - Vers un programme de recherche. Editions INRA, 2000. Disponivel em: <https://goo.gl/mIESQm>. Acesso em: 6 abr. 2010

BERNARD Cécile; DUFOUR, Annie; ANGELUCCI, Marie-Alix. L'agriculture périurbaine : interactions sociales et renouvellement du métier d'agriculteur. *Économie rurale*, v. 288, juil-août 2005. Disponível em: <https://goo.gl/EDFRfN>. Acesso em: 12 out. 2012.

BERNARDI, Valérie; LEFEBVRE, François. *Les départs précoces en agriculture*: mythe ou réalité? Rennes: Les cahiers du Cnasea, n. 2. oct. 2002. Disponível em: <www.eoloas.net/doc/cahiercnas2.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2012.

BIHANNIC Lise; MICHEL-GUILLOU, Élisabeth. Développement durable et agriculture durable : sens du concept de « durabilité » à travers la presse régionale et le discours des agriculteurs. *Développement durable et territoires*, v. 2, n. 3, déc. 2011.

BILLAUD, Jean-Paul. Des dimensions nouvelles pour une identité sociale en question. In : JOLLIVET, Marcel; EIZNER, nicole. *L'Europe et ses campagnes*. Paris: Presses de Sciences PO, 1996. p. 109-131.

BILLAUD, Jean-Paul. Environnement et ruralité: enjeux et paradoxes. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10, p. 111-118, jul./dez. 2004

BILLAUD, Jean-Paul. La sociologie rurale et la question territoriale: de l'évitement à la réhabilitation. *Études rurales*, v. 183, n 1, p. 113-128, 2009.

BLAIS M. e*t al*. 1993. L'inventaire des motivations au travail de Blais. *Revue Québecoise de Psychologie*, v. 14, n. 3, p. 185-21, 1993.

BLANC Julien. Le Maraîchage biologique en Ile-deFrance. Trajectoires de développement et dynamiques organisationnelles. 2011. Post doctorat. UMR LADYSS, Université Paris 8 Vincennes Saint-Denis, CNRS, 2011

BLANC, Julien. Construire l'alternative agro-alimentaire : Ressorts sociaux et politiques du déploiement des AMAP en Île-de-France. *Agriculture paysanne, circuits courts, territoires périurbanis*. n. 224, p. 21-34. 2012.

BLANC, Michel. La ruralité: diversité des approches. *Economie rurale*, v. 242, n. 1, p. 5-12, 1997.

BOARINI, Romina; JOHANSSON, Åsa; D'ERCOLE, Marco Mira**.** Les indicateurs alternatifs du bien-être. *Cahiers Statistiques*, n. 11, sept. 2006. Disponível em: <https://goo.gl/DA8CBr> Acesso em: 29 dez. 2011.

BOIDIN, Bruno. Quel apport des indicateurs composites de bien-être et de développement?. *1ères journées du développement du GRES*. CLERSE, Université Lille, sept. 2004. Disponível em: <https://goo.gl/YCm50U>. Acesso em: 2 de fev. 2012.

BONILLA, José A. *Fundamentos da agricultura ecológica*: sobrevivência e QV. São Paulo: Nobel, 1992.

BOURDIEU, P. Le capital social. In : BOURDIEU, P. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 31, jav. 1980. p. 2-3. Disponivel em: < https://goo.gl/HxoBPe>. Acesso em: 7 mar. 2011.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p.183-191.

BRANDENBURG, Alfio; BILLAUD, Jean Paul; LAMINE, Claire (Org.). *Redes de Agroecologias*: experiências no Brasil e na França. Curitiba: Kairós Edições, 2015.

BRASIL. *Banco de dados DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF*. Brasília, Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA), 2013b.

BRASIL. Instrução Normativa nº 64, de 18 de dezembro de 2008. Aprova o Regulamento Técnico para os Sistemas Orgânicos de Produção Animal e Vegetal. *Diário Oficial da União*, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Brasília, 2008.

BRASIL. *Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003.* Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, Disponível em: <https://goo.gl/blkhOC>. Acesso em: 17 ago. 2013.

BRASIL. *Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.* Estabelece as diretrizes para a formulação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais. Brasília, 2006.

BRASIL. *Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993*. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993.

BRASIL. *Sistema de informações gerenciais da produção orgânica (SigOrg)*. Brasília, Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento (MAPA). 2013a. Disponível em: <https://goo.gl/sPZB8c>. Acesso em: 13 jan. 2013.

BRÉDIF, Hervé; PUPIN, Vincent. Réévaluer la place de l'agriculture à l'heure du Grand Paris. *Annales de géographie*, n. 683, p. 43-65, 2012.

BRÜSEKE, Franz Josef. O Problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza*: estudos para uma sociedade sustentável. Recife: INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundacão Joaquim Nabuco, 1994. p. 29-40. Disponível em: <https://goo.gl/mTI6ts>. Acesso em: 6 jan. 2011

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Sustentabilidade: base conceitual para uma nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARDONA, Aurélie *et al* (Coord). *Dynamiques des agricultures biologiques* : effets de contexte et appropriations. Versaille: Editions Quae, 2014.

CARNEIRO, Fernando Ferreira *et al*. (Org.). *Dossiê ABRASCO*: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo. Expressão Popular, 2015.

CAZELLA, Ademir Antonio. Les installations agricoles nouvelles : le cas des agriculteurs néo-ruraux dans l'Aude (France). *Espace, populations, sociétés. Repopulation et mobilités rurales*, v. 19, n. 1, p. 101-108, 2001.

CEASAMINAS. *Regulamento de mercado da CeasaMinas*. 2010. 78 p. Disponível em: <https://goo.gl/8otEjG>. Acesso em: 23 out. 2012.

CEASAMINAS. *Agricultura familiar no Ceasa.* Dados agregados da RMBH, Seção de Estudos Estratégicos, dez. 2012.

CHAMPAGNE, Patrick. *L'héritage refusé: la crise de la reproduction sociale de la paysannerie française 1950-2000*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a Escada*: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHELTENHAM : E. Elgar. Current issues in ecological economics. *Économie*, 2004. 25 p.

CHEVALIER, M. Les phénomènes néo-ruraux. *Espace géographique*, v. 10, n. 1, p. 33-47, 1981.

CHIFFOLEAU, Yuna; PRÉVOST, Benoit. Consommer local Plus qu'une mode, une éthique ?. *Dossier la consommation engagée*, n. 87, p. 48-52, 2009

CLAVEL, P. e*t al*. Les espaces agricoles: des territoires stratégiques pour la région Île-de-France. *Pour*, *Terres consommées ou terres de liens ? Le cas de l'Ile-de-France*, n. 205-206, p. 117-124, 2010.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

CORTEN Ph. Le concept de qualité de vie vu à travers la littérature anglo-saxonne. *L'Information Psychiatrique*, v. 9, p. 922-932, 1998.

COSTA, Geraldo Magela; SANTOS, Reinaldo Onofre dos; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Reflexões metodológicas sobre a relação rural-urbano a partir da teoria e de evidências socioespaciais da RMBH. *Geografias*, Belo Horizonte: UFMG, v. 9, n. 2, p. 97-121, jul.-dez. 2013.

CUMMINS, R. A**.** 1999. A psychometric evaluation of the Comprehensive Quality of Life Scale – Fifth Edition. In: YUAN, L. L.; YUAN, B.; LOW, C. (Eds.). *Urban Quality of life: critical issues and options*. Singapore: University of Singapore Press, 1999. P. 32-46.

CUNHA, Altivo Roberto de Almeita. *Standards for participative governance: the importance of strategic market alliances*. Wholesale Markets World Conference, WUWM. São Paulo Conference, abr. 2006.

CUNHA, Altivo Roberto de Almeita; CAMPOS, José Bismarck. Sistema Ceasa: Uma rede complexa e assimétrica de logística. XIII SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA. *Anais*... Diamantina: IDEAS, 2008.

CUNHA, Altivo Roberto de Almeita. Qual a ruralidade das Ceasas? Evidências sobre a inserção da agricultura familiar nas Centrais de Abastecimento brasileiras. 51º CONGRESSO DA SOBER. *Anais*... Belém: Universidade Federal do Pará, 2013.

CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. 5 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

DABBERT, Stephan. Organic agriculture and sustainability: environmental aspects. In: OECD. *Organic Agriculture: Sustainability, Markets and Policies*. Éditeur OECD Publishing, 2003. p. 51-64.

DARLY, S.; TORRE, A. Conflits liés aux espaces agricoles et périmètres de gouvernance en Ile-de-France.(résultats à partir d'analyses de la presse quotidienne régionale et d'enquêtes de terrain). *Géocarrefour*, v. 83, n. 4, p. 307-319, 2008.

DAROLT, Moacir Roberto. 2013. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecologicos: reconectando produtores**.** In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (Org.). *Agroecologia*: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba Kairós Edições. p. 139-170.

DAROLT, Moacir Roberto. *Agricultura orgânica*: inventando o futuro. Londrina: IAPAR, 2002.

DAROLT, Moacir Roberto. *As dimensões da sustentabilidade*: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba, Paraná. 2000. 310 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) Universidade Federal do Paraná/Paris VII, 2000

DAROLT, Moacir Roberto. O papel do consumidor no mercado de produtos orgânicos. *Agroecologia hoje*, Ano 2, n. 7, p. 8-9, 2001.

DEJARDIN, Marcus *et al*. *Les agriculteurs biologiques : Ruptures et innovations*. Dijon: Éditeur Educagri Editions. 2009.

DELHOMMEAU, Tiphaine. *Circuits courts et circuits de proximité*. Bruxelles: Pour la Solidarité, 2009.

DILLMAN, Don A.; JR, Kenneth R. Tremblay. The quality of life in rural America. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Thousand Oaks, n. 429: p. 115-129, 1977.

DINABIO. Colloque Dinabio : Coletanea com 56 article. Innovations Agronomiques, n. 4, v. I-V, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/vEfku9>. Acesso em: 13 mar. 2011.

DRIAAF Ile-de-France. *Recensement agricole 2010. L'agriculture française en 2010, Premiers résultats du recensement agricole dans la région Ile-de-France*. Dossier de presse, sept. 2011.

DYMITROW, Mirek; BRAUER, René. Quality of life in rural areas: A topic for the Rural Development policy?. *Bulletin of Geography. Socio-economic Series*, Gothenburg, n. 25, p. 25-54, 2014.

ELGAR, E. In. REISCH, Lucia A.; ROPKE, Inge (Éditeurs). *The ecological economics of consumption*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2004

ERTHAL, Rui. A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade. *GEOgraphia*, v. 2, n. 4, p. 49-75, 2009.

FAO. *Glossário de agricultura orgânica. Food and agriculture Organization*. Roma, 2009. Disponível em: <http://www.fao.org/organicag/en/>. Acesso em: 4 maio 2010.

FARRELL, Gilda (Coord). *Le bien-être pour tous. Concepts et outils de la cohésion sociale : tendances de la cohésion* sociale, n. 20, Londres: Ed. Le Conseil de l'Europe, nov. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/Mh2AUZ>. Acesso em: 3 jan. 2011.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno *et al*. (Org.). *Do rural invisível ao rural que se reconhece*: dilemas socioambientais na agricultura familiar. Curitiba: Editora UFPR, 2012.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno *et al*. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

FERRI, M. Le Schéma directeur de la région Île-de-France (Sdrif) et la protection des espaces agricoles et des espaces naturels. *Pour*, v. 2, p. 63-71, 2010.

FERRISS, Abbott L. The quality of life concept in sociology. *The American Sociologist*, Switzerland, v. vol. 35, issue 3, p. 37-51, Sept. 2004.

FITCHEN, Janet M. *Endangered spaces, enduring places; change,* identity *and survival in rural America*. Boulder: Westview Press, 1991.

FLEURY, A. L'agriculture dans la planification de l'Ile-de-France: du vide urbain à la multifonctionnalité territoriale. *Cahiers de la multifonctionnalité*, v. 8, p. 33-46, 2005.

FLEURY, Philippe. *Agriculture biologique et* environnement : des enjeux convergents. Dijon: Éducagri éditions. 2011.

FNAB. Qu'est-ce que la bio? Enjeux et actualités de la question réglementaire en agriculture biologique. *Les défis de l'agriculture biologique. La réglementation*, sept. 2011a. 14 p. Disponível em: <https://goo.gl/Azwzu9>. Acesso em: 25 fev. 2012.

FNAB. *Circuits de proximité à dimension sociale en Agriculture Biologique : Recueil d'expériences innovantes*. 2011b. Disponível em: <https://goo.gl/WOx9zT>. Acesso em: 25 fev. 2012.

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. *Agricultura orgânica*: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil. Niterói : PESAGRO-RIO. 2009.

FRANÇA. *CE N° 834/2007 du Conseil de L'union Européenne, du 28 juin 2007*. Relatif à la production biologique et à l'étiquetage des produits biologiques, 2007.

FRANCE. *Plan de Developement de l'Agriculture Biologique en Ile-de-France 2009-2013*. Prefecture de la Region d'Ile-de-France (Driaaf), 2009. 53 p. Disponível em: <https://goo.gl/7JjZsj>. Acesso em: 4 mar. 2013.

GALLEGOS, RAMÍREZ. *Izquierda y « buen capitalismo »* : Un aporte crítico desde América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 237, p. 32-48, enero-feb. 2012.

GERVAIS, M.; JOLLIVET, M.; TAVERNIER. *La fin de la France paysanne: de 1914 à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil, 1976.

GIANASI, Lussandra Martins. Novas territorialidades no centro de Rondônia. Agricultura e as questões socioeconômico-ambientais (1970 a 2011). 2012. 234 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GIOVANNUCCI, Daniele. 2003. Emerging issues in the marketing and trade of organic products. In: *OECD. Organic Agriculture: Sustainability, Markets and Policies*. Éditeur OECD Publishing, 2003. p. 187-198.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

GOODE, D. A. Thinking about and discussing quality of life. In: SCHALOCK, R.L. *Quality of life*: Perspectives and Issues. Washington, DC: American Association on Mental Retardation,. 1990. p. 41-57.

GREEN, Gary P. Large-Scale Farming and the Quality of Life in Rural Communities: Further. *Rural Sociology*, Ames, v.50, n.2, p. 262-274, 1985.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. El buen vivir o la disolución de la idea del progreso. In: ROJAS, Mariano (Coor.). *La medición del progreso y del bienestar*: Propuestas desde América Latina. Mexico: Forum for scientific and technological consultation, 2011. p. 103-110.

GUET, Gabriel. *Mémento d'agriculture biologique*. 2ème édition. France: Edition Agridécisions, 2003.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Agroecología y desarrollo rural sustentable. XI CURSO INTENSIVO EN AGROECOLOGÍA: PRINCIPIOS Y TÉCNICAS APLICADAS A LA AGRICULTURA, 2002.

HALLAM, David. The organic market in OECD countries: past growth, current status and future potential. In *OECD. Organic Agriculture: Sustainability, Markets and Policies*. Éditeur OECD Publishing, 2003. p. 179-186.

HECHT, Susanna B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. *Agroecologia*: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*: o breve século XX. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFSTEDE, Geert. The cultural relativity of the quality of life concept. *The Academy of Management Review*, Arnhem, vol. 9, n. 3, p. 389-398, Jul. 1984.

HUBSCHER, Ronald. Réflexions sur l'identité paysanne au XIXe siècle : identité réelle ou supposée ? *Ruralia*, v. 1, 1997. Disponível em: <https://goo.gl/ElpMcF>. Acesso em: 10 jun. 2013.

IAURIF-DRIAF. *Atlas Rural et Agricole de l'Île-de-France*, 2004. 173 p.

IBGE. 2006. *Censo agropecuario sobre agricultura organica*. 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2011.

IBGE. *Censo demografico*. 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em:8 set. 2011.

IBGE. *IBGE Cidades*. 2010.Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 8 set. 2012.

INSEE. 2014. *Recensement de la population*. Populations légales en vigueur à compter du 1er janvier 2015. Arrondissements - cantons – communes. Disponível em: <https://goo.gl/5YYQwF>. Acesso em: 4 mar. 2015.

INSEE. Recensement de la population. Populations légales en vigueur à compter du 1er janv. 2016. Arrondissements - cantons – communes. Disponível em: < https://goo.gl/46gbiW>. Acesso em: 3 jun. 2016

IPD, Inteligência – IPD Orgânicos. Perfil do mercado orgânico brasileiro como processo de inclusão social. Curitiba, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/f8rF6i>. Acesso em: 20 jul. 2011.

JÉGOUZO Guenhaël. Quelles sont les atteintes du travail agricole à la santé ?. *Économie rurale*, v.146, n. 1, p. 37-44, nov.-déc. 1981.

JOLLY, Laurène. Rôle des circuits courts de proximité dans le maintien et la valorization d'une agriculture multifonctionnelle en Île-de-France. *Mémoire de Fin d'Etudes. Agrocampus Quest*, 2012.

KAUTSKY, Karl. *A questão Agrária*. Tradução de Otto Erich Walter Mass. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KNAUER, Sonia. GESTÃO DE ÁGUAS URBANAS. Prefeitura de Belo Horizonte. [s.d.]. Mimeo.

LACERDA, Alberto Franco; SANTOS, Clara. *Avaliação da expansão urbana no município de Belo Horizonte e Região Metropolitana utilizando imagens de satélite*. MundoGeo. 2007.

LAFAYE, Caroline Guibet. Bien-être et qualité de vie en santé : l'approche par les capabilités, Cinqui`eme Conf´erence Internationale sur l'Approche par les Capabilit´es, Sep 2005.

LAFLEUR, Ginette; ALLARD, Marie Alexia. Enquête sur la santé psychologique de producteurs agricole du Québec. *Rapport final présenté à la Coop Fédérée*, août. 2006. 89 p.

LAMARCHE, Hugues. (Org.). *A agricultura familiar: comparação internacional*: do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LAMINE, C., & Perrot, N. *Les AMAP: un nouveau pacte entre producteurs et consommateurs ?*. Yves Michel. 2008.

LAMINE, Claire; BELLON, Stephane. Conversion to organic farming : a mulidimensional research object at the crossroads of agricultural and social scences. *Agronomy for Sustainable Development*, v. 29, p. 97-112, 2009.

LAYRARGUES. Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? *Proposta*, v. 25, n. 71, p. 5-10, 1997.

LEBAILLY, Pierre. *Enquête AGRICAN : agriculture et Cancer, premiers résultats.* Etude / Rapport. Centre François Baclesse, 2011

LEBART, Ludovic. Qualite de l'information dans les enquetes. *QÜESTIIÓ*, v. 23, n. 2, p. 321-342, 1999. Disponível em: <https://goo.gl/oQU2nN> . Acesso em: 13 jan. 2013

LOBATO, Monteiro. Urupês. In: *Obras completas de Monteiro Lobato*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

LOURENZANI, Ana. SILVA, Andrea. Um estudo da competitividade dos diferentes canais de distribuição de hortaliças., *Revista Gestão e Produção*, São Carlos, v. 11. n. 3. p.385-398, set.-dez. 2004.

MARÉCHAL, G., & Spanu, A. Les circuits courts favorisent-ils l'adoption de pratiques agricoles plus respectueuses de l'environnement ? *Le Courrier de l'environnement de l'INRA*, v. 59, n. 59, p. 33-45, 2010.

MARTINS, José de Souza. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 31-36, 2001.

MASLOW, A. H. A theory of human motivation. *Psychological Review*, v. 50, p. 370-396, 1943.

MATHIEU, Nicole. La notion de rural et les rapports ville-campagne en France. Des années cinquante aux années quatre-vingts. *Économie rurale*, v. 197, n. 1, p. 35-41, 1990.

MENDONÇA, Reginaldo Teixeira; MARINHO, Jaqueline Luvisotto. Medicamentos e agrotóxicos: um estudo comparativo. *Estudos*, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 465-479, maio/jun. 2008.

MENDRAS, H. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MERCIER, Claude; SIMONA, Giovanni. Le néo-ruralisme : Nouvelles approches pour un phénomène nouveau. *Revue de géographie alpine*. v. 71, n. 3. p. 253-265, 1983.

MINAS GERAIS. *Plano Metropolitano da RMBH, Zoneamento Macroeconômico*. Oficinas Publicas Ciclo C, 2010. 25p. Disponível em: <https://goo.gl/Si9dvQ> Acesso em: 26 abr. 2014.

MINAS GERAIS. *RMBH a Região que Habitamos*. Governo do Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Politica Urbana, 2013.

MINVIELLE, Paul; CONSALES, Jean Noël; DALIGAUX, Jacques. Région PACA: le système AMAP, l'émergence d'un SYAL métropolitain. *Économie rurale*, v. 322, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/D5gIcH>. Acesso em: 28 fev. 2012

MONTIBELLER FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 131-142, 1993.

MOREL-THAREAU, Bertille; et al. Diagnostic et perspectives de développement de la filière fruits et légumes biologiques des Pays de la Loire. Programme ARPENT–Bio, INRA – Conseil Régional des Pays de la Loire; ESA / IAE / ENITIAA / CRA, 2003.

MORMONT, Marc; MOUGENOT, Catherine. Sociabilité rurale et action environnementale. In: SYLVESTRE, Jean-Pierre. *Agriculteurs, ruraux, citadins. Les mutations des campagnes françaises*, Dijon: Educagri éditions, 2002. p. 171-191.

MORMONT, Marc. Who is rural? or, how to be rural: towards a sociology of the rural. In: *Rural Restructuring. Global processes and their responses*, 1990. p. 21-44.

MSA. Enquête Agrican, agriculture et cancer. *Premiers résultats*, juin. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/BiVIHU>. Acesso em: 3 jul. 2012

MULTIGNER, L. (2005). Effets retardés des pesticides sur la santé humaine. *Environnement, risques & santé*, Rennes, v. 4, n. 3, p. 187-194, mai.-juin. 2005.

MUNDLER P. *et al*. The sustainability of small dairy farms in six regions of France. The roles of resources and local institutions, EAAE-IAAE *Seminar "Small farms: Decline or persistence"*, Canterbury: University of Kent, 2009.

NIZET, Jean; VAN DAM, Denise; DEJARDIN, Marcus. La dynamique des critiques chez les agriculteurs bios. *Esprit critique*, v. 12, n. 1, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/6xGrQP>. Acesso em: 13 jun. 2011.

NOORGARD, Richard B.; SIKOR, Thomas O. Metodologia e prática da agroecologia. In: ALTIERI, M. *Agroecologia*: bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 53-83.

NORONHA, Inês de Oliveira. O comportamento do consumidor das feiras de produtos orgânicos de Belo Horizonte, Minas Gerais. 2008. 107 f. Dissertação (Mestrado rm Marketing) – Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2008.

OBSERVATÓRIO das metrópoles. Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil: Identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias, 2004. Disponível em: <https://goo.gl/OuLDCJ>. Acesso em: 7 abr. 2013.

OCDE, Organisation de coopération et de développement économiques. *Indicateurs alternatifs du bien-être*. Réformes économiques, n. 2, p. 133-148, 2006

ORLANDI, E. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Unicamp, 1987.

PASSOS, I.C.F. A noção de discurso em Michel Foucault. *PET-Ciências Sociais*, Belo Horizonte: UFMG, 2012. Mimeo.

PBH. *Regulamento do Programa Feira da Agricultura organica*. Secretaria Municipal de Abastecimento de Belo Horizonte), 2001a. 6 p.

PBH. *Lista de estabelecimentos que ofertavam produtos orgânicos em Belo Horizonte*. Arquivos do Minas Orgânica, 2001b.

PBH. *Lista de locais que estão comercializando produtos orgânicos*. Secretaria de Abastecimento de Belo Horizonte (SMAB), Fax Smab n. 1, 2001c.

PBH. *A utilização do Índice de Qualidade de Vida Urbana-IQVU no Orçamento Participativo Regional*. Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento, 2009. 16p.

PBH. *Apresentaçao sobre a politica de abastecimento da cidade de Belo Horizonte e a Segurança Alimentar e Nutricional*. Prefeitura de Belo Horizonte. Secretaria Municipal Adjunta de Abastecimento (SMAB), 2010. Apresentaçao *Power Point*.

PBH. *Relatorio do programa Feira da Agricultura Organica de Belo Horizonte*. Secretaria de Abastecimento de Belo Horizonte (SMAB), 2012b. 12 p.

PBH. *Relatorio do programa Direto da Roça*. Secretaria de Abastecimento de Belo Horizonte (SMAB), 2012a. 12 p.

PEDERSEN, Bjarne. Organic agriculture: the consumers' perspective. In *OECD – Organic Agriculture: Sustainability, Markets and Policies*. Wallingford: Cabi Publishing, 2003. p. 245-256.

PELOQUIN, J.; ROBICHAUD-EKSTRAND, S.; PEPIN, Jacinthe. La perception de la qualité de vie de femmes souffrant d'hypertension pulmonaire primaire au stade III ou IV et recevant un traitement à la prostacycline. *Recherche en soins infirmiers*, Paris, n. 88, p. 51-63, mars 2007.

PIRAS, Mauro. Les fondements sociaux de l'agir normatif chez Durkheim et Weber: le rôle du sacré. *Archives de sciences sociales des religions*, Paris, n. 127, p. 139-166, juil.-sept. 2004.

PLAMBEL. Plano de desenvolvimento integrado econômico e social da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1975.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (PLAMBEL). *Esquema Metropolitano de Belo Horizonte*, 1985.

PROULX, Marc-Urban. *Le rôle des territoires dans la régulation de l'économie-monde.* Québec: Association des Aménagistes du Québec, 1997.

RAFFESTIN, Claude. Remarques sur les notions d'espace, de territoire et de territorialité. *Espaces et sociétés*, n. 41, p. 167-171, 1982.

RELPH, Edward C. As Bases Fenomenológicas da Geografia. *Geografia*, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.

REZENDE, João Batista; CASTRO, Alcione Ribeiro; STARLING, Mônica Barros. Os Problemas da comercialização de hortigranjeiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 8, n. 2/3, p. 43-56, maio/dez. 1993.

RODRIGUES, Ronan Silva; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. Agricultura Metropolitana e Sustentabilidade de Mário Campos–MG. In: XIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais*... Ouro Preto, 2002.

ROSA, João Guimarães. *Ficção completa*: Grande sertão: Veredas. Primeiras estórias. Tutaméia. Estas estórias. Ave, palavra. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. v. 2.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. *Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SALEILLES, Séverine. Les trajectoires des entrepreneurs néo-ruraux. Journal of social Mangement. *Revue Europèenne des Sciences Sociales et du management*, v. 8, n. 1, p. 137-160, nov. 2010.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido*: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2004.

SCHALOCK Robert L. La qualité de vie: conceptualisation, mesure et application. *Revue francophone de la Déficience Intellectuelle*. Trois-Rivièresv, v. 4, n. 2, p. 137-151, 1993

SCHALOCK, R.L.; KEITH, K. D., HOFFMAN,K. *Quality of life questionnaire: Standardization manual*. Hastings: Mid-Nebraska Individual Services. 1990.

SCHNEIDER, Serigo; CAZELLA, Ademir; MATTEI, Lauro F. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.. In: SCHNEIDER, Serigo; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo E. Moruzzi.

(Org.). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 21-50.

SENCÉBÉ, Yannick. Être ici, être d'ici. *Ethnologie française*, v. 34, n. 1, p. 23-29, 2004.

SILVA, J. M., Novato-Silva, E., Faria, H. P., & Pinheiro, T. M. Agrotóxico e trabalho: uma combinação perigosa para a saúde do trabalhador rural. *Ciência Saúde Coletiva*, v. 10, n. 4, p. 891-903, out.-dec. 2005.

SILVA, José Graziano da. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. *O agrário paulista*, v. 7, n. 3, p. 2-10, jul.-set. 1993.

SIMARD, M; DESJARDINS, B; GUIMONDE, L. L'insertion globale des jeunes néo-ruraux québécois en quête d'un nouveau mode de vie à la campagne. *Canadian Journal of Regional Science / Revue canadienne des sicences régionales*, v. 34, n. 4, p. 189-200, 2011.

SOUZA, Tomaz Osmar; BRANDENGURG, Alfio. Politicas publicas, trajetorias de desenvolvimento rural e reprodução social da agricultura familiar. In: FERREIRA, Angela *et al*.(Org.). *Do rural invisível ao rural que se reconhece*: dilemas socioambientais na agricultura familiar. Curitiba: Editora UFPR, 2012. p. 255-314.

SOUZA-SEIDL, Renata; BILLAUD, Jean-Paul (2015). O casamento entre os circuitos curtos e a agricultura de base ecologica como elemento-chave de sustentabilidade Agricola em metrópoles. In: BRANDENBURG, Alfio; BILLAUD, Jean-Paul; LAMINE, Claire. (Org.). *Redes de agroecologia*: experiências no Brasil e na França. Curitiba: Kairos Edições, 2015. p. 134-170.

SOUZA-SEIDL, Renata; BILLAUD, Jean-Paul. Pratiques alternatives d'agriculteurs familiaux biologiques. In: CARDONA, Aurélie *et al* (Coord)..*Dynamiques des agricultures biologiques* : effets de contexte et appropriations. Versailles: Editions Quae, 2014. p. 151-170.

STIGLITZ, Joseph E.; SEN, Amartya; FITOUSSI, Jean-Paul (Coord). *Rapport de la Commission sur la mesure des performances économiques et du progrès social.* 2009. Disponível em: <http:// www.stiglitz-sen-fitoussi.fr>. Acesso em: 17 dez. 2011.

SYLVANDER, Bertil; FRANÇOIS, Martine; MORIN, Jean-Marie. 2005. Les bases de l'agriculture biologique: définitions, réglementations, histoire et état des lieux. In: SYLVANDER, Bertil (Coord.). *Agriculture biologique en Martinique*. Disponível em: <https://goo.gl/CSHqzw>. Acesso em: 14 jun. 2010.

TÉTAZ, Jean-Marc. « Sens objectif » la fondation de l'interprétation du sens de l'agir social dans une théorie philosophique du sens. *Archives de sciences sociales des religions*, Paris, n. 127, p. 167-197, juil.-sept. 2004.

THOMSIN. Laurence. 2001. Un concept pour le décrire : l'espace rural rurbanisé. *Ruralia*, n. 9, jan 2005. Disponível em: <https://goo.gl/78gn1Y>. Acesso em: 3 jan. 2011

TONON, Graciela. La utilización de indicadores de calidad de vida para la decisión de políticas públicas. *Polis*, Santiago, volumen 9, nº 26, p. 361-370, 2010

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH. 2012. 236 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

TORRE, André *et al*. métropole agricole? Quelles productions agricoles pour quels modes d'occupation des sols. *Revue d'Économie Régionale & Urbaine*, n. 3, p. 561-593, 2013.

TORRE, André. L'agriculture de proximité face aux enjeux fonciers. Quelques réflexions à partir du cas francilien. *Espaces et sociétés*, n. 3, p. 31-48, 2014.

TUAN, Yi-Fu. Place: an experiential perspective. *Geographical Review*, v. 65, n. 2, p. 151-165, apr. 1975.

TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos; RODRIGUES, Elizabeth Felisberto. Conflitos e interação rural-urbana nos nichos agrícolas da agricultura metropolitana de Ibirité. In:. XIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2000, Belo Horizonte. *Anais*... Belo Horizonte: ABEP, 2000.

TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos.; COELHO, Paulo Enéas Ferreira. Formação de pólo de horticultura orgânica: a influência do trabalho familiar e assalariado e o meio ambiente. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2002, Ouro Preto. *Anais*... Belo Horizonte: ABEP, 2000.

UFMG. *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI – RMBH*. Produto 6 — Definição das Propostas de Politicas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritarios. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Relatório.

VAN DAM, D.; NIZET, J.; STREITH, M. Les émotions comme lien entre l'action collective et l'activité professionnelle: le cas de l'agriculture biologique. *Natures Sciences Sociétés*, v. 20, n. 3, p. 318-329, 2012.

VAN DAM, Denise *et al*. Les agriculteurs biologiques: ruptures et innovations. Paris: Educagri Editions, 2009.

VAN DAM, Denise. *Les agriculteurs bio, vocation ou intérêt ?* Namur: Presses universitaires de Namur. 2005

VANHULST, J.; BELING, A. E. Buen vivir: Emergent discourse within or beyond sustainable development? *Ecological Economics*, n. 101, p. 54-63, 2014.

VETTERLI, Walter *et al*. Organic farming and nature conservation. In: *OECD. Organic Agriculture: Sustainability, Markets and Policies*. Éditeur OECD Publishing, 2003. p. 65-76.

VILAS BOAS, Luiz Henrique de Barros; PIMENTA, Márcio Lopes. 2011. Relacionamento entre Produtores e Atacadistas de Hortaliças sob a Ótica de Economias Políticas: Um Estudo de Caso Empírico sobre Díades de Canal. *Revista Brasileira de Gestão e Engenharia*, São Gotardo, n. 4, p. 14-33, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/lkyejR>. Acesso em: 23 jun. 2011

WANDERLEY, Maria de Nazareth. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo. *Estudos sociedade e agricultura*, Rio de Janeiro, v. 15, out. 2000 p. 87-145.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Norma Giarracca (Org.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?*. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-44.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In TEDESCO, João Carlos. *Agricultura familiar realidades e perspectivas*. Passo Fundo: Editora UPF, 2001. p. 21-57.

WANDERLEY, Maria Nazaré. 2003. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura,* Rio de Janeiro, v. 21, out. 2003, p. 42-61. Disponível em: <https://goo.gl/Au2kNX>. Acesso em: 15 nov. 2012.

WHOQOL. *Versão em português dos Instrumentos de Avaliação de QV (WHOQOL) 1998*. Organização Mundial da Saúde – Divisão de Saúde Mental, Grupo WHOQOL – Projeto

OMS/UFRGS, Departamento de Psiquiatria, 1998. Disponível em: <https://goo.gl/LihQRw> Acesso em: 31 out. 2011.

WILKINSON, John. 2004. A Agricultura Familiar ante o Novo Padrão de Competitividade do Sistema Agro-alimentar na América Latina. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 1, n.21, p. 62-87.

ZHAN. Lin. Quality of life:conceptual and measurement issues. *Informing Practice and Policy Worldwide through Research and Scolarship*, Malden, v. 17, Issue 17, p. 795-800, jul. 1992. Disponível em: <https://goo.gl/7VuedK>. Acesso em: 16 jan. 2014.

ZYLBERSZTAJN, Décio. Economia das organizações. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava (Org.). *Economia e gestão dos negócios agroalimentares*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2005. p. 23-38.

ANEXO 1 – QUESTIONARIO DE QV APLICADO NA RMBH 2012

Este questionário se apresenta com o objetivo de melhor compreender as questões de Qualidade de Vida dos horticultores na RMBH. Este trabalho faz parte da pesquisa de doutorado desenvolvida no Laboratório Dynamiques sociales et recomposition des espaces (Ladyss), sob a orientação de Jean-Paul Billaud (CNRS – www.ladyss.com) e da orientadora Maria Aparecida dos Santos Tubaldini, do Instituto de Geociências da UFMG. Todas as informações foram tratadas em respeitos às regras de pesquisa e de proteção ao entrevistado.

Responsable: Renata Aparecida de Souza Seidl, Telephone: 07 81 96 15 54 e-mail: renata.desouza@u-paris10.fr

Declaração:

Declaramos que a identidade do entrevistado sera mantida em total sigilo.

N°

1 **Nome do entrevistado :**
....
Data:...................................

2 **Idade.............. / Sexo: (   ) masculino (   ) feminino**

3 **Você é casado(a):** sim (   ) não (   ). **N° de filhos**....................................

4 **Qual foi a sua última formaçãoo escolar?** ....

5 **Você tem conhecimentos complementários em:** *[pode marcar com X mais de uma resposta]*

- [ ] informática
- [ ] internet
- [ ] língua estrangeira
- [ ] outro. Especificar...

6 **Qual era a sua ocupação anterior à de agricultor?** ....

7 **Há quanto tempo você é agricultor?** *[marque com X apenas uma resposta]*

- [ ] mais de 20 anos.
- [ ] mais de 10 anos.
- [ ] mais de 05 anos.
- [ ] mais de 02 anos.
- [ ] menos de um ano.

8 **Endereço da área agrícola**

……
……
……
……
……

9 **A sua exploração agrícola esta:** [marque com X apenas uma resposta]

- [ ] em área urbana
- [ ] em área rural

10 **Sua família trabalha na unidade de produção? :** *[marque com X apenas uma resposta]*

- [ ] sim
- [ ] não

11 **Você faz:** *[pode marcar com X mais de uma resposta]*

- [ ] agricultura convencional
- [ ] agricultura orgânica
- [ ] outra (especificar)……

12 **Caso você seja agricultor <u>orgânico,</u> aponte os motivos de sua conversão para agricultura orgânica e há quanto tempo você faz esse tipo de agricultura:**

……
……
……
……
……

13 **Se você é agricultor orgânico, indique os principais pontos positivos e negativos ocorridos na sua vida e no seu trabalho, a partir dessa prática:**

Dans votre vie:

……
……

Dans votre travaille:

……
……

14 **Ha quanto tempo você é agricultor orgânico?**

- [ ] 20 anos.
- [ ] 10 anos.
- [ ] 05 anos.
- [ ] 02 anos.
- [ ] menos de um ano.

15 **Você é agricultor orgânico certificado?**

- [ ] sim. Indique a certificaçao:……
- [ ] não.

16 **Indique o tipo de organização que você esta associado em função do seu trabalho de agricultor:** *(pode marcar com X mais de uma resposta)*

- [ ] associaçao de agricultores
- [ ] associação de consumidores
- [ ] cooperativa
- [ ] sindicato agrícola

- [ ] organização não governamental (ONG)
- [ ] outro. Especificar…….……..
- [ ] não está associado

17 Sua participação na organização social é como? *[pode marcar com X mais de uma resposta]*

- [ ] membro
- [ ] dirigente
- [ ] outro. Especificar…….……..

18 Quais foram os motivos para você se vincular à uma organização?

…….……..…
…….…….……..…
…….……..…
…….……..…
……...……

19 Você mantêm contato regular com: *[pode marcar com X mais de uma resposta]*

- [ ] agricultores orgânicoss
- [ ] agricultores agroecológicos
- [ ] agricultores convencionais
- [ ] assistência técnica governamental
- [ ] assistência técnica empresarial
- [ ] pesquisadores / universidades
- [ ] associação / ONG
- [ ] consumidores finais
- [ ] outro. Especificar…….……..

20 Você faz parte de algum programa de governo de apoio à agricultura?
[marque com um X apenas uma resposta]

- [ ] Sim. Qual……
- [ ] Não

21 Indique o tipo de propriedade e a área de sua produçao agricola: *[Marque com um X e indique o tamanho da área]*

- [ ] Proprietário. **Indique a área (ha)**……...
- [ ] Locatário. **Indique a área (ha)**……
- [ ] Associativa. **Indique a área (ha)**……
- [ ] Meeiro. **Indique a área (ha)**……
- [ ] Ocupante. **Indique a área (ha)**…….……

22 Se você é agricultor orgânico indique a condiçao de posse do terreno em que é desenvolvida a agricultura organica *[pode marcar com X mais de uma resposta]*

- [ ] em terreno próprio. **Indique a área (ha)**……
- [ ] em terreno locado. **Indique a área (ha)**……
- [ ] em terreno associativo / coletivo. **Indique a área (ha)**…….……
- [ ] em terreno sob condição de meeiro. **Indique a área (ha)**……
- [ ] em terreno ocupado. **Indique a área (ha)……**…….……

☐ Outra (especificar)……..…

23 **Qual a quantidade de mão de obra que trabalha com você atualmente?** *[indique a quantidade de pessoas]*

☐ mão de obra familiar. Quantidade…….

☐ mão de obra permanente. Quantidade…….

☐ mão de obra temporária. Quantidade…….

☐ Nenhuma.

24 **O que você usa no processo de cultivo?** [pode marcar com X mais de uma resposta]

☐ somente equipamentos manuais / artesanais

☐ máquinas motoras

☐ tratores

25 **Quantos tipos de culturas você produz atualmente?** *[marque com um X apenas uma resposta]*

☐ mais que 20 variedades

☐ entre 10 e 15 variedades

☐ entre 05 e 10 variedades

☐ menos que 05 variedades

26 **Poderia citar as 3 principais culturas:**

……..……..…
……..……..…
……..……..…
……..……..…
……...……

Houve perdas de produção significativa nos ultimos 12 meses?

☐ sim

☐ não

27 **Se sim especificar como foi:**

……..……..…
……..……..…
……..……..…
……..……..…
……...……

28 **Qual foi a sua útlima colheita?**

☐ dentro da média

☐ abaixo da média

☐ acima da média

29 **Dentre os itens abaixo, indique aqueles que você faz troca solidária entre agricultores:** *[pode marcar com X mais de uma resposta]*

☐ adubos e fertilizantes orgânicos

☐ produtos orgânicos para controle de doenças e de insetos

☐ adubos químicos

☐ produtos químicos para controle de doenças e de insetos

☐ de sementes

- [ ] de produção para aumentar a oferta na comercialização
- [ ] de saberes e de experiências
- [ ] nenhum.

30 **Quais são as suas fontes de informação profissional ?** *[pode marcar com X mais de uma resposta]*

- [ ] Revista, livro ou jornal. Citar nomes…….
- [ ] programas de rádio e/ou TV. Citar nomes……
- [ ] internet. Citar nomes……
- [ ] eventos como feira, seminários, congressos, conferências. Citar nomes……
- [ ] outros agricultores, cooperativas, associação, etc. Citar nomes……
- [ ] assistance technique. Préciser……..……..
- [ ] outros……..

31 **Qual é a base de conhecimento predominante no desenvolvimento do seu trabalho? Indique a proporção:**

- [ ] técnicas modernas, baseadas no saber científico (formação)
- [ ] técnicas baseadas no saber familiar ou local (transmissão)

32 **Quem presta assistência técnica para você ?** *[marque (1) se é assistência gratuita; (2) se ela é paga ou, (X) se sua resposta for a ultima opção]*

- [ ] cooperativa (nome)…….
- [ ] associação (nome)…….
- [ ] Governo (nome)…….
- [ ] empresa privada (nome)…….
- [ ] universidade (nome)…….
- [ ] ONG (nome)…….
- [ ] outros. citar……..
- [ ] não possui acesso à assistência técnica.

33 **Nos últimos 12 meses, quantas vezes você demandou assistência técnica ?** *[marque com um X apenas uma resposta]*

- [ ] mais que quatro vezes
- [ ] menos que três vezes
- [ ] menos que duas vezes
- [ ] nenhuma

34 **Indique quantos dias e horas você trabalhou na última semana (de segunda-feira a domingo = de 0 a 7 dias):** *[indique a quantidade de dias e a quantidade de horas médias trabalhadas por dia].*

- [ ] dias.
- [ ] horas trabalhadas por dia (em média).

Você faz troca solidária de produtos entre os agricultores para ampliar a diversidade ou complementar sua oferta de alimentos? *[marque com um X apenas uma resposta]*

- [ ] sim
- [ ] não

35 **Indique a quantidade de dias e de horas que você dedicou para comercialização na ultima semana:** *[marque com um X apenas uma resposta]*

- [ ] quantidade de dias
- [ ] quantidade de horas médias por dia

36 **Indique o tipo de comercialização realizado por você atualmente, e eventualmente, sua importância:** *[marque (1) se ela é mais importante e (2) se ela é menos importante].*

- [ ] somente venda direta ao consumidor
- [ ] somente venda indireta (para supermercados, sacolão ou atravessador)
- [ ] realiza venda direta e indireta

37 **Indique os canais de comercialização que você possui atualmente e o seu número / frequência.** *[pode marcar com X mais de uma opção]*

- [ ] feira. - Número de pontos de feiras…….vezes por semana que vende em feiras ……
- [ ] associação. - Número de associações…….vezes por semana que vende em associações ……
- [ ] supermercado - Número de supermercados…….……vezes por semana que vende para supermercado ……
- [ ] loja especializada / sacolão - Número de lojas…….vezes por semana que vende para lojas ……
- [ ] atravessador - Número de atravessadores…….…vezes por semana que vende para atravessadores ……cidade de origem dos atravessadores……..
- [ ] entrega à domicílio - Número de domicílios…….vezes por semana que vende para domicílios …….
- [ ] instituições publicas (escolas , hospitais, abrigos, etc). Número de domicílios…….vezes por semana que vende para domicílios …….

38 **Quais são as condições de transporte de suas mercadorias para comercialização?** *[pode marcar com um X mais de uma resposta]*

- [ ] possui veículo próprio
- [ ] aluga veículo
- [ ] contrata serviço de transporte
- [ ] usa transporte associativo ou solidário
- [ ] o transporte é realizado pelo poder público
- [ ] atualmente, possui dificuldades de transportar a mercadoria.

39 **Você comercializa?** *[marque com um X apenas uma resposta]*

- [ ] na sua área de produção
- [ ] no seu município
- [ ] Belo Horizonte
- [ ] municípios da Regiao Metropolitana de Belo Horizonte
- [ ] municípios em Minas Gerais
- [ ] municípios de outros estados
- [ ] fora do país

40 **Se você comercializa no seu município, a venda é predominantemente:**

- [ ] direta ao consumidor
- [ ] direta para instituições públicas (escolas, hospitais, abrigos, etc.)
- [ ] indireta - para supermercados, lojas e atravessador

41 **Atualmente, quais são as suas condições de venda?**
[marque um X se é (1) supermercado; (2) sacolão ou loja especializada; (3) venda direta ao consumidor]

- [ ] sob regime de consignaçao. **Indique se é:** (1) (2) (3)
- [ ] com contrato. **Indique se é:** (1) (2) (3)
- [ ] sem contrato. **Indique se é:** (1) (2) (3)

42 Em relaçao à venda direta, você: *[marque com um X apenas uma resposta]*

- [ ] vende 100% da produção para uma clientela regular
- [ ] vende a maior parte da produção para uma clientela regular
- [ ] vende metade da produção para uma clientela regular
- [ ] vende menos da metade da produção para uma clientela regular
- [ ] possui pouca ou nenhuma clientela regular

43 Como você percebe ou classifica a atual condição de venda de seus produtos:
[marque com um X apenas uma resposta]

- [ ] preço insatisfatório (você vende à um preço proximo ao de custo da produção)
- [ ] preço satisfatório (você consegue lucrar)
- [ ] volume de venda instável (há semanas que você vende bem, mas há semanas que você vende pouco)
- [ ] volume de venda estável (você vende a maior parte dos produtos de forma regular)
- [ ] Outros. Comentar…….……

44 A renda da atividade agrícola é a sua renda principal? *[marque com um X apenas uma resposta]*

- [ ] Sim
- [ ] Nao

45 Qual é a sua renda mensal? *[marque com um X apenas uma resposta]*

- [ ] menos que 1 salário minimo (até R$622,00)
- [ ] entre 1 e 2 salários minimos (até R$ 1240,00)
- [ ] entre 2 e 3 salários minimos (até R$ 1860,00)
- [ ] mais que 3 salários minimos (acima de R$ 1900,00)

46 Indique os recursos financeiros que você teve acesso nos últimos 12 meses:
[pode marcar com X mais de uma resposta]

- [ ] recursos próprios de venda
- [ ] recursos da associação
- [ ] recursos de organização nao governamental
- [ ] recursos de programa público (sem necessidade de reembolsar o governo)
- [ ] recursos públicos do crédito agrícola (com necessidade de reembolsar o governo)
- [ ] empréstimo bancário
- [ ] outros. Indicar…….…….……..

47 Enumere as principais barreiras para você conseguir um financiamento / empréstimo para sua atividade agrícola: *[pode marcar com X mais de uma resposta]*

- [ ] não ter casa própria e quitada
- [ ] não ter renda suficiente
- [ ] não ser proprietário da área de produção
- [ ] não ter um determinado nível de produção

- [ ] não ter bens como garantia
- [ ] não saber como entrar com um processo de pedido de financiamento sozinho
- [ ] muita burocracia da instituição financiadora
- [ ] valor alto das taxas de financiamento
- [ ] possui divida pendente
- [ ] você nunca enfrentou barreiras para conseguir empréstimos
- [ ] você nunca precisou de empréstimos
- [ ] outro. Especifique…….

48 Indique os tipos de mudanças ocorridas nos ultimos 10 anos em relação à produção: *[indique os números seguintes (0) nao houve modificaçoes significantes; (+) aumentou e (-) diminuiu]*

- [ ] área da exploraão agrícola
- [ ] renda
- [ ] diversidade de culturas
- [ ] utilização de produtos químicos
- [ ] utiização de produtos orgânicos
- [ ] utilização de máquinas e instrumentos agrícolas
- [ ] impactos de parasitas e de doenças sobre os cultivos
- [ ] fertilidade do solo
- [ ] tempo de trabalho
- [ ] utilização de instrumentos manuais
- [ ] utilização de equipamentos de segurança individual (EPI)
- [ ] utilização de assistência técnica
- [ ] ajuda governamental

49 Quais tipos de problemas ambientais você percebe em torno da sua área de exploração?

- [ ] contaminação da água (cor, presença de algas, odor, etc.)
- [ ] poluição e contaminação de ar (fumaça, cheiro ruim, etc.)
- [ ] acumulação de lixo
- [ ] desmatamento
- [ ] Degradação do solo (erosão)
- [ ] falta de água

50 Do seu ponto de vista, em que medida o meio ambiente degradado pode prejudicar sua produção / trabalho?

……..……..…
……..……..…
……..……..…
……..……..…
……...……

51 Na sua opnião, como a agricultura pode prejudicar o meio ambiente?

……
……
……
……
……

52 Você possui seguro: *[pode marcar com X mais de uma resposta]*

- [ ] de vida
- [ ] de acidente de trabalho
- [ ] da propriedade agrícola
- [ ] da produção
- [ ] de equipamentos
- [ ] de veículo de transporte
- [ ] outro. Indicar…….
- [ ] não possui nenhum tipo de seguro

53 Existe algum seguro que você não possui mas que você gostaria de possuir? Qual e por quê?

……
……
……
……
……

54 Você possui casa própria? *[marque com um X apenas uma resposta]*

- [ ] sim, minha casa está quitada.
- [ ] não, pago prestação da compra da casa
- [ ] não, moro de aluguel
- [ ] outro. Especifique…….

55 Indique os serviços públicos disponíveis à vossa habitação: *[pode marcar com X mais de uma resposta]*

- [ ] rede de energia elétrica
- [ ] abastecimento de água potavel
- [ ] rede de esgoto / saneamento básico
- [ ] limpeza de espaço público / coleta de lixo
- [ ] rede telefônica
- [ ] rede de internet
- [ ] iluminaçao pública
- [ ] transporte público
- [ ] rua pavimentada
- [ ] outro. Indicar…….

56 Indique se você tem acesso aos seguintes serviços de saúde:
[marque (1) se for serviço público e (2) se for serviço privado]

- [ ] clínica geral
- [ ] médico especialista
- [ ] dentista /oftomologista

- [ ] hospital
- [ ] farmácia

57 Se você ja teve algum acidente no trabalho agrícola, indique qual foi o mais longo tempo de afastamento do trabalho: *[marque com um X apenas uma resposta]*

- [ ] 3 dias
- [ ] uma semana
- [ ] duas semanas
- [ ] mais que duas semanas

58 Quais são os riscos que podem ocorre com o seu trabalho. Indique como esses riscos têm evoluido com: (-) se diminui e (+) se aumentou *[pode marcar com um X mais de uma resposta]*

- [ ] acidentes / traumas físicos
- [ ] cortes / feridas
- [ ] queimaduras
- [ ] inalação de produtos químicos
- [ ] contato com produtos químicos

59 Sob seu ponto de vista, quais sao os problemas que o agrotóxico pode causar à sua saude e ao meio ambiente? *[pode marcar com um X mais de uma resposta]*

- [ ] problemas de pele
- [ ] dor de cabeça
- [ ] problemas respiratórios
- [ ] problemas de nervo ou do sistema nervoso central
- [ ] matar pássaros
- [ ] matar peixes em curso d'agua
- [ ] matar abelhas
- [ ] matar plantas úteis
- [ ] agrotóxicos não causam problemas nem à saude e nem ao meio ambiente
- [ ] não sei

60 Você ja se intoxicou em função do trabalho agrícola? Se sim, indique se você estava trabalhando com agricultura organica ou convencional.

……..……..…
……..……..…
……..……..…
……..……..…
……...……

61 Você ja participou de formações sobre a saúde e segurança do trabalho, bem como, utilização adequada de produtos químicos?

- [ ] Sim
- [ ] não

62 Regularmente quais são as refeições que você realiza junto com a sua família (esposa ou filhos) ? *[pode marcar com X mais de uma resposta]*

- [ ] café da manha
- [ ] almoço
- [ ] jantar
- [ ] almoço de domingo

- [ ] não come com a família regularmente

63 Indique os alimentos orgânicos que você consome regularmente:
[pode marcar com X mais de uma resposta]

- [ ] legumes
- [ ] frutas
- [ ] cereais e graos
- [ ] carnes
- [ ] derivados do leite
- [ ] Ovos
- [ ] Outros. Especifique…….
- [ ] não consome alimentos orgânicos regularmente.

64 Na última semana, quantas horas você dormiu por noite?
[marque com um X apenas uma resposta]

- [ ] menos do que 6 horas
- [ ] entre 6 e 8 horas
- [ ] mais do que 8 horas

65 No último ano você teve quantos dias/semanas de férias? *[marque com um X apenas uma resposta]*

- [ ] Nenhum
- [ ] 1 semana
- [ ] 2 a 4 semanas
- [ ] mais que 4 semanas

66 Em qual frequência você ler jornal, livros ou revistas? *[marque com um X apenas uma resposta]*

- [ ] todo dia
- [ ] alguns dias por semana
- [ ] Quase nunca

67 Em qual frequência você assiste televisão? *[marque com um X apenas uma resposta]*

- [ ] todo dia
- [ ] alguns dias por semana
- [ ] Quase nunca

68 Indique os assuntos que te interessam em jornais, revistas, livros, internet e tv? *[pode marcar com X mais de uma opção]*

- [ ] meio ambiente / agricultura
- [ ] politica
- [ ] esporte
- [ ] viagem / laser
- [ ] compras
- [ ] música / cinema / cultura
- [ ] fatos diversos
- [ ] novelas e reallity show
- [ ] religião

☐ outro. Indicar…….

69 Indique os sentimentos e sensações que você teve durante as últimas semanas:
[*marque de acordo com a intensidade - (1) nunca (2) algumas vezes (3) quase sempre]*.

☐ sensação de satisfação. **Indique a frequência com um X sobre:** (1) (2) (3)

☐ sensação de prazer. **Indique a frequência com um X sobre:** (1) (2) (3)

☐ sensação de cansaço físico. **Indique a frequência com um X sobre:** (1) (2) (3)

☐ sensaçao de stress. **Indique a frequência com um X sobre:** (1) (2) (3)

☐ sentimentos de insegurança e medo em função de problemas financeiros. **Indique a frequência com um X sobre:** (1) (2) (3)

☐ tenso e nervoso. **Indique a frequência com um X sobre:** (1) (2) (3)

☐ sensação de prazer quando pensa nas coisas que podem acontecer no futuro. **Indique a frequência com um X sobre:** (1) (2) (3)

☐ sensação de tristeza. **Indique a frequência com um X sobre:** (1) (2) (3)

70 Sobre uma escala de 1 a 10 como você qualifica sua satisfação profissional? *[1 = pouco satisfeito e 10 = muito safisfeito]*

……..……..…
……..……..…
……..……..…
……..……..…
……...……

71 Do que você é satisfeito? Por quê?

……..……..…
……..……..…
……..……..…
……..……..…
……...……

72 Do que você não é satisfeito? Por quê ?

……..……..…
……..……..…
……..……..…
……..……..…
……...……

73 Em algumas palavras o que significa qualidade de vida para você?

……..……..…
……..……..…
……..……..…
……..……..…
……...……

ANEXO 2 – QUESTIONARIO DE QV APLICADO NA IDF 2014

QUESTIONNAIRE IDF

Ce questionnaire a comme objectif de mieux comprendre les enjeux de qualité de vie des maraîchers en Ile-de-France. Ce travail fait partie des recherches de doctorat au sein du Laboratoire « Dynamiques sociales et recomposition des espaces » (Ladyss) sous la direction de Jean-Paul Billaud, directeur de recherche au CNRS (www.ladyss.com) et la directrice Maria Tubaldini, du Laboratoire IGC de L'université Fédérale de Minas Gerasi au Brésil. Tous les informations seront traitées anonymement.

Responsable: Renata Aparecida de Souza Seidl, Telephone: 07 81 96 15 54, e-mail: renata.desouza@u-paris10.fr

1. Votre exploitation agricole se situe plutôt

- ○ Dans le périmètre urbain.
- ○ Dans une zone rurale.

2. Avez-vous déjà habité à la campagne :

- ○ Depuis toujours.
- ○ Pendant votre enfance.
- ○ Jamais.
- ○ Depuis mon travail comme maraicher.
- ○ Outro: _____

3. Dans quels secteurs d'activité avez-vous travaillé avant de devenir agriculteur ?

- ○ J'ai toujours été agriculteur.
- ○ Je travaillais dans le secteur industriel.
- ○ Je travaillais dans le commerce.
- ○ Je travaillais dans la recherche scientifique.
- ○ Je travaillais dans la construction civile.
- ○ Outro: _____

4. Quel statut aviez-vous ?

- ☐ Travailleur indépendant.
- ☐ Fonctionnaire.
- ☐ Salarié du secteur public.
- ☐ Salarié du secteur privé.
- ☐ Outro: _____

5. Pourquoi êtes-vous devenu l'agriculteur?

- ☐ Par plaisir et conviction.
- ☐ Par influence de mes parents qui étaient des agriculteurs.
- ☐ Par difficulté de trouver autre type de travail.
- ☐ Outro: _____

6. Tranche d'âge:

- ○ Moins de 40 ans.
- ○ De 40 à 49 ans.
- ○ De 50 à 59 ans.
- ○ 60 ans ou plus.

7. Sexe:

- ○ Masculin.
- ○ Féminin.

8. Statut marital:

- ○ Marié.
- ○ Concubin.
- ○ Célibataire.

9. Nbre d'enfants:
_____
10. Quel a été votre dernier diplôme scolaire / universitaire ?
_____
11. Nombre d'années d'études (hormis cycle primaire):
_____
12. Vous avez des connaissances complémentaire en :

- ☐ Informatique.
- ☐ Langues étrangères.
- ☐ Outro: _____

13. Indiquez le type de possession de votre exploitation et sa superficie:

	entre 0 et 5 ha	entre 6 et 10 ha	entre 11 et 20 ha	entre 21 et 50 ha	entre 51 et 100 ha	plus que 100 ha
Propriétaire.						
Locataire.						
Associé.						
Occupant à titre gratuit.						

14. Indiquez le nombre de MEMBRES de la FAMILLE qui travaillent avec vous actuellement et leur lien de parenté:

	0	1	2	3	4	5 en plus.
L'époux / épouse.						
Fils / fille.						
Père / mère.						
Oncle / tante.						
Cousin / cousine.						

15. Indiquer le nombre d'OUVRIERS AGRICOLES qui travaillent avec vous actuellement: préciser la quantité par type d'employés.
Preciser la quantité par type d'employés

	0	1	2 à 5	6 à 10	11 à 20	21 en plus
D'employés permanents d'origine locale.						
D'employés permanents d'origine régionale.						
D'employés permanents d'origine étrangère.						
D'employés temporaires d'origine locale.						
D'employés temporaires d'origine régionale.						
D'employés temporaires d'origine étrangère.						

16. Au cas où vous avez des employés d'origine étrangère, indiquez SVP leur pays :

17. Quel type de mécanisation utilisez-vous ?

- ☐ Des machines motrices.
- ☐ Des tracteurs.
- ☐ Des équipements manuels/artisanaux.

18. Combien de types de cultures avez-vous actuellement ?

- ○ moins de 05 types de culture.
- ○ entre 05 et 10 types de culture.
- ○ entre 10 et 15 types de culture.
- ○ plus de 20 types de culture.

19. Pourriez-vous citer les 3 principaux ?

20. Avez-vous eu des pertes importantes de production ces derniers 12 mois ?

- ○ Oui.
- ○ Non.

21. Si oui, précisez la cause:

22. Indiquez le nombre de jours et le nombre approximatif d'heures par journée où vous avez travaillé pendant la semaine passée.
Ex. : 6 jours / 6 H en moyenne.

23. Indiquez la quantité de jours et le nombre total d'heures que vous avez consacrés à la commercialisation pendant la semaine passée.
Ex. : 3 jours / 18 H.

24. Indiquez les conditions de transport de vos produits pour la commercialisation ?

- ☐ Propre voiture.
- ☐ Voiture de location.
- ☐ Service de transport.
- ☐ Transport associatif ou solidaire.
- ☐ Vous avez des difficultés de transport.
- ☐ Outro: _____

25. Où commercialisez-vous vos produits?

- ☐ Sur l'exploitation.
- ☐ Dans la zone urbaine de votre ville.
- ☐ Dans le département.
- ☐ A Paris.
- ☐ Dans la région d'Ile-de-France.
- ☐ En France.
- ☐ En dehors de la France.

26. Si vous commercialisez sur l'exploitation, indiquez le profil des acheteurs:

- ☐ des touristes.
- ☐ des habitants de la commune.
- ☐ des intermédiaires.
- ☐ des grossistes.
- ☐ le maire/gouvernement.
- ☐ Outro: _____

27. Indiquez les conditions prédominantes de vente de vos produits par type d'acheteur. (Restauration collective gouvernementale = l'enseignement; la santé et le social).

	AVEC contrat.	SANS contrat.
Vente directe au consommateur.	○	○
Restauration collective gouvernementale.	○	○
Restauration collective d'entreprise.	○	○
Supermarché.	○	○

	AVEC contrat.	SANS contrat.
Magasins spécialisés.	○	○

28. Comment décririez-vous les conditions actuelles de la vente de vos produits?

- ☐ Prix insatisfaisant (vous vendez au prix proches du coût de revient) .
- ☐ Prix satisfaisant (vous faites des bénéfices).
- ☐ Volume de vente instable (il y a des semaines où vous vendez bien MAIS il y a des semaines où vous vendez peu).
- ☐ Volume de vente stable (vous vendez la plupart des produits de façon régulière).
- ☐ Outro: _____

29. Indiquez le type d'organisme professionnel auquel vous êtes associé:

- ☐ Association de consommateurs - AMAP.
- ☐ Association de consommateurs – autre qu'AMAP.
- ☐ Coopérative.
- ☐ Syndicat agricole.
- ☐ ONG.
- ☐ Aucune.
- ☐ Outro: _____

30. Faites-vous partie d'un groupement des producteurs? Si oui, lequel?

31. Dans votre cas, y a-t-il des échanges solidaires entre des agriculteurs :

- ☐ D'engrais.
- ☐ De produits pour le contrôle des maladies et des parasites.
- ☐ Des semences.
- ☐ Des produits cultivés pour élargir la diversité ou compléter l'offre pour la commercialisation.
- ☐ De savoir-faire et d'expériences locales.
- ☐ Dans la production : pour remédier à l'absence de main-d'œuvre (un agriculteur aide l'autre à l'intérieur de l'exploitation ou dans le processus de commercialisation).
- ☐ Aucun.
- ☐ Outro: _____

32. Avez-vous déjà bénéficié d'un programme d'aide à l'agriculture, des allégements ou des dégrèvements spécifiques des taxes ? Si oui, lesquels:
Si oui, lesquels:

33. Indiquer les ressources de financement auxquels vous avez eu accès pendant les 12 derniers mois :

- ☐ La vente des produits.
- ☐ Ressources de la famille.
- ☐ Ressources d'association.
- ☐ Ressources d'organisation non gouvernementale.
- ☐ Prêt(s).
- ☐ Subventions.
- ☐ Prêt(s) du gouvernement.
- ☐ Outro: _____

34. Enumérer les principales barrières pour obtenir des financements pour votre exploitation:

- ☐ Ne pas avoir un revenu suffisant.
- ☐ Ne pas être propriétaire de l'exploitation.
- ☐ Ne pas avoir un certain niveau de production .
- ☐ Ne pas avoir de biens comme garantie.
- ☐ Manque de connaissance des démarches à suivre pour obtenir un pret.
- ☐ Trop de bureaucratie de l'institution financière.
- ☐ Taux de crédit élevés.
- ☐ Vous n'avez pas eu de barrières pour obtenir un financement.
- ☐ Vous n'avez jamais eu besoin des prêts.
- ☐ Outro: _____

35. Indiquer l'institution / l'organisation qui vous assiste techniquement.
Précisez si c'est gratuit ou payant. Si vous n'avez pas accès à cette assistance, marquez la dernière ligne et la dernière colonne.

	Gratuite	Payant	Pas d'accès
Coopérative.	○	○	○
L'association.	○	○	○
L'institution du gouvernement.	○	○	○
L'entreprise.	○	○	○
L'université.	○	○	○
L'ONG.	○	○	○

	Gratuite	Payant	Pas d'accès
Autres.	○	○	○
Il n'y a pas d'accès.	○	○	○

36. Pendant les 12 derniers mois, combien de fois avez-vous fait appel à l'assistance technique ?

- ○ jamais.
- ○ 1 à 2 fois.
- ○ 3 à 4 fois.
- ○ plus de 5 fois.

39. Quel est le type de connaissances prédominantes pour le développement de votre travail. Indiquez la proportion (%) approximative.

	0%	25%	50%	75%	100%
Techniques modernes, basées sur le savoir scientifique (formation).	○	○	○	○	○
Techniques basées sur le savoir-faire familiale ou locale.	○	○	○	○	○

38. Possédez-vous les assurances suivantes :

- ○ ☐ De vie.
- ○ ☐ Accident professionnel.
- ○ ☐ De l'exploitation.
- ○ ☐ De la production.
- ○ ☐ Des équipements.
- ○ ☐ Des véhicules de transport.
- ○ ☐ Aucune assurance.
- ○ ☐ Outro: _____

39. Quel est environ votre revenu mensuel agricole ?

- ○ Moins que 1 SMIC.
- ○ Entre 1 et 2 SMIC.
- ○ Entre 2 et 3 SMIC.
- ○ Plus de 3 SMIC.

40. Quelle partie de vos revenus vous tirez de l'agriculture?

- ○ Moins de 25%.

- ○ 25 - 50%.
- ○ 50 - 75%.
- ○ 75 - 90%.
- ○ 90 - 100%.

41. Quels types de problèmes environnementaux pouvez-vous observer aux alentours de votre exploitation ?

- ☐ contamination de l'eau (couleur, algues etc.).
- ☐ pollution et contamination de l'air (fumées, mauvaises odeurs etc.).
- ☐ accumulation des déchets.
- ☐ déboisement.
- ☐ dégradation des sols.
- ☐ manque d'eau.
- ☐ rien.
- ☐ Outro: _____

42. A quels services publics avez-vous accès aux alentours de votre logement ?

- ☐ Réseaux d'énergie électrique.
- ☐ Approvisionnement en eau potable.
- ☐ Réseaux d'égout / assainissement collectif.
- ☐ Collecte des déchets.
- ☐ Réseau téléphonique.
- ☐ Réseaux internet.
- ☐ Éclairage public.
- ☐ Transport public.
- ☐ Accès par rue pavée / bitumé.
- ☐ Outro: _____

43. Comme évaluez-vous l'environnement social autour de votre exploitation ?

- ☐ Je m'identifie avec des habitants de la commune.
- ☐ Je ne m'identifie pas avec des habitants de la commune.
- ☐ La commune est essentiellement agricole.
- ☐ La commune se compose surtout des résidences secondaires.
- ☐ J'entretiens de bonnes relations sociales avec mon voisinage.
- ☐ J'entretiens de mauvaises relations sociales avec mon voisinage.
- ☐ J'entretiens des relations sociales nulles ou indifférentes avec mon voisinage.

- ☐ En ce moment, je suis en conflit (de valeurs, usage du sol, bruit excessif, etc.) avec mon voisinage.

44. Indiquez les services de santé auxquels vous avez accès et s'ils sont "public" ou "privé".

	public	privé
Médecin généraliste.	○	○
Médecin spécialiste.	○	○
Dentiste / ophtalmologiste.	○	○
L'hôpital.	○	○
La pharmacie.	○	○

45. Dans une échelle de 1 à 10, avec quelle fréquence êtes-vous allé chez un médecin ces 12 derniers mois ?
(1 = peu et 10 = beaucoup).

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
peu	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	beaucoup

46. Indiquez les deux principales spécialités que vous avez consultées les 12 derniers mois. Si vous n'êtes pas allé chez un médecin dans la période, indiquez : "nulle".
Si vous n'êtes pas allé chez un médecin dans la période, indiquez "nulle".

47. Quels risques de santé peut-on rencontrer dans votre travail?

- ☐ Chutes.
- ☐ Coupures / blessures.
- ☐ Brûlures.
- ☐ Inhalation de produits chimiques.
- ☐ Contact avec des produits chimiques.
- ☐ Outro:

48. Si vous avez déjà eu un accident de travail agricole, indiquez votre temps d'arrêt maladie le plus long :

- ○ Jusqu'à trois jours.
- ○ Une semaine .
- ○ Deux semaines.
- ○ Plus de deux semaines.

49. A votre avis, quels sont les problèmes que les pesticides peuvent causer à votre santé et à l'environnement ?

- ☐ Problèmes de peau.
- ☐ Maux de tête.
- ☐ Problèmes respiratoires.
- ☐ Problèmes graves de foie ou du système nerveux central.
- ☐ Tuer les oiseaux.
- ☐ Tuer les poissons dans les cours d'eau.
- ☐ Tuer les abeilles.
- ☐ Tuer des plantes utiles.
- ☐ Les pesticides ne causent ni de problèmes de santé, ni de problèmes d'environnement.
- ☐ Je ne sais pas.

50. Avez-vous déjà eu des intoxications pendant votre travail agricole ?

- ○ Oui.
- ○ Non.

51. Avez-vous déjà participé à des formations sur la santé et la sécurité des travailleurs agricoles?

- ○ Oui.
- ○ Non.

52. Pendant la dernière semaine, combien d'heures avez-vous dormi environ par nuit ?

- ○ moins de 6 heures.
- ○ entre 6 et 8 heures.
- ○ plus de 8 heures.

53. Quels types de loisir et de détente avez-vous pratiqué dans les 12 derniers mois ?

- ☐ Lire des journaux ou des livres.
- ☐ Regarder la TV.
- ☐ Faire du sport.
- ☐ Voyager.
- ☐ Faire des achats, du shopping.
- ☐ Aller au concert musical / cinéma/ expositions artistiques et musées.
- ☐ Aller chez des amis.
- ☐ Recevoir les amis.
- ☐ Aucun, je n'ai pas le temps.
- ☐ Aucun, l'activité agricole c'est pour moi une détente.
- ☐ Outro: _____

54. En considérant la réponse de la question précédente, comment estimez-vous le temps consacré aux moments de détente et de loisir dans les 12 derniers mois ?
Indiquez une échelle de 1 à 10 (1 = peu et 10 = beaucoup)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
peu	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	beaucoup

55. Quels sont les repas que vous prenez régulièrement avec les membres de votre famille et/ou votre partenaire?

- ☐ le petit déjeuner.
- ☐ le déjeuner.
- ☐ le dîner.
- ☐ le déjeuner du dimanche.
- ☐ régulièrement vous ne mange pas avec la famille.

56. Etes-vous fils (fille) d'agriculteur?

- ○ Oui.
- ○ Non.

57. Avez-vous des fils (filles) qui sont déjà engagés dans l'agriculture ou qui sont désireux de devenir agriculteurs ?

- ○ Oui.
- ○ Non.

58. Souhaitez-vous que votre fils (fille) vous succède ?

- ○ Oui.
- ○ Non.

59. Précisez la réponse:

60. Quelles sont vos attentes pour maintenir votre exploitation agricole :

- ○ Très forte, car j'ai un successeur.
- ○ Forte, car je veux rester agriculteur jusqu'à ma retraite.
- ○ Faible, car je souhaite changer de métier dès que possible.
- ○ Très faible, car j'ai trop de difficultés pour vivre de mon métier.

61. Indiquez les sensations / sentiments que vous avez eus pendant les dernières semaines et leur fréquence :

	jamais.	quelques fois.	presque toujours.
Satisfaction.	○	○	○
Plaisir.	○	○	○
Joie.	○	○	○
Fatigue physique.	○	○	○
Stress.	○	○	○
Insécurité.	○	○	○
tendu et nerveux.	○	○	○
Colère.	○	○	○
Douleurs physiques.	○	○	○
Déception.	○	○	○
Sensation de plaisir quand vous pensez à l'avenir.	○	○	○

62. Sur une échelle de 1 à 10, comment qualifiez-vous votre satisfaction en tant que professionnel d'agriculture.
(1= peu de satisfaction, 10 = très satisfait)

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
peu de satisfaction.	○	○	○	○	○	○	○	○	○	○	très satisfait.

63. De quoi vous êtes satisfait ? Pourquoi ?

64. De quoi n'êtes-vous pas satisfait ? Pourquoi ?

65. Que représente pour vous l'expression « qualité de vie » ?

66. Vous faites : [multiples choix possibles]

- ☐ Du maraîchage conventionnel.
- ☐ Du maraîchage biologique.

(Les questions suivantes (67 à 71) sont destinées aux maraîchers Bio. Si vous n'avez aucune production en Bio, allez directement aux questions 72 et 73, svp)

67. Précisez la proportion (%) approximative de la production:

	0%	25%	50%	75%	100%
Maraîchage conventionnel.					
Maraîchage biologique.					

68. Combien de temps avez-vous travaillé dans le secteur d'agriculture conventionnel avant de devenir Bio? [choix d'une seule réponse]

- 0 à 2 ans.
- 3 à 5 ans.
- 6 à 10 ans.
- plus de 10 ans.

70. Pourquoi êtes-vous devenu agriculteur Bio ? Précisez des événements clés.

71. Indiquez la superficie de votre exploitation destinée à la production Bio:

	entre 0 et 5 ha	entre 6 et 10 ha	entre 11 et 20 ha	entre 21 et 50 ha	entre 51 et 100 ha	plus que 100 ha
Propriétaire.						
Locataire.						
Associé.						
Occupant à titre gratuit.						

72. Est-ce que vous estimez avoir intérêt à devenir agriculteur Bio ? Pourquoi ?

73. Pour vous convertir à l'agriculture Bio, qu'est-ce qu'il faudrait?

74. Nom : (optionnel).